

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política

JOSÉ MARCOS NAYME NOVELLI

INFLAÇÃO E DESINFLAÇÃO: COALIZÕES, CONFLITOS E INSTITUIÇÕES NO BRASIL E EM OUTROS PAÍSES

Tese de Doutorado em Ciência Política
apresentada ao Departamento de Ciência
Política do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas sob orientação do Prof. Dr.
Sebastião Carlos Velasco e Cruz

Este exemplar corresponde à versão final da
dissertação defendida e aprovada perante a
Comissão Julgadora em 22 de junho de 2007

Banca:

Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco e Cruz
(Orientador)

Prof. Dr. Brasília Sallum Jr.

Prof. Dr. Fernando Luiz Abrucio

Prof. Dr. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo

Prof. Dr. Reginaldo Carmello Corrêa de
Moraes

Prof. Dr. Armando Boito Jr. (suplente)

Prof. Dr. Paulo Sérgio Fracalanza (suplente)

Profa. Dra. Lourdes Sola (suplente)

Junho/2007



**Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política**

JOSÉ MARCOS NAYME NOVELLI

**INFLAÇÃO E DESINFLAÇÃO: COALIZÕES, CONFLITOS E
INSTITUIÇÕES NO BRASIL E EM OUTROS PAÍSES**

Tese de Doutorado em Ciência Política
apresentada ao Departamento de Ciência
Política do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas sob orientação do Prof. Dr.
Sebastião Carlos Velasco e Cruz

Este exemplar corresponde à versão final da
dissertação defendida e aprovada perante a
Comissão Julgadora em 22 de junho de 2007

Banca:

Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco e Cruz
(Orientador)

Prof. Dr. Brasília Sallum Jr.

Prof. Dr. Fernando Luiz Abrucio

Prof. Dr. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo

Prof. Dr. Reginaldo Carmello Corrêa de
Moraes

Prof. Dr. Armando Boito Jr. (suplente)

Prof. Dr. Paulo Sérgio Fracalanza (suplente)

Profa. Dra. Lourdes Sola (suplente)

Junho/2007

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

N857i **Novelli, José Marcos Nayme**
Inflação e desinflação: coalizões, conflitos e instituições no
Brasil e em outros países / José Marcos Nayme Novelli. - -
Campinas, SP : [s. n.], 2007.

Orientador: Sebastião Carlos Velasco e Cruz.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Cardoso, Fernando Henrique, 1931-. 2. Inflação.
3. Coalizão (Ciências sociais). 4. Conflito social. 5. Relações
econômicas internacionais. 6. Indexação (Economia).
7. Desemprego. 8. Reforma monetária. I. Cruz, Sebastião Carlos
Velasco e. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

(cn/ifch)

Título em inglês: Inflation and disinflation: coalitions, conflicts and
institutions in Brazil and other countries

Palavras – chave em inglês (Keywords): **Inflation**
Coalition (Social sciences)
Social conflict
Foreign economic relations
Indexing (Economics)
Unemployment
Monetary reformers

Área de concentração : Ciência Política

Titulação : Doutor em Ciência Política

Banca examinadora : Sebastião Carlos Velasco e Cruz, Brasília Sallum Jr.,
Fernando Luiz Abrucio, Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo,
Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes

Data da defesa : 22-06-2007

Programa de Pós-Graduação : Ciência Política.

Para Andréia, Victor e XX ou XY

AGRADECIMENTOS

Várias pessoas contribuíram para realização deste trabalho. Sou especialmente grato ao Professor Dr. Sebastião C. Velasco e Cruz, orientador desta tese, por ter desfrutado de sua generosidade intelectual nos últimos dez anos. Sua orientação firme e segura foi fundamental para que esse trabalho apresentasse os resultados que ora vêm a público.

Agradeço ao Professor Dr. Reginaldo C.C. de Moraes, por ter permitido a minha participação nas reuniões de seu grupo de orientandos. Ao longo do doutorado, beneficiei-me das discussões desse grupo e, particularmente, das intervenções de seu coordenador. O Prof. Reginaldo, sempre presente, também contribuiu positivamente para este trabalho por ocasião do exame de qualificação.

Ao Professor Dr. Marcos A. M. Cintra, agradeço por sua participação no exame de qualificação, por suas críticas e suas sugestões. A Milko Matijascic, por ter lido e discutido o texto da qualificação e apresentado sugestões sobre a organização do texto.

À toda equipe do Projeto Temático, sou grato pelas discussões e críticas. Gostaria de registrar meu reconhecimento ao Prof. Eduardo Kugelmas, que sempre demonstrou bastante interesse pela pesquisa, acolhendo-a, inclusive, no âmbito do grupo de Política e Economia da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP).

Aos colegas de doutorado, Gustavo, Meire, Cristina, Karen, Luiza, Alessandro e Ana Cláudia, pelo ambiente fraternal que construímos. Gostaria de agradecer particularmente a Ricardo Alaggio, economista de formação, que nunca se negou a responder as minhas dúvidas sobre Economia Monetária, e a Luiz Fernando Vitagliano, por seu espírito crítico e solidário.

Aos amigos que acompanharam e animaram diferentes momentos deste percurso: Bertrand, Nash, Zé Eduardo, Ana Paula, Iara, Maurício, Néri, Marcos Francisco, Tânia, Roberta, Maria Amália, Pq e Andréa. Nash leu ainda a primeira versão do caso mexicano e deu importantes sugestões para melhorar o texto. Agradeço também a LÍlian pela tentativa de agendar uma entrevista.

Aos meus pais e aos pais da Andréia, pelo interesse e apoio irrestrito; ao meu irmão José Gaspar e minha cunhada Ana Lúcia, que sempre me acolheram carinhosamente em Brasília.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por ter financiado a pesquisa de janeiro de 2004 a dezembro de 2006.

Ao parecerista da FAPESP, pela leitura atenta e sempre encorajadora dos relatórios.

Agradeço aos funcionários da Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e do Instituto de Economia (IE), e especialmente à Marli, do Departamento de Ciência Política, e aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação do IFCH, pelo auxílio sempre que necessário.

À Andréia, que fez muito mais do que tornar este trabalho legível. Leitora e crítica implacável, pude me beneficiar de seu talento e de sua generosidade intelectual, mas também de seu companheirismo, paciência, incentivo e, sobretudo, do seu amor.

A inflação tem um mérito para as autoridades do governo e economistas oficiais: dá a oportunidade de se preocuparem com aquilo que eles chamam de “pobres”.

É comum um desses sacerdotes do mercado neoliberal, dentro ou fora do governo, afirmar que a inflação é um imposto que onera o pobre, que o pobre é o mais prejudicado com a inflação [...]. Donde se conclui que a inflação é o único tema que traz à cabeça dos responsáveis pela nossa economia a existência dos pobres.

Evidente que a inflação não pode ser justificada. Mas ela existe em decorrência da falência de uma política econômica errada. A indexação dos salários, apesar de ser outro erro técnico, é o bandeide que bem ou mal equilibra as coisas.

Daí o lugar comum que o governo e economistas oficiais criaram para combater os salários, acusando-os de serem a alavanca da inflação. Aumento de juros para pagar especuladores, aumento das tarifas públicas para o Estado continuar financiando viagens e mordomias, nada disso é inflacionário, deve ser indexado, que o dólar está caro. Salário não. É a besta negra da economia [...].

Carlos Heitor Cony, *Inflação e indexação. Folha de S. Paulo*, 22 mar. 1999.

RESUMO

Este trabalho aborda os fatores políticos e sociais presentes tanto nos processos inflacionários, quanto nos desinflacionários. Para tanto, partiu das experiências históricas, especialmente da hiperinflação alemã dos anos 1920, para elaborar um marco analítico que contemplasse aqueles elementos e que, assim, pudesse analisar esses fenômenos em alguns países (Argentina, México, Coreia, Índia e Turquia), mas principalmente no Brasil.

Nesse sentido, a pesquisa identificou que, independentemente das causas da inflação, a manutenção de taxas altas de inflação requer a existência de uma coalizão composta pelas principais classes sociais. A dinâmica da coalizão inflacionária é dada pelo conflito de classes e é sustentada por mecanismos institucionais criados pelo Estado.

Para o desmonte da coalizão inflacionária foi preciso a constituição de uma outra coalizão, bem como o concurso do Estado. Nos casos analisados, detectou-se que a nova coalizão não era apenas desinflacionária, mas também reformista. O Estado, através de diferentes instrumentos, destruiu aqueles mecanismos anteriormente utilizados. Além disso, uma nova ordem econômica internacional foi fundamental para que a estabilidade de preços passasse a vigorar nos países que conviveram com taxas relativamente altas de inflação.

ABSTRACT

This thesis deals with the social and political factors present in inflation and disinflation. The research begins with the historical experiences, mainly the German hyperinflation of the 1920s, in order to elaborate an analytical framework containing these elements to make it possible to analyze these phenomena experienced in other countries (Argentina, Mexico, Korea, India and Turkey), but mainly in Brazil.

This thesis is not direct at identifying the causes of the inflation, but merely the maintenance of high inflation rates. For this reason it was necessary to build a coalition composed by the main social classes. The dynamics of the inflationary coalition was developed by the class struggle and sustained by institutional mechanisms created by the State.

In order to dismantle the inflationary coalition, another coalition constituted, the reformist-disinflationary coalition, which was supported by the State. The State, through different instruments, destroyed the mechanisms previously utilized. A new international economic order was fundamental for sustaining the stability of prices in the countries that had experienced relatively high rates of inflation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – O DEBATE SOBRE INFLAÇÃO E DESINFLAÇÃO NO BRASIL	9
1.1 O debate entre os economistas brasileiros sobre a inflação no Brasil	9
1.2 O debate entre economistas, jornalistas, cientistas políticos e sociólogos sobre os planos Cruzado e Real	21
1.3 Contribuições e limites do debate no campo da Sociologia e da Ciência Política	46
CAPÍTULO 2 – INFLAÇÃO E DESINFLAÇÃO: HISTÓRIA E MARCO ANALÍTICO	53
2.1 Os casos europeus de hiperinflação no pós-guerra	53
2.2 Moeda, inflação, desinflação, conflito e coalizão	61
2.2.1 A perspectiva marxista	61
2.2.2 As abordagens em torno do conflito	67
2.2.3 As abordagens monetarista, keynesiana e regulacionista	68
2.2.4 O regime de alta inflação e a polêmica em torno da definição de hiperinflação	74
2.2.5 Os agentes e os grupos sociais frente aos processos inflacionário e desinflacionário	77
2.2.6 As abordagens sociológicas e políticas da inflação	81
2.2.7 Acerca das coalizões e dos conflitos	85
2.2.8 Os conflitos e as coalizões em algumas experiências históricas	89
2.2.9 Explicitando o marco analítico	93
2.2.10 Os conflitos e as coalizões nos estudos sobre inflação e desinflação	99
CAPÍTULO 3 – CONTRAPONTO	107
3.1 Argentina: hiperinflação, reformas e crise	107
3.2 México: ortodoxia e inflação relativamente controlada	124
3.3 Coréia do Sul: crescimento para fora e inflação baixa	137
3.4 Índia: crescimento sustentado e não inflacionário	154
3.5 Turquia: inflação relativamente alta e desinflação tardia	162
CAPÍTULO 4 – A ANÁLISE DO PROCESSO DE INFLAÇÃO E DESINFLAÇÃO NO BRASIL	187
4.1 A origem da coalizão inflacionária	187
4.2 O surgimento e a consolidação da agenda liberal no Brasil	192
4.2.1 A continuidade entre os governos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso	196
4.2.2 O governo Itamar Franco e os antecedentes do Plano Real	198
4.3 O Plano Real e a constituição da coalizão reformista-desinflacionária	209
4.3.1 As reações ao plano de estabilização	211
4.3.2 As peculiaridades do Real e as condições para sua implantação	220
4.4 A desarticulação da coalizão inflacionária	223
4.4.1 O empresariado frente às reformas liberalizantes	224
4.4.2 Os trabalhadores frente à estabilização de preços	230
4.4.3 O papel do capital externo	238
4.5 A manutenção da estabilidade de preços e suas relações com o crescimento, o emprego e as contas públicas	242

4.5.1 A conjuntura crítica da desvalorização do real.....	256
4.5.2 Endividamento e crises recorrentes	265
4.6 A confrontação do caso brasileiro com os casos internacionais	272
CONSIDERAÇÕES FINAIS	279
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	283
Artigos e livros.....	283
Documentos oficiais, publicações de instituições e artigos publicados da grande imprensa	312

INTRODUÇÃO

Entre a publicação de *A era da inflação* (1963) e *A morte da inflação* (1998) passaram-se pouco mais de 30 anos. Neste curto espaço de tempo, o capitalismo sofreu notáveis modificações. *A era da inflação* refere-se às características da estrutura econômica do modo de produção capitalista no pós-Segunda Guerra Mundial: grandes empresas e sindicatos fortes; Estado intervencionista (grande empresa estatal e o pleno emprego como a principal meta da política econômica) e controle dos fluxos de capitais. Já *A morte da inflação* faz alusão a uma nova estrutura econômica: as grandes empresas continuam a existir, maiores ainda, mas os sindicatos já não são tão fortes e a intervenção do Estado é diferente, pois uma parte das grandes empresas estatais foi privatizada e o objetivo prioritário da política econômica passou a ser o combate à inflação; finalmente, essa nova estrutura é marcada pela liberalização dos fluxos financeiros¹.

O enfraquecimento dos sindicatos foi fundamental para o estabelecimento desta nova configuração. Para tanto, a repressão às greves dos controladores de voo em 1981 no início do governo Reagan e dos mineiros entre 1984-1985 no governo Thatcher exprime um novo padrão nas “relações de trabalho” e foi essencial para o controle da inflação na década de 1980 nas economias capitalistas avançadas. Este novo padrão foi exportado para as economias em desenvolvimento, onde as relações de trabalho já se caracterizavam por serem estruturalmente precárias².

É importante destacar que, de um lado, a inflação é um fenômeno normal num sistema monetário fiduciário e que, de outro lado, as taxas anuais de inflação, grosso modo, são baixas nas sociedades capitalistas avançadas e relativamente altas nos países em desenvolvimento. E mesmo entre cada categoria (centro e periferia), as diferenças podem ser muito grandes.

¹ Sobre este último aspecto, consultar Helleiner (1994).

² “Eu diria que os Estados Unidos [EUA] fez (*sic*) um ‘Plano Real’ em 79. Aumentou as taxas de juros, sobrevalorizou o câmbio e acabou com o sindicato e com a inflação. Foi exemplo para a América Latina” (Sayad, 1999a, p. 235).

Alguns dados reunidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, BIRD), respectivamente disponíveis em *The World Economic Outlook* e em *World Bank Indicators* apresentam resultados interessantes sobre as taxas de inflação entre 1961-2005, como revelam as tabelas abaixo:

TABELA 1 – INFLAÇÃO: MÉDIAS ANUAIS DECENAIIS (%)

PAÍS	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-1995	1996-2000
“Economias Avançadas”	4,0	10,8	8,1	3,9	2,0
“Mercados Emergentes”	18,3	29,8	139,7	94,4	23,4

Fonte: IMF, 2001, p. 117.

TABELA 2 – INFLAÇÃO: MÉDIAS ANUAIS QÜINQÜENAIIS (%)

PAÍS	1970-1974	1975-1979	1980-1984	1985-1989	1990-1994	1995-1999
Argentina	39,63	220,84	278,78	854,69	444,61	-0,26
Brasil	22,79	45,04	130,47	510,94	1625,8	22,5
Coréia	18,92	21,64	11,99	5,25	8,63	3,52
Índia	10,52	5,67	9,04	7,79	10,63	7,02
México	10,39	20,22	53,98	81,85	16,71	23,58
Turquia	17,84	36,26	46,54	53,23	71,09	75,73

Fonte: World Bank Indicators (2001) apud Cruz, 2007, p. 54

TABELA 3 – INFLAÇÃO: MÉDIAS ANUAIS DECENAIIS (%)

PAÍS	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-1995	1996-2000
Argentina	21,5	141,7	787,0	42,9	-0,1
Brasil	33,6	41,7	613,8	1113,8	7,6
Coréia	14,8	16,5	6,4	6,2	4,0
Índia	6,4	8,2	8,9	10,5	7,5
México	2,7	16,8	69,1	18,0	19,4
Turquia	4,0	33,6	46,3	79,3	74,1

Fonte: IMF, 2001, p. 119.

TABELA 4 – TAXA ANUAL DE INFLAÇÃO (%): 2000-2005

PAÍS	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Argentina	-0,9	-1,1	25,9	13,4	4,4	9,6
Brasil	7,1	6,8	8,4	14,8	6,6	6,9
Coréia	2,3	4,1	2,8	3,5	3,6	2,8
Índia	4,0	3,8	4,3	3,8	3,8	4,8
México	9,5	6,4	5,0	4,5	4,7	4,0
Turquia	54,3	53,9	44,8	25,2	8,6	8,2

Fonte: IMF, 2006b, p. 194-195. Para a Coréia: IMF, 2005.

O que informam esses dados mais gerais?

- Após uma explosão no início da década de 1980, as taxas médias anuais de inflação estão em declínio nos “mercados emergentes” (de 139,7% para 7,8% no ano 2000);
- Apenas as economias latino-americanas experimentaram taxas médias anuais acima de 500% a.a. entre os anos 1981-1990: Argentina (787,0%); Brasil (613,8%) e Peru (1223,6%). E, entre 1991-1995, somente Brasil (1113,8%) e Rússia (583,7%) apresentam taxas superiores a 500% a.a. Os processos hiperinflacionários (o FMI incorpora o parâmetro definido por Cagan (1956), que enquadra nessa categoria taxas de inflação superiores a 50% a.m.) limitam-se a quatro momentos: Argentina (maio de 1989 a março de 1990); Brasil (dezembro de 1989 a março de 1990); Peru (julho e agosto de 1990) e Rússia (abril de 1991 a janeiro de 1992).
- Diferentes economias tiveram alta inflação (para o FMI, entre 20 e 80% a.a.) nas décadas de 1970 e 1980, mas não sofreram processos hiperinflacionários e estabilizaram suas economias na década de 1990: Chile (174,8% entre 1971-1980 e 20,4% entre 1981-1990); Colômbia (21,3% entre 1971-1980 e 23,7% entre 1981-1990); Israel (45,0% entre 1971-1980 e 118,3% entre 1981-1990); México (69,1% entre 1981-1990); e Turquia (33,6% entre 1971-1980 e 46,3% entre 1981-1990);
- Com exceção da Indonésia (210,6% entre 1961-1970), nenhum outro país asiático conviveu com um regime de inflação alta, ou seja, uma média anual de inflação superior a 20% no período 1961-2000;

É possível verificar a existência de três grupos os países cujos dados foram apresentados nas Tabelas 2 e 3: i) os que experimentaram inflação alta e hiperinflação: Argentina e Brasil; ii) os que experimentaram inflação relativamente alta: México (durante uma década) e Turquia *desde a década de 1970*; e iii) os relativamente estabilizados: Índia e Coréia (onde apenas no quinquênio 1975-1979 a taxa de inflação foi superior a 20%).

No caso específico do Brasil, 6.666.178.625.954.199.552% é a taxa estimada de inflação para o período compreendido entre 1829 e agosto de 1993 medida pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (ANDIMA, [199-?]). O mais recente surto inflacionário no Brasil ocorreu na década de 1980. *A década perdida* teve sua origem na crise da dívida externa e se caracterizou não somente pelo baixo crescimento econômico (se comparado com as décadas anteriores), mas também pela convivência implacável com a inflação alta e pela sua explosão (hiperinflação) no final da década.

Pode-se afirmar que, ao mesmo tempo em que havia um certo consenso de que a década perdida era a década da crise do modelo de industrialização por substituição de importações, havia também toda uma controvérsia sobre os motivos que levaram à crise do modelo de desenvolvimento e sobre as políticas a serem adotadas para superá-lo. Prevaleram as análises que propunham um conjunto de reformas estruturais, orientadas para o mercado, como forma de pôr fim à crise.

O Plano Real apoiou-se nessas interpretações e possuía uma dupla dimensão. Ele não é apenas um plano de combate à inflação, pois contemplou um conjunto vasto de reformas estruturais, a redefinição do tipo de inserção da economia brasileira *vis-à-vis* à economia mundial, bem como do papel do Estado e de sua relação com a sociedade.

Comparado aos planos de estabilização anteriores que fracassaram, o Plano Real foi um grande sucesso. A terapia adotada para se chegar à desinflação no Brasil permitiu que ocorresse uma queda brusca e acentuada da taxa de inflação de forma relativamente rápida (em torno de um ano), após oito anos de esforços fracassados. Apesar das dificuldades, conseguiu controlar a inflação, estabelecer uma agenda de reformas e implantar boa parte delas a partir do diagnóstico de que a capacidade de investimento do Estado havia se esgotado.

Após a publicação do meu trabalho sobre o Banco Central do Brasil (Novelli, 2002) – resultado da minha dissertação de mestrado –, resolvi continuar pesquisando os fenômenos, que aparentemente pertencem ao campo da Economia, a partir da perspectiva da Ciência Política e da Sociologia Política. O projeto de pesquisa que deu origem a esta tese tinha como objetivo a análise do controle da inflação – pois é notório que aí reside o sucesso do Plano Real – mas não da perspectiva do economista. A análise se iniciaria com a nomeação de Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda no governo Itamar Franco em maio de 1993 e se estenderia até o final do segundo mandato do presidente Cardoso em 2002³.

No entanto, constatou-se no decorrer da pesquisa que aquele objetivo somente seria alcançado se o período anterior à estabilização dos preços fosse incorporado⁴. Além disso, dever-se-ia levar em conta que esse processo estava inserido em uma estratégia mais ampla de implementação de reformas orientadas para o mercado.

Isto posto, o objetivo da presente tese é analisar os fatores políticos e sociais que possibilitaram a longa convivência com a inflação e o seu controle. Apesar de suas especificidades, a abordagem da Ciência Política e da Sociologia Política utilizada nesta tese não pretende ser completamente separada da perspectiva da Economia: ela não é subordinada, nem isolada, mas sim complementar.

A ausência de um marco analítico consagrado nas Ciências Sociais que permitisse realizar tal objetivo e a complexidade do tema foram determinantes para as escolhas metodológicas da pesquisa: primeiramente, ela foi realizada de maneira indutiva, ou seja, buscando observar os fenômenos para posteriormente relacioná-los e generalizá-los; em segundo lugar, a pesquisa tinha de ser, necessariamente, histórica, ou seja, era preciso levar em conta os eventos, instituições e agentes do passado para compreender o presente.

³ Como Fernando Henrique Cardoso era um intelectual internacionalmente conhecido e reconhecido no campo, o seu governo era paradigmático: “Segundo Bhagwati (1998, p. 37), as mudanças mais simbólicas [que levaram a maioria dos países em desenvolvimento a adotar políticas de reforma neoliberal] foram: a implantação da doutrina neoliberal no Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, um dos expoentes da teoria da dependência até os anos 80; o ingresso do México, tradicionalmente antiamericano, no North American Free Trade Agreement (Nafta); e o deslocamento da Índia, antigo baluarte do protecionismo e da regulamentação, para uma economia aberta e liberal” (Chong, 2004, p. 32-33).

⁴ A utilização da expressão “estabilidade de preços” em detrimento à “estabilidade monetária” não foi fortuita: as altas taxas de juros reais praticadas no Brasil impedem que se fale, por enquanto, em “moeda estável”.

Portanto, a tese não resultou em um clássico estudo de caso (sobre o Brasil), tampouco em um estudo comparativo *stricto sensu* (entre os diversos casos). Recorreu-se às experiências internacionais de processos inflacionários e desinflacionários e de reformas econômicas a fim de detectar as semelhanças e as diferenças entre os casos internacionais e o brasileiro. Brasil, Argentina, Coréia, Índia, México e Turquia adotaram – em maior ou menor grau – reformas orientadas para o mercado e esse fato sinaliza para algum elemento causal comum a todos esses países, qual seja, a influência das organizações multilaterais, sobretudo o FMI e o Banco Mundial⁵. Não é mera coincidência que, em 2004 e 2005, a taxa anual de inflação tenha sido de apenas um dígito nos países selecionados pela pesquisa (Tabela 4).

De fato, é preciso incorporar a dimensão internacional se se pretende ter um quadro analítico mais amplo, pois a experiência de outros países pode ajudar a esclarecer as especificidades do caso brasileiro, compreender o porquê de certas decisões, o seu momento de implantação e os grupos que lhe dão apoio.

A abordagem aqui adotada – baseada nos conflitos e nas coalizões que se formam na sociedade – foi sendo construída ao longo da elaboração desta tese como o instrumental analítico capaz de compreender tanto a origem e a duração dos processos inflacionários, quanto a gênese e a manutenção da estabilidade de preços.

A tese mais geral a ser defendida é que essas coalizões não agem livremente devendo, necessariamente, levar-se em consideração o ambiente institucional, as idéias que norteiam a ação dos sujeitos e as articulações entre os níveis nacional e internacional, bem como os conflitos que se estabelecem durante este processo.

⁵ Essa pesquisa desenvolveu-se de forma vinculada ao projeto temático *Reestruturação econômica mundial e reformas liberalizantes nos países em desenvolvimento* financiado pela FAPESP, cujo objetivo era o de analisar comparativamente alguns casos internacionais (Brasil, Argentina, Coréia, Índia, México, Turquia). O nexos do projeto temático com a pesquisa é claro: em todos os casos houve a implementação das reformas orientadas para o mercado, mas em apenas alguns deles – Brasil inclusive – a estabilização de preços é o elemento fundamental para entender a adoção dessas reformas. “Os países compreendidos nesta categoria partilham os seguintes atributos: 1) ainda que tecnologicamente dependentes, contam com tradição industrial, sua indústria é diversificada e tem peso significativo no PIB [produto interno bruto]; 2) embora periféricos, têm peso econômico e político bastante para desempenhar papel de relevo no plano regional; 3) são dotados de população numerosa; 4) possuem Estados suficientemente sólidos para garantir o sentido de continuidade com o passado e para servir como quadro de referência a projetos plausíveis de futuro” (Cruz, 2007, p. 122).

Desenvolveu-se, portanto, um quadro analítico que permitiu entender a presença desse fenômeno na sociedade brasileira, sobretudo a partir dos anos 1980, mas também o seu controle em meados dos anos 1990. Atualmente, a ameaça de seu retorno é levada muito a sério. Além disso, é necessário lembrar que as políticas adotadas para manter a inflação relativamente baixa têm importantes conseqüências sociais.

Para alcançar o objetivo proposto, buscou-se conhecer esse extraordinário e milenar fenômeno – a inflação –, presente já na Roma Antiga (Paarlberg, 1993). O texto não tem a pretensão de desenvolver uma “teoria geral da inflação” e, como já informado, tampouco prescinde da experiência histórica. Ou seja: “cada processo inflacionário histórico tem que ser estudado nos seus próprios termos” (Singer, 1999, p. 78), pois

A origem da inflação alta é um processo muito mais complexo, que envolve desarranjos econômicos e ‘inconsistências’, instituições e inflexibilidades, políticas mal conduzidas, conflitos sociais e de personalidade, e coalizões. Da mesma forma, a experiência de engessar estabilizações bem sucedidas sugere que a solução do complexo problema da tomada de decisão coletiva é muito afetada pela organização dos interesses econômicos, pelas inflexibilidades institucionais, pelo grau de concertação social e pelas circunstâncias políticas (Franco, 1989, p. 240).

Além disso, buscou-se extrair alguns elementos presentes nas diversas teorias da inflação, bem como de algumas situações historicamente localizadas, para serem articulados em uma estrutura analítica adequada para o conhecimento do objeto dessa pesquisa. Nesse sentido, importantes contribuições para a análise da moeda, dinheiro, inflação e desinflação foram descartadas.

Com efeito, a abordagem aqui adotada não assume nenhum vínculo irrestrito com alguma das causas da inflação apontadas pela teoria econômica. A controvérsia é intensa entre os economistas e as causas da inflação podem ser variadas (Tobin, 1981). Ou seja: “a natureza do problema é tal que nunca pode ser completamente resolvida” (Baer, 1967, p. 4).

A pesquisa é fundamentalmente bibliográfica. Além dos trabalhos acadêmicos, o material colhido na grande imprensa teve grande importância na reconstituição dos eventos relativos à desarticulação da coalizão inflacionária e à construção da coalizão reformista-desinflacionária.

Na parte sobre o Brasil, pretendia-se explorar o acervo documental do Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), mas um incêndio ocorrido nas suas instalações em

janeiro de 2005 e o atraso no processo de digitalização dos documentos impediram que isso viesse a ocorrer.

Planejou-se também uma série de entrevistas com agentes bem informados e/ou envolvidos no processo de estabilização de preços. Apesar das inúmeras tentativas, o resultado foi frustrante: importantes parlamentares recusaram-se a conceder entrevista, mesmo por escrito; ex-integrantes da equipe econômica do Cruzado e do Real, que ocuparam cargos no Ministério da Fazenda e no Banco Central, sequer responderam aos pedidos de entrevista. Uma vez que todos esses agentes estão presentes no debate público, manifestando suas posições através da grande imprensa, considera-se que não houve prejuízo para os objetivos da pesquisa.

Além da Introdução e das Considerações Finais, o texto contempla quatro capítulos, que reproduzem o percurso da pesquisa. O primeiro capítulo apresenta as análises dos economistas acerca das causas da inflação no Brasil e o debate mais específico sobre os planos de estabilização, incluindo a contribuição não só dos economistas, mas também de jornalistas, cientistas políticos e sociólogos. O segundo capítulo expõe os processos clássicos de hiperinflação e desinflação, com destaque para o caso alemão da década de 1920, bem como o marco analítico que preside este trabalho. No terceiro capítulo são apresentados os estudos dos casos selecionados pela pesquisa. Por fim, o quarto capítulo analisa detidamente os processos inflacionário e desinflacionário brasileiro, e desenvolve o contraponto entre este caso e os tratados no capítulo anterior.

CAPÍTULO 1 – O DEBATE SOBRE INFLAÇÃO E DESINFLAÇÃO NO BRASIL

Este capítulo se propõe a apresentar algumas abordagens presentes no debate sobre inflação e desinflação no Brasil. Primeiramente, será tratado o debate entre os economistas acerca das causas da inflação. Posteriormente, será considerado o debate mais específico sobre os planos de estabilização, apresentando as principais abordagens desenvolvidas por economistas, jornalistas, cientistas políticos e sociólogos, a fim de confrontar as perspectivas teóricas presentes no interior de cada uma dessas áreas e de apontar suas contribuições e seus limites.

1.1 O debate entre os economistas brasileiros sobre a inflação no Brasil

A obsessão pela inflação é relativamente recente, mas o interesse pelo tema sempre esteve presente entre os economistas e políticos brasileiros. Ao analisar um longo período da história monetária brasileira (1820-1958), um autor se perguntava de onde vinha tamanha tolerância em relação à inflação:

Por que a sociedade brasileira suporta tão passivamente os efeitos sociais, morais e culturais da nossa inflação aberta, enquanto a maioria dos povos estrangeiros ou impede por meios preventivos o desencadeamento do movimento inflacionário ou consegue acabar com o frenesi da hiperinflação em tempo relativamente curto? (Ónody, 1960, p. 307).

A resposta, da perspectiva sociológica, é decepcionante: características subjetivas do “comportamento social do brasileiro” teriam impedido a adoção de políticas antiinflacionárias. Mas, no campo da história monetária, o trabalho de Ónody (1960) tem o mérito de dar uma noção de quais eram as taxas de inflação no longo do período analisado⁶. Além disso, de uma perspectiva histórico-sociológica, o livro se insere em um período no qual a questão da inflação foi ganhando a atenção – diferenciada, é certo – dos economistas brasileiros e, ao que parece, este interesse estava relacionado à elevação de preços ocorrida,

⁶ Ónody (1960) apresentou um verdadeiro “estado da arte”, pois enumera oitenta e nove possíveis causas da inflação e seus efeitos, e ainda realiza uma importante pesquisa empírica sobre a inflação brasileira, cujas causas foram variadas. Consultar também Buescu (1973) para o período compreendido entre o ciclo do açúcar e o fim do Império.

sobretudo, durante os governos Juscelino Kubitschek (1956-1961) e João Goulart (1961-1964)⁷.

Como apontado por Bielschowsky (1988), o debate se constituiu a partir de três núcleos: o neoliberal, o desenvolvimentista (subdividido em três correntes), e o socialista⁸. Os neoliberais entendiam que o “sistema de mercado” era mais propício para a busca de “eficiência econômica”, mas que na conjuntura pós-1930 era necessária “alguma intervenção estatal saneadora d[as] imperfeições de mercado”.

Para Eugênio Gudín – o principal economista neoliberal desse período – “a alta continuada dos preços é uma simples consequência da expansão do crédito, dos *déficits* orçamentários e da alta incontrolada e demagógica dos salários” (Gudín, 1959, p. 39). Ora, esse conceito de inflação aproxima Gudín da explicação monetarista “clássica”, segundo a qual, a inflação é sempre resultado do descontrole da oferta monetária, mas não é aceitável classificá-lo como “friedmaniano”.

Gudín não era um antidesenvolvimentista, mas defendia a tese – contrária à dos desenvolvimentistas – de que era possível um desenvolvimento sem inflação, um desenvolvimento equilibrado que não criasse distorções no “sistema econômico”, pois

a inflação resulta da *tentativa vã e estúpida* de fazer mais do que é possível. Resultado: não se faz mais (as obras deviam levar três anos acabam levando seis e custando mais caro); a procura de fatores é maior do que a existência desses fatores; seus preços sobem; entra a desordem; baixam a produtividade e a disciplina do trabalho [...] (Gudín, 1959, p. 95).

As correntes desenvolvimentistas tinham uma visão diferente da inflação. Segundo o grupo presente no setor privado – representado pelos trabalhos de João Paulo de Almeida Magalhães –, a inflação era necessária para o financiamento de capital adicional tendo em vista a sua escassez nas economias subdesenvolvidas (Bielschowsky, 1988, p. 119). Já para a corrente presente no setor público não-nacionalista, cujo expoente era Roberto Campos, a preocupação com a inflação foi ganhando importância ao longo do período ao ponto de,

⁷ Consultar Barbosa (1983) e Bielschowsky (1988). É importante destacar que o debate nos anos 1950 e 1960 buscava aclarar as relações entre inflação e desenvolvimento, preocupação que forneceu o título para ao menos dois livros: Magalhães (1964) e VVAA ([19?]).

⁸ O interesse desse grupo estava mais voltado para a transição para o socialismo do que para o processo de industrialização. A inflação foi secundariamente tratada por este grupo.

nesta questão, aproximar-se de Gudin (Bielschowsky, 1988, p. 139; Perez, 1999, p. 105-106).

Finalmente, a figura de maior expressão na corrente existente no setor público nacionalista foi Celso Furtado. No início, suas preocupações eram com a manifestação histórica da “alta dos preços” no Brasil. No caso da economia primário-exportadora, a inflação “refletia o processo pelo qual o setor exportador transferia para o conjunto da coletividade as suas perdas nas baixas cíclicas ou nas etapas de superprodução” (Furtado, 1954, p. 177). Em outras palavras, “a inflação fora o instrumento de socialização de perdas dos grupos exportadores. Quando baixava o preço internacional do café, depreciava-se a moeda brasileira, elevando-se os preços das importações e reduzindo-se ou anulando-se, em moeda nacional, as perdas dos exportadores” (Furtado, 1985, p. 178). Já no período 1948-1952, a inflação é fruto do controle exercido sobre a importação de produtos, através da limitação da entrada de bens de consumo, que eleva os preços desses produtos no mercado interno beneficiando o setor industrial com a reserva de mercado. Ao mesmo tempo, os controles estabelecidos permitiam a importação, pelo setor industrial, de bens de capital e de matérias-primas. Ou seja, a indústria era duplamente beneficiada e soube se aproveitar dessa conjuntura para investir nas indústrias voltadas para o mercado interno, contribuindo para a manutenção do processo de industrialização da economia brasileira (Furtado, 1954, p. 172-174).

Em ambos os casos, tratava-se de um processo conflitivo, no qual havia beneficiários e prejudicados: “a inflação é fundamentalmente uma luta entre grupos pela redistribuição da renda real e que a elevação do nível de preços é apenas uma manifestação exterior desse fenômeno” (Furtado, 1954, p. 181):

A inflação clássica brasileira, de 30% ao ano que temos hoje [outubro/95], é a que eu conheci sempre, e que resulta das inflexibilidades estruturais da economia brasileira. É uma inflação que reflete as tensões normais da luta pela distribuição da renda, a necessidade de baixar salários de uns, é o conflito distributivo clássico. [...] A inflação é criada pelas tensões distributivas [...] (Furtado, 1996, p. 82).

É bom lembrar que a abordagem furtadiana era tributária da abordagem da inflação desenvolvida a partir dos anos 1950 pela Comissão Econômica para a América Latina

(CEPAL)⁹, qual seja, a *estruturalista*. Para os estruturalistas, a raiz da inflação está na própria estrutura econômica¹⁰ (em certos “pontos de estrangulamento”) e, mais precisamente, em três elementos: inelasticidade da oferta de produtos agrícolas para o consumo doméstico, necessidade de investimentos governamentais limitada por um orçamento inflexível, e desequilíbrio crônico no balanço de pagamentos. Portanto, como apontado originalmente em 1957, é preciso diferenciar as “pressões inflacionárias”, que têm origem estrutural¹¹ (no comércio exterior e na agricultura) dos “mecanismos de propagação” (fiscal, do crédito, dos reajustes dos preços e da renda) (Noyola, 2000, p. 296).

Com efeito, o trabalho cepalino clássico sobre a inflação é o de Osvaldo Sunkel. Publicado em 1958, é um trabalho claramente inspirado no de Noyola, embora avance em relação a este¹². Sunkel classifica as pressões inflacionárias em: i) “básicas” ou “estruturais” (“as causas últimas da inflação”), que decorrem da incapacidade da oferta de alimentos atender a demanda, da pauta de exportações reduzida, da taxa de formação de capital e do sistema tributário deficientes; ii) circunstanciais, como o aumento dos preços das importações e/ou dos gastos públicos em razão de uma catástrofe ou por motivação política; iii) cumulativas, que são provocadas pelo próprio processo inflacionário e que acabam aprofundando esse processo através de distorções no sistema de preços, das expectativas econômicas, etc.; e iv) os mecanismos de propagação da inflação, cuja expressão é o conflito distributivo entre os grupos sociais e entre os setores público e privado (Sunkel, 1973, p. 19-22).

Grosso modo, essa era o diagnóstico da inflação brasileira apresentado por Celso Furtado em 1958. A inflação era resultado, em uma estrutura produtiva inadequada

⁹ O ideário cepalino aparece, pela primeira vez, em uma publicação de 1949 (*Estudio económico de América Latina*), cuja redação foi de Raúl Prebisch. Uma nova versão, beneficiada pelo debate interno de seus economistas, veio a público em 1951 com o título *Problemas Teóricos e Práticos do Crescimento* e expressa o que se convencionou chamar de “pensamento da Cepal” (Furtado, 1985, p. 95).

¹⁰ “Há inflação porque a economia é estruturalmente vulnerável, porque há fatores regressivos de distribuição da renda, porque há insuficiência de poupança para acelerar os investimentos, dada uma determinada estrutura econômica e social” (Prebisch, 1968, p. 135).

¹¹ Significa também que a inflação estrutural pode ser tanto de demanda quanto de custo, ou seja, sua origem pode estar tanto na estrutura de demanda quanto na de oferta.

¹² O artigo de Noyola foi publicado no ano anterior e fazia referência ao texto de Aujac (1950): “Esta última abordagem revela, com clareza meridiana, que a inflação não é mais do que um aspecto particular do fenômeno muito mais geral da luta de classes” (Noyola, 2000, p. 295). Para Noyola (2000), há as “pressões inflacionária básicas” (comércio exterior e agricultura) e os “mecanismos de propagação” (fiscal, do crédito e dos reajustes dos preços e da renda).

(subdesenvolvida), na qual a oferta, em alguns setores, era relativamente rígida e era incapaz de atender a demanda que se diversificava rapidamente. O combate à inflação ocorreria com desenvolvimento, ou seja, o planejamento mapearia as mudanças na demanda e criaria as condições para atender àquelas alterações (Furtado apud Bielschowsky, 1988, p. 172-174).

Outra importante interpretação, mas que nunca conseguiu ser hegemônica no interior do pensamento econômico brasileiro, é a explicação original de Ignácio Rangel. Datada de 1963, tal interpretação buscava analisar “a inflação brasileira” a partir do legado de Marx e de Keynes. Com efeito, Rangel criticava tanto os monetaristas quanto os estruturalistas por estabelecerem uma relação causal entre “uma hipotética insuficiência da oferta, perante uma demanda supostamente excessiva, quando a verdade é que o nível da demanda é este que aí temos – insuficiente [...]” (Rangel, 1986, p. 31). Além do mais, Rangel avaliava que a inflação tinha um papel positivo no combate à “depressão econômica”, pois incentivava o investimento e o consumo dos capitalistas e da classe média (“classes de mais altas rendas”). Deste modo, “este é o principal serviço prestado pela inflação: deprimir a preferência pela liquidez do sistema, suscitando assim uma *corrida aos bens materiais*” (Rangel, 1986, p. 68).

Rangel identificava a origem da inflação em determinadas “anomalias da formação dos preços”, tais como: a) a posição oligopsônica-oligopólica detida na comercialização dos produtos agrícolas destinados ao mercado interno¹³; b) o monopólio dos serviços públicos concedidos ao capital estrangeiro, que possuía uma remuneração especial, pois a diferença cambial podia ser incorporada à tarifa, o que encarecia o serviço prestado; c) o oligopólio da grande indústria, que se aproveitando da reserva de mercado – necessária para o processo de industrialização – e do erro de planejamento do Estado brasileiro – que permitiu a instalação de um número de empresas superior à capacidade de absorção de seus produtos pelo mercado interno – gerou uma imensa capacidade ociosa, com o decorrente aumento dos custos de produção; d) a formação de preços no setor exportador, ou seja, as “erráticas” políticas estatais (cambial, industrial, monetária, etc.) para o setor exportador,

¹³ Segundo o autor, a industrialização brasileira havia se iniciado sem uma mudança nas relações de produção “feudais” no campo. A situação se agravou com a penetração das relações de produção capitalista no campo – com os decorrentes aumentos de produtividade –, pois o excedente de produtos agrícolas produzidos não encontrava um mercado consumidor, já que a liberação da força de trabalho do campo formava o exército industrial de reserva, enquanto a propriedade transformava-se de “latifúndio feudal” para “latifúndio urbano”.

que detonavam, ciclicamente, pressões inflacionárias; e e) o preço da mão-de-obra, isto é, o reajuste salarial periódico e compensatório, que institucionaliza a inflação passada (Rangel, 1986, p. 84-102).

Acuados no debate público pelo predomínio das teses estruturalistas, os monetaristas, isto é, aqueles que levavam em consideração os efeitos deletérios da inflação para a economia, resolveram contra-atacar em meados dos anos 1960. Para os últimos, não era possível explicar uma taxa anual de inflação “na ordem de 80%” somente por questões estruturais:

Quatro são as variáveis explicativas da inflação brasileira: **os déficits do setor público e sua forma de financiamento; as pressões de custo derivadas dos reajustamentos salariais; as pressões de custo derivadas das desvalorizações cambiais; e as pressões derivadas do setor privado da economia** (Delfim Netto et al, 1965, p. 16-17).

Conforme essa concepção, os déficits do setor público são financiados com emissão de moeda; os reajustes salariais acima dos ganhos de produtividade acrescentam novas pressões inflacionárias; a escassez de divisas internacionais em razão de características estruturais da economia leva à desvalorização da moeda, aumento do custo e a alta de preços; e a ação do setor privado, que ao pressionar por uma maior oferta de crédito, acarreta “um aumento da velocidade-renda da moeda”.

Tal diagnóstico da inflação não era genuinamente monetarista e apresentava influência do estruturalismo. A inflação era causada por diversos fatores: seria tanto de demanda, quanto de custo. Contudo, os próprios autores esforçavam-se para se situar no campo monetarista:

É comum afirmar-se que um esquema dessa natureza não explica a inflação, porque o “déficit” governamental não é uma variável independente, mas sim consequência das pressões sócio-políticas e econômicas que se exercem sobre aqueles que detêm o poder numa sociedade em desenvolvimento. Este argumento possui, sem dúvida, substancial parcela de validade, apesar de nem todos compreenderem que, pelo menos em princípio, tudo aquilo que o Governo faz com inflação, poderia fazê-lo sem ela, utilizando um sistema tributário adequado (Delfim Netto et al, 1965, p. 22).

O processo inflacionário brasileiro no pós-guerra também foi analisado por Simonsen (1964). As “causas diretas” são muito semelhantes às aquelas apresentadas no estudo de Delfim Netto et al (1965) e Gudin (1959) – e que parecem expressar uma visão

construída a partir do keynesianismo da síntese neoclássica –, quais sejam, pelo lado da demanda há os déficits do governo e a expansão do crédito para o setor privado; pelo lado do custo, há salários, que por razões institucionais [ação estatal], foram reajustados para um patamar superior aos preços de mercado. Como causa secundária, o setor externo pode ou não gerar pressões inflacionárias. Elas ocorrerão caso ocorra uma desvalorização cambial (Simonsen, 1964, p. 21).

Com a mudança institucional – a introdução da correção monetária – ocorrida após o Golpe de 1964, houve uma mudança nas características da inflação, que se tornou “aparentemente resistente à baixa e quase neutra [em termos distributivos]” (Simonsen, 1970a, p. 2). A nova explicação teórica para esse fenômeno levava em consideração três componentes: a autônoma, a de realimentação e a regulação pela demanda. Nas palavras do autor:

A componente autônoma é, por definição, aquela que independe de inflação do período anterior, sendo determinada por fatores de ordem institucional (reajustes arbitrários de salários, da taxa de câmbio, de impostos indiretos) ou de natureza acidental (altas de preços provenientes de más safras, etc.). A componente de realimentação é definida como aquela que resulta da inflação do período anterior. [...] Trata-se essencialmente de uma alta de preços provocada pela tentativa de reconstituição, pelos agentes econômicos, de uma participação no produto nacional dissolvida pela inflação passada. Tal componente corresponde às altas de preços resultantes de reajustes salariais proporcionais ao aumento do custo de vida, às destinadas a reconstituir as margens de lucro das empresas e, de um modo geral, a todas as revisões de preços tornadas automáticas pela legislação sobre correção monetária. Partindo dessas duas componentes, a alta de preços sofre um efeito regulador da intensidade da demanda. Se esta cresce em ritmo exagerado em relação à capacidade produtiva, é provável que a taxa de inflação seja impelida além daquilo que seria justificado pela superposição das componentes autônomas e de realimentação. Reciprocamente, uma queda ou talvez um crescimento pequeno da procura amenizará a taxa de inflação” (Simonsen, 1970b, p. 127-128).

Com a aceleração do processo inflacionário a partir de meados dos anos 1970¹⁴, a inflação – enquanto objeto de pesquisa – voltou a despertar o interesse sistemático dos

¹⁴ A variação anual do índice de preços ao consumidor no Rio de Janeiro foi a seguinte: 12,7% (1973); 27,6% (1974); 29,0% (1975); 41,9% (1976); 43,6% (1977); 38,8% (1978) e 52,7% (1979) (Abreu, 1989, p. 411).

economistas¹⁵. Com efeito, o período compreendido entre o final da década de 1970 e o início da de 1980 foi extremamente fértil nos estudos sobre este tema¹⁶.

É interessante destacar que boa parte desses trabalhos foi produzida pelos herdeiros do estruturalismo que, na primeira metade da década de 1970, estavam mais interessados na “controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento” (Tolipan & Tinelli, 1975) do que propriamente na inflação.

No entanto, o pensamento econômico brasileiro enfrentou o desafio de avançar em relação às teses estruturalistas no tocante à inflação em um momento no qual esta se acelerava rapidamente e em que esse fenômeno ganhava cada vez mais importância na sociedade. Assim, “desde o segundo semestre de 1984 as idéias correlatas de choque heterodoxo, reforma monetária e desindexação [eram] intensamente discutidas entre alguns economistas (predominantemente associados à PUC [Pontifícia Universidade Católica] do Rio de Janeiro) *preocupados com o desenho de alternativas não recessivas para o combate à inflação*” (Lopes, 1986, p. 178 – grifo meu).

Com efeito, buscava-se identificar os mecanismos que permitiam a manutenção da inflação em patamares elevados. Apesar de algumas divergências, desenvolveu-se a teoria inercial¹⁷ “que vê a inflação como propulsionada por choques de oferta e sustentada inercialmente por conflitos distributivos” (Arida, 1986, p. 159).

As medidas de combate à inflação seriam essencialmente neutras no que toca ao conflito distributivo e, desta forma, eliminariam a inércia inflacionária¹⁸. Contudo, havia

¹⁵ A produção acadêmica de Delfim Netto foi interrompida com a sua nomeação para o Ministério da Fazenda em março de 1967. Simonsen continuou publicando sobre inflação durante a primeira metade da década de 1970 até assumir o Ministério da Fazenda em março de 1974, quando também interrompeu sua produção científica. Francisco Lopes começou a publicar sobre inflação na segunda metade dos anos 1970, pouco depois da publicação dos trabalhos de Antônio Lemgruber. A esse respeito, consultar a bibliografia de Lopes (1979).

¹⁶ Tanto o Senado Federal (VVAA, 1977), quanto a Câmara dos Deputados (VVAA, 1980) promoveram debates sobre as causas inflação.

¹⁷ “É inercial porque limita-se (*sic*) a reproduzir no presente a inflação passada” (Bresser Pereira & Nakano, 1991). “Os fatores primários da inflação, a saber, o déficit operacional do setor público e a política monetária, estão sob controle. [...] A inflação é agora essencialmente inercial, isto é, os preços sobem hoje porque subiram ontem [...]. [...] Se fosse possível suprimir a memória inflacionária, as atuais condições objetivas da economia manteriam os preços muito próximos da estabilidade” (Lara-Resende, 1986, p. 151).

¹⁸ Para a perspectiva econômica “monetarista”, a teoria da inflação inercial é uma variação semântica da “componente de realimentação” elaborada por Simonsen (1970b): “no jargão que se tornou popular na década

uma divergência significativa em relação à natureza das medidas a serem adotadas. De um lado, havia aqueles que defendiam a introdução da “moeda indexada”¹⁹, ou seja, a circulação de uma nova moeda que teria uma paridade fixa com o título indexado do Tesouro Nacional, as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) (Arida & Lara-Resende, 1986, p. 25), que teria “a vantagem de não ser compulsória nem dependente de controles administrativos” (Arida & Lara-Resende, 1986, p. 32). De outro lado, havia os defensores do choque heterodoxo, ou seja, “um congelamento total e generalizado de preços e rendimentos acompanhado por políticas monetárias e fiscais passivas” (Lopes, 1986, p. 134).

No interior do campo estruturalista – para o qual a inflação tem causas “estruturais” como, por exemplo, os constrangimentos colocados pelo balanço de pagamentos²⁰ –, uma corrente incorporou os trabalhos desenvolvidos por economistas pós-keynesianos sobre o processo de determinação dos preços para realizar um novo diagnóstico da inflação, não só diferente, mas crítico em relação ao proposto pelos inercialistas.

Ao resgatar a importância da variável keynesiana da incerteza e associá-la à ruptura do sistema monetário internacional, esse grupo defendia que as expectativas eram aceleracionistas. Neste novo contexto, os preços são fixados pelos setores oligopólicos para que a sua margem de lucro (*mark-up*) acompanhe as variações e a remuneração das taxas de juro e de câmbio (Tavares & Belluzzo, 1986). A dinâmica não é a da inflação passada que se reproduz no presente, mas a da incerteza em relação à inflação no futuro²¹.

dos 80 o modelo de realimentação do Simonsen supõe que a inflação depende dos choques de oferta, a componente autônoma, da inércia, a componente de realimentação, e dos choques de demanda, a componente e regulagem de demanda (Barbosa, 1997, p. 120)”. Além disso, a teoria da inflação inercial é criticada por não atacar “as origens de longo prazo do processo inflacionário brasileiro, a reorganização em bases permanentes do financiamento do setor público brasileiro” (Barbosa & Simonsen, 1989, p. iv).

¹⁹ Essa posição tem origem em três artigos escritos por André Lara-Resende sobre “A moeda indexada” que foram publicados na Gazeta Mercantil entre 26 e 28 de setembro de 1984. Posteriormente, esses artigos foram reescritos, dando origem a um texto apresentado em uma Conferência organizada pelo Institute of International Economics, publicado em março (Arida & Lara-Resende, 1985). Ficou conhecida como a proposta “Larida”.

²⁰ “Você não vê nenhum caso de inflação alta e contínua na América Latina que não tenha o problema da balança de pagamentos na origem. [...] Conflito distributivo produz inflação, mas não hiperinflação” (Tavares, 1996, p. 148-149).

²¹ Em uma conjuntura instável, “as quase-moedas cumprem genericamente a função de recompor a unidade monetária. Com isto, o Estado reassume formalmente a condição de gestor da moeda, mas sem readquirir o controle da política monetária” (Belluzzo & Almeida, 1990, p. 67).

A “fragilidade financeira do setor público”, ocasionada pela crise da dívida externa e pelo conseqüente ajuste “imposto aos países endividados” (Kandir, 1989, p. 114), está na origem da inflação “crônica”²². A partir do desenvolvimento de um marco analítico próprio, Kandir (1989) se afastou das abordagens inercialistas ao procurar detectar “um componente autônomo de aceleração inflacionária”, considerando que a inflação apresenta um “traço aceleracionista” (“componente endógeno”) mesmo na ausência de choques exógenos: “Em outras palavras, a fragilidade financeira do setor público desempenha o papel potencializador das incertezas, sobretudo através do aumento do custo de uso dos bens público-fiscais” (Kandir, 1989, p. 120).

Mais recentemente, a abordagem pós-keynesiana tentou relacionar o processo inflacionário dos anos 1980 – a ruptura do padrão monetário nacional – com as crises externa e interna: a) a crise da dívida, ou seja, a crise do padrão de financiamento externo da economia representou a interrupção tanto de novos financiamentos, quanto do refinanciamento do serviço da dívida; b) o tipo de ajustamento realizado internamente, qual seja, a política de promoção de superávits comerciais e a necessidade do Estado obter as divisas junto ao setor privado (Belluzzo & Almeida, 2002, p. 79-80).

O resultado foi uma dinâmica da inflação baseada na “financeirização dos preços”:

[É] a generalização da referência à taxa nominal esperada de juros de curtíssimo prazo como critério para os ajustes de preços dos bens. Dado que esta taxa pode ser considerada também a que corresponde ao rendimento esperado da riqueza inativa (em particular na forma das quase-moedas) e dada ainda a conexão peculiar que as crises interna e externa determinaram entre câmbio e taxa de juros, este critério atende à condição da formação de preços de atuar compensatoriamente aos diferenciais de risco, proteção e liquidez que se abriram ao longo da crise entre riqueza ativa e inativa e entre o uso de ativos destinados à produção para mercado interno e para exportação. Tal base para a formação de preços introduziu efetivamente uma inércia inflacionária. Representou também uma forma de dolarização da economia sem a referência direta à moeda estrangeira. A instabilidade das taxas de juros ou a instabilidade financeira de um ponto de vista mais geral passou a ser incorporada diretamente aos preços, em uma extensão muito maior do que o impacto dos encargos financeiros sobre o custo de produção. Podemos considerar isso como um sintoma de que o critério keynesiano do “custo

²² A inflação é “crônica” quando “apresenta uma recorrência de taxas de inflação consideradas e sistemáticas o suficiente para inviabilizar a celebração de contratos econômicos sem cláusulas de indexação” (Kandir, 1989, p. 21, n. 1).

de uso” dos ativos se generaliza e domina a formação de preços” (Belluzzo & Almeida, 2002, p. 182-183)

Finalmente, há um grupo bastante heterogêneo de economistas brasileiros que concede algum poder explicativo ao *conflito distributivo* como causa da inflação²³. Este grupo é heterogêneo, sobretudo em relação à maneira de compreender o conflito: ele pode estar relacionado à contenda entre salários e lucros por uma maior participação da renda, ou à luta de classes e a disputa em torno da apropriação da mais-valia (Singer, 1987), ou “entre empresários e entre empresários e trabalhadores” (Mollo, 1987, p. 75), ou ainda à pugna entre “grupos de interesse por uma fatia [maior] do orçamento público [público]” (Bacha, 1994, p. 13). Em qualquer desses casos, a origem do conflito é histórica e em torno dele constituem-se coalizões na sociedade²⁴.

Em resumo:

Isso mostra que a inflação é produzida por conflitos distributivos não só entre capitalistas dum lado e assalariados, aplicadores financeiros e Estado do outro. Ela é produzida também por conflitos distributivos *internos* à classe capitalista e por outros conflitos entre o Estado e seus funcionários, o Estado e seus fornecedores, o

²³ Para uma crítica monetarista a esse grupo, consultar Barbosa (1989). Isto não quer dizer que os “monetaristas” tenham abandonado o campo. No Fórum Nacional *Como evitar uma nova ‘década perdida’*, um expoente desse grupo afirmava: “A história dos países de moeda estável evidencia que o controle monetário produz a estabilidade de preços, que cria o clima propício para os investimentos e para o crescimento econômico. Os países que permitem que a inflação saia do controle, porque controlam a moeda, são os que atingiram elevados níveis de eficiência econômica. Da mesma forma, a história mostra que os países que expandem a moeda para tentar evitar recessões, ainda que curtas e infreqüentes, são aqueles que estagnaram a sua economia, e reduziram a eficiência econômica. São evidências que mostram a importância do controle monetário. Não de taxas reais de juros abatahoadamente altas, nem de reduções no estoque de moeda e dos demais ativos financeiros, mas sim um controle do fluxo de expansão monetária, tomando em consideração que ele gera apenas seus efeitos a longo prazo” (Pastore, 1992, p. 128-129).

²⁴ “Os desentendimentos políticos entre os diversos grupos sociais brasileiros, a partir da introdução do voto universal secreto nos anos 30, geraram conseqüências econômicas tão importantes como pouco estudadas. A principal delas foi que, em razão da defesa intransigente da regressividade da distribuição da renda, os agentes econômicos raramente conseguiram entender-se, e *os pactos sociais explícitos* foram substituídos, alternadamente, por arbitragens políticas de cunho autoritário ou por “*pactos*” *inflacionários implícitos*. De fato, na ausência de um pacto social ou, ao contrário, de um indiscutível domínio de algum grupo homogêneo, a inflação proporcionou o caldo no qual todas as utopias, as mais antagônicas, puderam florescer. Nada é impossível nesse universo topológico em que a moeda se apresenta flexível como se de borracha. É essa flexibilidade que permite exorcizar a violência aberta do conflito distributivo político, substituindo-a pela violência velada do conflito distributivo inflacionário. O primeiro efeito deste último é o aumento da mobilidade social a curto prazo (na medida em que elimina as perdas *definitivas* de renda, capazes de interromper o processo inflacionário). Outro efeito é o aumento da coesão social, visto que dilui as fronteiras entre projetos antagônicos, permite que esperanças diversas se compatibilizem e cria expectativas favoráveis – materialmente expressas nos maciços investimentos, públicos e privados, que fizeram o país crescer ao longo de décadas” (Earp, 1993, p. 102).

Estado ou mais especificamente o Banco Central e os intermediários financeiros etc. etc. (Singer, 1990, p. 119).

Ou ainda, o *conflito distributivo* pode ser uma categoria residual na análise do economista ao possuir baixo (ou nenhum) poder explicativo para a análise econômica da inflação²⁵, mas alto poder explicativo para a análise política e/ou sociológica da inflação:

Basicamente a raiz sócio-política da inflação brasileira se pode encontrar na incompatibilidade da política distributiva do Governo. Os diferentes grupos sociais mostram-se insatisfeitos com a sua participação no Produto Nacional, e o Governo, para aplacá-los, tenta dividir o Produto em partes de soma superior ao todo. [...] Existem, obviamente, certas condições político-culturais para que esse mecanismo possa se desenvolver. Em primeiro lugar é preciso uma certa insensibilidade popular às causas da inflação. [...] Em segundo lugar, é preciso que os políticos, por ignorância ou por estratégia, se deixem envolver pela filosofia da incompatibilidade distributiva. [...] Uma vez desencadeado esse processo inflacionário sob as motivações acima expostas é difícil contê-lo e, ainda mais, o deter. As partes lesadas no ajuste distributivo via alta de preços costumam reivindicar o retorno à sua posição primitiva, e o Governo [...] põe em marcha uma nova onda inflacionária. E assim a inflação se torna crônica. Ao cabo de um certo tempo, como todos se apercebem do fenômeno, as reivindicações classistas passam a repetir-se em intervalos cada vez mais curtos – e a inflação se acelera. [...] Não se surpreende também que várias tentativas de estabilização tenham fracassado, pela sua incapacidade de enfrentar o problema político de recompatibilização distributiva (Simonsen, 1964, p. 15-20)²⁶.

Depois de apresentar as principais discussões no campo dos economistas referentes às causas da inflação, o tópico seguinte busca apontar como as diferentes áreas disciplinares e as teorias presentes em seu interior se posicionam frente a esse debate, no que diz respeito aos principais planos de estabilização concebidos e implementados nos anos 1980 e 1990: Cruzado e Real.

²⁵ Ou seja: “a inflação deve ser atribuída não ao conflito distributivo, mas à maneira pela qual o governo resolve administrá-lo, o que parece extremamente relevante no caso brasileiro” (Simonsen, 1990, p. 18).

²⁶ Na mesma época, outros economistas buscavam entender a relação entre desenvolvimento, política e inflação: “As pressões inflacionárias inerentes ao processo de crescimento podem ser superadas pela existência de uma liderança política adequada, capaz não só de restringir o consumo global, como de reduzir a luta entre as diversas classes sociais pelo produto global gerado pela economia” (Delfim Netto et al, 1965, p. 10).

1.2 O debate entre economistas, jornalistas, cientistas políticos e sociólogos sobre os planos Cruzado e Real

Geralmente se reconhece que a aceleração da inflação brasileira a partir de 1974 está relacionada ao primeiro choque do petróleo, às distorções produzidas pelo “milagre econômico”, à estratégia de aprofundamento do processo de industrialização substitutiva e ao tipo (ou a falta) de ajuste promovido na economia brasileira. Contudo, a dinâmica do processo inflacionário brasileiro das décadas de 1980 e início da de 1990 estava diretamente ligada a dois eventos da maior importância que se iniciaram em 1979: o segundo choque do petróleo e o aumento da taxa básica de juros norte-americana. Esses eventos são importantes, pois implicaram uma reorientação ortodoxa da política econômica praticada pelo governo Figueiredo a partir do segundo semestre de 1980.

Com a declaração da moratória pelo México em agosto de 1982, o Brasil perdeu o acesso ao sistema financeiro internacional e recorreu ao FMI para equilibrar o seu balanço de pagamentos. Era a crise do padrão de financiamento externo da economia brasileira.

A partir de então, verificou-se uma aceleração das taxas de inflação, que sepultou qualquer papel funcional exercido pela inflação no crescimento da economia brasileira, inviabilizando uma nova “fuga para frente” (Fiori, 1995). Esse “traço aceleracionista” empurrava as taxas de inflação para cima e o seu combate por meio de medidas recessivas como controle da oferta do crédito, aumento da taxa de juros e redução dos gastos, que caracterizou a política econômica do segundo semestre de 1980 até o final de 1983, conteve a inflação em patamares elevados, mas não foi o suficiente para estancar uma expressiva elevação a partir de 1983, quando a economia novamente voltou a crescer.

Dito de outra forma, a nova política foi ineficiente para combater a inflação, cujas taxas anuais atingiram 110,66% (1980), 91,19% (1981), 97,87% (1982), e foi responsável por uma recessão que durou três anos (1981-1983)²⁷. Além disso, o ajuste adotado criou desequilíbrios internos, que se expressam, por exemplo, pelo aumento das taxas anuais de inflação: 172,90% (1983); 203,27% (1984); 228,65% (1985)²⁸.

²⁷ A variação percentual do PIB foi a seguinte: 1981, -3,1%; 1982, 1,1%; 1983: -2,8%.

²⁸ Salvo informação contrária, o índice de preços utilizado no texto é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para a “Nova República”, o combate à inflação não era apenas uma questão econômica, mas também política. Não era politicamente aceitável para o novo governo combater a inflação através de políticas recessivas – como as adotadas pelo governo Figueiredo sob o patrocínio do FMI – e que foram duramente criticadas pela oposição (VVAA, 1983).

O grupo envolvido com a elaboração do Plano Cruzado era bastante heterogêneo. A maioria dos economistas era constituída por professores da PUC-Rio (núcleo da proposta), Universidade de São Paulo (USP), UNICAMP e Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV), que estavam vinculados à oposição legal ao regime ditatorial-militar e se uniam em torno de três princípios: crescimento econômico, criação de emprego e distribuição de renda. O plano de estabilização dos *economistas de oposição* deveria respeitar esses três princípios.

A oportunidade para a implantação de um plano baseado no diagnóstico da inflação inercial – que levasse em conta esses princípios – surgiu com a mudança do comando da política econômica com a posse de Dílson Funaro no Ministério da Fazenda, no final de setembro de 1985²⁹. As taxas mensais de inflação estavam em franca ascensão: 10,25% em outubro; 14,18% em novembro; 15,75% em dezembro; 15,01% em janeiro de 1986. O Plano Cruzado, implantado no final de fevereiro, foi um grande sucesso no combate à inflação, pois conseguiu reduzir a taxa mensal de 12,46% para 3,18% em março e para 0,43% em abril. O seu principal mecanismo – a sua principal medida heterodoxa – foi o congelamento³⁰ de preços e salários (após a concessão de um abono). Porém, o sucesso durou pouco. Em dezembro de 1986 a inflação mensal atingiu 7,27%, saltou para 16,82% em janeiro de 1987 e chegou a 20,96% em abril, culminando com a substituição de Dílson Funaro por Luiz Carlos Bresser Pereira no Ministério da Fazenda.

O que deu errado? Há duas grandes explicações, não necessariamente excludentes: a) correções, como a “flexibilização” do congelamento e o aumento da taxa juros para segurar o aquecimento da economia, não foram feitas porque o presidente José Sarney

²⁹ A implantação das medidas que compunham o Plano Cruzado teria sido possível em razão da manutenção do “centralismo burocrático” existente no plano da “gestão econômica” herdado do regime ditatorial militar (Sola, 1988, p. 20).

³⁰ “A solução Larida estava fora do horizonte intelectual da época, parecia mágica” (Arida, 1996, p. 335).

buscava aproveitar a grande popularidade proporcionada pelo plano para se legitimar perante a população, e também porque o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, partido que controlava os ministérios econômicos e as principais instituições financeiras estatais) atrasou a adoção de medidas “impopulares” para não influir negativamente no calendário eleitoral (vale lembrar que o PMDB elegeu 22 dos 23 governadores em novembro de 1986) (Sardenberg, 1987; Solnik, 1987); e b) o plano alterou a distribuição da renda entre os grupos sociais e o fracasso da estabilização estaria ligado ao conflito distributivo, ou seja, os grupos perdedores passaram a reajustar os preços para que a sua renda retornasse ao nível pré-plano (Camargo & Ramos, 1988; Bacha, 1988)³¹.

No entanto, as taxas anuais de inflação continuaram se elevando nos anos seguintes³² e as várias tentativas ortodoxas e/ou heterodoxas³³ de combate à inflação não obtiveram êxito. Ainda que a recessão de 1991 tenha contribuído para a redução da inflação para 475,11% a.a., a taxa anual volta a subir em 1992 para 1.149,06% e para 2.489,11% em 1993. A ameaça de uma hiperinflação aberta estava de volta.

Mas as novas condições políticas ocasionadas pelo *impeachment* do presidente Collor de Melo trouxeram, passados sete anos, o núcleo central dos “pais” do Plano Cruzado de volta ao governo federal. Esse grupo de economistas ligados à PUC-Rio foi reconduzido ao governo pelas mãos de Fernando Henrique Cardoso, o quarto ministro da Fazenda após sete meses do governo Itamar Franco.

Menos de um mês após assumir o Ministério da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso divulgou, em junho de 1993, o Programa de Ação Imediata (PAI), cujo principal objetivo era um corte de aproximadamente US\$ 6 bilhões no orçamento de 1993. Em dezembro, as novas etapas do programa de estabilização foram apresentadas na Exposição de motivos nº 395, de 7 de dezembro de 1993. Propunha-se a criação do Fundo Social de

³¹ Consultar Serrano (1986) para uma crítica da teoria da inflação inercial a partir da abordagem do conflito distributivo. Ainda sobre o debate acerca da teoria da inflação inercial, consultar Rego (1987). Para uma análise política do fracasso do Plano Cruzado, consultar Sola (1988).

³² Taxas anuais de inflação: 1986, 57,85%; 1987, 394,90%; 1988, 993,29%; 1989, 1.863,56%; 1990, 1.585,18%.

³³ Plano Cruzado II (novembro de 1986), Plano Bresser (segundo semestre de 1987), Plano Verão (janeiro de 1989), Plano Collor I (março de 1990) e Plano Collor II (janeiro de 1991).

Emergência (FSE), um mecanismo de ajuste fiscal, cujo objetivo era desvincular as receitas dos gastos da União estabelecidas pela Constituição de 1988 e, posteriormente, a realização de uma reforma monetária, que teria dois momentos: a criação de um novo indexador a ser corrigido diariamente – a Unidade Real de Valor (URV) – e a sua transformação em uma nova moeda. Essas medidas ficaram conhecidas como Plano FHC.

A mudança de Plano FHC para Plano Real está relacionada à introdução da URV, em março de 1994 e a emissão do real, em julho. A taxa mensal de inflação que era de 48,24% em junho, recuou para 7,75% em julho, despencou para 1,85% em agosto, 1,40% em setembro e, em outubro de 1994, Fernando Henrique Cardoso era eleito presidente da República, no primeiro turno, com 34 milhões de votos.

É importante precisar que Plano Real reúne três dimensões que, apesar de serem metodologicamente separáveis, estão indissociáveis do ponto de vista da forma de exposição aqui adotada: políticas desinflacionárias, política macroeconômica e reformas pró-mercado. Desta perspectiva, é possível identificar, entre os economistas, quatro abordagens acerca dos processos inflacionários e desinflacionários.

A primeira abordagem reúne os economistas da PUC-Rio³⁴ que assessoravam o ministro Fernando Henrique Cardoso. A visão desse grupo sobre inflação e desinflação pode ser mapeada através dos documentos oficiais produzidos pelo Ministério da Fazenda. O Programa de Ação Imediata (PAI), divulgado em 14 de junho de 1993, apresentava através de uma curiosa metáfora medical as causas da inflação e a maneira de combatê-la: “O diagnóstico sobre a causa da doença inflacionária já foi feito. *É a desordem financeira e administrativa do setor público.* [...] A prescrição essencial do tratamento também é conhecida. *O governo precisa arrumar sua própria casa e pôr as contas em ordem*”.

Era preciso, portanto, pelo lado da despesa, cortar gastos (US\$ 6 bilhões) do orçamento de 1993; pelo lado da receita, aumentar a arrecadação através da regulamentação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF); alterar o padrão de relacionamento entre os entes federativos de forma a acabar com a inadimplência dos

³⁴ O grupo inicial era composto por Edmar Bacha, Pedro Malan, Winston Fritsch e Gustavo Franco. Posteriormente, Pêrsio Arida e André Lara-Resende juntaram-se a ele. O único economista que não era oriundo da PUC-Rio a ter um papel relevante na “equipe econômica” foi José Roberto Mendonça de Barros. Para uma versão acadêmica das idéias que ponderaram nesta corrente, consultar Franco (1995, p. 27-78).

estados e municípios com a União; fiscalizar os bancos estaduais e impedi-los de financiar os governos estaduais; redefinir a atuação dos bancos federais; e privatizar.

O segundo documento – a Exposição de motivos nº 395, de 7 de dezembro de 1993 – apresentava as linhas gerais do programa de estabilização, oferecia um diagnóstico da “crise fiscal brasileira” e propunha “três frentes de atuação: a) equilíbrio orçamentário no biênio 1994-1995; b) sugestões à revisão constitucional; c) reforma monetária”. A origem da “crise fiscal” era atribuída à ruptura do padrão de financiamento externo da economia brasileira no início da década de 1980 e ao ajuste praticado. Contudo, considerava-se que a manutenção da inflação

está ligada à descompressão das demandas sociais e corporativas, à deterioração da capacidade de arrecadação do Estado e à redefinição das relações entre diferentes esferas de governo desde os primeiros anos do novo regime democrático. É na elaboração do orçamento que se expressam normalmente os conflitos entre os diversos setores da sociedade e do próprio Estado pelos recursos fiscais³⁵. (BRASIL. Exposição de motivos nº 395, de 07 dez. 1993).

Nessa perspectiva, a reforma constitucional – descentralização, redução das vinculações constitucionais, reforma tributária, reforma da administração pública, privatização, quebra de monopólios estatais, redefinição do conceito de empresa nacional e reforma previdenciária – seria a forma de redefinir as funções do Estado e “desatar as amarras” presentes na Constituição, que impediam o “governo federal de assumir plenamente seu papel de coordenador das ações do Estado e da sociedade”.

O primeiro passo para a realização da reforma monetária seria a introdução da URV, que teria por objetivo “reduzir a memória que a indexação introduz nos processos inflacionários” a partir da sua correção em um espaço menor no tempo – e, posteriormente, transformar a URV em moeda. No entanto, sustentava-se que “sem o ajuste fiscal e a reorganização definitiva das contas públicas, qualquer esforço de combate à inflação ter[ia] curta duração e estará fadado ao fracasso”³⁶.

A Exposição de motivos interministerial nº 205, de 30 de junho de 1994, decretava a vitória sobre a inflação. O ajuste fiscal que foi sendo realizado desde a divulgação do PAI

³⁵ Este diagnóstico se inspirou nitidamente em Bacha (1994).

³⁶ Consultar Arida (1996, p. 335), para verificar a diferença entre a proposta Larida, baseada na utilização da ORTN, e a URV.

“neutraliz[ou] a principal causa da inflação, que era a desordem das contas públicas”. A “criação de um padrão estável de valor” – a URV – possibilitou “aos agentes econômicos uma fase de transição para a estabilidade de preços,” que foi neutra em termos distributivos, “para evitar as distorções que comprometeram o êxito de outras políticas anti-inflacionárias (sic), notadamente o Plano Cruzado [...]”.

A emissão da nova moeda – o real – levaria em conta dois aspectos: i) haveria limites quantitativos para a sua emissão; e ii) a nova moeda seria também lastreada nas reservas internacionais na paridade de um dólar americano para cada real emitido.

Entendia-se que o inimigo fora momentaneamente vencido – o déficit público –, mas não totalmente derrotado:

Embora suficiente para imprimir confiabilidade ao REAL, o equilíbrio fiscal obtido, para ser duradouro, requer mudanças adicionais no arcabouço administrativo e financeiro do Estado brasileiro, envolvendo alterações da Constituição no que respeita a organização federativa, sistema tributário, elaboração do orçamento, funcionalismo, previdência social e intervenção no domínio econômico. [...] O fim da revisão, sem a apreciação dos pontos mencionados, deixa para o Presidente e o Congresso a serem eleitos o desafio de viabilizar as reformas necessárias. (BRASIL. Exposição de motivos nº 205, de 30 jun. 1994)

Uma série de documentos oficiais avaliou a trajetória do Plano Real durante os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O “Balanço” do primeiro ano (julho de 1994 a junho de 1995) foi considerado bastante positivo: a taxa mensal de inflação se manteve em torno de 2%; o PIB estava em expansão; registrou-se superávit nas contas do Tesouro Nacional e na balança comercial, apesar do aumento crescente das importações nos últimos meses em razão da abertura comercial (mas se acreditava em uma reversão desta tendência); promoveu-se a emissão de títulos da República no mercado internacional; assegurou-se a manutenção do “regime de banda cambial” e a recuperação dos níveis das reservas internacionais, que havia diminuído em razão da crise mexicana. Finalmente, o balanço alertava que “o Plano Real abriu caminho para a estabilização, mas esta só estará garantida com as mudanças propostas no processo de Reforma da Constituição, já iniciado pelo Congresso Nacional” (BRASIL. Ministério da Fazenda, 1995a).

De modo geral, o “Balanço” dos vinte e quatro meses de lançamento do Plano Real destacava os seguintes aspectos: o controle da inflação (a média mensal foi de 1,5% para

1995 e 0,9% no primeiro quadrimestre de 1996); a reversão das medidas (aumento dos recolhimentos compulsórios e da taxa de juros) que haviam sido tomadas para conter a expansão do consumo e o superaquecimento da economia no início de 1995; o crescimento das reservas internacionais; a manutenção da política cambial; o descarte da indexação diária do câmbio à taxa de inflação. Outros aspectos eram avaliados com mais cautela: a taxa de desemprego (IBGE), que estava em queda em 1995, subiu nos primeiros meses de 1996; apesar do aumento da arrecadação (17,4%), o resultado primário em dezembro de 1995 foi 58,3% inferior ao de dezembro de 1994 e o resultado operacional que havia sido superavitário em 1994 tornou-se deficitário em 1995 (5,05% do PIB), mas melhorou no primeiro trimestre de 1996 (2,59% do PIB); com relação à balança comercial, havia apenas uma aposta de que o déficit de 1996 seria menor do que o de 1995. O documento reafirmava que

O Plano Real abriu o caminho para a estabilidade. Esta, entretanto, só se consolidará se formos capazes de reduzir significativa e continuada o expressivo desequilíbrio fiscal do setor público como um todo. [...] As reformas constitucionais e a implementação do programa de privatizações criarão condições para o lançamento da verdadeira âncora de qualquer programa de estabilização bem sucedido a longo prazo – a diminuição progressiva do déficit nas finanças públicas –, sendo, assim, essenciais à consolidação do Plano Real (BRASIL. Ministério da Fazenda, 1996).

A partir do terceiro ano, a divulgação dos balanços anuais passou a ser realizada pela Presidência da República. Os documentos referentes aos terceiro e quatro anos do Plano Real seguiram o mesmo padrão, enfatizando: a inflação em queda; o PIB em crescimento (pois o cálculo inclui todo o ano de 1994); o crescimento da renda dos mais pobres e a redução da pobreza com o fim do imposto inflacionário; a restauração do crédito bancário; a ampliação do consumo; o aumento significativo do investimento estrangeiro; a estabilização da taxa de desemprego medida pelo IBGE (apesar de seu aumento em 1997, em decorrência da expansão da População Economicamente Ativa (PEA), considerava-se que ela ainda continuava baixa, se comparada aos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a outros países latino-americanos, com exceção do México); a recuperação real do salário mínimo; a redução do déficit operacional do setor público de 4,8% do PIB (1995) para 3,9% do PIB em 1996; o avanço das privatizações; e o aumento do gasto social. Destoando desses pontos positivos, o déficit na balança comercial

era explicado pelo aumento das importações de bens de capital (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1997; 1998).

Nenhuma referência à situação das reservas internacionais foi feita no documento de 1997, enquanto o documento de 1998 informava sobre sua recuperação. Foi feita uma breve referência à crise de Ásia de 1997 para explicar a elevação da taxa de juros em 1997. Em ambos os casos, as referências à política cambial desapareceram.

O documento referente ao quinto ano do lançamento do Plano Real trouxe uma novidade. Tratava-se de uma apresentação assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, na qual a desvalorização do real é justificada:

Nestes cinco anos tivemos que enfrentar um quadro internacional adverso, com o surgimento de três crises econômicas externas de graves proporções (a mexicana, a asiática e a russa). Essas crises tiveram como seqüelas mais visíveis o aumento das taxas de desemprego e a elevação do déficit fiscal. Em janeiro de 1999 o Brasil viveu um período de sérias dificuldades econômicas, com expressiva saída de divisas, elevação súbita e acentuada das cotações do dólar e fortes aumentos de preços no atacado. Este contexto de graves adversidades foi superado de forma mais rápida e mais sólida do que o esperado, tanto por nós quanto pelos investidores internacionais. Retomamos a confiança e o crédito de nossos principais parceiros econômicos. Nossa economia demonstrou maior capacidade de recuperação diante de choques externos em comparação com outros países. Isso se deve a um conjunto de fatores. Nosso sistema financeiro havia passado por um importante programa de reestruturação. Tivemos um bom desempenho recente na área fiscal, com expressivos superávits primários. A inflação manteve-se baixa, vencida a fase de excessiva desvalorização ocorrida durante a mudança na política cambial. Pudemos então promover uma queda gradual e consistente nas taxas de juros. Nossas decisões firmes e transparentes, além do respeito aos contratos e às instituições, levaram o setor privado a dar seguimento à reestruturação produtiva já em curso. Esse processo de mudanças, estimulado pela estabilização, abertura comercial e recuperação do planejamento de mais longo prazo, vem gerando expressivos ganhos de produtividade (Cardoso, 1999).

No mais, o documento repete os mesmos argumentos apresentados nos anos anteriores em relação à inflação, ao PIB, ao desemprego, ao déficit na balança comercial, às privatizações e apresenta as mesmas lacunas como, por exemplo, em relação às contas públicas. Já o documento relativo ao sexto aniversário do Plano Real destacava que “a mudança do regime de câmbio” permitiu uma “profunda alteração nas transações externas e aliviou as restrições sobre o balanço de pagamentos do País”. Informava ainda que as “demonstrações inequívocas de firme compromisso com a austeridade fiscal” começaram a

apresentar resultados. “Com o fim do efeito da desvalorização cambial e a redução da taxa de juros ocorrida em 1999, o déficit nominal do setor público consolidado deverá reduzir-se, do patamar de 9,5% do PIB em 1999 para nível situado entre 3,5% e 4 % do PIB em 2000” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2000).

O documento de 2001, novamente, retomou os logros do Plano Real e destacou os feitos no ano 2000: taxa de crescimento econômico de 4,6%; superávit primário do setor público de 3,5% do PIB (superior ao de 1999, que foi de 3,2% do PIB); e diminuição do déficit da balança comercial, concluindo que “Os sete anos do Plano Real mudaram o Brasil” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2001). Finalmente, o último documento não apresentou uma avaliação do Plano Real, mas fez o balanço dos oito anos de governo³⁷.

Em suma, os economistas do governo tinham um diagnóstico bastante preciso da causa da inflação, qual seja, “a desordem das contas públicas”, e consideravam necessário atacar a indexação e a “memória inflacionária” para combatê-la.

Diferentemente do Plano Cruzado, o Plano Real foi considerado um sucesso, pois “toda estabilização bem-sucedida tem que ter uma coalizão política que apóie o núcleo-chave de políticas. Se não houver na partida um time econômico com idéias homogêneas, uma liderança política clara e uma certa maturidade no mundo político e na sociedade sobre o que é necessário fazer, não adianta tentar” (Arida, 1996, p. 324).

Com relação ao câmbio, os documentos do primeiro governo apontavam para a “manutenção do regime de banda cambial”. No entanto, é em relação a este ponto que ocorrerá a fratura no interior da equipe econômica em janeiro de 1999. A versão disseminada pelos economistas que permaneceram no governo ao longo do segundo mandato responsabilizou a situação externa, que teria ficado insustentável depois da crise da Rússia, não havendo outra opção ao presidente Fernando Henrique Cardoso a não ser a

³⁷ “Da inadimplência generalizada à responsabilidade fiscal, da hiperinflação à estabilidade de preços, da estagnação a um crescimento moderado mas contínuo do PIB, do atraso à atualização tecnológica, sacudimos a poeira da “década perdida” de 1980 e saltamos obstáculos no caminho do desenvolvimento sustentado da economia. Os progressos na educação, na saúde, na reforma agrária, nos programas de combate à pobreza foram ainda mais marcantes do que os avanços no plano econômico. O saldo maior de todas essas mudanças, a meu ver, é a estabilidade. Não só a estabilidade da economia, mas das instituições” (Cardoso, 2002, p. 15-16).

desvalorização. Já um membro de reconhecida importância na elaboração do Plano Real e na administração da política macroeconômica afirmou que “a defesa da moeda não falhou, [mas] foi abandonada [pelo presidente da República]”, isto é, ao invés de se aprofundar o ajuste fiscal preferiu-se “a saída fácil da desvalorização cambial” (Franco, 1999, p. 293).

A segunda abordagem acerca dos processos inflacionários e desinflacionários aqui analisada também é composta por economistas³⁸ que ocuparam postos no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, mas não estavam no núcleo decisório da política econômica.

Bresser Pereira (1996) manteve-se fiel à idéia de inflação inercial, enquanto Mendonça de Barros (1993) analisou o “arcabouço institucional” relacionado ao “processo inflacionário crônico” enfocando a indexação e o desenvolvimento da “moeda indexada”. José Serra não produziu um trabalho sistemático sobre a inflação. Contudo, é possível mapear a partir de sua análise do Plano Collor algumas variáveis que estariam relacionadas à inflação e à “conquista da estabilidade”. Para este autor, além do déficit público, é preciso levar em conta: “a) a austeridade monetária; b) a profundidade e a duração do ciclo recessivo; c) a renegociação da dívida externa; d) a reestruturação do sistema financeiro e a volta da confiança nas aplicações financeiras” (Serra, 1990, p. 276). Ao que parece, Serra procurou articular um diagnóstico estruturalista da inflação com o enfoque da PUC-Rio³⁹.

Grosso modo, esses economistas defenderam a adoção de reformas pró-mercado – em um ritmo mais lento do que aquele desejado pelos economistas da primeira corrente – e reconheceram que o Plano Real “foi uma obra de arte” (Mendonça de Barros, 2002, p. 108) para o controle da inflação. Contudo, esse grupo possuía uma visão bastante restrita do Plano Real. Este “foi anunciado em dezembro de 1993, teve início com a medida provisória que, em 1º de abril de 1994, introduziu a URV [...] e, completou-se com a reforma monetária, em 1º de julho de 1994” (Bresser Pereira, 2003, p. 5, n. 1).

Com efeito, a divergência em relação à primeira corrente de economistas governistas estava em relação à política cambial. Ou seja, para este grupo o erro se

³⁸ Os principais nomes no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso foram: José Serra, senador eleito e ministro do Planejamento; Luiz Carlos Bresser Pereira, ministro da Administração Federal e Reforma do Estado; e Luiz Carlos Mendonça de Barros, ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ministro das Comunicações.

³⁹ Outro indício desta articulação é o artigo sobre o do Plano Collor II publicado em parceria com Gustavo Franco (Serra & Franco, 1991).

concentrou na administração da política macroeconômica pós-Plano Real. Menos de quinze dias após o lançamento da nova moeda, o então deputado José Serra alertava para o risco de sobrevalorização do real (Stenzel, 13 jul. 1994), o que, de fato, ocorreu:

A sobrevalorização obrigou a manter juros elevados, que comprometeram as receitas tributárias, via crescimento lento da produção. Além disso, ele elevou as despesas públicas, face ao aumento dos gastos com juros e ao carregamento de um montante elevadíssimo de reservas, necessário diante da vulnerabilidade do modelo. Juros elevados para atrair o financiamento externo necessário, pagando um prêmio generoso pela sobrevalorização da moeda; juros elevados também para frear o crescimento da economia e com isso conter o crescimento das importações, estimulado pela sobrevalorização cambial (Serra, 1999, p. 140-141).

O papel deletério da política cambial foi também destacado por outro membro do grupo: “a taxa de câmbio, valorizada artificialmente em razão dos juros elevados operados pelo Banco Central, completava um quadro terrível para as indústrias e empresas de serviço aqui instaladas” (Mendonça de Barros, 2002, p. 115).

A decisão de manter a taxa de câmbio valorizada decorreu de “um grave erro de agenda”: “a definição da alta inflação como principal inimigo a ser enfrentado” (Bresser Pereira, 2003, p. 9). O combate à inflação passaria a contar com outra poderosa arma: a alta taxa de juros. Mas, para este autor, era uma arma desnecessária, pois o Plano Real havia controlado a inflação: a inércia havia sido “neutralizada”, a indexação da economia foi quase toda eliminada e a abertura comercial sujeitou os produtores internos à competição externa. “Os dois principais inimigos, agora, a partir do Plano Real, eram o câmbio valorizado e a alta taxa real de juros [...]” (Bresser Pereira, 2003, p. 9). Essas características iriam marcar o “quadro macroeconômico” pós Plano Real e seriam responsáveis pelas ausências de pleno emprego e de desenvolvimento dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (Bresser Pereira, 2005).

A terceira abordagem acerca dos processos inflacionários e desinflacionários é representada principalmente por Delfim Netto, que também destacou o “brilhantismo”, “a inteligência” dos elaboradores do Plano Real, que “inventaram um mecanismo [a URV] capaz de reproduzir as condições da hiperinflação, sem ter que sofrer todos os males da hiper” (Delfim Netto, 1997, p. 91), mas criticou com muito mais dureza do que a segunda corrente a sobrevalorização do real. Com relação à inflação, não há indicações de que tenha

ocorrido uma mudança significativa no diagnóstico realizado anteriormente em Delfim Netto et al (1965) (Delfim Netto, 1986, p. 64; 2002, p. 126). Segundo este autor, haveria “duas formas de produzir uma estabilização econômica”: a que se “inicia com uma âncora monetária sólida” como a estabilização promovida entre 1964 e 1967 por Otávio Bulhões e Roberto Campos; e aquela que opta pelo congelamento do câmbio como o Plano Real (Delfim Netto, 1997, p. 89-90).

A diferença entre esta abordagem e a anterior é sutil, mas merece ser destacada. Para a segunda, a sobrevalorização do câmbio foi uma escolha (incorreta) após a emissão da nova moeda. Já para a terceira, a âncora cambial era parte constitutiva do Plano Real. Mas as conseqüências são avaliadas de maneira semelhante: “[o problema] é que, por meio dos mecanismos de restrição do crédito e da elevação necessária das taxas de juros, constrói-se a armadilha que impede o crescimento da economia” (Delfim Netto, 1997, p. 94). E a “âncora da estabilização” passou a ser o desemprego (Delfim Netto, 2002, p. 11; 1998, p. 9).

Com efeito, a grande preocupação – pode-se dizer até uma verdadeira obsessão – de Delfim Netto durante os governos Fernando Henrique Cardoso foi o câmbio e não as reformas liberalizantes. Mas há indicações – não obstante a sua verve – de que concordava em linhas gerais com as reformas advogadas pelo Consenso de Washington: “talvez tivesse sido melhor ter cumprido desde 1995 o ‘Consenso de Washington’!” (Delfim Netto, 27 fev. 2002)⁴⁰. Mas, de fato, esta temática passou a ganhar sua atenção de maneira mais sistemática apenas em 2005 com a defesa da proposta de “déficit nominal zero”.

A última abordagem acerca dos processos inflacionários e desinflacionários é relativamente mais heterogênea do que as demais no tocante às causas da inflação, pois engloba marxistas⁴¹ e estruturalistas, sobretudo os pós-keynesianos. Reúne um grande número de economistas que reconheceu o papel desempenhado pela URV para o controle da inflação. Entretanto, este grupo criticou duramente o Plano Real e as reformas estruturais adotadas pelos governos Fernando Henrique Cardoso, tanto pela incapacidade

⁴⁰ Para a defesa da mesma tese, consultar Giambiagi & Almeida (2003) e Fraga (2005).

⁴¹ Para os economistas marxistas, o Plano Real faz parte de uma estratégia de implantação do neoliberalismo no Brasil (Saad, 2005, p. 225) e é “o principal instrumento tático no processo de dominação política e opressão econômica lançado pelas classes dominantes no país” (Ouriques, 1997, p. 131).

de garantir a estabilidade econômica (mais ampla do que a estabilidade de preços), quanto pela imposição de constrangimentos ao crescimento econômico. O Plano Real e as reformas liberalizantes estão relacionados à inserção da economia brasileira na economia mundial.

Não cabe aqui fazer uma resenha exaustiva dos economistas que compõem esta corrente. Os autores destacam de um modo geral as mesmas questões, dando uma ênfase maior ou menor a esta ou àquela variável. O ponto de partida comum nessas análises é a sobrevalorização do real. A âncora cambial é examinada e relacionada: à abertura comercial; à liberalização financeira; ao balanço de pagamentos; à taxa de juros; à dívida externa; à dívida pública interna; e ao emprego.

A estabilização foi possível graças à mudança para uma ordem econômica internacional mais liberal, que permitiu uma maior circulação de capitais não produtivos. Na passagem da década de 1980 para a de 1990, as economias centrais passavam por uma recessão, as taxas de juros estavam muito baixas e havia uma grande liquidez no mercado internacional. O acordo com os credores internacionais em abril de 1994 permitiu que esses capitais viessem se valorizar no mercado brasileiro de capitais. Aqui estaria uma das chaves para entender o sucesso da política desinflacionária: é o valor externo da moeda que vai garantir a confiança no seu valor interno.

De maneira bastante esquemática o argumento pode assim ser reproduzido: com a sobrevalorização da moeda, as importações aumentam em ritmo superior ao das exportações. A liberalização financeira permite financiar esse crescimento mediante a atração de capital externo. Este é atraído pelo pagamento de taxas de juros superiores às internacionais. As altas taxas de juros embutem uma remuneração por conta do “risco país”, provocando o aumento do passivo externo. Com o objetivo de impedir a expansão da oferta de moeda nacional⁴², títulos da dívida pública são emitidos para esterilizar o ingresso de capital. Como o volume do ingresso de capitais é muito grande e as taxas de juros são elevadas, cria-se um problema fiscal. A sobrevalorização cambial gera desemprego tanto nas empresas voltadas para o mercado interno, que não conseguem competir com os

⁴² Uma outra forma de restringir a oferta da moeda ocorre com a elevação do depósito compulsório.

produtos importados, quanto nas empresas exportadoras, devido ao encarecimento dos seus produtos.

Em suma: desequilíbrio do balanço de pagamentos (déficit comercial e em transações correntes); explosão da dívida interna pública; elevadas taxas de juros; desemprego e crise cambial geram uma estabilização cujas contrapartidas são o desajuste estrutural e o baixo crescimento (Tavares, 1998a; Singer, 1999; 1997; Belluzzo, 1999; Nogueira Batista Jr., 1996a, 1999; Sayad, 1999a, 1999b; Paulani, 1997; Carneiro, 2000, 2002; Andrei, 2000; Cano, 2000; Filgueiras, 2000; Hermann, 2002; Tavares & Belluzzo, 2002; Belluzzo & Almeida, 2002; Mercadante, 2005; e Cintra, 2005).

Prosseguindo a exposição das análises acerca do Plano Real, dois trabalhos merecem destaque entre os jornalistas. Ao tentar desvendar os motivos que explicariam a longevidade da equipe econômica do governo Cardoso – personificada na figura do ministro da Fazenda, Pedro Malan –, o Fiuza (2006) acaba contribuindo indiretamente para a compreensão do sucesso do Plano Real no controle da inflação.

A fragilidade política do governo Itamar Franco teria permitido a ascensão e a “blindagem” da equipe econômica liderada pelo ministro Fernando Henrique Cardoso, que pôde, assim, tomar as medidas necessárias para combater a inflação.

Já nos governos Fernando Henrique Cardoso, o ministro Pedro Malan – detentor da “confiança” e da “intimidade” de “todo alto escalão financeiro da Casa Branca, do FMI e do Banco Mundial” (Fiúza, 2006, p. 287) – teria desempenhado um papel destacado na manutenção da estabilidade de preços ao garantir o apoio desta parcela pública da comunidade financeira internacional, sobretudo nos momentos de crise, ao governo brasileiro.

Prado (2005) procurou reconstituir o processo de criação e de gestão do Plano Real até a desvalorização cambial de janeiro de 1999 a partir de um ponto de vista privilegiado: a titularidade da Coordenadoria de Divulgação do Plano Real – vinculada ao Ministério da Fazenda – para a qual foi nomeada em abril de 1994. Esta posição colocou a autora em contato direto e permanente com os economistas que elaboravam o Plano Real, permitindo-lhe não só testemunhar o processo decisório referente ao Plano Real, mas também reconstituí-lo, como se segue:

Ao longo do processo de reconstrução da história do Plano Real, é possível identificar o papel de várias âncoras lançadas, em diferentes momentos, para segurar a estabilidade. A mais importante foi a âncora URV, que permitiu resgatar o princípio da nominalidade na economia do país. [...] Depois veio a âncora Ricupero, inegavelmente um gancho poderoso que criou o vínculo entre a arquitetura teórica do plano e sua implementação prática, ajudando o povo a entender rapidamente o significado da estabilidade em suas vidas. Houve até a âncora fictícia das metas quantitativas de moeda, com efeito sobre as expectativas só no início do lançamento da moeda. Veio então a âncora cambial, que não tinha sido imaginada propriamente como uma âncora, mas foi tomando forma como tal e se firmou como principal sustentação do real no segundo semestre de 1994, reforçada pela queda drástica das tarifas de importação. [...] Aos poucos, essas vigas de apoio foram desaparecendo, sendo gradativamente substituídas por uma única e persistente âncora, que desde março de 1995 tem funcionado como o verdadeiro gancho de sustentação do real: a taxa de juros (Prado, 2005, p. 483).

Dentre os protagonistas, cumpre ressaltar que Fernando Henrique Cardoso também apresentou a sua versão sobre os eventos ocorridos no período que compreende a sua nomeação para o Ministério da Fazenda e a sua eleição e reeleição à Presidência da República: “Em meio a muitas dúvidas, abrigava só uma e fundamental certeza, de que só um programa que pudesse ser explicado e compreendido pelas pessoas seria capaz de derrubar a inflação de forma duradoura e colocar em marcha a reorganização do Estado brasileiro” (Cardoso, 2006, p. 146).

Para o Cardoso (2006), a “estabilização da economia” foi realizada por etapas. Primeiramente, foram tomadas medidas “preparatórias”, como o ajuste do orçamento de 1993 e a apresentação de um orçamento equilibrado para 1994; a renegociação das dívidas dos estados e dos municípios com a União; o aprofundamento do processo de privatização; e a renegociação da dívida externa e a recuperação do financiamento externo. Em segundo lugar, foi realizada a reforma monetária com a adoção da URV – “alinhamento voluntário de preços [...] sem congelamento e desrespeito a contratos” –, a criação da nova moeda e a definição dos regimes monetário e cambial (Cardoso, 2006, p. 144-146).

Há o reconhecimento também do papel exercido pela sobrevalorização cambial na estabilização de preços: “Não fosse a apreciação do câmbio, dificilmente a nova moeda teria atravessado o Rubicão dos primeiros meses, quando maiores eram as pressões inflacionárias e os riscos de o plano perder credibilidade” (Cardoso, 2006, p. 340). E o temor da volta da inflação em uma conjuntura internacional instável teria sido o motivo

pelo qual a política cambial foi mantida ao longo do primeiro mandato (Cardoso, 2006, p. 372-374).

A conjuntura política foi importante também para garantir o sucesso da estabilização econômica:

A desorganização das forças políticas tradicionais, desde o *impeachment* do Presidente Collor até a CPI [Comissão Parlamentar de Inquérito] dos Anões do Orçamento, facilitou a ação decidida do nosso exército Brancalione e o Plano Real passou no Congresso. Fossem normais as condições, os beneficiários da inflação ter-se-iam oposto às transformações com maior energia, defendendo seus interesses. Contou também para o êxito o apoio do PSDB [Partido da Social Democracia Brasileira] e o faro político de outros partidos para se darem conta de que havia de novo no ar. E, sobretudo, contou o cansaço da sociedade, do povo, com a “carestia” (Cardoso, 2006, p. 205).

Segundo essa análise, um Congresso dividido e enfraquecido teria permitido a ação de uma coalizão partidária que aprovou as medidas necessárias para a implantação do Plano Real. O sucesso do plano estava associado também ao apoio da sociedade a essas medidas, que teria origem na longa e exaustiva convivência com a inflação.

Há um outro conjunto de trabalhos elaborado majoritariamente, mas não exclusivamente, por sociólogos e cientistas políticos, que procurou incorporar elementos políticos e sociais na análise do Plano Real. No entanto, esses estudos pouco trataram da dinâmica do processo inflacionário, que foi vista como uma categoria residual na análise.

Os vários trabalhos que analisaram o Plano Real enfocaram, com diferentes ênfases, as mesmas variáveis (conjuntura política e econômica nacional e internacional, transformações estruturais do capitalismo e relações entre a economia brasileira e a economia mundial, fatores institucionais, coalizões e interesses sociais, atores, redes, idéias e cultura), mas o que as diferencia é o peso da *variável explicativa*⁴³.

⁴³ Há o trabalho, que parte da teoria dos bens públicos, e que pretende “discutir algumas das vicissitudes da produção de uma política pública específica: a que tenta a estabilização de uma economia superinflacionária. [...] O argumento do trabalho não se presta a um propósito normativo” (Sá, 1998, p. 1). É difícil não ler esse trabalho, que se apresenta como essencialmente teórico, como uma análise *ad hoc* do Plano Real. Dessa perspectiva, o sucesso do Plano Real deve ser creditado ao compromisso inequívoco do Estado com as políticas de estabilização monetária. Nas palavras do autor: “a possibilidade real de bem-sucedida estabilização de uma economia superinflacionária, depende, em grande medida, da implementação de uma política econômica apenas ao alcance do que se tratou por um Governo Fortemente Estabilizador” (Sá, 1998, p. 140).

O primeiro grupo reúne autores, cujo ponto de partida de seus estudos são as instituições brasileiras, que, no limite, explicariam a crise de governabilidade⁴⁴ e a persistência dos desequilíbrios macroeconômicos⁴⁵. O Plano Real seria a estratégia adotada para dar conta de uma dupla transição: a consolidação do regime político democrático e o ajustamento estrutural da economia. Para a maioria dos representantes dessa corrente, seria uma ruptura em relação às políticas e planos de estabilização anteriormente praticados.

Sola (1993; 1995), Sola & Kugelmas (1996), Sola et al (1998) e Kugelmas & Sola (1999) partem do diagnóstico da crise fiscal do Estado (Bresser Pereira, 1996; Bresser Pereira et al, 1994) para conhecer “a dimensão política desse fenômeno”, que teria origem no regime fiscal sancionado pela Constituição de 1988. De um lado, o novo regime fiscal representaria um avanço ao garantir maior transparência das fontes de arrecadação e das despesas, descentralização dos recursos em favor dos estados e municípios e ampliação dos gastos sociais. Por outro lado, ao descentralizar os recursos em favor dos estados e municípios sem que esses assumissem de maneira equivalente suas obrigações e ao aumentar os gastos sociais sem a correspondente ampliação da receita, a nova Constituição teria “enrijecido” os gastos do governo federal, sobrando a este apenas o seu endividamento como forma de financiar seus gastos. Esses seriam os ingredientes políticos da crise fiscal do Estado⁴⁶.

O Plano Real foi o primeiro plano a enfrentar esta questão e vários fatores contribuíram para o seu êxito. No terreno fiscal, a aprovação do FSE deu uma margem de

⁴⁴ A governabilidade “[...] mede a capacidade do Estado para implementar políticas públicas, agir de acordo com um conjunto previsível de regras e garantir a ordem” (Faucher, 1998, p. 7).

⁴⁵ A sociedade brasileira seria “pretoriana”, isto é, marcada por uma baixa institucionalização e, conseqüentemente, por uma incapacidade do Estado de “forçar os atores à cooperação”. O resultado seria o conflito distributivo exacerbado e inflação. Já o sucesso de uma política desinflacionária estaria ligado “ao processo de institucionalização da vida política do país” (Reis, 1994). Como não há referência ao Plano Real, presume-se que o texto tenha sido escrito antes que o autor pudesse observar o resultado do plano no tocante à estabilização de preços. Mas pode se deduzir que o governo Cardoso “conseguiu construir uma hegemonia que possibilitasse a formação de um consenso mínimo em torno de um novo formato institucional internamente consistente para o país” (Reis, 1994, p. 122). A estabilização de preços estaria vinculada ao “consenso em torno de um novo formato institucional” e não como resultado de um conflito, tampouco teria qualquer relação com fatores externos, como a ordem econômica internacional.

⁴⁶ Uma outra fonte causadora de ingovernabilidade seria a ausência de uma autoridade monetária com real “autoridade”. Ou seja, a falta de um banco central que efetivamente controlasse as instituições financeiras dos governos estaduais, pois a “autoridade” monetária financiava (sancionava) o déficit daquelas instituições (utilizado para o gasto dos governos estaduais) emitindo moeda. Esta dimensão foi enfrentada através do saneamento das instituições financeiras estaduais e do refinanciamento da dívida pública desses estados.

manobra ao governo federal. A engenhosa utilização da URV pôs fim às expectativas inflacionárias e a bem-sucedida transição para a nova moeda (o real) possibilitou o controle da inflação. Esse sucesso alterou a “correlação de forças” entre o governo federal e os estaduais, permitindo finalmente o enquadramento das instituições financeiras estaduais e a renegociação da dívida dos governos estaduais. Com efeito, as relações entre o governo federal e os estaduais começaram a mudar com a transformação do Fundo Social de Emergência em Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), mas o conflito distributivo está longe de ser resolvido. A sua solução passaria por um novo “pacto federativo”, mas a sua discussão não poderia se limitar à questão fiscal. “Mais do que nada é a questão da recuperação plena do caráter republicano das instituições que deve nortear estes esforços” (Kugelmas & Sola, 1999, p. 79).

Outros autores também apontam o federalismo como parte da crise de governabilidade, mas não se restringem somente a esse aspecto⁴⁷. As raízes da ingovernabilidade pós-regime autoritário têm três causas: “fragmentação das elites políticas”, “queda tanto na base de recursos da administração pública quanto em sua capacidade de prover serviços” e “enfraquecimento geral da autoridade pública” (Faucher, 1998, p. 6-7).

Segundo essa perspectiva, dois fatores conjunturais possibilitaram o sucesso do Plano Real. Com o aprofundamento do processo inflacionário, a indexação não mais protegia as rendas daqueles que ganhavam com a inflação. Paralelamente, o desgaste [moral] das elites empresariais – em alguma medida sempre envolvidas com escândalos de corrupção –, criou o ambiente propício para uma nova tentativa de estabilização. Mas o êxito do plano de estabilização decorre também da maneira criativa com que foi implantado, posto que as medidas foram publicamente anunciadas e progressivamente adotadas (Faucher, 1998, p. 26-27).

Efetivamente, o sucesso do Plano Real possibilitou a formação de uma aliança política com governadores e parlamentares sob a liderança do presidente Fernando Henrique Cardoso. A constituição de uma maioria no Congresso deu a legitimidade e a

⁴⁷ Todas as tentativas anteriores de estabilização (iniciadas com o Plano Cruzado) teriam fracassado em razão da “combinação” dos seguintes fatores: “presidencialismo, um sistema multipartidário fragmentado, partidos indisciplinados e um federalismo robusto” (Mainwaring, 1997, p. 56).

sustentação necessária para o encaminhamento e a implementação das reformas constitucionais, cujo objetivo é o de enfrentar as causas da ingovernabilidade (Faucher, 1998, p. 8). Esta não é uma tarefa fácil, face às dificuldades enfrentadas pelo governo em razão da formação de “coalizões *ad hoc*” para votações das emendas constitucionais.

Com efeito, o fator “estrutural” que explica o sucesso do Plano Real foi a mudança do regime político, ou seja, a expansão do direito de voto (secreto) aos mais pobres. A democracia de massa, ao incluir politicamente o mais pobres, deu voz àqueles que eram os mais prejudicados pelo processo inflacionário: “os brasileiros pobres se beneficiam de, e conscientemente preferem, a estabilidade macroeconômica” (Armijo, 2001, p. 27). O fator “fortuito” (conjuntural) foi a capacidade do presidente Fernando Henrique Cardoso de construir uma coalizão política suficientemente ampla, a ponto de incluir as tradicionalmente “poderosas elites” e, ao mesmo tempo, impedir que essas elites sabotassem as iniciativas políticas centrais do Executivo.

Os sociólogos e cientistas políticos que compõem o segundo grupo dão um maior destaque às relações entre os níveis internacional e nacional, embora a importância de cada dimensão possa variar consideravelmente de acordo com o analista. Além disso, têm em comum o fato de dirigir suas análises para a sociedade, embora a perspectiva teórica a partir da qual o fazem seja diferente. Segundo alguns dos estudiosos reunidos neste grupo, o Plano Real e o governo Fernando Henrique Cardoso representariam uma tentativa de redefinir ou pôr fim à crise de hegemonia – seja da sociedade (numa abordagem que remete a Gramsci), seja no interior do bloco no poder (conforme o conceito de Poulantzas) –, que atinge a sociedade brasileira desde o início da década de 1980, através da implantação de políticas (neo)liberais. Já de uma perspectiva que poderia ser denominada neopluralista, o Plano Real e as reformas seriam resultado da posição privilegiada ocupada pelo mundo dos negócios na sociedade capitalista. Em todas as abordagens, trata-se de uma continuação da estratégia iniciada no governo Collor de Melo.

Dois dias após a implantação da nova moeda – o real –, José Luís Fiori publicava um polêmico artigo na grande imprensa (Fiori, 3 jul. 1994), no qual criticava as interpretações voluntaristas que caracterizavam a campanha eleitoral e cujo objetivo era o de mostrar o caráter estrutural do processo compreendido pelo Plano Real, que não teria

sido implantado para eleger Fernando Henrique Cardoso: “FHC é que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial” (Fiori, 1997a, p. 14).

Essas medidas foram gestadas pelas mesmas organizações (FMI; BIRD; Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; Sistema da Reserva Federal – FED, o Banco Central dos Estados Unidos, etc.) que participaram da elaboração do Consenso de Washington (Williamson, 1990) e, não obstante alguma “originalidade operacional”, o Plano Real faria parte de um conjunto de outras experiências exitosas de estabilização na América Latina (como, por exemplo, na Argentina, no México e no Peru), que desfrutaram de uma conjuntura de recessão mundial e de baixas taxas de juros oferecidas pelos países centrais (Fiori, 1997a, p. 14).

Esse autor acrescentou que os objetivos do Plano iam além da estabilização monetária, que constituiria apenas uma primeira fase. Com efeito, a estratégia contemplava um conjunto de reformas estruturais, como privatização, desregulamentação dos mercados financeiros, liberalização comercial, que levariam à retomada dos investimentos e do desenvolvimento econômico (Fiori, 1997a, p. 12)⁴⁸. E para sua implantação, Fernando Henrique Cardoso – “*condottiere* da sua burguesia industrial, capaz reconduzi-la a seu destino manifesto de sócia-menor e dependente do mesmo capitalismo associado renovado pela terceira revolução tecnológica e pela globalização financeira” (Fiori, 1997a, p. 17) –, articulou uma coalizão de poder conservadora, a mesma que “construiu e destruiu o Estado desenvolvimentista” (Fiori, 1997a, p. 18).

Segundo um argumento semelhante, “com 82% de seus professores formados nos Estados Unidos, a PUC-Rio transformou-se em um dos centros intelectuais do

⁴⁸ Com relação às reformas, “a desregulamentação dos mercados financeiros e abertura comercial e bancária das economias” foram “decisivas”. “O restante – a quebra dos monopólios estatais e as privatizações – ocorreu depois dos sucessos iniciais e não têm conseguido estabilizar, nem de longe, uma situação de equilíbrio fiscal e tampouco deslanchar uma onda privada de investimentos produtivos. Por isso se pode dizer que este segundo grupo de reformas (também chamadas constitucionais) se inscreve num outro campo, o das iniciativas destinadas a estabilizar as expectativas dos investidores convencendo-os da firme decisão privatista dos governantes. Todas elas buscam reforçar o movimento inicial dos capitais, difundindo uma imagem externa [de] confiabilidade e [de] solidez inabalável [...]: a certeza de que nem as novas regras econômicas nem as decisões políticas liberalizantes serão alteradas” (Fiori, 1997a, p. 72-73).

neoliberalismo globalizado”, cujo papel seria preparar “a inserção do Estado brasileiro no sistema hegemônico de Washington” (Araújo, 1998, p. IX). Com o apoio da mídia, este projeto incluiria “deixar espaços vazios no país para que o território nacional possa ser dividido e cedido” (Araújo, 1998, p. XI). Para este autor, esta escola do pensamento econômico somente poderia ter se frutificado no Rio de Janeiro, uma cidade onde não se produz, vive-se das arbitragens financeiras e da especulação, concentrando, portanto, os *collabos*⁴⁹ do sistema financeiro internacional (Araújo, 1998, p. 20).

Com elevados déficits comerciais, a economia norte-americana passou a exportar o setor de serviços financeiros. E é aqui que se encaixam o Plano Real e as reformas neoliberais: a necessidade da existência de uma moeda estável para que a “praça” brasileira seja integrada à de Nova York. Nas palavras do autor:

Por que necessita o mercado financeiro internacional de moeda estável? Todos os mecanismos de investimentos, financiamento e prestação de serviços financeiros, que são o pão e manteiga da expansão imperial do sistema hegemônico dos Estados Unidos, somente podem funcionar com moeda estável nos países-alvo. A inflação é um fenômeno ininteligível para o mercado globalizado e sua erradicação a qualquer custo social é absolutamente indispensável para a entrada dos novos conquistadores no território a dominar. Bancos, corretoras do mercado de capitais, seguradoras, consultorias, auditorias, somente podem operar em terreno conhecido, qual seja o país da moeda estável (Araújo, 1998, p. 37).

Já outra análise do Plano Real parte do campo dos economistas, mas não se limita a ele. Os economistas que elaboraram o plano gozaram de grande autonomia e, portanto, puderam afrontar os “interesses imediatos das forças políticas organizadas” (Loureiro, 1997, p. 103), e se inspiraram nas “orientações neoliberais contidas no chamado Consenso de Washington” (Loureiro, 1997, p. 105). Nesse sentido, um dos pilares de sustentação do plano seria “a livre entrada e saída de capital especulativo externo” (Loureiro, 1997, p. 116).

Segundo Sallum Jr. (1999), a visão de Fiori (1997a) – e a mesma crítica poderia ser estendida a Araújo (1998) – ignora que as mudanças estruturais do capitalismo e da sociedade brasileira minaram a liderança estatal do bloco hegemônico e sua capacidade de continuar a organizar a sociedade e liderar o processo de industrialização. Para este autor, o

⁴⁹ A analogia com o colaboracionismo francês frente ao invasor alemão durante a Segunda Guerra Mundial foi feita pelo próprio autor (Araújo, 1998, p. IX).

Plano Real é a expressão de uma aliança política “entre a direita e o centro político-partidário em torno de um projeto de conquista e reconstrução do poder de Estado segundo uma ótica predominantemente liberal” (Sallum Jr., 1999, p. 25-30), cabendo a liderança do novo bloco hegemônico ao capital privado. Nesse sentido, o sucesso do Plano Real não decorreria de fatores institucionais, nem de fatores unicamente externos, mas de sua vinculação a um projeto para a sociedade brasileira que vem sendo gestado desde o fracasso do Plano Cruzado.

Este projeto hegemônico liberal formulado pela aliança de centro-direita apresenta, contudo, diferentes propostas no campo da condução da política macroeconômica. Nesse sentido, este novo bloco hegemônico está dividido em duas frações: o “fundamentalismo neoliberal” e o “liberal-desenvolvimentismo”⁵⁰. Ambas concordam que a prioridade deve ser dada à estabilização monetária, mas divergem sobre o seu ritmo. No que diz respeito ao papel do Estado, a primeira fração prevê apenas a função de regulador, enquanto a segunda admite alguma intervenção (por exemplo, na política industrial).

Segundo esse autor, o presidente Fernando Henrique Cardoso teria colocado a condução da política macroeconômica nas mãos dos fundamentalistas neoliberais para

assegurar o necessário controle sobre o sistema político, tendo em vista realizar a pesadíssima agenda de reformas institucionais que constituía o núcleo duro do programa do governo [e] como a forma mais segura de preservar a estabilidade dos preços, produzir prestígio político difuso para o governo e, conseqüentemente, maior controle sobre a atuação dos agentes e sobre os resultados obtidos nas várias arenas de disputa política (Sallum Jr., 1999, p. 40-44).

A utilização dos instrumentos de política macroeconômica pelos fundamentalistas neoliberais apresentaria resultado no curto prazo (a continuidade da estabilização monetária), enquanto aqueles vinculados ao liberal-desenvolvimentismo prometiam resultados a médio e a longo prazo⁵¹. Com a desvalorização cambial em janeiro de 1999, a gestão macroeconômica deixou de ser fundamentalista e a política fiscal substituiu a âncora

⁵⁰ Para a caracterização detalhada do ideário das duas frações, consultar Sallum Jr. (1999, p. 32-35).

⁵¹ Uma análise, cujo ponto de partida é próximo a de Sallum Jr. (1999), foi realizada por Nobre & Freire (1998). O Plano Real seria uma tentativa – ainda em curso em 1998 – de superar a crise de hegemonia existente na sociedade desde o fim do regime ditatorial-militar. Essa estratégia tinha um duplo objetivo: estabelecer as condições para o “gerenciamento político” em uma conjuntura de “hegemonia instável” e reinserir a economia brasileira na economia mundial a partir de novas bases.

cambial como instrumento prioritário para a manutenção da estabilidade de preços (Sallum Jr., 2004, p. 71).

Trabalhando com duas perspectivas, uma mais ampla e outra mais restrita, Abranches (1994a) entende que a inflação pode ser vista como o resultado de uma “crise de hegemonia” – que tem origem no esgotamento do modelo de industrialização, na crise da dívida externa e nas mudanças da economia internacional – em uma sociedade muito “heterogênea” e marcada por um “nível elevadíssimo de conflito distributivo”. Nesse caso, novos e velhos atores competem pelo atendimento de suas demandas, o que acentua o conflito distributivo e a inflação (Abranches, 1994a, p. 114). Em um âmbito mais restrito, a inflação pode ser considerada como “expressão do bloqueio decisório, da sobrecarga da agenda política produzida pela mudança acelerada e abrangente, que impede a eliminação das causas mais profundas do desequilíbrio macroeconômico e distributivo” (Abranches, 1994a, p. 117).

Com efeito, “o processo político mais fragmentado, por causa da multiplicidade de interesses, torna a tomada de decisões mais lenta e mais contraditória. [... E ...] nenhum dos segmentos ativos da sociedade tem condições de impor, por consenso ou maioria, o seu projeto para o país” (Abranches, 1994a, p. 115-116). Além disso, a “moeda indexada” torna inviável a adoção de políticas ortodoxas de estabilização. Mais do que isso, é a inflação que sustenta tanto a forma de intermediação de interesses quanto o funcionamento da economia.

O autor aponta ainda os motivos pelos quais o Plano Real teria mais chances de dar certo: i) podia se aproveitar das experiências fracassadas; ii) podia se beneficiar da âncora cambial; iii) foi mais bem concebido que os planos anteriores; iv) em razão dos instrumentos que utiliza, a burocracia do Banco Central era mais bem preparada para a sua execução; v) o problema do déficit público estava sendo levado a sério; vi) a situação externa era favorável; e vii) a economia estava mais aberta e os oligopólios já não eram “todo-poderosos” (Abranches, 1994b).

Partindo de um marco que, em última instância, poderia ser classificado como neopluralista, mas sem deixar de levar em conta aspectos institucionais, Kingstone (1999) afirma que a crise fiscal – uma crise de financiamento – do modelo de industrialização por substituição por importações é que teria levado ao apoio de parte dos empresários às

políticas neoliberais. Para esse autor, o neoliberalismo não vem de “Washington”, muito menos é imposto por tecnocratas neoliberais insulados no aparelho de Estado. Se assim fosse, as políticas neoliberais não teriam sido implantadas por governos eleitos e reeleitos democraticamente. O apoio da “comunidade de negócios” a essas políticas não foi ideológico, mas pragmático. Os motivos para esse apoio podem ser encontrados na estrutura de mercado, na história dos setores industriais analisados e nas relações que esses mantêm com o aparelho econômico estatal.

Para esse autor, o sucesso do Plano Real deve ser creditado a vários fatores: a) à transparência na concepção e implementação do plano; b) à folga fiscal criada pelo Fundo Social de Emergência; c) à política monetária restritiva; e d) à herança do governo Collor, como a liberalização comercial, o ajuste fiscal e o enfraquecimento do Congresso ocasionado pelo “escândalo do orçamento” que se seguiu à cassação de Collor (Kingstone, 1999, p. 195-197).

Ao contrário desses autores, os pesquisadores marxistas deixam claro o que o Plano Real e as políticas que lhes são correlatas representam. “Foi por meio dessa estabilidade que o governo consolidou a hegemonia do capital financeiro na economia brasileira” (Sader, 1996, p. 14). Outro analista acrescenta:

O capital bancário e o capital imperialista constituem o setor da fração monopolista cujos interesses são priorizados pela política neoliberal. A política de desregulamentação financeira, associada à política de juros altos e a de estabilidade monetária contempla, ao mesmo tempo, o imperialismo e os bancos nacionais – para sermos exatos, os investimentos financeiros estrangeiros e os grandes bancos nacionais (Boito Jr., 1999, p. 57).

De acordo com esses autores, o neoliberalismo é o resultado da redefinição da hegemonia no interior do bloco no poder em favor do capital financeiro internacional e do grande capital bancário nacional, pois as políticas neoliberais beneficiam “em última instância” os detentores desses capitais.

O terceiro conjunto de análises no campo da Sociologia e da Ciência Política é formado por autores que não se enquadram nos grupos já mencionados. Portanto, é bastante heterogêneo. Há, por exemplo, uma explicação voluntarista, que destaca o papel de um protagonista (o presidente da República e/ou o ministro da Fazenda) como o elemento explicativo para o sucesso do Plano Real, a introdução e o andamento das reformas

(Goertzel, 2002; Sorj, 2001; Kinzo & Silva, 1999; Souza, 1999; Gómez, 1998; Resende-Santos, 1997; Leoni, 1997).

Outro trabalho destaca a cultura e os valores a partir dos quais a política econômica (política de estabilização e reformas) é definida: crescimento (ou o “horror” à recessão), intervenção estatal, inflação e indexação. O Plano Real representaria uma alteração na composição desses elementos: mantém-se o crescimento e, em menor medida, a intervenção estatal, à custa da inflação e da indexação (Kearney, 2001).

O diagnóstico da “crise fiscal do Estado” apresenta a inflação como uma “doença”, uma “praga” que destruía a sociedade brasileira, que, se não fosse corretamente tratada, evoluiria para uma situação de anomia. A terapia – uma retórica legitimadora de uma mudança institucional (representada pela criação do FSE) – seria mais um exemplo das relações autoritárias que caracterizam a tradição autoritária do Estado brasileiro e a sua relação com a sociedade (Borba, 2002).

A partir da análise minuciosa da estrutura argumentativa do discurso dos defensores do Plano Real, Borba (2002) detecta os mesmos elementos presentes na “tradição tecnocrática brasileira”: a) a crise vivida pelo país é apresentada como “catastrófica”; b) na origem dessa crise estão irracionalidade e instituições inapropriadas e c) a crise só poderá ser superada com a adoção de reformas estruturais e com a “centralização de poderes nas mãos da tecnocracia”. Portanto, é a “ideologia tecnocrática” que legitima a adoção de políticas públicas, entre elas a desinflação e a continuidade das reformas orientadas para o mercado.

Para um outro autor, a influência que as idéias econômicas exerceram sobre os economistas encarregados de formular e de implementar a política estatal explicaria o sucesso do Plano Real. A tese defendida “é que as idéias dos decisores governamentais – os ocupantes dos cargos públicos com capacidade de influência na formulação das políticas públicas – constituem a variável mais relevante para se entender a adoção das reformas estruturais que levaram à reversão do modelo de industrialização por substituições de importações no Brasil” (Pio, 2001, p. 12). Mas é preciso advertir que, para este autor, trata-se da “influência das idéias formuladas por economistas com atuação destacada no debate

público nacional” (Pio, 2001, p. 4), que conceberam um plano de estabilização heterodoxo à revelia do Consenso de Washington e sem o seu apoio.

Entretanto, não é suficiente afirmar simplesmente que as idéias são “a variável mais relevante”, é preciso demonstrar como as idéias adquiriram esse *status*. Em primeiro lugar, as idéias econômicas são julgadas por elas mesmas, ou seja, os economistas que elaboraram o Plano Real não só tinham, segundo Pio (2001), o diagnóstico “correto” das causas da inflação, mas também propuseram a terapia correta para o seu enfrentamento (o manejo de instrumentos tanto ortodoxos, quanto heterodoxos). Está implícito que esses economistas formavam uma equipe teoricamente bastante homogênea e haviam tido uma experiência prévia de governo. Em segundo lugar, diferentemente da época em que estiveram no governo (Plano Cruzado), a equipe do Plano Real ocupava postos decisórios e estava insulada para tomar as medidas necessárias para combater a inflação. Em terceiro lugar, a autonomia necessária para a implementação das mudanças foi conseguida graças à liderança política do então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que se aproveitou da conjuntura interna (marcada pela sucessão de três ministros da Fazenda em aproximadamente sete meses de governo Itamar Franco e pelo aumento contínuo da inflação) para a formação de uma coalizão política para a sustentação e insulamento da equipe econômica.

1.3 Contribuições e limites do debate no campo da Sociologia e da Ciência Política

As análises dos processos de reformas econômicas que priorizam os aspectos institucionais, a exemplo da crise fiscal do Estado, padecem de dois problemas: além de dar pouco destaque aos fatores externos, elas são “altamente normativas”, ou seja,

[Elas são constituídas] de tal forma que os elementos descritivos e prescritivos se confundem inextricavelmente na análise, levando a uma conclusão que constitui em si mesma um programa político. Aqui reside muito da sua força, mas, igualmente, algumas de suas debilidades. Como já vimos, o argumento em causa parte de uma avaliação do estado geral da economia. O inconveniente é que essa avaliação nunca é consensual. [...] Esse argumento não deixa lugar para a diferença: a única atitude que ele admite quando esta se expressa é a tentativa de desqualificar o outro (Cruz, 1998, p. 17-18).

Quanto à hipótese segundo a qual os partidos políticos são indisciplinados e que a fragmentação do sistema partidário seria uma das causas do fracasso dos planos de estabilização anteriores ao Real e uma das fontes da crise de governabilidade, Figueiredo & Limongi (2000) demonstram o contrário: segundo os autores, os partidos pertencentes à coalizão governamental são disciplinados e o Congresso aprovou a maioria dos projetos de iniciativa do Executivo depois de 1988⁵². No primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, o governo conseguiu a aprovação de 90% nas votações nominais e das quinze derrotas (10%), a metade referia-se às votações da reforma da previdência (Nicolau, 2000, p. 720), uma questão altamente controversa.

No que se refere às análises que priorizam os interesses sociais em jogo, considera-se que tanto Fiori (1994; 1997a) quanto Sallum Jr. (1999) apresentam respostas bastante genéricas. Esses interesses seriam os da coalizão de poder conservadora, a mesma que “construiu e destruiu o Estado desenvolvimentista” ou da “grande maioria dos parlamentares, burocratas e dirigentes do Executivo, empresariado de todos os segmentos, mídia, etc. – com larga penetração na classe média e em parte do sindicalismo urbano e na massa da população” (Sallum Jr., 1999, p. 32). Ou seja: é preciso investigar mais a fundo a construção e o funcionamento dessa nova coalizão.

Afirmar que a “comunidade de negócios” apoiou as reformas neoliberais apenas por pragmatismo e não por questões ideológicas (Kingstone, 1999) implica desconsiderar que muitas dessas reformas vão de encontro aos interesses de parcelas importantes do empresariado⁵³. Nesse sentido, o apoio inicial da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP, 1990) à independência do Banco Central e à abertura da economia parece ter raízes ideológicas e não pragmáticas. Exemplo disso foi a reação bastante enfática da FIESP aos resultados práticos da independência *de facto* e não *de jure* do Banco Central e da abertura externa ocorridas durante os governos Fernando Henrique Cardoso.

⁵² O primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso só poderia ser reconhecido como um “governo de maioria” após a inclusão do Partido Progressista Brasileiro (PPB) e do Partido Popular Socialista (PPS) no governo (Amorim Neto, 2000).

⁵³ Entenda-se como empresariado “o conjunto de agentes sociais [...] ocupantes de posições que implicam poder de decisão nas questões estratégicas para a empresa, independente do fato de serem eles detentores ou não da propriedade jurídica do capital cujo comando exercem” (Cruz, 1995: 24).

A hipótese segundo a qual o predomínio “neoliberal” na política macroeconômica do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso é uma forma de manter o controle sobre a agenda de reformas (Sallum Jr., 1999) é bastante elucidativa, mas não é suficiente para explicar o fenômeno⁵⁴. Se a maioria dos parlamentares faz parte do novo bloco hegemônico liberal e se a ideologia funciona como “cimento” de qualquer bloco (o que permite deduzir que os parlamentares concordam, minimamente, com a superioridade do liberalismo), qual é o papel reservado à estabilidade de preços?

Para aprofundar a hipótese de Sallum Jr. (1999), é preciso considerar a influência dos organismos internacionais na organização da pauta da agenda de reformas e a sua imensa coesão ideológica em torno do “neoliberalismo”. Em outras palavras: para as organizações sediadas em Washington não há espaço para resquícios cepalinos presentes no ideário do “liberal-desenvolvimentismo”. A hegemonia no interior do novo bloco (neo)liberal só poderia ser exercida sob a liderança dos “fundamentalistas”⁵⁵. A expressão “não há alternativa” exprime, para o caso em tela, a impossibilidade de pôr em prática uma outra política que não seja a “neoliberal”, cuja meta primeira é a estabilidade de preços.

Deste modo, o manejo dos instrumentos de política macroeconômica sob a ótica “neoliberal” não decorreu apenas da necessidade de resultados a curto prazo, como salienta Sallum Jr. (1999). A utilização desse instrumental estava em sintonia com o *mainstream*, o que lhe garantiu apoio da comunidade financeira internacional. Essa “aprovação” do Plano Real pode ser medida pela quantidade extraordinária de recursos que ingressaram no país

⁵⁴ A observação feita em relação à análise de Sallum Jr. (1999) também é válida para o trabalho de Loureiro (1997). Esta pesquisa apresenta uma concordância com as teses mais gerais desses trabalhos – que fornecem elementos importantes para compreender o sucesso das políticas desinflacionárias –, mas pretende ir além dos resultados apresentados por esses autores. No caso de Loureiro (1997) é preciso responder as seguintes questões: quais eram os interesses das “forças políticas organizadas”? De que maneira foram sobrepujados? O capital externo e a liberalização financeira concorreram para que se chegasse a esse resultado?

⁵⁵ As divisões que ocorrem no interior do bloco hegemônico e no seio do Estado representariam uma cisão *entre neoliberais* (Boito Jr., 1999) e não uma fratura no campo *liberal* (entre neoliberais e desenvolvimentistas). A “tendência neoliberal extremada” seria dominante no aparelho estatal na medida em que controla o Ministério da Fazenda e o Banco Central e exprime os interesses do grande capital bancário e do capital financeiro internacional. A “tendência neoliberal moderada” (em relação às políticas de juros e de abertura comercial) seria minoritária no aparelho de Estado, controla o Ministério da Indústria e Comércio e exprime os interesses do setor industrial do grande capital. “Essas duas tendências não divergem sobre o conjunto da política neoliberal e nem percebem sua luta como um enfrentamento entre propostas antagônicas” (Boito Jr., 1999, p. 60-61). Elas expressariam, portanto, o interesse de diferentes frações de classe dominante.

no até 1998, possibilitada, também, graças às mudanças na legislação cambial iniciadas no governo Collor de Mello.

A “liderança moral” é parte da explicação, mas também é insuficiente para a compreensão do fenômeno, pois é preciso institucionalizá-la (ou instrumentalizar o desenho institucional existente). Afinal, o fato dos “extremados” ocuparem justamente o Ministério da Fazenda não é obra do acaso. É nesse sentido que se utiliza o resultado de uma pesquisa, que aponta o Ministério da Fazenda como “núcleo de poder no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso” (Loureiro & Abrúcio, 1999).

Já os autores marxistas (Boito Jr., 1999; Sader, 1996), ao associarem as políticas neoliberais com os seus beneficiários últimos, correm o risco de obscurecer outros aspectos que podem estar na origem do próprio processo de implementação das reformas econômicas como, por exemplo, as mudanças estruturais na economia mundial. Além disso, o problema dessas análises é ausência de uma definição precisa do que seja o capital financeiro⁵⁶.

A explicação voluntarista, por sua vez, é limitada. Sem querer negar a importância do protagonista – ministro da Fazenda e/ou presidente da República – na implementação e condução do Plano Real, um plano de estabilização envolve um conjunto de variáveis internas e externas que fogem ao controle do protagonista.

O problema da abordagem de Kearney (2001) é que a opção pelo crescimento se subordinou completamente à opção pela desinflação e a manutenção da estabilidade de preços, e não o contrário como afirma. O fator internacional – que é essencial para a compreensão tanto do processo inflacionário brasileiro, quanto o desinflacionário – tem pouco ou quase nenhum peso explicativo para Kearney (2001) e Borba (2002).

Pio (2001) também possui uma visão inteiramente endógena do processo de estabilização monetária, que o leva a desconsiderar a relevância de qualquer mudança estrutural sofrida pela economia brasileira, como, por exemplo, a abertura comercial e

⁵⁶ “Não estou falando do capital financeiro orgânico do Hilferding, nem do capital financeiro do Hobson, embora eles estejam aí. É evidente que há ligação entre bancos e multinacionais. Mas, além disso, as multinacionais também passaram a ser bancos, sem serem bancos. A estratégia de qualquer multinacional passou a ser: primeiro eu trato do dinheiro, da liquidez, da aplicação financeira, sem o que eu não vou a lugar nenhum. Depois, trato das exportações, depois da tecnologia” (Tavares, 1998b, p. 186).

financeira, a reestruturação da dívida externa, o processo de privatização, como um elemento com poder explicativo, mesmo porque, para ele, as “condições estruturais” existentes no momento de implementação do Plano Real eram as mesmas do plano de estabilização ortodoxo patrocinado por Marcílio Marques Moreira (Pio, 2001, p. 56 n.4).

Ora, como já apontado pela própria literatura, as condições institucionais não eram as mesmas. Mais do que isso, o processo de liberalização financeira e a liquidez do mercado financeiro internacional foram fundamentais para o êxito do Plano Real. Mas como Pio (2001) descarta a ordem e a conjuntura econômica internacional, ele foi obrigado a julgar a validade das idéias e dar um peso muito grande às idéias em si mesmas.

O autor considera que os membros da equipe econômica tinham o diagnóstico “correto” das causas “fundamentais” da inflação, quais sejam, “o déficit público e o desequilíbrio entre demanda agregada e oferta na economia” (Pio, 2001, p. 59). Além disso, aprenderam em experiências anteriores no governo, que o combate à inflação não deveria “provocar efeitos distributivos”. Nesse sentido, a “*proposta [Larida] satisfaz plenamente os requisitos de Dornbusch & Edwards (1990; 1991) para uma boa política econômica*” (Pio, 2001, p. 61 – grifo meu). Portanto, bastaria, apenas, reunir as condições institucionais supramencionadas para a implementação das medidas necessárias para o controle da inflação, medidas essas que respeitassem “as regras de funcionamento do mercado”, isto é, os contratos e os preços vigentes, e que fossem adotadas gradualmente.

Com efeito, há dois graves problemas nessa tese de Pio (2001): a) o autor se esquece que as causas da inflação são fato controverso entre os economistas⁵⁷; e b) a estabilização pode ter sido resultado da intervenção de variáveis que estavam fora do controle dos economistas como, por exemplo, a liquidez do mercado internacional de capitais, mas que, evidentemente, eles souberam aproveitar. Mas o fator internacional não tem lugar na explicação de Pio (2001) porque as idéias dos economistas foram superdimensionadas.

É certo que os efeitos redistributivos da estabilização foram essenciais para a aprovação eleitoral do plano. Entretanto, aqui não há nenhuma novidade. Armijo (2001) se

⁵⁷ Curiosamente, o próprio Pio (2001) cita um depoimento de Pêrsio Arida, que contradiz a sua afirmação: “o déficit público foi e tem sido uma variável de desequilíbrio sempre presente ao longo das décadas de 80 e 90, seria tolo tentar deduzir a nossa dinâmica da inflação de preços a partir dele” (Arida apud Pio, 2001, p. 101).

esquece que o Plano Cruzado havia produzido o mesmo resultado, o mesmo sucesso eleitoral. Apenas uma visão formal de democracia representativa pode creditar a eleitores racionais o sucesso da estabilização⁵⁸.

Em resumo, todos os trabalhos aqui tratados têm pontos fortes e fracos. As análises do primeiro grupo destacam os fatores institucionais internos como a causa da crise e como a referência obrigatória para a sua resolução. De acordo com essa abordagem, as coalizões e interesses sociais têm alguma força explicativa desde que inseridas nas instituições. Infelizmente, seus estudos acabam deixando de lado os aspectos internacionais. As interpretações baseadas nos interesses sociais, por sua vez, dão muito pouca importância aos fatores institucionais internos, mas, na sua maioria, procuram articular as dimensões internacional e nacional, bem como as coalizões sociais e os interesses que elas expressam.

Depois de mapear os principais argumentos e teses sobre as causas da inflação e os planos de estabilização mais importantes concebidos para combatê-la, o capítulo seguinte discutirá as abordagens e os elementos que permitiram construir o modelo analítico adotado por esta pesquisa.

⁵⁸ Para Desai et al (2003), a relação entre democracia e inflação deve levar em conta a distribuição de renda. Ou seja, o regime político democrático pode estar associado à inflação ou não: quanto menor a desigualdade de renda, menor a inflação; quanto maior a desigualdade de renda, maior a inflação. Paldam (1987) encontrou uma correlação positiva entre ditadura militar e redução da inflação, ao menos no início do regime. O mesmo pode ser deduzido do trabalho de Kessler (2005) em relação ao caso brasileiro. Oatley (2003) afirma que as estabilizações são mais fáceis de ser atingidas nos regimes autoritários do que nos regimes democráticos, em virtude das pressões que os governos dos últimos recebem. Pode-se concordar com esse argumento como regra geral, mas as relações entre inflação, conflito distributivo, estabilização e regime político devem ser concretamente analisadas. Por exemplo: i) a inflação foi um dos elementos que permitiu a consolidação da República Weimar (Feldman, 1997, p. 52; 1997, p. 854); e ii) no Brasil, a taxa de inflação durante a ditadura militar foi menor do que a da Nova República, do que no governo Collor e de parte do governo Itamar. Mas depois da implantação do Plano Real, a taxa de inflação passou a ser inferior às existentes na ditadura militar. Certamente, há uma relação entre regime político e inflação, mas o regime político não pode ser tratado como a variável explicativa.

CAPÍTULO 2 – INFLAÇÃO E DESINFLAÇÃO: HISTÓRIA E MARCO ANALÍTICO

Este capítulo se propõe a traçar um breve histórico dos processos clássicos de hiperinflação e desinflação em algumas experiências selecionadas a partir da bibliografia, bem como discutir o papel dos conflitos e das coalizões nas diferentes perspectivas teóricas, de modo a apresentar o modelo analítico que orienta este trabalho.

2.1 Os casos europeus de hiperinflação no pós-guerra

Processos hiperinflacionários são raros na história mundial. Contudo, são muito marcantes, como se pode perceber a partir da tabela abaixo:

TABELA 5 – CASOS DE HIPERINFLAÇÃO NA EUROPA

PAÍS	INÍCIO (50 % A. M.)	FIM	DURAÇÃO (EM MESES)	TAXA MÉDIA MENSAL	TAXA MAIS ELEVADA
ÁUSTRIA	Out. 1921	Ago. 1922	11	47	134
ALEMANHA	Ago. 1922	Nov. 1923	16	322	32.400
HUNGRIA	Mar. 1923	Fev. 1924	10	46	98
POLÔNIA	Jan. 1923	Jan. 1924	11	81	275
URSS	Dez. 1921	Jan. 1924	26	57	213
HUNGRIA	Ago. 1945	Jul. 1946	12	19.800	4.2×10^{15}
GRÉCIA	Nov. 1943	Nov. 1944	11	365	8.500.000

Fonte: A partir de Franco (1995, p. 144).

As hiperinflações das décadas de 1920 e 1940 estão organicamente ligadas às duas Guerras Mundiais e às guerras e às revoluções que se seguiram aos confrontos mundiais, e, mais precisamente, à luta que se seguiu sobre a distribuição dos seus custos. Além disso, apresentam outro traço comum: a destruição da moeda, que não mais exerce as suas três funções: unidade de conta, meio de circulação e reserva de valor. Termina aqui o consenso na literatura.

De todas essas experiências hiperinflacionárias, o caso alemão tornou-se o objeto privilegiado de estudo. A escolha se justifica em razão da importância da economia alemã face à economia mundial, mas também em virtude da associação feita entre a hiperinflação

e a ascensão do nazismo: “Hitler foi um filho adotivo da inflação”, afirmou Lionel Robbins no prefácio da edição inglesa do livro de Bresciani-Turroni⁵⁹.

A obra do economista italiano é o ponto de partida das mais variadas análises sobre a hiperinflação alemã. Pode-se dizer também que a sua interpretação desse fenômeno ainda hoje prevalece no *mainstream*: “foi apenas o possível aumento nas emissões do dinheiro legal [em razão do déficit orçamentário] que possibilitou a incessante elevação de preços e a contínua queda no valor externo do marco” (Bresciani-Turroni, 1989, p. 227).

Bresciani-Turroni foi também responsável pela sistematização do debate sobre as causas da hiperinflação alemã: a) a teoria alemã, ou a teoria do balanço de pagamentos, era “defendida pelo Reichsbank, por sucessivos governos alemães, pelos grandes banqueiros, pelos grandes industriais, por autoridades alemãs e por grande parte da imprensa” (Bresciani-Turroni, 1989, p. 19). Essa teoria considerava que

a desvalorização do marco era causada pela situação do balanço de pagamentos. Durante a guerra a Alemanha tinha um balanço ‘passivo’, devido ao excesso de importações sobre as exportações; posteriormente isso foi agravado pelos efeitos do pagamento de reparações; e outros encargos impostos pelo Tratado de Versalhes (Bresciani-Turroni, 1989, p. 19).

E, b) as teorias inglesas:

(porque foram rigorosamente apoiadas pelos representantes da Grã-Bretanha nas Comissões de Indenizações do Governo e no Comitê de Garantias), segundo as quais a causa fundamental da desvalorização do marco era o déficit orçamentário, que provocava a contínua emissão de papel-moeda (Bresciani-Turroni, 1989, p. 21).

Fica claro que os alemães, derrotados, tinham uma visão das causas da hiperinflação bastante diferentes dos estrangeiros, os vencedores. Note-se que essas distintas interpretações iluminarão o debate sobre as causas das hiperinflações latino-americanas nos anos 1980 e 1990.

Bresciani-Turroni se filiava às teorias inglesas, que considerava “essencialmente correta”. Para os objetivos da pesquisa, interessa saber como Bresciani-Turroni analisava as “influências sociais da inflação” (capítulo V). Em primeiro lugar, a inflação era “um

⁵⁹ Uma perspectiva distinta considera que a ascensão do nazismo ao poder em 1933 estaria muito mais relacionada aos efeitos (desemprego repulsivo, redução dos salários e empobrecimento geral) produzidos pela Grande Depressão da década de 1930, do que aos causados pela hiperinflação dos anos 1920 (Feldman, 1997, p. 854).

terrível instrumento para a redistribuição da riqueza”, que a concentrava, beneficiava os empresários, sobretudo os industriais, por meio da concentração de capital, prejudicava os trabalhadores através da redução dos seus salários reais, destruía os rentistas e possibilitava a emergência uma nova “classe” de intermediários, especuladores e aproveitadores (Bresciani-Turroni, 1989, p. 129-130). A relação entre Estado e classe era vista da seguinte maneira:

Os líderes do Partido Socialista, que surgiu na revolução de novembro de 1918, não tinham nem a força nem a habilidade de impor às classes ricas os impostos para equilibrar o orçamento nacional. Eles não podiam fazer nada além de aumentar as emissões de papel-moeda, servindo, desse modo, aos interesses dos grupos burgueses que, após um breve período de confusão causado pela revolução, exerceram uma influência dominante sobre a política econômica e financeira do Reich (Bresciani-Turroni, 1989, p. 131).

Com relação à classe trabalhadora, Bresciani-Turroni encontrou “vantagens políticas e morais” com a revolução de novembro de 1918 como, por exemplo, o reconhecimento dos sindicatos (que passaram de 2,5 milhões de membros em 1913 para 7,9 milhões em 1920), a criação dos contratos coletivos de trabalho e a aceitação do princípio da jornada diária de oito horas. Entretanto, os aumentos de salários obtidos pelos sindicatos eram de fôlego curto, já que a inflação fazia com que perdessem o seu valor, mesmo com a generalização da indexação (Bresciani-Turroni, 1989, p. 143-148).

A estabilização da moeda produziu efeitos contraditórios para a classe trabalhadora pois, de um lado, a adoção da jornada de trabalho de oito horas foi “suspensa” (Bresciani-Turroni, 1989, p. 212), de outro lado, a desigualdade na distribuição da riqueza diminuiu (Bresciani-Turroni, 1989, p. 217).

Ainda no campo das “teorias inglesas”, no debate mais recente sobre as medidas que permitiram controlar os processos hiperinflacionários de Alemanha, Áustria, Hungria e Polônia na década de 1920, foram, “primeiro, a criação de um Banco Central independente que estava legalmente comprometido a recusar a demanda do governo de crédito adicional sem garantias, e, segundo, uma alteração simultânea no regime de política fiscal” (Sargent, 1988, p. 105). Ou seja, essa abordagem parte do pressuposto de que se as expectativas [racionalis] dos agentes econômicos [capitalistas e trabalhadores] são de inflação alta no futuro, fruto das políticas monetária e fiscal frouxas adotadas no presente. Assim, a única

maneira de controlar a inflação será a reversão dessas expectativas através de um banco central “independente” e de um orçamento público equilibrado.

Pelo lado da teoria alemã, uma análise recente procura aliar as perdas com a guerra e a conseqüente crise do balanço de pagamentos⁶⁰ com o fortalecimento sindical e as reivindicações trabalhistas. “Estes, portanto, são os fatores fundamentais para a inflação alemã: tentativa irresistível de recuperar salários, ou seja, de quase quadruplicar salários reais, e uma obrigação externa impagável” (Franco, 1989?, p. 5). Essa afirmação pode ser lida da seguinte maneira, qual seja, a inflação é o resultado de dois conflitos: o interno (capitalistas x trabalhadores) e o externo (nacionais x estrangeiros), que estão na base das *coalizões inflacionárias* que se formam na sociedade. Secundariamente, “existe uma situação fiscal não muito sadia e políticas monetárias tendentes a acomodar essas pressões inflacionárias” (Franco, 1989?, p. 5).

O sucesso das políticas de estabilização dependerá se a economia for aberta ou fechada. Quando ela é fechada, há uma maior dificuldade em dolarizá-la, pois ela pode encontrar um indexador interno que substitua a moeda como unidade de conta e um ativo que sirva como reserva de valor. Já nas economias abertas, o dólar pode desempenhar essas duas funções (Franco, 1989?, p. 11). Portanto, se a economia for aberta é mais fácil estabilizá-la através da fixação da taxa de câmbio, pois se “todos praticam preços indexados pela taxa de câmbio, no momento em que a taxa de câmbio é fixada, a inflação desaparece” (Franco, 1989?, p. 20-21). Entretanto, a estabilização somente se mantém se o país tiver reservas suficientes em dólares que permitam a sua utilização na troca pela moeda local. Há duas maneiras de se fazer isso. Se a economia do país for relativamente pequena, um empréstimo em dólar equivalente à base monetária será suficiente [Áustria, Hungria 1924 e 1946, Polônia e Grécia] (Franco, 1995, p. 165).

Já em economias grandes, como a alemã, essa forma não se aplicaria devido ao enorme volume necessário para o empréstimo. Portanto, “houve uma inovação

⁶⁰ A inflação na Alemanha teria sido uma inflação de custos. Os preços são compostos pelos custos básicos da produção (salários e insumos industriais) acrescidos de um *mark-up*. Se os insumos são importados, a taxa de câmbio tem um papel importante na dinâmica da inflação. No caso em tela, a deterioração das condições externas (reparações) e o estancamento dos fluxos voluntários de capital (externo) resultaram na explosão dos preços e em inflação. Portanto, a “restrição externa” é fundamental para explicar a inflação e apenas após a superação dessa restrição é possível atingir a estabilização (Bastos, 2001).

extraordinária que foi a introdução da moeda indexada. No momento em que foi introduzida, ela serviu para que as pessoas fugissem para essa moeda, em vez de fugir para o dólar. Esse título, indexado pelo dólar, era como o próprio dólar” (Franco, 1989?, p. 23).

Esta tese vai de encontro àquela segundo a qual a estabilidade foi conquistada em virtude da existência de um limite à emissão da nova moeda, o *rentenmark*⁶¹. Essa moeda não era conversível nem lastreada em ouro, e “sua única garantia era efetivamente a ‘hipoteca’ sobre o patrimônio dos subscritores do Rentenbank caso este fosse liquidado” (Franco, 1995, p. 124). Na verdade, as pessoas aceitaram a moeda indexada ao dólar e confiaram nela como se fosse o próprio dólar. Em outras palavras: a âncora cambial acabou com a hiperinflação alemã (Franco, 1989, p. 142), mas foram “o alto desemprego e o rigor monetário extremo” que sustentaram a estabilização (Franco, 1989, p. 237).

Além disso, a estabilização está relacionada à implantação do Plano Dawes, que repactuou o pagamento das reparações de guerra e trouxe novos empréstimos para a Alemanha (Bastos, 2001, p. 206). Ou seja: tanto a inflação quanto a estabilização do marco devem ser compreendidas a partir da “interação decisiva [entre] as relações econômicas e políticas internacionais, de um lado, e a política doméstica, do outro lado” (Feldman, 1997, p. 350).

Se para Franco (1995) o conflito distributivo é um elemento causal⁶² importante para hiperinflação, ele também o é para outros:

Em nosso estudo, a elevação de preços tem várias causas. Numa primeira fase, é essencialmente o acirramento das lutas pela repartição da renda, que conduz simultaneamente a uma variação dos preços relativos e a uma alta do nível geral de

⁶¹ “Quando os *rentenmarks* começaram a ser emitidos em 15 de novembro o governo atuou em duas frentes: dado que o mecanismo através do qual a nova moeda tinha ‘valor estável’ permitia que um *rentenmark* fosse trocado por 10/42 dólares, [...] o governo simultaneamente trocava marcos por *rentenmarks* a uma taxa de um trilhão por um, e ao mesmo tempo empregava suas reservas internacionais para intervir no mercado de câmbio e sustentar a taxa de 4.2 trilhões de marcos por dólar. Como resultado desse duplo ataque a taxa de câmbio ficou estabilizada e como a dolarização transmitiu a estabilidade do câmbio para os preços domésticos, o processo inflacionário terminou em um só golpe” (Franco, 1995, p. 120).

⁶² Para outros, o conflito é uma consequência da inflação: “Um dos efeitos da inflação polonesa de 1919-22 foi o acirramento de desavenças entre ocupações e entre camadas sociais. A inflação deu lucros enormes aos homens de negócios através dos créditos que estes receberam e devolveram desvalorizados em termos reais. Isso estimulou os conflitos entre classes e estratos sociais, especialmente porque os trabalhadores tinham que envidar contínuos esforços na tentativa de manter os salários reais, fazendo greves e se envolvendo em freqüentes mobilizações coletivas por aumentos de salários. Em alguns setores os donos dos negócios aceitaram vincular a taxa salarial ao índice do custo de vida” (Ramalho, 1992, p. 301).

preços. Numa segunda fase, é a submissão das atividades produtivas às condições de valorização, que a especulação promove (Aglietta & Orléan, 1990, p. 290)⁶³.

Ou o conflito social:

De fato, é inegável, em todos os casos estudados, que a ocorrência de processos hiperinflacionários pode ser associada aos graves desequilíbrios do balanço de pagamentos e a situações fiscais em que a capacidade impositiva ou de controle do dispêndio, por parte do Estado, estava manietado pelo conflito social aberto ou latente (Belluzzo, 1988, p. 11).

A abordagem a partir do conflito (Burdekin & Burkett, 1996) aponta a inflação alemã como resultado do conflito distributivo, e que o desemprego teve um papel importante para que o trabalho aceitasse a estabilização nos termos do capital. De fato, nos três meses anteriores a novembro, a taxa de desemprego saltou de 2% para 27% (Franco, 1989?, p. 15) e “há alguma evidência de que a aceleração da inflação pode ter afetado de forma adversa o poder dos sindicatos através do efeito corrosivo sobre os fundos de greve” (Burdekin & Burkett, 1996, p. 110).

O capital ganhava com a inflação até meados de 1923, seja através dos créditos subsidiados do Reichsbank, seja em face da indexação imperfeita e atrasada dos salários. A partir do momento em que o trabalho melhorou a indexação dos salários à inflação, o desemprego pode ser entendido como uma resposta do capital à diminuição dos seus ganhos com a inflação (Burdekin & Burkett, 1996, p. 121). Mas, “segundo todas as medidas disponíveis, a estabilização do marco alemão foi acompanhada de aumentos da produção e do emprego e de redução do desemprego” (Sargent, 1988, p. 101). Não é o que pensam outros autores, para quem “a análise de Sargent desconsidera o papel do desemprego de massa no final de 1923 e início de 1924 como um fato que daria ‘credibilidade’ à estabilização” (Burdekin & Burkett, 1996, p. 123). Com efeito, demoraria quatro anos para a taxa de desemprego voltar a 3% (Franco 1989, p. 15).

Entretanto, nos outros casos estudos por Sargent, o desemprego estava presente: “Os dados disponíveis sobre o desemprego indicam que a estabilização da coroa [Áustria] foi

⁶³ Mas é um conflito predominantemente no interior do capital: “Já identificamos o ponto central da situação alemã: a dupla oposição colocada em jogo pela política de transferência e de valorização dos créditos que opõe, de um lado, o capital alemão ao capital externo no que se refere às indenizações, e, de outro, o capital alemão aos rentistas e aos detentores de renda fixa no que se refere à dívida pública” (Aglietta & Orléan, 1990, p. 255).

acompanhada de aumento substancial da taxa de desemprego, embora o desemprego houvesse começado a subir bem antes da estabilização ser atingida” (Sargent, 1988, p. 68). Na Hungria, “o processo de estabilização teve pequeno efeito adverso na área do emprego” (Sargent, 1988, p. 79). Na Polônia, “a estabilização de preços em janeiro de 1924 foi acompanhada de um salto no número de desempregados” (Sargent, 1988, p. 87).

Na Hungria em 1946, “a estabilização foi acompanhada de uma alta mensurável do desemprego” (Bomberger & Makinen, 1988 42). O desemprego e, conseqüentemente, o enfraquecimento do trabalho foi um resultado importante que se encontra em todos os casos mencionados. *Trata-se, portanto, de uma variável fundamental para entender a desarticulação da coalizão inflacionária e a manutenção da estabilidade de preços.*

Com efeito, o conflito e as coalizões possuem um peso explicativo importante para a corrente denominada estrutural⁶⁴, pois “a década da inflação entre 1914 e 1924 reuniu os interesses dos sindicatos e do grande capital (*big business*) em uma espiral preços-salários às expensas das camadas médias [desorganizadas] da sociedade” [seja da velha: artesãos, pequenos produtores, pequenos comerciantes, fazendeiros endividados; seja da nova: trabalhadores de colarinho branco e de escritório] (Maier, 1981, p. 591).

A queda na taxa de câmbio e o aumento da oferta monetária “são sintomas e não causas” da inflação (Kindleberger, 1994, p. 1219). Esta pode ser o resultado quando os grupos sociais evitam perder sua participação na renda. No caso da Alemanha pós-Primeira Guerra Mundial, “agricultura, indústria e trabalho – e especialmente suas frações – entraram em conflito para saber qual grupo ou grupos vão carregar os fardos da destruição, com a imediata perda na sua renda, e das reparações” (Kindleberger, 1985, p. 250).

As condições “estruturais” da sociedade alemã – existência de grupos poderosos como os cartéis, democracia fraca, predomínio do dissenso e tendência para a violência e o ódio – abriam espaço para o enfrentamento e o conflito:

Os junkers eram um grupo dominante que soube se aproveitar da vitória, da derrota, da inflação e da deflação. [...] Os camponeses se opuseram aos operários e aos socialistas. [...] Os industriais se dividiam entre os protecionistas (trabalho intensivo, indústria pesada cartelizada – ferro, aço e carvão) e os exportadores (capital intensivo, setores dinâmicos – bens de capital, elétrico e químico), mas se

⁶⁴ Certamente, o trabalho mais expressivo dessa corrente é o monumental livro de Feldman (1997).

uniam contra a jornada diária de oito horas, pelo aumento da produtividade e o retorno do pagamento por hora ou por dia. [...] Os funcionários públicos foram os mais atingidos [pela inflação], [...] assim como os rentistas que acumularam os empréstimos da guerra. [...] Esses interesses, ocasionalmente, cooperavam com um ou outro contra o resto, mas na maior parte das vezes, eles defendiam suas posições (Kindleberger, 1985, p. 254).

A questão sobre quem vai carregar os fardos da guerra e sobre as coalizões que se formaram pode ser mais bem ilustrada se comparada aos comportamentos dos grupos e das coalizões na Primeira e na Segunda Guerras Mundiais. Na Grande Guerra, todos os grupos sobreviveram intactos e alguns até se fortaleceram. Já durante o nazismo, os sindicatos e organizações de fazendeiros foram enfraquecidos, ao passo que, após a Segunda Guerra Mundial, todos os grupos foram dissolvidos. Os *junkers* perderam sua base econômica no leste da Alemanha e a indústria pesada foi enfraquecida tanto pela destruição material quanto pela colaboração com o nazismo (Kindleberger, 1985, p. 254-255)⁶⁵.

Kindleberger (1985) não analisa a estabilização do marco. Parece que esta estaria ligada à capacidade dos grupos em chegar a um acordo ou estabelecer compromissos. Mas os indícios que foram reunidos apontam para a desarticulação da *coalizão inflacionária* – sobretudo o enfraquecimento do trabalho organizado – para a se obter a estabilidade monetária.

Além disso, como já apontado, a estabilização monetária do marco está também vinculada à decisão do governo norte-americano de apoiar uma ordem econômica internacional estável, na qual a recuperação da Alemanha era parte essencial. No entanto, para receber os capitais norte-americanos a Alemanha deveria restabelecer o padrão-ouro e lidar com as conseqüências sociais e políticas das pressões deflacionárias: “uma pressão para baixo sobre o emprego e, portanto, [a criação de] restrições no poder de barganha da classe operária; um impulso à cartelização, ‘racionalização’ e a submissão dos pequenos aos grandes produtores por toda Europa” (Maier, 1981, p. 589-590).

⁶⁵ Há quem conteste a existência de uma terceira corrente explicativa para o processo (hiper)inflacionário alemão, pois esta não se diferenciaria das teorias inglesas. “Ainda que a primeira [estruturalista] busque explorar as causas sociais do déficit público, no fundo o mecanismo causal de que se utilizam para explicar a inflação continua sendo o do excesso de demanda” (o financiamento monetário do déficit fiscal) (Bastos, 2001, p. 209).

O estudo do caso alemão pôs em relevo a necessidade de atentar para os conflitos e coalizões na origem dos processos inflacionários e desinflacionários. É este o ponto tratado a seguir.

2.2 Moeda, inflação, desinflação, conflito e coalizão

A moeda ocupa uma posição central nas sociedades capitalistas e os manuais de Economia Monetária ensinam que ela possui três funções: unidade de conta (compara o valor de diferentes mercadorias), meio de circulação (facilita a realização de trocas) e reserva de valor (expressa riqueza). Nas economias contemporâneas, a moeda é fiduciária (papel-moeda) – não possui lastro metálico e é inconversível – e dois fenômenos a acompanham: a deflação (a queda constante e generalizada dos preços) e a inflação (o aumento constante e generalizado dos preços).

Normalmente, os mesmos manuais dividem a inflação em dois tipos: a de demanda e a de custos. O primeiro tipo refere-se a uma situação na qual a demanda por um bem ou serviço é superior a sua oferta, fazendo com que seu preço se eleve. O segundo tipo diz respeito ao aumento do custo da produção (matérias-primas, juros, câmbio, salário etc.), que é repassado para o preço das mercadorias.

Mas como essa questão é tratada nas diferentes perspectivas teóricas e nos distintos campos disciplinares? O texto a seguir tratará desse problema, a despeito das dificuldades inerentes a qualquer tentativa de classificação. A esse respeito, é importante ressaltar que muitos autores não podem ser classificados de maneira apropriada, pois incorporam elementos das diferentes perspectivas aqui apresentadas, transitando também por diferentes disciplinas.

2.2.1 A perspectiva marxista

Marx analisou o dinheiro, mais especificamente, o surgimento de uma “forma equivalente geral”, *socialmente constituída*⁶⁶, intercambiável por todas as mercadorias: o

⁶⁶ Pois, “apenas a ação social pode fazer de uma mercadoria equivalente geral” (Marx 1983, p. 81).

ouro, que se transformou em mercadoria dinheiro⁶⁷. Trata-se de uma forma equivalente geral ou social, pois ao adquirir “validade social geral”, funciona como dinheiro.

De fato, uma mercadoria passa a expressar a medida de valor de todas as mercadorias. Ela mesma expressa valor medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para ser produzida. Historicamente, foram os metais preciosos, sobretudo o ouro, que se caracterizava por ser uma mercadoria passível de ser trocada por qualquer outra.

No mundo das mercadorias, *o dinheiro é uma relação social*⁶⁸, “é [a forma] que objetivamente vela, em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, portanto, as relações sociais entre os produtores privados” (Marx, 1983, p. 73)⁶⁹. Mais do que social, *é uma relação de poder*, pois o “poder social [do proprietário de valores de troca], assim como o seu vínculo com a sociedade, [ele] o leva consigo no bolso” (Marx, 1987, p. 84)⁷⁰. A moeda é criação do Estado e exerce as funções do dinheiro por meio de signos. “A moeda papel é o signo de ouro ou signo de dinheiro [... e, no limite,...] é signo de valor” (Marx, 1983, p. 109)⁷¹.

⁶⁷ “O progresso apenas consiste em que a forma de permutabilidade direta geral ou a forma equivalente geral se fundiu agora definitivamente, por meio do hábito social, com a forma natural específica da mercadoria ouro [...]. Tão logo conquistou o monopólio dessa posição [equivalente geral] na expressão de valor do mundo das mercadorias, torna-se mercadoria dinheiro, [...] ou a forma valor se transforma em forma dinheiro” (Marx, 1983, p. 69).

⁶⁸ “Todas as ilusões do sistema monetário decorrem do fato de que não se nota que o dinheiro apresenta uma relação social de produção mas é visto apenas na forma de uma coisa natural com propriedades determinadas” (Marx, 1982, p. 36).

⁶⁹ “Marx assinala, portanto, que o aparecimento do dinheiro não cumpre simplesmente a finalidade ‘técnica’ de facilitar o intercâmbio, senão que é expressão da natureza de uma sociedade em que os produtores privados produzem para a troca, e só através dela podem tornar social seu trabalho” (Belluzzo, 1987, p. 84). “[O] dinheiro é a regra constitutiva por excelência da sociedade moderna: é através dele que se viabiliza, numa sociedade de proprietários e produtores independentes, um procedimento de avaliação que é social, que é socialmente aceito” (Paulani, 1994, p. 22).

⁷⁰ “O dinheiro [...] se converte, agora, no *sujeito* de um processo que permite aos detentores do dinheiro (como capital) o comando de meios de produção e de trabalhadores assalariados” (Belluzzo, 1987, p. 85).

⁷¹ “Na **Teoria Marxista**, *o dinheiro em papel* é mero signo do ouro, assim como o *depósito bancário* é simplesmente um meio de substituir dinheiro (inclusive papel-moeda). Os *meio de pagamentos contemporâneos* (papel-moeda em poder do público e depósitos à vista) liberam a circulação capitalista dos entraves impostos pela produção de equivalente geral: são, portanto, *signos de valor* referenciado ao do *dinheiro-mercadoria universal* (ouro). Têm a circulação regulada, em última instância, pelas necessidades do *dinheiro metálico*: se o Estado emite uma quantidade excessiva de papel-moeda em relação à quantidade de ouro (*equivalente geral*) que deveria representar, à semelhança da Teoria Quantitativa da Moeda, o papel-moeda se desvaloriza, e a alta de preços absorve o excedente emitido (cai sua quantidade *real*). A Teoria

A teoria monetária marxiana deixa dois legados. O primeiro diz respeito ao ouro, que não mais exerce o papel de equivalente geral⁷², pois atualmente a moeda não tem valor intrínseco e é inconversível (Brunhoff, 1992; Brunhoff, 1976; Harvey, 1977). O segundo permanece válido e diretamente relacionado à pesquisa em curso, e que permite a análise dos fenômenos monetários a partir da perspectiva da Ciência Política e da Sociologia Política⁷³, qual seja, o dinheiro como relação de poder, a moeda como relação social⁷⁴.

Para um grupo de economistas marxistas, o conflito social ou o conflito distributivo é a principal causa da inflação. Trata-se, pois, de uma forma de expressão da luta de classes⁷⁵. Tal reflexão desenvolveu-se na década de 1970, quando as sociedades capitalistas avançadas experimentaram um período de inflação alta. A taxa média anual de inflação das “economias avançadas” passou de 4,0% (1961-1970) para 10,8% (1971-1980) (IMF, 2001, p. 119), ou seja, mais do que dobrou em uma década, e permaneceu elevada no período seguinte, especialmente entre 1981-1985, perfazendo 8,1% ao longo de toda a década (1981-1990).

Monetária Marxista padece, portanto, de uma dualidade. Marx é antiquantitativista, quando o padrão monetário é *metalista*; mas é quantitativista, quando o padrão monetário é *papelista*” (Costa, 1999, p. 38). Sobre o dinheiro em Marx, consultar Paulani (1991).

⁷² Mas “permanece fecunda a noção de moeda definida como equivalente geral” (Brunhoff, 1976, p. 199).

⁷³ Há alguns trabalhos importantes sobre o dinheiro que estão inseridos em outros campos de pesquisa da Sociologia. Para Georg Simmel, *Filosofia do dinheiro* (1900), o dinheiro é visto “como um símbolo que expressa de maneira singular aspectos variados e por vezes contraditórios da cultura moderna” (Nodd, 1997, p. 90). Sobre Simmel e o dinheiro, consultar Souza (1998) e Henriques & Earp (1994). Durkheim (2002) escreveu uma interessante resenha da *Filosofia do dinheiro*. Consultar Paulani (1991, p. 187-192) para uma aproximação entre Marx e Simmel. Sobre dinheiro e teoria social na perspectiva de Talcott Parsons e Jürgen Habermas, ver Dodd (1997, p. 115-144).

⁷⁴ “Marx fez peremptórias afirmações de que os aumentos dos salários não são causas dos aumentos de preços e, sim, da diminuição dos lucros” (Guimarães, 1984, p. 51).

⁷⁵ Não há uma definição unívoca do conceito de classes sociais, nem mesmo entre os marxistas. Alguns autores enfatizam o aspecto estrutural, definindo classes a partir da posição ocupada na estrutura produtiva; enquanto outros rejeitam a determinação estrutural, entendendo classe a partir da ação; e outros, ainda, sem descartar a importância do nível econômico, apontam para suas várias determinações, entendendo que o conceito se define simultaneamente no nível econômico, político e ideológico. Apesar dessas diferenças, na teoria marxista o conceito de classes é fundamental para explicar as relações e os conflitos sociais. Além disso, a contradição entre o capital e o trabalho é central para a delimitação dos interesses econômicos e para a compreensão da ação política dos agentes sociais. Nesse sentido, o conceito de classe social possui tanto um alcance, quanto uma natureza distinta da definição de empresariado. Utilizar-se-á o primeiro, ou mais precisamente o de burguesia, quando o objetivo for destacar a dimensão explicativa do conceito, que remete à contradição entre o capital e o trabalho; quando não, será empregado o segundo. Além disso, esta tese respeitará o conceito utilizado por cada autor.

Este aumento da taxa de inflação desencadeou um interessante debate, sobretudo entre os economistas britânicos, nas páginas de *Marxism Today*⁷⁶. Os principais argumentos desse debate – que buscava explicar as causas da inflação e da sua subida na década de 1970⁷⁷ – foram resenhados por James Harvey (1977)⁷⁸.

Para a teoria do conflito, após a Segunda Guerra Mundial, com o pleno emprego, houve uma mudança significativa no capitalismo em favor do trabalho. Essa mudança resultou em um maior poder de barganha dos sindicatos, que passaram a conquistar aumentos reais de salário superiores aos ganhos de produtividade. A reação dos capitalistas foi elevar os preços de forma a manter sua lucratividade, o que foi facilitado pela existência

⁷⁶ Mas não somente lá. Em 1970, a OCDE publicou um relatório no qual afirmava que a inflação existente naquela época era, em alguma medida, resultado do sucesso das políticas econômicas adotadas após a Segunda Guerra Mundial. Estas eram voltadas ao crescimento econômico e à busca do pleno emprego, mas à custa de uma taxa moderada de inflação. O texto alertava sobre as armadilhas da dinâmica da inflação, quais sejam, as adaptações institucionais permitiriam uma certa convivência com a inflação, mas ela se tornaria cada vez mais difícil de ser controlada e seus efeitos negativos, quer demorassem cinco, dez ou mesmo vinte anos, apareceriam. O relatório afirmava que tal situação decorre do fato da estabilidade dos preços ser tratada de forma secundária pelos governos e clamava para que as políticas de estabilização recebessem uma prioridade mais elevada. Em outras palavras, que os governos escolhessem a estabilidade de preços em detrimento do emprego (OCDE, 1970).

⁷⁷ Além de contar com um tradicional campo de pesquisa marxista, a Grã-Bretanha foi também bastante atingida pela elevação da taxa anual de inflação, que passou de 9,5% (1971) para 24,3% (1975) (IMF, 2003).

⁷⁸ Além da teoria do conflito, haveria cinco grandes teorias marxistas da inflação: as do gasto estatal; a monetarista; a monopolista; a abordagem empírica; e as fundamentalistas. As teorias do gasto estatal defendem que o Estado, para fazer face aos seus dispêndios, emite moeda ou empresta do sistema bancário (o que acaba criando moeda), resultando em inflação. Essa tese é bastante próxima à da teoria monetarista, a qual sustenta que a inflação decorre do aumento excessivo da oferta monetária. A teoria monopolista afirma que as condições de monopólio presentes na indústria britânica permitem que as empresas elevem seus preços livremente. Harvey (1977) critica essas três teorias da mesma maneira: não são se referem à causa da inflação, mas a seu resultado. O aumento da oferta da moeda é um mecanismo de transmissão da inflação e não sua causa; o gasto estatal não gera inflação, se financiado com impostos ou por empréstimos junto ao público e, portanto, sem emissão monetária – mas aumenta a pressão sobre a riqueza; e a existência de oligopólios (e não de monopólios), na verdade, não provoca inflação, mas permite que as demandas por aumentos salariais sejam repassadas aos preços. Segundo a abordagem empírica, há quatro fatores que afetam os custos de bens e serviços: salários, lucros, preço dos materiais importados e impostos indiretos. A inflação seria resultado do aumento dos impostos indiretos, dos lucros das empresas de petróleo e da desvalorização da libra, que tornou os preços importados mais altos. Essa visão é adotada pelo Partido Comunista, pelo *Morning Star*, pela ala esquerda do movimento sindical e teria como objetivo rebater a propaganda capitalista que responsabiliza os aumentos salariais pela elevação da inflação. Para Harvey (1977), o problema desta abordagem é o seu completo silêncio sobre o salário, cujo aumento produz efeitos nos preços como os outros três elementos. As teorias fundamentalistas se caracterizam por buscar nas obras de Marx (principalmente *O Capital*) a explicação para as causas da inflação. O problema aqui, para Harvey (1977), é a maneira que Marx trata o dinheiro, qual seja uma mercadoria-dinheiro como o ouro, que possui determinado valor. Na atual economia capitalista, o ouro não possui a mesma função, portanto, o dinheiro não seria mais uma mercadoria-dinheiro. Para uma versão mais recente do debate, consultar Saad Filho (1999).

de monopólios. Portanto, “a causa fundamental da inflação é a luta entre capital e trabalho por uma maior parte da riqueza disponível” (Harvey, 1977, p. 24)⁷⁹.

A tese de Pat Devine (1974) conquistou adeptos. Ian Gough (1975) aceita a tese de que a causa da inflação é o conflito estrutural entre capital e trabalho e que tanto o crescimento do poder do movimento sindical quanto o aumento do gasto estatal explicam a aceleração da inflação no final da década de 1960. As corporações dos países pertencentes à OCDE não só reduziram a sua participação no pagamento de impostos entre 1955 e 1969, como receberam um aumento da ajuda estatal. O aumento do gasto estatal foi financiado com impostos diretos e indiretos pagos pela classe trabalhadora. É essa elevação da ajuda estatal às empresas que vai gerar a inflação, pois a relação de forças entre as classes não permitiu nem um aumento dos impostos dos salários, nem sobre bens e serviços, o que levou ao endividamento do Estado e ao rápido crescimento do déficit do setor público (Gough, 1975, p. 53-92). Em resumo, a teoria marxista do conflito sustenta que a inflação tem origem nas lutas de classe, mais precisamente, na luta pela distribuição da renda (conflito distributivo)⁸⁰.

Uma outra abordagem marxista defende que a inflação tem suas raízes no processo de acumulação de capital (Gamble & Walton, 1976) e que o “Estado pode incrementar deliberadamente a inflação como meio conveniente de lidar com problemas que ele é incapaz de resolver, ou que não deseja solucionar de maneira mais fundamental” (Rowthorn, 1982, p. 120). Como forma de evitar a queda da taxa de lucro (e uma crise), o Estado adota políticas monetária e fiscal expansionistas, que permitem a elevação dos preços pelas empresas e a transferência do aumento dos custos para os consumidores. O problema é que o Estado não consegue controlar a subida de preços e, em algum momento,

⁷⁹ Harvey (1977) se baseia no artigo de Pat Devine (1974), no qual se afirma que o Estado também passou a disputar a riqueza existente para fazer frente ao gasto social e militar, bem como fornecer subsídios ao capital. Além disso, a riqueza de um país é determinada pelo comércio internacional e qualquer alteração nos termos de troca influencia a luta doméstica sobre a renda.

⁸⁰ Outro artigo importante sobre a teoria do conflito foi o de Bob Rowthorn (1982), cujo modelo, por ele desenvolvido, tinha por objetivo saber “de que modo o conflito a respeito da distribuição da renda afeta o nível geral dos preços nas economias capitalistas desenvolvidas, [já que] a distribuição de renda é determinada pelos dois lados do setor privado”, quais sejam, classe operária e capitalista (Rowthorn, 1982, p. 136-148) (originalmente publicado em 1977). Para o caso norte-americano, consultar Rosenberg & Weisskopf (1981). Para o caso mexicano: Barkin & Esteva (1979).

a inflação pode disparar, obrigando-o a implementar políticas monetária e fiscal contracionistas, o que resultará na queda do lucro e do investimento e em crise.

O trabalho de James O'Connor (1977) vai na mesma direção. O Estado capitalista tem duas funções: manter ou criar condições para uma lucrativa *acumulação* de capital e manter ou criar condições para a existência de uma harmonia social (*legitimação*). “A socialização dos custos e a apropriação privada dos lucros geram uma crise fiscal ou uma ‘brecha estrutural’ entre as despesas do Estado e suas rendas. O resultado é uma tendência para as despesas públicas crescerem mais rapidamente do que os meios de financiá-las” (O'Connor, 1977, p. 19), o que pode levar à inflação. Em resumo, para a teoria da acumulação e da crise, a inflação é resultado do processo de acumulação de capital. O conflito distributivo é consequência desse processo e não sua causa⁸¹.

Para um grupo de economistas marxistas não há dúvida: o conflito distributivo é uma expressão da luta de classes e, portanto, se a inflação é resultado do conflito distributivo, a própria inflação é expressão da luta de classes:

Numa economia capitalista, o nível dos preços é portanto o resultado do conflito entre as classes sociais para a apropriação do produto líquido e das características institucionais do sistema em que as empresas estão em posição de fixar os preços e os trabalhadores o salário monetário; o nível dos preços é o elemento sobre o qual se descarregam as contradições de um salário real e uma taxa de lucro incompatíveis entre si (Bianchi, 1979, p. 70)⁸².

No entanto, as teorias do conflito não são monopólio dos marxistas, como indicado a seguir.

⁸¹ Uma outra abordagem procura integrar a teoria do conflito distributivo tanto à teoria do capitalismo monopolista de Estado (a inflação é um instrumento pelo qual o Estado atua a favor dos interesses do capital monopolista: os lucros dos monopólios são garantidos e o salário real corroído), quanto a uma certa corrente da teoria do capitalismo monopolista (a inflação resulta da expansão do crédito e é utilizada como uma contra-tendência para as crises periódicas de sobre-produção). Trata-se, portanto, de uma explicação multicausal (Jacobi et al, 1975).

⁸² Uma outra corrente marxista procura articular o conflito distributivo à teoria da inflação por dinheiro extra: “Existe uma relação direta entre a inflação causada pelo dinheiro extra e por conflitos distributivos, pois sem a criação de dinheiro adicional o conflito não pode levar ao aumento generalizado e continuado do nível geral de preços; evidentemente, para que os preços aumentem também é preciso que a produção não reaja de imediato, acomodando as demandas reais associadas ao conflito. [...] A idéia básica da teoria da inflação por dinheiro extra é de que circunstâncias inerentes aos circuitos de produção e circulação do capital regularmente criam discrepâncias entre a oferta e a demanda de moeda que, em alguns casos podem gerar inflação” (Mollo & Saad Filho, 2001, p. 26-27).

2.2.2 As abordagens em torno do conflito

Algumas abordagens retêm o núcleo da teoria marxista do conflito e articulam-no à teoria keynesiana (Skott, 1992; 1989), ou procuram relacionar a teoria keynesiana com o conflito entre grupos sociais, descartando o seu caráter classista (Dutt, 1992). Nesse sentido, o conflito entre os grupos sociais, concebido como sendo desprovido de qualquer relação com a luta de classes, pode não ocorrer em torno da renda, mas da disputa por parcelas do orçamento (Heymann & Navajas, 1989; Baer, 1991; Bacha, 1994; Arce, 1994a). O conflito pode ser também “bilateral”, ou seja, entre cada grupo e o governo (Heymann et al, 1991, p. 103). De qualquer maneira, “há pouco incentivo econômico e político para reduzir a inflação quando um grupo social acredita que carregará o fardo” [da estabilização] (Arce, 1994b, p. 146). Além disso, os grupos podem preferir “conviver com a inflação” – possível em uma sociedade onde a estrutura do mercado financeiro possibilita a utilização de mecanismos de adaptação financeira – quando a estabilização significa perda de renda (Blemenschein, 1995). “O comportamento não cooperativo dos grupos de interesse” – diga-se, o conflito – está na origem do déficit fiscal que leva à inflação (Mondino et al, 1996).

Alguns autores indicam que a inflação – como resultado do conflito social – tende a ser mais elevada nas sociedades onde a repartição da renda é mais desigual (Crowe, 2004a; 2004b; Albanesi, 2002). O conflito distributivo (capital x trabalho e intersetorial) é uma das causas da inflação; a outra é o déficit do setor público. Trata-se de uma tentativa de articular estruturalismo e monetarismo, que também leva em conta os mecanismos de indexação (Luque & Lopes, 1989).

Sem desconsiderar os fatores externos como a crise da dívida (aumento das taxas de juros internacionais e a interrupção dos fluxos financeiros), Sachs (1989) afirma que a desigualdade na distribuição de renda gera conflitos distributivos. A inflação seria resultado da política “populista” adotada para fazer frente ao conflito.

De uma perspectiva próxima à dos regulacionistas, Marques-Pereira (2003) procura relacionar soberania monetária e repartição da riqueza, enquanto Théret (1993) afirma que há uma “confrontação permanente e direta dos dois blocos [produtores e rentistas] no seio

de uma única e mesma sociedade, na qual as diversas ordens de práticas, bem como o espaço misto onde devem se tornar comparáveis os valores econômicos e políticos são divididos não somente verticalmente (entre dominantes e dominados), mas também horizontalmente (entre dominantes e entre dominados)” (Théret, 1993, p. 58).

Além do exposto acima, o conflito pode ser também uma *abordagem analítica particular*, que pode aceitar alguns postulados monetaristas, keynesianos e mesmos marxistas, mas não incorpora a tese central de nenhuma dessas teorias. O importante aqui é “o excesso de demandas sobre a renda real como o fator causal fundamental da inflação, pois sem a insatisfação com o nível existente e/ou distribuição da renda nacional, a base para o crescimento inflacionário da oferta e/ou velocidade da moeda simplesmente não existiria” (Burdekin & Burkett, 1996, p. 13). Assim,

De acordo com esta abordagem, pressões crescentes no nível de preço resultam de um excesso de demandas sobre a renda real disponível para satisfazer essas demandas. À medida que essas pressões são acomodadas por aumentos na oferta monetária e/ou na velocidade [de circulação] da moeda, pode-se falar em processo de inflação a partir do conflito. Nesta visão, o conflito implícito ou explícito sobre as parcelas da renda [distributiva] é a base fundamental do aumento do nível de preços, que por sua vez ‘resolve’ o conflito distributivo (embora somente artificial e momentaneamente) *via* inflação nominal da renda disponível (Burdekin & Burkett, 1996, p. 1).

2.2.3 As abordagens monetarista, keynesiana e regulacionista

As duas principais teorias econômicas que se enfrentam para explicar as causas da inflação são a monetarista e a keynesiana. A abordagem regulacionista também está presente, embora sua influência seja mais circunscrita.

Para a teoria monetarista, a inflação é sempre um fenômeno monetário, ou seja, é o resultado do crescimento da oferta monetária, que, normalmente, é utilizado para financiar o déficit público. Além disso, é o pior dos males que pode acontecer em uma economia⁸³, “um desastre mundial⁸⁴”.

⁸³ Sobre os efeitos negativos da inflação a partir da perspectiva do *mainstream*, consultar Fischer (1986).

⁸⁴ Apesar da melhora no nível de vida da população mundial, “o século vinte tem sido o Século da Inflação” (Friedman, 1975, p. 155) e isto teve consequências danosas para a harmonia social, pois “a inflação fomenta

Aqueles que se situam no campo monetarista afirmam que choques de oferta causam o aumento da inflação, mas, mais importante ainda, é a maneira pela qual o Estado se comporta frente a esses choques, pois é a adoção de políticas monetária e fiscal expansionistas que sanciona a inflação e a sua manutenção está relacionada ao grau de rigidez do mercado de trabalho no caso das “economias avançadas” (IMF, 1996, p. 100-103). Já para os “mercados emergentes”, a inflação é causada pela emissão de moeda para financiar o déficit público e pela utilização de “políticas econômicas inconsistentes” (IMF, 2001, p. 117).

Segundo a perspectiva das expectativas racionais:

Empresas e trabalhadores chegaram agora a esperar altas taxas de inflação no futuro e que fazem barganhas inflacionárias à luz destas expectativas. No entanto, sustenta-se que as pessoas esperam altas taxas de inflação no futuro exatamente porque as políticas monetária e fiscal do governo, atual e em perspectiva, convalidam essas expectativas. [...] Assim, a inflação apenas *parece* ter uma inércia própria; é, na verdade, a política a longo prazo do governo de manter grandes déficits e criar moeda a taxas elevadas que dá impulso à taxa de inflação (Sargent, 1988, p. 46-47).

Ainda no interior do campo monetarista, há uma visão que procura destacar o elemento político relacionado à inflação. Aqui, a inflação pode ser provocada pela democracia, compreendida como um processo de seleção de elites as quais, para se manterem no poder, não tomam medidas impopulares (corte nos gastos e/ou elevação da tributação) e acabam caindo na “tentação” do financiamento inflacionário. A democracia permite também que os sindicatos pressionem os governos a praticarem políticas de pleno emprego, que levam à emissão monetária excessiva (Brittan, 1978). Acrescente-se ainda o fim do padrão-ouro e o abandono da doutrina do orçamento equilibrado, que eliminaram os constrangimentos institucionais à expansão monetária. Assim, para este autor, o diagnóstico monetarista é correto, mas insuficiente, pois é preciso analisar as “forças que estão por trás das injeções excessivas de moeda no sistema econômico” (Brittan, 1978, p. 161).

A teoria keynesiana, por sua vez, permite várias interpretações. A primeira – destacada pelos manuais de Economia – aponta como a causa da inflação o aumento da demanda efetiva sem o correspondente aumento da produção. A segunda relaciona a

as dificuldades sociais [e produz] efeitos prejudiciais sobre a distribuição da renda [constituindo-se em] um elemento comum em quase todos os principais casos de sublevação política no pós-guerra” (Friedman, 1975, p. 160).

inflação a variações no curto prazo como: o aumento do salário monetário vis-à-vis os incrementos de produtividade; os rendimentos decrescentes; e os aumentos das margens de lucro (Davidson, 1978, p. 341). A terceira destaca o conflito distributivo⁸⁵ (Davidson, 1978, p. 347; Davidson, 2002, p. 254). A quarta – desenvolvida pela escola pós-keynesiana – apresenta uma interpretação original a partir de uma releitura da obra de Keynes, cujo âmago é exposto a seguir.

A economia capitalista é definida por Keynes como uma “economia monetária de produção” que visa o lucro. Ou seja, Keynes enfatiza a natureza monetária do capitalismo (a moeda importa), e ressalta que a criação e a valorização da riqueza derivam de uma atividade produtiva real. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (1936) tinha o objetivo de apresentar uma nova explicação do capitalismo centrada nas decisões de gasto, sobretudo o investimento dos capitalistas. Essa decisão é determinante para o nível de renda e de emprego na sociedade capitalista.

As decisões de investimento dos capitalistas não são tomadas unicamente olhando para as possibilidades futuras de valorização do seu capital no mercado em que atuam, mas levando-se em conta outras alternativas de valorização em outros mercados, como o financeiro. Além disso, a precariedade do conhecimento sobre o futuro faz com que essas decisões sejam tomadas em um ambiente de incerteza. Assim, as expectativas de renda futuras dos capitalistas são baseadas na “confiança” do seu prognóstico e na suposição de que “a situação existente dos negócios” se manterá, a não ser que haja elementos concretos para se esperar uma mudança⁸⁶. Outro elemento importante, bastante subjetivo, é uma espécie de impulso do empresário que o leva a investir (*animal spirit*).

A incerteza quanto ao futuro pode fazer com que o capitalista prefira permanecer na posse de moeda (entesouramento), que tenha uma “preferência pela liquidez”. A taxa de juros é o preço pago ao capitalista para que ele abra mão dessa liquidez. Mas o capitalista pode também investir o seu capital em uma atividade própria a fim de alcançar uma taxa de

⁸⁵ Mas aqui o conflito distributivo é resultado da inflação: “Cada processo, inflação ou deflação, impôs grandes danos. Cada um produz um efeito que altera a *distribuição* da riqueza entre as diferentes classes, mas neste aspecto a inflação é a pior das duas. Cada um produz também o efeito de estimular exageradamente ou de retardar a *produção* da riqueza, e aqui a deflação é a mais nociva” (Keynes, 1971, p. 3).

⁸⁶ O conceito keynesiano de *convenção* pode muito bem ser interpretado e apropriado pelo cientista político como o conceito de *instituição*.

lucro superior à taxa de juros (eficiência marginal do capital). Mas se o capitalista resolve aplicar diretamente no mercado financeiro e se a especulação se desenvolver em um determinado país, a situação se assemelhará à de um cassino. A luta contra a economia-cassino foi um dos inúmeros combates travados por Keynes.

Keynes defendia também que os setores real e monetário da economia capitalista são interdependentes. A moeda importa e não é neutra: há uma relação entre ela e o gasto, pois os capitalistas levam-na em conta quando tomam suas decisões de gasto.

Na “economia monetária de produção” o dinheiro ocupa um lugar estratégico: é “um elo entre o presente e o futuro” (Keynes, 1983a, p. 204). Mas o que é o dinheiro? É o ativo monetário criado pelo Estado ou pela comunidade e aceito por ambos. A moeda é um ativo criado e reconhecido pelo Estado, que pode ser recusado pela comunidade. Mas se a moeda for aceita, torna-se dinheiro e, portanto, desempenha as funções de unidade de conta, meio de circulação e reserva de valor⁸⁷. Assim, “no mundo real – nosso mundo – incerteza, crescimento e dinheiro estão inextricavelmente relacionados” (Davidson, 1978, p. 17). Em outras palavras: “a moeda é uma garantia contra a incerteza” (Andrade, et al, 1998, p. 98).

Uma outra característica da “economia monetária de produção” é a utilização de contratos (monetários, a prazo) para organizar a atividade econômica. A abordagem keynesiana concede grande importância aos contratos e, em razão disso, destaca outras duas funções do dinheiro: seu poder liberatório (capacidade de quitar as dívidas) e sua capacidade de possibilitar os pagamentos diferidos (ao longo do tempo).

Em resumo, o Estado ou a comunidade podem estabelecer, pela lei ou pelo costume, o que será aceito para liquidar as obrigações contratuais. Entretanto, somente o Estado tem a autoridade para legalmente determinar e declarar (ou até mudar) o nome daquilo que será

⁸⁷ Keynes (1983a) dá grande importância para a função reserva de valor, pois como o futuro é incerto, a moeda é um ativo, como qualquer outro, para reter a riqueza, mas é o que apresenta maior liquidez.

aceito para por fim às obrigações contratuais (Keynes, 1979, p. 4)⁸⁸. A moeda criada pelo Estado tem o seu curso forçado, e seu pagamento é garantido por lei⁸⁹.

Portanto, há uma intensa relação entre contratos, instituições⁹⁰, dinheiro e tempo⁹¹. Assim,

Quando o futuro não confirma o presente, o dinheiro que servia de mero veículo para a valorização do estoque de riqueza e liquidação dos contratos pelo valor antecipado – por intermédio da produção e da venda de mercadorias – torna-se um objeto perturbador. As crises monetárias podem ser interpretadas sempre como crises motivadas pela ruptura da avaliação da riqueza sob um dado padrão monetário. Ou podem ainda ser vistas como decorrentes da incapacidade do Estado de impor limites à acumulação monetária privada ou de regular os critérios de avaliação de riqueza dos centros privados da decisão (Belluzzo & Almeida, 2002, p. 88-89).

Em suma, ao mesmo tempo em que Keynes afirma que “o futuro é incerto”, o que leva as decisões empresariais a serem tomadas com base nas expectativas, no estado de confiança, na convenção e no *animal spirit*, constata-se que a produção se dispersa ao longo do tempo. Por conseguinte, é necessário algum mecanismo que faça a ligação entre o passado e o futuro; os pós-keynesianos destacam o papel dos contratos e da moeda⁹².

O desenvolvimento desse sistema de contratos entre agentes privados e o funcionamento da “economia monetária de produção” dependem da estabilidade monetária, pois “a inflação corrói esse sistema, a alta inflação o transforma, a hiperinflação o destrói” (Carvalho, 1992, p. 207).

⁸⁸ Sobre Estado e soberania monetária, consultar: Dodd (1997, p. 67-88); Gilbert & Helleiner (1999); e Kelsey (2003).

⁸⁹ “Por esta razão a história da moeda começa com Solon, o primeiro estadista que a história registra ter usado a força da lei” com este objetivo (Keynes, 1982, p. 226).

⁹⁰ Os economistas preferem a expressão “institucionalidade”. Chama-se, novamente, atenção para a proximidade entre a abordagem (pós-)keynesiana e neo-institucional.

⁹¹ “A existência de incerteza e o reconhecimento humano que a economia está se movendo de um passado irrevogável para um futuro incerto levou a humanidade ao desenvolvimento de certas instituições e das regras do jogo, como: (i) moeda, (ii) contratos monetários e um sistema legal de cumprimento das leis, (iii) taxas de salário nominal rígidas [*sticky money-wage rates*], e (iv) mercados à vista e a futuro” (Davidson, 1978, p. 360). Além disso, os pós-keynesianos dão grande importância ao desenho institucional do mercado financeiro e do mercado monetário.

⁹² “[É] o sistema de contratos em moeda que serve para estabelecer entre os agentes os elos necessários à sua interação material [...]. Contratos em moeda, em suma, conectam os agentes entre si no tempo, criando perfis de obrigações que organizam e refletem os fluxos materiais necessários à operação da economia” (Carvalho, 1992, p. 207-209).

O objetivo da abordagem pós-keynesiana é de buscar na obra de Keynes elementos para explicar a presença “sistêmica” da inflação após a Segunda Guerra Mundial. A intervenção do Estado na economia – políticas de pleno emprego e de sustentação da demanda agregada – fortaleceu os trabalhadores, mas sobretudo os capitalistas, especialmente o capital financeiro⁹³. “O enfrentamento dos grupos sociais encontr[ou] sua solução na inflação” (Carvalho, 1992, p. 213).

Já para os regulacionistas, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, desenvolveu-se uma “regulação monopolista ou administrada” caracterizada pelo maior peso do trabalho, pela concentração de capital e pela existência de crédito de longo prazo, cujo resultado foi o surgimento de uma inflação de custo (Benassy et al, 1979)⁹⁴.

Outro grupo de regulacionistas bastante influenciado pelas perspectivas sociológica (a luta pela repartição da riqueza) e keynesiana entende que a moeda exerce “o papel fundador da coesão social” (Aglietta & Orléan, 1990, p. 13). De fato, Aglietta & Orléan (1990) afirmam que a moeda é “um princípio de soberania”, isto é, “define uma lógica específica das relações sociais, particularmente da dominação, de efeitos desiguais [... e ...] representa um procedimento social coercitivo que regula, freqüentemente, de forma violenta, o trabalho dos produtores privados” (Aglietta & Orléan, 1990, p. 17); e também é ambivalente: “a mesma relação social, a soberania, assume, simultaneamente, a forma resplandecente da instância normalizadora da instituição monetária, unanimemente reconhecida, e a forma obscura da riqueza, da temível e vã promessa de auto-suficiência que obceca os indivíduos das sociedades modernas” (Aglietta & Orléan, 1990, p. 15)⁹⁵.

⁹³ “[O] poder de reação de firmas a pressões inflacionárias é sempre superior ao dos trabalhadores. Estes estabelecem suas demandas a partir de suas expectativas de preços. Já para as firmas, os salários acordados são um dado a partir do qual sua política de preços é estabelecida [...]. Em uma economia aberta, o setor financeiro tem condições de reagir mais rapidamente a variações nas expectativas da inflação quanto menores os prazos para os quais os recursos financeiros forem contratados” (Carvalho, 1992, p. 215).

⁹⁴ Seria possível apenas a consecução simultânea de duas das três variáveis seguintes: pleno emprego, sindicatos fortes e estabilidade de preços (Flamant, 1990, p. 62).

⁹⁵ “A moeda e a confiança nela são fenômenos coletivos, sociais. Tenho confiança na moeda porque sei que o **outro** está disposto a aceitá-la como forma geral de existência do valor das mercadorias particulares, dos contratos e da riqueza. O metabolismo da troca, da produção, dos pagamentos, depende do grau de **confiança** na preservação da forma geral do valor, que deve comandar cada ato particular e contingente. A reprodução da sociedade fundada no enriquecimento privado depende da capacidade do Estado de manter a integridade da convenção social que serve de norma aos atos dos produtores independentes. [...] [Se] o processo de socialização dos proprietários privados é visto como o resultado da **institucionalização** de uma rivalidade

2.2.4 O regime de alta inflação e a polêmica em torno da definição de hiperinflação

Nas economias contemporâneas, a moeda permite a interação entre diferentes agentes econômicos e as decisões tomadas, no presente, por esses atores dependem da previsibilidade e da estabilidade dos “contratos monetários” no futuro. Quando a inflação é baixa, a interação entre diferentes agentes econômicos e suas decisões não é seriamente afetada; quando não, pode se estabelecer um *regime de inflação alta*⁹⁶.

O regime de inflação alta “é o conjunto de instituições típicas de uma economia exposta a um processo mais ou menos prolongado de taxas altas de inflação” (Frenkel, 1990a, p. 112) e se caracteriza: a) pela predominância da incerteza sobre a inflação vigente,

irredutível entre proprietários de riqueza, então é preciso reconhecer que as instituições que nascem do conflito são, elas mesmas, instáveis e sujeitas ao colapso e a reorganização periódicas. A ordem monetária disciplina e dá sentido à rivalidade irredutível que preside a busca do ganho privado. [...] Mas como a moeda, em si, é produto da luta encarniçada pela riqueza, também não está a salvo de rupturas periódicas que fazem a sociedade retornar a seu estado primitivo. A ordem monetária nacional é indissociável da soberania do Estado, e sua sobrevivência supõe que os litigantes privados acatem a moeda como uma convenção necessária para a reprodução do processo de circulação das mercadorias e de avaliação de riqueza. Assim, para o bom andamento das coisas, os agentes privados têm de acreditar nessa convenção precária e transformá-la numa **âncora natural**, num centro de gravitação de suas decisões, girando como a Terra em torno do Sol. O comportamento rotineiro, diz o professor Aglietta, é produto da ‘ilusão monetária’, que torna possível à moeda cumprir simultaneamente suas funções de unidade de conta, meio de circulação e reserva de valor. Essa ilusão deve ser suficientemente enraizada para permitir o movimento de preços relativos e a operação de forças da oferta e da demanda. Se, por exemplo, empresários e trabalhadores tentam escapar da ilusão monetária, procurando fixar seus rendimentos em termos reais, por meio da indexação ou da referência a uma divisa estrangeira, estarão dando o primeiro passo para a hiperinflação e para destruição da moeda. Essa trajetória poderá ser longa, como foi no Brasil, mas terminará inexoravelmente no colapso da ordem monetária. As crises monetárias podem ser interpretadas sempre como rupturas nos critérios rotineiros de avaliação dos agentes econômicos quanto à conveniência de manter a posse da moeda como forma da riqueza” (Belluzzo, 1999, p. 81-82). Assim, a “recuperação da confiança da moeda [deve] ser objeto de discussão pública e aberta” (Nogueira Batista Jr., 1993, p. 152-153).

⁹⁶ Para uma abordagem próxima à de Frenkel (1990a; 1990b): “Um estado de alta inflação se distingue de um processo inflacionário comum quando as taxas de crescimento de preços são tão elevadas (e, portanto o valor da moeda se deprecia tão rapidamente) que a denominação de contratos na moeda legal da economia se torna inviável. Ninguém aceita compromissos futuros em uma unidade cuja desvalorização é tida como certa, a não ser que a própria obrigação contratada de alguma forma contemple essa desvalorização. A impossibilidade de previsão perfeita da inflação futura faz com que emergjam perdas ou ganhos inesperados para as partes contratantes. Essas perdas e ganhos são tanto maiores quanto mais longa for a duração dos contratos e tanto mais intensa a elevação de preços. Isso se deve à capacidade diferenciada entre os agentes e setores de reação a pressões imprevistas [...]. Nesse sentido, a alta inflação [...] surge com uma inovação institucional: a indexação de contratos [...]. É importante ressaltar que a alta inflação é uma configuração de desequilíbrio na medida em que ela institucionaliza o conflito – do qual resulta – entre demandas incompatíveis com o produto social disponível” (Carvalho, 1992, p. 217-219).

o valor real e o prazo de duração dos contratos monetários⁹⁷; b) pela adoção de estratégias adaptativas, como mecanismos de indexação⁹⁸, que acabam por reduzir o espaço temporal de reajuste dos ditos contratos e alterar as expectativas e as decisões de preço; c) “por um alto grau de coordenação das modalidades de contratos explícitos e implícitos nos distintos mercados, pois dificilmente um agente econômico pode modificar por sua vontade própria a modalidade dos contratos do qual é parte”; d) por choques, que obrigam os agentes a alterar suas expectativas; e) pelo conflito distributivo; f) pela flexibilidade dos preços de bens e serviços, “no sentido de que suas taxas de variação exibem uma significativa elasticidade em relação aos excessos de demanda”; e g) pela inércia inflacionária (Frenkel, 1990b, p. 164-171).

A longa convivência com a inflação, mesmo com a criação de instituições e de condutas adaptativas características de um regime de inflação alta, é nociva para o funcionamento da economia capitalista, pois afeta, entre outros fatores, as decisões de investimento, as contas públicas, o papel do sistema financeiro e o emprego. A generalização dos mecanismos de indexação e a diminuição dos períodos de reajuste dotam o regime de inflação alta de um “traço aceleracionista”, ou seja, levam à aceleração do processo inflacionário (Fanelli et al, 1992, p. 34) e à perda da soberania da moeda com a conseqüente destruição da coesão social, isto é, a hiperinflação:

As crises monetárias são processos de desorganização dos sistemas integrados. [...] Então, o sentido da crise monetária depreende-se claramente: o que ocorre não é um excesso quantitativo de moeda, mas um enfraquecimento da soberania monetária; uma perda da capacidade de coordenação das relações privadas (Aglietta & Orléan, 1990, p. 21-22).

E

⁹⁷ “A maior parte da atividade econômica está organizada como uma trama de contratos explícitos e implícitos que têm o dinheiro como denominador. Alguns destes contratos monetários são explícitos, como dos de trabalho e os depósitos bancários. Outros são implícitos, como os preços de oferta que regem por certo tempo e que são característicos da maior parte dos mercados de bens manufaturados e serviços” (Frenkel, 1990b, p. 164-165).

⁹⁸ “O estabelecimento de mecanismos de indexação produz dois efeitos básicos: de um lado, escamoteia o conflito distributivo que origina o processo inflacionário, na medida em que facilita o convívio com altas de inflação; de outro, enrijece o patamar inflacionário, tomando ineficazes as políticas tradicionais [...]. Dessa maneira, como mostram os inercialistas, a difusão por toda a sociedade do mecanismo de indexação e a redução dos períodos de reajuste conduzem a economia indexada a um esgotamento, que se traduz na hiperinflação” (Earp, 1993, p. 99-100).

Na base de toda crise monetária ocorre a emergência de uma estrutura de ativos cujas condições de destruição se revelam incompatíveis com a reprodução das relações sociais dominantes. Estas dívidas constituem direitos sobre a renda nacional que, portanto, questionam a repartição da propriedade social, posto que a legitimação destas, isto é, sua extinção, faria pesar uma pressão insuportável sobre a valorização dos setores privados de produção (Aglietta & Orléan, 1990, p. 241).

Há toda uma controvérsia sobre o momento em que a economia se encontra em hiperinflação. Predomina no *mainstream* a visão quantitativa, qual seja, quando a taxa mensal de inflação atinge 50% (Cagan, 1956). A crítica que se pode fazer a essa visão quantitativista é que em um regime de inflação alta – taxas de 20%, 30% ou 40% a.m., por exemplo – a “tecnologia” para se conviver com a inflação é muito semelhante à de 50% a.m. (Franco, 1995, p. 250)⁹⁹.

Em nada ajudam também as diferentes e arbitrárias taxionomias sobre inflação/hiperinflação apresentadas pela literatura econômica: “inflação normal”, ou seja, uma lenta e sustentada elevação anual de preços em torno de 3%, que caracteriza as economias capitalistas avançadas; “strato-inflação” é aquela que caracteriza as economias latino-americanas até os anos 1970, onde há um nível anual máximo de 50% e mínimo de 10% e uma média de 30%; hiperinflação, um momento transitório em que ocorre uma perda de confiança na moeda nacional; e “inflação suprimida”, típica dos então países comunistas, nos quais a intervenção e o controle estatal corrigem qualquer pressão ascendente nos custos e na renda, mantendo a taxa anual de inflação próxima de zero (Jackson et al, 1975, p. 22-58). Ou poderia ser representada da seguinte forma: “inflação rastejante” (até 10% a.a.); “inflação latina” (de 10 a 1.000% a.a.); “hiperinflação” (acima de 1.000% a.a.) (Maier, 1978, p. 42-43); “inflação moderada” (de 15 a 30% a.a.) (Dornbusch & Fischer, 1991); “inflação extrema” (de 15 a 20% a.m.) (Dornbusch et al, 1990); e “inflação muito alta” (100% nos últimos 12 meses) (Fischer et al, 2002).

Uma outra abordagem descarta a quantificação e informa que os processos hiperinflacionários possuem três características:

A alta de preços se torna simultaneamente *exponencial*, *incontrolável* e *imprevisível*; os preços relativos perdem cada vez mais sua coerência, o que

⁹⁹ A existência de alta inflação (entre 30 a 150% a.a.) não se traduz num impedimento para a obtenção de elevadas taxas de crescimento (Salama & Valier, 1992, p. 211).

alimenta a própria aceleração da alta dos preços; e *a moeda nacional perde cada vez mais o exercício de suas funções essenciais*. [...] Com o emprego do termo ‘hiperinflação tendencial’¹⁰⁰ queremos, de fato, exprimir precisamente *duas especificidades essenciais das situações hiperinflacionárias dos anos 80*, notadamente na América Latina: situações onde *as características da hiperinflação estão presentes*, mas onde nem a perda do controle de preços, nem a incoerência dos preços relativos, nem a perda pela moeda nacional de suas funções de moeda são generalizadas; a produção continua em geral a se desenvolver, ainda que a um ritmo *mais fraco* e, sobretudo, *mais irregular* que na década precedente; [e] situações *duradouras*; o conjunto da década de 80, mesmo que incluindo, conforme constataremos, curtos períodos de trégua, será caracterizado pela existência de uma inflação em níveis bastante elevados (Salama & Valier, 1992, p. 16-18).

2.2.5 Os agentes e os grupos sociais frente aos processos inflacionário e desinflacionário

A discussão até aqui apresentada restringiu-se ao debate no interior do “campo dos economistas” e, com exceção dos teóricos do conflito – marxistas ou não –, poucas foram as tentativas de extrapolar os limites desse campo, tendo em vista que “a inflação é um fenômeno econômico, financeiro e monetário resultante das decisões de pessoas que agem em resposta a teorias e interesses econômicos, considerações políticas, pressões sociais e atitudes culturais” (Feldman, 1997, p. vii)¹⁰¹.

Henri Aujac (1950) foi pioneiro na tentativa de considerar, de uma maneira mais sistemática, “o aspecto monetário como uma consequência do aspecto social”, mais precisamente de afirmar que “a inflação é a consequência do comportamento dos grupos sociais” (Aujac, 1950, p. 281). As relações monetárias são relações às quais estão sujeitos todos os grupos sociais. Nesse sentido,

Há inflação quando essas relações monetárias são perturbadas pelas ações e reações dos grupos sociais por razões políticas, econômicas ou outras. Se o conjunto da coletividade se adapta, por bem ou por mal, às relações existentes, estas não sofrem modificações de caráter inflacionário. Se, ao contrário, alguns grupos sociais recusam com sucesso a força das relações monetárias, tais quais elas existem no momento considerado, esse comportamento eficaz de recusa, que substitui o

¹⁰⁰ A preferência que os autores têm pelo conceito de “hiperinflação tendencial” decorre da maior importância que eles dão ao desajuste dos preços relativos do que à inércia inflacionária.

¹⁰¹ G. L. Bach (1974) também fez referência aos limites de uma análise unicamente econômica da inflação, considerando que todo processo inflacionário envolve economia, ética e política.

comportamento de adaptação, provoca uma mudança substancial na orientação e na grandeza dos fluxos de bens e de moeda e pode provocar uma inflação. A eficácia do grupo que se rebelou contra as relações monetárias existentes, depende, de fato, do seu poder efetivo de dominação sobre o resto da coletividade, seja esse poder de ordem econômica, jurídica ou política (Aujac, 1950, p. 282).

Ao defender o comportamento dos grupos sociais como a causa da inflação, Aujac (1950) sustenta que as teorias psicológicas da inflação – fundadas no comportamento individual – superestimam o poder dos indivíduos, já que a ação individual não é capaz de detonar a inflação. Os indivíduos pertencem a grupos sociais cujo poder econômico é desigualmente distribuído. Além disso, só se entende a ação do Estado se se leva em consideração as suas relações com os grupos sociais, pois o Estado pode modificar as relações entre os grupos sociais. A adoção de medidas antiinflacionárias, por exemplo, vai depender tanto da natureza do regime político (democrático ou autoritário) quanto do partido ou grupo social que detém o poder político, e seu sucesso vai depender da existência ou não de resistência feita pelos grupos sociais. Finalmente, tentar entender a inflação unicamente a partir de fluxos e de estoques é desconsiderar que essas variações estão relacionadas ao comportamento dos grupos sociais.

Aujac (1950) vai utilizar o ensaio *A Tract on Monetary Reform* (1923), mais precisamente os capítulos I e III, para ilustrar a sua tese. Segundo o autor, Keynes não consegue manter ao longo do ensaio uma separação entre as dimensões social e econômica, já que elas são “puramente formais”, sendo obrigado a introduzir os grupos sociais na sua análise. A Sociologia presente nos capítulos supramencionados permite afirmar que as políticas salarial, creditícia, orçamentária etc. alteram o comportamento dos grupos sociais e que essa mudança gerou inflação. Mesmo um comportamento do grupo que não estabeleça uma relação monetária – como uma greve de solidariedade – pode resultar em inflação.

O texto de Aujac (1950) tem três grandes virtudes: em primeiro lugar, deixa claro que inflação e deflação somente podem ser compreendidas se levada em consideração a ação dos grupos sociais. Em segundo lugar, o autor afirma que uma análise exclusivamente econômica dará apenas uma visão parcial do fenômeno monetário e que, portanto, é preciso integrar as análises sociológica e econômica. Finalmente, é preciso levar em conta que as relações entre os grupos sociais e entre esses e o Estado são relações de poder. A lacuna

deixada por Aujac (1950) foi não verificar que coalizões são formadas quando os grupos sociais entram em relação uns com os outros e não ter desenvolvido o papel do conflito no comportamento dos grupos sociais.

Outro autor a tentar transpor a abordagem essencialmente econômica foi Albert Hirschman (1981). Para este autor, “as raízes da inflação penetram profundamente na estrutura política e social em geral, e no conflito político e social e na administração do conflito em particular” (Hirschman, 1981, p. 177). Para compreender esse fenômeno, é preciso avançar em relação à existente tese sociológica da inflação¹⁰²: é necessário articular “uma estrutura ‘fina’ de distinções, proposições e hipóteses” (Hirschman, 1981, p. 185).

Segundo Hirschman (1981), os “grupos sociais” adotam certos comportamentos frente à inflação. Os economistas, ao analisar os efeitos da inflação sobre a distribuição da renda, mostraram que a inflação beneficiou os grupos dominantes: industriais nas economias centrais e proprietários fundiários e exportadores de produtos primários nas economias periféricas. Favoreceu principalmente o Estado ao dotá-lo de capacidade de financiamento (inflacionário) dos seus próprios projetos e de redistribuir a renda em favor de outros grupos sociais. Outros analistas observaram a existência de inflação mesmo em regimes autoritários, nos quais o salário é controlado. Portanto, a luta não ocorre apenas entre lucro e salário [entre classes sociais antagônicas], mas entre os lucros de um grupo empresarial e os de outro grupo [no interior da própria classe dominante e de suas frações]. Nesse sentido, a indexação combateu os efeitos prejudiciais da inflação e foi eficaz em manter a renda dos exportadores, dos credores e dos poupadores, bem como as do Estado. E, finalmente, as alianças e as coalizões intra e entre classes podem explicar as diversas fases do ciclo político da inflação, bem como o rompimento e a formação de novas alianças (Hirschman, 1981, p. 185-194).

É na sociedade, nos “comportamentos” dos “grupos sociais” e nas suas relações, na parcela de poder que os grupos detêm e na disposição de iniciar ou contestar “ações inflacionárias” que está a origem e o desenvolvimento da inflação:

¹⁰² “A explicação da inflação em termos do conflito social entre grupos, cada um dos quais aspira a uma maior parcela do produto social” (Hirschman, 1981, p. 183).

A inflação frequentemente se inicia ou se intensifica, ao que parece, quando um grupo social detém suficientemente poder ou influência para obter adicionalmente riqueza e renda para si próprio (ou para escapar da sua participação em alguma perda sofrida pela economia), *mas não suficientemente* para o fazer permanentemente, de uma transferência de maneira definitiva. A inflação é um meio de efetuar uma transferência temporária. Um cancelamento parcial, completo ou mesmo desproporcional dessa transferência pode acontecer, antes de tudo, através de subseqüentes rotações na espiral inflacionária, sobretudo quando outros grupos usam seu poder retaliatório e pegam algo para si (ou escapam). A vantagem temporária ganha, também pode se evaporar e se tornar um revés no curso de um programa de estabilização, de cortes, e de austeridade que pode se seguir após um período de inflação (Hirschman, 1981, p. 194-195).

Cada grupo social tem o seu pico de renda em períodos diferentes e um grupo social somente alcança esse pico à custa da apropriação da renda dos outros grupos. Estes, por sua vez, reagirão para retornar a sua renda máxima. O resultado disso é a continuidade da inflação. Com o aprofundamento do conflito social, a inflação possibilita a coexistência simultânea da luta e da repartição pelo produto social, evitando tanto a “guerra civil”, quanto se adiantando a perturbações sociais e políticas muito mais graves. Ou seja: a inflação “é uma invenção notável que permite a sociedade existir numa situação intermediária entre os extremos da harmonia social e da guerra civil [...] como uma válvula de escape das tensões políticas e sociais” (Hirschman, 1981, p. 201-202).

Há inflação mesmo numa situação oposta, marcada pela “colaboração” entre os grupos sociais e entre eles e o Estado que, por fraqueza ou excessiva “amabilidade”, sanciona as sucessivas demandas de um grupo ou do próprio aparelho estatal. A função da inflação, neste caso, é de negar uma parte daquilo que o Estado concedeu.

Hirschman (1981) aponta o que há de comum nesses dois padrões (opostos) de comportamentos: “evita-se vigorosamente o encontro cooperativo e o acordo dos grupos sociais” (Hirschman, 1981, p. 203).

Não obstante o inegável avanço da “teoria sociológica da inflação” realizado por Hirschman (1981), este autor adota um ponto de partida normativo: por que os “grupos sociais” deveriam necessariamente cooperar? Por ser a ação mais “racional”?

A cooperação ou não (intra e) entre as classes sociais deve ser investigada a partir de uma situação historicamente determinada. A tese do conflito, pois, seduz o sociólogo e o cientista político. Alguns economistas, mesmo aqueles que algum dia defenderam a sua

validade, tentam desqualificá-la a partir de uma constatação: “conflito distributivo sempre existe no capitalismo, em qualquer lugar. E por que na Alemanha se tem conflito distributivo e não se tem inflação?” (Lara Resende, 1996, p. 307). Porque o corporativismo na Alemanha (McNamara, 1998) permitiu alcançar, por exemplo, os objetivos das políticas keynesianas através de um processo mais consensual¹⁰³. Uma hipótese não “tautológica”¹⁰⁴ seria defender que um dos resultados do conflito distributivo, em uma dada conjuntura histórica de uma dada sociedade¹⁰⁵ ou em um certo arranjo institucional¹⁰⁶, pode ser inflação¹⁰⁷.

2.2.6 As abordagens sociológicas e políticas da inflação

É interessante registrar que, um ano antes de Hirschman (1981) produzir o seu instigante ensaio¹⁰⁸, um outro grupo de pesquisadores, do outro lado do Atlântico, tinha

¹⁰³ “Nos países desenvolvidos, a existência de estruturas oligopolísticas, de trabalhadores coletivamente organizados e de uma regulação social [...] teve por consequência uma existência, depois da Segunda Guerra Mundial, de uma inflação permanente. Mas um certo consenso social, devido notadamente ao fato de que a grande elevação da produtividade nos anos 50 e 60 permitiu o aumento sensível simultaneamente dos lucros e dos salários reais, teve por consequência [...] um movimento de elevação de preços relativamente lento” (Salama & Valier, 1992, p. 84). Como a distribuição de renda é menos concentrada nas sociedades capitalistas avançadas, o conflito ocorre pelo acréscimo da riqueza gerada, enquanto nos países em desenvolvimento, onde há concentração de renda, o conflito é pela própria divisão da riqueza (Jackson et al, 1975, p. 37).

¹⁰⁴ “Parece-me que ela [a teoria do conflito distributivo] é simplesmente vazia, quase tautológica, tudo se encaixa no conceito de conflito distributivo e, portanto, seu poder explicativo é baixo” (Lara Resende, 1996, p. 307). Consultar também Smith (1992, p. 244).

¹⁰⁵ No caso dos “países subdesenvolvidos”, em especial dos latino-americanos: “Antes mesmo da entrada na fase de aceleração da inflação dos anos 80, as especificidades dos conflitos distributivos exerciam aí cronicamente, conforme veremos, fortes pressões inflacionárias. É nessas condições que, nos anos 80, a importância da transferência externa, as políticas de ajustamento adotadas, a redução da oferta interna e a aceleração da inflação que elas provocarão irão agudizar os conflitos distributivos, o que, no quadro de certos limites, acelera novamente a inflação. Mais precisamente, é a consideração *conjunta* de duas características – a ação de grupos sociais organizados e uma grande desigualdade de renda – o que permite explicar a intensidade das lutas e a existência de pressões inflacionárias nascidas de conflitos distributivos mais fortes que nos países capitalistas desenvolvidos” (Salama & Valier, 1992, p. 85).

¹⁰⁶ “Assim, os choques, perturbações e pressões distributivas que ocorrem em qualquer economia têm um impacto inflacionário maior se esta opera em um regime de inflação alta” (Frenkel, 1990a, p. 124-125). “Mas é evidente que a inflação acelerando mostra que existe um conflito distributivo que não vai ser resolvido só pela desindexação” (Sayad, 1999a, p. 234).

¹⁰⁷ A contenção do conflito nas sociedades ditas socialistas não gerou inflação, mas sim mercado negro (Flamant, 1991, p. 36). Na Polônia, por exemplo, para obter mercadorias, era preferível estabelecer relações sociais com os empregados das lojas do que ter dinheiro no bolso (Komorowska & Kustra, 2001).

¹⁰⁸ O texto foi preparado em 1978 para um projeto sobre a Política e a Sociologia da Inflação Global promovido pelo *Brookings Institute*. Em julho de 1981, a Academia Americana de Ciência Social e Política

realizado uma conferência na Universidade de Warwick sobre a inflação (Hirsch & Goldthorpe, 1978). Vários dos autores que participaram daquela conferência defenderam a tese segundo a qual a inflação se relaciona com o conflito¹⁰⁹.

O conflito pode ter origem em um ethos competitivo que gera um diferencial de aspiração [*aspirations gap*] entre os indivíduos e os grupos que tiveram menos sucesso e os que tiveram mais, no interior da sociedade e entre as nações. Querer alcançar o padrão de vida do outro pode gerar inflação, sobretudo numa conjuntura, na qual o aprofundamento da divisão internacional do trabalho e a maior integração da economia mundial provocam pressões inflacionárias em razão das diferenças de renda e de consumo (Panic, 1978).

Para uma abordagem corporativista, o processo de organização de interesses e sua politização colocam à economia demandas maiores do que ela pode satisfazer. A inflação será o resultado dessas demandas, a menos que a economia continue crescendo a altas taxas ou ocorra uma mudança na efetivação dos interesses na sociedade. Após a Segunda Guerra Mundial, a maioria dos países ocidentais conheceu um processo de concentração industrial e de sindicalização, que se acentuou no período de elevação da inflação (final dos anos 1960 e durante os anos 1970). Para o capital, o Estado intervém para manter o processo de acumulação, mas o crescimento e o fortalecimento do movimento sindical aumentaram o poder de barganha dos sindicatos: “a inflação pode resultar e, ironicamente, começar como um meio pelo qual os conflitos são contidos. Nesse sentido, a inflação pode ser vista provendo, de forma espúria, a mesma solução ao conflito como o aumento do crescimento econômico: um relaxamento do constrangimento de soma zero sobre o conflito”. Isto mostra que o poder do capital e do trabalho foi instrumental para causar a inflação e que “a remoção do poder político de um grupo só pode ser conseguida pela ação política de tipo

elegeu como tema da sua publicação os “efeitos sociais da inflação”. Trata-se de um conjunto de artigos que procura mostrar como a inflação afeta o comportamento dos indivíduos e as instituições (educação, transporte, habitação etc.) (THE ANNALS, 1981). Assim, não havia uma ambição em construir, a partir da Sociologia, um marco teórico próprio para a análise da inflação.

¹⁰⁹ “A inflação é uma das principais formas de conflitos distributivos na sociedade contemporânea. Isso produz, pelo menos, um ponto de partida que relaciona a análise social e política com as consequências econômicas. É necessário analisar caso-a-caso para especificar os conflitos de grupos particulares e os resultados. [...] A inflação não é um fenômeno uniforme. Ela pode ser preferencialmente uma combinação de ações [*syndrome*] de conflito de grupos muito diferentes [...] em parte porque os diferentes papéis da classe variam em diferentes sociedades em parte porque os próprios alinhamentos da classe se desenvolvem durante a inflação. A estrutura política e social ajuda a dar forma a inflação; contrariamente, a inflação altera os papéis sociais coletivos” (Maier, 1978, p. 39-41).

enviesada e coercitiva” (Crouch, 1978, p. 225-228). Mas a questão institucional também é importante: “as instituições do Estado burguês clássico são incapazes de prover uma regulação adequada de interesses quando muitos desses interesses são organizados e incapazes de serem contidos pelas próprias regulações econômicas. A inflação é um grande resultado dessa situação” (Crouch, 1978, p. 237). Em resumo, o trabalho tornou-se suficientemente poderoso para barganhar com o capital. Se o Estado for incapaz de conter ou de regular o conflito, haverá inflação (Crouch, 1978; 1985).

Para outro participante da conferência, John H. Goldthorpe (1978), os economistas [do *mainstream*] analisam a economia capitalista de mercado como tendo uma “propensão à estabilidade”, já os sociólogos afirmam que ela é “inerentemente instável”. Nesse sentido, a “tendência natural” para os sociólogos é “olhar a inflação com sendo uma manifestação particular em um contexto histórico determinado das divisões e conflitos sociais que a economia [capitalista de mercado] sempre tende a gerar” (Goldthorpe, 1978, p. 195). A inflação é a “expressão monetária” do conflito distributivo e de divisões sociais em um dado contexto histórico. A aceleração da inflação nos anos 1970 reflete mudanças na estratificação social, que tornaram o conflito entre os grupos sociais mais intensos e mais equilibrados. Os fatores que permitiram esse aumento do conflito, na Grã-Bretanha, foram: “(i) a decadência da ordem de status; (ii) a realização da cidadania; e (iii) a emergência de uma classe trabalhadora madura” (Goldthorpe, 1978, p. 196). É bom deixar claro que, para o sociólogo, a classe trabalhadora, ao demandar maiores salários ou a manutenção de políticas de pleno emprego, não está sendo responsável pela criação da inflação ou mesmo pela sua elevação¹¹⁰. Na verdade, a classe trabalhadora está reagindo à inflação passada (Goldthorpe, 1978, p. 193), enquanto a antecipação caracteriza a ação dos capitalistas tendo, portanto, um papel ativo, na elevação geral dos preços.

A análise do conflito a partir da perspectiva própria da Política está ligada à questão “da luta contínua entre empresariado, trabalho e outros interesses organizados, incluindo o Estado¹¹¹ e as suas várias agências sobre a distribuição do poder e da renda na sociedade [...

¹¹⁰ Em algumas conjunturas particulares, os salários podem até acelerar a inflação, mas são incapazes de sustentar, por conta própria, a elevação constante dos preços (Kandir, 1989, p. 26).

¹¹¹ “Mesmo quando os governos sustentam que a estabilidade de preço é um dos principais objetivos da política, não deveria ser assumido que o fracasso [dos governos] em atingir [a estabilidade] resultou na falta de poder [governamental] em impor a sua vontade a grupos desobedientes. Crenças, prioridades políticas e

e ...] a capacidade dos grupos de interesse e das coalizões dominantes em controlar os instrumentos de política macroeconômica” (Lindberg, 1985, p. 28)¹¹². Entretanto, essa disputa não ocorre no vácuo. De uma perspectiva (neo)institucionalista, a inflação, como resultado dessa luta, poderá ocorrer de acordo com as características institucionais de cada economia. Assim, por exemplo, algumas economias dependentes de energia estarão mais sujeitas ao aumento do preço petróleo do que outras e, portanto, mais expostas à inflação (Lindberg, 1985, p. 34)¹¹³.

A “teoria política da inflação” remete para a importância do papel do Estado no controle e na utilização dos instrumentos de *política* (econômica) para criar e eliminar a inflação¹¹⁴. Além disso, aponta também para as relações entre os planos interno e o externo, destacando a importância do elemento internacional. Nesse sentido, essa abordagem

identificou dois tipos de explicação causal para a inflação (que não necessariamente estão separadas) que poderiam ter obtido atenção dos estudiosos da política, mas que parecem não se enquadrar nas categorias de análise usadas pelos economistas e sociólogos, ou ao menos proposta na Conferência de Warwick [*The Political Economy of Inflation*]. Estes foram, primeiro, uma decisão deliberada e centralizada para aumentar repentinamente a inflação para atingir um objetivo político altamente prioritário; e segundo, uma fraqueza da estrutura de poder em sustentar um dado mercado, no qual conflitos de interesses setoriais (*sectional*) não podem mais ser resolvidos pacificamente, exceto tolerando inflação. Ambas as causas podem ocorrer ao mesmo tempo e ambos os tipos aplicam-se não somente no nível nacional mas, mais importante, no internacional, onde historicamente se originaram as inflações vivenciadas, inclusive nossas presentes experiências. Ao contrário, as abordagens sociológicas são quase inerentemente incapazes de explicar a inflação no nível internacional e a [abordagem] econômica também tem alguma dificuldade em se adaptar a um ambiente no qual a estrutura institucional que sustenta as

considerações táticas podem influenciar os *policy-makers* a não usarem o seu poder” (Anderson, 1978, p. 261).

¹¹² “Dinheiro é poder. Dinheiro é política” (Kirshner, 2003, p. 645). É um instrumento utilizado para o exercício de poder pelos seus detentores no seu próprio interesse (instituições financeiras). É política porque as decisões a seu respeito não são neutras, são resultado de uma luta política.

¹¹³ O embrião de uma análise neo-institucionalista já pode ser encontrado em Lindberg (1982)

¹¹⁴ De uma perspectiva conservadora, o problema pode ser a própria política: “[...] a taxa de inflação é significativamente afetada pelas medidas do governo que são determinadas por um processo político, ... que ...] traz consigo uma taxa errada de inflação que presumivelmente é muito alta” (Stein, 1977, p. 257-258). Para outro, “os fatores políticos da inflação” são as políticas de pleno emprego e “a crença que o governo pode controlar o nível de desemprego”, bem como os aumentos salariais e de sindicalização, ou seja, “a crença [...] que os aumentos de salários nominais são um meio para aumentar a participação relativa da mão-de-obra na renda nacional combinada com uma grande sindicalização que proporciona ao trabalho organizado uma voz mais forte na política” (Salant, 1977, p. 271).

relações de mercado mundiais é tão [suscetível à] mudança e quanto insegura (Whitehead, 1979, p. 577)¹¹⁵.

As causas sociais e políticas da inflação, portanto, devem ser buscadas nas coalizões (“configurações de interesses e alinhamentos dos grupos”) que se formam na sociedade. A inflação pode até ter sido detonada por um fator exógeno (ou ter uma causa política como, por exemplo, a guerra), *mas são as coalizões que determinam a sua extensão e a sua duração*. Assim, as *coalizões inflacionárias* “se formam rapidamente e sem qualquer preparação prévia, às vezes até a contragosto dos seus componentes, sendo construídas através das linhas políticas dos partidos conforme padrões de riqueza, de renda e de afiliações industriais, gerando, elas próprias, impulsos inflacionários de intensidade variada” (Maier, 1978, p. 43)¹¹⁶.

2.2.7 Acerca das coalizões e dos conflitos

A análise das coalizões que se formam na sociedade é fundamental para compreender tanto a dinâmica dos processos inflacionário e desinflacionário quanto a manutenção da estabilidade de preços (extensão e duração). Como se pode observar, este recurso analítico é utilizado desde o nascimento da Ciência Política:

Alguns príncipes, para manter seguramente o Estado, desarmaram os seus súditos, outros dividiram as cidades conquistadas conservando facções para combater-se mutuamente, outros alimentaram inimizades contra si mesmos, outros dedicaram-se à conquista do apoio daqueles que lhes eram suspeitos no início de seu governo, alguns edificaram fortalezas, outros ainda, se arruinaram. E, se bem que todas essas coisas não se possam julgar em definitivo se não se examinarem as particularidades dos Estados onde se tivesse que tomar qualquer destas deliberações [...] (Maquiavel, 1979, p. 87 – grifos meu).

Se se depura o léxico do maquiavelismo, fica claro que Maquiavel está se referindo às coalizões que o “príncipe” constrói ou destrói a fim de assegurar a manutenção do poder

¹¹⁵ Essa importância também foi destacada, por outro autor, mas não com a mesma ênfase: “as mudanças ocorridas no início dos anos 1970 nos regimes internacionais da moeda e do petróleo tiveram um efeito profundo na subsequente inflação global [... ao ...] criar incertezas e reduzir incentivos para um comportamento não inflacionário da parte dos governos” (Keohane, 1985, p. 80-97). Além disso, este autor concorda com a “teoria sociológica da inflação” de Hirschman: “a política da inflação gira em torno de questões distributivas” (Keohane, 1985, p. 81). Consultar também Thorp & Whitehead (1984).

¹¹⁶ Para uma aplicação desse enfoque, consultar Kurth (1982).

político. Além disso, a formação e o funcionamento das coalizões devem ser analisados empiricamente, pois não há análise “definitiva”. Ao contrário, é preciso, “examinar as particularidades dos Estados” levando-se em conta as “inimizades” e os “apoios”. Em outras palavras, é necessário elaborar uma análise concreta de um caso concreto.

No “campo da política”, diferentes teorias utilizam o conceito de coalizões. O objetivo aqui é se apropriar daquelas que procuram responder às seguintes questões: o desenho institucional do Estado facilita ou dificulta a formação de coalizões? A estrutura econômica e social favorece ou inibe a constituição de coalizões? As idéias econômicas ajudam ou impedem a construção de coalizões¹¹⁷?

Marx, por exemplo, nunca se preocupou em elaborar uma “teoria das coalizões”, mas utilizou exaustivamente o conceito de “aliança”¹¹⁸ para analisar a dinâmica política da luta de classes na França da metade do século XIX ou da Inglaterra do século XVII. Mas como explicar a ausência de uma “teoria das coalizões” em Marx? Com efeito, o conceito fundamental para a análise política marxiana é o de luta de classes. Ao analisar empiricamente as lutas de classes – a ação concreta das classes e frações de classe –, Marx identificou a formação das mais diversas coalizões na “cena política”.

As lutas de classes em França de 1848 a 1850 (1984a) e *O 18 de brumário de Louis Bonaparte* (1984b) são as obras mais representativas da análise política marxiana. Neste último, vale destacar, as coalizões se expressam através dos partidos políticos e na formação dos blocos parlamentares no interior do parlamento francês. O vínculo classista entre as coalizões sociais e as coalizões políticas não era evidente para as interpretações do período, e essa é a grande novidade introduzida por Marx.

Em um outro artigo, publicado no mesmo período em que realizava suas análises políticas sobre a França da II República, Marx volta os olhos para a Inglaterra e polemiza com François Guizot:

[A] natureza conservadora da revolução inglesa [...] deve ser encontrada na *aliança duradoura entre a burguesia e a grande parte dos proprietários fundiários, uma*

¹¹⁷ Registre-se que boa parte da literatura sobre a construção das coalizões, que tem como ponto de partida a teoria econômica neoclássica, foi deixada de lado.

¹¹⁸ Aqui cabe uma observação: para a pesquisa, os conceitos de aliança e de coalizão são sinônimos. Por questão de uniformidade do texto, optou-se pela última.

aliança que constitui a diferença maior entre a revolução inglesa e a revolução francesa, a qual destruiu as grandes propriedades fundiárias com a sua política de parcelização. A classe dos grandes proprietários de terra ingleses, aliada com a burguesia [...] não se encontrava em oposição – como estavam os proprietários de terra feudais franceses em 1789 – mas na mais completa harmonia com os requisitos vitais da burguesia. De fato, suas terras não eram feudais, mas propriedade burguesa. [...] Além disso, tinham[...] interesses comuns com a burguesia [o que explica] sua aliança com ela (Marx, 1850, p. 4-6 – grifos meu).

Marx afirma explicitamente que a diferença na natureza das revoluções burguesas na Inglaterra e na França reside nas coalizões que se formaram na sociedade. Na Inglaterra, realizou-se uma coalizão entre a burguesia e a propriedade fundiária que explica a “natureza conservadora da revolução”, ou seja, uma revolução “pelo alto”. Já na França, a incapacidade da propriedade fundiária de construir uma coalizão com a burguesia resultou no desaparecimento da primeira. Neste caso, a coalizão tem sempre como referência a classe social.

Outro elemento importante destacado por Marx é a diferença entre as estruturas econômicas da Inglaterra e da França. Enquanto na primeira a propriedade fundiária já era burguesa, isto é, voltada para a produção de excedente, na segunda ela ainda era feudal. Uma interpretação superficial poderia indicar que o argumento utilizado por Marx é economicista, pois a consolidação da coalizão é fruto da natureza burguesa da propriedade fundiária na Inglaterra, que possibilita a constituição de “interesses comuns” entre as classes dominantes e, conseqüentemente, facilita o surgimento de uma coalizão entre elas.

Porém, uma interpretação mais atenta permite afirmar que o argumento não é economicista, pois o sucesso da coalizão não pode ser creditado *unicamente* às características da estrutura econômica. A existência de “interesses comuns” pode até representar um “incentivo”, mas não redundando, automaticamente, na formação de uma coalizão. *O 18 de brumário* contém uma variedade de situações nas quais os “interesses comuns”, isto é, burgueses, não se constituíram em uma coalizão, mas em ações políticas fratricidas e visões antagônicas, por exemplo, sobre a forma de Estado e o regime político (Boito Jr., 2002).

O uso do conceito de coalizão está presente em inúmeros textos de Lênin e também na teoria política marxista contemporânea. Apenas a título indicativo, Nicos Poulantzas

(1986) dedica uma pequena parte do seu livro à análise das “alianças” e das “classes-apoio”. A presença é pequena, pois é notório que o conceito-chave para aquele autor é o de “bloco no poder”, mas suficientemente importante para merecer a sua atenção. Segundo o autor, “a aliança não funciona, regra geral, senão a um nível determinado do campo da luta de classes e combina-se freqüentemente com uma luta intensa aos outros níveis” (Poulantzas, 1986, p. 236).

O conceito de coalizão pode ser utilizado pelo cientista político ou pelo sociólogo político para a análise da luta política de classes, ou seja, de um “determinado campo da luta de classes”, mas deve, ao mesmo tempo, lançar um olhar para “uma luta intensa” que ocorre nos “outros níveis” da luta de classes, quais sejam, o econômico e o ideológico. As coalizões que se formam no “campo da política” devem ser relacionadas com os outros “campos”. A análise poulantziana procurou dar um tratamento teórico para algo que a análise marxiana, histórica e política, já havia decifrado.

A análise das coalizões também foi realizada pela literatura neo-institucionalista. Mas é preciso destacar que o neo-institucionalismo é uma abordagem que engloba diferentes correntes em seu interior e, portanto, o poder explicativo dado ao conceito de coalizão pode variar significativamente mesmo no interior de cada “escola”¹¹⁹.

Veja-se, por exemplo, a utilização do conceito de coalizão por dois representantes de uma mesma corrente neo-institucionalista, qual seja, o neo-institucionalismo histórico. Para Weir (1992), a organização das instituições políticas – sobretudo as características do sistema político para agregação de interesses, mais precisamente, do sistema partidário e da legislatura – estrutura a maneira pela qual os mais diversos grupos reconhecem seus interesses comuns e as possibilidades (e a necessidade) de forjar uma coalizão política.

No caso analisado por Weir (1992), o desenho institucional fragmentado do Estado norte-americano não permitia a implantação de políticas keynesianas de gasto público, e a sua adoção implicava uma reforma institucional a ser levada a cabo no Parlamento. Uma coalizão formada pelo empresariado e pela propriedade fundiária – representada no

¹¹⁹ Em termos mais genéricos, pode-se afirmar que para os neo-institucionalistas “as instituições importam”. O objetivo dessa abordagem é de se contrapor à perspectiva behaviorista dominante nas Ciências Sociais norte-americanas. A esse respeito, consultar: Hall & Taylor (1996); Immergut (1998); Thelen (1999); e Peters (1999).

Congresso por democratas sulistas e republicanos do centro-oeste – conseguiu reduzir o alcance e a institucionalização das políticas keynesianas no pós-guerra. Portanto, as coalizões são produto do processo político, e não de preferências preexistentes.

A outra análise neo-institucionalista enfatiza prioritariamente as coalizões (Gourevitch, 1986), mais especificamente, examina a formação de coalizões entre os atores sociais (empresas, agricultura e trabalho), em cinco países (Alemanha, França, Reino Unido, Suécia e Estados Unidos), como resposta a três crises internacionais (1873-1896, 1929-1949 e 1971-198?). Ou seja, as diferentes respostas que países diversos deram às mais graves crises econômicas internacionais são interpretadas à luz do conceito de coalizão.

Segundo Gourevitch (1986), vários elementos contribuem para a formação e a desarticulação das coalizões. O primeiro é a posição dos atores sociais na economia nacional *vis-à-vis* a economia internacional. Esses atores forjam uma coalizão quando buscam uma determinada política estatal. O segundo são os mecanismos de representação (partidos políticos e associações de grupos de interesse) que articulam as preferências dos atores sociais às instituições estatais. O terceiro elemento é a estrutura do Estado (normas e instituições), que pode facilitar ou dificultar a ação dos partidos e das associações. A ideologia econômica, o quarto fator, é a lente através da qual os atores sociais olham a política e a economia, informa seus interesses e guia suas ações. Finalmente, as rivalidades político-militares no sistema internacional produzem efeitos nas políticas adotadas internamente.

2.2.8 Os conflitos e as coalizões em algumas experiências históricas

A articulação dos elementos supramencionados apresenta, historicamente, resultados bastante interessantes para a compreensão do funcionamento das coalizões. Na crise de 1873-1896, o Reino Unido era uma potência industrial com setor financeiro e comercial ligados profundamente ao comércio internacional. Os trabalhadores, empregados dessas empresas, preocupavam-se com o custo da alimentação e apoiavam a coalizão do livre-comércio após a rejeição das *Corn Laws*. Quando, em 1873, os preços começaram a baixar, alguns fazendeiros e produtores de aço defenderam a adoção de políticas protecionistas, mas não conseguiram desarticular a coalizão do livre-comércio.

Já a Alemanha se caracterizava por uma industrialização tardia e sofria a concorrência dos produtos britânicos. Os bancos não eram ligados ao comércio internacional, mas sim à indústria. A agricultura não era competitiva como a britânica. A indústria pesada (ferro e aço) e os *junkers* (produtores de grãos) constituíram a “célebre” coalizão “aço e trigo” (*iron and rye*) que se sobrepôs à coalizão do livre-comércio composta pelos setores industriais tecnologicamente mais avançados e voltados para o exterior (produtos químicos e equipamentos elétricos), pelos criadores em busca de grãos mais baratos e pelos trabalhadores preocupados com o preço da alimentação. A estrutura do Estado prussiano – tradicionalmente protecionista – e os mecanismos de representação eram favoráveis à coalizão protecionista.

França e Suécia forjaram coalizões entre a indústria e a agricultura muito semelhantes à alemã. Nos Estados Unidos, a coalizão protecionista também predominou sobre a do livre comércio. Segundo Gourevitch (1986), a exceção britânica se explica pela convicção dos setores voltados ao mercado internacional de que uma ordem econômica internacional liberal lhes era vantajosa. Portanto, a configuração da economia internacional foi um importante elemento para a constituição de coalizões.

A crise de 1929 abriu a possibilidade para a implementação de novas políticas, pois as receitas da economia clássica não eram eficazes para o combate à deflação. Assim, todos os cinco países, em maior ou menor grau, desvalorizaram a moeda; elevaram tarifas; concederam subsídios e regularam o mercado agrícola; e concederam alguma ajuda à indústria. Alemanha, França, Suécia e Estados Unidos tentaram algum estímulo à demanda e à gestão macroeconômica.

Mas o efeito mais importante causado pela crise foi a desarticulação das velhas coalizões e a possibilidade aberta aos atores sociais de estabelecerem novas coalizões, que dariam sustentação às políticas de estímulo fiscal. Os empresários estavam divididos entre apoiadores e críticos das políticas deflacionárias. Os críticos buscaram o apoio do trabalho e da agricultura para forjar uma coalizão e vencer a resistência dos primeiros.

Na Suécia, as negociações entre o Partido Agrário e o Partido Social Democrata foi explícito: subsídios para a agricultura e compensações para o trabalho (1936). A coalizão se ampliou com o ingresso dos exportadores de produtos tecnologicamente avançados (1938).

Na nova coalizão, o trabalho abdicou da socialização dos meios de produção e das greves; os empresários aceitaram pagar salários mais altos, reconheceram os sindicatos e a participação dos trabalhadores no governo; enquanto a agricultura manteve seus subsídios.

Nos Estados Unidos, as negociações entre os atores sociais não foram tão claras. No primeiro *New Deal*, trabalho e agricultura aliaram-se ao empresariado voltado ao mercado interno, mas a coalizão não se sustentou em razão da resistência desse segmento do empresariado às demandas dos trabalhadores, e aos controles corporativistas, mas também devido à orientação da política econômica externa. Apenas no segundo *New Deal*, com a institucionalização dos sindicatos e da seguridade social, com as concessões feitas à agricultura, e com o empresariado se inclinando para uma política econômica internacionalista, foi possível, pela primeira vez (1938), adotar uma política de estímulo à demanda através de um déficit fiscal.

Uma coalizão entre empresariado, agricultura e trabalho também se constituiu na Alemanha nazista. Contudo, o trabalho não estava representado pelos sindicatos, mas sim pelos trabalhadores não organizados. Na Suécia e nos Estados Unidos ocorreu o fortalecimento dos sindicatos, enquanto na Alemanha nazista houve a sua destruição.

Nesta segunda crise, as mudanças na economia internacional foram importantes também para a constituição de novas coalizões. Contudo, as organizações que articulam as preferências dos atores sociais adquiriram uma maior relevância, assim como a estrutura do Estado (a “fraqueza” da República de Weimar e da Terceira República). Mas o papel central nas coalizões foi desempenhado pelo trabalho. As coalizões que contavam com o trabalho organizado – partidos e sindicatos – puderam apoiar novas políticas econômicas em uma conjuntura de respeito à ordem constitucional. As coalizões compostas pelo trabalho não organizado também apoiaram novas políticas econômicas, mas em um regime político de exceção.

A crise iniciada no início dos anos 1970 colocou em xeque a coalizão formada no pós-guerra entre trabalho, agricultura e empresariado, que se caracterizava pelos seguintes fatores: caráter privado da produção, intervenção estatal na economia, sistema de bem-estar social, constitucionalização dos direitos, altos salários e o compromisso da política macroeconômica com o pleno emprego.

Novamente, a mudança na economia internacional – o fortalecimento das economias alemã e japonesa, a industrialização dos países em desenvolvimento, o surgimento de novos produtos e processos produtivos – e a crises que se seguiram desmantelaram a coalizão existente. O empresariado aceitou a versão de que o trabalho era responsável pela crise (alto custo, comportamento agressivo, e apoio às regulamentações) e a forma de combatê-la seria através da redução do custo do trabalho, das contribuições sociais e da desregulamentação, o que elevaria a lucratividade das empresas. A agricultura poderia receber seus subsídios apenas com o apoio do empresariado e, portanto, podia prescindir do apoio do trabalho.

Nos cinco países, todos os partidos governistas ligados ao trabalho sofreram os efeitos dessas mudanças. Na França, em 1981, Partido Socialista não só interrompeu sua política de nacionalização, mas foi de encontro ao seu programa original ao adotar políticas neoliberais. Os socialistas descobriram que a vitória eleitoral não foi suficiente para constituir uma coalizão que sustentasse o governo. Em uma conjuntura em que a inflação e o desemprego aumentaram, os socialistas foram obrigados a atrair o empresariado – através da adoção de políticas neoliberais – para retomar o crescimento da economia francesa. As relações financeiras e comerciais internacionais da França contribuíram também para a mudança de rumo da política econômica.

A economia britânica sentiu os efeitos da crise da década de 1970. Essa crise desarticulou a coalizão entre o trabalho e o empresariado que sustentava as políticas adotadas pelo Partido Trabalhista britânico. Além disso, a onda grevista do final da década teria sido responsável pelo isolamento do trabalho. A nova coalizão, liderada pelo Partido Conservador, reunia o empresariado e os consumidores. Para ter expressão eleitoral, os conservadores – apesar do seu desejo – não destruíram o sistema de bem-estar social, e assim conquistaram o apoio de uma grande parcela dos trabalhadores.

Após seis anos na oposição, em 1982, o Partido Social Democrata retornou ao poder na Suécia. Os partidos de centro e de direita que estavam no poder representavam uma coalizão bastante heterogênea composta pelo empresariado, setor agrícola e gerentes. A luta contra o poder dos sindicatos era o que unificava o empresariado, porém, os setores de alta tecnologia e orientados para o mercado externo – que tinham condições de repassar os seus

custos aos consumidores – tinham uma maior propensão de compor com os social-democratas, o que não era possível para as pequenas e médias empresas. O Partido Social Democrata não seguiu nem o caminho francês, nem o britânico. Ao contrário, procurou um caminho alternativo, qual seja, a conciliação entre uma política econômica mais liberal e os valores socialistas. Nesse sentido, rearticulou a coalizão formada nos anos 1930.

No caso da Alemanha [Ocidental], a crise internacional e a grita da indústria em relação ao aumento dos custos do trabalho não foram capazes de desarticular a coalizão entre os exportadores e o trabalho. Já a eleição do candidato do Partido Republicano em 1980 significou o enfraquecimento da coalizão forjada no Segundo *New Deal*. As mudanças da economia internacional e da própria economia norte-americana (a saber: o aumento da concorrência internacional, que impedia o repasse do custo do trabalho para o preço das mercadorias; a internacionalização das companhias norte-americanas, que enfraqueceu o seu compromisso com a produção interna; o surgimento de novos setores; a grande importância que adquiriu o setor financeiro, etc.) também colocaram em xeque a coalizão entre empresariado e trabalho e, como nos outros casos, responsabilizaram o trabalho. O presidente Reagan forjou uma nova coalizão na qual os interesses tradicionais dos republicanos (lucro, redução dos impostos, desregulamentação e disciplina do trabalho) eram articulados com uma retórica populista que atraía eleitores, membros dos sindicatos e investidores.

2.2.9 Explicitando o marco analítico

As mudanças na estrutura da economia internacional¹²⁰ e na própria ordem econômica internacional são um elemento importante para compreender o que ocorre internamente nos países. Nesse sentido, Gourevitch (1986) é quem mais se aproxima da

¹²⁰ A análise realizada a partir das coalizões [e dos conflitos] é amplamente utilizada nos estudos de relações internacionais e no campo da economia política internacional. Partindo do modelo de três fatores (capital, trabalho e terra), mais especificamente, da fartura ou escassez de terra e trabalho (nenhum país pode ter ambos em abundância), e da constatação de que nas economias avançadas o capital existe em grande quantidade, Rogowski (1989), em um estudo comparativo, mostra como o comércio internacional resulta em conflitos de classe e em conflitos entre os setores urbano e rural. As coalizões se formam a partir da estrutura social e econômica e dos ganhos e perdas em relação ao comércio internacional. Em outras palavras: as mudanças na economia política internacional alteram os interesses econômicos das principais classes sociais, o que encoraja a formação de novas coalizões.

perspectiva adotada por esta pesquisa, pois entende que os países não ficam imunes a essas mudanças, que não são vistas simplesmente como um pano de fundo para a formação das coalizões.

No entanto, chama atenção o fato de Gourevitch (1986) não incorporar na sua análise os atores internacionais. No caso da pesquisa, FMI, Banco Mundial, governos dos Estados Unidos, etc. pressionam por mudanças – o que não pode ser nem desconsiderado, nem minimizado –, mas estas somente ocorrem se encontrarem eco no plano interno.

Mas voltando à formação específica das coalizões inflacionárias. Quais são as coalizões que Maier (1978) identifica ao longo do século XX? São as inflacionárias, que se estabelecem a partir de três situações: inflação rastejante (até 10% a.a.); inflação latina (de 10 à 1.000% a.a.); e hiperinflação (acima de 1.000% a.a.).

No primeiro tipo de coalizão inflacionária prevalece o consenso entre as classes em relação à manutenção do emprego em altos níveis e em relação e ao bem-estar social o que acaba por amenizar o conflito distributivo. O segundo caso caracteriza-se pelo forte conflito de classe (burguesia x classe trabalhadora) e pela resistência da classe média e da classe alta em relação à redistribuição de recursos para as classes trabalhadoras. A hiperinflação caracteriza-se por uma coalizão *de facto* entre industriais e sindicatos representada pela espiral preço-salário, que penaliza assalariados desorganizados, rentistas e pequenos empresários (Maier, 1978, p. 42-43).

A taxionomia de Maier (1978) tem pontos fortes e fracos. Entre os fortes estão tanto a utilização do próprio conceito de coalizão para a análise da inflação – que, efetivamente, é o mais adequado tanto para a análise desse fenômeno, quanto para a indicação das diferenças na composição das coalizões inflacionárias, apesar da divisão arbitrária dos tipos de inflação. Em relação aos pontos fracos estão, em primeiro lugar, a ambição da própria taxionomia, que não é capaz de expressar as prováveis diferenças na composição das coalizões – em razão da diversidade da estrutura econômica e social – dentro de um mesmo tipo de inflação; em segundo lugar, o papel do conflito na explicação. Por exemplo, o conflito de classe parece desaparecer ao passar da inflação latina para hiperinflação. Para a pesquisa, diferentemente, a coalizão calcada na colaboração entre industriais e sindicatos não significa que o conflito de classe desapareceu, pois ele pode ser latente. Em terceiro

lugar, não seria o argumento de Maier (1978) economicista, já que as coalizões se formam segundo um tipo de inflação que, no limite, é dado por uma variação anual da taxa de inflação? Ou, ao contrário, a dinâmica das coalizões não poderia ser dada pelo conflito¹²¹?

As coalizões podem variar de acordo com o seu grau de formalização e de visibilidade, podendo ter: alta visibilidade e formalização (“coalizões formais públicas”); alta visibilidade e baixa formalização (“coalizões informais públicas”); baixa visibilidade e alta formalização (“coalizões formais reservadas”); e baixa visibilidade e formalização (“coalizões informais implícitas”) (Abranches, 1993, p. 70). É esta última que caracteriza as coalizões inflacionárias, pois “resultam da coordenação no tempo e no espaço, freqüentemente involuntária, de ações que isoladamente teriam pequeno impacto macroeconômico, mas quando articuladas e cumulativas provocam ou realimentam a inflação” (Abranches, 1993, p. 72). *Ou seja, a espiral preços-salários diz respeito à dinâmica da coalizão inflacionária, mas não necessariamente à dinâmica da inflação*¹²².

Com efeito, aceitou-se a premissa segundo a qual é difícil imaginar as pessoas estabelecendo acordos formais e informais para produzir inflação. Mas, o oposto – a

¹²¹ “Nos países desenvolvidos, a existência de estruturas oligopolísticas, de trabalhadores coletivamente organizados e de uma regulação social [...] teve por conseqüência uma existência, depois da Segunda Guerra Mundial, de uma inflação permanente. Mas um certo consenso social, devido notadamente ao fato de que a grande elevação da produtividade nos anos 50 e 60 permitiu o aumento sensível simultaneamente dos lucros e dos salários reais, teve por conseqüência [...] um movimento de elevação de preços relativamente lento” (Salama & Valier, 1992, p. 84). No caso dos países subdesenvolvidos, em especial dos latino-americanos: “Antes mesmo da entrada na fase de aceleração da inflação dos anos 80, as especificidades dos conflitos distributivos exerciam aí cronicamente, conforme veremos, fortes pressões inflacionárias. É nessas condições que, nos anos 80, a importância da transferência externa, as políticas de ajustamento adotadas, a redução da oferta interna e a aceleração da inflação que elas provocarão irão agudizar os conflitos distributivos, o que, no quadro de certos limites, acelera novamente a inflação. Mais precisamente, é a consideração *conjunta* de *duas características* – a ação de grupos sociais organizados e uma grande desigualdade de renda – o que permite explicar a intensidade das lutas e a existência de pressões inflacionárias nascidas de conflitos distributivos mais fortes que nos países capitalistas desenvolvidos” (Salama & Valier, 1992, p. 85). Como a distribuição de renda é menos concentrada nas sociedades capitalistas avançadas, o conflito ocorre pelo acréscimo da riqueza gerada, enquanto nos países em desenvolvimento, onde há concentração de renda, o conflito é pela própria divisão da riqueza (Jackson et al, 1975, p. 37).

¹²² “É razoável imaginar-se que dificilmente as pessoas entrariam em acordos formais ou informais para produzir inflação. [...] O caso típico é o da coordenação de aumentos não sustentáveis de salários e de preços: as empresas, buscando alívio das tensões capital-trabalho, que aumentam no quadro inflacionário, concedem reajustes acima do permitido pelo nível de preços então praticado e pelos índices em produtividade. Em seguida, elevam os preços para não sofrerem redução de suas margens de lucro. A correção salarial sanciona o novo nível de preços, pois recompõe relativamente e de imediato o poder de compra dos trabalhadores. No momento seguinte, a inflação resultante volta a erodir os salários, e os sindicatos reiniciam a pressão por novo reajuste. Toda vez que se reajustam os salários, mesmo que em seguida se elevem os preços, reduz-se o desconforto resultante da perda do poder aquisitivo” (Abranches, 1993, p. 72) (grifo meu).

necessidade de entabular acordos visíveis, formais ou não – parece condição indispensável para combater a inflação:

As coalizões formais e públicas [alta formalização e alta visibilidade] são definidas por instrumento com validade legal, geralmente de natureza contratual, e são de conhecimento público. [...] A formação de blocos partidários, alianças eleitorais, blocos políticos mistos, reunindo partidos e sindicatos, assume, na maioria dos casos, caráter público e formal. [...] Os acordos informais e públicos [baixa formalização e alta visibilidade] constituem o modo mais usual e simples de acertar determinadas ações conjuntas. Ocorrem cotidianamente entre empresas, lideranças parlamentares, Executivo e Legislativo, e assim por diante (Abranches, 1993, p. 71)¹²³.

Talvez fosse melhor adotar a hipótese de que a coalizão reformista¹²⁴-desinflacionária apresenta sempre um alto grau de visibilidade, *baseado sempre no seu compromisso inequívoco com as reformas e com a estabilidade de preços* mas, de acordo com a situação concreta, sua formalização, as medidas efetivas a serem tomadas para realizar as reformas e se chegar à estabilização, pode ser alta ou baixa.

A longa convivência com a inflação – sobretudo quando ela é alta – produz interesses na sua manutenção e constrói coalizões:

Mas há os militantes ativos da coalizão pró-inflação, empresas e grupos políticos cuja sobrevivência econômica e/ou política não pode prescindir das vantagens que a inflação lhes traz. [...] A luta contra a inflação implica não apenas mudar hábitos inflacionários, mas sobretudo derrotar os interesse que se alimentam da inflação. Nessa medida, é uma luta política que afeta as relações de poder na sociedade (Kandir, 1990, p. 23)¹²⁵.

¹²³ “Com efeito, a estabilidade monetária constitui ela própria um poderoso fator de transformação das relações sociais, na medida em que ela cristaliza e torna mais visível os atores e os problemas” (Kessler & Sigal, 1997).

¹²⁴ De fato, a estabilização de preços é um momento intermediário que permite aprofundar as reformas já iniciadas. No entanto, um conjunto mínimo de reformas institucionais é essencial para que se consiga a estabilização. E para a realização dessas reformas prévias, há necessidade da constituição de uma coalizão. Corrales (1999) afirma que as crises não levam necessariamente à implantação de reformas pró-mercado. Mas, como ele demonstrou, as reformas podem levar a um aprofundamento da crise, o que não deixa de ter consequências importantes no cenário doméstico.

¹²⁵ De fato, os resultados da inflação não são neutros e produzem efeitos redistributivos. Portanto, não é correto afirmar “que todos perdem com a inflação”, pois a inflação gera “ganhadores” e “perdedores” (Keynes, 1983b; 1971); (Bach, 1975). Consultar Clerc (1988, p. 69), para verificar quem ganha e quem perde com a inflação na França no final dos anos 1970.

A literatura, de uma maneira mais explícita ou não, afirma que uma nova coalizão precisa desarticular a coalizão dominante se quiser ocupar o seu lugar¹²⁶. A afirmação parece óbvia, mas ela remete a um conceito fundamental na Ciência Política que é o de poder. As relações entre as coalizões e no seu interior são relações de poder¹²⁷. Então como as coalizões se mantêm coesas? Para Gourevitch (1986) essa coesão é dada pela ideologia econômica; para Kwon (2003), sustentada por uma certa visão de mundo; e para Starr (1997), pelo objetivo da coalizão. Para Corrales (1998), Etchemendy (2001) e Treisman (2003) são os interesses econômicos dos componentes da coalizão que asseguram a referida coesão.

A análise aqui proposta incorpora as relações entre estrutura econômica e social, mas também a ação do Estado que – para implantar as reformas/políticas públicas – precisa do apoio de uma coalizão social, bem como de uma coalizão política no Parlamento. Neste caso, o tipo de regime político é relevante, pois no regime democrático há ainda a necessidade de se forjar uma coalizão eleitoral. No que se refere às coalizões sociais, a estrutura do capitalismo que se desenvolveu em uma determinada sociedade, muitas vezes, inibe ou facilita a formação de determinadas coalizões. Por isso, a análise aqui realizada é histórica.

Portanto, o estudo das coalizões é fundamental para a compreensão das reformas. É dessa perspectiva que se incorpora o artigo de Fanelli et al (1994). Qual é o objetivo do artigo? É duplo. Primeiramente, avaliar se propostas políticas de reformas orientadas para o mercado elaboradas pelo Consenso de Washington estão coerentemente relacionadas com a abordagem neoclássica – tanto do desenvolvimento (elaborada majoritariamente pelo Banco Mundial), quanto da estabilidade macroeconômica (elaborada majoritariamente pelo FMI) –, como forma de restaurar o crescimento com estabilidade na América Latina. Em segundo lugar, examinar e avançar em propostas políticas alternativas que têm por objetivo restabelecer o crescimento.

¹²⁶ No caso da desinflação na Rússia em 1995, a coalizão inflacionária foi dissolvida através da criação de “incentivos” para que os grupos sociais que se beneficiavam com inflação (*stakeholders in inflation*) apoiassem a estabilidade de preços. Era preciso “desorganizar os vencedores” (Treisman, 1998, p. 250).

¹²⁷ Pode-se agora acrescentar que as coalizões “implicam em alguma forma de atividade política (como voto, lobby, protesto ou a ameaça do uso de alguns desses recursos), que tem por objetivo influenciar a política” (Hiscox, 2001, p. 6).

Com relação ao primeiro ponto, o Consenso de Washington estabelece como prioridades, a criação de uma estrutura macroeconômica sadia e a geração de superávit fiscal. Posteriormente, deve-se implantar as reformas financeira e comercial, a desregulamentação do mercado de trabalho, etc., como o intuito de trazer “incentivos privados”. Fanelli et al (1994) encontram algumas “fraquezas” na argumentação do Consenso de Washington que podem ser assim sintetizadas: países que conquistaram crescimento com estabilidade não aplicaram as políticas da maneira como foram preconizadas pelo Consenso, o que pode ser empiricamente demonstrado; a tentativa de articular a abordagem neoclássica com as políticas de crescimento e com as de estabilização revelou-se teoricamente frouxa, sobretudo a relação entre as medidas de estabilização no curto prazo e as reformas estruturais; há uma crença de que a mera adoção de políticas sadias fará com que os países devedores garantam automaticamente o acesso ao mercado internacional de capitais; finalmente, os dados empíricos não permitem afirmar que o crescimento estará garantido bastando melhorar a alocação de recursos.

A análise de Fanelli et al (1994) para a retomada do crescimento leva em consideração quatro estratégias: estabilização; reforma fiscal; setor externo e comércio; e moeda e financiamento. Com relação à estabilização, os autores criticam o consenso que se construiu em torno da idéia de que a estabilização é pré-condição para a adoção das reformas estruturais, pois as políticas de estabilização são incapazes de corrigir os desequilíbrios estruturais que caracterizam as economias latino-americanas. Para eles, as reformas estruturais são imprescindíveis para fechar as brechas fiscal e externa e, portanto, condicionam o processo de estabilização. A diferença aqui está na definição de estabilização. Para Fanelli et al (1994), trata-se de estabilização macroeconômica, portanto, vai além da estabilidade monetária. Já para o Consenso de Washington a estabilização monetária parece se identificar com a estabilização macroeconômica.

Contudo, Fanelli et al (1994) chamam atenção para um ponto fundamental, qual seja, o da construção de coalizões:

Os governos devem construir um consenso a favor da reforma. Atingir esses objetivos, sem o apoio e o acordo externo será quase impossível. Para reduzir a incerteza e para sinalizar estabilidade, o fechamento da brecha externa deveria ter a forma de um extenso acordo com governos estrangeiros, emprestadores multilaterais e bancos comerciais (Fanelli et al, 1994, p. 109 – grifo meu).

Nota-se que, para os autores, o Estado (“governo”) tem um papel crucial neste processo. Fanelli et al (1994) sustentam que os diferentes ajustes na América Latina dependiam das características estruturais de cada país; das condições prévias à implantação do ajuste; e do acesso ao financiamento internacional¹²⁸. Nesse sentido, estão bastante próximos das análises marxistas e neo-institucionalistas, nas quais esses elementos são articulados à construção de coalizões.

Para fechar a brecha fiscal, Fanelli et al (1994) propõem uma reforma do setor público que tenha por objetivo aumentar o investimento público e a poupança pública. Novamente, os autores destacam a importância do papel do Estado. Já para fechar a brecha externa, os autores apontam para um conjunto de medidas que ultrapasse a visão unicamente centrada numa estratégia de crescimento orientada para fora (que pode significar apenas o aumento das exportações) incentivada através de isenção fiscal ao setor exportador. Uma visão mais equilibrada dessa estratégia deveria buscar um acordo de longo prazo entre os países devedores e seus credores; adotar um regime cambial flexível, taxas de câmbio múltiplas e algum tipo de controle cambial; selecionar setores líderes na promoção das exportações; e aumentar as importações, não através de uma liberalização indiscriminada, mas de uma política de liberalização comercial que preserve algum tipo de proteção e mantenha a arrecadação. Em resumo, os autores defendem que o crescimento com estabilidade não será atingido se deixado unicamente aos “mecanismos de mercado”.

2.2.10 Os conflitos e as coalizões nos estudos sobre inflação e desinflação

Se o conceito de coalizões pode ser aplicado na análise dos mais diversos fenômenos, o que o impede de ser adotado para interpretar as coalizões que se formam nos processos inflacionários e de estabilização monetária? Não há nada que impeça a sua utilização, a não ser o desconhecimento das possibilidades do seu emprego. Dito isso, é hora de buscar na bibliografia análises que envolvam os temas da pesquisa, quais sejam,

¹²⁸ O artigo publicado em 1994 apresentava um certo ceticismo dos autores em relação à viabilidade da manutenção no longo prazo do crescimento que alguns países apresentavam (Argentina, Chile e México). Colômbia foi o país menos afetado pela crise da dívida e seu setor público conseguiu suportar esse choque, inclusive mantendo as suas inversões. Todos os outros países tiveram seu setor público gravemente afetado, à exceção do Chile, onde o Estado não deixou de executar o papel de grande investidor.

inflação, desinflação, conflito e coalizão. O ponto de partida é o reconhecimento de que havia um consenso que tornava o pleno emprego a principal meta da política econômica estatal¹²⁹. Korpi (2002) afirma que as políticas dos partidos de esquerda priorizavam o nível de desemprego baixo ao invés do nível de inflação baixo. Os partidos de centro e conservadores tiveram – por razões de sobrevivência eleitoral – de encampar em seus programas as políticas de pleno emprego, mesmo que a sua prioridade fosse a inflação baixa. Os choques do petróleo de 1973 e de 1979 dão início a uma mudança no consenso. O desemprego passa a ser visto como um fenômeno difícil de ser evitado e mesmo como algo normal, natural e, para alguns, até necessário. O objetivo da política econômica passa a ser o combate à inflação¹³⁰. Com efeito, a partir das afirmações de Korpi (2002) é possível pensar a postura dos partidos de esquerda no novo consenso: para sua sobrevivência eleitoral, foram obrigados a fazer da inflação baixa a sua principal prioridade.

A partir de uma abordagem própria do conflito distributivo – a do recursos de poder – na qual a balança de poder entre “empregadores e empregados” pende para os primeiros, o conflito pode se manifestar de diferentes maneiras como, por exemplo, desemprego, inflação, distribuição funcional da renda nacional, etc. (Korpi, 2002, p. 369).

Para Korpi (2002), o desemprego é uma variável chave para entender as relações de poder entre as principais classes sociais. Em outras palavras: a “relação de emprego” é uma relação social entre classes sociais, mas é também uma relação de poder: o desemprego é uma forma de enfraquecer a classe trabalhadora. O aumento do desemprego pende a balança mais ainda para o lado dos “empregadores”, e se reflete na disputa entre as classes

¹²⁹ A título de exemplo: “Minha conclusão é, portanto, que não compensa sacrificar o emprego a fim de estancar a inflação” (Pederson, 1965, p. 251). Sobre a relação entre inflação e desemprego, consultar Tobin (1972).

¹³⁰ “O objetivo de reduzir a inflação parece refletir o interesse das grandes empresas (*corporate sector*). Além disso, as políticas governamentais para reduzir a inflação auxiliaram as grandes empresas e expandiram [e consolidaram] a sua hegemonia através do aumento do desemprego, do enfraquecimento do trabalho, e da concentração [do capital]” (May & Grant, 1991, p. 377).

na luta pela renda¹³¹. O contrário também é verdadeiro: o pleno emprego fortalece os trabalhadores¹³².

O conflito distributivo também pode gerar inflação¹³³, mas as “mudanças no desemprego nem sempre afetaram as taxas de inflação” (Korpi, 2002, p. 389). Antes da Primeira Guerra Mundial, o desemprego e a inflação eram baixos. Durante a Grande Guerra, com o abandono do padrão-ouro, as taxas de inflação se elevaram e no pós-guerra alguns países tiveram hiperinflação, mas o que prevaleceu no período 1921-1938 foi a deflação. Ao que parece, *policy-makers* elegeram a inflação baixa como a principal meta da política econômica, o que causou períodos de desemprego extremamente elevados (Korpi, 2002, p. 389-390).

Após a Segunda Guerra Mundial, dois fatores contribuíram para elevar o pleno emprego, e não a inflação baixa, à condição de prioridade da política econômica: a presença dos partidos de esquerda no governo e a presença da União Soviética no cenário mundial. O resultado foi o aumento do envolvimento dos trabalhadores na disputa capital-trabalho: a média anual de conflitos industriais aumentou 1,9% no período 1900-1913; 3,3% no entre-guerras; aproximadamente 6% entre 1946-1972; e pouco acima de 9% no período 1973-1984. Com a mudança na prioridade da política econômica, esse envolvimento reduziu-se significativamente, passando para aproximadamente 4% no período 1985-1997¹³⁴. Outro fato digno de nota é a diminuição da média de duração dos conflitos. No período anterior à Primeira Guerra Mundial e no entre-guerras, a duração era de aproximadamente quatro semanas. Já após a Segunda Guerra Mundial a média caiu para uma semana ou menos.

¹³¹ “Sustenta-se que em condições de alto desemprego, ou de maneira geral, quando existe um superávit estrutural de mão-de-obra, debilita-se a capacidade de negociação dos trabalhadores para obter incrementos nas suas remunerações e se enfraquece, então, a transferência dos aumentos de preços para os aumentos de salários” (OIT, 1983, p. 82).

¹³² “De fato, sob um regime de permanente pleno emprego, a demissão de empregados deixaria de exercer sua função de medida disciplinar. A posição social do patrão estaria minada e cresceriam a autoconfiança e a consciência da classe trabalhadora” (Kalecki, 1977, p. 56). Com o apoio de pesquisas empíricas, (Korpi, 2002, p. 382) afirma que “o desemprego menor tende a produzir salários maiores”.

¹³³ “Inflação pode ser vista como um resultado do conflito distributivo, refletindo divisões sociais no interior das economias de mercado e canalizadas via o mercado de trabalho” (Korpi, 2002, p. 389).

¹³⁴ Os dados se referem à média para dezoito países. É interessante destacar que em alguns países, como a Suécia, a Noruega e a Áustria, houve um grande recuo nos indicadores de greve. A explicação está na presença de fortes partidos social-democratas no governo, o que canalizou o conflito distributivo do mercado de trabalho para a arena política (Korpi, 2002, p. 390-391).

Para Korpi (2002), há uma relação entre envolvimento dos trabalhadores nas disputas capital-trabalho, a duração dos conflitos e a inflação: “esta mudança na configuração das greves – de disputas muito longas para disputas de menor duração, mas com o envolvimento muito maior dos empregados – provavelmente reflete mudanças paralelas nas taxas de inflação” (Korpi, 2002, p. 390).

Grosso modo, no período anterior à Segunda Guerra Mundial, as baixas taxas de inflação – graças à vigência do padrão ouro e às políticas praticadas pelos bancos centrais – mantinham o valor dos salários nominais muito próximo do seu valor real, o que gerava longa disputas entre “empregadores e empregados”.

Já após a Segunda Guerra Mundial, os conflitos iniciais em torno do salário nominal encontravam os “empregadores” dispostos a evitar uma disputa custosa e longa, o que os levava a aumentar os preços das mercadorias, afetando o valor do salário real e da taxa de inflação (Korpi, 2002, p. 391). Essa mudança no padrão de disputa entre capital-trabalho reflete o fortalecimento – inédito – dos trabalhadores no conflito distributivo. A posição dos trabalhadores no conflito distributivo foi fortalecida e isso deve ser creditado à “combinação do aumento da capacidade organizacional [dos trabalhadores] através dos partidos políticos e dos sindicatos e, em termos gerais, à alta demanda por trabalho” (Korpi, 2002, p. 391).

Em suma,

A mudança do pleno emprego para a inflação baixa como o objetivo mais prioritário envolveu uma reconfiguração importante das instituições nacionais e internacionais, que determinou as relações sociais de poder. Sob as instituições criadas em Bretton Woods e um modelo keynesiano de política voltado ao desemprego baixo, sindicatos e empregados são parceiros em um plano macro, formal ou informal, na barganha trilateral com empregadores e governos. Nesta barganha, o poder dos empregados está na capacidade de externar sua pressão salarial, mas também na sua capacidade de moderar essas pressões salariais em troca do uso pelos governos das políticas fiscal e monetária, desde que destinadas a manter pleno emprego¹³⁵, se necessário por *demand reflation*. Neste contexto, a capacidade dos governos nacionais é, em um grau significativo, dependente das possibilidades de controlar os fluxos de capitais entre as fronteiras nacionais. Com a desregulamentação dos

¹³⁵ A inflação foi “contida” após a Segunda Guerra Mundial na Grã-Bretanha em razão do apoio da classe trabalhadora às políticas adotadas pelo Partido Trabalhista – ou da ausência de demandas ao governo – devido aos laços históricos que uniam esse partido e os sindicatos (Mainguy, 1950).

movimentos de capitais e um modelo monetarista de política, o banco central é o único encarregado de controlar a inflação; na medida em que a inflação baixa é o único objetivo variável¹³⁶, sempre que necessário este objetivo pode ser alcançado pela contração da demanda funcionando como um artifício para disciplinar o trabalhador. A globalização do capital significa que a contribuição potencial dos sindicatos contra o arrocho salarial perdeu, agora, muito de seu valor como moeda na arena política. Neste cenário, os sindicatos podem manter emprego principalmente mantendo os aumentos salariais tão baixos que o banco central não considerará necessário agir. As alternativas de ação pelos sindicatos e pelos empregados estão agora altamente restringidas; se eles externam o seu poder potencial, o banco central pode puni-los através da elevação do desemprego. Estas mudanças institucionais configuraram a estrutura para o exercício de poder por parte dos principais grupos de interesse e apresentam importantes conseqüências distributivas, fortalecendo alguns atores e restringindo outros. Para entender estes desenvolvimentos, é necessário complementar a análise na estrutura de oferta-e-demanda com um foco em conflitos distributivos de soma-positiva entre os principais grupos de interesses posicionados de forma diferentemente em termos de poder (Korpi, 2002, p. 413).

A adoção dos conceitos de conflito e de coalizões permite também compreender os processos de desinflação, pois “no que concerne à organização da riqueza e poder, não existe um método simples ou neutro de perseguir a estabilidade monetária” (Dodd, 1997, p. 246).

Para Alesina & Drazen (1991), a estabilização macroeconômica é resultado da resolução de um conflito distributivo entre grupos sócio-econômicos, pois o processo anterior à estabilização é visto como uma “guerra” entre esses grupos em torno da distribuição. Uma “guerra” na qual nenhum dos grupos deseja ficar com o ônus da estabilização. Se nenhum dos grupos sócio-econômicos for politicamente forte para impor o ônus para o outro, a estabilização será postergada. A resolução do conflito ocorre quando um dos grupos “concede” ou “permite” que o outro decida quem ficará com o ônus da estabilização. Em outras palavras: a estabilização somente será atingida quando um grupo se tornar politicamente dominante e impingir o custo da estabilização para o(s) outro(s) (Alesina & Drazen, 1991).

¹³⁶ “A experiência após a Segunda Guerra Mundial mostrou que o pleno emprego era uma opção política factível. O seu abandono requereria persuadir a população de males maiores: a inflação foi o central. [...] Mas a questão relevante que se faz é em que medida uma economia internacional liberal poderia ter sido comprada a um preço aceitável” (Hirsch, 1978, p. 278-279).

Os autores apresentam duas situações históricas para exemplificar a sua tese: a) a longa convivência com a inflação na América Latina está associada ao conflito e reflete a ausência de um grupo sócio-econômico capaz de se impor politicamente frente aos outros; e b) a disputa para ver qual grupo sócio-econômico ficaria fiscalmente responsável pelo pagamento das reparações da Primeira Guerra atrasou a estabilização em vários países. Essa só foi atingida na França (1926) e na Itália (1922-1924) com a consolidação do poder pela direita e o ônus assumido pela classe trabalhadora (Maier, 1981 apud Alesina & Drazen, 1991, p. 1173).

Inspirados em Alesina & Drazen (1991), Casella e Eichengreen (1991) deixam claro que a inflação é resultado do conflito distributivo. A desinflação experimentada pela França e pela Itália após a Segunda Guerra Mundial decorreu da ajuda externa recebida por esses países. O Plano Marshall aumentou o tamanho do “bolo” e diminuiu os custos da desinflação para os grupos de interesse. Na Itália, a desinflação ocorreu logo após o anúncio do plano. Já na França, onde o conflito era mais polarizado, a esquerda mais forte, e o Estado colocava em prática um plano de investimento, a desinflação tardou um pouco mais.

Em ambos os casos, a esquerda foi derrotada e ficou com o ônus da desinflação. Na França, houve redução no número de dias perdidos nos conflitos capital-trabalho entre 1948-1949; os salários reais caíram entre 1946-1950; e o desemprego, ainda que fosse baixo, aumentou. Na Itália, os salários reais aumentaram a uma taxa declinante e o desemprego aumentou entre 1947-1948. Nesse sentido, “o declínio nas disputas trabalhistas sinalizaram a aceitação pelo trabalho de uma parte menor da distribuição” (Casella & Eichengreen, 1991, p. 26). Em todo o caso, “*uma coalizão apoiando a [ajuda externa] deve ser formada*” (Casella & Eichengreen, 1996, p. 606 – grifo meu).

A desinflação dos anos 1980, nos países centrais, está relacionada à contenção dos “custos salariais” ocasionada pela diminuição no ritmo dos aumentos dos salários nominais, pelo aumento dos ganhos de produtividade e pela elevação do desemprego, o que modificou a relação de poder entre capital-trabalho. Adicionalmente, há que se levar em conta a queda do preço das matérias-primas e as variações do valor da moeda norte-americana (a mudança no seu valor, que poderia representar uma fonte de pressão

inflacionária, era contra-arrestada tanto pelo baixo preço das matérias-primas, quanto pelas políticas deflacionárias adotadas pelos governos) (Bezbakh, 1990, p. 95-105).

O controle da inflação é interpretado de modo distinto pelas perspectivas teóricas aqui apresentadas. Para uma instituição como o FMI, que representa o *mainstream*, a queda da inflação nos “mercados emergentes” está relacionada à inflação internacional baixa, à adoção de políticas “saudáveis” e à demanda da população (IMF, 2001, p. 116). Sobre os dois primeiros itens, o economista ortodoxo afirma que a desinflação é um resultado da globalização, pois, de um lado, privatizações e desregulamentações “aumentaram a competição”, impedindo que os monopólios aumentassem os preços; de outro, bancos centrais independentes ficaram livres das pressões políticas. Qualquer reversão nesses processos significaria a volta da inflação (Rogoff, 2003)¹³⁷.

Para o economista não tão ortodoxo, foi o enorme desemprego existente no mundo que fez com que a inflação “se acomod[asse]”. Aqui, a explicação é e nitidamente inspirada em Kalecki (1977), pois se destaca o “papel didático” exercido pelo desemprego (Delfim Netto, 1996, p. 118).

Já o economista pós-keynesiano afirma que o excesso de liquidez produziu pressões deflacionistas que se propagaram pelo sistema financeiro internacional (Davidson, 2003). É interessante destacar que em ambas as análises uma mudança na ordem econômica internacional está diretamente relacionada à manutenção de baixas taxas de inflação.

Cabe à pesquisa apontar os elementos domésticos que levaram ao controle da inflação. Nesse sentido, a análise será realizada a partir dos conflitos e das coalizões que se desenvolveram em cada um dos casos concretos. Este é o objetivo dos dois próximos capítulos.

¹³⁷ Consultar também IMF (2006a).

CAPÍTULO 3 – CONTRAPONTO

Como indicado na introdução, esta pesquisa possui uma dimensão comparativa, na medida em que recorreu a alguns casos internacionais para verificar as semelhanças e diferenças entre processos inflacionários e desinflacionários experimentados por realidades distintas. Cinco países foram selecionados: Argentina, México, Coréia, Índia e Turquia, cujas experiências são expostas a seguir.

3.1 Argentina: hiperinflação, reformas e crise

O caso argentino é bastante interessante, pois fornece um exemplo de uma política de estabilização da moeda e de reformas liberalizantes *avant la lettre*¹³⁸. Uma política desinflacionária fundada na liberalização comercial e financeira e no compromisso com a privatização foi colocada em prática logo após o Golpe Militar, em 1976, sob a condução do ministro da Economia, José Martínez de Hoz, com o objetivo de “disciplinar empresários e trabalhadores” (Canitrot, 1980)¹³⁹. Os militares responsabilizavam tanto os desenvolvimentistas quanto os populistas pelo estado caótico no qual se encontrava a sociedade argentina. Assim, os liberais puderam se apresentar como a antítese ao que reinava na Argentina, pois, desde a década de 1940, nenhuma política liberal havia predominado, apesar da presença de economistas liberais em altos postos governamentais:

Pela primeira vez na história argentina contemporânea, a velha ideologia liberal assegurava uma audiência simpática no âmbito das Forças Armadas [...]. [Os] liberais se concentraram em três ameaças à sociedade argentina, cuja erradicação era necessária: 1) todas as formas de subversão [...]; 2) a sociedade política populista – o peronismo, os sindicatos, a oposição “tolerada” composta por Radicais e pela esquerda parlamentar e o Estado tutor e 3) o setor industrial “ineficiente”, que formava a base da economia urbana, junto com sua classe trabalhadora “indisciplinada”. [...] O objetivo mais geral dos liberais era modificar todo o sistema de relações sociais, o que requeria igualmente a reforma dos padrões. Com esse fim, o governo implantou um sistema econômico de livre-mercado, principalmente

¹³⁸ O ajuste argentino contrasta com a estratégia adotada pela ditadura militar brasileira no mesmo período, sobretudo no governo Geisel (1974-1979).

¹³⁹ Apesar do compromisso assumido, o fracasso do programa de privatizações de Martínez de Hoz está diretamente relacionado a mudanças no interior da coalizão que havia se formado em seu favor, notadamente com a perda de apoio dos militares (Corrales, 1998).

através da abertura do mercado doméstico à competição externa. Outra “novidade” decisiva foi a reforma financeira de junho de 1977, que implicou dar atenção exclusiva à inflação, tomando decisões expressamente destinadas a desacelerar o processo de expansão econômica sem hesitar em danificar o interesse imediato das classes sociais que formavam a base política do governo militar (Cavarozzi, 1988, p. 44-45).

Duas variáveis políticas ajudam a entender os rumos que a Argentina tomou: a) a presença de um pensamento liberal – mesmo entre os peronistas – com uma significativa base social (Cavarozzi, 1988, p. 44-5); e b) o alto grau de organização e mobilização dos setores urbanos argentinos e sua relação com o peronismo, cuja interdição à participação na arena eleitoral explicaria uma cena política altamente instável (Cruz, 1976).

Com efeito, Martínez de Hoz anunciou seu o seu plano em 2 de abril de 1976, em uma conjuntura marcada por uma taxa anual de inflação de 1.000%, déficit fiscal de 16% do PIB e reservas internacionais extremamente baixas¹⁴⁰. O ajuste ortodoxo estava baseado em uma forte redução no gasto público e na contração da liquidez, em um enorme aumento da taxa de juros e no arrocho salarial.

A liberalização comercial caracterizou-se pela redução das tarifas de importação e levantamento de restrições não-tarifárias. Já a liberalização financeira iniciou-se com a liberalização das taxas de juros dos bancos comerciais e do mercado cambial e com a eliminação de boa parte dos créditos subsidiados. No ano seguinte, eliminou-se a centralização dos depósitos no Banco Central e todas as taxas de juros foram liberalizadas. Em dezembro de 1978, anunciou-se a livre mobilidade de capital para o terceiro trimestre de 1980.

No plano externo, o ajuste logrou obter saldos positivos na balança comercial, mas, no plano interno, “o aprofundamento do processo recessivo e o aumento do desemprego não redundaram, ao contrário do previsto, no controle do processo inflacionário” (Gontijo, 1995, p. 48). Além do mais, houve concentração da renda no período e queda na participação dos salários na renda nacional.

¹⁴⁰ Todas as informações aqui utilizadas foram extraídas de Gontijo (1995).

O fracasso em deter o processo inflacionário levou a equipe econômica argentina a utilizar a taxa de câmbio como âncora para o nível de preços¹⁴¹. Em 1978, a taxa de câmbio foi reajustada abaixo da inflação doméstica para, depois, adotar uma “tablita”, com desvalorizações prefixadas. A inflação diminuiu, mas a recuperação econômica teve fôlego curto (até 1981).

A utilização da âncora cambial e o crescimento das importações afetaram a balança comercial, tornando-a deficitária. O resultado dessa estratégia foi o aumento da inflação e a explosão de uma grave crise econômica e política, que seria agravada com a derrota da Argentina na Guerra das Malvinas e pela crise da dívida externa.

O governo que emerge na transição democrática, comandado por Raul Alfonsín (Unión Cívica Radical – UCR), havia se comprometido a adotar uma política econômica diferente daquela posta em prática pela ditadura militar, isto é, o combate à inflação não se daria através da adoção de medidas recessivas, mas por meio de políticas que estimulassem a demanda. No entanto, as pressões externas – dos credores pelo pagamento dos juros da dívida externa – e as pressões internas – dos sindicatos peronistas, que se opuseram à reforma da legislação trabalhista – impediram que as medidas tomadas pelo primeiro ministro da Economia, Bernardo Grispun, surtiram resultado.

Grispun foi substituído por Juan Vital Sourrouille e o resultado dos esforços do novo ministro e da sua equipe foi tornado público em 14 de junho de 1985. O Plano Austral partia do diagnóstico da inflação inercial e propunha um tratamento heterodoxo para a estabilização de preços: controle de preços, salários e tarifas públicas (que foram reajustadas); reforma monetária; e compromisso para não financiar o déficit público com emissão monetária, mas sim com aumento da arrecadação. Houve aumento dos salários, das tarifas públicas e a moeda foi desvalorizada em 18%. O governo argentino assumiu o

¹⁴¹ Esse tipo de ajuste, para ser viável, depende da liquidez internacional, cuja origem remonta ao “boom dos empréstimos dos bancos consorciados para o Terceiro Mundo nos anos 70 [que, por sua vez,] foi desencadeado por uma acentuada queda das taxas de juros na primavera de 1970, quando o Federal Reserve inundou o mercado de Nova York com dinheiro para combater o *crash* da Bolsa em 1970, apenas para ver boa parte ser transferida para o mercado de eurodólares, onde jogou as taxas de juros para baixo. Os bancos, com farta liquidez, saíram à procura de tomadores e encontraram os governos do Terceiro Mundo, principalmente na América Latina. O namoro terminou em agosto de 1982, quando o governo mexicano interrompeu o pagamento dos serviços da dívida” (Kindleberger, 2000, p. 45).

compromisso de não realizar novas emissões monetárias, mas manteve a indexação para todos os contratos na Argentina (Ortega, 1989, p. 32)¹⁴².

O plano conseguiu reduzir os índices de inflação e dotou o governo da UCR do capital político necessário para ganhar as eleições legislativas de novembro de 1985. O conflito entre capital e trabalho se arrefeceu. No entanto, o plano começou a se deteriorar, e o governo Alfonsín iniciou ajustes no Plano Austral. No início de 1986, houve um reajuste de preços e o câmbio foi desvalorizado. A partir de meados do mesmo ano, conseguiu-se estabelecer uma espécie de “pacto social” com a “Confederación General del Trabajo de la República Argentina” (CGT)¹⁴³ em uma conjuntura marcada pela elevada participação de trabalhadores em greves. Em fevereiro de 1987, houve um novo congelamento de preços e salários (Australito) e, ainda no primeiro semestre, o governo conseguiu renegociar a sua dívida externa. Mesmo assim, o governo perdeu as eleições em setembro de 1987. Em outubro, várias medidas foram tomadas: houve um outro congelamento de preços e salários; ocorreu uma liberalização no câmbio para operações financeiras e uma desregulamentação no mercado financeiro; e um pacote para aumentar a arrecadação de impostos foi apresentado ao Congresso (Bouzas, 1993; Kaufman, 1990).

Uma nova tentativa para remediar o Plano Austral foi lançada em 1º de agosto de 1988. O Plano Primavera estabeleceu um acordo para redução dos preços públicos e privados e estabeleceu três taxas de câmbio: “comercial”, fixada pelo governo, para as exportações agropecuárias; “financeira”, fixada pelo mercado mas sujeita à intervenção do Banco Central através de leilões, para as importações e o serviço da dívida externa; e “mista”, fixada pela média entre a comercial e a financeira, para a exportações industriais. O objetivo do governo era aumentar sua arrecadação com a diferença entre a compra de

¹⁴² Um primeiro acordo com o FMI foi realizado em setembro de 1984, e um novo acordo foi anunciado em 11 de junho de 1985. A aprovação do acordo pelo governo dos Estados Unidos teria sido uma manifestação concreta de apoio à consolidação do novo regime democrático. “Mas em 1986, devido aos seus próprios problemas orçamentários, o governo dos Estados Unidos liberou parte de seu estoque de grãos, o que provocou uma queda dos preços internacionais que prejudicou severamente as exportações argentinas e suas contas fiscais” (Canitrot, 1994, p. 83).

¹⁴³ Uma experiência anterior de pacto social foi promovida no curto governo Cámpora (maio a julho de 1973), mas que não teve êxito face à fragilidade do Estado frente ao trabalho organizado e ao empresariado (Ayres, 1976).

dólares dos exportadores e a venda de dólares aos importadores, que seria de aproximadamente 25% (Nakano & Tokechi, 1990, p. 41).

Entretanto, para funcionar, esse esquema de múltiplas taxas de câmbio dependia tanto da continuidade das exportações agropecuárias (preços e volumes) quanto da existência de reservas no Banco Central para intervir no mercado cambial (Nakano & Tokechi, 1990, p. 41). Dependia, também, de que exportadores e industriais aceitassem as suas taxas de câmbio. A partir de agosto, o austral se valoriza (pois taxas de juros elevadas aumentam as aplicações em austrais), o câmbio financeiro se desvaloriza e o câmbio comercial se valoriza. Em novembro começa a se especular sobre o “atraso cambial” e os exportadores demandam liquidar seus contratos no câmbio financeiro. Em janeiro de 1989, verifica-se uma corrida ao dólar, visto que os exportadores retêm contratos e os importadores antecipam os seus. Enfraquecido politicamente, o governo se viu no meio de uma hiperinflação e não conseguiu evitar a eleição do candidato de oposição Carlos Menem, que defendia um “salariato” (ou seja, um aumento salarial significativo). Com o aprofundamento da crise social, Alfonsín resolveu renunciar e a posse de Menem, que deveria se realizar em 10 de dezembro, foi antecipada para 8 de julho. Para Nakano & Tokechi (1990), “crise de confiança e o colapso social” teriam detonado a hiperinflação argentina. De fato, o conflito entre capital e trabalho foi bastante intenso durante o governo Alfonsín, como pode-se verificar na tabela abaixo:

TABELA 6 – GREVES E TRABALHADORES ENVOLVIDOS: ARGENTINA
(1984-1989)

ANO	GREVE	TRABALHADORES ENVOLVIDOS
1984	495	8.459.192
1985	333	4.248.248
1986	582	11.236.940
1987	470	5.980.507
1988	443	7.443.344
1989	418	7.720.985

Fonte: Consejo Técnico de Inversiones, La Economía Argentina, diversos números apud McGuire (1996, p. 144).

Carlos Menem, eleito pelo partido peronista, nomeou para o Ministério da Economia Miguel Roig, vice-presidente do grupo econômico multinacional agroindustrial

Bunge y Born (BB), símbolo do capitalismo “vendepátria” tão combatido pelos peronistas. Com a morte de Roig menos de uma semana após a posse, Menem nomeou para o cargo Nestor Rapanelli, também ligado à BB, mostrando claramente o compromisso do seu governo com o grande capital.

As principais medidas do Plano BB, anunciado por Roig, e implementado por Rapanelli, em julho de 1989, eram: aumento dos preços controlados pelo governo; redução do déficit público; desvalorização da moeda; acordo com as 350 maiores empresas para moderar o aumento de preços; baixa da taxa de juros; manutenção da taxa de câmbio (o câmbio passou a ser controlado e a taxa de câmbio fixada); e manutenção das tarifas públicas até março de 1990. Paralelamente, um amplo plano de reformas estruturais foi anunciado, que incluía privatização, abertura comercial e fim dos subsídios e dos programas de fomento para o setor privado.

O plano começou a entrar em colapso em razão das críticas de parte dos trabalhadores e mesmo em razão de conflitos no interior da equipe econômica. Em dezembro de 1989, foi lançado o Plano BB II, que desvalorizou a moeda, aumentou as tarifas públicas e declarou a moratória da dívida pública interna durante dois anos. A reação ao plano foi dura e Rapanelli foi demitido. Em seu lugar, foi nomeado Antonio Erman González, que havia ocupado a Secretaria da Economia da Província que Menem governara.

O Plano Erman I, anunciado em 18 de dezembro de 1989, aprofundou a liberalização econômica ao tornar o mercado de câmbio totalmente livre. O declínio das reservas e os boatos de dolarização levaram a uma desvalorização do austral e ao aumento da inflação. “Diante da ameaça de uma corrida aos bancos, Erman González, apoiado por agências de empréstimos multilaterais e pelo Tesouro dos Estados Unidos, revelou o chamado Plano Bonex (também conhecido com Erman II) em 1º de janeiro de 1990” (Smith, 1993, p. 206). Os depósitos a prazo nos bancos comerciais em austrais foram convertidos em bônus em dólares com prazo de dez anos. Sem liquidez, agravou-se a recessão econômica. O plano foi atacado pelos radicais e provocou uma cisão no movimento peronista. A sustentação política vinda de uma aliança de centro-direita não impediu uma fuga de capitais e a volta da hiperinflação.

A maneira escolhida para enfrentar a hiperinflação sem voltar atrás no processo de liberalização econômica foi por meio do aumento de impostos e da redução dos gastos. Esse foi o objetivo do Plano Erman III, adotado em março de 1990, que contou com o apoio da “comunidade empresarial” e com uma trégua da CGT. O Erman IV, de 1º de julho de 1990, era composto de medidas que aprofundaram a liberalização econômica, a desregulamentação das importações e a eliminação da proteção da indústria local, sendo seguido pelo Erman V, de 31 de agosto, que tinha por objetivo dotar o Ministério da Economia de poderes para acelerar o processo de privatização e/ou liquidação das empresas estatais.

Mas a hiperinflação não cedia e o governo Menem decidiu aprofundar ainda mais o processo de liberalização do comércio exterior, além de aprovar uma anistia fiscal para o repatriamento de capital (Erman VI, de 28 de dezembro de 1990) e adotar novas medidas corretivas em meados de janeiro de 1991 (Erman VII). Menem resolveu, então, fazer uma reforma ministerial entregando o Ministério da Economia a Domingo Cavallo, que ocupava o Ministério de Relações Exteriores (Erman González foi transferido para o Ministério da Defesa).

Em 1º de abril de 1991, o Plano de Conversibilidade foi anunciado: o peso poderia ser livremente convertido em dólar e a emissão de moeda pelo Banco Central ficaria condicionada ao aumento das reservas internacionais em dólar. Em outras palavras: decidiu-se por estabelecer em lei uma taxa de câmbio 1,00 dólar = 1,00 peso e que a base monetária acompanharia as variações das reservas internacionais. A taxa de inflação despencou. Houve um aprofundamento das reformas liberalizantes, um alinhamento automático com os Estados Unidos (simbolizado pela expressão “relações carnis”, conforme declarado pelo chanceler Guido Di Tella) e uma mudança tão acentuada no marco institucional, que um autor chegou a temer pela sua “irreversibilidade” (Smith, 1993, p. 215).

Com efeito, “progressos significativos no restabelecimento do equilíbrio fiscal [...] e...] um choque positivo derivado da queda das taxas de juros internacionais e o

restabelecimento do fluxo de capitais externos” (Bouzas, 1993, p. 13) explicam o sucesso do Plano de Conversibilidade¹⁴⁴. Além disso,

O processo de reforma estrutural incluiu três grandes áreas de política, a saber: i) a reforma do regime comercial e cambial; ii) a reforma do setor público; e iii) a reforma do marco regulatório. Desde meados dos anos 1980, a promoção da reforma estrutural tem sido uma prioridade dos dois governos democráticos. Estas políticas se tornaram dominantes na administração radical a partir de 1987 e influíram decisivamente sobre o governo peronista que assumiu em meados de 1989. Como resultado das medidas implementadas, o ambiente institucional da economia argentina no começo dos anos 1990 é radicalmente diferente do que prevalecia no começo da década passada (Bouzas, 1993, p. 13)¹⁴⁵.

De fato, a situação no início da década de 1990 era marcada: a) pela liberalização total do mercado cambial; b) por baixas tarifas de importação (média de 10%, máximo de 20%); c) pela eliminação de todas as restrições quantitativas, com exceção do regime automotriz; d) por um superávit primário de 2,8% do PIB; e) por uma arrecadação fiscal de 24,1% do PIB; f) pela privatização de empresas estatais; g) pela liberdade de preços; h) pela proibição da indexação (os aumentos salariais ficaram condicionados ao aumento de produtividade; i) por novas modalidades de contratação temporária; k) pela liberação das taxas de juros e destinação do crédito; j) pela livre mobilidade de capitais; e l) pela desregulamentação de diversos mercados de bens e serviços (Bouzas, 1993, p. 14).

O paradoxo do caso argentino foi ter aberto mão da soberania de sua moeda para poder estabilizá-la. Isso foi possível porque “na economia argentina não há indexação formal”, o câmbio não acompanha a inflação, não existem aplicações diárias (*overnight*) e são raras as que são ao portador. “Isto implica que [...] as pessoas não têm muitas opções para manter suas poupanças financeiras em austrais e explica porque os argentinos mantêm sua poupança financeira em outras moedas, fundamentalmente em dólares” (Almonacid,

¹⁴⁴ “É verdade que algumas medidas tomadas previamente foram funcionais para o Plano de Conversibilidade, em especial, a política de acumulação de reservas internacionais levada a cabo durante 1990. [...] A administração de Menem pôde usar seu brilhante êxito em matéria de estabilização para aproveitar um favorável giro dos mercados financeiros internacionais. A recessão nas economias desenvolvidas havia provocado uma forte redução das taxas de juros, o que induziu os capitais a sair em busca de retornos mais atrativos nos chamados ‘mercados emergentes’” (Gerchunoff & Torre, 1996, p. 746-747).

¹⁴⁵ A implantação dessas medidas foi possível também graças à concentração de “recursos de poder” – como os decretos de necessidade e urgência – na Presidência da República (Palermo, 2004, p. 98; Llanos, 2001).

1989?, p. 38). Eis o motivo que explica a escolha pela dolarização da economia argentina e a razão pela qual o valor externo da moeda argentina foi ancorado diretamente ao dólar¹⁴⁶.

A opção argentina pela ancoragem direta ao dólar e a privatização de todo o seu aparato produtor de bens e serviços deixou o país muito mais vulnerável e reduziu ainda mais a sua margem de manobra. A explicação para a radicalização na implantação das reformas orientadas para o mercado na Argentina, ao que parece, pode ser encontrada na forte presença, naquele país, de um pensamento liberal dotado de uma importante base social (Cavarozzi, 1988).

O sucesso do Plano de Conversibilidade em baixar a inflação e mantê-la em patamares reduzidos foi estrondoso. A desinflação na Argentina foi tão “espetacular” que levou a economia à deflação. Entretanto, o Plano malogrou. Para alguns, os mecanismos que levariam à ruína do plano já estavam presentes desde o início: i) a dependência do mercado de capitais internacional; ii) o endividamento como forma de escapar da rigidez base monetária/reservas internacionais; e iii) a ausência de um emprestador em última instância em dólar (Cintra & Farhi, 2002). Assim, o fracasso se deve às “condições adversas de liquidez internacional” e ao “extraordinário endividamento público¹⁴⁷ [que levaram] à moratória da dívida e a um processo desordenado de desvalorização da moeda” (Cintra & Farhi, 2002, p. 4-5)¹⁴⁸.

Não há dúvida que a questão externa é o ponto de partida para a disparada da inflação (Nogueira Batista Jr., 1992). Ou seja, a crise da dívida externa detonada em 1982 e o conseqüente fechamento do mercado de capitais estão diretamente relacionados ao

¹⁴⁶ O apoio do governo norte-americano à dolarização estaria ligado à redução do custo das transações cambiais, mas também como uma forma de ampliar o poder e a influência dos Estados Unidos na região. A iniciativa partiu daqueles que defendem a estabilidade de preços como o objetivo da política monetária e, historicamente, já teve um precedente entre 1900-1915 (Helleiner, 2003).

¹⁴⁷ O elevado endividamento público é uma variável fundamental para entender a estabilização monetária na Argentina, já “que desde 1995, o regime de conversibilidade [...] foi mantido pelo crescente endividamento externo do setor público” (Cintra & Farhi, 2002, p. 10). A dívida interna e externa do setor público financeiro e não financeiro na Argentina era de US\$ 97,1 bilhões em 1996 e de US\$ 128 bilhões em 2000.

¹⁴⁸ No entanto, esse resultado – a crise de 2001/2002 – não seria inexorável se o governo tivesse diminuído o grau de vulnerabilidade da economia. A situação era propícia em 1992 para as correções necessárias, mas o ministro Cavallo não superou o “poder de veto dos formadores de opinião empresarial [“os analistas de risco” ...] responsáveis, em última instância, pelo direcionamento dos capitais globalizados”, que impediram as mudanças e impuseram o aprofundamento da estratégia através de uma agenda de reformas microeconômicas (Palermo, 2004, p. 137-138).

surgimento do regime de inflação alta¹⁴⁹. Da mesma forma, a desinflação na década de 1990 seria o resultado da melhora das contas externas e da volta dos fluxos de capital. Um ingresso mínimo de recursos externos possibilitou a defesa da moeda nacional e, após a estabilização, um aumento substancial no ingresso de capital externo.

O apoio ao Plano de Conversibilidade é explicado, por alguns autores, pelo federalismo, visto que o partido peronista foi o responsável por articular uma coalizão eleitoral que explorava uma característica do sistema eleitoral argentino: a sobre-representação das províncias menos desenvolvidas. Essas províncias foram poupadas dos efeitos mais negativos das reformas no período 1989-1995, enquanto as províncias mais desenvolvidas e urbanizadas carregaram o fardo do ajuste estrutural. Assim, garantiu-se o apoio necessário para a eleição de Menem e a implementação das reformas econômicas (Gibson & Calvo, 2000).

Para uma outra abordagem, a crise econômica de 1989 abriu espaço para a adoção de reformas econômicas e para a constituição de uma coalizão reformista – composta pelos principais grupos econômicos e pelos políticos tradicionais do partido peronista –, mas que também acabou por impor limites à agenda reformista. Graças à permanência de determinadas instituições que regulavam o mercado de trabalho, as economias das províncias e o sistema fiscal, foi possível a implantação de políticas de privatização, liberalização e a própria conversibilidade do peso (Bambaci et al, 2000).

“Uma atmosfera internacional favorável, inclusive a [existência] de financiamento abundante *facilitou* o processo [de implementação das] reformas” (Bambaci et al, 2000, p. 78 – grifo meu). Para estes autores, o elemento explicativo deve ser buscado nas características políticas e institucionais da Argentina, como: o partido peronista; a conquista da maioria no Congresso graças ao uso da máquina partidária nas províncias (que, por sua vez, possuem poder de veto na política nacional); a ligação orgânica do partido peronista com o movimento sindical; a concessão de poderes especiais ao presidente e a nomeação de aliados para a Corte Suprema.

¹⁴⁹ Além desses motivos externos vinculados ao balanço de pagamentos, é preciso levar em conta o processo de redemocratização, que pressionou a situação fiscal e permitiu o acirramento dos conflitos distributivos (Franco, 1995, p. 206-207). Sobre a redemocratização e o ganho de combatividade dos grupos sociais, consultar Hirschman (1996, p. 205-206).

Contudo, as mesmas características políticas e institucionais vão barrar, no período 1995-1999, a implantação das reformas do mercado de trabalho e do pacto federativo e fiscal, pois essas reformas significavam não só a perda de influência no processo decisório, mas também significava perdas econômicas (Bambaci et al, 2000).

Politicamente, a “inflação crônica” e a estagnação seriam fruto ou da ausência de um consenso entre os atores políticos domésticos sobre os objetivos econômicos da nação (Lizárraga, 1990) ou do conflito entre as classes sociais:

A política desde a década de 1940 tem sido marcada pelas tensões abertas e dissimuladas – e deslocando alianças – entre os trabalhadores, a classe média e os interesses agrícolas e exportadores. Este conflito não resolvido, e a resultante ausência de consenso social, é um fator principal no desempenho econômico argentino (Pothier, 1982, p. 189-190).

Para uma perspectiva distinta, a desinflação só pode ser atingida com a contenção do conflito social, já que ele não pode ser eliminado. Mas, para tanto, seria preciso submeter “a mais combativa classe trabalhadora do continente” (Richards, 1997, p. 168). Nesse sentido, a hiperinflação de 1989-1991 foi um momento crucial não só porque disciplinou a classe operária argentina, mas também porque representou o estabelecimento da hegemonia do capital financeiro sobre a sociedade argentina, processo esse que havia se iniciado com o Golpe Militar de 1976 (Donaire & Lascano, 2003)¹⁵⁰.

De acordo com outros autores, a manutenção da estabilização de preços na Argentina e a implantação das reformas orientadas para o mercado foram exitosas em razão da destruição¹⁵¹ e da constituição de coalizões (eleitorais, políticas e sociais). Segundo Palermo (1999) e Smith (1993), o apoio ao Plano de Conversibilidade foi garantido por

¹⁵⁰ Outra abordagem informa que apesar de os processos inflacionários detonarem mudanças, nem uma hiperinflação poderia garantir que seria seguida de uma estabilização ou de reformas orientadas para o mercado. A Venezuela, no final de 1988, viveu a sua mais profunda “crise internacional, fiscal, econômica, social e política” e o resultado não foi a estabilização, mas o aprofundamento da crise (Corrales, 1999). Para outro, “o governo teve ampliado exponencialmente o seu espaço político para ação” (Palermo, 2004, p. 96), isto é, “a hiperinflação criou razões políticas para adotar um programa de reformas, contribuindo para a geração de capacidades de governo para sustentá-las, isso não ocorreu no caso venezuelano” (Palermo, 2004, p. 103).

¹⁵¹ “Apesar de uma aparência de normalidade ter sido restaurada, a *Menemstroika* ainda enfrentava um grande obstáculo político, isto é, o desmantelamento da coalizão de interesses empresariais e trabalhistas, ainda presa a um modelo pós-guerra de uma industrialização guiada pelo Estado numa economia semifechada” (Smith, 1993, p. 204).

uma coalizão entre os empresários convertidos ao neoliberalismo e as classes populares prejudicadas pela hiperinflação¹⁵².

Deste modo, o sucesso do Plano Cavallo deve ser creditado “à natureza das coalizões políticas que apoiaram este esforço de estabilização” (Starr, 1997, p. 86). Ou seja, trata-se de uma coalizão forjada com um único propósito que, por sua vez, funciona como o cimento da própria coalizão: a luta contra a inflação. “Assim, a coesão desta coalizão está na extensão em que seus membros temem o retorno da inflação e na convicção de que somente o governo Menem é capaz de mantê-la sob controle” (Starr, 1997, p. 110).

Mas, uma vez conquistada a estabilização, os membros da coalizão passam a pressionar o governo por políticas específicas. Esses pleitos são difíceis de serem atendidos face à própria estrutura do plano de estabilização – que se baseia em restrições fiscais e na apreciação do peso –, que limita a ação do governo para atender essas demandas, colocando em risco o apoio da coalizão ao governo. Contudo, a possibilidade real da volta da inflação (como, por exemplo, os efeitos do episódio da desvalorização do peso mexicano em dezembro de 1994), rearticula a coalizão política.

A coalizão menemista se solidificou entre 1989-1993 e foi composta pela parcela das empresas com interesses orientados internacionalmente, por um segmento importante dos trabalhadores organizados, pelos consumidores e pelos militares. Destes últimos, Menem conquistou o seu apoio através da concessão de perdão àqueles militares envolvidos com a repressão e a violação dos direitos humanos.

As maiores empresas agrícolas, industriais e comerciais detinham dois “recursos” fundamentais para a implementação exitosa do programa de estabilização: capital e credibilidade. Portanto, era preciso convencer essas frações do grande capital a investirem na economia Argentina e também a não patrocinarem uma fuga de capital. A nomeação de um representante da multinacional Bunge y Born para o Ministério da Economia atestaria que o governo Menem não adotaria as políticas “populistas” que caracterizavam os

¹⁵² Ainda sobre coalizões: “Menem pôde formar uma inédita e poderosa coalizão de governo, na qual reuniu o poder institucional da maioria eleitoral peronista com o respaldo dos núcleos mais expressivos do poder econômico. [...] O poder de compra das massas urbanas se expandiu com o virtual desaparecimento do imposto inflacionário. Assim, a reativação se associou com a estabilidade” (Gerchunoff & Torre, 1996, p. 739-747), o que explica o apoio popular ao governo Menem.

governos peronistas¹⁵³. Além disso, a nomeação de um representante do grande capital assegurou a adesão dessa fração do capital para a coalizão reformista. Por fim, durante o processo de privatização foram criados incentivos à participação do capital privado, o que acabou por vencer a resistência do grande capital¹⁵⁴.

Com relação aos trabalhadores organizados, Menem, em primeiro lugar, aproveitou-se da divisão do movimento sindical para atacar os sindicatos contrários à política de estabilização e recompensar os que lhe eram favoráveis. Em segundo lugar, Menem contou com o fato de que a maioria dos trabalhadores – historicamente peronista – não se vê como classe, mas como consumidores. E com o fim do imposto inflacionário¹⁵⁵, os setores com renda mais baixa tiveram uma elevação no seu padrão de consumo. Aqui está a chave para entender o sucesso eleitoral da coalizão. De fato, o número de greves e de trabalhadores envolvidos despencou após a implantação da Conversibilidade:

TABELA 7 – GREVES E TRABALHADORES ENVOLVIDOS: ARGENTINA
(1989-1993)

ANO	GREVE	TRABALHADORES ENVOLVIDOS
1989	418	7.720.985
1990	326	9.970.886
1991	119	3.468.930
1992	99	4.656.536
1993	116	1.642.512

Fonte: Consejo Técnico de Inversiones, La Economía Argentina, diversos números apud McGuire (1996, p. 144).

¹⁵³ É bom lembrar que Menem foi eleito utilizando-se do discurso tradicional peronista e prometendo um “salariazo”, mas ao assumir adotou políticas pró-mercado.

¹⁵⁴ O processo de privatização também foi analisado por Treisman (2003). A coalizão anti-privatização – composta pelos funcionários das empresas estatais (trabalhadores e gerentes), pelos *pátria contratistas*, membros do Congresso (UCR e peronistas do Partido Justicialista – PJ) e pelos governos das províncias – foi desarticulada por intermédio do partido, controlando aqueles que tinham poder de veto, e também por meio de “cooptação e ataque”. Menem oferecia algumas vantagens econômicas para os que consentiam com o processo de privatização, e dividia e reprimia os que não concordavam com ela. Fazendo essas concessões, Menem conseguiu construir uma coalizão pró-privatização. Sob este último aspecto, consultar Palermo (2004, p. 115-116).

¹⁵⁵ A porcentagem de domicílios pobres na região metropolitana de Buenos Aires diminuiu de 21,8% (maio/91) para 11,9% (maio/94), mas voltou a subir em outubro de 1994, para 14,2% (Petrecolla, 1996, p. 476).

A situação se modificou no início do segundo mandato. A inflação se manteve sob controle mesmo após a crise mexicana e seus impactos na economia argentina. Mais do que isso, a estabilidade promovida com base na *currency board* deu início a uma prolongada recessão e a inflação deixou de ser a principal preocupação dos membros da coalizão. Estes passaram a dar importância aos seus próprios interesses, tornando explícitos os conflitos entre empresários e trabalhadores organizados no interior da coalizão.

Em agosto de 1996, Menem optou por propor uma reforma trabalhista a pretexto de combater a recessão e de aumentar a produtividade da economia argentina. Com isso, atendeu as reivindicações empresariais, mas provocou a saída dos trabalhadores organizados da coalizão política. Essa saída não significava uma perda expressiva de apoio eleitoral, mas criava tensões no interior do partido peronista, principalmente naqueles grupos ligados ao movimento sindical.

A passagem das preocupações acerca da inflação para o segundo plano produziu dois impactos: os eleitores não mais se viam como consumidores; e as suas inquietações passaram a ser com a sua renda. Starr (1997) foi precisa nos seus vaticínios: o peso apreciado e a rigidez fiscal, que caracterizavam a *currency board*, aliados à incapacidade da reforma trabalhista de detonar uma retomada do crescimento, não possibilitaram a recomposição da coalizão eleitoral. Esta coalizão somente se reconstituiria através do aumento da renda dos seus membros, o que seria possível somente através do crescimento econômico. O colapso da *currency board* era inevitável e, com ele, o da coalizão eleitoral.

Da perspectiva aqui adotada, procurou-se mostrar a importância do conflito e das coalizões sociais para explicar tanto os processos inflacionários, quanto os processos de desinflação. Detectou-se, ao longo do texto, que o capital externo tem um papel fundamental, determinante, na dinâmica dos conflitos e das coalizões. A crise da dívida externa e o conseqüente afastamento do capital estrangeiro podem ser identificados como um marco para a constituição da coalizão inflacionária. A inflação somente é contida quando uma nova coalizão é formada, desta vez com a presença do capital externo.

O que permitiu o êxito e cimentou a coalizão inflacionária na Argentina foi a acentuada dolarização da sua economia. A dolarização diminuiu as perdas, o desconforto, a

insegurança e a incerteza típicas dos processos inflacionários e garantiu um mínimo de previsibilidade para os “grupos sociais” (Abranches, 1993).

O fracasso dos diversos planos de estabilização monetária e o retorno da inflação em patamares cada vez mais elevados atestam a existência e a ação da coalizão inflacionária e o seu êxito na manutenção da inflação. O seu desmonte é, portanto, condição fundamental para o sucesso da desinflação. No entanto, ao mesmo tempo em que o próprio insucesso do Plano Austral mantém a coesão da coalizão inflacionária, estão em gestação os elementos que levarão à constituição de uma nova coalizão, quais sejam, a recessão das economias avançadas, a liquidez no mercado de capitais e a adoção de medidas que permitiram a abertura comercial e financeira, bem como a predominância das idéias econômicas que sustentam o combate à inflação como a principal meta da política econômica. As idéias econômicas agem como cimento da nova coalizão¹⁵⁶.

A desinflação proporcionada por um plano de estabilização implica uma melhora na renda – mesmo que temporária¹⁵⁷ – daqueles trabalhadores não protegidos pela indexação, que, no caso argentino, devida à ausência de instrumentos generalizados de indexação faz com que os efeitos da desinflação atinjam boa parte da classe trabalhadora. É essa parcela que vai reeleger Menem.

Três ações do Estado foram de fundamental importância para a desarticulação da coalizão inflacionária: do lado dos capitalistas, a abertura comercial colocou as empresas nacionais e seus produtos em competição com os importados, o que acabou por impedir o repasse e a elevação dos preços. No que se refere aos trabalhadores organizados, houve repressão¹⁵⁸ e cooptação¹⁵⁹. Além disso, houve o aumento das taxas de desemprego¹⁶⁰.

¹⁵⁶ Treisman (2002) analisa a coalizão inflacionária a partir de uma perspectiva diferente, pois não privilegia as relações e o conflito entre as classes sociais. Para este autor, a coalizão inflacionária na Argentina seria composta por trabalhadores urbanos – especialmente pelos funcionários públicos –, *pátria contratistas*, *agrobusiness*, banqueiros, governadores e deputados (Treisman, 2002, p. 21).

¹⁵⁷ “A rápida estabilização e a recuperação da economia no início dos anos noventa trouxeram uma ligeira e temporária melhora na desigualdade” (Altimir & Beccaria, 1999, p. 9). “Com inflação zero, o efeito positivo dos benefícios provenientes de sua redução foi completamente absorvido de 1991 a 1994 [...]” (Palermo, 2004, p. 83).

¹⁵⁸ Menem forçou a substituição da liderança combativa da CGT. Além disso, enfraqueceu o movimento dos trabalhadores das empresas estatais através do processo de privatização (Starr, 1997, p. 103-5). Algumas greves foram reprimidas através da ação dos militares (Corrales, 1998, p. 26).

¹⁵⁹ Menem nomeou o sindicalista conservador Jorge Triaca para o Ministério do Trabalho.

Além dos elementos acima citados, a ação do capital externo é fundamental para compreender a dinâmica de articulação e de desarticulação das coalizões¹⁶¹. Aqui o capital estrangeiro é identificado como aquela fração responsável pelo financiamento externo da economia e não como o capital estrangeiro estabelecido internamente, seja na indústria, no comércio ou nos serviços (inclusive bancos). Até a eclosão da crise da dívida, esse capital estrangeiro é representado pelos grandes bancos internacionais e as instituições financeiras multilaterais. No final da década de 1980 e início da década de 1990, os grandes investidores institucionais e as mesmas instituições financeiras internacionais compõem o capital estrangeiro.

Taxas anuais de inflação superiores a 100% se iniciam no governo peronista (1975) e se mantêm durante o regime ditatorial militar e foram causadas pela violência política (explosão de bombas, seqüestros, atentados, guerrilhas etc.) que imperava na Argentina. A manutenção desses índices de inflação na década de 1980 está relacionada à crise da dívida externa e à ação da coalizão inflacionária, da qual o capital externo não faz parte.

Já a coalizão reformista-desinflacionária teve no capital externo um componente decisivo. Sua presença na coalizão pode ser medida por intermédio da sua participação no processo de privatização¹⁶², pelo investimento direto estrangeiro¹⁶³ e pela variação das reservas internacionais¹⁶⁴. A adesão do capital externo foi afiançada por Domingo Cavallo,

¹⁶⁰ Na região metropolitana da *Gran Buenos Aires*, a taxa de desemprego passou de 6,3% em maio de 1991 para 20,2% em maio de 1995, diminuiu para 15,6% em maio de 1999 e chegou a 22,0% em maio de 2002 (<http://www.indec.gov.ar>). Apesar da elevação da taxa de desemprego, a variação positiva do PIB foi significativa (1991: 10,5%; 1992: 10,3%; 1993: 6,3%; 1994: 5,8%) e o governo adotou políticas assistencialistas para combater os efeitos do desemprego (Palermo, 2004, p. 87).

¹⁶¹ A despeito do que foi aqui tratado, a grande maioria dos estudos sobre as coalizões peca por uma grande ausência: “analistas conhecem relativamente pouco sobre os acordos entre Menem e os países estrangeiros e como esses acordos favoreceram os interesses empresariais que eventualmente emergiram desses países. Assim como mudam as relações de poder, mudam também as estratégias de coalizão” (Manzetti, 1999, p. 177). Embora Manzetti (1999) esteja se referindo especificamente ao caso argentino, a ausência “dos países estrangeiros”, dos atores internacionais – FMI, Banco Mundial, Tesouro norte-americano e classes sociais – é comum à maioria dos artigos analisados.

¹⁶² Entre 1990 e 1999 foi arrecadado um total de US\$ 23.849 bilhões (Gerchunoff et al, 2003, p. 54).

¹⁶³ Total de investimento direto estrangeiro líquido por ano e em bilhões de dólares na Argentina: 1993: 2,0; 1994: 2,4; 1995: 3,7; 1996: 4,9; 1997: 4,9; 1998: 4,1; 1999: 22,6 e 2000: 10,5. Fonte: Dirección Nacional de Cuentas Internacionales apud Cintra & Farhi, 2002.

¹⁶⁴ A variação das reservas internacionais é entendida como um elemento importante para compreender a dinâmica da coalizão reformista-desinflacionária. As reservas internacionais da Argentina somavam US\$ 8,9 bilhões em dezembro de 1991 e chegaram a US\$ 26,5 bilhões em dezembro de 1998 (Cintra & Farhi, 2002).

o “pai” da Conversibilidade: “Em resumo, Cavallo nos anos 1990 foi a ponte que trouxe para a Argentina o consenso internacional dos anos 1980 em favor da liberalização econômica” (Corrales, 1997, p. 51).

O conjunto dos capitalistas argentinos tomou parte da constituição dessa coalizão, mesmo aqueles expostos à competição internacional, em razão de sua adesão à nova ordem liberal. Mas, certamente, essa coalizão não teria se viabilizado eleitoralmente se não contasse com o apoio daqueles que se beneficiaram com o fim do imposto inflacionário e a sobrevalorização cambial.

Portanto, o sucesso da desinflação deve ser buscado na coalizão reformista-desinflacionária. O seu êxito está diretamente relacionado à maneira pela qual se desarticulou a coalizão inflacionária, atingindo uma parcela dos capitalistas, os trabalhadores urbanos e os funcionários públicos. As reformas institucionais previamente adotadas e a conjuntura financeira internacional (marcada por grande liquidez) também contribuíram para isso.

Carlos Menem preocupou-se em construir coalizões tanto no nível político-institucional, quanto no nível societal¹⁶⁵. Além disso, Menem conseguiu neutralizar: a reação dos sindicatos; a oposição dos capitalistas; e a ação tanto no interior do seu partido quanto a dos partidos opositores (Acuña, 1996, p. 51-56). Esta seria a razão para o sucesso da implementação das reformas estruturais na Argentina.

O trabalho organizado desempenhou um papel importante na constituição de uma coalizão inflacionária. Uma vez articulada, essa coalizão só pode ser dissolvida, no que tange aos trabalhadores, com o aumento da renda, mesmo que temporário. Em outras palavras: a desinflação e o fim do imposto inflacionário significam, *no curto prazo*, um aumento da renda, sobretudo dos trabalhadores desorganizados, e uma pequena variação

¹⁶⁵ Treisman (2003) utiliza, a sua maneira (*stakeholder*), a análise a partir das coalizões para comparar o processo de privatização no Brasil e na Argentina. As estratégias de desarticulação e formação de coalizões foram muito semelhantes nos dois países. A diferença está nas estratégias de atração e nas concessões feitas ao capital privado, que foram muito mais significativas no caso argentino. Argumento semelhante (“marginalização” e “cooptação” na constituição e destruição de coalizões) foi utilizado por Treisman (2002) para explicar o sucesso da desinflação no Brasil e na Argentina.

(queda ou aumento) ou mesmo uma estabilidade da taxa de desemprego, pois todas as desinflações são seguidas por um aquecimento da atividade econômica¹⁶⁶.

Essa conjuntura cria condições para a constituição da coalizão reformista-desinflacionária, sendo que o aumento da renda possibilita o apoio da maior parte da classe trabalhadora, principalmente dos trabalhadores desorganizados, a essa coalizão. Porém, *a manutenção da estabilidade de preços no longo prazo é garantida pelo aumento do desemprego, que gera desmobilização e desorganização dos trabalhadores. Assim, o desemprego se torna a “âncora” da estabilidade de preços, pois a inflação e a reconstituição da coalizão inflacionária não ocorrem mesmo após a desvalorização do peso, graças à manutenção do desemprego elevado.*

Apesar do aumento do desemprego, Menem foi reeleito porque foi capaz de se apresentar “aos eleitores” como o responsável pela desinflação; como o verdadeiro defensor da “estabilidade econômica” já que, em seus discursos, afirmava que a inflação voltaria se a oposição fosse eleita; como o único dotado de experiência para enfrentar a crise (que seu próprio governo criou), tudo isso com amplo apoio da mídia.

Os benefícios iniciais gerados pela desinflação deixam de existir quando a crise atinge a Argentina no final de 2001, gerando uma conjuntura marcada pelo crescimento medíocre, pelo elevado desemprego, e pelo endividamento crescente do setor público. Mas o congelamento das tarifas públicas em 2002-2003 e a estabilização da taxa de câmbio ajudaram a conter a inflação (Baldi-Delatte, 2004, p. 5). Deste modo, não obstante os intensos conflitos sociais desencadeados a partir da crise, não se constituiu uma nova coalizão inflacionária.

3.2 México: ortodoxia e inflação relativamente controlada

A análise do caso mexicano requer um recuo às primeiras décadas do século XX e a consideração de um de seus principais acontecimentos políticos: a Revolução Mexicana.

¹⁶⁶ No longo prazo, a distribuição da renda concentrou-se no período 1990-1997 (Pastor Jr. & Wise, 1999, p. 490).

Uma das principais conseqüências da Revolução Mexicana – período que compreende o levante armado contra a vitória fraudada de Porfírio Díaz na eleição de 1910, e o fim da luta armada em 1920 – foi a promulgação da Constituição em 1917, que incorporou algumas reivindicações do movimento camponês revolucionário liderado por Emiliano Zapata.

A Constituição de 1917 era relativamente avançada no tocante aos direitos sociais: garantia o direito à terra aos camponeses via reforma agrária do latifúndio; permitia a propriedade comunal da terra (*ejido*); reconhecia o direito dos trabalhadores de se organizarem em sindicatos e de fazerem greves; estabelecia a jornada de trabalho em oito horas diárias; tornava a educação primária obrigatória, laica e gratuita etc.

Outro passo importante para a institucionalização do regime pós-revolucionário foi a fundação do Partido Nacional Revolucionário (PNR) em 1929. O objetivo era reunir as forças – bastante heterogêneas – que haviam participado da Revolução e se apresentar perante a população como herdeiro da Revolução. Mas, segundo um analista, o partido buscava, de fato, a colaboração entre as classes “proprietárias” e não-proprietárias (Garrido, 1985, p. 100-101).

No entanto, as principais organizações dos camponeses e dos operários estavam fora da estrutura do PNR. Mais do que disso, concorriam com o partido em relação à herança revolucionária. Esta disputa se encerrou com a incorporação das principais organizações camponesas e operárias na estrutura do Partido da Revolução Mexicana (PRM), que sucedeu ao PNR em 1938. O objetivo dessa incorporação era duplo: de um lado, submeter essas organizações ao controle do partido; de outro lado, angariar apoio para a realização da reforma agrária e da expropriação do petróleo.

O ingresso do México na Segunda Guerra Mundial serviu de pretexto para um refluxo no aprofundamento das reformas, sobretudo a agrária, e nas reivindicações do movimento sindical. É nesse período que as lideranças combativas dos camponeses e dos trabalhadores vão sendo substituídas por lideranças identificadas com o governo, e a corrupção passa a ser uma característica estrutural do PRM:

A consolidação do Partido em seus diferentes aspectos – centro formal da aliança entre os dirigentes políticos e os líderes sindicais, instrumento de incorporação e

enquadramento das massas populares, aparelho ideológico e órgão eleitoral – subordinou amplamente os sindicatos camponeses e operários ao Estado. As massas populares passaram então a ficar relegadas ao papel de legitimadoras dos candidatos a postos eleitorais e dos atos do Executivo quando a política nacional ou internacional o requeria (Garrido, 1985, p. 358).

Esse refluxo na implantação de medidas inspiradas no ideário da Revolução Mexicana durante a década de 1940 revela, de fato, uma aproximação da burguesia com o PRM, cujo resultado foi a adoção de políticas estatais pró-capitalistas em contrapartida do afastamento da burguesia da ação política direta (Cavarozzi, 1994, p. 313). Restava apagar a retórica revolucionária presente nos documentos do PRM e institucionalizar essa nova configuração. Em 1946, o PRM se converteu no Partido Revolucionário Institucional (PRI), que elegerá todos os presidentes mexicanos até 1994.

É interessante destacar que não obstante a aplicação de parte do programa revolucionário, o caso mexicano se caracteriza pela preponderância de medidas ortodoxas na condução da política monetária (Maxfield, 1990, p. 59). Esta particularidade está relacionada à hegemonia da “aliança dos banqueiros”, composta pelo capital bancário privado constituído durante a ditadura Porfirio Díaz (1876-1911), pelo grande capital industrial e comercial e pelas autoridades monetárias no processo decisório de política macroeconômica pós-revolucionária (Maxfield, 1990, p. 9). O capital externo, vinculado ao padrão de financiamento da economia mexicana, também compõe esta coalizão.

A “aliança dos banqueiros” se originou, no período pós-revolucionário, do encontro entre banqueiros, industriais e burocracia econômica para reorganizar o sistema financeiro nacional. O Banco Central foi criado, capitalizado e o objetivo de assegurar a estabilidade monetária tornou-se “sagrado”. Banco Central e Ministério das Finanças tornaram-se as agências no interior do aparelho estatal através das quais a “aliança dos banqueiros” exercia a sua hegemonia no processo decisório (Maxfield, 1990, p. 33-4). Esta “aliança” sofreu a influência de idéias “liberais” ou “monetaristas”, segundo as quais uma conjuntura de estabilidade monetária é melhor para alcançar o crescimento econômico (Maxfield, 1990, p. 81).

Este arranjo foi possível graças à intervenção de três variáveis: i) a circulação dos quadros entre essas agências e o sistema bancário privado; ii) o controle detido pelo

Ministério das Finanças sobre outras agências do aparelho de Estado, o que lhe dava relativa autonomia para realizar o *policy-making*; e iii) a organização do capital mexicano – caracterizado pela sua concentração e pela existência de uma espécie de capital financeiro (a aliança entre capital bancário e industrial) – que produziu dois efeitos: permitiu uma maior autonomia financeira do capital em relação ao Estado no processo de acumulação e possibilitou ao capital industrial dividir com os banqueiros a preferência por estabilidade monetária e por menor intervenção estatal na economia, que seria diferente caso os vínculos entre essas frações do capital fossem mais tênues, podendo levar o capital industrial a ter outras preferências como uma demanda por maior intervenção estatal, por uma taxa de juros reduzida, por política fiscal expansionista etc. (Maxfield, 1990, p. 40-50).

No entanto, sabe-se que hegemonia não significa dominação. Explica-se. Paralelamente à “aliança dos banqueiros”, constituiu-se no México uma outra aliança – a “coalizão Cárdenas” – composta pelos sindicatos de trabalhadores organizados por iniciativa do Estado, pelo campesinato, por altos funcionários do Estado (geralmente ministros do Trabalho e da Agricultura) (Maxfield, 1990, p. 9) e pelo pequeno e médio capital industrial. Esta coalizão assume o governo na presidência Lázaro Cárdenas (1934-1940) conseguindo, em alguns períodos, contra-arrestar a hegemonia da ortodoxia da política macroeconômica através da adoção de medidas protecionistas, de maior intervenção estatal na economia, de implementação de reforma agrária e buscando subordinar a estabilidade monetária ao processo de industrialização (Maxfield, 1990, p. 34-35).

Contudo, diferentemente da “aliança dos banqueiros”, os componentes da “coalizão Cárdenas” foram incorporados à estrutura do partido político, mas tinham “pouco acesso” ao processo de *policy-making* (Maxfield, 1990, p. 35). No período em que esteve à frente nos governos Luis Echeverría (1970-1976) e José López Portillo (1976-1982), a “coalizão Cárdenas” adotou uma política monetária menos restritiva e aumentou o gasto público, porém, só iria adotar controles cambiais em 1982 (Maxfield, 1990, p. 117).

Esse fato aponta para mais um entre outros elementos que favorecem a “aliança dos banqueiros”, em detrimento da “coalizão Cárdenas”. A extensa fronteira (3.150 km) entre o México e os Estados Unidos praticamente inviabiliza a adoção de controles cambiais e

permite, com uma certa facilidade, uma fuga de capitais caso a “aliança dos banqueiros” se sinta prejudicada pela política macroeconômica (Maxfield, 1990, p. 71)¹⁶⁷.

No entanto, é preciso introduzir outros elementos para entender a preponderância de uma política monetária ortodoxa e de taxas de inflação relativamente baixas no México. A circulação dos quadros entre Banco Central, Ministério das Finanças e sistema bancário privado, a autonomia do Ministério das Finanças no processo de *policy-making* e a organização do capital mexicano (capital financeiro) explicam apenas em parte essas características.

Com efeito, Maxfield (1990) desconsidera a importância das particularidades do regime político mexicano e, especificamente, do papel do PRI e de sua relação com o movimento sindical, para que fosse possível adotar uma política monetária que privilegiava a estabilidade monetária. O conflito de classes no México foi atenuado em razão da subordinação das organizações sindicais ao partido: “o sindicalismo foi principalmente um recurso político utilizado pelo Estado para apoiar o regime. [...] O sindicalismo mexicano é inerente ao regime político na medida em que este último foi fundado sobre uma aliança entre o Estado e as classes populares” (Bizberg, 2004, p. 123-124). Além disso, “os sindicatos se consideram co-responsáveis com o Estado pela sustentação do modelo econômico” (De la Garza Toledo, 1998).

A estabilidade do regime político mexicano estava vinculada à necessidade de manter a legitimidade com relação à Revolução Mexicana perante as classes camponesa e operária. A origem revolucionária do regime político e do partido permitiu a constituição de um forte vínculo entre estes e aquelas classes, o que concedeu grande legitimidade aos primeiros, pois representavam um projeto do qual as classes camponesa e operária participaram e do qual também se beneficiaram.

Para manter o controle e o apoio ao regime, o Estado mexicano forjou uma coalizão estável entre as classes capitalista e trabalhadora. O conflito foi abrandado, pois era parcialmente “metabolizado institucionalmente” (Cavarozzi, 1994, p. 313) tanto em razão

¹⁶⁷ Vale a pena reproduzir a conhecida afirmação de Porfírio Díaz: “¡Pobre México, tan lejos de Dios y tan cerca de Estados Unidos!”

do controle sobre as organizações sindicais quanto por meio da concessão de políticas redistributivas (Cavarozzi, 1994, p. 315):

[O] regime de partido único no México permitiu controlar eficazmente as forças sociais [e os conflitos distributivos... . A] estabilidade da moeda [ao se tornar] uma prioridade da política econômica ... foi um elemento central do pacto que erigiu e preservou o regime nacional popular, uma vez que a taxa de câmbio fixa foi percebida como um meio de assegurar a distribuição dos frutos do crescimento aos setores sociais incorporados ao regime corporativo (Bizberg et al, 2004, p. 326).

Paradoxalmente, o enfraquecimento da “aliança dos banqueiros” na década de 1970 está relacionado ao seu componente externo, mais precisamente, à liquidez no mercado internacional e ao endividamento externo mexicano que, ao possibilitar a adoção de uma política agressiva de gasto público, abalou a condução ortodoxa (restritiva) da política monetária e a própria estabilidade monetária (Maxfield, 1990, p. 117).

A hegemonia do Ministério das Finanças – e da “aliança dos banqueiros” – na direção da política econômica já tinha sido abalada com a criação, em 1976, do Ministério do Orçamento e do Planejamento, que ficou responsável pelas políticas de gasto público (Maxfield, 1990, p. 126). Além disso, o presidente Echeverría concedeu um aumento salarial de 23% para fazer face ao aumento da inflação provocado pela desvalorização do peso efetuada em setembro do mesmo ano (Cárdenas, 1996, p. 106).

Com efeito, esses fatos revelam que foi no governo Echeverría que o conflito distributivo passou a se manifestar abertamente, criando as condições para a construção de uma coalizão inflacionária, mas as características estruturais do capitalismo mexicano impediram o desenvolvimento de um processo hiperinflacionário nos anos 1980. Dito de outra forma: foi nesse governo que aquela coalizão estável entre capitalistas e trabalhadores construída pelo PRI tem a sua primeira fissura, pois os mecanismos criados para atenuar o conflito começam a falhar (Cavarozzi, 1994, p. 319), permitindo a constituição de uma coalizão inflacionária.

O início da década de 1980 marca um período de aprofundamento do conflito entre as duas coalizões¹⁶⁸ e a balança parecia pender a favor da “coalizão Cárdenas”, com a

¹⁶⁸ O número de greves e de lockouts foi de 1.339 em 1980, de 1.066 em 1981, e de 1.925 em 1982 (OIT, Yearbook of Labour Statistics, diversos números. Classificação ISIC Rev. 2).

nacionalização dos bancos e a imposição de controles cambiais em setembro de 1982. Estas medidas foram uma resposta à moratória da dívida externa decretada em agosto e tinham como principais objetivos, no curto prazo, interromper o processo de fuga de capitais (Maxfield, 1990, p. 145) e, no longo prazo, assegurar a hegemonia da “coalizão Cárdenas” debilitando a base material e institucional da “aliança dos banqueiros” e fortalecendo o papel do sistema financeiro público no financiamento do processo de industrialização.

No entanto,

a aliança dos banqueiros conseguiu limitar a implementação do decreto de nacionalização, e isto é evidente nos debates sobre a extensão da reprivatização, os termos das indenizações e a duração dos controles cambiais. [...] Na esteira da nacionalização e através dos anos 1980 o peso da aliança dos banqueiros era evidente [como demonstra] a trajetória econômica seguida pelo México uma das mais liberais e ortodoxas de toda a América Latina (Maxfield, 1990, p. 162).

Mas os fatores que explicariam as taxas relativamente baixas de inflação no México não se limitam aos motivos apontados por Maxfield (1990). Além disso, ao centrar-se no conflito entre duas coalizões, a análise de Maxfield (1990) conduz à falsa impressão de que haveria harmonia no interior de cada uma delas. No caso da “aliança dos banqueiros”, havia um importante conflito, desde a década de 1960, entre os *bolseros* e os *banqueros*. A mudança, durante as décadas de 1980 e 1990, para uma ordem financeira internacional baseada no mercado de capitais e não mais no sistema bancário de crédito ajudou a pender a balança a favor dos *bolseros* (Minushkin, 2002).

López Portillo, quando ministro das Finanças do governo Echeverría, havia procurado diversificar o sistema financeiro mexicano. Ele não era ligado à burocracia do ministério, nem à do banco central e, portanto, não tinha vínculos fortes com os banqueiros, o que lhe permitiu romper com o poder de veto destes últimos e aprovar uma lei que regulamentava o mercado de títulos e valores.

Já como presidente, López Portillo autorizou a criação do “Fundo México”, uma forma de acolher investimento de portfólio estrangeiro na bolsa. A decisão, em decorrência da crise da dívida, de nacionalizar o sistema bancário em setembro de 1982, elevou os *bolseros* à condição de liderança do setor financeiro privado mexicano e a bolsa se tornou uma espécie de “sistema financeiro paralelo” ao sistema bancário estatal.

As reformas econômicas iniciadas por Miguel de la Madrid (1982-1988) forjaram uma nova coalizão composta por *bolseros*, exportadores e tecnocratas:

Talvez o mais importante legado da crise da dívida e da crise de 1987 tenha sido que muitos *policy-makers* se deram conta de que o velho modelo econômico não mais asseguraria crescimento ou estabilidade. Tecnocratas que defendiam um menor papel para o Estado na economia e mercados livres e abertos começaram a ganhar poder dentro do partido governista, ainda que lutassem contra as forças populistas durante o governo de la Madrid. Mais importante, desenvolveu-se, particularmente depois de 1986, uma aliança entre os *policy-makers* governamentais que acreditavam que o velho modelo econômico estava obsoleto e aqueles que se beneficiaram da abertura econômica e financeira, os *bolseros*, e os grandes exportadores. Esta aliança, que se solidificou durante a campanha eleitoral para presidência de Carlos Salinas, provou ser fundamental para assegurar a liberalização financeira (Minushkin, 2002, p. 932-933).

Se os *bolseros* eram favoráveis à liberalização financeira, por qual motivo pressionaram o governo para proteger o sistema bancário, sobretudo durante as negociações do NAFTA, nas quais os bancos norte-americanos e canadenses queriam abrir diretamente filiais [*branch*] e não subsidiárias [*subsidiary*]?

Com efeito, embora os *bolseros* fossem favoráveis à liberalização dos fluxos financeiros (capital portfólio), pois essa movimentação seria uma fonte de novas oportunidades de negócios e de lucro, tornaram-se *banqueros* durante o processo de privatização do sistema bancário mexicano e não lhes interessava a concorrência dos grandes bancos norte-americanos e canadenses. Nesse sentido, a abertura financeira no México caracterizou-se pela limitação do investimento estrangeiro direto no setor financeiro e pela liberalização dos fluxos de capital portfólio (Minushkin, 2002)¹⁶⁹.

Com relação à liberalização comercial, Thacker (1999) investiga o processo de construção da coalizão política – entre Estado e elite empresarial – que apoiou não só a entrada do México no NAFTA, mas também as reformas neoliberais dos governos Miguel de la Madrid e Carlos Salinas de Gortari (1988-1994). Para serem implantadas, essas

¹⁶⁹ Minushkin (2002) admite que o estímulo para a reforma pode ser de origem externa – mudanças na economia internacional; pressões do FMI, Banco Mundial e governo dos EUA – e pode facilitar uma alteração no rumo e na natureza das políticas, mas a sua adoção depende majoritariamente de razões políticas internas. Ou seja: há necessidade de apoio interno – do setor privado – para a adoção de reformas estruturais. Para Babb (2003), a tecnocracia composta por economistas titulados nas universidades norte-americanas – que tinham uma visão favorável das reformas pró-mercado – é outro elemento explicativo desse processo.

políticas precisaram do apoio de uma coalizão política, e as crises econômicas e políticas forneceram a oportunidade para a construção destas coalizões.

A iniciativa de propor a liberalização comercial partiu do Banco Central mexicano e tinha por objetivo combater os efeitos da crise da dívida, tendo recebido de imediato o apoio do FMI. O presidente Miguel de la Madrid, em 1985, abraçou a posição do Banco do México e determinou um corte expressivo das barreiras comerciais¹⁷⁰. Sua intenção era resgatar a confiança dos investidores, que tinha sido abalada pela nacionalização do setor bancário no governo López Portillo.

Crise da dívida, fuga de capitais e ausência de crescimento econômico ameaçavam não só a governabilidade, mas a própria dominação do PRI no regime político, já que “[...] durante os cinco anos seguintes à explosão da crise da dívida externa, os sacrifícios¹⁷¹ realizados pela população em termos de salários reais decrescentes, em termos de menor produção por habitante e em termos de desemprego não frutificaram como se esperava [...]” (Cárdenas, 1996, p. 118).

A estratégia do presidente de la Madrid foi ampliar a base da coalizão liberal, em dezembro de 1987, através do Pacto de Solidariedade Econômica (PSE), de cuja negociação participaram os representantes do governo, do grande capital e dos sindicatos. O PSE foi também resultado do fracasso das políticas ortodoxas no combate à inflação e foi adotado em uma conjuntura internacional marcada pela queda do preço do petróleo, verificada em 1986, e em uma conjuntura nacional caracterizada pela diminuição do número de greves¹⁷².

Com efeito, o PSE foi anunciado sob a ameaça de um processo hiperinflacionário em 1988¹⁷³ e com o objetivo de acabar com a indexação parcial da economia mexicana, e combinava elementos heterodoxos (controle de preços e de salários, de um lado, e acordos

¹⁷⁰ A liberalização comercial se iniciou, de forma gradual, em 1983. Em 1987, a liberalização atingiu 73,2% das importações de 1987 (Cárdenas, 1996, p. 134-136).

¹⁷¹ “Sacrifícios” que foram resultado da adoção – sob os auspícios do FMI – de políticas ortodoxas de estabilização monetária entre 1983-1987 (Lustig & Ros, 1998, p. 504).

¹⁷² O número de greves foi de 312 em 1986, de 174 em 1987, e de 132 em 1988 (OIT, Yearbook of Labour Statistics, diversos números. Classificação ISIC Rev. 2).

¹⁷³ A taxa de inflação anualizada chegou a mais de 400% em dezembro de 1987 (Cárdenas, 1996, p. 158). A taxa anual de inflação em 1987 foi de 159,17%.

setoriais, de outro) com ortodoxos (políticas fiscal e monetária restritivas). A adoção de uma âncora cambial (câmbio fixo) e o aprofundamento da liberalização comercial foram fundamentais para a queda da inflação (Cárdenas, 1996, p. 155).

Com o Pacto para a Estabilidade e o Crescimento Econômico (PECE), de 12 de dezembro de 1988, o presidente Salinas de Gortari buscava retomar o crescimento econômico – que permanecia estagnado em decorrência da crise da dívida – mas mantendo o foco na luta contra a inflação¹⁷⁴. Para tanto, era preciso resolver a questão externa e um acordo com os banqueiros foi acertado em fevereiro de 1990. Em maio, foi anunciada a privatização dos bancos e, em agosto, a decisão de negociar um acordo de livre comércio com os EUA sinalizou que o combate à inflação e as reformas liberalizantes seriam “permanentes” (Cárdenas, 1996, p. 159-161; Lustig & Ros, 1998, p. 520-521).

Ao relacionar a liberalização comercial com a estabilização econômica, sobretudo a estabilização monetária, o governo conseguiu reduzir a resistência do setor privado à reforma comercial. Essa medida revelava também o sucesso da estratégia concebida pelo Ministério das Finanças, do Ministério do Planejamento e Orçamento e do Banco do México. Além disso, boa parte da elite econômica concebia a reforma comercial como parte de um conjunto de reformas que beneficiaria toda a economia mexicana (Thacker, 1999, p. 61).

Apesar de suficientemente forte para deslocar a coalizão protecionista da direção da política econômica mexicana, a nova coalizão permanecia bastante restrita. Era preciso, portanto, incluir outros atores importantes como forma de aprofundar e consolidar a posição da coalizão liberal. As negociações em torno do NAFTA representam o momento para a ampliação e fortalecimento da coalizão. Pelo Estado, ingressa o Ministério do Comércio e Desenvolvimento Industrial. Pelo lado da elite econômica, os segmentos mais dinâmicos da economia mexicana, internacionalizados, inclusive as filiais mexicanas das empresas multinacionais (a maioria localizados ao longo da fronteira com os EUA) vão se unir às grandes empresas (Thacker, 1999, p. 62-63).

¹⁷⁴ O PSE foi concebido pela equipe do então ministro Salinas de Gortari, o que explica a manutenção dessa estratégia (Pastor, 1994, p. 256). Além disso, o PSE teria uma finalidade eleitoral: associar Salinas de Gortari com a estabilidade econômica (Bejar et al, 1993, p. 35).

Outras medidas adotadas no governo Salinas de Gortari contribuíram para enfraquecer a “coalizão Cárdenas” ou “protecionista” e para reafirmar a hegemonia da “aliança dos banqueiros” ou da “coalizão liberal”: abertura ao investimento estrangeiro a diversos setores da economia mexicana; privatização (transferência de propriedade e concessão pública) com exceção da empresa Petróleos Mexicanos (PEMEX) e de alguns bancos públicos); alteração do estatuto da terra; e maior autonomia ao banco central (Cárdenas, 1996, p. 166-172).

A estabilidade monetária como meta principal da política econômica foi inscrita no Pacto para a Estabilidade, a Competitividade e o Emprego (PECE) de 20 de outubro de 1992 e a queda da inflação deveu-se ao câmbio apreciado e à liberalização das importações, mas esta estratégia gerava déficit na balança comercial e no balanço de pagamentos (Cárdenas, 1996, p. 183).

No entanto, “o extraordinário esforço de estabilização e de mudança estrutural da economia nos anos precedentes não produziu o resultado esperado no que tange ao crescimento econômico” (Cárdenas, 1996, p. 188). Ou seja, a economia se manteve estagnada. Mais do que isso, a combinação de câmbio sobrevalorizado e déficit na balança comercial e em conta corrente produziu uma grave crise em 1994.

De fato, “a coalizão neoliberal, teve um importante papel nos eventos que levaram à crise. Muitos membros da nova aliança entre as grandes empresas e o Estado também estavam envolvidos nas atividades de especulação financeira associadas com o ingresso de capital portfólio” (Thacker, 1999, p. 75).

Os pactos promovidos pelo governo diminuíram o ritmo da queda dos salários reais e promoveram uma recuperação parcial dos seus valores, mas não impediram o aumento da concentração de renda e da pobreza (Pastor & Wise, 1997; Cypher, 2001)¹⁷⁵. Como explicar, então, a adesão do trabalho organizado a eles?

¹⁷⁵ Entre 1982 e 1987, o salário mínimo real e o salário industrial real caíram mais de 30%. Com a recuperação iniciada em 1988, o salário real médio de 1993 representava 90% do salário de 1982. Entretanto, após a crise de 1994, o salário real médio correspondia, em 1995, a 80% do salário de 1982 (Pastor & Wise, 1997, p. 342-343). Para Ros (1997, p. 87), os salários de 1987 eram, em média e em termos reais, de 30% a 40% mais baixos do que em 1982.

Ao que parece, as lideranças sindicais sabiam dos limites que os pactos impunham em termos de aumentos salariais, mas apostavam nos benefícios que o controle da inflação traria aos trabalhadores (Woodruff, 1999, p. 105). Talvez as baixas taxas de inflação e o crescimento econômico anteriores à década de 1970 tenham tido algum peso no apoio dos trabalhadores organizados aos pactos. No entanto, a aceitação do congelamento do salário mínimo e de reajustes salariais baseados em índices “muito abaixo” da inflação passada,

deve ser vist[a] como uma peculiaridade da experiência mexicana, atribuível ao alto grau de centralização e corporativismo que prevalece nos mecanismos de fixação de salários. Essas características, vinculadas à estrutura sindical mexicana e ao relacionamento entre governo e sindicatos, deram ao governo uma ampla margem de manobra para sua política salarial. Embora consideravelmente afetada em 1988, após as reduções salariais ocorridas desde 1982, essa margem de manobra ainda foi suficientemente ampla para garantir a desindexação dos salários (Ros, 1997, p. 87).

A primeira configuração da coalizão reformista-deflacionária no México deu-se de maneira formal, isto é, através de um pacto social. As mesmas classes que compunham a coalizão inflacionária entabularam uma maneira de administrar o conflito entre elas. Ao conquistar o apoio dos trabalhadores organizados e ao disciplinar o capital através da liberalização comercial – que dificultava a elevação do *mark-up* da grande empresa (Clavijo & Valdivieso, 2000, p. 48) –, os pactos patrocinados pelo governo Salinas de Gortari foram fundamentais para a desarticulação da coalizão inflacionária, não obstante o controle da inflação ter se limitado àquele governo.

Com efeito, o papel do Estado no controle da inflação não era apenas ser um mero mediador entre capital e trabalho, mas também o de tornar o preço dos produtos importados mais “atraentes”. Essa estratégia de sobrevalorização do peso acarretou o elevado endividamento interno, em dólar, no curto prazo.

O anúncio do governo recém empossado em 1º de dezembro de 1994 (Ernesto Zedillo) de que o peso deveria ser desvalorizado gerou a perda de confiança na moeda, acentuou a fuga de capitais que ocorria desde novembro e provocou uma grave crise econômica em um país que conviveu, ao longo de 1994, com uma conjuntura política relativamente instável com assassinato do candidato do PRI à Presidência (Luis Donaldo Colosio Murrieta) e o levantamento armado iniciado pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional.

A resposta à crise de dezembro foi a adoção de políticas monetária e fiscal restritivas. O resultado foi um crescimento negativo do PIB de 6,2% em 1995 e o aumento do desemprego de 3,7% em 1994 para 6,2% em 1995. O salário real na indústria (1980 = 100) caiu de 71,9 em 1994 para 62,1 em 1995 e continuou em queda (1999 = 56,2) (Cacciamali, 2004, p. 215).

A taxa de inflação, que era de 7,05% em 1994, elevou-se a 51,97% em 1995, mas regrediu para 8,96% em 2000. Essa tendência de queda da taxa de inflação ao longo do sexênio do governo Zedillo aponta que a coalizão inflacionária não foi capaz de se reorganizar neste governo. Ao que parece, o processo de privatização e o NAFTA enfraqueceram os trabalhadores das empresas estatais e das grandes empresas, pois uma taxa alta de desemprego para os padrões mexicanos – mesmo que conjuntural – foi importante para “disciplinar” os trabalhadores¹⁷⁶ e, assim, fazer com que aceitassem uma redução do salário real e uma menor participação na renda nacional (Blecker, 1996, p. 23)¹⁷⁷.

O enfraquecimento do PRI¹⁷⁸ poderia representar uma libertação, ao menos parcial, do sindicalismo oficial mexicano em relação ao Estado e um maior confronto entre o capital e o trabalho. No entanto, o sindicalismo sofreu um duro golpe: de um lado, o emprego industrial – excluído as maquiladoras – permaneceu estagnado entre 1981 (2.557.000) e 2000 (2.418.000) e, de outro lado, aumentou dez vezes entre 1981 (130.973) e 2000 (1.305.000) nas maquiladoras (Cypher, 2001, p. 21), que procuram se instalar em

¹⁷⁶ Exemplo disso foi o reduzido número de greves no período: 116 em 1994, 96 em 1995, 51 em 1996, 39 em 1997, 33 em 1998, 32 em 1999, e 26 em 2000. O número de trabalhadores envolvidos variou de 9.375 em 1997 a 60.015 em 2000 (OIT, Yearbook of Labour Statistics, diversos números. Classificação ISIC Rev. 3).

¹⁷⁷ O êxito no combate à inflação apresentou resultados particulares no México, já que o desemprego manteve-se estável no longo prazo. Com efeito, a variável “desemprego” deve ser analisada com cautela haja visto a enorme quantidade de trabalhadores mexicanos que emigram anualmente para os Estados Unidos, o que acarreta uma diminuição significativa nas taxas de desemprego. Para muitos que ficaram, o ingresso no mercado de trabalho deu-se pela expansão do setor informal (Pastor & Wise, 1997, p. 346) ou via maquiladoras (Cypher, 2001, p. 20).

¹⁷⁸ As reformas orientadas para o mercado e o corte do gasto público seriam fundamentais para a derrocada do PRI, pois: “(1) incapaz de atender as demandas dos setores corporativos acostumados com o fluxo de benefícios materiais, o PRI perdeu representatividade na sua base; (2) deslocado pelo intento dos tecnocratas de implementar as reformas econômicas, o partido foi continuamente marginalizado do processo decisório; e (3) sem força para garantir vitórias eleitorais, o PRI perdeu terreno como legitimador do regime” (Dresser, 1994, p. 126).

regiões desprovidas de sindicatos e onde mais de 50% dos trabalhadores são mulheres oriundas da zona rural, ou seja, sem tradição de luta sindical.

A manutenção de taxas de inflação baixas nos últimos anos¹⁷⁹ originou-se da mudança na configuração da coalizão reformista-deflacionária, na qual o capital externo mantém um papel importante, pois “o apoio externo dado ao programa por meio do acordo de redução da dívida externa de 1989, e a virada subsequente na conta capital do balanço de pagamento, desempenharam papel primordial na consolidação das conquistas do pacto” (Ros, 1997, p. 92).

Dessa coalizão fazem parte a “aliança dos banqueiros” e o capital industrial e financeiro – sobretudo norte-americano, mas não exclusivamente – mas do lado dos trabalhadores, os organizados foram substituídos pelos trabalhadores das maquiladoras. São estes que dão expressão eleitoral à coalizão.

3.3 Coreia do Sul: crescimento para fora e inflação baixa

Não é possível tratar da Coreia sem mencionar o Japão, já que a história do primeiro país, de meados do século XIX a meados do século XX, está estreitamente ligada à história do segundo. A influência japonesa na península coreana se inicia quando o Japão impõe à Coreia a abertura dos seus portos. A vitória militar do Japão nas guerras contra a China em 1894-1895 e contra a Rússia em 1904-1905 afastou os rivais dos japoneses da disputa pela península coreana. Forçado pelos japoneses, o monarca coreano abdica em 1907. De 1910 a 1945, a Coreia será uma colônia do Império Japonês.

A dominação japonesa deixou profundas marcas na sociedade coreana. A reforma administrativa pela qual passou o Estado coreano no final do século XIX foi inspirada no desenho institucional do Estado japonês. A origem da burguesia coreana e da classe operária está ligada ao processo de industrialização promovido pelo colonizador.

O colonialismo japonês encorajou a instalação de indústrias leves¹⁸⁰ na Coreia nos anos 1920 e na década seguinte – em razão das suas ambições imperialistas – promoveu a

¹⁷⁹ Taxas anuais de inflação: 6,39% (2001); 5,03% (2002); 4,56% (2003); 4,68% (2004) e 4,00% (2005).

¹⁸⁰ Os atuais grandes conglomerados coreanos – chaebol – originaram-se nessa época.

industrialização (mineração, química, transporte e energia), sobretudo da região norte da península, e realizou uma reforma agrária na qual os interesses dos proprietários fundiários foram restringidos e os do campesinato foram relativamente atendidos¹⁸¹. É nesse período que surge o movimento operário coreano moderno.

A iminência da derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial detonou um processo hiperinflacionário em julho de 1945 que perdurou até o primeiro quadrimestre de 1946 (Cole & Park, 1983, p. 217). A derrota japonesa representou o fim da administração colonial na Coreia e o início da ocupação norte-americana na parte sul da península. O período pós-guerra foi marcado pelas altas taxas de inflação, numerosas greves e por uma conjuntura de grande mobilização dos sindicatos dos trabalhadores, do campesinato, das organizações de base e por uma forte polarização entre esquerda e direita¹⁸².

A inflação permaneceu alta até a Guerra da Coreia e esteve no limiar de se transformar em hiperinflação, mas a fuga da moeda não se concretizou, e só começou a baixar após dois anos seguidos de boas colheitas (1957-1958). Sob pressão do governo dos EUA, foi criada a Direção Econômica Combinada – composta por norte-americanos e coreanos – que combateu a inflação por meio de uma política monetária restritiva prevista em planos anuais de estabilização. A inflação foi controlada, mas diminuiu o ritmo do crescimento da economia (Cole & Park, 1983, p. 223; Haggard & Moon, 1993, p. 62)¹⁸³.

Os EUA utilizaram, reforçaram e expandiram a estrutura do Estado colonial e resgataram os antigos colaboradores coreanos da administração colonial para despojar a

¹⁸¹ O objetivo da reforma agrária promovida pelo colonizador era aumentar a produção de arroz (Haggard & Moon, 1993, p. 58).

¹⁸² Os sindicatos de esquerda criaram o Conselho Nacional dos Sindicatos Coreanos, cujos membros se envolveram em vários enfrentamentos com a polícia e as forças de ocupação norte-americanas. O ocupante, por sua vez, criou a Federação dos Sindicatos Coreanos para reunir os sindicatos de direita. Um enfrentamento ocorrido em janeiro de 1947 entre o grupo composto pelos sindicatos de direita, pela polícia e pelas forças de ocupação e o grupo dos sindicatos de esquerda resultou na morte de centenas de militantes de esquerda e na prisão de milhares de outros. A Guerra da Coreia, o anticomunismo, a contínua opressão e a cooptação impediram o ressurgimento do movimento operário durante o governo Rhee (Koo, 1993, p. 134-135).

¹⁸³ “Rhee certamente dava menos atenção à inflação do que os [norte-]americanos [gostariam]” (Haggard, 1990, p. 57).

classe dos proprietários fundiários da sua base material¹⁸⁴ e subordinar as outras frações da burguesia ao Estado (o que vai lhe conferir uma grande autonomia).

Os EUA ensaiaram uma retirada da península, mas a eclosão da Guerra da Coreia (1950-1953) fez com que a estratégia fosse revista. De fato, a história da Coreia a partir da segunda metade do século XX é profundamente marcada por esta guerra, pois se tratou do “desfecho de tudo que a precedeu: a experiência colonial, a liberação, a divisão e a ocupação. Ao mesmo tempo, tornou-se o ponto de partida de toda política coreana” (Choi, 1993, p. 21-22). E, face a sua posição geopolítica estratégica no contexto da Guerra da Fria, os Estados Unidos se envolveram profundamente na reconstrução e na segurança militar da Coreia.

A guerra destruiu aquilo que havia sobrado da estrutura industrial coreana e implicou o aumento da ajuda financeira norte-americana, que era alocada pelo Estado coreano. O governo Rhee¹⁸⁵ utilizou essa ajuda financeira e os ativos das empresas japonesas para fortalecer a burguesia industrial coreana e obter o seu apoio para a estratégia de desenvolvimento liderada pelo Estado e voltada para o mercado interno¹⁸⁶, isto é, utilizava a ajuda financeira norte-americana para favorecer setores da burguesia que, em troca, dava-lhe apoio político. Os beneficiados pela reforma agrária davam o apoio eleitoral necessário para o partido de Rhee, o Partido Liberal. Por fim, a guerra deu ao Estado coreano a legitimidade ideológica que lhe faltava.

Em suma: Rhee aproveitou-se da estrutura estatal e da ajuda financeira norte-americana para obter apoio à estratégia de desenvolvimento liderada pelo Estado e voltada

¹⁸⁴ A reforma agrária – feita nas terras de propriedade japonesa pelos norte-americanos e nas terras de propriedade coreana pelo governo Rhee – vai acomodar as demandas do campesinato e fortalecer ainda mais o Estado coreano contra a propriedade fundiária: “através de repressão, de reforma e de acomodação, o Estado ganhou novamente uma posição dominante sobre a sociedade. O trabalho foi reprimido, a propriedade fundiária removida, o ativismo camponês pacificado e a classe capitalista era ainda fraca e não hegemônica” (Shin & Hytrek, 2002, p. 466-467).

¹⁸⁵ A República da Coreia foi formalmente proclamada em agosto de 1948 e Syngman Rhee eleito presidente da República pela Assembléia Nacional (da qual era presidente). Através de emendas à Constituição, que introduziu o voto direto, e de eleições manipuladas, Rhee conseguiu manter-se no poder até a sua renúncia, em abril de 1960, causada por uma onda de protestos – violentamente reprimida – contra a sua fraudulenta vitória nas eleições de março (Savada & Shaw, 1990).

¹⁸⁶ Essa estratégia teria sido pragmaticamente adotada em razão das grandes dificuldades relacionadas ao balanço de pagamentos. Não foi uma escolha, nem resultado da pressão norte-americana (Haggard & Moon, 1993, p. 60).

para o mercado interno, para as políticas de investimento em infra-estrutura (transporte, comunicação etc.) e educação, bem como para derrotar a oposição, sobretudo a de esquerda, e conquistar legitimidade.

O período que se seguiu após a renúncia de Sygman Rhee foi marcado pela incapacidade da oposição¹⁸⁷ – que havia vencido as eleições de julho de 1960 – de organizar o novo governo; pela pressão dos estudantes por reformas; pelo ressurgimento da mobilização do movimento dos trabalhadores; e pelas denúncias de corrupção e de má administração no setor público. Esse conjunto de elementos tornou possível o golpe militar de maio de 1961 liderado pelo General Park Chung Hee.

É importante destacar que uma resposta não institucional à crise não era totalmente descabida, já que a Guerra da Coreia tinha fortalecido o papel dos militares na política e na sociedade. Mas este fato não significa que o novo governo ganharia “naturalmente” o apoio da sociedade coreana¹⁸⁸. Essa legitimidade política viria, segundo o General Park, através do crescimento econômico.

Para aumentar o ritmo do crescimento econômico era necessário também realizar duas tarefas: i) reorientar a estratégia de crescimento; e ii) constituir uma coalizão de apoio. Essa reorientação ficou ainda mais clara com a crise de 1963, pois mostrou aos militares coreanos que uma estratégia voltada ao mercado interno e a dependência da ajuda norte-americana deixavam o país fragilizado, e que a alternativa era voltar-se para o mercado externo com vistas à obtenção de divisas estrangeiras e, conseqüentemente, maior independência econômica (Haggard, 1990, p. 69).

A segunda tarefa foi efetivada mediante a construção de uma “coalizão desenvolvimentista”, composta pelos militares, pelas empresas exportadoras, por setores

¹⁸⁷ A oposição, que havia se fundido em 1955 com o objetivo de fazer oposição a Rhee e formado o Partido Democrático, dividiu-se.

¹⁸⁸ Apesar da existência de eleições na Coreia a partir de 1964, não é possível afirmar a existência de um regime democrático. Em 1969, a Constituição foi emendada permitindo ao General Park “concorrer” a um terceiro mandato. A Constituição de 1972 eliminou qualquer limitação no número de mandatos presidenciais e tornou a eleição indireta, via um colégio eleitoral.

das camadas médias, por parcelas da classe trabalhadora. O governo do General Park contava também com o apoio eleitoral das áreas rurais (Haggard, 1994b, p. 64-65)¹⁸⁹.

No início dos anos 1960, o governo adotou uma estratégia de desenvolvimento voltada para fora ou orientada para o mercado externo. Tal estratégia, dinamizada pelas exportações, decorre de mudanças: a) no cenário externo, com as pressões exercidas pelo governo dos EUA para que a Coréia conquistasse auto-suficiência e assim demandasse menor ajuda financeira; b) no cenário interno, com “a concentração de poder no Executivo, a racionalização da estrutura de *policy-making* econômico, e o desenvolvimento de novos instrumentos para dirigir a industrialização” (Haggard, 1990, p. 62)¹⁹⁰.

As medidas tomadas para retomar o crescimento acabaram por elevar a taxa de inflação. Novamente, por pressão dos EUA, o governo adotou uma política monetária restritiva. A partir de 1965, a política monetária foi afrouxada e o sucesso da estratégia de privilegiar o setor exportador torna-se patente, resultando em inflação relativamente baixa e crescimento alto (Cole & Park, 1983, p. 227-235)¹⁹¹.

Com efeito, o governo do General Park procurou emular o papel do Estado japonês na condução do modelo de desenvolvimento, mais precisamente, tomou medidas para criar uma burocracia forte que formulava e implementava as políticas econômicas¹⁹². Além disso, Park – ele próprio educado sob o Império japonês – normalizou as relações com o Japão em 1965, o que assegurou à Coréia o acesso a fundos e a empréstimos, mas também a compensações financeiras pela ocupação.

¹⁸⁹ Essa coalizão impediu a formação de uma outra coalizão, que se constituiria na década seguinte: a dos “insatisfeitos”, composta por estudantes, intelectuais, políticos da oposição, marginalizados urbanos, parcelas mais pobres da classe trabalhadora e do setor agrícola (Haggard, 1994b, p. 64-65). A ditadura militar prendeu sindicalistas, extinguiu as organizações sindicais criou uma nova estrutura sindical com vistas a facilitar a industrialização voltada para o mercado externo (Koo, 1993, p. 135).

¹⁹⁰ Tome-se como exemplo a mudança da lei que criou, em 1950, o Banco Central coreano. Essa lei tinha sido redigida por dois economistas do Banco Central americano da regional de Nova York. O Banco da Coréia teria uma certa autonomia em relação ao Ministério das Finanças e seria responsável pela formulação e execução da política monetária, bem como pela supervisão bancária, mas desde o início do governo Park o banco central passou a ser formalmente subordinado ao Ministério das Finanças (Ro, 1994, p. 146).

¹⁹¹ Apenas em 1974 (24,3%) e em 1975 (25,2%) a taxa anual de inflação foi superior a 20%.

¹⁹² Já em 1961 foi criado o Conselho de Planejamento Econômico com o objetivo de preparar planos quinquenais de desenvolvimento econômico.

Além disso, o governo coreano não só incentivou como também estabeleceu “canais de colaboração” com a burguesia privada. Com o objetivo de incentivar a exportação, privilégios de importação foram criados, benefícios fiscais concedidos, a contração de dívida no exterior permitida, o capital externo atraído, e a taxa de juro mantida em baixo patamar (Savada & Shaw, 1990).

Os *policy-makers* selecionavam as indústrias que seriam apoiadas, canalizavam fundos oriundos de empréstimos externos e o Estado garantia o pagamento para os credores. A empresa pública atuava nas áreas de infra-estrutura. Mas diferentemente de outros casos nacionais¹⁹³, nos quais os benefícios eram concedidos sem contrapartida de apresentação de resultados, no caso coreano, a “alocação dos subsídios” era realizada respeitando o princípio da reciprocidade, isto é, a concessão estava vinculada à apresentação de resultados concretos e era monitorada pelo Estado¹⁹⁴. Com efeito, a singularidade do caso coreano é que “o governo disciplinava o capital” (Amsden, 1994, p. 89-90)¹⁹⁵.

Entre 1972-1979, o Estado coreano adotou um plano de investimentos direcionados à indústria pesada e química que tinha um triplo objetivo: i) recompor parte do apoio político perdido pelo fechamento do regime político (Constituição Yushin de 1972) em razão de uma onda de protestos; ii) constituir um complexo industrial-militar para a defesa da Coreia (Haggard & Moon, 1993, p. 76); e iii) alterar o padrão de acumulação da economia, que passaria a ser liderada pelas indústrias de bens de capital e intermediários.

O primeiro choque do petróleo não comprometeu a estratégia, pois o governo promoveu um forte ajuste através de aumento dos impostos, dos preços dos derivados de

¹⁹³ Consultar Canuto (1994) para uma análise comparativa dos processos de industrialização no Brasil e na Coreia.

¹⁹⁴ O presidente Park acompanhava mensalmente a performance do setor exportador (Cooper, 1994, p. 267). O Estado coreano também exercia controle sobre a burguesia através da concessão de licenças que determinavam a esfera de atuação das empresas e uma rigorosa fiscalização tributária e fiscal (Eckert, 1993, p. 103).

¹⁹⁵ Uma outra especificidade coreana é a dependência financeira da burguesia em relação ao Estado, seja em razão da escassez de capital doméstico privado nos anos 1950, seja em razão da estatização do sistema financeiro no início da década de 1960 (Eckert, 1993, p. 102), que dava poder ao Estado para definir a maioria dos projetos que contaria com o financiamento do investimento (Yoo, 2001, p. 355). Esse controle do Estado sobre o sistema financeiro acabou por constituir com os chaebols uma “organização quase interna”, que possibilitou uma alocação mais eficiente do crédito (Lee, 1992).

petróleo e da eletricidade (Haggard, 1994a, p. 36-37). O governo Park admitia que “alguma inflação era tolerável” (Haggard & Moon, 1993, p. 70): nas palavras do ministro das Finanças (1969-1974) e do Planejamento Econômico (1974-1978),

Baixas taxas de inflação aumentam o desemprego, o qual por sua vez poderia reduzir a renda familiar e precipitar uma instabilidade política e social. Isto não nega que a inflação alta não venha a ser uma fonte de instabilidade política e social. Mas a inflação alta é mais administrável que o desemprego (Nam apud Haggard, 1994a, p. 53).

Mas, no final da década de 1970, o quadro era outro e a Coreia também. A classe trabalhadora era bem diferente daquela do início da década de 1960, quando as suas manifestações eram espontâneas e desorganizadas. No início dos anos 1970, a classe trabalhadora começou a construir uma coalizão com outras forças sociais (intelectuais, estudantes e líderes religiosos), que tomaram conhecimento das condições de vida dos trabalhadores após o suicídio do operário Chun¹⁹⁶. Em meados da década, o crescimento econômico aumentava significativamente o número de trabalhadores e a sua concentração em determinadas regiões, criando uma identidade comum e o sentimento de solidariedade de classe. Em agosto de 1979, as trabalhadoras da fábrica YH protestaram contra o seu fechamento e foram reprimidas pela polícia. A violência da repressão desencadeou uma onda de protestos em todo o país contra a ditadura militar (Koo, 1993, p. 137-142) e resultou na constituição da coalizão dos “insatisfeitos” (Haggard, 1994b, p. 64-65):

Uma aliança de trabalhadores, estudantes e outros ativistas políticos realizou comícios públicos e organizou sindicatos desafiando a proibição governamental. [...] Progressivamente, o foco das lutas dos trabalhadores não era mais as questões econômicas isoladas, mas a organização de novos sindicatos independentes, e suas novas táticas centravam na promoção de lutas pela solidariedade entre os trabalhadores de diferentes fábricas localizadas dentro de uma mesma área industrial (Koo, 1993, p. 151).

A década de 1970 é testemunha também de mudanças na esfera do capital e nas relações deste com o Estado. As empresas coreanas cresceram e se tornaram grandes conglomerados (chaebol). Nesse contexto, adotar políticas contra as empresas exportadoras

¹⁹⁶ Chun Tai Il era um alfaiate de uma indústria de vestuário. Após ter escrito várias cartas para o Departamento de Assuntos do Trabalho e para outras organizações denunciando as péssimas condições de trabalho e solicitando a intervenção dessas agências, Chun incendiou o seu próprio corpo em novembro de 1970.

– que, em última instância, pudessem levá-las à falência – em uma estratégia voltada para o mercado externo significaria agir contra os interesses do próprio Estado (acesso a divisas, financiamento externo etc.) (Eckert, 1993, p. 105; Haggard, 1994b, p. 49) e, além disso, criaria uma instabilidade política e econômica (Yoo, 2001, p. 366).

Esses motivos talvez expliquem por que a Coreia procurou ajustar rapidamente sua economia para enfrentar a queda do crescimento, a diminuição das exportações e o aumento da inflação ocorridos em 1978¹⁹⁷. Entretanto, o segundo choque do petróleo, o assassinato do General Park, a recessão, a quebra de empresas e o aumento do desemprego interromperam as medidas de ajuste, que somente seriam retomadas após a consolidação do governo do General Chun Doo Hwan¹⁹⁸.

O golpe de 1980 contou com o apoio passivo de uma coalizão formada pela burguesia industrial, as camadas mais altas da pequena burguesia e a classe média (Choi, 1993, p. 31). As medidas de ajuste – política monetária conservadora, política fiscal apertada, liberalização comercial¹⁹⁹, desregulamentação²⁰⁰ e privatização de empresas públicas²⁰¹ (bancos, inclusive²⁰²) – atingem desigualmente os integrantes da coalizão

¹⁹⁷ Ademais, “na ausência de indexação, a inflação se torna uma questão política mais ampla, particularmente nas cidades, onde o regime se defrontava com a oposição mais estrondosa” (Haggard, 1994b, p. 49).

¹⁹⁸ O governo do General Chun começou e terminou em meio a protestos. Em maio de 1980, um protesto de estudantes universitários mobilizou uma parcela da população e foi violentamente reprimido, causando dezenas de mortes. Esse evento ficou conhecido como o Massacre de Kwangju. Em junho de 1987, protestos liderados pelos estudantes levaram à abertura do regime, como o direito dos sindicatos se organizarem livremente e a realização de eleições diretas para presidente. No entanto, a oposição, dividida, perdeu a eleição para o candidato da situação, o General Roh Tae Woo.

¹⁹⁹ As medidas de liberalização comercial estavam associadas a uma política mais ampla de desinflação. Apesar da redução de algumas alíquotas e do fim da exigência de licenças prévias para a importação de determinados produtos, alguns setores (agricultura e indústria automobilística) permaneceram protegidos e barreiras não tarifárias protegiam o mercado de bens de consumo (You & Lee, 2000, p. 3-4).

²⁰⁰ As medidas eliminaram a regulamentação excessiva utilizada pelas agências estatais para intervir na economia, mas não alteraram aquelas normas que protegiam os interesses do empresariado (Yoo, 2001, p. 374).

²⁰¹ Em 1968, ocorreu a primeira onda de privatização de empresas estatais (transporte, mineração e manufatura). Em 1980, a segunda rodada teve como objetivo privatizar bancos e refinarias de petróleo. Em ambos os casos, o Estado manteve a administração das empresas. Em 1987 houve uma tentativa de privatizar as grandes empresas (telefonia, energia e siderurgia), que atingiu parcialmente seus objetivos. Em 1993, um novo programa, que incluía 58 das 133 empresas estatais, também não prosperou. Nos dois últimos casos, a ação de uma coalizão anti-privatização composta por funcionários das empresas estatais, bem como por políticos e burocratas foi responsável pelo não cumprimento das metas traçadas (Yoo, 2001, p. 375).

desenvolvimentista. Em termos mais amplos: a estrutura da economia voltada para o mercado externo cria condições para a constituição e atuação das coalizões de apoio para políticas pró-exportação. No entanto, algumas dessas medidas trazem efeitos negativos para certos membros da coalizão e o ritmo de sua implementação e/ou alguma compensação devem ser adotadas para se manter a coalizão minimamente coesa.

O governo Chun marca o início de uma alteração nos objetivos da política econômica, pois “Chun acreditava que a inflação tinha sido responsável pela erosão do padrão de vida dos agricultores e dos trabalhadores, os quais, por sua vez, contribuíram para a agitação social de 1979 e 1980. Então, ele via a inflação não simplesmente como um problema econômico, mas um reflexo de uma doença social profunda” (Haggard & Collins, 1994, p. 79).

Além disso, criou-se um consenso de que a estabilização era pré-condição para o crescimento (Suh, 1992, p. 23; Corbo & Nam, 1992, p. 98). Esse consenso teria origem na mudança da estrutura econômica e social da Coreia, ou seja, ao tornar-se um país desenvolvido, a Coreia não teria grandes problemas econômicos a tratar e, portanto, a inflação passa a ser a principal questão a ponto da população e do governo trocarem uma menor taxa de crescimento por uma maior estabilidade de preços (Cole & Park, 1983, p. 214). Em outras palavras:

Os coreanos ficaram convencidos, após aproximadamente quinze anos de crescimento de dois dígitos, que este continuaria e não mais viam como inevitável o *trade-off* entre crescimento e inflação. De outro, como a sociedade se tornou mais estável e a renda e riqueza aumentaram, as pessoas ficaram mais preocupadas com a erosão de suas rendas reais e com o valor de seus ativos financeiros do que anteriormente. Desemprego ou subemprego, que costumavam ser um dos mais sérios problemas, não mais pareciam sê-lo por volta de 1978. A conta corrente do balanço de pagamentos melhorou a ponto de acumular excedentes, a menos que medidas significativas de liberalização de importações fossem tomadas. Havia um consenso geral de que a posição do balanço de pagamentos coreano era saudável e não mais constrangeria o crescimento. Equidade distributiva, longe de ser ideal, era vista como uma das melhores entre os países em desenvolvimento. Havia também preocupações em alguns grupos que a continuidade da inflação debilitaria, no longo prazo, a capacidade de crescer da Coreia. [...] Na medida em que a opinião pública

²⁰² A grande empresa coreana passou a desenvolver projetos próprios e, ao incorporar a instituição financeira na sua estrutura, ganhou autonomia decisória (Eckert, 1993, p. 106-7), inclusive a de priorizar o investimento especulativo em detrimento do produtivo (Hart-Landsberg & Burkett, 2001, p. 408).

estava relutante em aceitar uma inflação considerável, o governo viu-se sob pressão crescente para alterar a ordem dos seus objetivos econômicos (Cole & Park, 1983, p. 238-239)²⁰³.

Com efeito, algumas decisões tomadas no início da década – o reajuste do preço do petróleo, a contenção dos reajustes salariais e a desvalorização da taxa de câmbio – abriram caminho não só ao retorno do crescimento econômico e ao controle da inflação, mas também para a retomada das políticas de ajuste estrutural, que foram interrompidas pela crise do final da década de 1970 e que buscavam manter tanto o acesso ao mercado financeiro internacional, quanto a estabilidade monetária (Haggard & Collins, 1994, p. 77-88).

O governo Chun desestatizou bancos comerciais, autorizou a criação de instituições não bancárias (como seguradoras), iniciou a liberação da taxa de juros, permitiu a aplicação de estrangeiros em fundos de investimento no mercado de títulos e valores e consentiu na captação de recursos no mercado internacional de capitais para as empresas coreanas²⁰⁴.

Não obstante uma reversão temporária no processo de liberalização financeira, o governo Roh (1988-1993) revogou as restrições para pagamentos e transferências relativas a transações em conta corrente e autorizou a compra (limitada) de ações coreanas por não residentes. As reformas prosseguiram no governo Kim Young Sam (1993-1998), que estabeleceu um cronograma de cinco anos para a liberalização completa das transações nas contas corrente e capital, e de redução das tarifas de importação, assim como autorizou a abertura de filiais de bancos estrangeiros²⁰⁵. A resposta do governo Kim Dae Jung (1998-2003) à crise asiática (1997-1998) foi de continuar as reformas liberalizantes (Kim et al, 2002, p. 5-7).

²⁰³ Para outros, a mudança dos objetivos da política econômica não foi tão prematura, nem tão rápida, pois no final dos anos 1980 a política financeira ainda era subordinada à política industrial. Além disso, essa mudança teria ocorrido “na surdina” (Chang & Yoo, 1999, p. 2).

²⁰⁴ Essas medidas visavam facilitar o ingresso de capitais. Já os controles sobre a saída de capitais foram endurecidos. Entretanto, com vistas a combater o substancial ingresso de divisas proporcionado por essas decisões, o governo Roh, seu sucessor, reverteu algumas das medidas de forma a dificultar o ingresso e facilitar a saída de capitais (Kim et al, 2002, p. 3-5).

²⁰⁵ Ao pressionarem pela implementação de medidas de liberalização financeira, os chaebols contribuíram para desfazer o arranjo institucional para financiar o investimento (“organização quase-interna”), no qual o Estado exercia o papel dominante. Esse fato somente foi possível em razão do crescimento dos chaebols, que possibilitou uma mudança – a seu favor – na correlação de forças com o Estado (Lee et al, 2002, p. 18).

As medidas de liberalização comercial e financeira – iniciadas pelo governo Chun e continuadas pelos governos que o sucederam, tanto pelo situacionista Roh, quanto pelos históricos opositores dos regimes de exceção Kim Young Sam²⁰⁶ e Kim Dae Jung²⁰⁷ – foram implantadas gradualmente e o Estado coreano manteve instrumentos que lhe permitem desempenhar um papel importante na economia²⁰⁸.

Mas o que explica a continuidade dessas medidas e o seu aprofundamento ao longo do tempo?

A resposta está no próprio sucesso da estratégia de desenvolvimento voltada para o mercado externo e liderada pelo Estado. Essa estratégia: i) criou a grande empresa exportadora²⁰⁹, uma próspera classe média e uma classe trabalhadora combativa, ou seja, uma coalizão suficientemente forte para pressionar o Estado pela abertura econômica; ii) gerou um enorme superávit nas relações comerciais com os EUA, fazendo com que o governo norte-americano pressionasse pela abertura financeira e comercial da Coreia; e iii) integrou a economia coreana à economia mundial, tornando o papel dos *policy-makers* mais difícil de ser realizado²¹⁰ (You & Lee, 2000, p. 5-6).

Essas medidas respondem não somente a mudanças da ordem econômica internacional (mais liberal), mas a mudanças na própria estrutura da economia coreana que, no início dos anos 1990, dava outro salto: “da indústria pesada para a de alta tecnologia, da formação bruta do capital fixo para a inovação, da exportação para a demanda doméstica²¹¹”,

²⁰⁶ Apesar de seu passado opositor, Kim Young Sam promoveu a fusão do seu partido político com o partido governista de Roh.

²⁰⁷ Para conseguir maioria na Assembleia Nacional, o presidente Kim incluiu colaboradores dos ex-presidentes Chun e Roh no seu ministério e em postos decisórios importantes (Lim & Han, 2004, p. 271). Esse fato revela a existência de uma certa continuidade entre os “dirigentes estatais”.

²⁰⁸ Como, por exemplo, a adoção em 1980 da lei de regulação dos monopólios e do justo comércio, que limitava a expansão dos chaebols, diminuía sua proteção e forçava-os a competir (Yoo, 2001, p. 371). Essa lei sinaliza uma mudança na forma de intervenção do Estado na economia e na sua relação com o empresariado.

²⁰⁹ A liberalização do regime político possibilitou à burguesia coreana – através da Federação das Indústrias Coreanas – defender com mais veemência publicamente a adoção das reformas liberalizantes (Eckert, 1993, p. 108-109).

²¹⁰ É importante destacar que a formação dos *policy-makers* – economistas formados pelas universidades norte-americanas – contribuiu para que a solução para os desafios da Coreia fosse a liberalização econômica (You & Lee, 2000, p. 6; Amsdem, 1994).

²¹¹ Com a liberalização política do regime, os trabalhadores não mais aceitavam carregar o fardo do ajuste com seus baixos salários e o resultado da combatividade dos trabalhadores coreanos seria sentido através do

da rígida direção governamental das transações para a liberalização do mercado” (Eichegreen & Chung, 2004, p. 4).

Essas mudanças estruturais pelas quais passou a Coréia podem ser verificadas também no campo das disputas trabalhistas. Na década de 1970 e no início da de 1980, o conflito se dava basicamente nas pequenas e médias indústrias leves, era liderado por trabalhadoras, demandava a organização de sindicatos independentes e o fim dos sindicatos de empresa, que dificultam a ação da categoria e/ou do conjunto dos trabalhadores. Já na segunda metade da década de 1980, o conflito concentrou-se na indústria pesada, era liderado por trabalhadores do sexo masculino, demonstrava grande solidariedade de classe, capacidade de organização e encontrava ressonância nos trabalhadores *white-collar*. Essa grande mobilização dos trabalhadores resultou na criação do Conselho Nacional dos Sindicatos Industriais e Regionais (Koo, 1993, p. 156-157)²¹² – que dará origem à Confederação Coreana dos Sindicatos²¹³ - e na alteração da legislação trabalhista e sindical (Kim & Lee, 2001, p. 91).

Após a conquista da liberdade sindical, a ação sindical passa por diferentes fases: pela exacerbação dos conflitos (1987-1989); pelo seu refluxo (1990-1992), em razão de intensificação da repressão pelo governo; pela participação em fóruns (1993-1997), seja entre a Federação dos Empregadores da Coréia e a Federação dos Sindicatos Coreanos, seja entre estes, consultores governamentais, “grupos de interesse”, acadêmicos e Confederação Coreana dos Sindicatos; e, a partir de 1998, pela reestruturação econômica e do mercado de

aumento da demanda doméstica (Eichegreen & Chung, 2004, p. 3-4). Além disso, com o aumento da concorrência internacional de outros produtores asiáticos, os chaebols viram no mercado interno uma forma de manter a sua rentabilidade (Hart-Landsberg & Burkett, 2001, p. 411).

²¹² O aumento da militância pós-1987 teria ainda mais duas causas: i) a idéia segundo a qual apenas o regime político de exceção traria crescimento econômico e segurança nacional não encontrava mais respaldo entre os trabalhadores, que desejavam democracia e liberdade sindical; e ii) uma mudança na força de trabalho, que passou a ser composta por uma nova geração, urbana, mais combativa em relação à geração anterior oriunda das áreas rurais (Yoo, 2005, p. 209-10). A melhora na distribuição da renda que se verifica até 1992 está relacionada ao ingresso dessa força de trabalho urbana mais bem educada no mercado de trabalho. Contudo, permanece uma diferença salarial importante entre os trabalhadores das grandes e os das pequenas empresas (You & Lee, 2000, p. 14).

²¹³ A Confederação Coreana dos Sindicatos permaneceu na ilegalidade até o seu reconhecimento pelo governo no final dos anos 1990, não obstante ter se tornado a principal força no movimento sindical. Já a Federação dos Sindicatos Coreanos foi criada no início do governo Hee e, desde então, sempre esteve próxima dos governos.

trabalho através de uma comissão tripartite (Lee & Lee, 2003, p. 174-180). A variação nos níveis de conflituosidade pode ser observada nas tabelas abaixo:

TABELA 8 – GREVES E LOCKOUTS: CORÉIA (1985-1991)

ANO	QUANTIDADE
1985	265
1986	276
1987	3617
1988	1873
1989	1616
1990	322
1991	234

Fonte: OIT, Yearbook of Labour Statistics, diversos números. Classificação ISIC Rev. 2.

TABELA 9 – GREVES E LOCKOUTS: CORÉIA (1992-1997)

ANO	QUANTIDADE
1992	235
1993	144
1994	121
1995	88
1996	85
1997	78

Fonte: OIT, Yearbook of Labour Statistics, diversos números. Classificação ISIC Rev. 3.

A década de 1990 seria marcada ainda pelo ingresso da Coréia na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, em 1996, e por uma seriíssima crise em 1997-1998, que resultou em um crescimento negativo do PIB de 6,9%, em 1998. Para enfrentar a crise e com o apoio do governo dos EUA, a Coréia recebeu do FMI um empréstimo de US\$ 58 bilhões, cuja contrapartida foi o aprofundamento das reformas liberalizantes: abertura completa da conta capital e eliminação das restrições para o investimento estrangeiro; reestruturação do sistema financeiro e a concessão de autonomia para o Banco Central; reforma dos chaebols (controle do endividamento, maior transparência etc.); e reforma trabalhista²¹⁴ (demissão imotivada, banco de horas etc.).

²¹⁴ A legislação trabalhista na Coréia foi introduzida em 1953 (durante a Guerra da Coréia) e foi inspirada na legislação japonesa que previa, entre outras normas, a estabilidade no emprego (Lee & Lee, 2003, p. 183).

Há uma vastíssima literatura sobre as origens da crise. Grosso modo, o debate se divide em duas posições: 1) a crise decorre da própria estratégia de desenvolvimento liderada pelo Estado, que implica em dirigismo, protecionismo, a escolha de vencedores; crédito subsidiado etc.; 2) a crise é resultado da rápida liberalização financeira levada a cabo pela Coréia por pressão das agências multilaterais (FMI e Organização Mundial do Comércio – OMC) e pelo governo dos EUA.

Foge inteiramente dos propósitos deste trabalho uma imersão neste interessante debate. Entretanto, a crise coreana pode ser analisada – e aqui está a sua relação com a pesquisa ora apresentada – a partir da perspectiva dos conflitos e das coalizões que ocorrem na sociedade. Nesse sentido, a crise de 1997-1998 é o resultado do desmantelamento da coalizão social que sustentava o Estado desenvolvimentista, já que as altas taxas de crescimento possibilitavam uma espécie de *fuga para frente* em relação às mudanças que estavam ocorrendo na estrutura econômica e social. Apesar da melhora das condições materiais de vida da classe trabalhadora, a coalizão dominante excluiu a participação dos trabalhadores do processo decisório. No entanto, a mudança da correlação de forças entre as classes sociais não mais permite que os trabalhadores sejam apenas espectadores das decisões tomadas pela coalizão dominante (Palat, 2003).

Mas quais foram as coalizões sociais que se formaram no período pré e pós-crise de 1997-1998?

Uma primeira coalizão política entre a classe média e a classe trabalhadora se constituiu durante a transição democrática e foi forte o bastante para conquistar algumas concessões do “regime autoritário”, mas sua duração não foi longa. E por qual motivo? Porque a classe média intentava apenas a sua inclusão no sistema político. Com a realização desse objetivo, ela abandonou a coalizão com a classe trabalhadora (Jee, 1997). Em outras palavras:

A nova classe média, uma aliada tradicional do trabalho, tornou-se progressivamente conservadora e de certa forma hostil à agressividade do movimento dos trabalhadores nos anos 1990. Uma diminuição do crescimento econômico e um estreitamento da diferença entre os salários dos trabalhadores *blue-collar* e dos *white-collar* devem ter tido um papel importante na sua mudança de atitude. Os sindicalistas *blue-collar* – ao perderem o apoio das classes médias e não sendo representados por nenhum partido político – tiveram de levar adiante,

isolados, as lutas contra as ofensivas intensificadas do Estado e do capital (Koo, 1993, p. 159).

O governo Roh tentou constituir uma coalizão entre representantes do capital e o do trabalho para implantar a reforma trabalhista, sobretudo a demissão imotivada, mas a ação dos sindicatos combativos impediu a sua aprovação. A crise de 1997-1998 – ao aumentar o desemprego – gera uma oportunidade para o presidente Kim implantar a reforma trabalhista. Em janeiro de 1998, a Comissão Tripartite (governo, sindicatos e patronato) é constituída e, em fevereiro, um Pacto Social é assinado – inclusive pela Confederação Coreana dos Sindicatos – permitindo a demissão imotivada.

Essa mudança na legislação altera a correlação de forças na sociedade e os sindicatos passam a agir defensivamente, pois as greves que se seguem após a crise são pela manutenção do emprego. Além disso, há uma grande dificuldade para proteger os salários dos trabalhadores menos qualificados, já que eles podem ser demitidos mais facilmente (Choi & Kim, 2004, p. 218-233; Lee & Lee, 2003, p. 178-180).

Para uma outra abordagem – a da coalizão de defesa – essa maneira “consensual” de implementar as reformas estruturais e mesmo a eleição do opositor Kim para a Presidência teriam sido possibilitadas pela crise. As políticas sociais acordadas pela Comissão Tripartite²¹⁵ são resultado de uma coalizão constituída pelos “idealistas do bem-estar” – grupos de pressão voltados à área social, acadêmicos, assessores políticos do presidente e congressistas preocupados com a expansão da cidadania e da proteção social. Os integrantes dessa coalizão conseguiram influenciar o *policy-making* da “garantia de nível de vida mínimo” através de uma cobertura maior e um benefício mais elevado (Kwon, 2003).

No período anterior ao da crise de 1997-1998, os “idealistas do bem-estar” foram incapazes de constituir uma coalizão suficientemente forte para influenciar as políticas sociais coreanas (a agenda e o resultado das políticas), que refletiam a visão dos “pragmáticos econômicos”: burocratas dos ministérios econômicos e especialistas em

²¹⁵ O Pacto Social aprovado pela Comissão era mais abrangente e continha noventa artigos. Entre os principais itens acordados estão: reforma dos chaebols; estabilização de preços; adoção de políticas sociais (seguro desemprego, treinamento e requalificação profissional, seguridade social); além da reforma trabalhista e sindical (Lee & Lee, 2003, p. 179).

políticas públicas de outras agências governamentais (inclusive *think-tanks*), o que lhes deixava melhor posicionados institucionalmente. A prioridade dos “pragmáticos econômicos” era o crescimento econômico e a base de proteção extremamente restrita²¹⁶ (Kwon, 2003).

A idéia segundo a qual a implantação das reformas liberalizantes foi realizada consensualmente em razão da criação da Comissão Tripartite é controversa. Primeiramente, o pacto foi assinado após uma forte pressão do governo e em uma conjuntura de crise. Os capitalistas se arrependeram de terem aberto o processo de *policy-making* à participação dos trabalhadores e os trabalhadores de terem concordado com a demissão imotivada²¹⁷. Em segundo lugar, a Comissão Tripartite era apenas consultiva e não havia mecanismo que garantisse a aplicação do que havia sido acordado pelos próprios membros da comissão, nem pela Assembléia Nacional (Lim & Han, 2004, p. 269-270).

A participação na Comissão Tripartite não significou que os trabalhadores deixaram de ser “espectadores” (Palat, 2003), pois no governo Kim se configurou uma nova coalizão dominante formada pelo capital transnacional e o núcleo da velha coalizão desenvolvimentista (Estado e capital local²¹⁸), e da qual os produtores rurais e os trabalhadores²¹⁹ foram “amplamente excluídos” (Lim & Han, 2004, p. 270-275).

Deste modo, se se pretende efetuar uma análise mais abrangente do caso em tela é preciso introduzir uma perspectiva que incorpore as relações entre Estado e classes sociais. Nesse sentido, uma definição ampliada da coalizão desenvolvimentista permite capturar uma visão mais completa da sociedade coreana.

²¹⁶ O “programa de assistência pública” não impedia que as pessoas se colocassem abaixo da linha de pobreza e era extremamente restritivo, pois excluía as pessoas entre 18 e 65 anos de qualquer ajuda monetária.

²¹⁷ Tanto é que a Confederação Coreana dos Sindicatos retirou-se da Comissão logo após a assinatura do pacto.

²¹⁸ Lim & Han (2004) afirmam que o capital local passou a ocupar uma “posição periférica” no interior da coalizão.

²¹⁹ O desemprego aumentou de 2,0% em 1996 para 6,8% em 1998, reduzindo-se para 4,1% em 2000 e se estabilizando em torno de 3,7% em 2001 e 3,6% em 2002. Entretanto, essa recuperação do nível de emprego ocorreu à custa do aumento do trabalho temporário e afetou negativamente o índice de Gini, que se elevou de 0.283 em 1997 para 0.315 em 1998 e 0.319 em 2001 (Lim & Han, 2004, p. 273). Em termos absolutos, a variação da taxa de desemprego e do índice de Gini pode ser pequena, mas em termos relativos não deixa de ser significativa. O aumento do gasto social verificado no período pós-crise é uma medida compensatória que visa combater o aumento do desemprego e a piora na distribuição de renda.

As classes subalternas – apesar de excluídas do processo decisório da estratégia de desenvolvimento – auferiram dela algum benefício e, mais do que isso, foram importantes para conferir legitimidade a essa estratégia, ou seja, não estavam completamente afastadas do processo político.

No que se refere aos trabalhadores organizados, houve repressão. A forte combatividade demonstrada pelo movimento operário coreano – mesmo em uma conjuntura de pleno emprego e de reajustes salariais periódicos – não engendrou a constituição de uma coalizão inflacionária. A violenta repressão e a ausência de indexação parecem ser determinantes neste caso.

Por fim, há outro elemento importante também relacionado à ação do Estado coreano que dificultou a constituição de uma coalizão inflacionária: foi dado ao combate da inflação a mesma importância concedida às políticas de crescimento.

As discussões sobre inflação na Coreia indicam que este é um tema importante, mas que ficava em segundo plano se o seu combate implicasse redução do crescimento; os “homens de negócio” não identificavam baixa inflação como contrária a seus interesses, sobretudo se a disponibilidade de crédito fosse aumentada; a pressão pela estabilização de preços era externa (governo dos EUA e FMI) (Cole & Park, 1983, p. 213-214). Mas o debate ocorria em uma conjuntura na qual as taxas eram relativamente baixas, o que, de fato, não incentivava a constituição de uma coalizão inflacionária.

A ausência de uma coalizão inflacionária também se deve à não interrupção do financiamento externo da economia coreana. Não obstante o seu alto nível de endividamento, a Coreia conseguiu substituir suas fontes de financiamento, quais sejam, os empréstimos bancários norte-americanos e europeus pelo mercado de capitais japonês. Além da proximidade geográfica, os motivos para o acesso ao crédito japonês estavam relacionados à maneira pela qual a estrutura industrial coreana se instituiu, isto é, integrada à economia japonesa (Palat, 2003, p. 177). Isso indica a importância de se considerar as relações da economia coreana com a economia mundial, bem como a própria ordem econômica internacional.

3.4 Índia: crescimento sustentado e não inflacionário

Para se compreender a experiência indiana, é preciso remontar à independência (1947). Naquele momento, a economia era predominantemente agrária; as relações de produção capitalistas escassas; a industrialização limitada; por sua vez, o desemprego, o subemprego e a pobreza apresentavam altos índices.

Para fazer face a esses problemas, o Estado indiano – por meio de uma burocracia altamente qualificada, constituída e legada pela administração colonial – adotou uma estratégia de desenvolvimento que tinha como objetivo: o aumento da produção; o pleno emprego; a redução da desigualdade de renda; a auto-suficiência nacional; a criação de uma “sociedade socialista”, baseada na igualdade e na justiça. Os principais instrumentos utilizados para implementar a referida estratégia eram: o planejamento econômico (planos quinquenais); um setor público forte; o controle estatal sobre as atividades do setor privado; e substituição de importações (Shihai, 1997, p. 275-277), e, com a nacionalização dos grandes bancos em 1969, o “controle quase completo sobre os mecanismos de financiamento ao investimento de longo prazo” (Cruz, 2005, p. 31).

A estratégia indiana se assentava sob dois eixos: a indústria pesada, que traria a independência econômica; e a pequena produção artesanal, que manteria a população economicamente ativa ocupada (Cruz, 2005, p. 14-15). Essa estratégia tinha como base social de sustentação uma grande coalizão formada pela pequena e pela grande propriedade fundiária, pela burguesia industrial, pelos assalariados e pelo lumpemproletariado rural e urbano (Schelkle, 1994, p. 143). O resultado dessa estratégia pode ser assim sintetizado: a pobreza diminuiu ligeiramente; a produção de grãos aumentou consideravelmente [contribuindo para manter os preços sob controle (Schelkle, 1994, p. 152)]; a expectativa de vida e os índices de alfabetização se elevaram; e a base industrial constituída se diversificou; e conquistou-se auto-suficiência tecnológica nas áreas agrícola e militar. Não obstante, pobreza, fome e analfabetismo continuaram a afetar grande parte dos indianos. Muitos setores da indústria indiana não são internacionalmente competitivos e parcela do setor público é ineficiente (Parikh, 1997, p. 253-256).

Entre 1951-1979, a média anual de crescimento foi de 3,1% (Heitzman & Worden, 1995). Com efeito, a estratégia de industrialização liderada pela indústria pesada – na qual

os investimentos são volumosos, o coeficiente capital/produto é alto e o prazo de maturação longo – explica, em parte, o crescimento mais lento da economia indiana, se comparada a outras economias em desenvolvimento, como a brasileira (Parikh, 1997, p. 258).

A partir de 1985, no governo Rajiv Ghandi, a Índia deu os primeiros passos rumo à liberalização ao abolir algumas regulamentações e controles²²⁰. Em 1991, a liberalização tornou-se uma política de Estado; alguns setores (energia, aço, exploração e refino de petróleo, construção de estradas, transporte aéreo e telecomunicações), antes reservados ao setor público, foram abertos à iniciativa privada (Heitzman & Worden, 1995)²²¹.

A exigência de licenças industriais foi abolida para cerca de 80% das indústrias; a necessidade de autorização prévia para expansão de capacidade, fusão e diversificação das empresas foi eliminada; o sistema tributário foi simplificado; a carga tributária foi reduzida; a rúpia foi desvalorizada; os limites quantitativos de importação, salvo para bens de consumo, foram suprimidos; o sistema de licenciamento antecipado para as exportações foi reformulado; os subsídios para a exportação foram eliminados, mas se criou uma compensação para os exportadores; as tarifas para comércio exterior foram reduzidas; a abertura parcial ao investimento estrangeiro foi introduzida; a forma de organização e de gestão das empresas públicas foi modificada; e promoveu-se a adoção de um programa de privatização (Shihai, 1997, p. 284-286).

Diante desse quadro, faz-se necessário levantar as seguintes perguntas, algumas delas também formuladas quando da apresentação dos casos anteriores: o que motiva a adoção das reformas liberalizantes no início da década de 1990? Qual o papel dos fatores externos? Em que medida a conjuntura interna incentiva ou inibe a implantação dessas reformas?

Instituições internacionais, sobretudo o FMI, já vinham pressionando a Índia para alterar suas políticas desenvolvimentistas, mas sem sucesso em razão das características da economia indiana, quais sejam, uma economia altamente protegida; um sistema financeiro

²²⁰ Foram promovidas as seguintes medidas: “Introdução da competição, aumentar o grau de abertura da economia, mudar a estrutura de incentivos e instituições, reduzir a participação do Estado para depender mais dos mecanismos de mercado, dismantelar os controles para depender mais do mecanismo de preços, enxugar o setor público a fim de contar mais com o setor privado” (Shihai, 1997, p. 283-284).

²²¹ Para o então primeiro ministro, não se trata de uma ruptura, pois “o processo de liberalização econômica é a continuação lógica da estratégia de desenvolvimento adotada pela Índia” (Rao apud Racine, 1997, p. 85).

quase estatal; forte controle sobre o câmbio e sobre os fluxos de capital; e reduzida integração com o sistema financeiro internacional (Cruz, 2005, p. 42).

No entanto, somente a partir da década de 1980 essas pressões passam a ter êxito. Um elemento fundamental para compreender essa mudança foi a hegemonia do pensamento econômico neoclássico, que passou a influenciar os *decision-makers* do Ministério das Finanças indiano, colocando-os em sintonia com o pensamento que orienta a ação das instituições internacionais (Degnbol-Martinussen, 2002, p. 49).

As demandas dos empresários por políticas “pró-mercado” e suas críticas à estratégia de desenvolvimento liderada pelo Estado foram outro importante fator para a adoção das reformas liberalizantes²²². A implantação dessas reformas na década de 1980 não vingou, e a oportunidade para a sua implementação apareceria em 1991, quando a Índia passou por uma grave crise econômica²²³. Para Pedersen (2000), as reformas somente se efetivaram devido ao apoio de uma nova fração da burguesia industrial, resultado de uma “revolução silenciosa” na indústria indiana, decorrente do crescimento do número de pequenas e médias empresas privadas, caracterizadas por uma gestão profissional e orientadas para as modernas tecnologias e politicamente atuantes através de uma representação corporativa específica, a CII. Esse fator foi decisivo para a introdução e persistência das reformas econômicas nos anos 1990.

Em resumo: pressão externa e apoio interno em conjuntura de crise possibilitaram a implantação das reformas liberalizantes (Degnbol-Martinussen, 2002, p. 49-50)²²⁴. Se esses elementos são comuns aos casos argentino e mexicano, a especificidade do caso indiano

²²² As três principais associações empresariais são: Confederation of Indian Industry (CII), Associated Chambers of Commerce and Industry (Assocham) e Federation of Indian Chambers of Commerce and Industry (FICCI).

²²³ A crise de 1991 caracterizou-se pelo aumento do déficit fiscal (inclusive em razão do aumento da despesa com juros); pelo colapso do balanço de pagamentos; e pela interrupção dos empréstimos voluntários ao país (Shihai, 1997, p. 281-282). Essa crise está relacionada à Guerra do Golfo e suas conseqüências, como o aumento do preço do petróleo; diminuição das exportações; e interrupção das remessas financeiras dos trabalhadores indianos no Iraque (Cruz, 2005, p. 33).

²²⁴ Com o fim da Guerra Fria, desfaz-se a aliança estratégica entre a União Soviética e a Índia, que passa a ter de levar em conta a agenda diplomático-econômica estabelecida pelos EUA (Cruz, 2005, p. 44). Além disso, a “queda do Muro de Berlim” e o “fim do comunismo” tiram a legitimidade das políticas “socialistas” adotadas pela Índia (Rudolph & Rudolph, 1997, p. 307).

reside na maneira pela qual as reformas foram aplicadas, qual seja, “sem alarde” (Jenkins, 2004, p. 9), de forma gradual, prudente, pragmática e flexível (Cruz, 2005, p. 52-54).

A avaliação das principais associações empresariais indianas – sobretudo a da CII – dos resultados das reformas liberalizantes na segunda metade da década de 1990 foi que houve um favorecimento às companhias estrangeiras e aos novos investidores estrangeiros (Degnbol-Martinussen, 2002, p. 53-54)²²⁵. Essa crítica fez com que o Estado indiano “trabalhasse mais estreitamente com as associações empresariais para protelar e diluir o impacto [da aplicação das regras e dos acordos decorrentes do ingresso da Índia] na OMC” (Degnbol-Martinussen, 2002, p. 65)²²⁶, que – em sintonia com seus principais membros, sobretudo os Estados Unidos – substituiu o FMI como o foco principal da pressão externa pelas reformas liberalizantes (Degnbol-Martinussen, 2002, p. 54-55; Cruz, 2005, p. 44-46).

Há motivos ideológicos e culturais que explicam a desconfiança em relação ao capital externo. Qual foi o balanço do colonialismo para os *policy-makers* indianos? O capital estrangeiro empobreceu e não enriqueceu a Índia (Rudolph & Rudolph, 1997, p. 301). No entanto, não há uma aversão ao capital estrangeiro: “Resumindo, acredito que se podem obter benefícios das corporações transnacionais e não há por que temê-las. Precisamos apenas garantir um espaço em que os empresários nacionais possam competir em igualdade de condições e devemos estabelecer uma política estratégica para pesquisa e desenvolvimento” (Parikh, 1997, p. 251)

Em termos gerais, o processo de privatização em países em desenvolvimento responde tanto à pressão internacional (FMI, Banco Mundial e governo norte-americano), quanto à fragilidade (crise) da economia doméstica. No entanto, um programa de privatização pode ser implementado de diferentes maneiras. As privatizações iniciadas na Índia a partir de 1991 não se caracterizam pela venda de ativos, mas pela abertura de setores anteriormente reservados à atuação das empresas públicas (Sapat, 2000, p. 98-99).

²²⁵ Outro indicador de que o consenso não durou muito é o resultado das eleições de 1996, nas quais a vitória dos partidos de oposição decorre da apresentação ao eleitorado dos resultados negativos da liberalização (Rudolph & Rudolph, 1997, p. 307).

²²⁶ “Reconheceu-se a necessidade de se abrir a economia e de se adotar uma estratégia voltada para o mercado externo a fim de dirigir novos investimentos para setores e tecnologias que fossem consistentes com nossa dotação de fatores e vantagem comparativa dinâmica. Deve-se salientar que enquanto a orientação para o mercado externo pressupõe a necessidade de liberalizarmos a nossa política comercial, ela não implica em livre comércio nem significa a promoção de exportações a qualquer custo” (Parikh, 1997, p. 260-261).

A maneira pela qual as reformas foram implantadas decorre da combinação de diversos fatores, indicados na seqüência.

Com relação à ação dos “grupos de interesse”, os trabalhadores organizados indianos formam um “grupo” combativo²²⁷, que se opôs à venda e à desnacionalização das empresas estatais, pois, na ausência de um sistema de proteção social e de políticas de reinserção no mercado de trabalho, estavam convencidos que essa estratégia significaria o aumento desemprego. Além da combatividade, os trabalhadores organizados representam uma parcela importante do eleitorado indiano, cujo apoio é fundamental nos governos de coalizão liderados pelo Partido do Congresso (Sapat, 2000, p. 106-107).

Já em relação aos “homens de negócio”, é mais difícil determinar a preferência dessa ou daquela política no interior de um “grupo” marcado por tamanha diversidade. Entretanto, uma pesquisa de opinião entre os principais dirigentes das maiores empresas públicas e privadas aponta para uma predileção pela abertura dos setores reservados às empresas estatais (Sapat, 2000, p.108).

Não obstante a existência de simpatia por uma economia mais aberta, “cidadãos e intelectuais” demonstram um desconforto com a desnacionalização de empresas estatais. Novamente, a opção é por uma política de abertura (Sapat, 2000, p. 109-110). A mesma escolha é feita pela “elite administrativa” e pela “elite política” (os eleitos), pois, nos dois casos, essas “elites” perderiam recursos de poder se concretizada a venda de ativos ou a desnacionalização. A abertura dos setores à iniciativa privada mantém os recursos de poder da uma parcela da “elite burocrática” vinculada à elaboração dos marcos regulatórios e ao financiamento das atividades empresariais. A “ideologia socialista” (estatismo) – mesmo que retórica – tem um papel importante também na escolha da “elite política” pela abertura de setores em detrimento à desnacionalização e à venda de empresas estatais (Sapat, 2000, p.111-115).

²²⁷ Entre 1990 e 1998, um número relativamente pequeno de trabalhadores (que variou de 846.429 em 1994 a 1.342.022 em 1991) foi responsável por um número significativo de greves e lockouts (mínimo de 1.066 em 1995 e máximo de 1.825 em 1990) e por uma quantidade expressiva de dias não trabalhados (mínimo de 16.289.569 em 1995 e máximo de 31.258.744 em 1992) (OIT, Yearbook of Labour Statistics, diversos números. Classificação ISIC Rev. 2).

Ao analisar quatro arenas políticas (comércio, indústria, empresas públicas e setor financeiro) e três tentativas de liberalização (1966-1968; 1985-1987 e 1991-1994), Denoon (1998) constata que a economia indiana ainda é bem protegida e regulada. Segundo esse autor, “a Índia não tem uma coalizão estável de apoio à liberalização para contrabalançar a consistência notável do grupo que se opõe à desregulamentação (*decontrol*)” (Denoon, 1998, p. 55). Ou seja, não se forjou uma coalizão suficientemente poderosa para fazer frente à ampla coalizão dominante composta pela alta burocracia, empresários dos setores protegidos, acadêmicos e jornalistas, que estão sempre a postos para criticar e barrar as iniciativas de reforma pró-mercado. A pressão externa e a opinião pública interna não são capazes de levar o processo de reforma avante sem a concordância dos principais atores da coalizão dominante (Denoon, 1998, p. 57). Além de parte das “firmas privadas” e da burocracia, a coalizão contrária às reformas liberalizantes é composta pelos sindicatos. Há uma preocupação de que a liberalização aumentaria as disparidades entre as classes e entre as regiões (Heitzman & Worden, 1995).

A estabilidade da taxa de crescimento anual da economia indiana é impressionante. A economia cresceu a uma média anual de 5,8% na década de 1980 e de 5,6% na década de 1990 (Rakshit, 2002?, p. 4). Paralelamente, entre 1987-1988 e 1993-1994, houve uma diminuição da taxa de desemprego (Dutt & Rao, 2000, p. 28).

Para alguns, o controle dos fluxos de capital – ao possibilitar a manutenção de uma taxa de câmbio estável e permitir uma certa autonomia na condução da política monetária – é uma das variáveis que explica o crescimento da economia indiana na década de 1990, bem como o seu insulamento na crise asiática de 1997 (Joshi, 2001; IEDI, 2005).

A inflação é outro indicador que apresenta taxas médias anuais bastante estáveis: para a década de 1980 (1981-1990) a taxa foi de 8,9%; para a primeira metade da década de 1990 (1991-1995) foi de 10,5% e de 7,5% para o quinquênio seguinte (1996-2000) (IMF, 2001, p. 119).

A taxa de inflação média anual do decênio 1971-1980 foi de 8,2%, e não apresenta uma variação significativa se comparada à de outras décadas (ente 1961-1970 foi de 6,4%). No entanto, na década de 1970, fatores externos – como o aumento do preço do petróleo – tiveram um papel decisivo na composição daquela taxa.

Como explicar a manutenção dessas taxas de inflação? Quando as pressões inflacionárias ocorrem, o governo indiano não se furta a adotar políticas monetária e fiscal restritivas como forma de combater as pressões inflacionárias (Bhalla, 1981; Dalal & Schachter, 1988). Além disso, a “moderada propensão para o endividamento externo” diminuía os efeitos ocasionados pelas crises cambiais (Nassif, 2006, p. 29).

Mas por que os *policy-makers* indianos adotam, com firmeza, essas políticas de combate à inflação? Dois motivos parecem explicar essa escolha: a “Índia é um país com baixa inflação e com uma tradição financeira conservadora; e é uma democracia na qual a inflação é eleitoralmente altamente impopular” (Joshi, 2003, p. 557)²²⁸.

No que se refere ao regime democrático, “a inflação é uma questão altamente sensível na Índia por afetar diretamente a renda real e a distribuição de renda. A insatisfação popular com os aumentos nos preços manifesta-se nas urnas” (Shihai, 1997, p. 290). De outro modo: “a sociedade organizada indiana é notoriamente avessa até mesmo para o que – pelos padrões de outros países em desenvolvimento – seria considerado inflação moderada” (Jenkins, 2004, p. 9).

Quanto ao conservadorismo financeiro, cumpre lembrar que a administração colonial inglesa constituiu em 1934 um banco privado com funções de banco central com o objetivo de “regular a emissão de Notas Bancárias e manter as reservas com vistas a assegurar a estabilidade monetária na Índia e ordinariamente operar a moeda e o sistema de crédito para o benefício do país”²²⁹.

Após sua nacionalização em 1º de janeiro de 1949, o Banco Central indiano teve o seu papel reforçado: incorporou a sua função principal – a estabilidade monetária – à promoção do desenvolvimento (Heitzman & Worden, 1995). Trata-se de um banco de fomento e de planejamento que sempre teve em grande conta a estabilidade de preços: “a um repique dos preços seguia-se, sem muita demora, a adoção de políticas monetárias enérgicas, que produziam o efeito esperado de forma relativamente rápida, ainda que a elevado custo político” (Cruz, 2005, p. 32). De outra forma: o banco central indiano é o “cão de guarda” da estabilidade monetária (Schelkle, 1994, p. 212).

²²⁸ Consultar também Krueger & Chinoy, 2002, p. 21 apud Nassif, 2006, p. 38.

²²⁹ Disponível em: <http://www.rbi.org.in/scripts/AboutusDisplay.aspx>.

De fato, a política monetária, quando a ocasião demandava, era utilizada para manter os preços estáveis²³⁰, o que diferencia as experiências indiana e latino-americanas de combate à inflação: “Nós contivemos a inflação na Índia [de uma maneira] melhor do que em outros países em desenvolvimento. Nossa tolerância em relação à inflação é muito menor e nós não temos a indexação dos salários ao nível de preços como nas economias latino-americanas” (Srinivasan apud Cruz, 2005, p. 32).

No entanto, a prioridade dada à estabilidade preços teve duas conseqüências: o crescimento relativamente baixo; e a não eliminação da inflação, mas apenas a sua contenção (*repressed inflation*). O processo de liberalização indiano pode ser visto como uma tentativa de “neutralizar certos sintomas da inflação contida” (Schelkle, 1994, p. 205-209).

De qualquer maneira, esses elementos revelam o quão profundo está enraizado nas estruturas da sociedade indiana o combate à inflação. O debate indiano sobre as causas da inflação e as formas de enfrentá-la em nada lembra os debates latino-americanos. “A estabilidade monetária e a forma específica pela qual é mantida desde a independência não atraiu qualquer atenção sustentada” (Schelkle, 1994, p. 173). É quase uma “não-questão”.

Mas não se trata apenas de uma “herança institucional” impingida pela administração colonial. A estratégia de desenvolvimento com estabilidade de preços decorre também de sua condução ininterrupta pelo Partido do Congresso entre 1947 a 1989, não obstante as disputas internas no interior desse partido. E as mudanças que se seguiram após 1989 não representaram uma alteração da estratégia de desenvolvimento com estabilidade.

Se comparada à brasileira, a estratégia indiana se diferencia nos seguintes aspectos: forte presença das idéias socialistas; desenvolvimento econômico liderado pela indústria pesada e pública; planejamento (planos quinquenais); busca da auto-suficiência tecnológica nos setores agrícola e militar; economia altamente regulamentada e sistema financeiro dominado pelo setor público; reforma agrária (Fiori, 1997b, p. 214-215). Nesse sentido, “o súbito sucesso econômico [latino-americano] dos anos setenta [foi visto] como fonte do

²³⁰ A esse respeito, consultar Schelkle (1994: 146; 1994: 155; 1994: 179).

endividamento maciço, de hiperinflação e de aumento da divisão social” (Racine, 1997, p. 124).

Os governos reformistas de Rao e de Cardoso na década de 1990 tinham uma agenda comum: “estabilização das regras e dos equilíbrios macroeconômicos e pelo aumento da eficácia microeconômica via desregulamentação, abertura e privatização das duas economias” (Fiori, 1997b, p. 226), mas foi muito diferente a maneira pela qual essa agenda foi implementada. Os resultados não poderiam também ser mais díspares:

O melhor desempenho da economia indiana nos últimos 25 anos deve ser creditado ao objetivo de priorizar o crescimento econômico, o qual é perseguido pela implementação de ações estratégicas que vão além das reformas ditas liberalizantes (Nassif, 2006, p. 56).

Além disso, é importante destacar que a estratégia indiana também se diferenciou do crescimento acelerado dos *new industrialized countries* (NIC) do Leste Asiático, pois a Índia “conduz os assuntos econômicos num ambiente democrático, isto é, de acordo com o consentimento dos eleitores, o escrutínio de uma imprensa livre e um jornalismo indagativo” (Rudolph & Rudolph, 1997, p. 303).

3.5 Turquia: inflação relativamente alta e desinflação tardia²³¹

Assim como nos casos precedentes, é preciso recuar no tempo, mais precisamente, à fundação da República, para se compreender o processo de estabilização verificado na Turquia. Com o desmoronamento do Império Otomano após o final da Primeira Guerra Mundial, a pequena parte européia do Império (Trácia), onde se localiza Istambul e uma parte asiática do Império (Anatólia) deram origem ao território da República da Turquia²³². O principal protagonista do processo de unificação dessas duas regiões e da fundação da república foi um oficial do Exército chamado Mustafá Kemal (conhecido posteriormente como Ataturk, ou “pai dos turcos”).

²³¹ As referências históricas, gerais e descritivas, foram extraídas de Metz (1995).

²³² Trata-se de uma república parlamentarista, na qual o presidente é eleito indiretamente, ou seja, pelo voto dos parlamentares. O primeiro ministro é indicado pelo presidente e é, geralmente, o principal líder do partido vencedor das eleições parlamentares.

A influência de Atatürk não decorre unicamente de ter sido o primeiro presidente da República e fundador do Partido Popular Republicano (CHP), que governou a Turquia até 1950, mas por ter instituído os seis princípios (kemalismo) que norteiam a cena política turca desde a criação da república: republicanismo, nacionalismo, populismo, reformismo, estatismo e secularismo. O kemalismo é uma das chaves para entender o papel do Estado na economia, as intervenções militares, a relação com a minoria curda, a ocidentalização da Turquia, a ação dos (e a reação aos) partidos islamitas etc.

No final da década de 1920, constituiu-se uma coalizão formada pelas “elites burocráticas, capitalistas industriais, trabalhadores industriais e agricultores” que iria formar a base social que sustentou a estratégia de industrialização substitutiva de importações. Esta era baseada em um regime comercial protecionista; em empresas estatais produzindo bens intermediários e atuando na área de infra-estrutura; e em um sistema financeiro – estatal ou privado (neste caso organicamente ligado ao capital industrial) – que garantia financiamento barato. A rentabilidade do capital era assegurada pelo: i) protecionismo; ii) bens intermediários baratos; e iii) crédito barato, fatores que criavam as condições para que o capital industrial pagasse salários mais elevados e aceitasse, internamente, termos de troca mais favoráveis para a agricultura (Boratav & Yeldan, 2001, p. 5).

Embora a industrialização da economia turca liderada pelo Estado tenha se iniciado na década de 1930 e se acelerado após o final da Segunda Guerra Mundial, a industrialização substitutiva de importações voltada para o mercado interno e baseada em medidas protecionistas caracterizou apenas o período 1961-1977. Entre 1946-1960, o desenvolvimento foi puxado pela agricultura e foi voltado para o mercado externo (Onis, 2002a, p. 3).

A implantação de um padrão de industrialização lastreado na substituição de importações em 1961 ocorreu após o golpe militar promovido no ano anterior. O golpe, por sua vez, foi resultado de um processo, cujas origens remontam à criação do Partido Democrata (PD) em 1946. Este partido surgiu como uma dissidência do CHP, criticado como “autoritário”. Com o apoio da burguesia privada e com forte penetração nas áreas rurais, o PD ganhou as eleições de 1950 e começou a implantar uma política de apoio à

empresas privadas e ao investimento estrangeiro²³³. Contudo, o PD passou a agir da maneira outrora criticada como “autoritária” e tentou suprimir a oposição. O aumento da violência política e a interpretação dos militares de que a vigência dos princípios kemalistas estava em risco selaram a sorte do governo do PD.

A intervenção militar foi relativamente breve em relação ao funcionamento do Parlamento. O CHP ganhou as eleições de 1961 e fez o primeiro ministro, mesmo sem ter conquistado a maioria. O Partido Justiça (AP) foi formado a partir de grande parte dos quadros do PD e também se considerava herdeiro dos princípios kemalistas, mas concedia um papel mais relevante ao capital privado e estrangeiro. Essa nova legislatura iria eleger à Presidência da República o general que liderou o golpe. Assim, embora a intervenção militar tenha sido breve, é pertinente apontar os efeitos duradouros do golpe.

O AP continuou expandido a base social e eleitoral herdada do PD à medida que a sociedade turca foi se industrializando e urbanizando. Além da burguesia privada e dos agricultores, o AP passou a contar com o apoio da pequena burguesia e dos trabalhadores urbanos oriundos da zona rural e começou a apresentar uma postura mais complacente em relação ao islamismo. Nas eleições de 1965, o AP conseguiu a maioria e fez o novo primeiro ministro.

O CHP, derrotado nas eleições de 1965, deu uma guinada à esquerda. Apresentou-se como o verdadeiro representante dos princípios kemalistas e como um partido de tipo social-democrata europeu, ou seja, defensor da cidadania, dos trabalhadores, da intervenção e da regulação estatal, e de limites à participação do capital estrangeiro.

Apesar da maioria conquistada pelo AP nas eleições de 1965, a cena política turca começou a se polarizar no final da década. O CHP defendia posições cada vez mais à esquerda e, em razão disso, perdeu uma parte dos seus parlamentares, que formaram um novo partido (centro). Nas eleições de 1969, o AP perdeu votos, mas mantém a chefia do governo ao se aliar com partidos de direita. Em 1971, o AP perdeu parlamentares contrários

²³³ Não obstante, a presença do capital estrangeiro na Turquia foi reduzida, salvo na forma de ajuda oficial (final dos anos 1940 e início dos anos 1950), de empréstimos de bancos comerciais (década de 1970), empréstimos das organizações financeiras multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial (década de 1980) e capital de curto prazo (anos 1990) (Onis, 2002a, p. 7).

à aliança com a direita (e às concessões feitas a ela) e outros que formaram um partido ainda mais à direita (Partido da Salvação Nacional – MSP).

A incapacidade de se constituir uma coalizão governista estável entre os dois principais partidos turcos (CHP e AP) refletia uma diferença significativa na visão desses partidos em relação ao papel do Estado e da burguesia privada na sociedade turca. A instabilidade política aprofundou-se quando os militares enviaram um memorando ao presidente da República pressionando pela formação de um governo “forte e com credibilidade”, o que levaria à renúncia imediata do primeiro ministro²³⁴. A partir daí nenhum partido consegue formar uma coalizão majoritária, os primeiros ministros se sucederam e a violência política fez aproximadamente 2.000 mortos entre 1978-1979²³⁵.

Mas a crise não era unicamente política. A intervenção do Estado turco na economia ocorria de diferentes maneiras, como a constituição de uma série de empresas que atuavam nos mais diversos setores, como transporte nacional, comunicações, energia, química básica e bens de capital. Estava presente também através de indústrias (refinarias e têxtil) controladas por bancos estatais. Havia ainda um sistema financeiro estatal composto de bancos: de investimento para prover crédito de longo prazo; de desenvolvimento para financiar o investimento do setor privado; de financiamento das exportações; de apoio às instituições municipais; de financiamento imobiliário; e de financiamento da agricultura. O Banco Central, desde a sua criação na década de 1930, financiava o déficit público.

No começo da década de 1970, o Estado turco iniciou uma estratégia para aprofundar o padrão de industrialização promovendo vultosos investimentos na indústria pesada e de bens de capital, petroquímica e bens intermediários. A resposta turca para enfrentar os problemas no balanço de pagamento decorrente do aumento do preço do petróleo em 1973 foi aumentar o endividamento externo, de modo a preservar o crescimento. Contudo, a partir de 1976, os investimentos foram revistos em razão das dificuldades encontradas para manter o nível de investimento e financiar o balanço de pagamentos. A estratégia de industrialização por substituição de importações encontrava o

²³⁴ Esse evento ficou conhecido como o “golpe por memorando”.

²³⁵ O Partido da Salvação Nacional (MSP), chefiado por Necmettin Erbakan, liderava os protestos pró-islâmicos no período anterior ao golpe de 1980.

seu limite e, a partir de 1977, a Turquia entrou em uma rota que a levaria a uma séria crise cambial (Boratav & Yeldan, 2001, p. 4-5; Yeldan, 1995, p. 47-48).

Ao longo da década de 1970, período no qual a coalizão inflacionária se articulou, o acirramento do conflito entre capital-trabalho devido ao fortalecimento dos trabalhadores, refletiu-se na coalizão formada nos final dos anos 1920. Grosso modo, a burguesia – que havia se expandido com o apoio do PD na década de 1950 –, entrou em conflito com a alta burocracia e os militares – que controlavam os centros decisórios do aparelho do Estado – pela definição das políticas estatais. Nesse contexto, um novo golpe adveio.

O golpe de 1980

simbolizava as divisões profundas que tinham emergido no interior da elite do governo a respeito das estratégias de como tratar as demandas políticas de grupos de interesse diversos e competitivos. Os oficiais e o grupo de civis que os apoiavam, inclusive alguns segmentos da elite empresarial, queriam que o Estado impusesse a [manutenção] da ordem social através do tipo de métodos autoritários que acreditavam terem sido exitosos sob Ataturk. [...] Com efeito, o golpe dividiu a elite do governo em duas facções ideológicas, cuja convivência mesmo na década de 1990 é difícil. Um grupo da elite acredita na eficácia de um governo forte para manter a estabilidade social e política; a outra facção da elite acredita que pode acomodar as demandas dos grupos de interesse desde que não ameacem a coesão nacional do país e geralmente apóia um pluralismo político ampliado (Metz, 1995).

Com efeito, o advento da ditadura militar representou a “consolidação do poder político da burguesia”, que ocorria por meio de uma violenta repressão à classe trabalhadora e através de uma reorientação nas relações entre as economias turca e internacional, ou seja, uma mudança da estrutura da economia turca – que se voltou para o mercado externo – e a implementação de um programa de reformas liberalizantes (Yeldan, 1995, p. 48).

Antes mesmo do golpe de setembro de 1980, o governo já tinha a percepção de que a industrialização por substituição de importações estava em crise. Em janeiro daquele ano, colocou-se em prática uma estratégia reformista e se adotou um plano de estabilização apoiado financeiramente pelo FMI e pelo Banco Mundial²³⁶. O objetivo dessa nova

²³⁶ Torgut Ozal foi o responsável pela implementação da nova estratégia. Ozal era um alto quadro da burocracia que havia circulado pelo Banco Mundial e pelo setor privado turco, ou seja, tinha fortes vínculos externos e internos; e foi mantido pelos militares no comando da implantação da estratégia. Posteriormente,

estratégia era ampliar as exportações, obtendo, assim, recursos para financiar as importações, equilibrar o balanço de pagamentos, conquistar estabilidade macroeconômica e crescimento sustentado. Para tanto, era preciso criar incentivos diretos (subsídio) para a exportação ou indiretos – como uma taxa de câmbio flexível que permitisse a desvalorização paulatina da libra –; reformar o sistema tributário; e liberalizar as importações. Os subsídios agrícolas foram reduzidos e os preços das mercadorias e dos serviços produzidos pelas empresas estatais foram liberados. A taxa de juros foi liberada e elevada com o objetivo de combater à inflação e de reduzir o consumo (Borataş et al, 1996, Borataş et al, 2000; Borataş & Yeldan, 2001; Onis, 2002a; CBRT, 2002). Mas a característica principal da nova estratégia, após o golpe de setembro de 1980, foi a repressão aos trabalhadores e o arrocho salarial²³⁷ (Onis, 2002a, p. 11).

As medidas adotadas apresentaram alguns resultados favoráveis: i) a crise do balanço de pagamentos foi superada; ii) o acesso da Turquia ao mercado financeiro internacional foi restabelecido; iii) as exportações industriais cresceram; e iv) a infraestrutura do país foi melhorada²³⁸. A inflação foi reduzida em um primeiro momento, embora não controlada; o déficit público manteve-se elevado; e o poder de compra declinou.

A estratégia de estruturar a economia para o mercado externo (exportação de produtos manufaturados) e de implementar reformas pró-mercado (liberalização comercial e financeira) foi mantida pelos militares e aprofundada pelo governo eleito em 1987. O retorno ao regime democrático “intensificou a luta política e pressionou o partido no poder a adotar políticas populistas e expansionistas”. Pode ter significado também uma espécie de “fuga para frente”, ou seja, uma forma de atenuar “as pressões ou o conflito distributivo associados ao processo de reestruturação neoliberal, [que] emergiram como a força motriz da estratégia governamental de atingir crescimento acelerado baseada em vultosos ingressos de capital de curto prazo” (Onis & Aysan, 1999?, p. 16).

ele seria primeiro ministro e presidente da República, uma figura chave para entender a política turca nos anos 1980 (Onis, 2003?).

²³⁷ Em 1975, 79% dos trabalhadores industriais eram sindicalizados.

²³⁸ A dívida externa turca era detida majoritariamente pelo FMI e pelo Banco Mundial e a renegociação do serviço da dívida foi facilitada em razão da situação geopolítica da Turquia: a União Soviética ocupava o Afeganistão e a Revolução Islâmica se consolidava no Irã (Candemir, 1994, p. 107-108).

A repressiva legislação trabalhista foi utilizada ao longo da década para diminuir o salário real dos trabalhadores e, assim, diminuir os custos de produção e esfriar a demanda interna. O excedente gerado com o arrocho salarial foi utilizado para financiar o programa estatal de subsídios às exportações (Boratav & Yeldan, 2001). Vale lembrar que os salários sempre estiveram a reboque da inflação.

No entanto, a estratégia voltada para o mercado externo não deixava de produzir conflitos. Os dois principais mecanismos para o financiamento da liberalização comercial e das importações eram o superávit na balança comercial e o endividamento externo. Isso significa que as divisas eram obtidas pelo setor privado e o serviço da dívida era de responsabilidade do Estado. O conflito entre o Estado e os exportadores se dava em torno da transferência dessas divisas dos exportadores para o Estado e uma forma de atenuá-lo foi a política de subsídios à exportação (Boratav et al, 2000, p. 5).

A primeira fase do processo de liberalização manteve o controle da taxa de câmbio e da entrada de capitais. No entanto, em agosto de 1989, a Turquia entrou em uma nova fase desse processo ao promover a liberalização completa da conta capital²³⁹, cujas origens e implicações são a seguir analisadas.

Turgut Ozal²⁴⁰, no breve período em que esteve afastado da condução da política econômica (1982-1983) engajou-se na construção do Partido Pátria Mãe (ANAP), o vencedor das eleições de 1983. Como já mencionado, Ozal era um alto quadro da burocracia econômica, que havia circulado pelo Banco Mundial e pelo setor privado turco. Era também um islamita moderado e ex-militante do AP, o que lhe permitiu conquistar a base eleitoral desse partido, que fôra excluído, assim como seu principal líder²⁴¹, da cena política pós-golpe. O sucesso do ANAP em conquistar a maioria absoluta do Parlamento

²³⁹ Para alguns, as causas das crises de 1994 e de 2001-2002 decorreram dessa decisão (Onis, 2002a; Onis, 2003?; Boratav et al, 2000; Boratav & Yeldan, 2001; Cizre & Yeldan, 2005).

²⁴⁰ A análise e as informações subseqüentes foram extraídas de Onis (2003?).

²⁴¹ Suleyman Demirel foi primeiro ministro em várias oportunidades (10/1965 a 11/1971; 03/1975 a 06/1977; 07/1977 a 01/1978; 11/1979 a 09/1980; 11/1991 a 05/1993) e tornou-se presidente da República de maio de 1993 a maio de 2000, após o falecimento inesperado de Torgut Ozal em abril de 1993. Demirel e Ozal foram muito próximos nos anos 1960, quando o segundo foi conselheiro econômico do primeiro e, posteriormente no governo, sub-secretário de planejamento. Apesar da forte semelhança programática entre o ANAP e o novo partido fundado por Demirel, o Partido do Caminho Verdadeiro (DYP), a acirrada disputa eleitoral pela mesma base e a rivalidade desenvolvida entre ambos impediram a formação de uma coalizão entre os partidos por eles liderados.

deve ser creditado ao fato de Ozal ter sido capaz de construir uma base eleitoral bastante ampla, com penetração em todas as classes sociais.

O ANAP também obteve a maioria no Parlamento nas eleições de 1987, mas teve de enfrentar – com a volta do regime democrático – o protesto daqueles que perderam com as reformas e com a política econômica: os assalariados²⁴² e produtores agrícolas. Viu-se também diante de duras críticas e da disputa de sua base social com retorno de Demirel à cena política. O resultado foi a derrota do ANAP nas eleições municipais de março de 1989, mesmo após o aumento dos salários dos servidores públicos e do gasto público na área social (Boratav et al, 2000, p. 3).

No longo período (janeiro de 1980 a novembro de 1989) em que foi o principal artífice das reformas pró-mercado e condutor da política econômica, Ozal mantinha o apoio da classe média através de projetos de habitação, de venda de ações das empresas estatais e do pagamento de altas taxas de juros para pequenos poupadores. Ozal aprofundou os laços com a União Européia e acreditava que a liberalização comercial disciplinaria a indústria turca ao expô-la à competição internacional.

Contudo, Ozal fracassou no combate à inflação, pois a taxa anual no início da década de 1980, que era de 30-35%, passou para 60-65% no final da década (Ertugrul & Selçuk, 2001, p. 1). Além disso, as denúncias de corrupção envolvendo membros do governo fizeram com que o ANAP perdesse as eleições de municipais de março de 1989.

A liberalização da conta capital, em agosto de 1989, pode ter sido a estratégia adotada por Ozal para reconquistar o apoio eleitoral perdido, pois – em tese – ela atrairia capitais externos, criaria um ambiente para aprofundar a liberalização comercial e, conseqüentemente, permitiria baixar o preço dos produtos importados e combater a inflação²⁴³.

²⁴² O número de greves e lockouts passou de 28 em 1986 para 307 em 1987 (OIT, Yearbook of Labour Statistics, diversos números. Classificação ISIC Rev. 2).

²⁴³ Além disso, a liberalização da conta capital tinha também por objetivo limitar os efeitos dos aumentos salariais e possibilitar o financiamento do déficit público (Boratav et al, 2000, p. 3). De fato, os salários reais – sobretudo dos trabalhadores industriais, registrados e sindicalizados – subiram 90% entre 1988-91, aquecendo o consumo privado. Era preciso, portanto, encontrar mecanismos para manter e mesmo aumentar a rentabilidade do capital industrial privado: i) o crescimento da liquidez – decorrente da liberalização da conta

Ozal deixou a chefia do governo, em novembro de 1989, para se tornar presidente da República. Ele contava, ao que parece, que os esperados efeitos positivos da liberalização da conta capital lhe assegurassem um capital político suficientemente forte para pleitear um papel mais proeminente para a Presidência da República, nos moldes dos regimes políticos presidencialistas latino-americanos.

As duas apostas de Ozal mostraram-se erradas. A liberalização da conta capital em uma ordem financeira internacional de livre circulação de capitais, em vez de detonar um ciclo de crescimento econômico, deixou a economia turca instável, vulnerável, à mercê das flutuações do mercado de capitais e dependente dos capitais especulativos. Ozal também não conseguiu deslocar o centro decisório para a Presidência da República, pois o Parlamento, desde a fundação da República, tem desempenhado um papel importante no processo decisório e não deixaria de exercê-lo, sobretudo em uma conjuntura de enfraquecimento do capital político do presidente eleito. A situação de Ozal tornou-se ainda mais desfavorável no início dos anos 1990, por conta dos seus indicados para substituí-lo na chefia de governo. Além de não possuírem o mesmo carisma de Ozal, atuaram em uma conjuntura política e econômica adversa. O resultado foi a derrota do ANAP e a vitória do DYP nas eleições de 1991²⁴⁴.

Após ter sido excluído da cena política pelo golpe de 1980, Demirel voltou à chefia do governo – em uma aliança com um partido constituído por quadros do CHP, o Partido Social-Democrático Populista (SHP) – na qual permaneceria até a morte de Ozal e sua eleição para a Presidência da República. Em seu lugar assume uma mulher – Tansu Çiller – até 1995, quando o SHP deixou a coalizão²⁴⁵. Nas eleições de 1995, nenhum partido

capital – diminuiu o custo das importações e aliviou as pressões inflacionárias; ii) os mark-ups dos oligopólios privados foram reajustados acima da variação dos salários reais; iii) o preço dos bens e serviços públicos estava a reboque dos índices inflacionários, o que significou um ganho extra para o capital industrial; e iv) ao longo da década de 1990, houve um aumento nas demissões e mais da metade da força de trabalho foi deslocada para a informalidade, diminuindo ainda mais os custos do capital privado (Boratav et al, 2000, p. 5-6). A liberalização da conta capital e a crescente ampliação do número de transações financeiras também possibilitaram ao capital bancário um significativo aumento dos ganhos de arbitragem (Boratav et al, 2000, p. 28).

²⁴⁴ O número de greves chegou a 458 em 1990 e a 398 em 1991. O número de trabalhadores envolvidos foi de 166.306 e 164.968, respectivamente (OIT, Yearbook of Labour Statistics, diversos números. Classificação ISIC Rev. 2).

²⁴⁵ O SHP foi dissolvido em 1995 e parte dos seus deputados ingressaram no CHP, que foi refundado em 1992. Apesar da coalizão ter sido relativamente estável, ela nunca foi bem vista por parte dos quadros do SHP

conseguiu a maioria das cadeiras; o DYP ficou em segundo lugar, atrás do islamita RP (Partido do Bem-Estar). Para manter-se no poder, o DYP constituiu uma coalizão com o ANAP, que assumiu a chefia de governo²⁴⁶ em março de 1996. A coalizão durou pouco – apenas três meses – pois Çiller retirou o apoio dado ao ANAP e o transferiu ao RP, fazendo Erbakan²⁴⁷ o novo primeiro ministro e o primeiro chefe de governo da República da Turquia vinculado a um partido religioso. Çiller ainda tentaria voltar à chefia do governo após a renúncia de Erbakan em junho de 1997²⁴⁸, mas o presidente solicitou ao ANAP a formação do novo governo. O Partido Democrático da Esquerda (DSP) ficou em primeiro lugar nas eleições de 1999, não conseguiu a maioria absoluta, mas liderou uma coalizão com o Partido Nacional da Ação (MHP, de extrema direita) e com o ANAP até novembro de 2002.

A existência de coalizões relativamente estáveis nos períodos 1991-1995 e 1999-2002 não significa a ausência de divergências entre os seus membros (partidos). A coalizão entre partidos de centro-direita (DYP) e de centro-esquerda (SHP) no período 1991-1995; e entre partidos de centro-esquerda (DSP), centro-direita (ANAP) e extrema-direita (MHP) no período 1999-2002, só foi possível porque esses partidos defendiam a implementação de uma agenda reformista para a Turquia. A aprovação no Parlamento de reformas econômicas preconizadas pelo FMI é exemplo desse consenso.

Aquelas coalizões também podem ser vistas como expressão da aliança das classes sociais perdedoras no período anterior. No período 1980-1987, os perdedores foram os assalariados e os produtores rurais. No governo instalado em 1991, o SHP representaria os primeiros, enquanto o DYP representaria os segundos. Já os dois principais partidos do governo instalado em 1999 representariam os grupos perdedores das reformas implantadas pelos governos anteriores, ou seja, o MHP representaria o campo e o DSP os pobres

em razão da longa rivalidade entre esses dois partidos políticos, que tinha origem nas disputas entre PD e CHP na década de 1940. É importante lembrar que um dos motivos da crise política da década de 1970 foi a incapacidade de se construir uma aliança entre o AP e CHP.

²⁴⁶ Apesar da grande identidade programática, ANAP e DYP nunca haviam se coligado pelos motivos anteriormente informados.

²⁴⁷ Uma de suas primeiras medidas foi conceder um reajuste de 50% nos vencimentos dos servidores civis.

²⁴⁸ No que poderia ser caracterizado como o quarto golpe de Estado, pois os militares forçaram a renúncia de Erbakan sob a alegação de que sua agenda religiosa afrontava os princípios secularistas da República turca.

urbanos (Alper & Onis, 2001, p. 10-18). No entanto, as divergências se davam em torno do conteúdo e do ritmo de outras reformas pró-mercado, como as privatizações.

A vitória de partidos oposicionistas em 1995 e em 1999 expressa uma reação dos perdedores do processo de implementação das reformas estruturais, mesmo que o descontentamento assumisse a forma de identidade étnica, religiosa, etc. A mudança de governo, contudo, não implicava a alteração profunda dos rumos da política econômica. Esse fato revela que a economia turca – fortemente integrada à economia mundial e submetida a constrangimentos fiscais – estava sujeita à disciplina imposta pela comunidade financeira internacional, o que impedia uma mudança significativa da política econômica (Onis, 2000).

Entre 1985 a 2002, as privatizações das empresas estatais turcas renderam aproximadamente US\$ 8 bilhões. Empresas de cimento, produção e distribuição de produtos alimentícios e de distribuição de petróleo foram integralmente privatizadas. O Estado vendeu mais de 50% de sua participação nas empresas no setor de turismo, têxtil, siderurgia e frete marítimos, mas manteve mais de 50% de sua participação nas refinarias, nos portos, na telefonia e na geração e distribuição de energia. Com relação a esses dois últimos setores (telefonia e energia), várias empresas foram alocadas no programa de privatização. Quatro bancos públicos foram totalmente privatizados e 12,3% da participação estatal de um grande banco público²⁴⁹.

ANAP e DYP, partidos que ocuparam a chefia do governo em diferentes ocasiões ao longo do período 1983-1999²⁵⁰ e que apresentavam um compromisso muito claro com a privatização, encontraram muitas resistências e dificuldades para implementar o processo de desestatização.

Em primeiro lugar, não se pode esquecer que o estatismo constitui um dos princípios kemalistas. Ou seja, as instituições e a sociedade da república turca foram fortemente marcadas pela idéia de que o Estado deveria exercer um importante papel na

²⁴⁹ Essas informações encontram-se disponíveis no seguinte sítio: http://www.oib.gov.tr/index_eng.htm. A privatização das empresas estatais ocorreu de três formas: venda direta; venda dos direitos de gestão; certificados de participação da renda operacional das estatais (Onis, 1991a, p. 167).

²⁵⁰ Salvo o período 06/1996 a 06/1997 no qual Erbakan foi o primeiro ministro.

economia. O processo de privatização significava afrontar um princípio bastante arraigado na sociedade turca.

Outro problema encontrado foi a ausência de capacidade institucional para implantar o processo de privatização. Apesar de a Turquia dispor de um mercado de títulos desde o final do século XIX, a Bolsa de Valores de Istambul começou a funcionar somente em 1986. Além de a instabilidade macroeconômica afetar negativamente o funcionamento desse tipo de mercado, o mercado turco de capitais era relativamente pequeno, dominado pelo setor público, e não era suficientemente sofisticado para efetuar grandes operações (Onis, 1991a, p. 170-171). O resultado dessa fragilidade institucional pode ser medido pelo valor unitário das ações da empresa (estatal) de telecomunicações TELETAS, que despencou de ₺T 5.000 (fevereiro de 1988) para ₺T 3.000 (dezembro de 1988), comprometendo o estrondoso sucesso²⁵¹ obtido na venda de 22% das suas ações, dentre os 40% detidos pelo Estado (Onis, 1991b, p. 246).

A utilização do mercado de capitais para novas privatizações passou a ser vista como uma estratégia arriscada na medida em que poderia resultar em um grande fracasso, pois os “pequenos investidores” poderiam não estar dispostos a ver o seu investimento dilapidado. A burguesia turca, apesar do apoio ao processo de privatização, estava mais interessada nos direitos de gestão do que na transferência de propriedade. Além disso, uma outra limitação institucional impedia a participação da burguesia turca nesse processo: a ausência de financiamento (Onis, 1991a, p. 171).

A alternativa, então, foi voltar-se aos investidores externos. Essa decisão também se mostrou problemática, pois a venda de empresas estatais para o capital externo não só desmantelou a coalizão construída por Ozal – composta pela burguesia e pelos “pequenos investidores”²⁵² (classe média e trabalhadores) – para apoiar o processo de privatização, como ensejou a sua reconstituição em uma coalizão anti-privatização (Onis, 1991b, p. 250). Ao que parece, o nacionalismo – outro princípio kemalista que marca fortemente a sociedade turca – serviu como cimento dessa nova coalizão.

²⁵¹ A venda foi realizada em apenas três horas e elevou o número de acionistas da companhia para 40.000.

²⁵² Os “pequenos investidores” não foram atraídos unicamente com a possibilidade de auferirem grandes lucros com o investimento em ações, mas também pelo fato de que parte dos recursos obtidos com as empresas estatais seria destinada a programas de habitação.

Contudo, a partir de 2000, o programa turco de privatização ganhou novo fôlego. O governo passou a enfrentar o sistema de patronagem que ligava os partidos políticos às empresas estatais, e resolveu, também, fazer concessões aos trabalhadores demitidos. A mudança estava relacionada aos efeitos produzidos pela crise de 1999 que, de um lado, aumentou o poder de pressão das agências internacionais como o FMI – que, mais uma vez, liberou empréstimos em um momento de crise e exigiu contrapartidas, como o aprofundamento do processo de privatização – e, de outro lado, com a piora da situação fiscal, os *policy-makers* podem ter visto no processo de privatização uma maneira de aumentar a receita estatal. Lateralmente, uma coalizão governamental mais estável permitiu reforçar a autoridade do governo na condução do processo de privatização (Ercan & Onis, 2000).

A taxa média de crescimento do PIB turco nas décadas de 1980 e de 1990 foi praticamente a mesma, qual seja, 4,0% para 1980-1989 e 3,9% para 1990-1999 (CBRT, 2002, p. 70), o que pode dar uma falsa impressão de extrema estabilidade para todo o período. Mas a desagregação dos dados mostra que a década de 1980 se caracterizou por uma relativa estabilidade, enquanto uma grande instabilidade marca a década de 1990, quando se inaugura um novo padrão de financiamento da economia turca baseado na liberalização completa da conta capital²⁵³.

Com efeito, nos anos imediatamente posteriores à liberalização financeira a taxa de crescimento manteve-se estável. No entanto, a partir de 1994, os efeitos da liberalização da conta capital começaram a aparecer. A taxa de crescimento tornou-se extremamente volátil e expressava o ciclo “crescimento-queda-recuperação”. O crescimento passou a ser dependente do movimento dos fluxos de capitais e a ausência de liquidez no mercado internacional produz crises financeiras de intensidade variada em 1994, 1999, 2000-2001 (Boratav & Yeldan, 2001, p. 10).

A crise de 1994 foi detonada pela tentativa do governo em controlar a taxa de juros e a taxa de câmbio (Alper & Onis, 2001, p. 12). A maneira pela qual esse controle deveria ser realizado produziu, no segundo semestre de 1993, uma polêmica entre a Primeira

²⁵³ Vejamos: 4,2% (1981-1982); 6,5% (1983-1987); 2,1% (1988); 4,8% (1989-1993); -5,5% (1994); 7,2% (1995-1997); 3,1% (1998) e -5,0% (1999) (Boratav & Yeldan, 2001, p. 50).

Ministra Çiller e o presidente do Banco Central turco, que levou à demissão do segundo. Essa disputa fez com que as agências de risco reduzissem a avaliação de crédito do governo turco (Metz, 1995)²⁵⁴. Essa redução na confiança no governo turco – em um ambiente institucional no qual a conta capital é livre – permitiu que a moeda sofresse um ataque especulativo, levando o governo a desvalorizar a lira turca.

As medidas adotadas pelo governo turco para fazer face à crise de 1994 tiveram o apoio financeiro de aproximadamente US\$ 700 milhões do FMI. “Os efeitos do pacote de estabilização foram temporários e limitados ao balanço de pagamentos, às reservas internacionais, aos agregados monetários, ao gasto público e às taxas de juros” (Yenturk, 1999, p. 104), e não enfrentaram a questão estrutural ligada à crise, qual seja, o ingresso de capitais especulativos de curto prazo.

Apesar de ter produzido efeitos consideráveis na economia turca como fuga de capitais e recessão²⁵⁵, a crise teve uma duração relativamente curta. Já em 1995, os capitais de curto prazo voltaram à Turquia atraídos pelas altas taxas de juros (Alper & Onis, 2001, p. 13; Yenturk, 1993, p. 92).

Já em 1999, os efeitos da crise russa de 1998 e de dois devastadores terremotos ocorridos na região mais industrializada da Turquia (noroeste) levaram a economia à recessão. A rápida recuperação apresentada em 2000 (7,2%) seguiu-se de um crescimento negativo da mesma magnitude (7,2%) em 2001.

Os programas de ajuste patrocinados pelo FMI – como o plano implementado em dezembro de 1999 – que envolvem, em alguma medida, a estabilização da taxa de câmbio e a conversibilidade da moeda, sofrem de duas fraquezas. Em primeiro lugar, o FMI acredita que o equilíbrio fiscal seria obtido de maneira mais ou menos pacífica. No entanto, a redução dos subsídios agrícolas, por exemplo, era complicada pois se chocava com os interesses econômicos da base eleitoral de um dos partidos do governo de coalizão. Além disso, a recuperação da economia em 2000 provocou um forte aumento das importações, o que poderia colocar em risco o equilíbrio do balanço de pagamentos. Essas duas situações

²⁵⁴ O governo turco aproveitou-se do aumento da liquidez internacional proporcionada pelos capitais especulativos para financiar o gasto público (Yenturk, 1999, p. 108).

²⁵⁵ A recessão também decorreu da adoção de políticas ortodoxas previstas no programa de ajuste do FMI (Alper & Onis, 2001, p. 13).

foram avaliadas negativamente pelos investidores e contribuíram para desencadear a crise de 2000-2001 (Alper & Onis, 2002, p. 20).

Em segundo lugar, em um regime de “quasi-currency board”, o banco central encontra dificuldades para conter a expansão do crédito e para atuar como emprestador em última instância. Ou seja, o banco central não consegue garantir os empréstimos no mercado interbancário, o que aumenta ainda mais a fragilidade do sistema bancário turco. A implantação desse regime monetário também contribuiu para o desencadeamento da crise de 2000-2001 (Alper & Onis, 2002, p. 20)²⁵⁶.

O traço aceleracionista do regime de inflação alta pode ser verificado na Turquia a partir dos anos 1970. A taxa média anual de inflação foi de 20% na década de 1970, passou para 35-40% no início dos anos 1980, chegando a 60-65% no final década e no início dos anos 1990, tendo alcançado em torno de 80% até 1998 (Ertugrul & Selçuk, 2001, p. 1). No triênio 1999-2001 – entre recessão e crise financeira – a média foi de 61% (Onis, 2002a, p. 10). Apesar da taxa de inflação ter atingido 100% ao ano em algumas poucas ocasiões, a Turquia não passou por uma hiperinflação.

Resenhar o debate entre os economistas sobre a inflação turca está fora dos propósitos desse trabalho²⁵⁷. No entanto, é possível extrair do trabalho de alguns economistas o “fator” político subjacente à causa “econômica” da inflação, e isso mesmo entre os monetaristas. O crescimento excessivo da oferta monetária – que constitui a “causa” econômica da inflação para os monetaristas – pode ser motivado por “fatores” políticos diferentes. Para Metin (1995), a cobertura do déficit orçamentário das empresas estatais foi responsável pela expansão monetária. Outros imputam a responsabilidade à instabilidade política dos regimes democráticos, que permitem “comportamento político oportunista”, produzindo inflação e “incertezas inflacionárias”²⁵⁸ (Nas & Perry, 2000).

²⁵⁶ Uma outra análise afirma que a implantação do programa de ajuste do FMI de 1999 foi responsável pela crise de 2000/2001, mas relaciona as políticas de ajuste à fragilidade do mercado turco de ativos, exposto prematuramente à competição internacional (Cizre & Yeldan, 2005). Alper & Onis (2001, p. 20-1, n. 30) e Akyuz & Boratav (2003, p. 1552) relacionam a fragilidade do sistema bancário – que é dependente de altos spreads – e a deterioração das finanças públicas com as crises turcas.

²⁵⁷ Kibritçioğlu (2004; 2002) resenhou as diferentes abordagens da inflação turca.

²⁵⁸ Em razão disso, é mais fácil estabilizar em um regime político ditatorial militar: “as tentativas de estabilizar a inflação parecem funcionar durante períodos politicamente estáveis como o início dos anos 1980 [...]” (Nas & Perry, 2000, p. 179).

Uma outra abordagem também defende a existência de uma relação causal entre déficit público e inflação. Mas aqui a responsabilidade do déficit não deve ser imputada unicamente às empresas estatais, mas às necessidades de financiamento de todo o governo (central, local, empresas estatais, seguridade social e fundos extra-orçamentários) (Rivlin, 2003, p. 223).

O conflito distributivo aparece, secundariamente, relacionado à inflação. As demandas pela recuperação do poder de compra do salário – drasticamente reduzido pela repressão da ditadura militar na década de 1980 – pressionam o governo no retorno do regime democrático em 1987.

No entanto, a configuração institucional do novo regime é incapaz de produzir uma solução não inflacionária para o financiamento do déficit público. Com efeito, a política econômica está sujeita à incerteza, ao horizonte de curto prazo, à utilização inadequada dos fundos e às crises periódicas, que resultam da ausência de “checks and balances” entre as diferentes agências do aparelho estatal, falta de “accountability” e baixo compromisso com o Estado de Direito. “Em um ambiente político instável no qual muitos partidos competem pelo apoio público, há uma forte pressão pela expansão fiscal, dentro e fora das coalizões governamentais, por concessões fáceis de aumentos salariais no setor público ou por aumento dos subsídios agrícolas” (Rivlin, 2003, p. 222).

“A estrutura do sistema partidário, que tende a produzir coalizões fracas e instáveis” (Cooper, 2002, p. 122), está na origem da inflação. O governo não consegue realizar as reformas econômicas, mantém-se o “status quo” e as expectativas inflacionárias acabam se concretizando. Uma abordagem semelhante sustenta que a falta de compromisso político em adotar as reformas estruturais alimenta as expectativas inflacionárias (Dibooglu 2002 apud Kibritçioğlu, 2004, p. 21-22).

Sem entrar no debate sobre as causas da inflação, o objetivo de Akat (2000) é identificar o elemento que permite a manutenção da inflação em patamares elevados, qual seja, a ação dos grupos sociais²⁵⁹: i) os políticos que adotam políticas populistas e não se preocupam com o resultado delas; ii) os cidadãos, que preocupados apenas com seus próprios interesses, promovem a dolarização da economia turca; iii) a elite burocrática do

²⁵⁹ Apesar do texto não fazer referência, a análise é nitidamente inspirada em Aujac (1950).

Tesouro e do Banco Central, que está mais preocupada com a segurança dos seus cargos do que com o interesse público e não quer correr riscos, sobretudo que possam afetar a taxa de câmbio e/ou a disponibilidade de moeda estrangeira; e iv) os empresários, que não utilizam o poder que possuem para lutar contra a inflação, seja porque estão divididos e não possuem uma organização representativa central, seja por conta de uma visão segundo a qual a inflação não é nociva aos seus interesses. As empresas, independentemente de quais sejam as causas, não vêem a necessidade de combater a inflação e acabam encontrando formas de conviver com ela.

O fato da crise da dívida externa turca ter ocorrido antes da crise na América Latina e a conjuntura geopolítica (a intervenção soviética no Afeganistão e a Revolução Xiita no Irã) permitiram a Turquia uma negociação em condições relativamente vantajosas. A entrada de capitais estrangeiros que se seguiu ao acordo e uma “reestruturação substancial dos preços relativos com quase nenhuma oposição”²⁶⁰ possibilitaram o controle da inflação no início da década de 1980 (Rodrik, 1990, p. 25).

Com o retorno do regime democrático, a inflação voltou a se acelerar por quatro motivos: i) os trabalhadores não aceitaram passivamente a diminuição do seu salário real; ii) as expectativas inflacionárias passaram a alimentar a inflação; iii) uma redução da demanda fez com que os empresários aumentassem os preços para manter sua margem de lucro; e iv) a espiral câmbio-preços (Rodrik, 1990, p. 27). Portanto, para Rodrik (1990) o conflito é apenas um dentre vários elementos que detonam o processo inflacionário.

A origem da inflação pode ser dupla: de um lado, o conflito distributivo entre as classes sociais; de outro, o gasto do setor público que gera inflação de demanda (Yeldan, 1993 apud Kibritçioğlu, 2004, p. 16). Já outros afirmam que o conflito distributivo “inter-setorial e intra-setorial” é “tanto a principal causa, quanto consequência da inflação” (Kirkpatrick & Onis, 1985, p. 349)²⁶¹. Ou seja, a inflação é resultado tanto das lutas entre classes sociais como entre frações de classes sociais.

²⁶⁰ A “reestruturação dos preços relativos” foi possível graças à mudança de regime político.

²⁶¹ A idéia segundo a qual a inflação é resultado do conflito distributivo aparece, com maior ou menor intensidade, nos vários artigos posteriormente escritos por Ziya Onis, que estão disponíveis em: <http://home.ku.edu.tr/~zonis/>.

A persistência da inflação nos anos 1990 ensejou a adoção de várias medidas para contê-la, mas com resultados desanimadores. A crise de 1994 – como já mencionado – foi rapidamente debelada e a economia turca voltou a crescer em 1995. Entretanto, a taxa de inflação não cedeu. Ao contrário, aumentou.

Em julho de 1998, o governo turco, sob a orientação do FMI, adotou um novo plano de desinflação e de ajuste estrutural que daria origem a um acordo mais ambicioso envolvendo, inclusive, a liberação de recursos por parte do FMI. O objetivo do acordo de três anos de duração, firmado em dezembro de 1999, era de reduzir a inflação anual para 25% ao final do ano 2000, 12% em 2001 e 7% em 2002. Os principais instrumentos do programa de desinflação baseado na estabilização da taxa de câmbio eram austeridade na política fiscal e metas inflacionárias (Onis, 2002a, p. 15-16; Yeldan, 2001, p. 2). A taxa de inflação diminuiu em 1999 (63,5%) em relação ao ano anterior (83,6%), mas não foi controlada como em outros países onde terapia semelhante foi aplicada²⁶².

No entanto, a economia turca entrou em crise muito antes desses mesmos países. Mais precisamente, passou por duas sucessivas crises econômicas. A crise de novembro de 2000 foi desencadeada, primeiramente, pela recusa do Banco Central turco em exercer o seu papel de prestador em última instância em relação ao Demirbank e, posteriormente, por não ter realizado a intervenção no banco mencionado, o que teria ocasionado uma crise sistêmica (Ozatay & Sak, 2002, p. 22; 29, nota 9). Em novembro, houve uma fuga de capitais de curto prazo superior a US\$ 6 bilhões. O FMI, que patrocinava o plano de desinflação, aprovou no final de dezembro uma linha de crédito de US\$ 7,5 bilhões para socorrer a Turquia.

Uma das conseqüências da crise foi a drástica elevação da taxa de juros, que se tornou incompatível com as desvalorizações previamente anunciadas da lira turca (Ozatay & Sak, 2002, p. 23). Em 19 de fevereiro de 2001, o primeiro ministro declara publicamente que há “uma diferença profunda de opinião” entre ele e o presidente da República (Ozatay

²⁶² Deve-se destacar que o programa foi implantado em uma conjuntura na qual a Turquia não passava por uma crise. Além disso, foi adotado por um governo, cujos principais partidos (DSP e MHP) eram críticos das políticas patrocinadas pelo FMI. “O compromisso da coalizão no governo com o programa era certamente superficial seja devido à incapacidade de reconhecer a seriedade da situação, seja em razão dos custos econômicos ou políticos do programa” (Alper & Onis, 2002, p. 17). Alper & Onis (2002) afirmam que um dos pilares do plano era a redução de subsídios na agricultura, o que significava contrariar os interesses da base eleitoral dos um dos partidos no governo (MHP).

& Sak, 2002, p. 24) e, no dia 22, a taxa de câmbio passa a flutuar livremente (Yeldan, 2001, p. 2). Em março de 2001, Kemal Dervis, ex-vice presidente do Banco Mundial, assume o comando da economia defendendo a continuidade do programa de desinflação e de reformas estruturais. A nomeação de Dervis tinha o objetivo de gerar confiança aos “mercados” e assegurar apoio da “comunidade financeira internacional”. Em maio, o FMI liberou mais US\$ 8 bilhões à Turquia, o que perfaz um total líquido de US\$ 20,6 bilhões desde o início do acordo em dezembro de 1999 (Yeldan, 2004, p. 1).

Em suma, “o programa de desinflação turco manteve o padrão geral dos [anos 1990] na promoção do crescimento através do ingresso de capital financeiro especulativo e de curto prazo”. Além disso, a desinflação foi conquistada à custa do aumento da vulnerabilidade externa (Yeldan, 2001, p. 9).

Com efeito, desde a vitória do Partido Desenvolvimento e Justiça (AKP) nas eleições de novembro de 2002, as taxas anuais de inflação passaram a cair: de 44,8% em 2002 para 25,2% em 2003, 8,6% em 2004 e 8,2% em 2005. O sucesso eleitoral do AKP – que obteve 363 das 550 cadeiras do Parlamento, ou seja, maioria absoluta – deve ser creditado a alguns fatores, como: i) a capacidade de construir uma coalizão entre classes sociais perdedoras e ganhadoras da “globalização neoliberal”; ii) o fato de se apresentar como sucessor dos partidos islâmicos (o RP²⁶³ e o Partido da Virtude-FP²⁶⁴); iii) o fracasso dos partidos tradicionais de centro-esquerda e centro-direita na condução da política econômica e o seu envolvimento em escândalos de corrupção; e iv) a capacidade de se apresentar como um elemento novo na política turca – colocando-se bem ao centro –, e com seu islamismo moderado e não anti-secular conseguiu estruturar uma coalizão eleitoral mais ampla do que aquelas formadas pelos partidos islâmicos supramencionados (Onis, 2004, p. 1-2). Portanto, é o AKP que irá construir uma coalizão que desempenhará, no caso turco, o papel realizado pela coalizão reformista-desinflacionária nos outros casos apresentados, como se segue.

O AKP beneficiou-se das políticas adotadas por Kemal Dervis – reformas regulatórias e disciplina fiscal – no período pós-crise. Por exemplo, a criação da Agência de

²⁶³ Fundado em 1983, foi dissolvido em 1998.

²⁶⁴ Fundado em 1999, foi dissolvido em 2001.

Supervisão e de Regulação Bancária, em 1999, “foi um resultado direto da pressão do FMI” (Alper & Onis, 2002, p. 18), mas esta agência tinha pouca autonomia. A situação se altera e a agência passa a ter o seu papel fortalecido pelas crises de 2000-2001 (Alper & Onis, 2003, p. 21), já que a fragilidade do sistema bancário turco foi apontada como a principal causa das crises.

A religião também é um elemento que permite ao AKP apresentar-se como representante das diferentes classes sociais e possibilita a construção de coalizões entre elas. Mas de que classes sociais se fala?

A partir da análise do papel das associações patronais no processo de redemocratização que se seguiu às eleições de 1987²⁶⁵, é possível traçar um perfil das duas principais associações da burguesia. A principal delas – Associação dos Empresários e Industriais Turcos (TUSYAD) – reúne o grande capital (aproximadamente 450 filiados concentrados na região de Istambul) (Onis, 2001, p. 8). É defensora do ingresso da Turquia na União Européia, do Estado secular e da idéia segundo a qual a consecução dos seus interesses beneficia a todo o país. Criada em 1971 – um período de grande turbulência política e econômica – sua maior preocupação era com a estabilidade política e econômica. A partir dos anos 1980, quando a economia turca se voltou para o exterior, desenvolveu-se, no seu interior, um conflito entre os exportadores e os produtores voltados para o mercado interno.

A partir dos anos 1990, a TUSYAD passou a priorizar na sua agenda a questão da democratização, da “boa governança” e da “accountability”. Essa mudança decorreu tanto de fatores externos quanto de fatores internos. No primeiro caso, contribuíram o colapso da União Soviética, o avanço do regime democrático em todo o mundo, as pressões da União Européia e, sobretudo, “a crença de que os benefícios econômicos da globalização somente estariam disponíveis se normas democráticas fossem totalmente adotadas na esfera política”. No segundo caso, a mudança respondeu a uma tentativa do grande capital de se

²⁶⁵ A União das Câmaras e das Corretoras Turcas (TOBB) foi bastante influente nas décadas de 1960 e 1970 e foi quem deu início ao debate sobre a redemocratização entre as associações patronais turcas. A TOBB apresenta uma abordagem mais institucional, pois enfoca a questão da democratização a partir da legislação partidária e eleitoral (Onis, 2001, p. 13). A Confederação dos Empregadores Turcos (TYSK) relegou a questão de democratização para segundo plano e permaneceu centrada nas relações capital-trabalho (Onis, 2001, p. 14).

legitimar perante a sociedade e de criar uma imagem pública positiva, bem como de reduzir o poder estatal ao tornar sua ação mais transparente (Onis & Turem, 2001, p. 11-13). Em outras palavras, trata-se de apresentar um projeto hegemônico para a sociedade turca.

A Associação Independente dos Empresários e Industriais (MUSYAD) foi fundada em 1990 e é composta majoritariamente por pequenas e médias empresas e por algumas poucas grandes empresas. Sua base de filiados se espalha por toda a Turquia. Possui vínculos com os partidos islâmicos, critica o “secularismo autoritário do Estado turco”, defende a expansão da liberdade religiosa (Onis, 2001, p. 11) e pouco trata das outras liberdades civis. Ao longo da década de 1990, a MUSYAD alterou sua opinião de rejeição à entrada da Turquia na União Européia para a defesa do seu ingresso.

Essa mudança também pode ser verificada nos partidos islâmicos que representam essa fração de capital. Os recentes partidos liderados por Erbakan, como o FP e o Partido da Felicidade (SP), são bem mais pró-Occidente e pró-UE que o RP, a quem sucederam, mas não tanto quanto os jovens militantes islamitas que romperam com Erbakan e fundaram o AKP.

No entanto, as políticas do AKP – manutenção do acordo com o FMI e integração européia – vêm obtendo apoio do grande capital representado pela TUSYAD. Já a pequena e média burguesia islamita da MUSYAD critica tanto a dependência da economia turca em relação aos capitais de curto prazo, quanto certos aspectos do acordo com o FMI, que aumentam as desigualdades entre as diferentes frações do capital (Onis, 2004, p. 19-23).

Com relação aos trabalhadores, na década de 1980 iniciou-se a desregulamentação do mercado de trabalho e a marginalização dos sindicatos. Na década de 1990 houve crescimento do setor informal, constituído por uma força de trabalho politicamente desorganizada e desqualificada; verifica-se também uma maior fragmentação dos trabalhadores, a redução do salário real e das oportunidades de emprego, maior facilidade na demissão e a piora da participação dos grupos mais pobres na renda. Esse conjunto de fatores levou ao enfraquecimento político dos trabalhadores (Cizre-Sakallioğlu & Yeldan, 2000, p. 488-500).

Entre 1981-1988, a redução dos salários foi mais rápida no setor formal do que nos outros grupos e as diferenças salariais entre empresas públicas ou privadas, pequenas ou

grandes se reduziram. Já entre 1989-1993, como resultado da ação sindical, a recuperação salarial se deu quase exclusivamente entre os trabalhadores organizados do setor formal (Boratav et al, 2000, p. 22). O nível de emprego formal nas indústrias privadas, médias e grandes, com mais de dez trabalhadores reduziu-se em 25% entre 1988 e 1992 e chegou a 30% em decorrência da crise de 1994 (Boratav et al, 2000, p. 6). 58% da força de trabalho é assalariada, mas apenas 43% dos trabalhadores são formalizados. A informalidade aumentou depois da liberalização financeira de 1989. A melhoria salarial no período pós-1987 ficou restrita aos trabalhadores formais e organizados da indústria, não beneficiando os informais (Boratav et al, 2000, p. 9-10). Os salários dos trabalhadores não sindicalizados são 44% menores do que os dos trabalhadores abrangidos por negociações coletivas (Boratav et al, 2000, p. 21).

Já entre o início de 2000 e o final de 2003, os salários reais dos trabalhadores industriais do setor privado reduziram-se em 18,9% e entre os trabalhadores do setor público a redução foi de 9,5% no mesmo período. A taxa de desemprego aberta aumentou de 6,5% em 2000 para 8% em 2001 e atingiu 10,3% em 2003 (Yeldan, 2004, p. 15-6).

Em suma, o salário real diminuiu entre 1980-1987; recuperou-se parcialmente entre 1987-1994; mas voltou a cair após a crise de 1994²⁶⁶. A dinâmica do conflito, da inflação e desinflação segue o mesmo padrão: inflação e conflito foram contidos pelo Golpe de 1980 e elevaram-se juntamente com o retorno do regime democrático em 1987. A desinflação está associada ao enfraquecimento dos trabalhadores no período pós-crise 2000/2001²⁶⁷ e ao aumento do desemprego e da informalidade.

No entanto, parte dos trabalhadores apoiou as reformas pró-mercado implementadas na década de 1990, e a resposta a isso deve ser buscada na explosão do consumo proporcionada pela maior oferta de crédito (Cizre-Sakallioglu & Yeldan, 2000, p. 502).

Mas, enfim, como explicar a singularidade turca, qual seja, a manutenção de altas taxas de inflação ao longo dos anos 1990?

²⁶⁶ O resultado foi o aumento do número de greves de 36 em 1994 para 120 em 1995 e o de trabalhadores envolvidos de 4.782 para 199.867 respectivamente (OIT, Yearbook of Labour Statistics, diversos números. Classificação ISIC Rev. 2).

²⁶⁷ O número de greves diminuiu de 52 em 2000 para 32 em 2001, reduzindo-se para 22 em 2002 e 2003, enquanto o número de trabalhadores envolvidos caiu de 18.705 para 9.911, 4.617 e 1.535, respectivamente (OIT, Yearbook of Labour Statistics, diversos números. Classificação ISIC Rev. 2).

A liberalização financeira não estava atrelada a uma política desinflacionária, mas sim ao financiamento do gasto público. Portanto, a Turquia não aproveitou a liquidez do mercado internacional para fazer a desinflação da sua economia.

Mas por que não o fez? Tudo indica que a ausência de uma hiperinflação, bem como a existência de outros temas importantes no debate político turco, como o ingresso na União Européia, Chipre, as guerras no Golfo, a questão curda e o debate entre islamismo e secularismo. Em resumo: a agenda estava muito sobrecarregada. “Enquanto ninguém realmente quiser que os políticos lutem contra a inflação, eles simplesmente seguirão o sentimento popular e não farão nada” (Akat, 2000, p. 282).

Apesar de ter declarado “guerra contra a inflação” quando assumiu o governo em junho de 1997, “Ylmaz rejeitou a sugestão do FMI de baixar a taxa de inflação em um ano por meio de uma terapia de choque baseada em reforma estrutural e disciplina fiscal, afirmando que ele não tinha a intenção de seguir os passos do ex-primeiro ministro de Israel Simon Peres” [que perdeu uma eleição após reduzir a inflação de 500% para 10%] (Cizre-Sakallioğlu & Yeldan, 2000, p. 504).

Ao que parece, Ozal também não dava a importância devida aos desequilíbrios financeiros e à inflação, que seriam problemas menores em uma conjuntura de crescimento econômico:

A forte ênfase que ele [Ozal] tendia a colocar na economia real era conjugada com a tendência de subestimar, se não ignorar, as conseqüências negativas da inflação na quantidade e na qualidade do investimento e, conseqüentemente, no potencial econômico de longo prazo da economia. De alguma maneira, ele [Ozal] tendia a acreditar que o crescimento rápido da economia real ajudaria a aliviar, ao longo do tempo, as pressões inflacionárias, e negligenciava a relação entre inflação alta e oscilante e baixo crescimento (Onis, 2003?, p. 20)²⁶⁸.

A política macroeconômica turca nas décadas de 1980 e 1990 se caracteriza pela adoção de políticas expansionistas em detrimento da estabilidade de preços (Dibooglu & Kibritçioğlu, 2004, p.59). Isso não quer dizer que a inflação seja um problema menor: há elementos para afirmar que ela pode ter contribuído para a derrota do governo nas eleições

²⁶⁸ Ozal costumava declarar: “deixem a inflação em paz e concentrem no crescimento rápido” (Onis, 2003, p. 33, n. 28).

de 1995, 1999 e 2002. Outros indícios permitem verificar que o combate à inflação não foi o objetivo prioritário das políticas adotadas pelo Estado turco.

O exame das experiências relatadas neste capítulo, a despeito das diferenças entre elas, permite identificar a presença, em maior ou menor grau, de reformas orientadas para o mercado, implementadas por influência das organizações multilaterais, especialmente o FMI e o Banco Mundial.

Para além da pressão externa e da necessidade de se considerar a inserção de cada uma dessas economias na economia mundial, os casos aqui apresentados indicam também a necessidade de se levar em conta os aspectos políticos para a compreensão dos processos inflacionários e desinflacionários. Mais do que um problema econômico, este é um problema político, que envolve instituições, idéias, coalizões e conflitos sociais. Nesse sentido, os elementos extraídos dessas experiências ajudam a esclarecer o caso brasileiro, que constitui o objeto do capítulo a seguir.

CAPÍTULO 4 – A ANÁLISE DO PROCESSO DE INFLAÇÃO E DESINFLAÇÃO NO BRASIL

O primeiro capítulo desta tese apresentou o debate sobre inflação e desinflação no Brasil, procurando mapear a bibliografia e indicando alguns de seus problemas. Apesar dos limites então apresentados, qualquer trabalho que pretenda conhecer os processos inflacionários e desinflacionários pelos quais o Brasil conviveu desde o início dos anos 1980 precisa incorporar os aspectos positivos daquelas abordagens.

No entanto, esta incorporação se faz a partir do marco analítico apresentado no capítulo 2, construído a partir do conflito e das coalizões sociais. O conflito é o ponto de partida para a formação de coalizões. Inúmeros são os tipos de conflitos que podem surgir em uma determinada sociedade e diversas também são as coalizões que se desenvolverão a partir desses conflitos. A pesquisa realizada se interessa pelos conflitos e pelas coalizões que se desenvolvem em torno da moeda, quais sejam, a “coalizão inflacionária” e a “coalizão reformista-desinflacionária”.

Assim, é importante investigar a coalizão inflacionária, que é fundamental para entender *não as causas da inflação, mas a sua manutenção*, por um período tão extenso, no caso brasileiro, e a sua substituição por uma coalizão reformista-desinflacionária.

4.1 A origem da coalizão inflacionária

A origem da coalizão inflacionária analisada está na Lei nº 4.357, de 17 de julho de 1964, que criou as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN). O objetivo dos *policy-makers* era resgatar a dívida pública como instrumento não inflacionário de financiamento da economia. Ao longo do tempo, os contratos financeiros passaram a ser indexados pela variação das ORTN (Simonsen, 1995, p. 32-33), *passando a ser corrigidos monetariamente*.

Já a política salarial adotada após o Golpe de 1964 expressa no Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), na Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965, e nos Decretos-lei nºs 15 e 17, de 29 de julho de 1966 e 22 de agosto de 1966, respectivamente, determinava “que os reajustes salariais deveriam ser calculados de modo que seu poder

aquisitivo médio previsto para os 12 meses seguintes ao reajustamento fosse igual ao poder aquisitivo médio verificado nos 24 meses anteriores, acrescido de um percentual correspondente ao aumento de produtividade” (Simonsen, 1995, p. 56).

De outra forma, os salários eram reajustados de acordo com uma expectativa de inflação futura, que poderia estar incorreta, enquanto os outros contratos eram reajustados de acordo com a inflação passada. A Lei nº 5.541, de 12 de junho de 1968, “procurou compensar parcialmente as subestimativas passadas do resíduo inflacionário” e a Lei nº 6.147, de 29 de novembro de 1974, “compensava integralmente, a cada reajuste, o erro da estimativa da inflação ocorrida no reajuste anterior [...] procurava igualar o poder aquisitivo médio do novo salário, durante seus 12 meses de vigência, ao poder aquisitivo médio verificado nos 12 meses anteriores (ao invés dos 24 meses da legislação anterior)” (Simonsen, 1995, p. 59-60)²⁶⁹.

A Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, rompeu com o princípio até então adotado e os salários passaram a ser reajustados pela correção monetária do semestre anterior, conforme apurado pelo INPC. A Lei nº 8.222, de 5 de setembro de 1991, reduziu o prazo para quatro meses.

É importante fazer algumas ressalvas: que a correção semestral dos salários não foi uma medida “populista” ou “demagógica” do governo Figueiredo como faz crer Simonsen (1995, p. 63); e que a estabilidade relativa dos preços no período 1964-1974 foi obtida graças ao arrocho salarial, que funcionou como uma verdadeira âncora na contenção da elevação dos preços (Sayad, 1999a, p. 232)²⁷⁰. Passados quinze anos, o salário era o único preço que não estava integralmente indexado à correção monetária e a percepção dos trabalhadores em relação à carestia era diferente daquela apontada por Simonsen (1995). Era óbvio que os trabalhadores reivindicariam também o acesso à moeda indexada, e esse objetivo foi conquistado a partir do fortalecimento do movimento sindical, ainda no final do governo Geisel. Mas, de fato, “quando o reajuste salarial passou de anual para semestral,

²⁶⁹ “A indexação dos salários consistiu em sua correção conforme os cálculos da chamada ‘fórmula Mário Henrique Simonsen’, apresentada por esse ministro como a solução técnica da luta de classes – o reajuste sairia da esfera das pressões políticas, sindicais e eleitorais e se reduziria a um ‘teorema de eficiência econômica’” (Morais, 1986, p. 39).

²⁷⁰ E, obviamente, a repressão brutal ao movimento sindical.

em 79, ficou sob ameaça a administração, até então eficazmente exercida, da inflação” (Castro, 1999, p. 173)²⁷¹.

Deste modo, a coalizão inflacionária tem a sua origem remota no governo Castello Branco (1964-1967) com a instituição da correção monetária, criada para encontrar uma forma de financiamento não inflacionário da economia brasileira. No entanto, é apenas no governo Figueiredo – após a nova lei salarial (6.708/79) e a crise da dívida externa – que se verifica a ação da coalizão inflacionária na dinâmica política do processo inflacionário. O que permitiu o êxito e cimentou a coalizão inflacionária foi a indexação, especialmente, a correção monetária²⁷².

Segundo Abranches (1993), de um lado, a correção monetária diminuiu as perdas, o desconforto, a insegurança e a incerteza típicas dos processos inflacionários e, de outro, garantiu um mínimo de previsibilidade para os “grupos sociais”. Assim, “a correção monetária substituiu o mecanismo primário de formação de preços e eliminou a necessidade de uma política de rendas mais explícita e diferenciada” (Abranches, 1993, p. 75). Mas, diferentemente deste autor, considera-se que esse instrumento não é neutro do ponto de vista distributivo. A indexação (correção monetária e cambial) é um “mecanismo básico, que se mantém até hoje, para resolver o ‘conflito distributivo’, *a favor do capital*” (Tavares, 25 jul. 1993 – grifo meu)²⁷³.

²⁷¹ Posições semelhantes às de Sayad (1999a) e Castro (1999) podem ser encontrada em Baer (1988, p. 464-468).

²⁷² “O papel da indexação [... foi ...] permitir o convívio com a inflação altíssima para os padrões internacionais, mas funcionou também como mecanismo de propagação desses impulsos inflacionários, vindos sobretudo do setor externo” (Nogueira Batista Jr., 1996b, p. 359).

²⁷³ Além disso, a correção monetária expressava uma visão segundo a qual a inflação não era vista como o maior dos problemas ou que a convivência com a inflação era até certo ponto pacífica: “Nós já desenvolvemos mecanismos para conviver com essas taxas de inflação, o que significa que nós conseguimos ter taxas de inflação de 30% ao mês sem nenhuma desorganização mais generalizada da parte econômica. Mas a inflação não deve ser o único indicador para se avaliar a política econômica. Nós vivemos uma síndrome de observar a taxa de inflação como único indicador para avaliar a condução da política econômica. Existe uma série de outros indicadores que devem ser olhados. O governo está fazendo um processo de privatização, que está indo razoavelmente bem, está efetuando um processo de abertura da economia que prossegue, o nível de emprego hoje está se recuperando, quer dizer, você pode ter um conjunto de bons indicadores e ainda assim durante algum tempo a taxa de inflação continuar elevada” (Luque, 1993). “As pessoas não só continuam acreditando no cruzeiro real e aplicando seu dinheiro nele, como têm evitado, nos últimos meses, manter dólares em suas mãos, numa curiosa inversão da noção do que seja uma moeda saudável. [...] No caso do Brasil, pode-se dizer que Cagan também não vislumbrou o que um sistema complexo e abrangente de indexação é capaz de fazer com os agentes econômicos [...]. A indexação não só

Mas quem compõe a coalizão inflacionária?

É importante não perder de vista que inflação e interesses estão relacionados, ou seja, há os que ganham e os que perdem com a inflação; há uns poucos que conseguem se antecipar a ela e muitos tentam alcançá-la com êxito relativo. Os bancos são os mais beneficiados, pois ganham tanto pelo *spread*, que é a diferença entre as taxas de captação e de aplicação, quanto pelo *float*, que é a utilização dos recursos dos correntistas sem qualquer remuneração; as grandes empresas passaram a ter nos ganhos financeiros parcelas cada vez maiores dos seus lucros, por exemplo, comprando à prazo e vendendo à vista; os oligopólios e os monopólios ganham porque possuem poder para repassar o seus custos na hora de fixar os seus preços; a classe média composta por profissionais liberais acompanha mais de perto a inflação, pois tem uma facilidade maior para indexar o preço do seu serviço aos índices de preço e tem acesso a serviços financeiros e à moeda estrangeira; a classe média assalariada e os trabalhadores organizados conseguem repor as perdas decorrentes da inflação, mas sempre de maneira atrasada, e boa parte tem acesso a serviços financeiros e à moeda estrangeira; os trabalhadores assalariados de categorias desorganizadas – que tinham acesso limitadíssimo aos instrumentos de indexação da moeda e à moeda estrangeira –, conseguiam, ainda que de forma bastante precária e parcial, recompor uma parte de poder de compra; e os trabalhadores autônomos também encontram alguma facilidade para indexar o preço do seu serviço aos índices de preço mas, como a maior parte deles não tem acesso a serviços financeiros, a moeda acaba se desvalorizando nas suas mãos. Não é possível fazer uma generalização para os pequenos e os médios empresários, pois a sua capacidade de enfrentar os efeitos da inflação depende do tipo de negócio que possuem, se as vendas são à vista ou à prazo, o grau de concorrência que enfrentam etc. Nesse sentido, os pequenos e médios empresários poderiam ser incluídos em quaisquer dos tipos acima mencionados à exceção, obviamente, dos bancos, das grandes empresas, dos monopólios e dos oligopólios.

Ao penetrar profundamente nas instituições e na sociedade em geral, é difícil imaginar uma classe social ou uma fração de classe social que, no plano nacional, não participasse da coalizão inflacionária. Trata-se, portanto, de uma coalizão bastante ampla.

tem permitido ao governo sobreviver do ponto de vista fiscal, como tem conferido à moeda doente uma sobrevida em termos da confiança dos agentes” (Pinto, 23 mar. 1994).

O núcleo dessa coalizão era formado pelo conjunto da burguesia e pelos trabalhadores organizados. Contudo, é possível observar que essas classes ou frações de classe se comportavam diferentemente diante do processo inflacionário. O conjunto da burguesia, para manter (ou mesmo aumentar) sua margem de lucro, procurava se antecipar à inflação reajustando os preços preventivamente²⁷⁴. A parcela da classe média e dos trabalhadores não assalariados podia até acompanhar mais de perto a elevação dos preços, mas os assalariados (classe média e trabalhadores) estavam sempre defasados, pois

Na corrida por uma indexação cada vez mais eficaz, preços e salários competem em condições desiguais. Enquanto os salários são reajustados pela média da variação dos preços num período já transcorrido, com base na inflação passada, os preços são reajustados com base na inflação futura. [...] Por mais que se abrevie o intervalo entre um reajuste e outro dos salários, os preços andarão sempre na frente, num processo que termina na hiperinflação (Kandir, 25 jul. 1993).

De outra forma, para que fim bem claro:

Na realidade, a inflação é **liderada** pela minoria que tem poder de antecipar-se a ela, e propagada pelos diversos mecanismos de indexação formais e informais. Esta minoria aplica aumentos abusivos pelos motivos mais diversos: seja porque tem expectativas (nem sempre realistas) de aumentos de custo superiores à inflação passada; seja porque simplesmente quer elevar suas margens de lucro (Stuart, 14 fev. 1994)²⁷⁵.

O motivo político do fracasso do Plano Cruzado até o Plano Collor foi a incapacidade de todos os planos anteriores ao Plano Real de desarticular a coalizão inflacionária²⁷⁶.

²⁷⁴ “O impacto dos reajustes mensais de salários não deverá ser muito grande sobre os preços da iniciativa privada porque a maioria das empresas já concede aumento mensal. Mas o risco da política salarial servir de pretexto para recomposição de margens. Ronald Rodrigues, diretor de assuntos corporativos do grupo Gessy Lever, observa que ‘o impacto do reajuste mensal sobre os preços deverá ser muito pequeno’. Porém, ‘muitas empresas podem usar o argumento da correção mensal para elevar mais seus preços’” (Picillo, 12 jul. 1993 – grifo meu).

²⁷⁵ Este fato é reconhecido até pelo economista conservador: “Quem levaria a melhor, nesse conflito distributivo? Impossível dizê-lo, sem melhor estudo empírico. Não obstante, nas condições que prevaleceram no Brasil, pode-se esperar que o assalariado saia perdendo, em relação às empresas e aos aplicadores no mercado financeiro” (Velloso, 1990, p. 8-9).

²⁷⁶ Mesmo de uma perspectiva diferente daquela aqui adotada, a dificuldade em desconjuntar a coalizão inflacionária foi expressa da seguinte forma: “A verdade é que, até hoje, a sociedade brasileira não revela vontade política de aniquilar a inflação, como se vê pelo comportamento dos agentes sociais. O governo não consegue definir o combate à inflação como prioridade cronológica. O Congresso Nacional assume uma posição ambígua [...]. As empresas se encastelam em estratégias defensivas, que ora significam reajustes à base da taxa passada de inflação, ora refletem percepções de futuros choques. As centrais insistem no

4.2 O surgimento e a consolidação da agenda liberal no Brasil

Para compreender a desarticulação da coalizão inflacionária e a constituição da coalizão reformista-desinflacionária, é preciso recuar, em um primeiro momento, a 1990, quando da posse de Fernando Collor de Mello na Presidência da República:

O propósito imediato do meu governo, Senhores, a meta número um de meu primeiro anos de gestão, não é conter a inflação: é liquidá-la. [...] Farei da estabilização monetária e financeira a prioridade absoluta de todos os passos deste governo. [...] A guerra contra a inflação será uma luta incondicional, porque, justamente, se trata de um combate **condicionante** de tudo mais: da retomada do investimento, da consolidação do crescimento, da conquista de melhores níveis sociais, do fortalecimento da democracia. [...] Mas tenho certeza de que, com o apoio resolutivo do povo e do Congresso, ainda este ano haveremos de ferir de morte, de destruir na fonte, a inflação no Brasil. [...] Não poderemos edificar a estabilização financeira sem sanear, antes de tudo, as finanças do Estado. É imperativo equilibrado orçamento federal, o que supõe reduzir drasticamente os gastos públicos. Para atingir o equilíbrio orçamentário, é preciso adequar o tamanho da máquina estatal à verdade da receita. [...] **Reforma do Estado:** para obter seu saneamento financeiro, empreenderei sua tríplice reforma: fiscal, patrimonial e administrativa. [...] O Estado não apenas perdeu sua capacidade de investir como, o que é mais grave, por seu comportamento errático e perverso, passou a inibir o investimento nacional e estrangeiro. [...] Daí a convicção de que a economia de mercado é a forma comprovadamente superior de geração de riqueza, de desenvolvimento intensivo e sustentado. Daí a certeza de que, no plano internacional, são economias abertas as mais eficientes e competitivas. [...] Tornaremos o Brasil uma vez mais, hospitaleiro em relação [ao capital estrangeiro]. [...] Em síntese, essa proposta de modernização econômica pela privatização e abertura [...]. A privatização deve ser completada por menor regramento da atividade econômica. Isto incentiva a economia de mercado, gera receita e alivia o déficit governamental, sustentando melhor a luta anti-inflacionária (sic) (Collor de Mello, 1990, p. 302-306).

A agenda do governo Collor de Mello – combate à inflação, reforma do Estado, abertura da economia e privatização – surgiu como uma das respostas à crise do modelo de desenvolvimento, que se expressou através de uma crise de hegemonia na “Nova

imediatismo das greves e de reajustes de salários nominais. E a maioria silenciosa assiste a tudo ‘bestializada’, enquanto a conta é paga principalmente pelos desempregados, os lutadores do mercado informal, os assalariados de renda mais baixa e os marginalizados do processo econômico” (Velloso, 1994, p. 104). Para essa perspectiva, o desmonte da coalizão inflacionária se daria a partir da substituição do conflito pela cooperação: “os atuais comportamentos dos agentes, à base de estratégias defensivas, podem parecer razoáveis, na percepção de cada segmento, mas essa dificuldade de cooperar, de agir em conjunto, leva ao fracasso os sucessivos planos de estabilização” (Velloso, 1994, p. 105).

República” a qual a inflação estava organicamente ligada²⁷⁷. No entanto, segundo esta versão, essa agenda passou a preponderar apenas na gestão do ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, quando a retomada das negociações com o FMI ganhou o apoio do empresariado, assumindo uma posição diferente daquela adotada em 1983 (Sallum Jr., 1996, p. 173-179).

O surgimento e a consolidação dessa agenda liberal estão ligados a fatores externos e internos. No plano externo, as mudanças mais gerais na economia mundial e a resposta norte-americana a elas²⁷⁸ e a defesa pelo governo norte-americano de uma ordem econômica mundial liberal com vistas a enfrentar os desequilíbrios da sua economia atingiram em cheio a “Nova República”, que “passou a sofrer pressões crescentes” pela abertura (Cruz, 1997, p. 73). No plano interno, uma “postura antiestatista” se desenvolveu no interior do empresariado no final da década de 1970 e se aprofundou na década de 1980, quando a conversão ao “neoliberalismo” se consolidou (Diniz & Boschi, 2004, p. 128). O fracasso do Plano Cruzado causou a “primeira fratura no consenso desenvolvimentista” (Almeida, 1996, p. 222), possibilitando o fortalecimento dos “arautos do neoliberalismo” (Cruz, 1988, p. 273-274) e sedimentando a

[...] Idéia de que a liberalização econômica pudesse vir a ser uma solução para o problema de reforçar a autoridade do Estado e disciplinar o mercado [...]. Em junho de 1987, a virada na orientação geral da política econômica estava consumada. A partir daí, “abertura”, “desregulamentação”, “privatização”, “mecanismos eficazes de atração do investimento externo” convertem-se em palavras-chave no discurso oficial (Cruz, 1997, p. 136-137).

Com efeito, o fracasso do Plano Cruzado teve importantes conseqüências para a coalizão inflacionária. Em primeiro lugar, aumentou a “tolerância social” para com a inflação, ou seja, aceitou-se uma convivência com maiores índices de inflação. Em segundo lugar, produziu “comportamentos superdefensivos”, que contribuíram para o processo de

²⁷⁷ A “questão política por trás da inflação brasileira” envolve dois elementos: i) “desenvolvimentismo” (não aceitar a recessão e ter como objetivo principal a taxa de crescimento no curto prazo; e ii) “tolerância social” (não dar a importância devida aos graves efeitos negativos da inflação) (Velloso, 1990, p. 6-7).

²⁷⁸ Através da “diplomacia do dólar forte”, os Estados Unidos inverteram a sua relação financeira com o mundo tornando-se importador líquido de capital e “estão concentrando esforços no desenvolvimento dos setores de ponta e submetendo a velha indústria à concorrência internacional dos seus parceiros. A partir dessa modernização generalizada esperam poder retomar a sua posição como centro tecnológico dominante e reordenar de novo a economia mundial” (Tavares, 1997, p. 47). A primeira versão do artigo é de 1985.

aceleração da inflação e, em terceiro lugar, introduziu um novo “choque” – o congelamento – que atenuava as pressões aceleracionistas e possibilitava a “continuação do jogo” (Abranches, 1993, p. 80-87)²⁷⁹, isto é, quando a inflação começava a fugir do controle e aumentava perigosamente, havia a necessidade de um mecanismo para inibi-la, mas que era insuficiente para desmontar a coalizão inflacionária.

Apesar de o governo Collor de Mello não ter obtido sucesso no combate a inflação, promoveu importantes e profundas mudanças institucionais: “[É no governo Collor que] pela primeira vez, para além de uma política de estabilização, surgiu a proposta de um projeto de longo prazo, que articulava o combate à inflação com a implementação de reformas estruturais na economia, no Estado e na relação do país com o resto do mundo, com características nitidamente liberais” (Filgueiras, 2000, p. 84).

Com relação à liberalização comercial, a desmontagem das barreiras não tarifárias foi promovida *através de uma mera Portaria*, que estabeleceu a eliminação do “Anexo C” (uma lista com aproximadamente de 1.200 produtos cuja importação estava “temporariamente suspensa”); da exigência de apresentação pelas empresas das suas necessidades anuais de produtos estrangeiros (“Programas de Importação”); da necessidade de “Anuência Prévia” dos órgãos da Administração Federal para importação de determinados produtos (Pio, 2000, p. 241). Quanto às barreiras tarifárias, foi previsto um cronograma de redução tarifária, cuja implantação foi inclusive antecipada (Pio, 2000, p. 251)²⁸⁰.

Ao mesmo tempo em que reduziu as tarifas e facilitou a importação de determinados produtos estrangeiros, o governo encareceu o preço dos produtos produzidos internamente eliminando incentivos fiscais às empresas, revogando os regimes especiais de importação que lhes eram concedidos, bem como suprimindo a possibilidade de aplicação

²⁷⁹ É importante lembrar que o “caos” monetário, financeiro e mesmo na esfera produtiva característico das “fases curtas e brutais” do processo hiperinflacionário “aberto” presente no final do governo Sarney não estava unicamente relacionado às incertezas da mudança eleitoral, mas também estava ligado ao tipo de ajuste adotado frente à crise do padrão de financiamento externo da economia brasileira (Salama & Valier, 1992, p. 213-218). Trata-se de uma “situação semelhante” à da Alemanha após a Primeira Guerra Mundial (Nogueira Batista Jr., 1992, p. 239). Sobre essa “semelhança”, consultar também Franco (1989, p. 80).

²⁸⁰ “Entre 1990 e 1994 a tarifa média passa de 48% para 15,4%, a máxima de 156% para 44,6%, a modal de 40% para 20% e o desvio-padrão de 20,1% para 6,1%, reduzindo fortemente a amplitude tarifária” (Cano, 2000, p. 247).

de parcela do Imposto de Renda devido nos Fundos de Investimentos no Nordeste ou da Amazônia e no Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (Pio, 2000, p. 240).

No tocante à reforma administrativa, as medidas tomadas foram: extinção de órgãos, fusão de outros, venda de imóveis funcionais e exoneração e disponibilização de servidores. Mas a “concentração de estruturas” e a “aglutinação de ministérios” não produziram os resultados esperados. Ao contrário, diversos órgãos foram recriados. Esperava-se exonerar ou demitir 357 mil funcionários e conseguiu-se afastar 160 mil, dos quais 53 mil foram colocados em disponibilidade (Cano, 2000, p. 250).

Criou-se o Programa Nacional de Desestatização (PND), que foi colocado sobre a responsabilidade do BNDES. O primeiro leilão foi o da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS) em 24 de outubro de 1991²⁸¹.

Essa agenda foi retomada pelo ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, que reconheceu este fato em seu discurso de despedida do Senado Federal: a agenda do governo que se iniciaria em 1995 – que poria “fim à Era Vargas” – não era nova, já estava presente na “arena política nacional [...] no governo anterior ao do presidente Itamar Franco”, que teve o mérito de “conseguir salvar do naufrágio aquilo que merecia ser salvo: as medidas no sentido da abertura externa e da desestatização da economia; mas sobretudo a manutenção, na agenda política, das reformas fundamentais para um novo modelo de desenvolvimento” (Cardoso, 1994, p. 9187), baseado na estabilidade macroeconômica; na abertura da economia (comercial, financeira e serviços); numa nova relação Estado-mercado, cujo “eixo dinâmico” será dado pelo último, cabendo ao Estado desenvolver mecanismos de regulação; na constituição de uma infra-estrutura econômica e social, na qual a “parceria com a iniciativa privada” na infra-estrutura econômica será feita através da privatização, “abrindo espaço para que o Estado invista naquilo que é essencial: em saúde, em educação, em cultura, em segurança” (Cardoso, 1994, p. 9190).

Para atingir esse objetivo seria necessário reformar a Constituição de 1988, isto é, promover “um esforço de desconstitucionalização” para extirpar “a herança do velho

²⁸¹ Foram quinze as empresas privatizadas no governo Collor de Mello, sendo quatro no setor siderúrgico, seis no petroquímico e duas empresas de fertilizantes (Prado, 1994, p. 107).

modelo” nela presente. A reforma tributária não teria como objetivo elevar a carga nominal de impostos, “mas sim a facilidade de arrecadação, a eficiência da economia e a equidade social”. A “repartição dos encargos” entre União, Estados e Municípios não deveria ser alterada, mas seria preciso levar em conta “a enorme heterogeneidade do Brasil”, além de promover o combate contra o clientelismo, que, segundo o presidente eleito, “é quase uma página virada da política brasileira, [e que ele teria] o máximo empenho para virá-la definitivamente”. Fernando Henrique Cardoso defendia também o aumento da “liberdade do Executivo federal” em relação ao orçamento federal para alterar o “engessamento dos gastos” (isto é, os gastos vinculados às receitas) aprofundando o modelo do “Fundo Social de Emergência” (FSE). A reforma da Previdência visaria combater o “desequilíbrio estrutural grave” originado na diminuição da relação entre contribuintes e beneficiários. Para tanto, seria necessário “mudar os critérios” da aposentadoria por tempo de serviço e das aposentadorias especiais dos funcionários públicos, juízes, parlamentares e professores. A isonomia jurídica entre capital estrangeiro e capital nacional atrairia o investimento estrangeiro, assim como a “flexibilização” dos monopólios estatais permitiria o investimento privado e a modernização do país.

4.2.1 A continuidade entre os governos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso

Quais são, portanto, os elementos que permitem identificar uma forte relação entre os governos Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso? A linha interpretativa aqui adotada aponta a presença de alguns elementos comuns. Em primeiro lugar, há uma continuidade das políticas adotadas²⁸². Em segundo lugar, há o reconhecimento de que a estabilidade está conectada à realização de reformas mais amplas. E, em terceiro lugar,

²⁸² “É o governo Collor que lança verdadeiramente o programa de privatização e conduz a abertura externa da economia brasileira, no plano financeiro e comercial” (Cruz, 2000, p. 7). “No governo Fernando Henrique Cardoso, graças a um sofisticado plano de estabilização, foi possível aprofundar a fúria ‘liberal’ de Collor! [...] A ‘ciência econômica’ do governo FHC era um pouco mais sofisticada do que a de Collor, mas com o mesmo ‘viés ideológico’” (Delfim Netto, 7 abr. 2004).

como já mencionado, há uma visão comum quanto ao diagnóstico da crise²⁸³ e da agenda política²⁸⁴.

Para o governo Collor, a rigidez econômica e administrativa sancionada pela Constituição de 1988 impedia “uma gestão econômica eficaz”. Descartadas as alternativas não institucionais, era preciso, portanto, construir um consenso sobre a necessidade de reformar a Constituição. Esse consenso foi dado “pela crescente difusão do ideário do ‘ajuste estrutural’ entre as elites políticas [o principal difusor foi o Partido da Frente Liberal (PFL)] e empresariais brasileiras” (Rodrigues, 2000, p. 178) e, a partir daí, para toda a sociedade.

Mas as tentativas de reforma constitucional se interromperam com a posse de Itamar Franco e

[A] absoluta ausência de qualquer projeto político no [seu] governo – ele próprio resultante do colapso do primeiro experimento de implementação do receituário das reformas orientadas para o mercado – possibilitou à candidatura Fernando Henrique valer-se do Estado tanto para, por um lado, formular um novo e consistente projeto de poder assentado na direita política – como matriz ideológica e como base de apoio parlamentar – quanto para, por outro lado, ocupar esse governo e transformá-lo em laboratório de um experimento de estabilização monetária com base no qual tal projeto de poder reivindicou sua viabilidade eleitoral (Rodrigues, 2000, p. 334).

E, assim, o PFL voltou ao governo: no primeiro momento, apoiando algumas iniciativas do governo Itamar Franco e, no segundo momento, fazendo uma aliança eleitoral

²⁸³ O elo entre os governos Collor e Cardoso foi antecipado com uma notável clareza por um “futuro” protagonista deste último. Há o reconhecimento de que a “estratégia” (as reformas orientadas para o mercado) era correta, mas não a “tática” utilizada (o plano de estabilização): “A nova equipe econômica partiu do diagnóstico correto de que o problema central da economia brasileira consistia na crise fiscal do Estado. [...] Um segundo diagnóstico, também fundamental, não escapou a Zélia e a sua equipe. O Estado crescera demais, e a estratégia de industrialização por substituição de importações se esgotara. Era preciso, portanto, reduzir o Estado, privatizar as empresas estatais e, principalmente, liberalizar o comércio internacional, eliminar grande parte das barreiras não-tarifárias e reduzir as tarifas. [...] O grande erro de Zélia e sua equipe foi ter adotado, em maio de 1990, uma política ortodoxa, monetarista, que tantos aplausos recebeu, interna e internacionalmente, mas que na verdade não tinha condições de quebrar a dinâmica inercial, informalmente indexada, que existe no Brasil” (Bresser Pereira, 1991, p. 9-10).

²⁸⁴ “Pela direita, o que ficava posto em xeque era o *ethos* nacional-estatista da tradição republicana pós-Vargas; a noção de que o poder público deveria imiscuir-se nos meandros das relações entre os atores privados, com o fim de aplacar/sufocar conflitos e assegurar o equilíbrio social; a idéia de que ao Estado caberia atuar, através de suas agências regulatórias e de suas empresas, como organizador e árbitro dos compromissos entre os grupos locais e o capital internacional. Reconhecemos facilmente aí as linhas dominantes do programa de governo de Fernando Collor de Melo e, passados já dez anos, os temas que ainda compõem a agenda política brasileira na atualidade” (Cruz, 1997, p. 151).

com o PSDB e reivindicando/ocupando a vice-presidência da chapa. Fernando Henrique Cardoso teria sido “o *condottiere* da estabilização” mas, contrariamente a Collor, conseguiu implementar a estabilização “com consequência *porque* apoiado no saber técnico e num pacto político agregador dessas mesmas elites” (Rodrigues, 2000, p. 277-279).

No que toca à inflação, o Plano Collor, por meio do congelamento de preços, prefixação de preços e salários e, sobretudo, do enxugamento de liquidez da maior parte dos ativos financeiros, conseguiu estancar o processo hiperinflacionário²⁸⁵, mas não trouxe a estabilidade prometida pelo presidente e “a bala na agulha [não] derrubou o tigre da inflação”. O Plano Collor teve outra consequência importante: mostrou que medidas heterodoxas, como congelamento de preços e salários ou retenção de ativos financeiros, não mais produziriam os resultados esperados, como também haviam perdido qualquer eficácia e legitimidade perante a sociedade.

Não restam dúvidas para este trabalho acerca da continuidade da agenda reformista entre os governos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Mas como esta agenda conseguiu vencer novamente a eleição presidencial? A resposta para essa questão pode ser encontrada na análise dos efeitos do Plano Real. De fato, a desinflação proporcionada por este plano forneceria ao governo as condições para a construção de coalizões relativamente estáveis, força para implementar políticas e conquistar legitimidade diante do eleitorado, bem como para obter o seu apoio eleitoral (Faucher, 1998, p. 24). Antes disso, contudo, é preciso lembrar que entre Collor e Cardoso, há Franco.

4.2.2 O governo Itamar Franco e os antecedentes do Plano Real

Como afirmado anteriormente, as tentativas de reforma econômica pela via constitucional interromperam-se com o afastamento do presidente Collor de Mello em 29 de setembro de 1992 e o seu posterior *impeachment* em 30 de dezembro do mesmo ano. Se, de um lado, o presidente da República recém empossado, Itamar Franco, não estava totalmente convencido a dar continuidade à agenda reformista no Congresso Nacional, de outro lado, o novo presidente não tinha nem uma agenda, nem um projeto alternativo

²⁸⁵ A taxa mensal de inflação (INPC) alcançou 73,99% em fevereiro de 1990 e 82,18% em março.

àquele que estava sendo implantado na sociedade brasileira. Além disso, o novo governo se defrontava com as reformas introduzidas pelo governo anterior.

Apesar da resistência do presidente Itamar Franco à utilização das chamadas “moedas podres” no processo de privatização, seu governo deu continuidade à venda de estatais, sobretudo no setor siderúrgico²⁸⁶. A Companhia de Aços Especiais Itabira (ACESITA) foi privatizada em 23 de outubro de 1992 ainda durante o período de afastamento de Collor de Mello. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) – símbolo do capitalismo industrial no Brasil – foi privatizada em 2 de abril de 1993, assim como a Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), em 20 de agosto de 1993 e a Aço Minas Gerais (AÇOMINAS) em 10 de setembro de 1993, ou seja, um bom tempo após o *impeachment* de Collor de Mello. Além dessas, houve quatro privatizações na petroquímica e três em fertilizantes (Prado, 1994, p. 107).

No decorrer do mandato do presidente Itamar Franco, o governo privatizou dezessete empresas, promovendo inclusive uma alteração nas regras do programa de privatização a fim de eliminar o limite à participação do capital estrangeiro no capital votante das empresas (Maciel, 1999). Com relação à abertura e à liberalização comercial, o Ministério da Fazenda, através de portarias, aumentou e reduziu²⁸⁷ as alíquotas de importação.

Acusado de ilegitimidade pela esquerda por ser vice de Collor de Mello, criticado pela direita por seu passado e seu discurso nacional-desenvolvimentista, o presidente Itamar Franco assumiu o poder numa conjuntura marcada por altas taxas mensais de inflação²⁸⁸ e por uma acentuada instabilidade política. Além disso, era, na maior parte das vezes,

²⁸⁶ “O modelo de privatização brasileiro é peculiar no contexto das experiências mundiais devido primeiro, ao baixo volume de receita gerada em moeda corrente. Até março de 1993, quando já se tinha alienado 16 empresas por cerca de US\$ 3,8 bilhões, apenas US\$ 0,4 milhões (0,01%) foram pagos em ‘cash’. O governo Itamar Franco impôs uma maior participação de moeda corrente, o que ampliou o resultado até 4/1994 para 3,6% do total. Isso define o processo brasileiro como uma ampla troca patrimonial de ativos produtivos por passivos financeiros internos não mobiliários” [as moedas podres] (Prado, 1994, p. 110).

²⁸⁷ A Portaria n° 492, de 14 de agosto de 1994, reduziu para 20% a alíquota de todos os produtos cujas tarifas eram superiores a esse nível (Pio, 2000, p. 260). Como se verá mais adiante, essa redução foi fundamental para o sucesso do Plano Real.

²⁸⁸ Taxas mensais de inflação (INPC): 26,07% (10/1992); 22,89% (11/1992); 25,58% (12/1992); 28,77% (01/1993); 24,79% (02/1993); 27,58% (03/1993) e 28,37% (04/1993).

apresentado como voluntarioso, um governante cujo único acerto ao longo do seu mandato teria sido a nomeação de Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda²⁸⁹.

Mas não foi bem assim. Em primeiro lugar, a iniciativa de combater a inflação foi do presidente Itamar Franco, que a considerava “insuportável” (Itamar: inflação é insuportável, 6 fev. 1993). Portanto, a luta contra a inflação deveria ser a “grande prioridade”, a “obsessão” do seu governo²⁹⁰. No entanto, havia duas condições impostas pelo presidente Itamar Franco para a configuração de uma política desinflacionária: que o plano fosse juridicamente sólido para evitar questionamento nos tribunais e que fosse aprovado pelo Congresso Nacional. Apesar de sentir-se “atraído” pela idéia de “controle do Estado sobre os preços”²⁹¹, descartava medidas como “confisco, quebra de contrato, choque e outras manobras” utilizadas pelo Plano Collor (Prado, 2005, p. 43-47). O combate à inflação deveria também ser realizado de forma a não afetar o crescimento da economia.

Os dois primeiros ministros da Fazenda de seu governo, Gustavo Krause (de 2 de outubro de 1992 a 16 de dezembro de 1993) e Paulo Haddad (16 de dezembro de 1992 a 1º de março de 1993)²⁹², atestaram que o presidente Itamar Franco “nunca pediu choque” (Scarpa, 6 fev. 1993) nem planos heterodoxos que envolvessem congelamento de preços e confisco de ativos financeiros (Bittencourt, 9 fev. 1993), mas, ao que parece, foram demitidos tanto por não terem conseguido elaborar um plano que atendesse as expectativas do presidente Itamar Franco, quanto por não terem conseguido controlar a inflação no curto prazo.

²⁸⁹ Prado (2005) tinha uma visão diferente do presidente Itamar Franco. Segundo a autora, o presidente “era teimoso, mas não era arrogante. Nunca se comportou como quem se considerasse dono do mundo. Podia ceder em suas opiniões se as ponderações o convencessem” (Prado, 2005, p. 46).

²⁹⁰ “A inflação que nos humilha”, título do editorial da *Gazeta Mercantil*, de 13 de janeiro de 1993, revela a atmosfera nos primeiros meses do governo Itamar Franco.

²⁹¹ Não causa espécie a simpatia do presidente Itamar Franco ao congelamento de preços. O congelamento, até então, era visto, pelo senso comum, como uma medida inerente ao combate à inflação. Além disso, evidências apontavam que a inflação era, em boa medida, produzida pelos oligopólios: “Os aumentos reais dos setores oligopolizados [público e privado] foram responsáveis por 45,15% da inflação de 1.129,56% de 1992, calculada pela Fipe” (Stabile, 12 jan. 1993).

²⁹² A existência de uma agenda pró-mercado no governo Itamar é anterior à chegada de Fernando Henrique Cardoso ao Ministério da Fazenda. Paulo Haddad informou ao FMI que as reformas constitucionais (previdenciária, quebra de monopólios, desvinculação dos gastos e mudança no tratamento do capital estrangeiro) fariam parte do plano de estabilização (Bittencourt, 11 fev. 1993).

A cobrança por medidas era implacável e tinha origens externas e internas. No primeiro caso, o FMI pressionava pelo ajuste fiscal (Durão, 10 mar. 1993). Para o FMI, um “programa de estabilização” somente teria sucesso se ancorado em um ajuste fiscal e na reforma da Constituição de 1988, promovendo medidas que “equacionassem os desequilíbrios do setor público” (Prado, 1º abr. 1993)²⁹³. Internamente²⁹⁴, é importante lembrar que o empresariado industrial tinha o seu diagnóstico sobre a inflação que incluía a indexação (elemento inercial), o déficit público descontrolado e “as expectativas inflacionárias do setor privado [que] levam a movimentos especulativos de preços”. Para a principal organização desse segmento, um programa de estabilização, para ter êxito, precisaria enfrentar todos esses elementos, mas de maneira “estrutural”, ou seja, atacar o déficit público e a indexação (FIESP, 1990, p. 38-40).

A questão do déficit público foi ganhando maior importância para a FIESP: “Somente com o equilíbrio das contas do governo e o equacionamento de suas dívidas é que a inflação poderá ser efetivamente debelada”. E as reformas estruturais demandadas eram: reforma tributária, revisão da liberalização comercial (maior facilidade para importação de bens de capital e interrupção da abertura em alguns setores), aprofundamento do processo de privatização, fim do controle de preços e liberdade de negociação salarial, reforma do Estado e transparência das contas públicas (Seidl, 3 fev. 1993). A proposta não foi bem acolhida pelo presidente Itamar Franco, que não se manifestou especificamente sobre ela (Seidl, 3 fev. 1993), mas chamou os empresários de “gananciosos” (Itamar admite medida contra inflação, 3 fev. 1993). Por sua vez, os empresários entendiam que o governo não teria sucesso no controle da inflação (Empresários descartam controle da inflação, 17 fev. 1993).

FIESP e Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentavam uma preocupação crescente com a elevação da inflação, mas apresentavam diagnósticos e soluções divergentes para este problema, e traçavam cenários distintos: Albano Franco, presidente da

²⁹³ O temor do FMI era a adoção de um “programa de estabilização” heterodoxo (congelamento de preços e salários) ou ancorado na taxa de câmbio (Prado, 1º abr. 1993).

²⁹⁴ É importante destacar que a pressão externa era utilizada, internamente, para aumentar a pressão sobre o governo Itamar, conforme o seguinte editorial da Folha de S. Paulo: “O coro crescente na sociedade que cobra do governo federal a definição urgente – e já tardia – de um programa econômico [um plano que dê rumos para a economia] para o país acaba de ganhar uma nova voz: o Fundo Monetário Internacional” (Até o FMI, 11 fev. 1993).

CNI, imaginava que o governo faria “alguma coisa [...] mais violenta para derrubar a inflação”, enquanto Moreira Ferreira, presidente da FIESP, acreditava que o governo não aplicaria um “choque” (Rossi, 14 jul. 1993). A proposta reformista da CNI (1992) era contrária à dolarização²⁹⁵ e advogava a criação de banco central independente, a adoção de reformas fiscal e monetária e “soluções negociadas de reajustes de preços e salários”. Combater a inflação através da negociação encontrava guarida em segmentos do governo, como a Ministra do Planejamento, Yeda Crusius²⁹⁶ (Yeda quer pacto para derrubar a inflação, 12 mar. 1993) e o ministro do Trabalho, Walter Borelli, mas também fora dele, entre setores do empresariado como, por exemplo, a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS) (As câmaras setoriais e o pacto social, 30 abr. 1993) e a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) (Mota, 11 ago. 1993), e entre importantes economistas do Partido dos Trabalhadores (PT) (Mercadante & Mantega, 5 maio 1993)²⁹⁷.

O terceiro ministro da Fazenda, Eliseu Resende (01/03/93 a 21/05/93), afirmou que a inflação causava “angústia” no presidente Itamar Franco (Inflação angustia Itamar, diz Rezende, 26 mar. 1993), reconheceu que a inflação não baixaria “na velocidade esperada pelo presidente [... mas ...] que a queda ser[ia] gradual, sem choques ou prefixação de preços e salários” (Eliseu promete que inflação vai cair, 11 mar. 1993).

A ausência de choques era saudada no editorial da Gazeta Mercantil, que atesta o compromisso do presidente Itamar Franco com esse tipo de estratégia:

[O] presidente já disse à Nação o que lhe cabia dizer. Há um rosário de medidas em estudo na área econômica, mas não existe dia “x” para que venham a ser adotadas. As decisões não constarão de um “pacote”, mas serão anunciadas progressivamente, de acordo com o que permitirem as circunstâncias e sempre com a audiência das lideranças parlamentares que apóiam o governo. [...] Ninguém espera que os índices de preços despenquem de uma hora para outra. Mas, sem dúvida, se o governo agir

²⁹⁵ A estabilização proporcionada pelo Plano de Conversibilidade influenciou o debate econômico e político brasileiro. É bem provável que as diferenças entre as economias argentina e brasileira (a argentina já era fortemente dolarizada) tenham contribuído para o abandono de uma saída *à la* “Conselho da Moeda” no caso brasileiro, apesar de sua defesa por um dos “genitores” do Plano Real (Lara Resende, 1992).

²⁹⁶ Para a ministra, apenas um “pacto antiinflacionário” poderia romper o “pacto inflacionário”. Da perspectiva aqui adotada, a idéia de “pacto” poderia muito bem ser vista como “coalizão”.

²⁹⁷ E o governo emitiu alguns sinais de que seus esforços no combate à inflação seguiriam nesta direção (Governo reativa câmaras para conter inflação, 2 abr. 1993), com a retomada e a ampliação das câmaras setoriais, o que foi criticado por alguns economistas ligados às associações patronais, para os quais a negociação não reduziria a inflação, mas apenas evitaria o seu descontrole (Picillo, 10 maio 1993).

de forma consistente e conseguir transmitir mais segurança à sociedade, os resultados virão. A estabilidade poderá estar à vista talvez mais cedo do que se imagina, desde que, insistimos, com a ausência de sobressaltos causados por ameaças reais ou imaginárias, as expectativas inflacionárias gradualmente acabem por perder a força (Combate à inflação sem sobressaltos, 12 mar. 1993)

O programa econômico do ministro Eliseu Resende foi divulgado em 24 de abril de 1993. “Pretendia atacar a especulação financeira com a queda dos juros²⁹⁸. Previa o combate à corrupção e a retomada do crescimento econômico. Foi um plano de combate ao desajuste fiscal que não durou muito” (Prado, 2005, p. 53), pois Resende foi demitido em 19 de maio, após denúncias de tráfico de influência.

De qualquer maneira, seu plano foi criticado pelo FMI por ser “excessivamente gradualista e minimamente ambicioso” (Brasil não executa programas e FMI pode ser duro com o País, 26 abr. 1993) e por vários economistas em razão da ausência de medidas efetivas para combater a alta dos preços (Cristina, 27 abr. 1993)²⁹⁹.

Contudo, o compromisso do governo no combate à inflação foi colocado à prova, sobretudo pela grande imprensa (Safatle, 22 maio 1993), quando o então ministro interino do Planejamento, Alexis Stepanenko, do círculo íntimo do presidente Itamar Franco, declarou: “se tenho inflação e aumento de renda, qual o problema? Nós vamos sair desse labirinto, dessa psicose coletiva, via reaquecimento da economia. [...] O destino está traçado, este governo não vai arredar pé da retomada do crescimento” (Safatle, 19 maio 1993).

Esse “mal-estar” seria superado com a nomeação do então ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, para o Ministério da Fazenda. Congresso, banqueiros, FIESP, Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), e Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FECOMERCIO) saudaram a “credibilidade do tucano” (Vasconcelos, 21 maio 1993; Bittencourt, 21 maio 1993; Raposo, 21 maio 1993) e a

²⁹⁸ Ao que parece, o plano não contava nem com a simpatia dos técnicos do Ministério da Fazenda, que defendiam a elevação dos juros para combater a inflação (Alta de juros para conter inflação, 18 maio 1993).

²⁹⁹ Uma das medidas cogitadas pelo ministro Eliseu Resende para combater a inflação era o aumento das importações: “Precisamos estudar a possibilidade de contar com produtos importados competitivos no mercado interno” (Lopes, 18 maio 1993). Esse tipo de medida tinha o apoio do ministro do Trabalho (Barelli quer ministro da ‘contra-inflação’, 8 maio 1993), mas seria tomada apenas na gestão de Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda.

indicação recebeu o apoio entusiástico do presidente do BID (Pinto, 24 maio 1993). Para quem alegava ter sido surpreendido pelo convite, Fernando Henrique Cardoso, em entrevista coletiva, mostrava-se muito bem informado sobre a agenda do Ministério da Fazenda³⁰⁰:

Por que então [a inflação] é alta? Em grande medida pela falta da chamada confiança. [...] Agora, tem que ter uma execução orçamentária rígida, nós precisamos ter um controle muito grande do endividamento dos estados e municípios. [...] Estou de acordo com as linhas gerais e as propostas de disciplina orçamentária que estão lá [no programa do Eliseu]. [...] Enquanto eu estiver no ministério quero duas coisas: ordem e disciplina. Repito: quem der palpite sobre política econômica pela imprensa, não sendo ministro da Fazenda nem presidente da República, por favor peça demissão. Não, não haverá congelamento de preços. Isso aí é uma coisa que está excluída do governo, está excluída da mentalidade dos brasileiros. [...] Algumas empresas têm gastos que o Estado não pode fazer face. Como é que se resolve isso? Com privatização. Está sendo feita. Vamos continuar fazendo a privatização. [...] *O presidente me deu carta branca* (Cardoso não vê razão para juros especulativos, 21 maio 1993 – grifo meu).

No seu discurso de posse no Ministério da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso deixou claro qual o problema a ser atacado: “Nosso fantasma é uma espécie de peste, é uma praga. É um flagelo do povo, que se chama inflação” (Cardoso, 22 maio 1993). Para Safatle (22 maio 1993), não seria uma tarefa fácil, pois a pressão vinda da Presidência da República era pelo crescimento econômico, o que afetaria as políticas voltadas à estabilidade de preços. Nenhum ministro anterior a Cardoso teria resistido a essas pressões, mas o novo ministro não via incompatibilidade entre combate à inflação e crescimento: para ele, a saída estava no crescimento “porque este país só tem futuro se estiver crescendo economicamente. Nós não temos alternativa: é crescer ou crescer” (Cardoso, 22 maio 1993)³⁰¹.

Antes mesmo da apresentação do PAI, o apoio manifestado na grande imprensa e por parte dela ao ministro Fernando Henrique Cardoso era declarado, por exemplo, em editorial do *Jornal do Brasil*:

³⁰⁰ O então chanceler Fernando Henrique Cardoso estava em contato com economistas tucanos discutindo alternativas para um plano de estabilização (Prado, 2005, p. 54-56).

³⁰¹ De fato, Safatle (22 maio 1993) não estava errada quanto ao dilema (estabilidade versus crescimento), mas sim na identificação do momento em que ele se apresentou: essa disjuntiva não constituía um problema para o ministro Cardoso, mas veio a sê-lo para o presidente Cardoso. Neste caso, a opção pela manutenção da estabilidade em detrimento do crescimento foi inegável.

Agora, sem o governo anunciar qualquer plano mirabolante, graças à credibilidade que inspira a presença do senador Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda, a sociedade demonstra confiança nas providências que o governo irá tomar. A disparada das ações nas Bolsas e a reversão real das cotações do dólar paralelo são prova disso (Oportunidade Única, 10 jun. 1993)³⁰².

O PAI surgiu como Plano FHC, pois Pedro Malan elaborou, em 4 de junho de 1993, um plano dividido em três fases F, H e C, sendo cada uma delas subdividida em outras seis fases. A preocupação era “de cunho basicamente fiscal, destinadas a facilitar o entendimento externo com os bancos credores que pressupunha um acordo de ajuste com o FMI” (Prado, 2005, p. 67-69). Além disso, privatização, abertura da economia, quebra dos monopólios do petróleo e das telecomunicações estavam sempre no horizonte da equipe de economistas que assessorava o ministro da Fazenda (Prado, 2005, p. 73).

O PAI foi visto “com cautela e boa vontade nos EUA” (Bittencourt, 15 jun. 1993); foi elogiado pela FIESP, que criticou o IPMF (Leonel, 15 jun. 1993); foi considerado “tímido” para a queda da inflação pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) (Nascimento, 15 jun. 1993); e foi também elogiado pelo editorial da Gazeta Mercantil, uma vez que responderia “aos anseios da sociedade brasileira” (Podemos reformar o Estado. Se quisermos, 15 jun. 1993). Mas talvez, mais importante, tenha sido a percepção disseminada de que o presidente Itamar Franco havia sido afastado da condução da política econômica e que um novo candidato se apresentava à sucessão presidencial (Casado, 15 jun. 1993). O principal resultado do PAI foi o aumento da arrecadação do governo federal e a adesão/apoio da mídia às iniciativas do ministro da Fazenda (Rodrigues, 2000, p. 289). Mas não só dela. José Carlos Moraes Abreu, diretor-geral da holding do Grupo Itaú, manifestava a sua expectativa positiva em relação ao ministro Cardoso: “A indicação de Fernando Henrique Cardoso trouxe esperança” (Abreu, 27 jun. 1993). O que se vê aqui é o processo de construção de uma nova coalizão que vai destruir a coalizão inflacionária, o que passava pelo enfrentamento da política salarial (Inflação: governo teme impacto da política salarial, 2 jul. 1993).

³⁰² O Coordenador do PNBE afirmava que a presença de Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda representava “uma oportunidade de ouro para efetivamente combater a inflação” (Grajew, 4 jun. 1993). Perguntado se o ministro Fernando Henrique reunia as “condições reais para reduzir a inflação”, João Sayad respondeu afirmativamente com o artigo intitulado “O homem e sua hora” (Sayad, 29 maio 1993).

Apesar de sinalizações bastante genéricas em favor de algum tipo de “pacto social” (FHC quer proposta de pacto da sociedade, 6 jul. 1993; Inflação: FHC propõe acordo, 7 jul. 1993), o ministro Fernando Henrique Cardoso, de fato, descartava não só este tipo de alternativa³⁰³, mas outras também, pois “as medidas adotadas na Argentina [dolarização], México [pacto social] e Chile [o ministro estaria se referindo à autonomia do Banco Central?] não encontram tradução no Brasil. Precisamos encontrar o nosso próprio caminho. Não podemos pinçar medidas de combate à inflação do museu da história” (Inflação: FHC propõe acordo, 7 jul. 1993 – grifo meu).

Fernando Henrique Cardoso nunca abandonou o diagnóstico oficial da inflação realizada pelo PAI (“a desordem financeira e administrativa do setor público”), mas afirmava também que “a nossa inflação [era] política e tinha sócios” (Inflação: FHC propõe acordo, 7 jul. 1993 – grifo meu). O problema nem seria a inflação, mas a “indústria da inflação”:

Os empresários jogam a inflação nos preços. Os líderes sindicais mais organizados conseguem em negociações diretas reajustes nominais. A classe média perde, claro – mas, pelo menos, consegue manter seu dinheiro em alguma aplicação. O drama maior é para os mais desorganizados que, na verdade, são os que menos têm força de pressão (Cardoso apud Dimenstein, 23 jul. 1993).

O que se tem aqui é uma descrição do funcionamento da coalizão inflacionária segundo Fernando Henrique Cardoso. E, claramente inspirado em Hirschman (1981), o ministro da Fazenda “afirmou que como todos os setores organizados da sociedade, incluindo governo, ganham com a inflação não há cooperação para o seu combate” (Cardoso apud Ferreira, 24 jul. 1993).

No entanto, desde a sua nomeação para o Ministério da Fazenda, as taxas mensais de inflação se elevavam: de 26,78% em maio, para 30,37% em junho, 31,01% em julho e 33,34% em agosto de 1993. Todo o apoio que lhe fora concedido não evitou uma cobrança mais efetiva de ações voltadas ao combate da inflação: “Políticos pedem ação enérgica contra a inflação” (Políticos..., 4 ago. 1993); “Pressões políticas forçam choque na inflação” (Pressões..., 4 ago. 1993); “Líderes cobram queda imediata da inflação” (Líderes..., 20 ago. 1993); “Senadores também cobram medidas” (Senadores..., 20 ago.

³⁰³ Um dos motivos seria a ausência de proposta de uma política salarial (Rossi, 27 jul. 1993).

1993). Apesar de reafirmar o seu apoio ao ministro, a FIESP cobrou “medidas concretas” para combater a inflação (Horita, 23 jul. 1993). Mesmo Luiz Antônio de Medeiros, presidente da governista Força Sindical, central criada com o apoio do governo Collor e dos empresários para fazer frente à opositorista CUT (Trópia, 2002), afirmava que “com 30% não dá para segurar”, pois o “momento é grave e exige medidas mais drásticas” (Medeiros, 5 ago. 1993).

O ministro respondeu afirmando que novas medidas estavam em estudo, mas que qualquer tipo de choque estaria descartado (Stenzel, 5 ago. 1993; Bortot, 5 ago. 1993); responsabilizou as pressões por reajuste salarial feitas pelo deputado Paulo Paim (PT-RS) como um dos motivos que teria levado ao aumento da inflação (FHC culpa Paim pela inflação, 11 ago. 1993); e acrescentou que o controle da inflação somente seria obtido através de ajuste fiscal e controle das contas públicas (Rebouças, 17 ago. 1993).

As pressões aumentam (Inflação em alta preocupa empresários, 31 ago. 1993; Empresários temem choque, 31 ago. 1993), não em direção ao ministro da Fazenda, mas sim ao presidente da República, que passa a ser responsabilizado, em diferentes graus – inclusive externamente (FMI: Itamar é o maior obstáculo, 1º set. 1993; Silva, 3 set. 1993) –, pela instabilidade política e pelas dificuldades enfrentadas pelo ministro da Fazenda (Serra, 24 ago. 1993), cuja possibilidade de demissão preocupa o empresariado (Empresários temem choque contra a inflação, 31 ago. 1993)³⁰⁴.

A preocupação do empresariado com a demissão do ministro da Fazenda não estava unicamente vinculada à ausência de resultados no combate à inflação, mas estava também ligada à eleição presidencial de outubro de 1994 e à possibilidade de vitória do candidato do PT, Lula da Silva. Se o “plano econômico” do ministro funcionasse, estaria ali um candidato imbatível nas eleições. Era preciso, portanto, ter um pouco mais de tolerância em

³⁰⁴ A apresentação da “contribuição de empresários e trabalhadores” foi a maneira sugerida por alguns empresários para evitar este cenário e para respaldar a adoção “de medidas mais rígidas” no combate à inflação (Combate à inflação. Empresários querem contribuir, 31 ago. 1993).

relação ao desempenho do ministro. Isto explique talvez o motivo de centrar a crítica no presidente Itamar Franco e de buscar preservar o ministro da Fazenda³⁰⁵.

A equipe econômica sabia da importância de envolver e de ter o apoio do “setor externo” nas iniciativas de combate à inflação. Nesse sentido, em julho, Pedro Malan distribuiu uma cópia do PAI para todos os envolvidos no processo de renegociação da dívida externa (FMI, Banco Mundial, BID, credores privados e governos) (Prado, 2005, p. 141). Em setembro do mesmo ano, no discurso proferido na reunião conjunta do FMI e do Banco Mundial, Fernando Henrique Cardoso ressaltou a importância política de ter o apoio do FMI ao programa econômico. Além disso, reafirmou o seu compromisso de aprofundar a implantação das reformas estruturais (FHC. Brasil caminha para o ajuste social, 30 set. 1993).

A equipe econômica queria alcançar, o mais rapidamente possível, um acordo com os credores internacionais, que previa uma troca de papéis brasileiros que seriam parcialmente garantidos por uma emissão de títulos do Tesouro norte-americano após o aval da operação pelo FMI. O problema era que o FMI não concordava com as idéias de desindexação da economia brasileira e defendia a sua abordagem clássica: ajuste fiscal e política monetária contracionista³⁰⁶. Sem o aval do FMI, o Tesouro norte-americano não emitiria os títulos e sem os títulos não haveria acordo com os credores internacionais.

Em uma conjuntura de aquecimento da economia (CNI: inflação não inibe indústria, 30 set. 1993), mas com a inflação em alta e com o “plano econômico” em gestação, o ministro da Fazenda viu-se obrigado a repetir, inúmeras vezes, o seu compromisso com o combate à inflação (FHC promete combater inflação “doa a quem doar”..., 3 out. 1993; Ataque à inflação começa logo, 3 out. 1993; Reali Jr., 17 out. 1993).

³⁰⁵ O mesmo é válido em relação ao FMI: “O ministro Fernando Henrique Cardoso goza de grande credibilidade no Fundo, comparável apenas à de Marcílio Marques Moreira (Silva, 3 set. 1993). De fato, trata-se de um outro elemento que atesta a ligação entre os governos Collor de Melo e Cardoso.

³⁰⁶ A visão era compartilhada pelo Banco Mundial: “Não há alternativas para medidas antiinflacionárias ortodoxas”, dizia Rainer Steckhan, diretor do BIRD (Combate à inflação é prioridade conclui BIRD, 20 nov. 1993).

4.3 O Plano Real e a constituição da coalizão reformista-desinflacionária

A arquitetura do Plano Real (URV e nova moeda) – ou o Plano FHC como ficou conhecido no dia em que foi anunciado (7 de dezembro de 1993) –, mostrou que, ao não atender as exigências do FMI para que fossem adotadas políticas ortodoxas, a equipe econômica estava convicta do acerto do seu diagnóstico e das medidas para o combate da inflação. Mas o conteúdo das medidas em relação ao ajuste fiscal gerou muitas controvérsias, por parte dos políticos, das centrais sindicais, do empresariado e até dos militares, em relação à criação do FSE e ao aumento de impostos (Majores partidos rejeitam Fundo Social, 8 dez. 1993; Para ACM, aumento de impostos é ‘inaceitável’, 8 dez. 1993; Centrais criticam aumento de 5% em impostos, 8 dez. 1993; Plano é inflacionário e recessivo, diz Fiesp, 8 dez. 1993; Corte de verba para 94 desagrada militares, 8 dez. 1993). O próprio PSDB se dividiu em relação às medidas anunciadas (PSDB está dividido em relação a plano, 30 dez. 1993). O presidente da CUT, Jair Meneguelli, disse que o Plano FHC significava “mais chumbo sobre o trabalhador” e que iria “lutar contra a proposta no Congresso (CUT vai lutar contra proposta no Congresso, 8 dez. 1993). Antonio Ermínio de Moraes chegou a afirmar que o país, em decorrência do aumento dos entraves à produção e à redução do crescimento da economia, viraria um Paraguai, “onde todo mundo faz comércio, mas ninguém produz nada” (País pode virar ‘um Paraguai’, diz Ermínio, 8 dez. 1993).

Um “temor” em relação às regras de conversão da URV teria tomado conta da “economia” (Plano FHC deixa economia nervosa, 12 dez. 1993). De modo geral, os empresários eram favoráveis, como sempre, ao corte de gastos, mas eram duramente críticos em relação ao aumento de impostos. Já os sindicalistas criticaram os cortes lineares no orçamento e apenas Luiz Antônio de Medeiros condenou o aumento de impostos (Medeiros, 8 dez. 1993). No entanto, o Plano FHC, segundo um jornalista de então, teria um poderoso aliado: “a falta de alternativa para o país” (Suzuki Jr., 8 dez. 1993), bem como aliados importantes, como os presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados (Lucena e Inocêncio dão voto favorável, 8 dez. 1993)³⁰⁷. O que estava em jogo no

³⁰⁷ O ministro da Fazenda e seu plano ganharam ainda apoio de importante segmentos da Igreja Católica, como o de Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo (Dom Evaristo elogia Cardoso e

Congresso era “que a aprovação ajuda[sse a] candidatura de Fernando Henrique, mas [os políticos não queriam] ser culpados pela inflação em alta (Holzman & Martins, 12 dez. 1993).

Fernando Henrique Cardoso dirigiu um apelo ao Congresso Nacional:

Vocês deram tudo o que Collor desejou. Agora está aqui um colega de vocês, que abdicou de muita coisa para executar o programa de estabilização, pedindo apoio para aprovação de um orçamento equilibrado. [...] Tudo o que peço são dois votos: a aprovação do Fundo e a aprovação do orçamento. Nunca foi pedido tão pouco (Cardoso apud Ministro pede mesmo apoio dado a Collor, 15 dez. 1993; Cardoso apud Safatle, 17 dez. 1993).

Mas não foi apenas um pedido. O ministro da Fazenda colocou a situação nos seguintes termos: “os cortes ou a híper” (Os cortes ou a híper, diz FHC, 22 dez. 1993). No entanto, o governo foi derrotado na votação das medidas provisórias relativas ao Plano FHC (Hollanda, 28 jan. 1994): “Quem obstruiu a votação não defende o interesse do povo” (Magalhães, 28 jan. 1994), afirmava o então ministro da Fazenda. A derrota foi duramente criticada pela grande imprensa, que chamou de “vergonhosa politicagem” (Vergonhosa politicagem por omissão, 29 jan. 1994). Mas a derrota do governo estava associada à admissão da candidatura de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República (Vergonhosa politicagem por omissão, 29 jan. 1994). O vice-líder do Partido Liberal (PL) na Câmara afirmou que “a candidatura do ministro à Presidência da República tira a credibilidade do plano” (Neves, 28 jan. 1994).

Fernando Henrique Cardoso avaliava que o “escândalo do Orçamento” enfraqueceria o Congresso e que, no final, as medidas seriam aprovadas (Safatle, 20 jan. 1994). De fato, em 23 de fevereiro de 1994, o FSE foi aprovado em segundo turno por ampla maioria (401 votos a favor e apenas 96 contra), após algumas negociações frustradas, depois do envolvimento pessoal do presidente da República³⁰⁸, da pressão do empresariado (Empresários decidem pressionar Congresso, 5 fev. 1994; Rodrigues, 7 fev. 1994; Raposo, 8 fev. 1994). Além disso, o governo aproveitou as manifestações do FMI – “exigindo o

acredita que plano terá sucesso, 24 dez 1993). Posteriormente, Dom Aloisio Lorscheider afirmaria que o Plano Real “não foi construído eleitoralmente, mas para resolver a situação do país” (Araripe, 8 set. 1994).

³⁰⁸ O que foi elogiado pelo editorial da Folha de S.Paulo: “O Plano FHC converte-se assim no Plano Itamar” (Plano Itamar, 29 jan. 1994).

controle da inflação como condição para a realização do acordo da dívida” – para pressionar o Congresso e o Judiciário (Mandim, 10 fev. 1994), excluindo o Judiciário e o Legislativo dos cortes previstos em seus orçamentos. Além disso, os fundos de participação dos estados e municípios ficaram fora do FSE, mas o percentual se elevou para 20% das outras verbas vinculadas. “Assessores do ministro Fernando Henrique Cardoso avaliaram que o governo perdeu um pouco, mas preservou o essencial” (Magalhães, 21 jan. 1994). Os recursos levantados pelo FSE teriam como destino “a famosa rubrica 199 do orçamento. Ou seja, seriam usados para o pagamento dos juros da dívida interna federal” (Prado, 2005, p. 176).

4.3.1 As reações ao plano de estabilização

Nas análises externas sobre os “mercados emergentes”, o Plano FHC recebeu uma avaliação positiva do *Financial Times*, uma vez que a fraqueza política tanto do presidente Itamar Franco, quanto do Congresso Nacional permitiria o controle do déficit público. O combate aos mecanismos de indexação também era elogiado (Pela primeira vez, uma possibilidade real de pôr fim à inflação alta, 9? mar. 1994). Houve ainda “alívio” com a aprovação do FSE e otimismo em relação a Fernando Henrique Cardoso, que passou a ser identificado como o “candidato ideal” para enfrentar Lula (Bittencourt, 25 fev. 1994)³⁰⁹.

Internamente, não havia planos para restringir o ingresso de capital externo (Pinto, 26 fev. 1994), mas já se previa a utilização de importações para conter os preços adotados pelos setores oligopolizados (Safatle, 1º mar. 1994). Ao efetuar um balanço dos eventos que culminaram com a aprovação do FSE, o editorial da Gazeta Mercantil destacava “a força do plano negociado” que, por isso, poderia se transformar “no nosso Moncloa”: “é nessa direção que trabalharemos, é por isso que desejamos o êxito do plano de FHC” (A força de um plano negociado, 26 fev. 1994).

³⁰⁹ Nas palavras de John Williamson: “Tenho certeza que ele tinha isso em mente [a eleição presidencial] quando criou o programa de estabilização e lançou-se candidato à Presidência da República. Ele sabe que reduzir a inflação às vésperas das eleições trará muitos votos para sua candidatura. Isso faz dele um homem muito inteligente e um político muito ambicioso. [...] O plano está ajudando muito a sua candidatura, pelo fato de não ter sido um fiasco. [...] O plano é consistente com o Consenso de Washington. [...] e a [...] visão econômica (de FHC) é muito parecida com o que denominamos o Consenso de Washington” (Williamson apud Canzian, 7 ago. 1994).

As disputas em torno da medida provisória da URV se deram antes e depois da sua divulgação em 27 de fevereiro de 1994. No governo, os debates giraram em torno do valor do salário mínimo – que ficou em 64,79 URVs, quando a reivindicação do ministro do Trabalho, Walter Borelli, era de US\$ 100,00 – e do reajuste para os servidores públicos. Este teve como porta-voz o Almirante Arnaldo Leite Pereira, ministro-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, e resultou em um abono de 5% para todo o funcionalismo a ser pago em fevereiro, integrando inclusive para o cálculo da média (Pinto, 1º mar. 1994).

As reações ao plano foram distintas. De um lado, o apoio do empresariado, da grande imprensa e, finalmente, da maioria dos parlamentares pode ser interpretado como indicativo do processo de constituição da coalizão reformista-desinflacionária:

O Plano FHC foi recebido com bons olhos pelos empresários. Neste setor, fez uma decolagem suave porque não trouxe mudanças radicais nem quebras abruptas e unilaterais dos contratos [...]. As Bolsas reagiram com alta ontem, espelhando um pouco o alívio dos empresários. Comparado com seus antecessores, o plano é engenhoso, interfere pouco na vida do país e parece brando demais (Congresso e sindicatos preparam reação, 1º mar. 1994).

De outro lado, os representantes dos trabalhadores “apoiavam a indexação diária do salário” (Florence, 26 fev. 1994), mas a conversão dos salários pela média dos últimos quatro meses uniu parte dos congressistas e todos os sindicalistas contra o plano. As centrais sindicais pretendiam convocar uma greve geral a favor da conversão dos salários pelo pico (Centrais sindicais se unem por conversão pelo pico..., 5 mar. 1994).

Apesar das afirmações do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, de que não iria negociar com o Congresso a parte relativa aos salários da medida provisória da URV (Bortot & Souza, 1º mar. 1994)³¹⁰, o governo cedeu e garantiu o reajuste salarial – de acordo com a variação de um novo índice (IPC-r) – na data-base de cada categoria após a emissão do real (Projeto do real vai para sanção, 20 maio 1994)³¹¹. Ao que parece, a Força Sindical ficou satisfeita com a aprovação do IPC-r e abaixou o tom de suas críticas,

³¹⁰ O que foi chamado de “âncora salarial”: “Continuamos com a impressão de que a verdadeira âncora do programa no curto prazo é o congelamento ‘de fato’ dos salários nominais, para impedir que as distorções distributivas emergem com rapidez e perturbem mais depressa o equilíbrio externo” (Delfim Netto, 13 jul. 1994).

³¹¹ Segundo Edmar Bacha, o “IPC-r foi [um] grande erro”, mas foi o “preço que se pagou pela democracia” (Bacha: “IPC-r foi grande erro”, 3 set. 1994).

enquanto a CUT preparou-se para fazer oposição ao Plano Real. De qualquer maneira, o recuo do governo em relação ao IPC-r foi uma tática para evitar a criação de um “gatilho salarial”, que feriria de morte um dos pilares do plano desinflacionário, qual seja, a desindexação dos salários. Era o grande temor da equipe econômica (Safatle, 15 set. 1994).

Enquanto os empresários puderam converter livremente os seus preços, “*a conversão dos salários pela média era considerada vital para brechar a espiral inflacionária*” (Prado, 2005, p. 195 – grifo meu). O resultado foi a constatação, pelo governo, de uma “explosão de preços”, a qual o Secretário Especial de Preços do Ministério da Fazenda, José Milton Dallari, reconhecia a incapacidade do governo para controlar preços (Governo constata explosão de preços, 3 mar. 1994) e inclusive admitiria que não iria fazê-lo (Durão, 10 mar. 1994).

Aqui é importante realizar uma observação: este fato explicaria o descarte do congelamento de preços como política desinflacionária. Ou seja, o Estado não estava institucionalmente aparelhado para efetuar o controle de preços³¹² e optou pelo controle de salários.

Com efeito, o aumento de preços atingiu um patamar que impedia novas elevações: “Se aumentarmos os preços 5% acima do que já estão não vamos vender mais”, disse Edmundo Klotz, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA). Segundo ele, o setor está ‘há mais de um mês com os preços nivelados e preparados para o real’” (Seidl, 25 maio 1994).

A “arma” do Ministério da Fazenda para conter a elevação de preços era a redução da alíquota do imposto de importação (Rossi, 1º mar. 1994; Otta, 10 mar. 1994), enquanto o presidente Itamar Franco acreditava que poderia conter a alta de preços em URV com a utilização das câmaras setoriais (Freire, 3 mar. 1994), o que não era levado a sério pelo Ministério da Fazenda: “[Fernando Henrique Cardoso e Gustavo Franco] foram jantar, brindar e passar o resto da noite falando mal de câmaras setoriais, pactos sociais, e do medo que tinham dos abraços da Fiesp com a CUT e o governo no meio – que chamavam de ‘coalizão inflacionária’ de patrões, empregados e Estado” (Fiúza, 2006, p. 110).

³¹² O legado do Plano Cruzado exerce aqui todo o seu peso.

Após a edição da medida provisória da URV, o governo mudou sua estratégia de atuação no Congresso. As medidas provisórias seriam prorrogadas a cada trinta dias e não havia interesse do governo em colocá-las em votação. Esse fato, além de evitar o risco da derrota, permitia ao governo fazer as alterações no plano que julgava necessárias (Cardoso avisa Congresso que não tem pressa, 2 mar. 1994; Muzzi, 2 mar. 1994; Safatle, 16 mar. 1994). De fato, a implantação do Plano Real somente foi possível em razão da utilização de medidas provisórias, que funcionaram como uma verdadeira “âncora institucional” do plano (Monteiro, 1997, p. 126-129)³¹³.

No *front* externo, as “dificuldades no acordo com o FMI” continuavam, não obstante a percepção do Fundo de que o ajuste fiscal realizado era aquele politicamente possível. Além disso, a burocracia do FMI dividiu-se em torno das medidas heterodoxas de desindexação (Pinto, 2 mar. 1994). Entretanto, o silêncio do FMI em relação ao acordo com os credores internacionais passou a ser usado pela equipe econômica para pressionar o Fundo e o Tesouro norte-americano: alegava-se que a ausência de apoio ajudaria a candidatura de Lula (Sotero, 6 mar. 1994).

Entre o lançamento da URV e o início da emissão do real, o ministro Fernando Henrique Cardoso recebeu o apoio do PFL, que “considera[va] o plano consistente e se disp[unha] a votar a favor, mas desde que acompanhado de reformas estruturais (Vaz & Faria, 1º mar. 1994); de empresários europeus (Reali Jr., 2 mar. 1994); da CNI (que ainda acreditava na eficiência das câmaras setoriais para o controle dos preços) (Em Brasília, dúvidas e exigência de ajuste fiscal, 9 mar. 1994); da FIESP, que passou a apoiar sua candidatura à Presidência da República (Raposo, 9 mar. 1994) e o plano, desde que este fosse acompanhado de reformas estruturais (Seidl, 22 mar. 1994). Nas palavras do presidente da FIESP:

O que queremos é a reforma tributária e da Previdência Social. [...] O que se deseja é que seja permitido à iniciativa privada disputar com a Petrobrás determinadas situações na área de petróleo, como por exemplo o transporte do gás. [...] Não temos que ter medo do capital estrangeiro. O capital não tem pátria. Ele vai para onde haja maior rentabilidade, estabilidade e maior lucro. [...] Sem revisão não há

³¹³ Consultar Soares (2000), para uma análise semelhante à de Monteiro (1997). A Medida Provisória n° 434, de 27 de fevereiro de 1994, que instituiu a URV foi convertida na Lei n° 8.880, de 27 de maio de 1994. Já a Medida Provisória n° 542, de 30 de junho de 1994, foi convertida na Lei n° 9.069, de 29 de junho de 1995.

estabilização. Se não for feita a revisão constitucional, ninguém vai conseguir administrar o Brasil a partir da sua posse, seja quem for. [...] Sou totalmente favorável [ao plano econômico]. Acho que foi o melhor plano de estabilização que já foi feito, com debate prévio pela sociedade. É um plano consistente tecnicamente e que vai levar a inflação para baixo. [...] Acho que o plano é consistente, tem tudo para dar certo e nós vamos prestigiar, sem dúvida. [...] Os empresários tem independência suficiente para apoiar as ações corretas e, nesse caso, são poucas as críticas que fazemos ao senador Fernando Henrique (Ferreira, 17 abr. 1994).

Em maio de 1994, o empresariado industrial na FIESP estava em polvorosa frente às pesquisas eleitorais que apontavam Lula da Silva na dianteira: “Os empresários, como se sabe, estão em estado de choque com os números de Lula nas pesquisas. [...] Há inquietação, mas ainda não desespero entre os empresários. Eles esperam que Fernando Henrique suba nas pesquisas. Farão tudo o que for necessário para ajudá-lo a subir. [...] Um deles, mais cínico, confessa: ‘Se até lá o Fernando não decolar, nós tapamos o nariz e apoiamos o Quéricia’” (Conde, 22 maio 1994).

O apoio dos empresários – inclusive dos pequenos (Schuffner, 3 jul. 1994) – ao Plano Real era enorme. Levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisas Datafolha revelou que a esmagadora maioria (90%) dos empresários acreditava que as medidas que compunham o plano eram “boas para o país” (Empresários apostam no sucesso do real, 20 jun. 1994), mas o presidente da FIESP associava a sorte do plano à realização das reformas estruturais (Ferreira, 3 jul. 1994).

Aqui cabe uma pergunta: o que motivou o empresariado a apoiar o plano econômico do governo? Qual a urgência de combater a inflação quando a economia crescia 4,9% em 1993? A resposta está ligada aos fatores que levaram à constituição da coalizão reformista-desinflacionária. Como as manifestações das entidades de classe do empresariado deixam claro, o objetivo final eram as reformas estruturais, mas havia a convicção de que a implantação dessas reformas passava, necessariamente, pelo controle da inflação. Ou seja: não haveria condições políticas e econômicas para a adoção das reformas estruturais sem que o regime de inflação alta fosse debelado.

O FMI, por intermédio de seu diretor-gerente, Michel Camdessus, “fez o que pôde para deixar claro seu apoio ‘aos esforços de Cardoso para estabilizar a economia

brasileira” (Oliveira & Sotero, 17 mar. 1994), o que foi motivo de grande júbilo na grande imprensa:

A nota oficial divulgada ontem pelo diretor-geral do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, representa inequivocamente um respaldo enorme para o programa econômico do governo brasileiro e, por extensão, para o ministro Fernando Henrique Cardoso. [...] Embora como órgão técnico, o fundo não interfira em questões políticas internas, é inescapável uma leitura política da nota de Camdessus. Significa inegavelmente um firme respaldo da comunidade financeira internacional ao ministro da Fazenda, seja para o que lhe resta de gestão, seja, principalmente, para disputar a Presidência (FMI avaliza FHC, 17 mar. 1994).

Este apoio foi reiterado quando do lançamento da nova moeda:

Em nome do FMI, quero cumprimentar os brasileiros pela vitória [...]. Julho de 1994, será lembrado na história do Brasil como um grande mês não apenas por causa de sua vitória sobre a Itália³¹⁴. [...] O atual programa de estabilização] difere dos planos anteriores, que confiavam em controles de preços, congelamento de salários e medidas unilaterais sobre ativos financeiros, porque está baseado em disciplina fiscal, ajustamento estrutural e liberalização comercial (Camdessus apud Sotero, 19 jul. 1994)³¹⁵.

Nesse período, o governo conseguiu, finalmente, fechar o acordo com os credores internacionais sem ter previamente realizado um acordo com o FMI (Oliveira, 19 mar. 1994):

Nós somos pragmaticamente sérios e complacentes. Eu disse claramente ao comitê de bancos (credores do Brasil) para que fosse adiante [concluísse a negociação de reestruturação da dívida com o Brasil mesmo com a ausência de acordo com o FMI]. O progresso feito pelo país tinha sido suficiente para que eu fizesse tal recomendação, disse Camdessus (Passos, 22 abr. 1994).

Fica claro, portanto, que o processo desinflacionário no Brasil não foi feito à revelia do e/ou em confronto com o FMI, como algumas análises levam a crer.

Com Fernando Henrique Cardoso já candidato, o Plano Real recebeu o apoio da comunidade financeira internacional, manifestado através do presidente do comitê de

³¹⁴ Camdessus referia-se à Copa do Mundo de futebol conquistada pela Seleção Brasileira.

³¹⁵ Além de significar um indício importante para a configuração da coalizão reformista-desinflacionária, esse apoio explícito ao Plano Real visaria a disputa pela Presidência da República: “Tem havido alguma pressão sobre o FMI para ampliar seu endosso antes das eleições presidenciais do Brasil no dia 3 de outubro, uma vez que há quem receie que o candidato líder nas pesquisas, Luis (sic) Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), possa tentar renegociar a dívida externa” (Camdessus..., 19 jul. 1994).

bancos credores, William Rhodes, e do governo dos EUA, por meio do subsecretário do Tesouro, Lawrence Summers (Investidores e governo dos EUA apóiam o plano, 25 maio. 1994; Neumann, 25 maio 1994). A grande imprensa apresentou o combate ao Plano Real – a exemplo da posição anunciada pela CUT – como “torcer contra o Brasil” (CUT inicia campanha contra o Plano Real dia 29, 17 jun. 1994):

A decisão da CUT de iniciar uma vasta campanha contra o Plano Real só é compreensível como resultado da paixão política. Para eleger Luis (sic) Inácio Lula da Silva, vale tudo, até trair os interesses dos trabalhadores, que serão os maiores beneficiários da queda da inflação. [...] Pode-se discordar deste ou daquele aspecto técnico no Plano Real, ter temor ou dúvidas sobre seu êxito, mas tentar mobilizar a sociedade para combatê-lo e levá-lo ao malogro é outra coisa. Mais do que irracional e estúpida, essa é uma atitude criminosa e, partindo o movimento de uma central sindical, trata-se de um ato de traição à classe que ela pretende representar (Eles torcem contra o Brasil, 21 jun. 1994).

No final de julho, o editorial do *Jornal da Tarde* afirmava que as greves seriam “sabotagens contra o Plano Real”, que a CUT e o PT constituíam “um grupo político que sempre se nutriu da má situação econômica e social do País. O PT não pode crescer num Brasil sem crise”. Por fim, celebrou a queda de Lula da Silva nas pesquisas eleitorais (Os inimigos da estabilidade, 28 jul. 1994) Em agosto, o mesmo jornal declarou que Lula da Silva “era o candidato do desespero; Fernando Henrique, o candidato da esperança” (Do desespero à esperança, 17 ago. 1994). No final de setembro, com a divulgação do IPC-r (1,51%) medido entre 16 agosto a 15 de setembro, o editorial da *Gazeta Mercantil* afirmava: “Só os cegos pela paixão política podem negar o êxito de um plano que permitiu reduzir a inflação mensal, que andava nas cercanias de 45%, para 1 a 2%.” Além disso, elogiou a condução do plano e celebrou o apoio popular ao Plano Real (Advertência da vitória, 29 set. 1994). Assim, é inegável o apoio da grande imprensa ao Plano Real e ao candidato, o ex-ministro Fernando Henrique Cardoso.

As críticas ao Plano FHC e ao Plano Real não vinham unicamente do movimento sindical, mas a ira da grande imprensa direcionou-se contra os trabalhadores organizados, especialmente contra a até então combativa CUT. Ao isolar a CUT, criticá-la duramente, a grande imprensa contribuiu para o enfraquecimento da coalizão inflacionária.

O candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assessorado pelo grupo de economistas do partido, elevou o tom das críticas em relação ao

Plano Real (Abrucio Jr., 2 jul. 1994). Os economistas do PT consideravam que: o “Plano está fazendo água, diz Conceição” (Plano..., 26 mar. 1994); “Esse plano foi feito para durar apenas até o final de 1994. Não é para 1995” (Mercadante teme efeito retardado, 17 jun. 1994); “Conservador, recessivo, um horror”[, afirma] Conceição (Tavares apud Medeiros, 25 jun. 1994); “As fantasias do real” (Mantega, 12 jul. 1994)³¹⁶.

A grande imprensa rejubilou-se com lançamento do real: “Não perca tempo com contas: um real é um dólar, e 10 mil reais são 10 mil dólares” (Com os pés no Chão, 1º jul. 1994); “um real passa a valer US\$ 1. E US\$ 1 é boa gorjeta até nos Estados Unidos” (Beting, 1º jul. 1994). Além disso, a grande imprensa ingressou na campanha eleitoral, associando a continuidade e o sucesso do plano à vitória eleitoral de Fernando Henrique Cardoso, como revela o editorial da *Folha de S. Paulo*:

A nova moeda coincide com a reta final da campanha eleitoral em que os dois principais candidatos são nitidamente da oposição e do governo. Quanto maior a chance eleitoral do candidato de oposição, tanto maior será a incerteza sobre a continuidade do plano. E, quanto maior essa incerteza, tanto maior a possibilidade de que o plano de fato naufrague – uma espécie de profecia que se auto realiza. Vale, por extensão, o raciocínio inverso. Se a queda da inflação, que fatalmente ocorrerá pelo menos nos seus primeiros meses de vigência, empurrar para cima o candidato do governo, tende a criar-se a expectativa de que o plano terá sim, no futuro, sucesso assegurado [...] (Cair na real, 1º jul. 1994)³¹⁷.

³¹⁶ Em uma conjuntura na qual o apoio popular ao Plano Real elevou-se enormemente, essa decisão demonstrou-se mortal para as pretensões eleitorais do PT. Esse fato – “a estabilidade é de fato uma prioridade nacional e rende incomensuráveis dividendos políticos” – foi reconhecido por estes protagonistas, mas não pela direção do PT (Catanhede, 3 jul. 1995). Anos após, a decisão de criticar o Plano Real foi justificada da seguinte maneira: “Do ponto de vista eleitoral, o que é que as pesquisas mostravam em 1994? O Real é um êxito! Então tínhamos duas alternativas: aderir ao Real, numa atitude oportunista eleitoreira. A minha dúvida é a seguinte: se nós tivéssemos feito isso, o Real, o povo ia ficar com quem fez. Ia ficar com o original e não com o ‘xerox’ (sic). Para que o Lula? Fica com o Fernando Henrique! Já está aí! Por que vamos correr o risco de colocar outro presidente? Eleitoralmente duvidosa, essa tese. E politicamente ia ser um desastre, a gente estar rasgando o nosso programa, a nossa história, o nosso valor, a nossa visão de mundo, por uma jogada eleitoreira e oportunista. O que tentamos fazer, e que não deu certo, era mostrar que nós defendíamos uma moeda estável, que quem não tinha feito a estabilidade eram eles, porque o Fernando Henrique tinha sido eleito em cima do Cruzado, no estelionato eleitoral do passado e estava fazendo de novo um programa às vésperas das eleições para ganhar os votos. Era preciso um outro caminho de crescimento sustentado, de refundar a estabilidade no investimento, na produção de emprego. Tentamos trabalhar a idéia de ‘moeda forte, salário fraco’, que é uma idéia que não teve nenhum impacto eleitoral, porque no início do Real o poder aquisitivo aumentou. Agora está caindo. Então não fomos felizes na palavra de ordem” (Mercadante, 1999, p. 375).

³¹⁷ Segundo Delfim Netto: “O real não foi posto em prática em julho, quatro meses antes das eleições, por mero acaso. Ele foi idealizado para levar o candidato do Governo ao segundo turno e se revelou tão bom que o Fernando Henrique está ameaçando vencer no primeiro turno” (Plano tem vida curta, diz Delfim, 22 set. 1994). Delfim Netto calculou que 35 milhões de pessoas passaram a ter acesso a bens de consumo por meio

Apesar do apoio da FIESP ao plano, a organização criticava “a elevação das taxas de juros como instrumento de contenção da demanda” (Otta, 13 jul. 1994)³¹⁸. A crítica à elevação das taxas de juros por pouco não acaba em uma grave crise entre o governo e a FIESP. Mario Bernardini, do Departamento de Economia da FIESP, afirmou que a manutenção das altas taxas de juros estaria levando as indústrias a conceder férias coletivas a seus empregados e que essas férias coletivas não se transformariam em demissões em massa porque até setembro a equipe econômica adotaria medidas para reativar a economia, uma vez que o plano estava associado ao calendário eleitoral e “que o objetivo do plano [era] eleger Fernando Henrique Cardoso” (Seidl, 28 jul. 1994). Em julho, todo o esforço era para levar Fernando Henrique Cardoso ao segundo turno, e uma declaração de um importante líder industrial denunciando o caráter eleitoreiro do plano poderia colocar em risco este objetivo. A resposta foi rápida: “Fiesp afasta diretor que criticou plano. Ricupero diz que recebeu telefonema do presidente da entidade para pedir desculpa por críticas publicadas na Folha” (Fiesp..., 29 jul. 1994).

Carlos Eduardo Moreira Ferreira, presidente da FIESP, fazia “um balanço positivo do país” por ocasião do primeiro mês do lançamento do Plano Real, mas voltou a criticar a taxa de juros e pediu atenção para o novo problema que surgia – o câmbio. Além disso, voltou a pressionar o governo para realização das reformas estruturais (Ferreira, 12 ago. 1994). A crítica da FIESP, sobretudo à taxa de juros, mas também à taxa de câmbio, marcaria os dois governos Fernando Henrique Cardoso. Mas, em nenhum momento, a FIESP rompeu com o governo.

Assim, a comemoração em torno do primeiro mês do Plano Real não foi mais festiva em razão das altas taxas de juros: “Passado um mês de real, predomina o sentimento de alívio, ainda que o horizonte permaneça coberto de incertezas cruciais. [...] De fato, o BC partiu para uma política de juros agressiva. [...] Chega mesmo a criar o risco de uma recessão nos próximos meses” (Entre o céu e a terra, 1º ago. 1994).

da expansão do crédito. *O Estado de S. Paulo* estimou em cerca de 12 milhões de família de renda entre 2 a 5 salários, que ingressaram no mercado consumidor (Quem ganhou, 1º jul. 1996). Aqui está uma das chaves para entender o sucesso eleitoral da coalizão reformista-desinflacionária.

³¹⁸ Crítica semelhante à taxa de juros era formulada por Emerson Kapaz, presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (ABRINQ) e primeiro coordenador-geral do PNBE (Kapaz, 26 jul. 1994).

4.3.2 As peculiaridades do Real e as condições para sua implantação

Além do apoio ao plano, cujas principais manifestações foram indicadas anteriormente, outros elementos contribuíram para o sucesso: um de ordem externa (a liquidez internacional) e outro de ordem interna (as reformas iniciadas no governo Collor). A importância desses elementos fica evidenciada quando se comparam algumas diferenças entre os Planos Cruzado e Real.

Entrevistado, Pécio Arida informava que o Plano Real não cometeria os mesmos erros do Plano Cruzado, que foram o congelamento prolongado, taxas de juros baixas, existência de déficit público, abono salarial e gatilho (Torreão, 3 jul. 1994). Dito de outro modo, o fracasso do Plano Cruzado indicou aquilo “que não deveria ser feito do ponto de vista operacional” (Filgueiras, 2000, p. 32). Além disso, os genitores do Plano Real perceberam que as medidas heterodoxas do Plano Collor (congelamento e seqüestro) haviam perdido sua eficácia e legitimidade, o que explica também o processo gradual de implementação do novo plano.

Com efeito, uma rápida comparação entre os Planos Cruzado e Real permite afirmar que, além de um déficit público operacional superior em 1995 (4,9% do PIB) do que em 1986 3,8% do PIB), as principais diferenças entre os planos foram: a) a renúncia à utilização de congelamento de preços³¹⁹; b) a indexação total, mas transitória da economia (URV); c) a atrelagem desse indexador ao dólar; d) a substituição da URV pela nova moeda (R\$); e e) liberalização comercial. É bom lembrar que, apesar da “engenhosidade” dos formuladores do Plano Real, este é apenas mais um de uma família de planos desinflacionários exitosos implantados na década de 1990, que se aproveitou da liquidez no

³¹⁹ “Na realidade a inflação brasileira decorria da crise do petróleo, da dívida externa e da redemocratização do país. Como criar uma moeda nacional num país em processo de abertura política, pelo emprego (âncora salarial), sem relações normais com a comunidade financeira internacional (sem âncora cambial) e com uma economia superindexada? Primeiro, acabar com a indexação. [...] Nenhum dos planos anteriores podia fixar um âncora. No desespero, utilizavam como expediente o congelamento [...]. [...] Após a renegociação [da dívida externa], o país estava pronto para o plano – a desindexação total podia ser implementada, e a âncora era obviamente o dólar –, o país estava cheio de reservas, e o mundo, cheio de dólares. [...] Quando chegou a hora de criar uma nova moeda, cometemos um erro – a sobrevalorização cambial, mãe do desemprego, da estagnação, dos juros altos e da dívida interna, que dura dez anos” (Sayad, 5 jul. 2004).

mercado internacional de capitais gerada por uma conjuntura de recessão mundial e de baixas taxas de juros nos países centrais (Fiori, 1997a, p. 70).

Aqui se apresenta outro elemento fundamental para a constituição da coalizão reformista-desinflacionária. Nas palavras de um insuspeito economista: “Não creio que [o controle do déficit] seja tão importante assim. A questão do déficit, pelas informações que tenho, creio que já foi parcialmente resolvida, e se ainda houver déficit os recursos externos, que estão loucos para entrar no Brasil, podem financiá-lo. Todo mundo quer emprestar ao Brasil” (Dornbusch, 19 abr. 1994). De fato, o “real provoc[ou] euforia nos estrangeiros” (Alves, 26 jun. 1994). Segundo John Reed, *chairman* do Citibank,, “o Plano Real terá sucesso e tornará o Brasil ainda mais atraente para novos investimentos estrangeiros” (Reed: Plano Real trará mais capital externo, 6 ago. 1994) e “que não há nada de negativo pesando contra o plano” (Reed: “Nada de negativo pesa contra o Plano”, 6 ago. 1994).

A liquidez no mercado internacional foi muito mais do que uma “janela de oportunidade” (Sola & Kugelmas, 1996) para o sucesso do combate à inflação: foi uma variável determinante para o controle da inflação³²⁰. Tanto é que, confrontado a uma crise no balanço de pagamentos, o Plano Cruzado não resistiu, enquanto o Plano Real resistiu à crise no final de 1994.

Com efeito, o governo Itamar Franco defrontou-se com uma conjuntura internacional de extrema liquidez e adotou uma política de absorção desses recursos externos que culminou com a elevação do saldo das reservas internacionais. É importante destacar que esse afluxo de capitais ocorreu sem que o governo brasileiro tivesse chegado a um acordo formal com o FMI. Essa medida foi tomada em razão da decisão de se utilizar

³²⁰ “A situação internacional específica, configurada a partir dos fins dos anos 80 e consolidada na década de 1990 [...] explica, parcialmente, o sucesso do plano, [...] bem como as suas dificuldades estruturais. Ao contrário de todos os planos de estabilização adotados na década de 1980 – caracterizada como um período de extrema dificuldade no que concerne ao financiamento externo da economia brasileira -, este se beneficiou do surgimento de um certo tipo de liquidez nos mercados financeiros internacionais” (Filgueiras, 2000, p. 32). Em outras palavras: “Por último, em contraste com o quadro que prevalecera durante a maior parte da década de 80 e até o início dos anos 90, o Brasil dispunha agora de acesso aos mercados financeiros, graças à ampliação da liquidez internacional e à diminuição das taxas de juro para operações em dólares. Pela primeira vez em quinze anos, parecia possível realizar uma tentativa de estabilização monetária em um contexto de abundância de recursos externos” (Nogueira Batista Jr., 1996a, p. 136).

uma âncora cambial como forma de combater a inflação. Reservas internacionais elevadas inibiriam as tentativas de se especular contra a paridade adotada:

Uma das condições essenciais para a implementação de programas de estabilização com âncora cambial é a possibilidade de estabelecer o valor externo da moeda sem que esse seja ameaçado por choques de preços ou percalços no financiamento do balanço de pagamentos. Considerada essa última característica, esclarece-se o porquê desses programas não terem sido adotados durante os anos 80, período durante o qual o valor externo da moeda esteve sob permanente questionamento em razão da crise da dívida. De igual maneira a ausência de crises de confiança de maior intensidade sobre a dívida pública parece ser também um requisito para deflagrar este tipo de programa de estabilização (Carneiro, 2002, p. 361-362).

Assim, as duas condições estavam dadas: de um lado, em abril de 1994, a dívida externa foi renegociada e um acordo com os bancos credores foi fechado (Cerqueira, 1997)³²¹ e, portanto, a dívida pública externa líquida se reduzia na proporção da elevação das reservas internacionais; do outro lado, a dívida pública interna encontrava-se em níveis reduzidos em razão do seqüestro dos ativos financeiros praticado pelo Plano Collor.

Mas essa estratégia só foi factível porque um conjunto mínimo de reformas liberalizantes já havia sido realizado. A internalização dos fluxos financeiros internacionais foi possibilitada por um conjunto de medidas previamente adotadas. A primeira foi a criação, *por Resolução do CMN*, do Anexo IV (à Resolução CMN 1289/87), que “não está sujeito a critérios de composição, capital mínimo inicial e período de permanência, e permite a entrada direta de investidores institucionais estrangeiros no mercado acionário doméstico, definidos como fundos de pensão, companhias de seguro, instituições financeiras estrangeiras, fundos de investimento constituídos no exterior etc.” (Prates, 1999, p. 19). Ainda em 1991, foi autorizada a constituição de “Fundos de Privatização – Capital Estrangeiro”; em 1993, “Fundos de Renda Fixa – Capital Estrangeiro”; e em 1996, “Fundos de Investimento em Empresas Emergentes” e “Fundos de Investimento Imobiliário”. Além desses instrumentos, as contas CC-5, criadas através da Carta Circular 2259/92, do BCB, possibilitaram a livre compra, pelas instituições financeiras, de moeda estrangeira no mercado de câmbio (Prates, 1999, p. 25-27).

³²¹ “E a condição *sine qua non* do Real ter dado certo foi o apodrecimento da dívida externa e a solução de um acordo em abril ou março de 94. Aí é que o Plano Real estava pronto!” (Sayad, 1999a, p. 233).

Essas reformas mostraram-se fundamentais para a estabilização de preços. Por outro lado, é interessante destacar que a própria estabilização de preços permitirá o aprofundamento das reformas pró-mercado, como deixou claro o então candidato à Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso:

Os candidatos à presidência que ficarem contra o Plano Real estarão defendendo a fome, a miséria e a inflação. O Plano Real é o primeiro passo para a estabilização, mas outros terão que ser dados pelo meu governo. Para começar, temos que fazer uma ampla revisão da Constituição em 1995 para reorganizar o Estado, criar uma nova Federação e promover uma ampla reforma tributária, fiscal e previdenciária. Na revisão constitucional, teremos que flexibilizar e abrir monopólios (Cardoso apud Programa de Governo/Plano Econômico, 26 jun. 1994).

Desindexação e dolarização, ausência de congelamento e, sobretudo, condições externas favoráveis são elementos que explicam o sucesso do Plano Real e o fracasso do Plano Cruzado. Mas há outros elementos. Para José Roberto Mendonça de Barros, a abertura da economia deveria ser incluída neste rol, pois “nos anos 80, havia uma aliança inflacionária, que só foi quebrada com a importação. A abertura efetiva veio posteriormente com o Plano Collor” (De Chiara, 26 fev. 2006). Assim, a “liberalização comercial” também é fundamental para compreender a desarticulação da coalizão inflacionária.

4.4 A desarticulação da coalizão inflacionária

As mudanças estruturais na ordem internacional³²², como já discutido, são parte importante para a compreensão do sucesso das políticas desinflacionárias na década de 1990 e o ritmo da implantação das reformas orientadas para o mercado³²³. Mas elas são insuficientes para entender as coalizões que apóiam e sustentam a implementação das reformas e dos planos de estabilização. O êxito do Plano Real, da perspectiva aqui adotada,

³²² Mais precisamente: neoliberalismo (ideologia e política econômica-social), reestruturação produtiva (associada às novas tecnologias e às novas formas e métodos de gestão e organização do trabalho) e a globalização (sobretudo financeira) impulsionados pelas grandes corporações transnacionais (produtivas e financeiras), instituições comerciais e financeiras multilaterais (FMI, BIRD, BID e OMC) e os governos dos países economicamente mais importantes (Estados Unidos, Japão e Alemanha) (Filgueiras, 2000, p. 41-67).

³²³ “A importância decisiva do fator internacional na virada latino-americana em direção às ‘reformas orientadas para o mercado’ foi convincentemente demonstrada por Barbara Stallings (1992) sobre a crise da dívida, programas de estabilização e reformas estruturais” (Cruz, 1998, p. 17).

foi exatamente ter conseguido desarticular a coalizão inflacionária, cujo cimento era a indexação da economia³²⁴.

A desarticulação da coalizão inflacionária foi patrocinada pelo Estado através de duas importantes ações: do lado do empresariado, a liberalização comercial colocou as empresas nacionais e seus produtos em competição com os importados, o que acabou por impedir o repasse e a elevação dos preços³²⁵; do lado dos trabalhadores organizados, o aumento do desemprego e a dureza com que a greve dos petroleiros foi combatida (mediante a participação do Exército), bem como o rigor com que as penalidades foram impostas ao sindicato sinalizaram um novo padrão de ação governamental no tratamento das reivindicações dos primeiros (não há negociação para reposição da inflação, nem indexação salarial). Esse novo padrão atingiu dura e especialmente os funcionários públicos (Rizek, 1998; DIEESE, 2001)³²⁶.

4.4.1 O empresariado frente às reformas liberalizantes

É interessante destacar que, inicialmente, os empresários não acreditaram que a abertura comercial através da diminuição das alíquotas de importação tivesse algum efeito concreto nas suas atividades empresariais e no combate à inflação:

A disposição do governo de utilizar importações como meio de combater preços abusivos no mercado doméstico é encarada pelo setor empresarial mais como uma pressão moral do que uma medida concreta. [...] Segundo [o presidente da Federação das Câmaras de Comércio Exterior (FCCE), João Augusto de Souza

³²⁴ Isso foi percebido e exposto com notável clareza pelo editorial do *Jornal da Tarde*: “A indexação [...] é o ‘pecado original’ do Plano Real. [...] Lideranças sindicais que não conseguem – ou não querem – ver a diferença entre uma inflação de 50% ao mês, e ascendente, de outra de 2% a 3% ao mês, com tendência de queda, insistem na correção automática mensal dos salários pela inflação passada, recurso que, em nome da proteção da renda dos trabalhadores, alimenta a fogueira inflacionária que vai queimar os salários. O comportamento dessas lideranças, que irresponsavelmente vêm empurrando suas categorias para a greve, mostra que não será fácil derrotar vícios do passado” (Desindexar é preciso, 11 nov. 1994).

³²⁵ No que foi apoiado pelo editorial da *Folha de S. Paulo*: “Uma alternativa a esses riscos do aumento de demanda e, em conseqüência, de especulação, é ampliar a oferta facilitando as importações. O governo já dá passos nesse sentido, como a liberalização das regras de pré-pagamento de importações” (“Nel mezzo del camin...”, 4 set. 1994).

³²⁶ Não obstante as diferenciações na composição das remunerações e os reajustes específicos concedidos a determinadas carreiras, os servidores públicos federais ficaram sem qualquer reajuste linear entre janeiro de 1995 (quando foi concedido 22,07% referente ao IPC-r de julho a dezembro de 1994) e janeiro de 2002 (3,5%).

Lima], entre a decisão de importar, comprar o produto lá fora, interná-lo no País e colocá-lo à disposição do consumidor seriam necessários, em média, dois meses, ainda mais quando se refere a produtos de varejo de supermercado, um tempo longo demais para coibir aumentos de preços no momento. Os custos de importação e as quantidades necessárias capazes de provocar impactos futuros sobre os preços internos num mercado tão grande como o brasileiro também representariam um problema. [...] Segundo a chefe do Departamento de Comércio Exterior da CNI, Sandra Rios, a disposição do governo de importar para reduzir preços, além de ter “eficácia duvidosa sobre o combate à inflação”, contribui para “gerar incertezas para a tomada de decisão de investimentos empresariais” (Ferrari, 10 mar. 1994).

A tranqüilidade do empresariado em relação à liberalização comercial foi substituída por um discurso mais pragmático: os industriais afirmavam que estavam com a capacidade ociosa e os comerciantes apoiavam o aumento das importações desde que houvesse a elevação do consumo. Além disso, essas questões deveriam ser tratadas setorialmente, ou seja, através das câmaras setoriais (Importação pode ser ampliada, 19 maio 1994).

Esse pragmatismo também não deu resultado. Na posse de Ciro Gomes como ministro da Fazenda, em substituição a Rubens Ricupero, o empresariado tentou pressionar o governo para “esquecer” a diminuição das alíquotas do imposto de importação como forma de “aumentar a concorrência e derrubar preços no mercado nacional” (Empresários mantêm preços baixos para ajudar o Real, 9 set. 1994). A FIESP avaliava – incorretamente – que a redução das alíquotas de importação era uma medida patrocinada pelo ministro Ricupero e não pela equipe econômica, e que Ciro Gomes iria abandoná-la (Aguiar, 6 set. 1994). Logo em seguida, os empresários passaram a sentir os efeitos do câmbio sobrevalorizado e o aumento das importações (Neumann, 20 set. 1994), sobretudo os setores tradicionais, como o calçadista. Com o endurecimento do governo, a expectativa dos empresários foi transferida para o governo Fernando Henrique Cardoso: [...] “Os empresários esperam também que o próximo governo retome o diálogo com a classe, rompido, segundo eles, com a decisão tida como autoritária e unilateral, de reduzir as alíquotas do Imposto de Importação” (Expectativa é por reformas estruturais, 2 out. 1994).

As alíquotas continuaram sendo reduzidas (Alaby, 26 set. 1994), a implantação da Tarifa Externa Comum do Mercosul foi antecipada, e como havia dito José Milton Dallari: “os efeitos de políticas de incentivo à importação podem demorar algum tempo, mas,

quando estes se instalam, são permanentes” (Safatle, 12 mar. 1994). Esse tipo de medida também era viável pois, desde o início do governo Collor, relações comerciais foram estabelecidas entre compradores nacionais e vendedores internacionais.

A política de importações para inibir o aumento de preços foi utilizada ao longo de todo o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. A tabela abaixo ilustra bem esse argumento:

TABELA 10 – BALANÇA COMERCIAL (em US\$ bi FOB)

	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1993	38,6	25,3	13,3
1994	43,5	33,1	10,5
1995	46,5	49,8	-3,3
1996	47,7	53,3	-5,6
1997	53,0	59,7	-6,8
1998	51,1	57,7	-6,6
1999	48,0	49,3	-1,3
2000	55,1	55,8	-0,7
2001	58,2	55,6	2,6
2002	60,4	47,2	13,1

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A balança comercial saiu de um superávit de US\$ 10,5 bilhões em 1994 para chegar em um déficit de US\$ 3,3 bilhões em 1995, permanecendo deficitária ao longo de seis anos. Os resultados dessa estratégia foram definitivos para a desarticulação da coalizão inflacionária: “Aperto no câmbio, concorrência dos importados e forte desaceleração da economia colocaram a indústria na defensiva nos últimos 12 anos. O resultado foi o dramático aumento das demissões e um importante recuo na rentabilidade e nas margens de lucro – além da forte elevação do número de falências e concordatas” (Concorrência acelera corte de preços e de lucros, 1º jul. 1996).

A importância crucial da liberalização comercial para a desarticulação da coalizão inflacionária e para o combate à inflação naquele momento foi assim destacada:

Há um momento crítico no Plano Real, no final de 1994, que gostaria de deixar registrado, quando a coragem e a determinação do então Ministro Ciro Gomes foi fundamental para o sucesso da estabilização. Por volta de setembro/outubro de 1994, houve um ensaio e uma tentativa de volta da inflação. Algumas empresas começaram a remarcar preços num movimento que não era isolado. Não vou dizer que era orquestrado, mas para quem estava acompanhando as negociações entre as

empresas e destas com os sindicatos, era perfeitamente visível que se tratava de um movimento conjunto. Imediatamente, o Ciro Gomes tomou a decisão muito forte de abrir mais a economia. Isso foi crucial. Sem essa decisão, a trajetória do Plano Real teria sido completamente diferente. Essa reação enérgica do governo fez com que os empresários e trabalhadores percebessem realmente que havia uma mudança de regime, e que agora não dava para brincar aumentando os salários e repassando os custos aos preços e assim sucessivamente. Não tenho dúvidas de que esse foi o momento crítico do controle da inflação (Nakano, 1999, p. 271).

As remarcações acima mencionadas por Nakano (1999) teriam sido resultado da ação do “setor privado do Brasil, que restringiu voluntariamente aumentos de preço para impedir que a esquerda política vencesse a eleição presidencial, [e] está vendo que sua autodisciplina começa a vacilar agora que a ameaça populista foi afastada” (Moffett, 17 out. 1994)”. Mas não é somente isso. É importante lembrar que um componente essencial da política de liberalização comercial foi a sobrevalorização do câmbio, que passou a preocupar os empresários, sobretudo após o resultado das eleições e a vitória de Fernando Henrique Cardoso (Pinto, 17 out. 1994).

Ao que parece, os empresários acreditavam que a sobrevalorização do real seria uma medida temporária e que, finda a eleição, a política cambial seria alterada, por isso, buscaram recuperar as suas margens de lucro. A avaliação e a reação dos empresários mostraram-se duplamente equivocadas. A equipe econômica manteve a sobrevalorização cambial durante todo o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso e o final do governo Itamar Franco foi marcado pelo contencioso entre o ministro da Fazenda, Ciro Gomes, e a diretoria da FIESP (Aguilar & Neumann, 1º nov. 1994; Ciro afirma que está ‘pouco ligando’ para apoio da Fiesp, 3 nov. 1994). A FIESP creditou à “insensibilidade acadêmica” da equipe econômica (Pérsio Arida, Gustavo Franco e Pedro Malan) os problemas (câmbio, juros e importações) pelos quais a indústria estava passando e elegeu como novos interlocutores Paulo Renato Souza, José Serra e Clóvis Carvalho (Camargo, 24 nov. 1994), que não tinham influência na concepção e na implementação daquelas medidas. No fundo, a FIESP não tinha percebido que a equipe econômica montada por Fernando Henrique Cardoso e mantida no seu governo havia feito uma opção clara e definitiva pela estabilidade de preços em detrimento ao crescimento econômico: “O objetivo fundamental da política econômico-financeira do governo é consolidar a estabilidade de preços. [...] Sem

estabilidade não há desenvolvimento possível nem, muito menos, justiça social” (BRASIL. Ministério da Fazenda, 1995b).

O conjunto do empresariado, mesmo aqueles expostos à competição internacional, tomou parte da constituição da coalizão reformista-desinflacionária. O motivo: a adesão destes à nova ordem liberal, como já destacado. Convém lembrar que contribuiu para esta adesão a repetição, à exaustão do discurso de que o país somente retomaria o crescimento sustentado caso controlasse a inflação: “País só cresce se controlar inflação, diz Pêrsio Arida. Bresser critica crescimento a qualquer custo” (País..., 19 maio 1993).

Mas, diferentemente da indexação, que permitia a manutenção de elevadas margens de lucro da grande empresa – financeira ou não (Almeida, 1994) –, os benefícios econômicos da estabilidade de preços são distribuídos de maneira bem mais desigual no interior da coalizão reformista-desinflacionária.

O presidente da FECOMERCIO apresentou dados segundo os quais “para o comércio, as conseqüências das medidas de contenção do nível de atividade econômica foram mais fortes do que os ganhos do Real”, mas não para todos os setores:

O segmento mais atingido foi o comércio automotivo (veículos novos e autopeças): amargou, desde o início do plano, uma queda de 44,45% no faturamento real. Suas vendas físicas diminuíram 14,93%. Também bastante prejudicado foi o ramo de materiais de construção: queda de 2,18% nas vendas físicas e perda acumulada de 25,42% no faturamento real. Os bens duráveis (eletrodomésticos e móveis e decorações), ao contrário, tiveram o melhor resultado: aumento de 30,71% no faturamento real e 69,65% nas vendas físicas. Foi o grupo que mais se beneficiou da grande oferta de crédito ao consumidor derivada da estabilidade econômica. [...] Os bens não duráveis (produtos alimentícios, farmacêuticos, de higiene e limpeza doméstica) também foram favorecidos: seu faturamento real aumentou 20,70% e suas vendas físicas cresceram 9,13%. Quanto aos bens semiduráveis (vestuário, tecidos e calçados), o segmento [...] acumula uma perda de 1,76% no faturamento real e um aumento acumulado de 46,79% nas vendas físicas” (Szajman, 6 jul. 1998).

Apesar da baixíssima presença da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) no debate público³²⁷, os dados sobre o desempenho do setor bancário eram amplamente divulgados pela grande imprensa e produziam fortes reações. Em resumo, a rentabilidade

³²⁷ Vez ou outra aparecia um artigo em defesa das reformas. O presidente do Bradesco, por ocasião do quarto aniversário do Plano Real, defendia o aprofundamento das reformas fiscal e previdenciária, especialmente, a extinção da CPMF, a redução da cunha fiscal e do compulsório (Brandão, 2 jul. 1998). A agenda reformista dos banqueiros concentrou-se também nas reformas microeconômicas.

dos bancos que era de 10,6% em 1994, elevou-se para 15,7% em 1998 e, em 2002, chegou a 24,5%. “Em 1994, os bancos obtiveram um lucro de R\$ 2,5 bilhões. No ano passado, esse resultado pulou para R\$ 22,8 bilhões, um salto de 812% em relação a 1994. Nesse período, a inflação foi de 101%” (Barros, 30 mar. 2003). Porém, afirmar que o capital financeiro e/ou bancário é o maior beneficiado da implantação das “reformas neoliberais” e que esse resultado, em última instância, explicaria a adoção dessas medidas, é insuficiente, se se desconsidera que esse mesmo capital era também o grande beneficiado do regime de inflação alta. A estabilização de preços acabou com os ganhos dos bancos com a inflação, o que explica, em parte, a quebra de alguns bancos:

Entretanto, o crescimento da dívida pública, que nos 80 – período de altas taxas de inflação – se constituiu em peça-chave da “ciranda financeira” e alimentou os lucros das instituições financeiras, não desapareceu com a queda da inflação. No período pós-Real, ao contrário da expectativa dominante, a dívida pública continuou sendo o ponto de apoio fundamental da especulação financeira, principalmente a partir de março de 1995 (Filgueiras, 2000, p. 166).

O setor industrial, no seu conjunto, apresentou resultados “instáveis” e se caracterizou pelo “baixo dinamismo”. A indústria de bens de capital, por exemplo, “contou com um forte estímulo no início do Plano Real, mas sucumbiu diante das elevadas taxas de juros internas e da política de sobrevalorização cambial”. Entre 1995 e 1999, o setor “encolheu”, mas a desvalorização do real iniciou um novo ciclo expansivo. “A substituição de importações e a demanda de equipamentos para energia e para a agricultura foram os responsáveis pelo elevado crescimento em 2001 e pela pequena recuperação entre fins de 2001 e abril de 2002”. Já a indústria de bens de consumo duráveis foi a “que mais cresceu com a estabilização da economia após a adoção do Plano Real, foi também o que mais sofreu o impacto da retração de 1997/99, da crise de energia e do aumento das taxas de juros em 2001”, ao contrário da indústria de bens de consumo não-duráveis, que permaneceu estagnada ao longo dos governos Fernando Henrique Cardoso, com exceção de uma “breve ativação” após a implantação do Plano Real. Por fim, a indústria de bens intermediários apresentou um desempenho próximo ao da indústria geral (instável e pouco dinamismo) (IEDI, 2002).

É por este motivo que o “cimento” da coalizão reformista-desinflacionária deve ser buscado na adesão à nova ordem liberal e nas reformas liberalizantes. A idéia era de que as

reformas beneficiariam o conjunto do empresariado, enquanto a estabilidade de preços não teria este alcance, deixando os feridos pelo caminho.

A estabilidade de preços, portanto, era um meio para a consecução das reformas e não um fim em si mesmo. O importante mesmo eram as reformas ou como exposto no editorial do *Jornal do Brasil*: “O Brasil terá de completar o desmonte de desenvolvimento estatal introduzido na era Vargas e que acabou, mais tarde, nos anos 50, associando inflação e desenvolvimento” (Despertar de Uma Nação, 2 jul. 1998). O discurso de despedida de Fernando Henrique Cardoso (1994) do Senado Federal continuava mais atual do que nunca.

4.4.2 Os trabalhadores frente à estabilização de preços

Observa-se, no processo de desarticulação da coalizão inflacionária e constituição da coalizão reformista-desinflacionária, uma cisão entre os trabalhadores organizados. A CUT se preparava para fazer uma campanha contra o Plano Real alegando que o plano era recessivo, causaria arrocho salarial e aumento do desemprego (CUT inicia campanha contra o Plano Real dia 29, 17 jun. 1994; CUT realiza pequenos protestos contra Plano Real, 30 jun. 1994). Também criticava o fato de que a âncora do plano eram os “salários rebaixados pela inflação, convertidos pela média, corroídos pelos aumentos em URV” (Silva, 1º jul. 1994). Por fim, a CUT defendia “a reposição mensal da inflação” (Pinheiro, 20 jul. 1994), não aceitou o IPC-r (Neumann, 3 ago. 1994) e assumiu publicamente que “resistiria a Fernando Henrique Cardoso” (Pinheiro, 12 dez. 1994).

Já a Força Sindical, como insinuado, parece ter ficado satisfeita com a criação do IPC-r. Paulo Pereira da Silva, presidente interino da Força Sindical, afirmava: “a princípio, nossa avaliação é positiva, porque o plano derrubou a inflação e quem mais perde com a inflação são os trabalhadores” (Silva, 21 jul. 1994). A adesão à agenda liberal foi expressa pelo presidente da Força Sindical, Luiz Antônio de Medeiros, para quem o sindicalismo precisaria ser “reinventado”. E isso passaria, para Medeiros, “pela discussão sobre a

velocidade ideal para a abertura da economia e a maneira de promover a necessária modernização” (Cintra, 15 jan. 1995)³²⁸.

Mas os ataques do governo aos sindicatos foram grandes. O governo pediu uma trégua ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) no que toca à questão salarial, no que foi atendido. De fato, a Justiça do Trabalho também teve um papel importante ao impedir a reposição salarial fora da data-base, ou seja, mesmo que acordada entre os trabalhadores e os empresários, ela foi proibida (Equipe pede ‘trégua’ à Justiça do Trabalho, 22 jun. 1994)³²⁹.

Para um dos genitores do Plano Real, Edmar Bacha, da estrutura sindical (unicidade e imposto sindical e poder normativo da Justiça do Trabalho) “nascem os cartéis de alguns setores trabalhistas e empresariais que acabam perpetuando esquemas indexados de reajuste, incompatíveis com a estabilidade a médio prazo, e que acabam sancionados pela Justiça” (Pinto, 2 set. 1994). Ou seja, a estrutura sindical é uma instituição que também auxilia na manutenção da coalizão inflacionária, mas que também poderia ser utilizada – e, de fato, foi utilizada, como indica o apoio da Força Sindical ao plano e ao governo – para desarticular essa coalizão e construir a coalizão reformista-desinflacionária.

Mas o grande embate do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso foi a greve dos petroleiros, que buscavam o cumprimento de um acordo assinado no governo Itamar Franco em novembro de 1994. O reajuste não foi concedido e o movimento da categoria foi duramente atacado tanto pelo governo quanto pela Justiça do Trabalho. As refinarias foram ocupadas pelos militares em 24 de maio de 1995 e após um mês, a greve terminava com a derrota do movimento sindical (Gramacho, 10 maio 1995)³³⁰. O presidente Fernando

³²⁸ A posição da Força Sindical e suas diferenças em relação à CUT podem ser explicadas pelas características político-ideológicas de cada uma das centrais: enquanto a Força Sindical sempre teve uma atuação próxima aos governos e ao patronato tendo, inclusive, incorporado vários dos postulados liberais ao seu discurso (Trópia, 2002), a CUT apresentava uma atuação mais crítica e uma maior resistência às reformas liberalizantes, apesar de suas divisões internas (Galvão, 2002).

³²⁹ “O presidente do TST, ministro Orlando Teixeira da Costa, disse que ‘delineia-se uma tendência no tribunal’ no sentido de suspender com liminares o pagamento de perdas salariais concedidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) fora das datas-base” (Equipe pede ‘trégua’ à Justiça do Trabalho, 22 jun. 1994).

³³⁰ “Nos anos 1990, a desinflação legítima a liberalização ou, ao menos, desmobiliza o movimento sindical, perpetuando a concentração de renda em um contexto de estabilidade de preços [...]” (Marques-Pereira, 2005, p. 21).

Henrique Cardoso tinha a exata dimensão do que significava essa greve: “FHC diz que seu governo ‘acaba’ se ceder a pressão. Presidente teme ficar refém das estatais pelo restante de seu mandato” (Dimenstein & Cruz, 23 maio 1995). Esse episódio foi significativo para a desarticulação da coalizão inflacionária.

O enfraquecimento do movimento sindical é cristalino: “Centrais trocam aumento por empregos. CUT negociará aumento de vagas e Força flexibilização do contrato de trabalho” (Pinheiro, 4 out. 1995)³³¹. A situação era, de fato, dramática, pois entre o lançamento do real e maio de 1998, 500 mil trabalhadores foram demitidos na indústria paulista (Fernandes, 1º jul. 1998). Quando a defesa do emprego também não estava surtindo efeito, os sindicatos passaram a desistir das cláusulas sociais em troca do reajuste nominal dos salários (Silva, 30 nov. 1998)³³². A estabilização de preços certamente promoveu uma mudança na ação das centrais, sobretudo a da CUT.

Com a atividade econômica em baixa e o desemprego em alta – conseqüências das políticas de liberalização comercial, de sobrevalorização cambial e de altas taxas de juro –, os trabalhadores desenvolveram uma outra agenda, bem mais defensiva: a manutenção do emprego, reivindicação que se torna central nas negociações coletivas:

De 1995 a 2003, boa parte das negociações acompanhadas pelo Sistema de Acompanhamento de Salários do [Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos] DIEESE não resultou na recomposição das perdas inflacionárias acumuladas em cada data-base. Em 1995, 85% dos reajustes salariais registrados garantiram aos trabalhadores a reposição integral de perdas ou mesmo a obtenção de aumentos reais, tomando-se por base as taxas indicadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE, o mais utilizado como parâmetro nas negociações salariais. De 1996 a 2002, a porcentagem de negociações salariais que restauram o poder aquisitivo dos salários varia de 55% a 67% – à exceção de 1999, quando aproximadamente metade dos acordos não recupera o poder aquisitivo dos salários. A partir de 2001, inicia-se uma queda

³³¹ Enquanto a CUT manteve as suas críticas ao governo Fernando Henrique Cardoso (CUT desiste da moderação e deixa de apostar num diálogo com Governo FH, 15 mar. 1997), a Força Sindical foi se tornando o interlocutor do governo no movimento sindical, o que fica claro na visita do Presidente da República à sede dessa central para a assinatura de convênios de requalificação profissional (Malta, 14 mar. 1997).

³³² Paulo Pereira da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e vice-presidente da Força Sindical, declarou que: “Antes, nos (sic) reuníamos para conquistar aumento salarial e novos benefícios; agora vamos tentar manter o que já conseguimos e muitas vezes temos de ceder e abrir mão de benefícios obtidos nos últimos anos” (Silva apud Silva, 30 nov. 1998). “Montadoras cortam 13 mil funcionários em 1998. Novas fábricas geram cerca de 1,5 mil empregos, mas não compensam a diminuição dos postos de trabalho na economia” (Vilardaga, 22 dez. 1998).

continua da proporção de negociações salariais capazes de repor as perdas inflacionárias (DIEESE, 2004, p. 24).

Assim, com a adoção da participação nos lucros e resultados – medida instituída no final do mandato de Itamar Franco – e a desindexação salarial, “o reajuste salarial deixa de ocupar uma posição central das convenções coletivas. Em seu lugar, aumenta o número de cláusulas relativas a metas de produção e remuneração variável; prevenção e acompanhamento de vítimas de acidentes de trabalho; flexibilização da jornada e garantias aos trabalhadores demitidos” (Galvão, 2002, p. 136).

Além das mudanças na negociação coletiva, verificam-se modificações no nível de conflituosidade. Pode ser também que a própria redução, em termos nominais, das taxas anuais da inflação tenha contribuído para a diminuição dos conflitos, não obstante o fato é de que as perdas dos trabalhadores para a inflação tenham sido consideráveis nos governos Fernando Henrique Cardoso³³³.

De fato, os dados indicam uma tendência ao aumento do desemprego, a partir de 1995 (Tabela 11) e de redução do número de greves e grevistas (Tabelas 12, 13 e 14), ao contrário do grande número de greves e grevistas verificado no período da coalizão inflacionária. Devido à precariedade dos dados sobre greves e grevistas no Brasil e da discrepância entre as fontes disponíveis, optou-se por apresentar dados de fontes distintas. Todas elas evidenciam a mesma tendência, variando apenas o momento em que ela se inicia, devido aos diferentes períodos compreendidos pelas séries apresentadas.

³³³ “Trabalhador não vive só de fazer greve, diz Luiz Marinho, presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABCD” (Vieira, 22 jul. 1996). “‘Pela primeira vez nos últimos anos, a prioridade da campanha será a manutenção do nível de emprego e não o ganho salarial’, disse Luiz Marinho” (Zanini, 5 set. 1996). Fenômeno que não ocorria unicamente no estado de São Paulo: “‘Os trabalhadores não estão afim (sic) de conflito puro e simples. Hoje, o primeiro valor para o trabalhador é o emprego. Garantido isto, depois partem para o salário’, comenta Luis de Oliveira Rodrigues, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense” (Brandão Jr., 22 jul. 1996).

TABELA 11 – TAXA DE DESEMPREGO TOTAL NAS REGIÕES METROPOLITANAS (em %)

	São Paulo	Salvador	Recife	Porto Alegre	Distrito Federal	Belo Horizonte
1993	14,6			12,1	15,1	
1994	14,2			11,3	14,5	
1995	13,2			10,7	15,7	
1996	15,1			13,1	16,8	12,7
1997	16,0	21,6		13,4	18,1	13,4
1998	18,2	24,9	21,6	15,9	19,4	15,9
1999	19,3	27,7	22,1	19,0	21,6	17,9
2000	17,6	26,6	20,7	15,9 ⁿ	18,4 ⁿ	17,8
2001	17,6	27,5	21,1	15,1 ⁿ	19,1 ⁿ	18,5 ⁿ
2002	19,0	27,3	19,4	14,2	19,8	17,5

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais apud DIEESE, 2001, p. 53 e <http://www.dieese.org.br/ped/ped.html>.

ⁿ Em novembro.

TABELA 12 – GREVES E TRABALHADORES ENVOLVIDOS BRASIL

ANO	GREVE	TRABALHADORES ENVOLVIDOS
1994	576	3.806.493
1995	1.056	2.277.894
1996	1.258	2.534.960
1997	630	808.925
1998	546	1.251.279
1999	508	1.319.826
2000	532	3.579.155
2001	439	3.836.579
2002	281	1.241.329

Fonte: OIT, Yearbook of Labour Statistics, diversos números. Classificação ISIC Rev. 3

A tabela 12 indica um aumento do número de grevistas em 2000 e 2001 e um ligeiro aumento do número de greves em 2000, seguido por uma redução em 2001. Isso se deve às greves dos funcionários públicos verificada naqueles anos. A situação dos funcionários públicos é fundamental para se compreender tanto o aumento quanto a redução desses indicadores: se, nos anos 1980, essa categoria foi responsável por grandes mobilizações, a retração observada nos anos 1990 se deve, em grande medida, às perdas decorrentes das reformas administrativa e previdenciária, à não concessão de reajustes salariais durante

praticamente os governos de Fernando Henrique Cardoso e os ataques a suas mobilizações sindicais, como a greve dos petroleiros, já mencionada.

TABELA 13 – GREVES E TRABALHADORES ENVOLVIDOS BRASIL

ANO	GREVE	TRABALHADORES ENVOLVIDOS
1992	557	2.562.385
1993	653	3.595.770
1994	1.034	2.755.619
1995	1.056	2.277.894
1996	1.258	2.534.960
1997	630	808.925

Fonte: DIEESE. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/bol/anu/anumar98.xml>

TABELA 14 – GREVES E TRABALHADORES ENVOLVIDOS BRASIL

ANO	GREVE	TRABALHADORES ENVOLVIDOS
1979	246	1.770.790
1980	144	811.092
1981	150	622.895
1982	144	478.637
1983	393	874.626
1984	618	1.323.387
1985	927	6.093.286
1986	1.665	6.162.748
1987	2.188	8.588.378
1988	2.137	8.218.546
1989	3.943	18.378.623
1990	2.357	20.296.356
1991	1.399	16.701.635
1992	671	5.119.792
1993	825	3.012.385
1994	985	2.470.908
1995	1.049	2.414.738
1996	1.049	2.695.093
1997	679	892.698
1998	576	1.794.923

Fonte: CESIT apud Kessler (2005, p. 97)³³⁴.

³³⁴ Este autor estabelece, para o período 1978-1998, “uma relação positiva entre a quantidade de greves ocorridas, a quantidade de grevistas envolvidos no ato e a inflação” (Kessler, 2005, p. 82). Não é o que parece

Evidentemente, o conflito não desapareceu nos governos Fernando Henrique Cardoso, mas ele deixou de se manifestar através da inflação:

O conflito distributivo não foi eliminado com o Real, mas apenas contido, por dois fatores. Por um lado, houve um aumento importante da capacidade de consumo, sobretudo entre as camadas mais pobres da população, o que legitimou o plano e atenuou o conflito distributivo. Por outro lado, sobretudo após 1996, a queda das taxas de crescimento econômico e o aumento do desemprego reprimiram o conflito distributivo. Grande parte do sucesso e da legitimidade do Plano Real foram conseguidos através de reduções das desigualdades sociais, que permitiram conter ou deslocar o conflito distributivo expresso na inflação (Mollo & Saad, 2001, p. 37).

O apoio à coalizão reformista-desinflacionária se constituiu rapidamente. Segundo o Datafolha, a porcentagem dos que achavam o plano “bom para o país” subiu de 31%, em 31 de maio, para 59% logo após o lançamento da nova moeda (Sucesso de Público, 2 jul. 1994). Em 31 de julho, a proporção de eleitores que se consideravam beneficiados por ele subiu de 41% para 51% (Sardenberg, 31 jul. 1994) e para 53% no primeiro decêndio de agosto (Sardenberg, 12 ago. 1994), enquanto a aprovação ao plano cresceu de 72% para 75% e chegou a 80% no início de setembro (Real preservado, 7 set. 1994).

Essa coalizão não teria se viabilizado eleitoralmente se não contasse com o apoio daqueles que se beneficiaram com o fim do imposto inflacionário, com a “elevação do salário mínimo real ligada principalmente à queda dos preços relativos da cesta básica de alimentos ocorrida em 1995” (Tavares, 1997, p. 109) (trabalhadores assalariados desorganizados) e a sobrevalorização cambial (conjunto dos trabalhadores e da classe média).

Para Sônia Rocha, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), houve uma redução de 30,23% no contingente de pobres, de 43 milhões em 1990, para 30 milhões em 1995; e que ocorreu um aumento em 100% na renda de 10% da base da pirâmide (Durão, 20 nov. 1996). A participação dos mais pobres na renda teve um crescimento significativo. Mas a renda média mensal, que era equivalente a R\$ 769 em 1992, R\$ 824 em 1993, R\$ 869 em 1994, elevou-se para R\$ 1.066 em 1995, R\$ 1.098 em 1996, passando a cair lentamente para R\$ 1.080 partir de 1997, R\$ 1.075 em 1998, e

quando se compara o número de greves e de grevistas e a taxa de inflação entre 1993-1996: o primeiro grupo não apresentou uma grande variação no período, mas a taxa de inflação sim.

abruptamente para R\$ 1.007 em 1999, estabilizando-se com uma tendência de queda para R\$ 1.000 em 2000 e R\$ 993 em 2001 (Explosão de consumo com Plano Real não se sustenta, 2002, p. 10-11)³³⁵. De fato, o rendimento médio mensal nas principais regiões metropolitanas sobe como resultado da estabilização, mas começa a cair a partir de 1998, como pode se verificar nas tabelas seguintes:

TABELA 15 – RENDIMENTO MÉDIO REAL DOS OCUPADOS NO TRABALHO PRINCIPAL NAS REGIÕES METROPOLITANAS

	São Paulo	Salvador	Recife	Porto Alegre	Distrito Federal ^b	Belo Horizonte
1994	999			641	1.060	
1995	1.125			702	1.110	
1996	1.122			759	1.187	735
1997	1.124	632		773	1.164	717
1998	1.088	621	601	759	1.143	688
1999	1.027	577	543	731	1.180	656
2000	964	576	515	734	1.132	640
2001	879	567	504	710	1.120	632

Fonte: DIEESE/SEADE; FEE, FGT AS/SINE-RS; Codeplan/GDF, SETER/GDF; Fundação João Pinheiro/Secretaria do Planejamento/SET ASCAD/CEI/FAPEMIG/SINE-MG; SEI/SETRAS/UFBA; Secretaria do Trabalho e da Ação Social/Secretaria do Planejamento/CONDEPE/SINE-PE e tem-FAT, PED-SP, RMPA, DF, RMBH, RMS, RMR.

Disponível: <http://www.dieese.org.br/esp/8real/rmo.html> (em R\$ de dez/2001)

^b A preços de março/2002.

³³⁵ Posteriormente, outra pesquisa do IPEA apontou “que o rendimento médio do trabalhador vai chegar ao fim de 2002 com perda estimada de 0,7% durante os oito anos do Real. Ao fim de 1994, o trabalhador ganhava R\$ 664,93 e chegará ao fim de 2002 recebendo em média R\$ 660 (valores de janeiro de 2000) (Almeida, 17 nov.2002).

TABELA 16 – RENDIMENTO MÉDIO REAL DOS OCUPADOS NO TRABALHO PRINCIPAL NAS REGIÕES METROPOLITANAS

	São Paulo	Salvador	Recife	Porto Alegre	Distrito Federal ^a	Belo Horizonte
2001	1.022	647	607	855	1.251	720
2002	937	644	585	850	1.220	724

Fonte: DIEESE/SEADE; FEE, FGT AS/SINE-RS; Codeplan/GDF, SETER/GDF; Fundação João Pinheiro/Secretaria do Planejamento/SET ASCAD/CEI/FAPEMIG/SINE-MG; SEI/SETRAS/UFBA; Secretaria do Trabalho e da Ação Social/Secretaria do Planejamento/CONDEPE/SINE-PE e tem-FAT, PED-SP, RMPA, DF, RMBH, RMS, RMR.

Disponível: <http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=13> (em R\$ de jan./2003)

^a A preços de março/2002.

Apesar da queda no rendimento, “uma explicação [para o apoio ao plano] parece ser a de que a queda da inflação é vista como positiva mesmo sem o benefício de um salário real maior” (Lua-de-mel, 13 ago. 1994). Além disso, mesmo que a desinflação fosse percebida com benéfica em si mesmo, o crédito passou a desempenhar um papel importante no acesso de bens de consumo (Gomide, 10 out. 1994; Alberto Jr., 10 out. 1994).

4.4.3 O papel do capital externo

As mudanças estruturais da economia brasileira podem ser entendidas a partir de uma apropriação bastante livre do conceito keynesiano de convenção, que seria uma opinião média em relação ao estado dos negócios. A economia brasileira foi presidida por uma convenção voltada para o “crescimento garantido” – que se dissolveu em razão da recessão de 1981-1983, do fracasso do Plano Cruzado e do confisco dos ativos financeiros praticado no governo Collor de Mello – sendo substituída por uma outra convenção voltada para a “estabilidade” (Barros, 1994, p. 192-204)³³⁶. Para Belluzzo & Almeida (2002), a ruptura da convenção teria ocorrido com o afastamento do capital externo em decorrência

³³⁶ Para outro autor, a convenção do “crescimento garantido” seria regida por uma “tríade maligna”: inflação, proteção e desvalorização, enquanto a convenção da “estabilidade”, pela “tríade benigna”: estabilização, abertura e reformas (Campos, 13 fev. 1998).

da crise da dívida, o que pode ser interpretado como a ausência do capital externo da coalizão inflacionária³³⁷.

Diferentemente, a coalizão reformista-desinflacionária, como já mencionado, contou com um componente decisivo: o capital externo³³⁸. O “convite” para ingressar na coalizão reformista-deflacionária elaborado por Laerte Setúbal Filho, diretor da FIESP e ex-presidente da Associação dos Exportadores Brasileiros (AEB) não poderia ser mais explícito:

[O novo governo deve] priorizar esse raro momento para atração de capitais externos [e abrir...] nossas portas às empresas multinacionais, globalizadas, que detêm capital, tecnologia e o marketing de distribuição [...]. [...] Se os capitais externos aportam no Brasil pelas novas oportunidades de negócios, temos aí um caminho sedutor e seguro para a nossa prosperidade. Mesmo via bolsas, transformado em ações, ele é direcionado ao setor produtivo. É através dele que ampliaremos o poder de competitividade de nossas empresas e perseguiremos a produção mais sofisticada propiciada pelas tecnologias de ponta mais desenvolvidas (Setúbal Filho, 2 out. 1994).

Além das já mencionadas declarações de apoio ao Plano Real da direção do FMI e da Secretaria do Tesouro dos Estados Unidos, bem como da comunidade financeira internacional, esses organismos, após a certeza da vitória de Fernando Henrique Cardoso, passaram a pressionar o governo pelo aprofundamento das reformas estruturais (Seidl, 30 set. 1994; Pinto, 2 out. 1994; Pinto, 5 out. 1994; Sucesso do Plano Real depende de reformas estruturais, diz Rhodes, 6 out. 1994). Essas pressões iam ao encontro não só da agenda do novo governo, mas também de setores da sociedade brasileira:

Economistas e empresários [...] esperam que o presidente eleito [... promova ...] as reformas estruturais que, já é consenso, são fundamentais para o equilíbrio do Estado. [...] Segundo o documento [elaborado pela FIESP], a agenda política do futuro presidente e dos parlamentares que comporão o novo Congresso deve incluir propostas para o fortalecimento do mercado, por meio da desregulamentação da

³³⁷ “A assimetria verificada no ajustamento entre o setor público e setor privado, o aprofundamento da crise financeira do Estado no decorrer dos anos 80, além do progressivo afastamento do capital estrangeiro após a ‘crise da dívida externa’, representaram o fim de uma ‘convenção’ que servia de amparo às decisões privadas” (Belluzzo & Almeida, 2002, p. 82).

³³⁸ “O fator econômico nuclear da crise que atingiu o Estado brasileiro no início dos anos 80 foi a incapacidade de fazer frente aos pagamentos da dívida externa, o que colocou em xeque o padrão costumeiro de relacionamento do Brasil com a ordem capitalista mundial. Assim sendo, a crise só poderia ser *contornada* ou *superada* mediante um rearranjo da articulação externa que havia permitido que o país tivesse apresentado até então um desenvolvimento capitalista pujante, embora dependente” (Sallum Jr., 2004, p. 48).

economia e da estabilidade de normas. Os empresários esperam ver consolidada a abertura comercial, mas contam com uma taxa de câmbio compatível com a capacidade de competição da indústria nacional, enquanto as reformas estruturais não se concretizam (Expectativa é por reformas estruturais, 2 out. 1994).

A presença do capital externo na coalizão também pode ser medida por intermédio da sua participação no processo de privatização³³⁹, pelo investimento estrangeiro direto e pela variação das reservas internacionais:

TABELA 17 – INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO BRUTO E RESERVAS INTERNACIONAIS (US\$ bi)

ANO	IDE ¹	RESERVAS ²
1990		9.973
1991		9.406
1992		23.754
1993	0,3	32.211
1994	1,8	38.806
1995	4,3	51.840
1996	10,0	60.110
1997	17,0	52.173
1998	25,9	44.556
1999	30,0	36.342
2000	30,6	33.011
2001	22,5	35.866
2002	16,6	37.823

1 Líquidos

2 Conceito liquidez

Fonte: Relatório do Banco Central do Brasil (diversos números) apud Carneiro (2002, p. 277; 2002, p. 363).

A variação das reservas internas é entendida como um elemento importante para compreender a dinâmica da coalizão reformista-desinflacionária. Em novembro de 1998, o Brasil realizou um empréstimo junto ao FMI em razão de uma grande fuga de capitais. Para se ter uma idéia, em abril as reservas internacionais contavam com US\$ 73,8 bilhões e, em dezembro, chegaram a US\$ 44,5 bilhões, após o aporte de aproximadamente US\$ 41 bilhões de um consórcio formado pelo FMI, Banco Mundial, BID, bancos centrais da União Européia, Estados Unidos, Canadá, Japão e pelo *Bank for International Settlements*

³³⁹ No período entre 1991-2002, a participação do capital estrangeiro no total das privatizações foi de 48,2%, ou US\$ 42,13 bilhões. No caso do setor de telecomunicações, a sua participação foi de 59,4%, ou US\$ 17,27 bilhões. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/privatizacao/estrangeiros/foreign.asp>

(BIS)³⁴⁰. Se as reservas internacionais não fossem minimamente reconstituídas, a estabilidade de preços cairia por terra. Nesse sentido, o empréstimo do FMI foi fundamental para a manutenção dessa estabilidade.

Assim, a *variável explicativa* para o sucesso da estabilização de preços deve ser buscada na coalizão reformista-desinflacionária. O seu êxito está diretamente relacionado à maneira pela qual se desarticulou a coalizão inflacionária, atingindo especialmente uma fração do empresariado, os trabalhadores urbanos e os funcionários públicos. As reformas institucionais previamente adotadas e a conjuntura financeira internacional contribuíram para isso. A diferença entre o fracasso de Collor e o sucesso de Fernando Henrique Cardoso está, portanto, na dinâmica do conflito, mas também na constituição da coalizão, na qual o capital externo tem papel relevante:

Nos países endividados da América Latina, na década de 1980, a inelasticidade das reservas às desvalorizações ou a extrema sensibilidade aos ‘atrasos’ percebidos do câmbio, juntamente com a ineficácia da taxa de juros na regulação de novos fluxos de capitais, constituíram fatores decisivos para explicar *os fracassos das políticas de estabilização, que não contaram com decisivo apoio externo* (Belluzzo & Almeida, 2002, p. 180-181 – grifos meus).

Não é obra do acaso que, Pedro Malan, o principal negociador da dívida externa brasileira entre maio de 1991 e agosto de 1993, tenha sido posteriormente nomeado presidente do Banco Central do Brasil (setembro de 1993 a dezembro de 1994) e ministro da Fazenda durante os oito anos da presidência Cardoso (Fiuza, 2006; Cardoso, 2006; Prado, 2005). Além disso, o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso tinha a sua rede pessoal de apoio: “Do presidente eleito nada direi, pois não costumo falar dos meus amigos” (Camdessus apud Appy, 7 out. 1994).

Nesse sentido, quando da crise do México no limiar do governo Fernando Henrique Cardoso, a equipe econômica pretendia ter o FMI “como um canal balizado de

³⁴⁰ “A diferença, com relação aos anos 80, ou mesmo no que se refere ao México, aos países da Ásia e à Rússia, nos anos 90, é que o ‘socorro’ financeiro, dessa feita, foi uma tentativa de se antecipar ao colapso da economia brasileira, claramente em curso a partir da crise russa, o que poderia desembocar numa crise cambial aguda, com a decretação de uma moratória – o déficit em transações correntes no balanço de pagamentos tinha atingido, em outubro de 1998, o recorde de 4,4% do PIB. Mais do que uma espécie de ‘morte anunciada’, pesou, nessa decisão dos países desenvolvidos e das instituições financeiras internacionais, a defesa dos seus interesses no Brasil e o receio do agravamento da enorme instabilidade já presente, naquele momento, nos mercados financeiros, com a ameaça de precipitação de uma recessão mundial, que vinha então se anunciando já há algum tempo” (Filgueiras, 2000, p. 141-142).

comunicação com o mundo financeiro, [e para tanto] está sugerindo que as missões técnicas sejam mais freqüentes do que a visita anual”. O objetivo do governo era mostrar que a situação brasileira – contas externas mais sólidas – era diferente da mexicana (Safatle, 8 jan. 1995).

4.5 A manutenção da estabilidade de preços e suas relações com o crescimento, o emprego e as contas públicas

Além do aumento do desemprego e da queda da renda, aspectos já mencionados, a manutenção da estabilidade se deu à custa do baixo crescimento e da deterioração das contas públicas, como indicam as tabelas abaixo:

TABELA 18 – TAXA REAL DE CRESCIMENTO DO PIB (em %)

1993	4,9
1994	5,9
1995	4,2
1996	2,7
1997	3,3
1998	0,1
1999	0,8
2000	4,4
2001	1,4
2002	1,5

1 Série Antiga

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

TABELA 19 – DÍVIDA LÍQUIDA, RESULTADO (DÉFICIT OU SUPERÁVIT, SEM CONTAR GASTOS COM JUROS) E GASTOS COM JUROS DO SETOR PÚBLICO

	Dívida líquida do setor público em R\$ bi	Dívida líquida do setor público em % do PIB	Gastos com juros do setor público em R\$ bi	Gastos com juros do setor público em % do PIB	Resultado: déficit ou superávit operacional em % do PIB ¹
1994	153,1	29,2	-	-	1,20
1995	208,4	30,5	51,0	7,5	-4,11
1996	269,1	33,3	46,4	5,8	-3,08
1997	307,4	34,2	45,6	5,1	-4,02
1998	385,8	41,7	72,5	7,9	-6,91
1999	516,5	49,2	127,2	13,8	-3,67
2000	563,1	49,4	87,4	8,0	-2,00
2001	660,8	53,4	86,4	7,3	-1,92
2002	881,1	55,9	113,9	8,4	0,01

Fonte: Relatório do Banco Central do Brasil (diversos números).

1 Boletins do Banco Central do Brasil apud Jaloretto (2006).

Os indicadores acima apresentados revelam que se trata de uma conjuntura marcada pelo crescimento medíocre; pelo elevado desemprego, com a conseqüente desorganização e desmobilização dos trabalhadores; e pelo endividamento crescente do setor público³⁴¹. O conflito entre as classes é represado numa conjuntura de baixo crescimento e alto desemprego e o endividamento público parece permitir, no presente, aquilo que a inflação significou no passado: “uma fuga para frente”. Ou seja: assim como a inflação atenuava o conflito entre as classes e permitia uma “fuga para frente”, o endividamento público ocasionado pelas altas taxas de juros possibilita a manutenção do conjunto de medidas que sustentam a estabilidade de preços, tornando possível postergar as contradições da estratégia para o futuro.

³⁴¹ Não procede a alegação do governo de que o aumento da dívida pública teria sido causada pelo reconhecimento dos esqueletos (dívidas não reconhecidas do governo). Essa elevação está relacionada à própria política macroeconômica: “Enquanto percentagem do PIB a dívida líquida do setor público praticamente dobrou entre junho de 1994 e dezembro de 2002, passando de 30% para 60% do PIB. Os fatores patrimoniais – renegociação das dívidas de esferas sub-nacionais, e reconhecimento de esqueletos, descontadas as privatizações – responderam por 37% desse acréscimo. A maior parcela da ampliação deveu-se à política macroeconômica; altas taxas de juros e desvalorização do câmbio responderam por 58% desse aumento, enquanto os fatores fiscais propriamente ditos foram responsáveis por apenas 5%” (Belluzzo & Carneiro, 2003, p. 9).

Em março de 1995, ocorreu uma primeira crise por ocasião do anúncio do governo que tornava explícito a política de bandas cambiais³⁴², medida até então era praticada informalmente, no que foi apoiado pelo presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), Marcus Vinícius Pratini de Moraes (Ferrari, 7 mar. 1995), pela FIESP (Trevisan Jr., 7 mar. 1995), pela FEBRABAN (Monteiro, 7 mar. 1995), e pelos “analistas financeiros” radicados no exterior, inclusive do Banco Mundial (Bittencourt, 7 mar. 1995; Sekles, 7 mar. 1995). Ou seja: não faltaram apoios às medidas do governo.

O objetivo do governo era “evitar uma diminuição muito rápida das exportações”, mas “apostava [que] as importações continuariam elevadas mesmo depois da mudança do câmbio” (Sardenberg, 12 mar. 1995). Ou seja: o papel da liberalização comercial na manutenção da estabilidade de preços seria mantido. Com o objetivo de modificar o “humor do mercado, o governo aproveitou a oportunidade para anunciar a privatização da Companhia Vale do Rio do Doce (CVRD), no que foi bem sucedido (Magalhães, 7 mar. 1995)³⁴³.

Esses eventos dominaram, por algum tempo, o debate público sobre o Plano Real. Pelo lado da heterodoxia, o Plano Real teria acabado ou “caminha[ria] para o seu fim” (Castro, 23 abr. 1995): “C’est fini!” afirmou João Manuel Cardoso de Mello em palestra na *Maison des Sciences de l’Homme* (Recena, 26 mar. 1995). Já no campo ortodoxo, o FMI

³⁴² A crise teria sido causada pelos erros cometidos pelo Banco Central na implementação das bandas cambiais (alguns *dealers* teriam sido avisados outros não), o que foi categoricamente negado pelo presidente da instituição, Pêrsio Arida, que preferiu defender a tese de que o real teria sido vítima de um ataque especulativo (Sardenberg, 12 mar. 1995). A crise foi superada com a elevação da taxa anual de juros que passou de 46,27% para 64,78% (Miya, 12 mar. 1995). Pêrsio Arida teria sido responsabilizado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso pela crise e deixaria a presidência do Banco Central em junho de 1995, não obstante o apoio recebido do ministro da Fazenda: “Quero reafirmar que o governo sempre reagirá a favor da estabilidade, contra ações irresponsáveis de caráter especulativo que acabam comprometendo o futuro do Brasil. Nossa prioridade continuará sendo o combate sistemático à inflação, que, sem dúvida, é o pior dos impostos que pode recair sobre os mais pobres deste país” (Malan, 12 mar. 1995).

³⁴³ Segundo Treisman (2003), a coalizão anti-privatização no Brasil era composta por trabalhadores e seus sindicatos ligados à CUT e ao PT, os gerentes das empresas estatais, governadores (que temiam a perda de empregos nos seus estados), políticos preocupados com o seu eleitorado e uma parcela do empresariado doméstico que possuía relações econômicas com as empresas estatais. Para desarticular essa coalizão, Cardoso aliou-se ao PFL (tradicional defensor do processo de privatização), cooptou, via acordo da dívida com o Banco do Brasil, a bancada ruralista no Parlamento, reprimiu a greve dos trabalhadores do setor estatal, autorizou a participação dos trabalhadores nos leilões de privatização, renegociou a dívida dos estados com os governadores e financiou o processo de privatização através do BNDES.

pedia ajuste fiscal (Sekles, 24 abr. 1995) e Rudiger Dornbusch defendia uma “privatização selvagem” (Seidl, 24 abr. 1995).

Como se sabe, a estabilização de preços se manteve, o ajuste fiscal (superávit primário) passou a ser perseguido apenas no segundo governo Fernando Henrique Cardoso e as privatizações passaram ao largo do “selvagem”. Mas ficou nítido que “a chave [para preservar a estabilidade de preços] [era] desacelerar a economia” (Pinto, 25 abr. 1995). Ou seja, como já destacado, nos governos de Fernando Henrique Cardoso fez-se uma opção inequívoca pela estabilidade de preços em prejuízo ao crescimento. Os ajustes pelos quais passou o Plano Real tinham sempre esta finalidade.

O governo encontrava-se novamente sob pressão, pois a FIESP criticava a lentidão do processo de reformas, a sobrevalorização do câmbio, o baixo patamar das alíquota de importação e temia pela volta da inflação (Damasco, 26 abr. 1995). Os editoriais da grande imprensa tornaram-se cautelosos quanto ao destino do Plano Real (Engavetamento, 28 abr. 1995). A FEBRABAN criticava a elevação do depósito compulsório e a carga tributária (Schulman, 14 maio 1995).

No entanto, o início da já citada greve dos petroleiros reuniu os grupos descontentes com os rumos do Plano Real em torno do governo. A greve foi duramente critica pela grande imprensa: “O fim da irresponsabilidade grevista” (O fim..., 10 maio 1995; “Afrontando a lei” (Afrontando..., 16 maio 1995); “O povo não pode ser mantido como refém” (O povo..., 24 maio 1995). A greve dos petroleiros pode ser interpretada como uma tentativa de rearticular a coalizão inflacionária que fracassou³⁴⁴. Fortalecido com a derrota do movimento sindical, o governo partiu para o ataque e proibiu que o reajuste salarial fosse vinculado a um índice de preços (Salomon, 1º jul. 1995). A CUT rejeitou a nova regra, enquanto a Força Sindical a aceitou (Lucchesi, 1º jul. 1995).

A desindexação salarial era importante para desarticular a coalizão inflacionária, tendo sido aceita com resignação por um dos seus porta-vozes, o presidente da FECOMERCIO: “Todo mundo vai perder com a desindexação. É que essa medida esfria

³⁴⁴ Nas palavras do ministro da Fazenda: “Aqueles que pensam que podem pressionar porque acreditam que o País voltará ao status quo de antes vão ter dificuldades maiores ainda para se adaptar à nova realidade de uma economia com inflação baixa” (Malan apud Oliveira & Abreu, 1º jun. 1995).

ainda mais a economia. As empresas que já estão vendendo menos, vão ter de entregar parte do negócio, e os trabalhadores vão ter menos força para brigar. *Esse é o preço para acertar a economia*” (Szajman, 1º jul. 1995 – grifo meu). Mais do que resignação, essa fala revela a adesão de uma importante fração do empresariado à nova coalizão reformista-desinflacionária.

Enquanto isso, a âncora cambial cumpria o seu papel na manutenção da estabilidade de preços: “o dólar custa hoje cerca de 50% do que custava em 1992!” (Zini Jr., 4 jun. 1995) e a Ministra da Indústria, Comércio e Turismo, Dorothea Werneck, declarava que o “governo não vai conter importações” (Magalhães, 3 jun. 1995). Não obstante a certeza do ministro da Fazenda de que “viraria o jogo da balança comercial” (Malan, 1º jul. 1995), as próprias medidas tomadas pelo governo impediam que o resultasse fosse alterado:

Fontes do Governo admitem que a valorização do real frente ao dólar impede a reação das exportações. O Governo tentou conter as importações aumentando as alíquotas do Imposto de Importação, mas a medida não surtiu o efeito esperado. As altas taxas de juros internas e o alongamento dos prazos de financiamento das importações em até um ano – além do real valorizado – neutralizaram as medidas do Governo. Houve também um movimento intenso de antecipações de importações no início do ano porque os importadores sentiram que, diante do aumento espantoso das importações, o Governo aumentaria as alíquotas do Imposto de Importação. [...] O ganho financeiro dos importadores na ciranda financeira compensa qualquer aumento de alíquota do Imposto de Importação (Crise cambial ainda é ameaça, 1º jul. 1995).

Paralelamente, a queda dos preços agrícolas contribuía, por sua vez, com a estabilidade de preços (Cristina, 11 jun. 1995; Cardoso, 30 jun. 1995): era a “âncora verde” do Plano Real³⁴⁵.

Na comemoração do primeiro aniversário do Plano Real, a FIESP celebrava o sucesso do plano na estabilização de preços, mas criticava as elevadas taxas de juros e suas conseqüências danosas na oferta de crédito (Entidade vê “momento delicado”, 2 jul. 1995). Para um importante empresário industrial: “Nos últimos 12 meses, o Brasil viveu os velhos tempos de cassino, enriquecendo os especuladores e empobrecendo os produtores. O que se viu foi uma aguerrida luta de bastidores entre a produção e a especulação. No primeiro

³⁴⁵ O frango, cujo preço era de aproximadamente R\$ 1,00 o quilo em 1994, foi um dos símbolos do Plano Real. Um dos motivos para a oferta relativamente barata de alimentos foi que a agricultura brasileira cresceu nos anos 1980, mesmo em condições adversas (Rezende, 1989; Mello, 1990).

‘round’, ficou claro que os produtores foram a nocaute técnico e os especuladores venceram” (Moraes, 2 jul. 1995). Já para os sindicalistas, os salários baixos mantinham a inflação controlada (Lucchesi, 2 jul. 1995), o que ficou conhecido como “âncora salarial”.

Com o crescimento significativo do déficit da balança comercial, um arguto jornalista econômico analisava as relações entre a liberalização comercial e a política monetária marcada pela elevada taxa de juros e traçava dois cenários para o Plano Real:

A abertura externa ganhou uma batalha ao longo dos últimos seis anos, mas a guerra nunca será ganha inteiramente. [...] O custo de concentrar a política econômica na política monetária – leia-se, altos juros é enorme, mas hoje não se discute mais se ela pode funcionar, e sim sua dosagem. [...] [O] cenário da morte do real por uma explosão inflacionária seria menos provável. O risco maior seria o de uma lenta agonia. Nesse ponto, o problema externo encontra-se com o problema inflacionário. Quanto mais gradual for a aposta por uma inflação baixa, maior tenderá ser o nível da inflação residual. Esta inflação residual, por sua vez, colocará pressões crescentes sobre o valor real do câmbio, aumentando as chances de uma desvalorização mais forte, ou de várias desvalorizações seguidas (Pinto, 3 jul. 1995).

De fato, a “desvalorização mais forte” veio, mas não foi seguida pela disparada da inflação, tampouco pela rearticulação da coalizão inflacionária. Os empresários apontavam a sobrevalorização cambial como o “maior problema do plano”, mas 89% deles confiavam no plano e na sua “consolidação” (Florence, 5 jul. 1995). Diante das críticas, o ministro da Fazenda afirmava: “Seria ideal acabar com a inflação de forma indolor, sem nenhuma necessidade de adaptação. Mas não é assim que funciona o mundo real. Existem custos sim, não é possível ter só coisas boas” (O Plano Real não é indolor, diz Pedro Malan, 15 jul. 1995). Isto é: inflação e desinflação são processos nos quais há interesses envolvidos e, portanto, geram conflito.

No entanto, como já indicado, “os custos” estavam recaindo sobre os trabalhadores: “Cofap anuncia demissão de 550 funcionários” (COFAP..., 25 ago. 1995). O Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (SINDIPEÇAS) informou que 1.500 trabalhadores foram demitidos nos últimos dois meses (Protesto no ABCD reúne mais de 40 mil, 25 ago. 1995). CUT, Força Sindical e até empresários se reuniram na manifestação “Brasil, Cai na Real”, que chegou a contar com mais de 40 mil pessoas no Paço Municipal de São Bernardo (Protesto no ABCD reúne mais de 40 mil, 25 ago. 1995). Novo ato reuniu 10 mil pessoas em Osasco (Ferreira & Cintra, 1º set. 1995).

FIESP e CNI afirmaram que o desemprego era o “preço pago” pela manutenção da estabilidade de preços (Desemprego é o preço, diz CNI, 25 ago. 1995). O presidente Fernando Henrique Cardoso alegou que o governo não era responsável pela situação, pois estava fazendo a sua parte não só reduzindo as taxas de juros e o compulsório, mas propondo as reformas constitucionais (Governo não é responsável, diz FHC, 25 ago. 1995).

O pouco caso do empresariado industrial em relação ao desemprego era inversamente proporcional a sua preocupação com a desindustrialização. No discurso de posse do seu segundo mandato frente à FIESP, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, prometia “guerra contra o Estado” e contra o aumento das importações (Aguiar, 7 out. 1995). Já a CNI tinha uma visão pragmática e entendia “ser irreversível a exposição do país à competição estrangeira, que quebra os ineficientes” (Silveira, 14 out. 1995). Ou seja, da mesma maneira que os trabalhadores se renderam à nova conjuntura, admitindo que suas demandas não poderiam ir além da manutenção do emprego, os empresários – ao menos aqueles representados pela CNI – capitularam à nova ordem econômica internacional.

Trata-se de mais um exemplo do desmonte da coalizão inflacionária louvado pelo editorial da *Folha de S. Paulo*: “O manifesto assinado conjuntamente por Vicentinho, da CUT, e Mário Amato, da CNI, defendendo a estabilidade da moeda como ‘um meio e não um objetivo em si mesmo’ diz muito do momento atual’. [...] ‘A ideologia desapareceu. É preciso que empresários e trabalhadores participem das decisões juntamente com o governo que não pode agir sozinho’, afirmou Mario Amato” (Encontro e convergência, 28 set. 1995). Não se trata de uma crítica à estabilização de preços, mas às medidas tomadas, o que não deixa de ser paradoxal, pois são estas medidas que mantêm a estabilidade de preços.

No final de 1995, o editorial da *Gazeta Mercantil* apontava a derrota final da inflação na medida em que “a mudança mais importante ocorrida no Brasil no último ano tenha sido a reversão da psicologia inflacionária que dominou a economia brasileira durante tantos anos” (Inflação, a conquista mais comemorável, 29 dez. 1995)³⁴⁶. E, de fato, após 18

³⁴⁶ O final de 1995 é lembrado também pela edição da Resolução CMN n° 2.208 e das Medidas Provisórias n° 1.179, de 3 de novembro de 1995, e n° 1.182, de 17 de novembro de 1995, que instituíram o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER). Não cabe aqui uma discussão dos motivos (evitar uma crise bancária ou atender os interesses econômicos do capital bancário) que levaram ao governo a introduzir o PROER, que envolvia um volume significativo de recursos (cerca de R\$ 20 bilhões, segundo Minella, 1997, p. 181).

meses de estabilidade de preços, os agentes se deram conta que a “cultura inflacionária” era um evento que remetia ao passado. Mas isto só ficaria claro por ocasião da comemoração do segundo aniversário do Plano Real: “O fato de a inflação estar fora da agenda nacional de modo tão convincente dá essa confortável sensação de que a ‘cultura inflacionária’ foi vencida de uma vez por todas” (Não parece que foi ontem, 30 jun. 1996). Ainda em 1996, o presidente Fernando Henrique Cardoso declarava: “Nós viramos a página da inflação [...]” (Inflação já é página virada, afirma FHC, 14 set. 1996). A persistência do governo na manutenção da estabilidade de preços a qualquer preço foi fundamental para que se chegasse a esse resultado e os governos de Fernando Henrique Cardoso nunca abandonaram este objetivo³⁴⁷.

Nesse sentido, o artigo do diretor-presidente da Indústria de Papel e Papelão São Roberto S/A, que creditava o sucesso do Plano Real ao “câmbio baixo e juros altos” é revelador: “[A indústria] foi beneficiada pelo plano como um todo, [mas] alguns setores [...] foram afetados [... pela ...] abertura da economia, feita de maneira apressada e bisonha”. Não se quer a volta da inflação ou o fechamento da economia, mas “voltar a crescer” (Jeha, 29 dez. 1995). O problema é que “voltar a crescer” significa atacar os pilares da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso, pilares esses que sustentam a estabilidade de preços. Como essa possibilidade está completamente descartada, uma vez que a estabilidade de preços sustenta a coalizão reformista-desinflacionária, o ajuste das empresas foi sendo realizado não só “diante da redução apenas do emprego, [mas da] capacidade de empregar (Castro, 6 abr. 1996).

E aqui um perigo se impõe segundo o presidente da CNI: em uma conjuntura marcada pelo crescimento do desemprego, o risco é a explosão de uma crise social que colocaria em risco a existência da própria coalizão reformista-desinflacionária e a estratégia de implantação das reformas estruturais (Romero & Abbott, 16 maio 1996). O temor era legítimo, mas, retrospectivamente, essa fração do empresariado industrial lançava o seu olhar unicamente para os trabalhadores do setor formal e desprezava os efeitos positivos da estabilidade de preços sobre os trabalhadores do setor informal, que sustentavam

³⁴⁷ O ministro da Fazenda, Pedro Malan “condenou o charlatanismo, o populismo e a demagogia na política econômica, frisando que ‘não se pode voltar a tributar os pobres’ através da desvalorização da moeda” (Correa, 3 set. 1996).

eleitoralmente a coalizão reformista-desinflacionária. Além disso, a criação de emprego formal possibilitaria o fortalecimento dos trabalhadores organizados, os quais, a partir daí, teriam mais força para afrontar as medidas colocadas em prática pela equipe econômica.

Apesar da estabilidade de preços ser ancorada no baixo crescimento e no alto desemprego, inúmeras vezes a FIESP e CNI solicitariam a diminuição da taxa de juros e do desemprego, bem como a aceleração da reformas: “O objetivo é conscientizar o Executivo e o Legislativo que os industriais não agüentam mais” (Seidl, 21 maio 1996). Para o governo, o empresariado industrial não tinha percebido as mudanças estruturais pelas quais a economia brasileira havia passado. Nas palavras de Gustavo Franco: “É preciso perder essa noção de que o programa de estabilização é uma espécie de arrocho temporário, porque austeridade fiscal, âncora monetária e âncora cambial são para o resto da vida” (Franco apud Pressão não muda política econômica, 24 maio 1996). É interessante destacar que a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) tinha uma postura menos crítica em relação ao governo, pois a pressão pela aprovação das reformas era exercida sobre o Congresso Nacional. Além disso, uma hipótese para explicar este comportamento menos belicoso pode estar na avaliação dos efeitos provocados pelo Plano Real. Nas palavras de seu presidente: “a política monetária austera puniu [...] o emprego” (Vieira, 6 jul.1996).

No entanto, o governo viu-se obrigado a apresentar não só uma defesa mais bem elaborada dos êxitos do Plano Real, como também uma visão otimista em relação ao futuro (Goldenstein & Mendonça de Barros, 17 jun. 1996). E a defesa dirigiu-se não somente ao empresariado, mas à classe média, cujo “ganho obtido [...] com o Plano Real já começa[va] a desaparecer” (Barcellos, 9 jun. 1996). Sintoma disso foi a queda de 41%, em dezembro de 1995, para 30%, no final de junho de 1996, do percentual daqueles que consideram o desempenho do presidente ótimo ou bom. Um cenário curioso começa a se configurar, já que o percentual daqueles que consideravam o Plano Real “bom para país” permanecia estável (72% em dezembro de 1995 e 69% em junho de 1996) (Aprovação de FHC despenca para 30%, 30 jun. 1996): o Plano Real começou a ganhar identidade própria e passou a se deslocar da sua principal estrela, o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Nesse período, o governo Fernando Henrique Cardoso passou a sofrer pressões do FMI, que considerava “o ajuste fiscal insuficiente” para conter o crescimento da dívida (Bortot, 3 set. 1996). Esse fato provocou um

[B]ate-boca entre o diretor do FMI, Vito Tanzi, e o diretor de Política Monetária do Banco Central, Francisco Lopes, em torno das projeções para a dívida do governo, pode parecer conversa exotérica de economistas, mas não é. No miolo na disputa está uma questão central: a capacidade ou não do Brasil provar aos investidores aqui e no exterior, que a trajetória das contas do governo não é explosiva. Se os mercados acreditarem nisso, estarão dispostos a aceitar pequenos desvios de rota, sem perder a confiança. Se duvidarem, hesitarão em comprar papéis do governo, com medo de um calote futuro. No limite, se a dívida for muito forte, e endossada pelo FMI, os investidores, a certa altura, tenderão a se livrar dos títulos do governo o que poderia transformar o calote numa profecia auto-realizável (Pinto, 6 set. 1996).

Mas não se trata apenas “de provar que a trajetória não é explosiva”, pois os investidores poderiam avaliar que valeria a pena correr o risco se a taxa de juros fosse suficientemente atrativa. Mas, evidentemente, a atratividade da taxa de juros tem limites e não impediu a fuga de capitais por ocasião das crises pelas quais o real iria passar.

Câmbio sobrevalorizado e liberalização comercial, que possibilitam a manutenção da política de importação de mercadorias, e política monetária restritiva, que atrai capitais para financiar o déficit da balança comercial e mantém a demanda agregada sob controle, formaram os pilares das políticas adotadas no primeiro governo Fernando Henrique para a manutenção da estabilidade de preços.

Para alguns setores, o câmbio sobrevalorizado não era um problema. Ao contrário, era solução, pois o “real forte” permitiu a importação de bens de capital e intermediários e a expansão do mercado interno. A saída para aumentar as exportações – e continuar financiando as importações – era a redução dos impostos, melhora da infra-estrutura portuária e linhas de crédito com taxas de juros mais baixas. “Incentivar exportações pela desvalorização do câmbio é uma hipótese corretamente descartada, porque o câmbio desvalorizado teria impacto negativo sobre as importações, [...] acabaria inibindo o mercado doméstico, desestimularia novos investimentos e não formaria uma base sólida de exportações” (Força para o Real, 19 dez. 1996).

Já o setor mais crítico da sobrevalorização do câmbio – FIESP sobretudo – criticou a estratégia do governo de priorizar os seus esforços na busca da aprovação da emenda de reeleição e por não se empenhar na aprovação das formas estruturais que reduziriam o “custo Brasil” e que seriam “imprescindíveis à estabilização da economia” (Leopoldo, 25 dez. 1996). Havia um temor também que, caso ocorresse uma crise de liquidez, não haveria condições políticas para a adoção das reformas estruturais (Consolidação do plano depende de reformas, 30 jun. 1997).

O FMI, preocupado com a elevação da dívida, pressionava pelo ajuste fiscal (Bortot, 19 mar. 1997). Face à reprodução reiterada desta tese pelo FMI, fica claro que o ajuste fiscal era a panacéia para todos os males da economia brasileira. Já a equipe econômica não parecia muito preocupada com o crescimento da dívida, nem com a elevação do déficit em conta corrente. Ao que parece, havia uma crença, no núcleo decisório da política econômica, de que a liquidez internacional era interminável e que, portanto, não havia motivo para se preocupar com aquele déficit, mas sim com o ritmo de implantação das reformas liberalizantes³⁴⁸.

No entanto, próximo ao terceiro aniversário do Plano Real, a avaliação de parte da grande imprensa sobre a estabilização de preços começou a se alterar. Essa estabilização não era condição para a retomada do crescimento econômico? Mas não era o que se constatava. Assim, esse deslocamento ocorreu em razão da ausência de resultados no que tange ao crescimento, e da constatação de que os instrumentos utilizados para a estabilização impediam o crescimento:

Se a recessão não servia para acabar com a inflação, ela agora pode ser a condição para que a inflação não volte. [...] Essa dificuldade tem origem no próprio modelo de estabilização adotado [...]. [...] Trata-se da conhecida “âncora cambial”: a abertura comercial, a valorização cambial e a atração de capitais externos com juros elevados formam um tripé milagroso no que se refere à contenção de preços e salários, mas diabólico quando a questão é retomar o crescimento. [...] O governo não pode deixar a economia crescer demais para não desequilibrar muito as contas externas. Mas o crescimento contido tem ainda o efeito de restringir os investimentos produtivos (Real, modelo inacabado, 25 maio 1997).

³⁴⁸ Além disso, segundo Albert Fishlow, a sobrevalorização cambial poderia ser enfrentada a partir do aumento contínuo da produtividade (Fishlow apud Yanakiew, 27 ago. 1997). Mesmo entre aqueles que não participavam do núcleo decisório, a mudança da política cambial era inviável: “Nova política cambial, nem pensar. Para [José Roberto] Mendonça de Barros, aposta é muito arriscada” (Prado, 30 jun. 1997).

A estabilidade econômica brasileira repousa sobre um inquietante desajuste nas contas externas. O que é mais grave, a estabilidade é em boa parte explicada pelo próprio desajuste. [...] Ocorre que, para evitar uma deterioração maior das contas externas, o governo opta por conter o crescimento econômico. [...] No coração do plano de estabilização estão alojados desajustes que podem ser fatais (Estabilidade desajustada, 18 jun. 1997).

A percepção de que algo não estava correto também foi captado por uma pesquisa encomendada pela CNI. O percentual daqueles que acreditavam que Plano Real “será um sucesso” caiu de 46%, em março de 1997, para 36% em maio, enquanto aqueles que afirmavam que o plano “será um fracasso” representavam 11% em março e 19% em maio daquele ano (Cresce desaprovação entre os mais pobres, 11 jun. 1997). Era “o fim da lua-de-mel” (Pinto, 4 jul. 1997). A origem desse descontentamento é clara e foi apontado na época: os efeitos distributivos do plano estavam se exaurindo (Rossetti, 31 maio 1997). Além disso, o início do aumento do descontentamento em relação ao Plano Real estava relacionada a outro efeito causado pelo plano: o aumento do desemprego. Mas para o ministro da Fazenda, o desemprego era o “custo [de se ter] inflação baixa” (Catanhêde, 10 ago. 1997).

Já para outra parcela da grande imprensa, apesar da constatação do esgotamento dos efeitos positivos do Plano Real, as reformas ainda estavam por ser feitas e, para que fossem efetuadas, era preciso realizar “sacrifícios, seja no enxugamento das administrações públicas, na redução de serviços oferecidos à população ou na eliminação de privilégios especiais obtidos no passado por minorias que hoje resistem às reformas” (O mais difícil está à frente, 1º jul. 1997). A conta do aprofundamento das reformas estruturais, que levam à “estabilidade econômica”, deveria ser paga, portanto, por alguns.

O fato é que o governo, respaldado pelo FMI³⁴⁹, manteve a política cambial, mesmo quando teve de se defrontar com uma nova crise. No final de outubro, ocorreu uma queda da Bolsa de Valores de Hong Kong, que repercutiu nas principais bolsas do mundo. A resposta do governo brasileiro foi rápida: o Banco Central elevou a taxa de juro de 21%

³⁴⁹ “Stanley Fischer diz que déficit em conta corrente do Brasil não é preocupante” (Stanley..., 24 set. 1997); “FMI aprova política cambial brasileira. Camdessus diz que País faz ‘manejo inteligente’ do câmbio e não corre risco de crise como a tailandesa” (Léo, 26 set. 1997), mas que o Brasil precisa “mesmo é controlar os gastos e não elevar juros para atrair capital externo” (Léo, 25 set. 1997). Sobre a crise tailandesa: no início de 1997 ocorreu uma fuga de capitais, que culminou com a desvalorização da moeda tailandesa (baht) em julho de 1997. A Tailândia fecharia um acordo com o FMI em agosto de 1997.

para 43% ao ano com o objetivo de assegurar a taxa de câmbio; o governo anunciou as “Medidas de Ajuste Fiscal e competitividade” (o “Pacote 51”, referência ao número de medidas), que visavam reduzir o déficit público através do aumento de impostos e do corte de gastos. Cogitou-se a necessidade do governo recorrer ao FMI, mas o presidente Fernando Henrique Cardoso foi taxativo e afirmou que o país não iria solicitar ajuda ao FMI, nem alterar a política cambial desvalorizando o real. “E pediu ajuda do Congresso Nacional na votação das reformas para que o governo possa, depois disso, reduzir, o mais rapidamente possível, as taxas de juros, dobradas no início do mês” (Leal, 25 nov. 1997)³⁵⁰.

No entanto, as condições e os riscos de um novo ataque especulativo ao real continuavam presentes, não obstante o Brasil ser considerado um caso exemplar do combate eficiente e correto à crise asiática, a partir das propostas ortodoxas (redução do déficit público e elevação das taxas juros) defendidas pelo FMI³⁵¹ (Passos, 15 abr. 1998; Léo, 16 abr. 1998; Pinto, 17 abr. 1998).

Diante do fato de que as taxas de crescimento produzidas nos primeiros anos do governo Fernando Henrique Cardoso eram inferiores às da “década perdida”, os porta-vozes da coalizão reformista-desinflacionária apontavam que “a desastrosa herança da economia sem rumo e dos truques só foi superada com o Plano Real”. De forma irônica, referiam-se aos “bons tempos dos 80, quando surtos de inflação e planos milagrosos garantiam prosperidade e bem-estar”. O “Brasil passou a ser visto e tratado como um país sério”, que possuía “um rumo econômico bem definido” (Perdido foi o tempo da inflação, 13 dez. 1997).

O editorial da *Gazeta Mercantil* do final de 1997 reafirmou “a derrota da cultura inflacionária”, argumentando “que a estabilidade da moeda [era] um fato consolidado no espírito da população”³⁵². A coalizão inflacionária fora desarticulada³⁵³: “O resultado

³⁵⁰ Segundo Michel Camdessus, “foi uma resposta admirável e estou orgulhoso de termos estado (sic) associado com a reflexão prévia a ela”. Para o autor da matéria, o diretor-gerente do FMI, “diplomaticamente”, “reivindicou algum crédito pelo sucesso da operação, indicando que a instituição tomou parte nas consultas que antecederam a reação brasileira” (Sotero, 3 abr. 1998).

³⁵¹ Era uma forma também do FMI escapar das críticas que estava recebendo por ocasião do seu desempenho em prever e debelar a crise asiática.

³⁵² Consultar também o editorial do *Jornal do Brasil* (Virando a Página, 30 dez. 1997) e a matéria “A megera domada” do *Correio Braziliense* (A megera..., 8 jan. 1998).

positivo disso é que a resistência dos consumidores a reajustes de preços, particularmente em relação a produtos e artigos de consumo básico e freqüente, talvez seja hoje em dia o mais firme obstáculo a qualquer processo de retomada inflacionária”. A novidade aqui em relação ao ano anterior era que esse processo agora apresentava uma fatura: “O preço dessa conquista têm sido, como sabemos, taxas menores de crescimento econômico e de geração de empregos, o que, sem dúvida, é um problema a ser superado e vencido no devido tempo” (A inflação no ano que passou, 30 dez. 1997).

Não obstante a queda na avaliação favorável do Plano Real de 42% dos entrevistados em outubro de 1997 para 36% em janeiro de 1998 – queda nitidamente relacionada à crise asiática –, o percentual daqueles que consideravam que sua “vida melhorou ou melhorou muito” com o Plano Real continuava relativamente alto (52%) (Crise abala a confiança no Plano Real, 4 fev. 1998).

Ao se aproximar do quarto aniversário do Plano Real, um novo elemento juntou-se à conjuntura: a campanha eleitoral. Crise externa, elevação do desemprego e diminuição da renda incomodavam os membros da coalizão eleitoral que dava sustentação política ao governo. O presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, “preocupado com os rumos da sucessão presidencial” sugeriu ao presidente Fernando Henrique Cardoso que desse “mais atenção à área social, mesmo que isso significasse um pequeno aumento da inflação” (Saudosismo da inflação, 4 jun. 1998). A preocupação do deputado era legítima, pois perguntado “como o plano afetou a sua vida?”, 49% responderam que “beneficiou”, enquanto 47% disseram que “prejudicou”. Além disso, os descontentes se concentravam nas camadas cujo rendimento mensal familiar era de até cinco salários mínimos (Nicoletta, 28 jun. 1998).

O presidente da Câmara dos Deputados foi duramente criticado, tanto pelo editorial de *O Estado de S. Paulo*: “Não há maior flagelo social que um índice crescente de inflação” (Saudosismo da inflação, 4 jun. 1998), quanto pelo editorial da *Folha de S. Paulo*: “Candidaturas de sabor populista e a demagogia econômica mais uma vez estão no páreo eleitoral” (Inflação e Demagogia, 4 jun. 1998). Camadas da classe média emitiam sinais de

³⁵³ Outros não estavam tão convencidos disso: “[É] necessária a manutenção das bases da política econômica atual, em termos tanto monetários quanto cambiais, uma vez que qualquer mudança comprometerá a desindexação e, por conseqüência, trará de volta a inflação” (Cunha, 28 dez. 1997).

descontentamento e também foram fortemente criticadas: “[A] classe média alta tem “nostalgia dos tempos hiperinflacionários, quando um profissional liberal *engordava* seu salário com aplicações em contas remuneradas no *overnight*, deveriam ter vergonha de seus sentimentos mesquinhos” (Despertar de Uma Nação, 2 jul. 1998).

De fato, a campanha eleitoral foi capaz de unificar novamente a grande imprensa em torno da manutenção da estabilidade de preços e na sua primazia em relação ao crescimento econômico: “Tem razão, portanto, o presidente Fernando Henrique Cardoso quando manda um alerta sobre o risco da volta ao caos, que identifica na inflação” (Memória Curta, 14 jun. 1998). Mesmo as evidências históricas foram ignoradas: “Nenhum país cresce com inflação. Políticas inflacionárias levam a crises que terminam com recessão e desemprego” (Sardenberg, 8 jun. 1998). O desemprego aumentou em razão da ausência de medidas para enfrentar os “desafios tecnológicos gerados pela inflação” (Despertar de Uma Nação, 2 jul. 1998). Ou seja, o desemprego era considerado única e exclusivamente estrutural. Diante disso, qualquer crítica ao Plano Real só pode ser de “má-fé” (Os frutos da estabilidade, 30 jun. 1998).

4.5.1 A conjuntura crítica da desvalorização do real

As avaliações sobre o Plano Real buscavam, na verdade, alertar o governo de que a maneira pela qual a estabilidade de preços era assegurada – com base na liquidez internacional – envolvia uma dose (elevada) de risco (Pedras no caminho, 1º jul. 1998). De fato, as reservas internacionais se recuperaram no primeiro semestre de 1998 e o governo abandonou as medidas de contenção das despesas que estavam previstas no Pacote 51. No entanto, os avisos de que o real poderia sofrer outro ataque especulativo eram enviados pelo FMI, que se mostrava desapontado pelo abandono do corte de gasto (Neumann & Tavares, 20 jun. 1998).

No final de julho, o Sistema TELEBRÁS (Telecomunicações Brasileiras) foi privatizado, mas a comemoração do governo não durou muito. Em meados de agosto de 1998, a Rússia desvalorizou o rublo e declarou uma moratória no pagamento da sua dívida, que não só interrompeu o fluxo de capitais para as “economias emergentes”, como detonou uma gigantesca fuga de capitais no Brasil, em setembro. Esta não foi estancada com a

elevação da taxa básica de juros para 49,75% no dia 11, nem com incentivos ao capital estrangeiro e, tampouco, com a implementação de um “Programa de Estabilidade Fiscal”, já que as medidas previstas no “Pacote 51” nunca foram seriamente executadas. Desta vez, as medidas adotadas pelo governo não foram suficientes para conter a fuga de capitais e evitar os ataques especulativos contra o real. O “saldo” do “setembro negro” foi a perda de US\$ 21,7 bilhões das reservas internacionais. E isto na reta final da campanha eleitoral.

Para o presidente Fernando Henrique Cardoso, a crise do real tinha causas unicamente externas, diagnóstico que lhe deixava confortável para vincular o “futuro do País à reeleição” (Fantin & Alves, 1º out. 1998). Aqui é possível formular a hipótese segundo a qual Fernando Henrique Cardoso foi reeleito menos em razão de seu papel como “pai” da estabilidade de preços – é bom lembrar que seus índices de popularidade eram mais baixos do que os do Plano Real – e sim porque se apresentou como aquele mais bem indicado para manter a estabilidade de preços no seu aspecto mais fundamental para grande parcela do eleitorado: a preservação do poder de compra do real. O rompimento dessa promessa – que gerou sentidos de “frustração” e de “traição” (A Velha Senhora, 5 fev. 1999) – e as crises sucessivas ocorridas entre 1999-2002 não só diminuíram a margem de manobra de seu governo no segundo mandato, como comprometeram a campanha de seu sucessor.

Com a reeleição assegurada, o governo e o FMI divulgaram um comunicado conjunto no qual se previa a obtenção de um superávit primário da ordem de 2,5% a 3% do PIB a partir de 1999. Além disso,

As autoridades também enfatizaram seu firme compromisso com: a) o regime cambial vigente; b) a manutenção de uma política flexível de taxas de juros; c) a não imposição de qualquer controle sobre as saídas de capitais; d) o pagamento integral do serviço da dívida interna e externa; e) a continuidade dos esforços em curso com vistas às reformas estruturais da Previdência Social, do sistema tributário, das instituições e do processo orçamentário, do sistema financeiro, do mercado de trabalho, e de privatizações, entre outras (Íntegra do Comunicado, 9 out. 1998).

O endosso do FMI à política cambial é mais uma prova inequívoca do apoio do FMI ao governo Fernando Henrique Cardoso, uma vez que o FMI emitia sinais de que uma desvalorização do real “seria muito bem recebida” (Safatle, 3 out. 1998). Portanto, a manutenção da sobrevalorização cambial era uma decisão do governo e não do FMI, que

não negou apoio a essa decisão. Além disso, o governo de Fernando Henrique Cardoso contava com o apoio pessoal do presidente dos Estados Unidos³⁵⁴ (Abbott & Passos, 5 out. 1998; Pinto, 4 out. 1998).

O acordo com o FMI foi visto como a salvação do regime cambial e, por extensão, da estabilidade de preços:

À medida que ganhava velocidade o ataque especulativo contra o Brasil desde o final de agosto, crescia a convicção entre os empresários e analistas econômicos de que o Brasil teria de ter um respaldo financeiro internacional, sob a égide do FMI, para restaurar a sua credibilidade no mercado internacional. [...] [O] Brasil não recuou de suas posições. O primeiro compromisso é, significativamente, o de manter o regime cambial vigente. Está excluída a hipótese de uma forte desvalorização do real, como complemento ao ajuste fiscal, medida que chegou a ser aconselhada por um alto funcionário do Fundo. Dentro do mesmo espírito, o governo brasileiro compromete-se a não impor qualquer controle sobre saídas de capitais e ao pagamento integral do serviço da dívida interna e externa (Hora certa para acordo com o FMI, 9 out. 1998).

O acordo com o FMI foi visto, de um lado, com resignação³⁵⁵ pelo empresariado, que previa “um ano duríssimo” em 1999, e, de outro lado, como a “uma oportunidade única de consertar o País” (Acordo resultará em cortes na produção industrial, 9 out. 1998), ou seja, os recursos reunidos pelo FMI dariam um certo fôlego para que o governo efetivamente realizasse as reformas estruturais. Além disso, o presidente Fernando Henrique Cardoso, buscava se reconciliar com os setores descontentes com a sobrevalorização cambial e com as elevadas taxas de juros através do anúncio da criação do “Ministério da Produção”³⁵⁶.

³⁵⁴ Nas palavras de Bill Clinton: “Um Brasil forte faz os Estados Unidos ainda mais fortes. [...] É um passo importante no esforço de lidar efetivamente com a crise financeira global e proteger a prosperidade e o emprego dos norte-americanos” (Clinton apud ‘Acordo fortalece os EUA’, afirma Clinton., 14 nov. 1998).

³⁵⁵ O título do editorial de *O Estado de S. Paulo*, em 10 de dezembro de 1998 era: “Ruim com o FMI, pior sem ele”. A tese defendida ali era a seguinte: “Se o ajuste é indispensável e, de toda forma, doloroso, melhor é realizá-lo com mais US\$ 41,5 bilhões à disposição do País”.

³⁵⁶ Mas o governo enfrentaria problemas na configuração do “Ministério da Produção”, com a perda do apoio do grupo “liberal-desenvolvimentista”. A intervenção na condução no processo de privatização do setor de telecomunicações levou à demissão de Luiz Carlos Mendonça de Barros, ministro das Comunicações, e de André Lara-Resende, presidente do BNDES, em dezembro de 1998; e as discordâncias em relação à condução da política macroeconômica do governo levaram à saída de Luiz Carlos Bresser Pereira do Ministério de Ciência e Tecnologia, em julho de 1999, e de Clóvis Carvalho, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em setembro do mesmo ano. O Ministério do Desenvolvimento nunca rivalizaria com o núcleo decisório da política econômica, composto pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central.

Em 27 de outubro o presidente anunciou um forte ajuste fiscal que previa cortes de R\$ 8,7 bilhões no Orçamento, aumento da alíquota da CPMF e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a reforma da Previdência e a introdução da Lei de Responsabilidade Fiscal: “A solução definitiva [...] que vai equilibrar nossas contas são a reforma. O caminho mais rápido e de menor custo para a população está em concluir as reformas e com toda a urgência” (Cardoso, 28 out. 1998). O presidente da FIRJAN disse que “as medidas foram ótimas”, enquanto o presidente da CNI apoiou os cortes do Orçamento e as reformas propostas, mas criticou o “aumento dos impostos” (Pronunciamento do Presidente é elogiado, 28 out. 1998). “Agora, o ajuste fiscal é para valer”, comemorou o editorial da *Gazeta Mercantil* (Agora..., 29 out. 1998).

O início da tramitação e a primeira aprovação da reforma da Previdência, bem como a derrubada de um destaque da oposição pelo Congresso Nacional criou (Congresso abre caminho para o ajuste fiscal, 5 nov. 1998) uma conjuntura favorável ao governo: os investidores voltaram à Bolsa, que subiu 14,8% (Del Caro et al, 6 nov. 1998); o crédito externo foi reaberto (Bittencourt, 10 nov. 1998); o acordo com o FMI foi sacramentado em 13 de novembro, o que garantiria um “ano tranquilo” (Tachinardi, 26 nov. 1998); e o Congresso receberia elogios do editorial da *Gazeta Mercantil* (Congresso colabora para o ajuste, 21 nov. 1998).

Diante de uma importante votação para a reforma da Previdência, o presidente Fernando Henrique Cardoso pressionou o Congresso Nacional, alegando que a queda da taxa de juros dependia daquela reforma (Leobet, 27 nov. 1998). No entanto, o governo foi derrotado no ponto que aumentava a contribuição dos servidores da ativa e que taxava os inativos (Vieira, 3 dez. 1998).

É bom deixar claro que a derrota do governo foi parcial. Mas ao associar a queda da taxa de juros à reforma da Previdência, o presidente Fernando Henrique Cardoso gerou uma grande expectativa, que foi frustrada, dando início a uma nova crise em seu governo. O governo até teria outra vitória, como a aprovação da Medida Provisória que restringia a isenção previdenciária das entidades filantrópicas (Nascimento, 10 dez. 1998), mas a sorte já estava lançada: “Bolsa e bradies [títulos da dívida externa] caem e juros e dólar sobem” (Del Caro, 4 dez. 1998). Em dezembro, tem início uma nova fuga de capitais.

Com relação à taxa de juros, o novo presidente da FIESP, Horácio Lafer Piva, adotou uma postura crítica mais agressiva do que aquela da gestão anterior³⁵⁷, a ponto de alguns dirigentes da FIESP pedirem a demissão do presidente do Banco Central, Gustavo Franco. A FIESP se uniu à CUT e ao PT para manifestar contra a política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso (Novo, 16 dez. 1998; Magella, 22 dez. 1998). A CNI apoiou a crítica às elevadas taxas de juros e solicitou a mudança da política cambial, mas criticou a FIESP por ter pedido a demissão de Gustavo Franco (Braga, 16 dez. 1998). As respostas mais duras vieram da FIRJAN, que afirmou que “paulistas repetem juros baixos ‘como papagaios’” (Galazi, 18 dez. 1998) e do editorial de *O Estado de São Paulo*, que definiu a postura da FIESP como “populismo empresarial” (“Populismo...”, 17 dez. 1998) e insistiu que o problema da economia brasileira era “a ausência de reformas estruturais” (O que falta para completar o Plano Real, 3 jan. 1999). Já o editorial da *Gazeta Mercantil* saiu em defesa da FIESP: “Justo protesto contra os juros altos” (Justo..., 23 dez. 1998)³⁵⁸.

Essa aliança entre FIESP e CUT-PT poderia ser analisada como uma tentativa de rearticulação da coalizão inflacionária? A resposta a esta questão é negativa, pois a crítica da FIESP era direcionada às altas taxas de juros e à sobrevalorização cambial, enquanto os trabalhadores organizados, representados por CUT-PT (a Força Sindical também esteve presente na manifestação), buscavam conter a elevação do desemprego e não a recomposição das perdas salariais. Além disso, a cúpula dos representantes de empresários e de trabalhadores não reivindicava a volta da indexação, não era uma “fuga para frente”.

Todavia, nem mesmo a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso e o início do segundo mandato, nem o acordo firmado com o FMI e tampouco a elevação da

³⁵⁷ O ex-presidente da FIESP, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, preferiu ele mesmo representar os interesses da indústria paulista no Parlamento: se candidatou e foi eleito deputado federal com 91 mil votos pelo PFL-SP, mas não concorreu à reeleição em 2002 em razão das “decepções” que experimentou no Parlamento, como a não aprovação, pela falta de apoio do governo federal, das reformas tributária, política e trabalhista, mas também em razão da centralização do processo decisório no interior da Câmara, pois “só tem andamento na Casa o que o presidente da Mesa e o Colégio de Líderes bem entenderem” (Ferreira, 22 abr. 2002).

³⁵⁸ É interessante destacar que o desempenho da indústria paulista até o primeiro semestre de 1998 não foi desapontador, pois o nível de atividade havia crescido 25,4% entre junho de 1994 e maio de 1998 (Fernandes, 1º jul. 1998). A crítica mais aguda iniciada no segundo semestre não se devia unicamente ao estilo do novo presidente da FIESP, mas a piora da conjuntura econômica. De fato, o protesto da FIESP tinha uma base material, pois a “indústria de SP te[ve] o pior ano do Real. Fiesp apura queda de 1,9% na atividade em 98” (Indústria..., 4 fev. 1999). Já as grandes empresas do setor varejista comemoravam o aumento das vendas em 1998 (A surpresa do segundo melhor Natal do Real, 23 dez. 1998).

taxa de juros foram capazes de conter a fuga de capitais, nem os ataques especulativos ao real. A declaração da moratória de 90 dias anunciada pelo governador do estado de Minas Gerais, o ex-presidente Itamar Franco, em 6 de janeiro de 1999, foi considerada responsável por uma queda no valor dos títulos da dívida externa (*bradies*) e da Bolsa, bem como pela alta do dólar e do juros (Camba, 8 jan. 1999; Silva, 8 jan. 1999; Del Caro, 8 jan. 1999).

No entanto, nem mesmo a aprovação em primeira votação no Senado da elevação da CPMF (Pereira, 7 jan. 1999)³⁵⁹ e nem a resposta dura do governo federal em 11 de janeiro de 1999, que cortou os repasses das verbas federais à Minas Gerais, foram capazes de reverter aquela tendência de saída de capitais, que se iniciara em dezembro de 1998 e se acentuara com a declaração da moratória de Minas Gerais. Mas que fique claro: o mercado de câmbio já estava com fluxo negativo antes da moratória mineira.

Nessa conjuntura altamente instável, a desvalorização e a flutuação do real foram promovidas. Essas medidas foram adotadas à revelia do acordo com o FMI, no momento em que foi anunciada a demissão do presidente do Banco Central, Gustavo Franco – que era o grande defensor da manutenção da sobrevalorização cambial – e logo após a mal sucedida adoção da banda cambial ampliada (a excêntrica “banda diagonal endógena”)³⁶⁰ idealizada pelo novo presidente do Banco, Francisco Lopes, que também seria demitido dezoito dias depois.

A desvalorização trazia um grande temor, que era a volta da inflação: “O real em pânico” era o título do editorial da *Folha de S. Paulo* (O real..., 22 jan. 1999). Alguns autores, como Amann & Baer (2000), afirmam que a crise que levou à desvalorização do real no início de 1999 sepultou a “ilusão da estabilidade” promovida pelo Plano Real. Mas a estabilidade de preços se manteve mesmo após a desvalorização³⁶¹.

³⁵⁹ O Congresso Nacional aprovaria a Medida Provisória nº 1.788 ainda em 14 de janeiro, o que aumentaria a receita tributária em aproximadamente R\$ 5,4 bilhões (Soares, 14 jan. 1999). Esse esforço foi reconhecido pelo editorial da *Gazeta Mercantil*: “O Congresso trabalha para o ajuste” (O Congresso..., 15 jan. 1999).

³⁶⁰ A cotação do dólar comercial, em 12 de janeiro de 1999, estava em R\$ 1,21. Com a liberação do câmbio, o dólar comercial, descontrolado, chegou a R\$ 2,16 em 3 de março de 1999.

³⁶¹ As taxas anuais de inflação (INPC) no segundo governo Fernando Henrique Cardoso foram: 8,4% em 1999; 5,2% em 2000; 9,4% em 2001 e 14,7% em 2002.

Mas como muito bem antecipado por alguns analistas, uma conjuntura de elevação de desemprego e de diminuição da renda (“capacidade reduzida do consumidor de absorver alta de preços”) impediria que as empresas “repassassem o aumento dos custos” gerados pela desvalorização (Lessa, Ricardo et al, 14 jan. 1999)³⁶².

A desvalorização do real colocou, novamente, a questão da rearticulação da coalizão inflacionária e da reindexação em pauta. O editorial da *Folha de S. Paulo* apresentava, a sua maneira, as relações entre “correção salarial” e o seu papel na articulação de uma coalizão inflacionária: “a correção salarial [...] efetivamente funciona como uma arma provisória nos conflitos pela distribuição de renda [...] como são os setores mais organizados os que mais se beneficiam, a cultura inflacionária é também uma espécie de aliança informal dos mais ricos em detrimento dos mais pobres” (Cultura Inflacionária, 16 mar. 1999). Além disso, apresentava “uma visão política do processo inflacionário” muito próxima à da abordagem do conflito: a inflação é o “resultado de confrontos entre parcelas mais ou menos organizadas da sociedade, que buscam defender seu patrimônio ou ficar em vantagem na luta de todos contra todos pela renda” (Inflação e Interesses, 14 nov. 1999).

Com efeito, a CUT estava dividida: enquanto Wagner Gomes, diretor-executivo da Central e do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, afirmava que iria lutar pelo “reajuste automático dos salários de preferência mensal”, Luiz Marinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABCD, dizia que “melhor seria concentrar forças na luta pelo emprego e na pressão para que o governo [impedisse] aumentos de preços e [reduzisse] as taxas de juros, de modo a estimular a atividade econômica” (Pinheiro, 1º fev. 1999)³⁶³. Apesar de sua posição ser minoritária no interior da CUT, Marinho era uma liderança em ascensão e reafirmou que “a inflação alta com desemprego é o pior dos mundos para a classe trabalhadora”. Portanto a luta contra inflação e pelo emprego deveria ser priorizada pela ação sindical. Além disso, Luiz Marinho dividia esta posição com outro aliado: Como ele, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Paulo Pereira da Silva, da Força

³⁶² Esse fato seria reconhecido somente dois meses após pelo editorial de *O Estado de S. Paulo*: “A retração dos consumidores, naturalmente contidos por uma pesada combinação de juros altos, desemprego e redução da renda real, limita o repasse de aumentos dos atacadistas para as lojas e supermercados” (A inflação perde impulso, 19 mar. 1999).

³⁶³ Essa divisão reflete a diferença entre as correntes de esquerda da CUT, como a Corrente Sindical Classista, de Gomes, e o sindicalismo propositivo, defendido pela Articulação Sindical de Marinho (Galvão, 2002).

Sindical, considerava que defender a indexação seria “colocar lenha na fogueira da inflação” (Pinheiro, 14 fev. 1999). O presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, Heiguiberto Della Bella Navarro, afirmou que “ainda [era] muito cedo para falar em reindexação salarial [e que] os trabalhadores [estavam] preocupados agora em não perder o emprego (Gomes, 6 mar. 1999).

A Força Sindical, que era bem próxima do governo, reavaliou sua posição e passou a defender a instituição de um gatilho salarial toda vez que a taxa anual de inflação atingisse 10% (Gomes, 6 mar. 1999). Além de não contar com o apoio integral da CUT, a proposta de reindexação foi descartada pelo TST:

O vice-presidente da instituição, Almir Pazzionotto, disse que o mecanismo de correção dos salários alimenta a expectativa de aumento da inflação. [...] Pazzianotto recomendou que as centrais sindicais mantenham a serenidade na abordagem do problema, porque a situação econômica do país não permite reivindicações com conotação política (Leopoldo, 9 mar. 1999)

O presidente da FIESP, Horácio Lafer Piva, era favorável a algum meio de recuperar o poder de compra dos trabalhadores desde que não envolvesse a reindexação salarial (Duarte, 17 mar. 1999). Com os trabalhadores organizados divididos e politicamente enfraquecidos³⁶⁴; com a oposição das entidades empresariais e da Justiça do Trabalho; e sem a sanção do governo³⁶⁵, a coalizão inflacionária foi incapaz de se rearticular.

No início de fevereiro, o acordo entre o governo e o FMI foi reavaliado. O governo se comprometia em aumentar superávit primário, introduzir o regime de metas de inflação, conceder autonomia operacional ao Banco Central, aprofundar as reformas estruturais (previdenciária, administrativa, fiscal, trabalhista, inclusive privatizações) (Declaração conjunta do Ministério da Fazenda e da Missão do FMI, 4 fev. 1999). Para o diretor-gerente

³⁶⁴ Vale lembrar que a porcentagem de negociações salariais que restauram o poder de compra dos salários no ano de 1999 foi de apenas 49,7% (DIEESE, 2004, p. 25).

³⁶⁵ A inflação acumulada até outubro de 1999, medida pelo IGP-M, foi de 15,2%. A partir da divulgação deste índice, o presidente da FIESP declarou que havia risco da volta da indexação à economia (Verdini & Costa, 29 out. 1999). A resposta do governo veio na 41ª reunião do Copom realizada em 10 de novembro de 1999: a manutenção da taxa de juros (19%), sem viés.

do FMI: “Os brasileiros vão pagar o custo elevado de suas tergiversações econômicas durante o período eleitoral e pós-eleitoral” (Baltazar et al, 20 mar. 1999)³⁶⁶.

As conseqüências políticas da desvalorização do real começam a aparecer no quinto aniversário do lançamento do plano. Para 56% dos entrevistados, o Brasil estava pior do que em 1994 e apenas 29% consideraram que estava melhor. Pela primeira vez, a avaliação “regular” (41%) do Plano Real superou o percentual de “ótimo/bom” (34%). Além disso, o desempenho do presidente Fernando Henrique Cardoso foi considerado “ruim/péssimo” por 44% dos entrevistados, “regular” por 38% e apenas 16% o consideraram “ótimo/bom”. É interessante destacar que 24% dos entrevistados consideravam o Plano Real “ruim/péssimo” (Real se descola de FHC, 27 jun. 1999). Mas essa não era a pior notícia para o presidente, pois “a maioria da população brasileira, 61%, acha[va] que o governo Fernando Henrique Cardoso [era] o principal responsável pela crise que atingiu o real, por não ter sabido proteger a moeda” (Maioria culpa FHC por crise econômica, 27 jun. 1999).

Para além do alto desemprego e da queda da renda, os motivos para essa virada negativa na avaliação do Plano Real, mas, sobretudo, do presidente Fernando Henrique Cardoso, encontravam-se na mudança do padrão de consumo da população afetada pela desvalorização cambial: “Filhos do Real reduzem consumo” (Filhos..., 27 jun. 1999); “Crise esvazia carrinho de compras” (Crise..., 27 jun. 1999). O editorial do *Jornal do Brasil* – sempre muito marcado pela ufanía em relação ao Plano Real e pela agressividade em relação aos críticos desse – também acusou o golpe da desvalorização e adotou um tom mais contido (A Melhor Herança, 1º jul. 1999).

Entre os meses de junho e julho o governo promoveu um “tarifaço” nos preços administrados pelo setor público (Tarifaço relança inflação aos dois dígitos, 11 ago. 1999; Durão et al, 19 ago. 1999) com o objetivo de cumprir as metas de superávit primário acertadas com o FMI. Essa medida, além de ter provocado o temor da volta da inflação³⁶⁷ –

³⁶⁶ Michel Camdessus referia-se ao abandono do governo das medidas de ajuste fiscal previstas no “Pacote 51”.

³⁶⁷ “Tarifaço dobrou inflação de 1999. Metade dos índices deste ano, entre 7% e 9%, foi resultado de aumentos de preços controlados pelo governo federal” (Tarifaço dobrou..., 26 dez. 1999). Contudo, a taxa de inflação em 1999 manteve-se relativamente baixa porque, em alguns setores, a elevação de preços foi inferior à média: “Preços de serviços continuam abaixo da inflação. Alguns segmentos, como escolas, começam a pressionar por aumentos, mas a concorrência em outros setores garante estabilidade” (Háfez, 3 dez. 1999).

que não se concretizou pelos motivos já apresentados –, certamente contribuiu para o aumento da avaliação negativa do governo Fernando Henrique Cardoso, que chegou, em meados de setembro, a 56% de “ruim/péssimo”³⁶⁸.

4.5.2 Endividamento e crises recorrentes

As medidas iniciadas no governo Collor de Mello que, bem ou mal prosseguiram no governo Itamar Franco e foram aprofundadas no governo Fernando Henrique Cardoso, alteraram a estrutura do capitalismo brasileiro. De fato, ao produzir uma sobrevalorização cambial no período 1994-1998, o Plano Real desencadeou importantes modificações na estrutura industrial brasileira, como a redução das linhas de produção das empresas nacionais produtoras de insumos e componentes, que foram fechadas ou desnacionalizadas. Com a desvalorização cambial, o crescimento da produção interna elevou as importações desses insumos e componentes, ou seja, a economia crescia, mas sua vulnerabilidade externa aumentava na medida em que “a empresa estrangeira passou a responder por 61% do déficit em transações correntes brasileiro no ano 2000 (31,8% em 1995) e por cerca de 2/3 (66,9%) do aumento da dívida externa do país entre 1995 e 2000” (IEDI, 2003). As Tabelas 20 e 21 apresentam indicadores da vulnerabilidade externa da economia brasileira³⁶⁹:

³⁶⁸ Para o diretor-gerente do FMI, a “impopularidade de FHC não [era] problema” O risco era a “complacência e o atraso na realização das reformas” (Camdessus apud Risco do Brasil é atrasar reformas, afirma FMI, 24 set. 1999). Com uma meta de superávit fiscal finalmente garantida, a panacéia para o crescimento estava nas reformas: “Com reformas, país cresce 6%”, declarou o número dois do FMI (Fischer, 30 ago. 1999).

³⁶⁹ Retomo e amplio as análises apresentadas em Novelli & Galvão (2001-2).

TABELA 20 – DÉFICIT EM TRANSAÇÕES CORRENTES

	Em milhões US\$	Em % do PIB
1994	-1.811	0,33
1995	-18.384	2,61
1996	-23.502	3,00
1997	-30.452	3,77
1998	-33.416	4,24
1999	-25.335	4,77
2000	-24.225	4,08
2001	-23.313	4,55
2002	-7.757	1,67

Fonte: Relatório do Banco Central do Brasil (diversos números)

TABELA 21 – ENDIVIDAMENTO EXTERNO BRUTO (US\$ bi)

1994	148,2
1995	159,2
1996	179,9
1997	191,6
1998	223,7
1999	225,6
2000	216,9
2001	225,9
2002	226,6

Fonte: Relatório do Banco Central do Brasil (diversos números)

TABELA 22 – DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB (%)

1994	17,4
1995	13,2
1996	13,0
1997	16,2
1998	23,3
1999	35,9
2000	32,0
2001	35,3
2002	40,4

Fonte: Boletim do Bacen apud Mercadante, 2006, p. 54

A desvalorização do real, por si só, não foi suficiente para a retomada da atividade econômica, entre outros motivos, devido à queda dos preços internacionais dos produtos

que compunham a pauta brasileira de exportações, às restrições estabelecidas na Organização Mundial do Comércio (OMC) e ao protecionismo, sobretudo, dos países desenvolvidos.

No entanto, a expansão do crédito – obtida através da redução da taxa anual de juros ao longo de 1999 e de sua manutenção em 19% de setembro de 1999 a junho de 2000, bem como por meio de novas diminuições que baixaram a taxa para 15,75% em dezembro –, melhorou não só as condições de financiamento, mas a situação geral da economia. Em maio de 2000, o crescimento das vendas da indústria foi 18,7% maior do que em maio de 1999 (Lírio, 30 jun. 2000).

Por ocasião do sexto aniversário do Plano Real, celebrava-se a “retomada do crescimento econômico sustentado”. O cumprimento da meta do superávit primário (Ribeiro, 30 ago. 2000), o controle da inflação e a expansão da economia mereceram elogios do FMI (Abbott, 25 set. 2000). Era tempo de se preocupar com o “desenvolvimento” (Barros, 29 out. 2000) e com a possibilidade de “recuperar as perdas salariais”, uma vez que para João Felício, presidente da CUT, “o desemprego não [inibiria] mais a ação do sindicato como antes” (Cordeiro, 7 dez. 2000).

Mas as condições de financiamento internacional explicariam a impossibilidade da manutenção da taxa de crescimento de 4,4% do PIB registrada em 2000, assim como seu fôlego curto: “Isso supõe, portanto, que o crescimento pretendido de 4% ao ano teria que se dar a partir de um crescimento das exportações superior, simultaneamente, ao incremento das importações e à taxa de juros em dólar” (Carneiro, 2002, p. 398).

O agravamento da crise argentina, em parte devido à desvalorização do real, em parte devido à incapacidade do governo de la Rúa de romper com o Plano de Conversibilidade, repercutiu no Brasil, provocando a alta do dólar em janeiro de 2001 e da taxa de juros a partir de março daquele ano. Ainda no início do ano, a revelação de que o sistema elétrico brasileiro se encontrava à beira de um colapso contribuiu para a retração da atividade econômica. Além disso, começaram as preocupações em torno da sucessão presidencial. Por não prognosticar um desfecho favorável ao futuro candidato do governo, o FMI propôs que o superávit fiscal fosse fixado em lei, *a partir de 2003* (Peres, 6 fev. 2001).

A redução da atividade econômica, aliada a uma conjuntura internacional desfavorável, levou à queda significativa dos investimentos estrangeiros e do crédito internacional. Paralelamente a isso, o pequeno e insuficiente crescimento das exportações provocou a escassez da moeda norte-americana e a disparada de sua cotação, não havendo recursos necessários para pagar as dívidas em dólar e fechar as contas externas.

O presidente não se abalava com a conjuntura adversa e se mostrava confiante em relação a sua sucessão: “Cansei de ganhar de gente que estava na minha frente nas pesquisas de opinião e vou ganhar de novo” (Cardoso apud D’Amorim et al, 13 jul. 2001). Já o “mercado internacional”, naquele momento, acreditava que as mudanças institucionais realizadas durante o governo Fernando Henrique Cardoso limitariam a margem de manobra de um possível candidato da oposição: “Jane [Eddy, diretora-gerente da Standard’s & Poor’s] acha que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o sistema de metas de inflação são arranjos institucionais que diminuem o risco da sucessão presidencial no Brasil. Para ela, seria difícil para a próxima administração fazer mudanças radicais naquelas áreas” (Dantas, 28 jul. 2001).

A crise na Argentina e o temor do seu contágio tinham colocado o governo em tratativa com o FMI, mas faltava a definição do valor do novo acordo e a sua duração (Prado, 28 jul. 2001). Com uma nova crise cambial às portas, em agosto de 2001 o governo assinou um novo acordo com o FMI, desta feita, com um empréstimo de US\$ 15 bilhões a ser liberado em parcelas e com duração até o final de 2002³⁷⁰. Por sua vez, o governo se comprometia a elevar a meta do superávit primário de 3% para 3,35% do PIB ainda em 2001 e para 3,5% do PIB em 2002³⁷¹.

Os problemas continuaram com a renúncia do presidente argentino Fernando de la Rúa, em dezembro de 2001, e o posterior *default* daquele país. Em 2002, ano eleitoral, disputas sobre a indicação do candidato da aliança governista à Presidência da República provocaram a ruptura da base de sustentação política do governo, colocando em xeque a

³⁷⁰ “Finzinho triste” era o título da coluna de Delfim Netto, no qual avaliava as perspectivas do restante do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (Delfim Netto, 28 ago. 2001).

³⁷¹ Assim, segundo o editorial de *O Estado de S. Paulo*, o novo governo não teria muito opção: “O futuro presidente, seja quem for, está previamente condenado a manter, nos próximos quatro anos, metas substanciais de superávit primário nas contas públicas” (O recado do FMI, 20 jun. 2002).

continuidade daquela coalizão e contribuindo para o fortalecimento do candidato do PT. É nesse contexto que “o conjunto da obra” do governo Fernando Henrique Cardoso começou a ser avaliado. Além da já citada elevação do desemprego e da queda na renda, essa avaliação compreendia os seguintes aspectos: “Capital externo aumentou eficiência do país, mas não expandiu a capacidade produtiva ou exportadora” (Fernandes, 10 fev. 2002); “Estrangeiro só substituiu o nacional, diz Iedi” (Estrangeiro..., 10 fev. 2002); “Real caro e juros matam competitividade” (Real caro..., 10 fev. 2002); “Tarifas sobem o dobro no Plano Real” (Pancheri, 5 jul. 2002).

Não havia, portanto, muito que comemorar no oitavo aniversário do Plano Real. Em um cenário internacional francamente hostil, o crédito externo praticamente desapareceu, elevando a cotação do dólar para próximo de R\$ 3,00 e do risco-país para perto de 2.400 pontos, o que comprometia, novamente, o fechamento das contas externas. Uma parte da grande imprensa chegou a acusar os candidatos da oposição pela crise, e que Lula da Silva e Ciro Gomes não poderiam “deixar o Brasil virar uma Argentina” (Caldas, 28 jul. 2002), opinião que não era nem mesmo compartilhada pela ortodoxia do FMI: “A crise atual é consequência das políticas executadas pelo governo FHC. É absurda a noção de que a política do governo tem sido espetacular e que, não fosse por candidatos malucos, a situação estaria calma”, declarou Michel Mussa, ex-diretor do FMI (Mussa apud Aith, 18 ago. 2002).

No entanto, desta vez, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Paul O’Neill, alegou que não estava mais disposto a comprometer o dinheiro dos “contribuintes – carpinteiros e encanadores – norte-americanos”³⁷². Somente após uma visita do secretário ao Brasil e depois deste ter recebido pressões de *Wall Street*, que temia as consequências de um *default* brasileiro³⁷³, o governo brasileiro conseguiu, em agosto de 2002, um pacote com o FMI de US\$ 30 bilhões, sendo US\$ 3 bilhões utilizados em setembro, US\$ 3 bilhões em dezembro, deixando US\$ 24 bilhões para 2003 dos quais US\$ 13 bilhões para utilização no primeiro semestre e US\$ 11 bilhões no segundo (Souza & Aith, 8 ago. 2002), totalizando

³⁷² Como se os recursos do FMI não viessem do pagamento dos empréstimos gerado pelos trabalhadores da periferia.

³⁷³ “O sistema financeiro internacional não suportaria o colapso do Brasil. É isso o que explica o generoso acordo liberado pelo FMI” (Belluzzo, 8 ago. 2002).

cerca de US\$ 87 bilhões em quatro anos, o que expressa o inquestionável apoio do FMI aos governos Fernando Henrique Cardoso.

Ao concentrar os desembolsos a partir de 2003, o FMI procurava influenciar os destinos do novo governo: “Não há margem para rupturas”, declarou o ministro da Fazenda (Malan apud Fadul & Oswald, 11 ago. 2002). O candidato Luiz Inácio Lula da Silva apoiou o acordo, mas disse que se esforçaria, caso eleito, para reduzir a meta de superávit primário estabelecida em 3,75% do PIB (Balthazar et al, 9 ago. 2002)³⁷⁴. As críticas ao governo Fernando Henrique Cardoso tornaram-se não só mais frequentes no segundo semestre, mas também mais hostis: “FHC fez um bom governo medíocre”, ou seja,

Ele manteve a inflação baixa. Por outro lado, permitiu que a arapuca do populismo cambial envenenasse o ambiente econômico. Saneou o sistema bancário. Por outro lado, proporcionou lucros indecentes à banca. Forçou o aumento dos índices de produtividade da indústria nacional, expondo-a à concorrência externa. Por outro lado, gerou desemprego e estagnação econômica. Introduziu na cena política o conceito de responsabilidade fiscal. Por outro lado, produziu uma mastodôntica dívida pública. Manteve a rota de inserção do Brasil no mundo globalizado. Por outro lado, provocou uma extraordinária dependência do país ao capital estrangeiro. Obteve recordes de arrecadação de tributos. Por outro lado, desdenhou pragmaticamente da necessária reforma tributária. Estimulou a ação de Ruth Cardoso à frente do meritório programa Comunidade Solidária. Por outro lado, manteve intocada a perversa distribuição de renda. Privatizou à larga. Por outro lado, não se tem notícia de um palito de fósforos que tenha sido produzido com o dinheiro da venda dos bens da viúva. Representou o país com galhardia nos fóruns internacionais. Por outro lado, fez pouco caso de plagas natais. Conservou abertas para o Brasil as portas de organismos financeiros internacionais. Por outro lado, submeteu o interesse nacional a sufocantes metas de desempenho orçamentário (Souza, 18 ago. 2002).

Em resumo, o quadro macroeconômico piorou no segundo mandato, pois a forma escolhida para controlar a inflação – abertura e liberalização comercial e financeira – teve um custo altíssimo: o crescimento foi pífio – mesmo com a desvalorização do real –, o desemprego aumentou (Tabela 11), o rendimento do trabalhador caiu (Tabelas 15 e 16) a dívida líquida do setor público passou de R\$ 153 bilhões (29,2% do PIB) para R\$ 881 bilhões (55,9% do PIB), o que manteve o déficit público alto (Tabela 19). Houve um

³⁷⁴ Em setembro a meta seria elevada para 3,88% do PIB e, em outubro, o dólar atingiria o seu recorde de R\$ 3,99 e Lula da Silva seria eleito presidente da República. Como se sabe, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ao contrário do prometido, elevaria a meta do superávit primário para 4,25% do PIB.

enorme aumento da vulnerabilidade externa da economia brasileira (Tabelas 10, 20, 21 e 22). A estabilidade de preços foi mantida graças à contenção do gasto público e do investimento³⁷⁵; à manutenção de altas taxas de juros; ao desemprego recorde e à diminuição da participação da renda do trabalho em relação ao PIB³⁷⁶; mas também, e sobretudo do ponto de vista político, à capacidade da nova coalizão reformista-desinflacionária em desarticular a coalizão inflacionária.

Portanto, esta tese se afasta das interpretações que propugnam que o controle da inflação no segundo mandato teria ocorrido em razão da substituição da âncora monetária por uma âncora fiscal. Se tomada como variável explicativa para a manutenção da estabilidade de preços, o déficit público deixa a desejar. De fato, o controle da inflação no período 1999-2002 não pode ser considerado a partir da redução do déficit público e alguns exemplos ajudam a ilustrar a fragilidade das teses que, no limite, possuem uma inspiração monetarista, na medida em que consideram o déficit público baixo como o fundamento da inflação baixa. Em 1998, a taxa anual de inflação foi de aproximadamente 2,5% (a menor taxa durante os oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso), enquanto o déficit público (operacional) foi de quase 7% do PIB. Já em 2002, como déficit público praticamente zerado, a taxa anual da inflação (14,7%) foi a segunda maior dentre os oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso, inferior apenas à taxa de 1995, que ainda carregava uma parte da inflação gerada em 1994. Assim, o que se observa em relação ao caso brasileiro é exatamente o inverso do que é estabelecido por essas teses.

A importância da desarticulação da coalizão inflacionária e da articulação da coalizão reformista-desinflacionária pode ser ilustrada a partir da reunião realizada, no final do segundo governo Fernando Henrique Cardoso, entre as principais centrais sindicais para formulação de propostas de políticas para o novo governo: “Não queremos a volta do gatilho. Como também não queremos política salarial oficial”, disse Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical. João Felício, presidente da CUT, afirmou que “se a inflação subir com tudo, vamos ter que brigar por reajustes em períodos mais curtos. Mas não

³⁷⁵ A variação média anual do investimento entre 1995 a 2002 foi de apenas 1,31% (Investimento cresceu menos com FHC, 10 dez. 2003).

³⁷⁶ Essa participação que correspondia a 40,1% do PIB em 1994 reduziu-se para 36,1% em 2002, enquanto a renda do capital em relação ao PIB elevou-se de 38,4% em 1994 para 41,9% do PIB em 2002 (Santos, 10 dez. 2003).

gatilho. Gatilho significa alimentar mais a inflação”. “Indexar salário é assumir um risco muito alto de alimentar mais a inflação”, acrescentou Antônio Carlos dos Reis, presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) (Dias, 12 dez. 2002). A coalizão inflacionária tinha definitivamente saído de cena.

4.6 A confrontação do caso brasileiro com os casos internacionais

A análise do caso brasileiro permite afirmar que Brasil, Argentina, México, Coréia, Índia e Turquia têm, grosso modo, uma história econômica semelhante. São economias relativamente grandes e de renda média, que apresentaram um importante desenvolvimento industrial no século XX.

Quando a estratégia de industrialização substitutiva de importações entrou em crise, Brasil, Argentina, México e Turquia adotaram reformas liberalizantes como forma de fazer frente à instabilidade. A resposta foi semelhante (mas não com a mesma intensidade) na Índia e na Coréia, não obstante as estratégias de industrialização diferentes: no primeiro caso baseada na indústria pesada, e no segundo caso voltada para o mercado externo.

Os resultados não foram animadores para Brasil, Argentina, México e Turquia: a instabilidade se manteve, assim como a vulnerabilidade externa; não houve melhora significativa na distribuição da renda; a dívida externa cresceu; a âncora cambial minou a competitividade externa e produziu déficits em conta corrente; e o crescimento sustentado não foi atingido (Onis, 2002b). Já Coréia e Índia apresentaram um crescimento sustentado nas duas últimas décadas, apesar de terem também passado por crises.

Os processos inflacionários detonam mudanças, mas nem uma hiperinflação pode garantir que será seguida de uma estabilização exitosa ou da implantação de reformas orientadas para o mercado (Corrales, 1979)³⁷⁷. No entanto, os casos indiano e coreano sugerem que a implantação de reformas liberalizantes pode ocorrer – como parte de uma política desinflacionária – mesmo em países com baixas taxas anuais de inflação. O

³⁷⁷ A idéia segundo a qual a gravidade de um processo hiperinflacionário é suficiente para iniciar um processo de estabilização e de reformas orientadas para o mercado está presente em (Anderson, 1995, p. 21-22). Era o que pensava Keynes em relação ao processo inflacionário alemão: “A própria virulência da inflação criava, na opinião diversas vezes reiterada de Keynes, condições propícias a uma interrupção imediata da alta de preços” (Nogueira Batista Jr. 1992, p. 263).

México, por sua vez, passou por uma década de alta inflação, estabilizou os seus preços, liberalizou seu comércio e as suas finanças e, um mesmo presidente, após nacionalizar o sistema bancário em 1982, iniciou um processo de privatização de uma parte das empresas estatais. Já a Turquia, mesmo implantando as reformas orientadas para o mercado desde 1980, manteve taxas anuais de inflação em torno de 70% ao ano na década de 1990 e de 50% no início do século XXI.

A maneira pela qual as reformas foram implementadas e a profundidade das mesmas variaram em cada país. Argentina foi, sem dúvida, o caso mais radical, desde a forma como foi realizada a sua desinflação, qual seja, a adoção da conversibilidade, que foi vista como uma “regressão a um sistema monetário primitivo” (Nogueira Batista Jr., 1993, p. 153). Brasil, México e Turquia escolheram uma versão mais moderada, baseada em bandas cambiais, mas que também não impediu que entrassem em crise, mesmo com o apoio explícito do FMI. Coréia e Índia não aplicaram estratégias específicas de desinflação – o controle da inflação sempre foi importante nestes dois casos –, mas também passaram por crises na década de 1990 e pela adoção de reformas pró-mercado. A liberalização financeira foi expressiva na Coréia, enquanto o ímpeto reformista foi bastante contido na Índia. Além disso, a “abertura econômica na Argentina, no Brasil e no México não induziu ao dinamismo exportador e teve um impacto decepcionante no tocante ao emprego [...]” (Ernst, 2005, p. 28)³⁷⁸.

Os benefícios iniciais gerados pela desinflação deixam de existir quando a crise atinge Brasil, Argentina e México: o conflito entre as classes é represado por uma nova conjuntura marcada pelo crescimento medíocre, pelo elevado desemprego – o desemprego é menor no México em razão da emigração –, pelo aumento da informalização no mercado de trabalho e pelo endividamento crescente do setor público. Mesmo com o aumento do desemprego, Carlos Menem e Fernando Henrique Cardoso foram reeleitos porque foram capazes de se apresentar “aos eleitores” como os responsáveis pela desinflação; como os

³⁷⁸ Em análise comparativa, um trabalho apresenta quatro características das políticas macroeconômicas que estariam associadas às reformas pró-mercado: i) a redução da inflação torna-se o principal objetivo da política macroeconômica; ii) a redução do déficit fiscal se deu através de cortes de gastos e não com aumento de impostos; iii) as altas taxas de juros foram utilizadas como mecanismo para a estabilização de preços; e iv) o regime cambial também serviu para combater a inflação e estabilizar os preços (Stallings & Peres, 2002, p. 57).

verdadeiros defensores da estabilidade de preços, já que, em seus discursos, afirmavam que a inflação voltaria se a oposição fosse eleita. Deste modo, pareciam, graças ao amplo apoio da mídia, como os únicos dotados de experiência para enfrentar a crise que seus próprios governos criaram.

Outra diferença marcante em relação ao Brasil, à Argentina, ao México e à Turquia diz respeito à implantação dos programas de desinflação. No Brasil e na Argentina, o prazo de implementação foi relativamente pequeno e em nada se compara aos programas turco, de três anos de duração, ou ao mexicano, de sete anos de duração. A gravidade do processo inflacionário no Brasil e na Argentina tornava impossível a adoção de um programa de desinflação nos moldes do pacote turco ou dos pactos mexicanos.

Essa diferença está relacionada tanto à importância que o processo inflacionário atingiu em cada sociedade, quanto ao número de questões com as quais a sociedade tinha de se defrontar. Brasil e Argentina tiveram taxas de inflação que elevaram o combate à inflação à condição de principal tema político e econômico, ao qual todos os outros se subsumiram. Esta condição também está presente no México, mas em razão de uma história monetária de inflação relativamente baixa, ou seja, o controle da inflação sempre foi importante no México. Já a Turquia, em razão da sua localização geográfica e herança cultural, tinha outro importante conjunto de questões a ser tratado e a inflação não atingiu o grau de importância que adquiriu no Brasil e na Argentina, sobretudo em razão das tentativas fracassadas de estabilização³⁷⁹.

A diferença entre Brasil e Argentina está na maneira pela qual o valor externo da moeda é ancorado ao dólar. A Argentina o fez diretamente e o Brasil indiretamente³⁸⁰. Os

³⁷⁹ Com efeito, é possível identificar um padrão em todos esses planos: “Um choque inicial reduzia drasticamente a inflação, melhorava temporariamente o balanço fiscal e contraía as taxas de juros reais, mas era seguido, alguns meses mais tarde, por uma ligeira aceleração da inflação, uma deterioração das finanças públicas e um novo aumento das taxas de juros. Progressivamente, estes desenvolvimentos acumulavam pressões que eventualmente culminavam numa crise cambial, um ressurgimento da inflação ou ambas as coisas” (Bouzas, 1993, p. 12).

³⁸⁰ “A âncora cambial ortodoxa tem por objetivo principal retirar o controle monetário das mãos do Banco Central de certo país, reduzindo o poder discricionário da autoridade monetária, submetendo a economia nacional ao controle monetário de economias externas [...]. [...] A âncora cambial heterodoxa, por sua vez, tem por objetivo interromper o mecanismo de indexação, mecanismo este que é considerado como responsável pela propagação dos aumentos de preços. [...] O lado mais ortodoxo do programa brasileiro tem a ver com o aperto monetário que provocou [...]” (Andrade et al, 1998, p. 105-113).

mecanismos que foram criados e/ou desenvolvidos pela economia para conviver com um regime de inflação alta também são distintos. Mas há um traço comum entre Brasil e Argentina: O presidente Fernando Henrique Cardoso concedeu “primordial importância à política de coalizões” (Palermo, 1999, p. 160) e, nesse sentido, o governo Cardoso foi muito parecido com o governo Carlos Menem (Palermo, 2000)³⁸¹. Além disso, em ambos os casos as idéias econômicas³⁸² agem como cimento da coalizão reformista-desinflacionária³⁸³.

Para Abranches (1993), a estabilidade somente poderia ser obtida através de uma coalizão formal pública e o caso argentino – a Lei de Conversibilidade – reforçaria esse argumento. No entanto, aplicado ao caso brasileiro, o argumento não caberia, pois haveria um certo exagero se tomado pelo lado da formalização. Aqui, mesmo as regras do acordo formal – o Plano Real – foram muito mais flexíveis. Desde o início havia a possibilidade, por exemplo, de uma mudança no câmbio, o que de fato acabou ocorrendo com a desvalorização cambial em 1999. E, mesmo assim, a inflação não voltou, permanecendo relativamente baixa (um dígito) no segundo governo Fernando Henrique Cardoso (exceto 2002).

O conflito é fundamental para entender os processos inflacionários e desinflacionários em todos esses casos. O movimento sindical turco não conseguiu recuperar o grau de combatividade anterior ao Golpe de 1980. Exemplo disso, foi “a ausência de qualquer reação sindical séria às medidas econômicas implantadas após a crise econômica de 1994. A atitude passiva dos sindicatos ajudou o governo Çiller a impedir que

³⁸¹ Com efeito, as estratégias de desarticulação e formação de coalizões no processo de privatização foram muito semelhantes nos dois países. A diferença está nas estratégias de atração e nas concessões feitas ao capital privado, que foram muito mais significativas no caso argentino (Treisman, 2003).

³⁸² Para o caso argentino, consultar Palermo (2004, p. 102).

³⁸³ Neiburg (2004) propõe uma tentativa interessante de analisar as “culturas econômicas” no Brasil e na Argentina a partir da ótica da Sociologia. Apesar da importância dessa abordagem, o resultado não é satisfatório, pois se restringe, no limite, ao campo dos economistas. Processos inflacionários e desinflacionários ultrapassam em muito as fronteiras desse campo. Além disso, essa análise possui uma visão estreita da abordagem do cientista político sobre os programas de estabilização, que se contentaria apenas com os “mecanismos de criação de consensos (entre partidos e setores sociais)”. Ou seja, nela não há lugar para o conflito.

a inflação disparasse” (Yilmaz, 2001, p. 14)³⁸⁴, de modo que os trabalhadores carregaram o fardo da estabilização (Yilmaz, 2001, p. 36).

Em relação à Turquia, não se pode falar em estabilização quando a taxa anual de inflação foi de 106% em 1994 e de 88% em 1995. Além disso, as dificuldades enfrentadas pelo movimento sindical turco explicam, em parte, porque este país não conviveu com uma hiperinflação. Em outras palavras: nas décadas de 1980 e 1990, o movimento sindical turco não é suficientemente débil para carregar o fardo da desinflação, mas também não tinha os instrumentos necessários (organização e combatividade) para levar o conflito a um patamar que desencadearia um processo hiperinflacionário, como nos casos brasileiro e argentino. Após a crise de 2000-2001, há elementos que permitem afirmar que o custo da estabilização está sendo pago pelos trabalhadores turcos, com a diminuição do salário real, o aumento do desemprego e o crescimento da informalização. Além disso, a desinflação na Turquia e a coalizão reformista-desinflacionária construída pelo AKP devem ser vistas com bastante atenção, pois não se sabe até quando o governo AKP vai ser capaz de sustentar uma coalizão entre ganhadores e perdedores.

Já os sindicatos brasileiros e argentinos tiveram um importante papel na dinâmica política que culminou na hiperinflação (Yilmaz, 2001, p. 17), mas afirmar que o programa de desinflação no Brasil e na Argentina foi resultado da pressão desses sindicatos (Yilmaz, 2001, p. 31) é desconhecer tanto que a proposta de desinflação do movimento sindical era diferente daquela adotada pelos governos brasileiro e argentino, quanto o fato de que o fardo da estabilização nesses nos países foi, em grande medida, carregado pelos trabalhadores.

No que se refere ao protesto social, há uma nítida diferença entre Argentina e Turquia. No primeiro caso, o conflito se manifestou de forma aberta. Já na Turquia “a força de seu sistemas informais ou redes de apoio social” funcionou como uma contra-tendência. Além disso, a Turquia “recebeu um tratamento mais favorável do FMI” em razão da sua localização geoestratégica para os EUA e “se beneficiou de sua associação material” com a UE (Onis, 2002b, p. 18).

³⁸⁴ É importante acrescentar que a Primeira Ministra Çiller ameaçou privatizar empresas estatais e demitir seus trabalhadores; e de aplicar a legislação que pune o trabalhador com a demissão e a prisão por 18 meses por participação em greves ilegais (Metz, 1995).

A forma como se constituiu a relação orgânica entre os sindicatos mexicanos e o PRI contribui para explicar a dinâmica das coalizões inflacionária e reformista-desinflacionária no México. O Estado mexicano se apoiou em duas estratégias não excludentes: de um lado, fez algumas concessões aos trabalhadores – como a indexação parcial dos salários – para manter e legitimar o controle dos sindicatos pelo partido, bem como para conquistar o apoio para estratégias que envolvam pactos sociais³⁸⁵; e de outro lado, reprimiu o movimento dos trabalhadores. No caso coreano, apesar da combatividade da classe trabalhadora, a repressão extremamente intensa foi a tônica neste caso e foi um dos fatores determinantes para a inexistência de uma coalizão inflacionária. Portanto, a tese segundo a qual “o efeito dos choques [externos na Coreia, na Turquia e no Brasil nos anos 1980] é maior quanto maior o conflito social latente em uma economia e quanto mais débil forem as instituições de administração do conflito” (Rodrik, 1998, p. 150) tem sentido se se entender a repressão aos trabalhadores como “instituições de administração do conflito”.

Outra questão interessante que traspasa os casos coreano, indiano e mexicano é o compromisso com a estabilidade de preços. Independente do motivo que ilumina esta política (a estabilidade é condição para o crescimento; a inflação é eleitoralmente impopular; o pensamento ortodoxo domina os postos decisórios chave), os resultados são amplamente favoráveis aos casos coreano e indiano. A diferença entre esses dois últimos casos e o caso mexicano está na gravidade da crise – sobretudo, a da dívida externa – pela qual passou o México, que elevou as taxas anuais de inflação. Finalmente, a ausência de mecanismos de indexação também foi decisiva para que não se constituísse uma coalizão inflacionária na Coreia e na Índia.

³⁸⁵ As tentativas ortodoxas de estabilização na década de 1970 e as heterodoxas na de 1980 fracassaram, à exceção de Israel. A inflação ressurgiu nessas economias e novo congelamento de preços e salários foi adotado: Argentina em abril de 1986, Brasil em julho de 1987 e Peru em março de 1988. O sucesso do caso israelense estaria relacionado: a) ao “pacto social”, no qual as políticas de renda (as perdas) foram negociadas; ou b) ao poder, à autonomia e à capacidade do Estado (Barkey, 1994).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre inflação, tanto no plano teórico, quanto no plano das análises concretas, foram largamente desenvolvidos pela Economia. Esta tese procurou um outro caminho, mas que não buscava se contrapor a essa tradição. Ao contrário, os esforços empreendidos foram para se aproximar deste campo, mas a partir da perspectiva própria da Sociologia e da Ciência Política.

Para tanto, duas frentes de trabalho foram abertas. Com relação à primeira, a investigação se inspirou nos trabalhos de economistas e historiadores econômicos acerca das experiências hiperinflacionárias que se seguiram ao pós-guerra, sobretudo o caso dramático da Alemanha na década de 1920. No que toca à segunda frente, a teoria “econômica” da inflação foi parcialmente revisada e a literatura consultada, inclusive nos campos da Sociologia e da Ciência Política, apontou pistas para a elaboração de um marco analítico que não se sobrepujasse às evidências históricas, qual seja, baseado nas coalizões e nos conflitos.

Com efeito, os processos inflacionários e desinflacionários são marcados por interesses, mas os beneficiários e os prejudicados por estes processos só podem ser identificados empiricamente. A explicação para este fato pode ser encontrada em grande medida nas características das instituições monetárias e de administração do conflito que se desenvolveram em cada sociedade. Se “as instituições são importantes”, a história monetária também o é. Se o conflito de classes é essencial, a forma como ele ocorre – “aberto” ou “latente” – também o é. Portanto, o conflito de classe deve ser analisado a partir das instituições que administram a moeda, bem como das instituições que administram o próprio conflito em uma determinada sociedade.

Além disso, para a compreensão dos processos inflacionários e desinflacionários deve-se levar em conta relações entre o externo e o interno. As inflações mais agudas, tanto em termos quantitativos quanto em termos de sua duração, normalmente têm origem em um evento externo e o seu controle passa também pelo enfrentamento da questão externa.

Nesse sentido, os casos nacionais aqui abordados demonstram que inflação e desinflação devem ser analisadas a partir das coalizões e dos conflitos, bem como das

relações entre o internacional e o nacional. A hiperinflação argentina e a inflação alta mexicana foram detonadas pela crise da dívida na década de 1980. A diferença na intensidade e na duração desses eventos está relacionada tanto à história e às instituições monetárias quanto às instituições de administração do conflito. Em relação ao primeiro item, o México sempre deu grande importância à estabilidade de preços, diferentemente da Argentina, onde a economia foi dolarizada. Enquanto no México as relações entre partido e sindicato possibilitavam que o conflito fosse canalizado por outros meios que não a inflação, na Argentina a combatividade do movimento sindical impedia uma saída “concertada”.

Já a Índia e a Coréia não conviveram com inflação alta. A resposta para esse fato também pode ser encontrada no conflito e nas instituições. No caso indiano, há um compromisso muito forte em relação à estabilidade de preços como forma de conter o conflito em uma sociedade desigual e formalmente democrática. Aqui também se destaca uma peculiaridade indiana: em uma economia bastante fechada, o elemento internacional teve pouca influência. Já no caso coreano, a repressão ao conflito foi de tal forma que garantiu uma maior estabilidade de preços, se comparado com os casos latino-americanos. Além disso, o aspecto internacional teve um peso importante no caso coreano, desde a existência de ajuda financeira dos Estados Unidos e, na ausência desta, as conexões financeiras desenvolvidas com o Japão.

A Turquia, como mencionado, é um caso “peculiar”. A manutenção por um longo período de taxas de inflação relativamente altas – mas que nunca se aproximaram de uma hiperinflação – ainda mais em uma conjuntura na qual a maioria dos países já havia controlado a inflação, está vinculada às inúmeras questões que envolvem a sociedade turca e, portanto, o controle da inflação estava relacionado à formação de uma coalizão suficientemente ampla que desse conta, ao menos temporariamente, dessas inúmeras questões.

Todas essas observações auxiliaram a análise do caso brasileiro, no qual os conflitos, a história monetária, as instituições e as relações entre o externo e o interno apresentam toda sua força explicativa. O dilema entre estabilidade de preços e crescimento econômico foi, durante todo o processo de industrialização, resolvido a favor do primeiro.

As instituições brasileiras não foram criadas visando a estabilidade de preços, tampouco a produção de inflação, mas, certamente, favoreceram o segundo caso. Nesse sentido, a passagem para o regime de inflação alta está relacionada à crise da dívida externa, do mesmo modo que o sucesso da desinflação brasileira está vinculado ao retorno dos fluxos financeiros para o Brasil nos anos 1990, bem como à realização de algumas reformas pró-mercado. A inflação no Brasil serviu também para atenuar o conflito de classe. Em última instância, esse pode ter sido um dos motivos para tamanha tolerância em relação à inflação.

A âncora cambial foi fundamental, no caso brasileiro, para a desinflação ocorrida com a implantação do Plano Real, mas a estabilidade de preços se manteve mesmo após a desvalorização do real. Várias foram ou ainda são as âncoras da estabilidade de preços: a monetária (taxa de juros); a salarial (desemprego e queda na renda); a verde (deflação dos preços dos produtos agropecuários); a fiscal (superávit primário a partir de 1999); a institucional (utilização de medidas provisórias); e, novamente, a cambial (a valorização do real a partir de 2004).

Da perspectiva mais próxima da análise econômica, a estabilidade de preços nos governos Fernando Henrique Cardoso é sustentada principalmente pela âncora monetária. A elevação da taxa de juros tem a capacidade de reduzir de maneira significativa a atividade econômica mas, como ensinam os economistas pós-keynesianos, a redução da taxa de juros não tem a mesma capacidade de detonar – por si só – um novo ciclo de investimento. Assim, a utilização da âncora monetária está em sintonia com a idéia de que a estabilidade de preços deve ser mantida a qualquer custo.

No entanto, da perspectiva que balizou este trabalho, a âncora salarial foi determinante para a desarticulação da coalizão inflacionária, o que levou os trabalhadores a carregar a maior parte do fardo da estabilidade de preços. Do lado da burguesia, as reformas liberalizantes, sobretudo a comercial, foram fundamentais para disciplinar algumas de suas frações. Já a liberalização financeira permitiu ao Estado resolver, ao menos em alguns momentos, os problemas relativos ao padrão de financiamento da economia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Artigos e livros

- ABRANCHES, Sérgio. Mudança e impasse: cenários e saída. In: VELLOSO, João P. R. (coord.). *Estabilidade e crescimento: os desafios do real*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994a.
- _____. A Sociologia Política da Inflação. In: VIEIRA, José Ribas et al (orgs.). *Na corda bamba: doze estudos sobre a cultura da inflação*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- ABREU, Marcelo de P. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: 1989.
- ACUÑA, Carlos. Politics and Economics in the Argentina of the Nineties (*Or, Why the Future No Longer Is What It Used to Be*). In: SMITH, William et al (ed.). *Democracy, Markets and Structural Reform in Latin America: Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, and Mexico*. 4ª ed. Miami: North-South Center Press, 1996.
- AGLIETTA, Michel & ORLÉAN, André. *A violência da moeda*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- AKAT, Asaf S. The Political Economy of Turkish Inflation. *Journal of International Affairs*. v. 54, n. 1, p.265-282, Fall 2000.
- AKYUZ, Ylmaz & BORATAV, Korkut. The Making of the Turlish Financial Crisis. *World Development*. v. 31, n. 9, p. 1549-1566, sep. 2003.
- ALBANESI, Stefania. *Inflation and Inequality*. Versão fev. 2002. Disponível em: <http://www.moneyworkshop.ch/documents/papers/albanesi.pdf>
- ALESINA, Alberto & DRAZEN, Allan. Why are Stabilization Delayed? *The American Economic Review*, v. 81, n. 5, p. 1170-1188, dec. 1991.
- ALMEIDA, Julio S. G., *Crise econômica e reestruturação de empresas e bancos nos anos 80*. 1994. Tese (Doutorado em Economia) – Unicamp, Campinas.
- ALMEIDA, Maria H. T. de. Pragmatismo por necessidade: os rumos da reforma econômica no Brasil. *Dados*, v. 39, n. 2, p. 213-234, 1996.
- ALMONACID, Rubem. Brasil e Argentina: semelhanças e diferenças. In: VVAA. *Hiperinflação: táticas defensivas*. São Paulo: Dinheiro Vivo, 1989?.
- ALPER, Emre & Onis, Ziya. *The Turkish Banking System, Financial Crises and the IMF in the Age of Capital Account Liberalization: A Political Economy Perspective*. 2003. Disponível em: <http://home.ku.edu.tr/~zonis/summer2003/bank.pdf>
- _____. *Emerging Market Crises and the IMF: Rethinking the Role of the IMF in the Light of Turkey's 2000-2001 Financial Crises*. 2002. Disponível em: <http://home.ku.edu.tr/~zonis/Wp02-03.pdf>

- _____. *Financial Globalization, the Democratic Deficit and Recurrent Crises in Emerging Markets: The Turkish Experience in the Aftermath of Capital Account Liberalization*. 2001. Disponível em: <http://home.ku.edu.tr/~zonis/FinGlob-revision.pdf>
- ALTIMIR, Oscar & BECCARIA, Luis. *Distribución del ingreso em la Argentina*. Santiago de Chile: Cepal, 1999. (Serie Reformas Económicas, 40). Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/2/4562/lcl1276e.pdf>
- AMANN, Edmund & BAER, Werner. The Illusion of Stability: The Brazilian Economy Under Cardoso. *World Development*, v. 28, n. 10, p. 1805-1819, oct. 2000.
- AMORIM NETO, Octávio. Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil, *Dados*, v. 43, n. 3, p. 479-519, 2000.
- AMSDEN, Alice H. The Specter of Anglo-Saxonization Is Haunting South Korea. In: CHO, Lee-Jay & KIM, Yoon H. *Korea's Political Economy: An Institutional Perspective*. Boulder: Westview, 1994.
- ANDERSON, Malcolm. Power and Inflation. In: HIRSCH, Fred & GOLDTHORPE, John H. (eds.). *The Political Economy of Inflation*. Cambridge: Harvard U. P., 1978.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo; In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE, Joaquim P et al. Os programas de estabilização na América Latina: traços ortodoxos e heterodoxos. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 2, p. 96-119, jun. 1998.
- ANDREI, Cristian. O Plano Real e o desempenho da inflação nos primeiros quatro anos. In: CARNEIRO, Ricardo et. Al. *Gestão estatal no Brasil: armadilhas da estabilização, 1995-1998*. São Paulo: FUNDAP, 2000.
- ARAÚJO, André. *A escola do Rio: fundamentos políticos da nova economia brasileira (as origens ideológicas do Plano Real)*. São Paulo: Alfa Ômega, 1998.
- ARCE M, Daniel G. Fiscal Policy and the Theory of Conflict Inflation. *The Manchester School*, v. 62, n. 4, p. 425-437, dec. 1994a.
- _____. Coalition Dynamics, Social Norms, and the Persistence of Inflation. *The Quarterly Review of Economics and Finance*. V, 34, n. 2, Summer, p. 145-157, 1994b.
- ARIDA, Pérsio & LARA-RESENDE, André. Inflação inercial e reforma monetária. In: ARIDA, Pérsio (org.). *Inflação zero: Brasil, Argentina e Israel*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- _____. Inercial Inflation and Monetary Reform. In: WILLIAMSON, John (ed.). *Inflation and Indexation: Argentina, Brazil and Israel*. Washington: IIE, 1985.
- ARIDA, Pérsio. Entrevista. In: BIDERMAN, Ciro Biderman et al. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo, Editora 34, 1996.
- _____. Neutralizar a inflação, uma idéia promissora. In: REGO, José Márcio (org.). *Inflação inercial, teorias sobre inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

- ARMIJO, Leslie Elliot. *Mass Democracy – The Real Reason Brazil Ended Inflation?* 2001. Disponível em <http://www.mindspring.com/~leslie.armijo>.
- ARONOVICH, Selmo. *Inflação, crescimento e decisões empresariais: uma abordagem neo-estruturalista para a economia brasileira*. Rio de Janeiro: BNDES, 1991.
- AUJAC, Henri. L'influence du comportement des groupes sociaux sur le développement d'une inflation. I – Une hypothèse de travail: l'inflation, conséquence monétaire du comportement des groupes sociaux. *Économie Appliquée*, p. 280-300, 1950.
- AYRES, Robert. The "Social Pact" as Anti-Inflationary Policy: The Argentine Experience since 1973. *World Politics*, v. XXVIII, n. 4, p. 473-501, jul. 1976.
- BABB, Sarah. *Proyecto: México. Los economistas del nacionalismo al neoliberalismo*. México D.F.: FCE, 2003.
- BACH, G. L. The Economic Effects of Inflation. HARRISS, C. L. (ed.). *Inflation: Long-term Problems*, Montpelier: Capital City, 1975. (Proceedings of The Academy of Political Science, v. 31, n. 4).
- _____. *La nueva inflación*. Barcelona: Editorial Labor, 1974.
- BACHA, Edmar L. O fisco e a inflação: uma interpretação do caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, v. 14, n. 1 (53), p. 5-17, jan./mar. 1994.
- _____. Moeda, inércia e conflito: reflexões sobre políticas de estabilização no Brasil. *Pesquisa e planejamento econômico*, v. 18, n. 1, p. 1-16, abr. 1988.
- BAER, Werner. Social Aspects of Latin American Inflation. *Quarterly Review of Economics and Business*, v. 31, n. 4, p.45-57, autumn 1991.
- _____. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. 7ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1988.
- _____. The Inflation Controversy in Latin América: A Survey. *Latin American Research Review*, v. II, n. 2, 1967.
- BALDI-DELATTE, Anne-Laure. *Los factores de la estabilidad de los precios y de la moneda en Argentina desde la crisis*. Buenos Aires: Ciepp, 2004. (Documento de Trabajo, 39). Disponível em: <http://forum.u-paris10.fr/telecharger/membres/baldi/Baldi2004.pdf>
- BAMBACI, Juliana et al. The Political Economy of Economic Reforms in Argentina. *Policy Reform*, v. 5, n. 2, p. 75-88, 2000.
- BARBOSA, Fernando de H. A contribuição acadêmica de Mario Henrique Simonsen. *Revista de Econometria*, v. 17, n. 1, p. 115-130, 1997.
- _____. As origens e conseqüências da inflação na América Latina. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 19, n. 3, p. 505-535, dez. 1989.
- BARBOSA, Fernando H. *A inflação brasileira no pós-guerra: monetarismo versus estruturalismo*. Rio de Janeiro: IPEA: INPES, 1983.
- BARBOSA, Fernando H. & SIMONSEN, Mário H. *Plano Cruzado: inércia x inépcia*. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

- BARKEY, Henri J. When Politics Matter: Economic Stabilization in Argentina and Israel. *Studies in Comparative International Development*, v. 29, n. 4, p. 41-67, Winter 1994.
- BARKIN, David & ESTEVA, Gustavo. *Inflación y Democracia: el caso de México*. México D.F.: Siglo XXI, 1979.
- BASTOS, Carlos P. M. Inflação e estabilização. In: FIORI, José Luís & MEDEIROS, Carlos (orgs.). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BEJAR, Alejandro A. et al. Mexico 1988-1991: A Successful Economic Adjustment Program? *Latin American Perspectives*, v. 20, n. 3, p. 32-45, Summer 1993.
- BELLUZZO, Luiz G. Plano Real: do sucesso ao impasse. *Economia aplicada*, v. 3, n. Especial, p. 79-93, mar. 1999.
- _____. Prefácio. In: REGO, José Márcio (org.). *Hiperinflação: algumas experiências*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- _____. *Valor e capitalismo: um ensaio sobre a Economia Política*. 2^a ed. São Paulo: Bial, 1987.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga & ALMEIDA, Júlio Gomes. *Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. Crise e reforma monetária no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, v. 4, n. 1, p. 63-75, jan./mar., 1990.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga & CARNEIRO, Ricardo. Globalização e Integração Perversa. *Política Econômica em Foco*, n. 1, maio/ago. 2003.
- BENASSY, Jean-Pascal et al. Régulation des économies capitalistes et inflation. *Revue Économique*, v. 30, n. 3, p. 397-441, mai 1979.
- BEZBAKH, Pierre. *Inflation et désinflation*. Paris: La Découverte, 1990. (Coleção Repères).
- BHAGWATI, Jagdish N. *A Stream of Windows: Unsettling Reflections on Trade, Immigration, and Democracy*. Cambridge: The MIT Press, 1998.
- BHALLA, Surjit S. India's Closed Economy and World Inflation. In: CLINE, William R. (ed.). *World Inflation and the Developing Countries*. Washington: The Brookings Institution, 1981.
- BIANCHI, Carluccio. *Teorias da moeda*. Lisboa: Editorial Presença, 1979.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988. (Série PNPE, 19).
- BIER, Amaury G. et al. *O heterodoxo e o pós-moderno: o Cruzado em conflito*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BIZBERG, Ilan. Trajectoires politiques et institutionnelles du Mexique et du Brésil: le cas des relations entre l'Etat et le syndicalisme. In: LAUTIER, Bruno & MARQUES-PEREIRA, Jaime (dir.). *Brésil, Mexique. Deux trajectoires dans la mondialisation*. Paris: Karthala, 2004.

- BIZBERG, Ilan et al. Conclusion – Autonomie de l'Etat et trajectoires économiques, sociales et territoriales au Mexique et au Brésil. In: LAUTIER, Bruno & MARQUES-PEREIRA, Jaime (dir.). *Brésil, Mexique. Deux trajectoires dans la mondialisation*. Paris: Karthala, 2004.
- BLECKER, Robert. *Nafta, the Peso Crisis, and the Contradictions of the Mexican Economic Growth Strategy*. 1996. Disponível em: <http://newschool.edu/cepa/publications/workingpapers/archive/cepa0103.pdf>
- BLUMENSCHNEIN, Fernando. The Positive Economics of Inflation in Brazil. *Development and Change*, v. 26, n. 4, p. 651-686, oct. 1995.
- BOITO Jr., Armando. Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista. Comentário em comemoração ao sesquicentenário da publicação de O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte. *Crítica Marxista*, n. 15, p. 127-139, 2002.
- _____. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- BOOTLE, Roger. *A morte da inflação: como sobreviver e prosperar na era da inflação zero*. São Paulo: Makron, 1998.
- BORATAV, Korkut & YELDAN, Enric. *Turkey, 1980-2000: Financial Liberalization, Macroeconomic (In-)Stability, and Patterns of Distribution*. 2001. Disponível em: <http://www.bilknet.edu.tr/~yeldane/B&YCEPA2002.PDF>
- BORATAV, Korkut et al. Dilemmas of Structural Adjustment and Environmental Policies Under Instability: Post-1980 Turkey. *World Development*. v. 24, n. 2, p. 373-393, 1996.
- BORATAV, Korkut et al. *Globalization, Distribution and Social Policy: Turkey, 1980-1998*. 2000. Disponível em: <http://www.newschool.edu/cepa/publications/workingpapers/archive/cepa0120.pdf>
- BORBA, Julian. Análise de políticas públicas: uma revisão da literatura de ciência política sobre o Plano Real e uma proposta alternativa. In: 3 ° Encontro Nacional da ABCP da Associação Brasileira de Ciência Política, 2002. Niterói.
- BOUZAS, Roberto. ¿Más allá de la estabilización y la reforma? Un ensayo sobre la economía argentina a comienzos de los '90. *Desarrollo Económico*, v. 33, n. 129, p. 3-28? abr./jun. 1993.
- BRESCIANI-TURRONI, Constantino. *Economia da inflação: o fenômeno da hiperinflação alemã nos anos 20*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1989.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Macroeconomia pós-Plano Real: as relações básicas. In: SICSÚ, João. *Novo desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. São Paulo: Manole; Rio de Janeiro Fundação Konrad Adenauer, 2005.
- _____. O Segundo Consenso de Washington e a quase-estagnação da economia brasileira. *Revista de Economia Política*, v. 23, n. 3, p. 3-34, jul./set. 2003.
- _____. Reformas econômicas e crescimento econômico: eficiência e política na América Latina. In: _____. et al. *Reformas econômicas em democracia novas: uma proposta social-democrata*. São Paulo: Nobel, 1996.

- _____. *Os tempos heróicos de Collor e Zélia: aventuras da modernidade e desventuras da ortodoxia*. São Paulo: Nobel, 1991.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos & NAKANO, Yoshiaki. *Inflação e recessão: a teoria da inércia inflacionária*. 3^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos et al. Economic Reforms in New Democracies: A Social Democratic Approach. In: SMITH, William C. et al (eds.). *Latin American Political Economy in the Age of Neoliberal Reform: Theoretical and Comparative Perspectives for the 1990s*. Miami: North-South Center Press, 1994.
- BRITTAN, Samuel. Inflation and Democracy. In: HIRSCH, Fred & GOLDTHORPE, John H. (eds.). *The Political Economy of Inflation*. Cambridge: Harvard U. P., 1978.
- BRUNHOFF, Suzanne de. A moeda na obra de Marx: concepção e método. In: SILVA, Maria L. F. (org.). *Moeda e produção: teorias comparadas*. Brasília: Editora da UnB, 1992.
- _____. *La monnaie chez Marx*. 3^{ème} ed., Paris: Editions Sociales, 1976.
- BUESCU, Mircea. *300 anos de inflação*. Rio de Janeiro: APEC, 1973.
- BURDEKIN, Richard C. K. & BURKETT, Paul Burkett. *Distributional Conflict and Inflation: Theoretical and Historical Perspectives*. London: Macmillan, 1996.
- CACCIAMALI, Maria C. Régime d'accumulation et processus d'informalité: le Brésil et le Mexique à l'unisson de l'Amérique latine. In: LAUTIER, Bruno & MARQUES-PEREIRA, Jaime (dir.). *Brésil, Mexique. Deux trajectoires dans la mondialisation*. Paris: Karthala, 2004.
- CAGAN, Phillip. The Monetary Dynamics of Hyperinflation, In: FRIEDMAN, Milton (ed.). *Studies in the Quantity Theory of Money*. Chicago:, University of Chicago Press, 1956.
- CAMARGO, José Márcio & RAMOS, Carlos Alberto. *A Revolução indesejada: conflito distributivo e mercado de trabalho*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- CANDEMIR, H. Baturalp. *External Debt and Internal Transfer Problem. The Case of Turkey: 1980-1990*. Ankara: The Central Bank of the Republic of Turke, 1994. (Discussion Paper n° 9404). Disponível em: <http://www.tcmb.gov.tr/yeni/evds/teblig/94/9404.pdf>
- CANITROT, Adolfo. Crisis and Transformation of the Argentine State (1978-1992). In: SMITH, William C. et al (eds.). *Democracy, Markets and Structural Reform in Latin American: Argentina, Bolivia, Brazil, Chile and Mexico*. Miami: NSCP, 1994.
- _____. La disciplina como objetivo de la política económica. Un ensayo sobre el programa económico del gobierno argentino desde 1976. *Desarrollo Económico*, v. 19, n. 76, p. 453-475, jan./mar. 1980.
- CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- CANUTO, Otaviano. *Brasil e Coréia do Sul: os (des)caminhos da industrialização tardia*. São Paulo: Nobel, 1994.

- CÁRDENAS, Enrique. *La política económica en México, 1950-1994*. México, D.F.: FCE; COLMEX; FHA, 1996.
- CARDOSO, Fernando H. *A arte da política: a história que vivi*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora Unesp; IE/Unicamp, 2002.
- _____. Políticas liberais, estabilização e crescimento (uma avaliação do Plano Real). In: CARNEIRO, Ricardo et. al. *Gestão estatal no Brasil: armadilhas da estabilização, 1995-1998*. São Paulo: FUNDAP, 2000.
- CARVALHO, Fernando J. C. Alta inflação e hiperinflação: uma visão pós-keynesiana. In: NOGUEIRA BATISTA JR, Paulo & BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello (orgs.). *A luta pela sobrevivência da moeda nacional: ensaios em homenagem a Dilson Funaro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- CASELLA, Alessandra & EICHENGREEN, Barry. Can Foreign Aid Accelerate Stabilisation. *The Economic Journal*, v. 106, n. 436, p. 605-619, may 1996.
- _____. Halting Inflation in Italy and France after World War II. Cambridge: NBER, 1991. (NBER Working Papers Series, 3852). Disponível em: <http://papers.nber.org/papers/w3852.v5.pdf>
- CASTRO, Antonio B.. Entrevista. In: MANTEGA, Guido & REGO, José M (orgs.). *Conversas com economistas brasileiros II*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- _____. Renegade Development: Rise and Demise of State-Led Development in Brazil. In: SMITH, William C. et al (eds.). *Democracy, Markets and Structural Reform in Latin American: Argentina, Bolivia, Brazil, Chile and Mexico*. Miami: NSCP, 1994.
- CAVAROZZI, Marcelo. Mexico's Political Formula, Past and Present. In: COOK, Maria L et al (eds.). *The Politics of Economic Restructuring: State-Society Relations and Regime Change in Mexico*. San Diego: Center for US-Mexican Studies, 1994.
- _____. Ciclos políticos na Argentina a partir de 1955, In: O'DONNELL, Guillermo et al (orgs.). *Transições do regime autoritário: América Latina*. São Paulo: Vértice, 1988.
- CERQUEIRA, Ceres A. *Dívida externa: processo negocial (1983-1986)*. Brasília: Banco Central do Brasil, 1997.
- CHANG, Ha-Joon & YOO, Chul-Gyue. *The Triumph of the Rentiers? The 1997 Korean Crisis in a Historical Perspective*. 1999. Disponível em: <http://www.newschool.edu/cepa/publications/workingpapers/archive/cepa0312.pdf>
- CHOI, Jang J. Political Cleavages in South Korea. In: KOO, Hagen (ed.). *State and Society in Contemporary Korea*. Ithaca: Cornell U. P., 1993.
- CHOI, Young-Ki & KIM, Dae Il. Changes in the Labor Markets and Industrial Relations. In: EICHENGREEN, Barry & CHUNG, Duck-Koo (eds.). *The Korean Economy Beyond the Crisis*. Cheltenham: Edward Elgar, 2004.
- CHONG, Há-Joon. *Chutando a escada. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Unesp, 2004.

- CINTRA, Marcos A. M. Suave fracasso: a política macroeconômica brasileira entre 1999 e 2005. *Novos Estudos Cebrap*, n. 73, p. 39-56, nov. 2005.
- CINTRA, Marcos Antonio M. & FARHI, Maryse. As contradições e os limites do Plano de Conversibilidade argentino: lições para os países latino-americanos. 2002. (Mimeo). Publicado como Contradicciones y límites del Plano de Convertibilidad. *Nueva Sociedad*, n. 179, 2002, p. 89-111.
- CIZRE, Umit & YELDAN, Enric. The Turkish Encounter with Neo-Liberalism Economics and Politics in the 2000/2001 Crises. *Review of International Political Economy*. v. 12, n. 3, p. 387-408, ago. 2005.
- CIZRE-SAKALLIOGLU, Umit & YELDAN, Enriç. Politics, Society and Financial Liberalization: Turkey in the 1990s. *Development and Change*, v. 31, n. 2, p. 481-508, mar. 2000.
- CLAVIJO, Fernando & VALDIVIESO, Susana. Reformas estructurales y política macroeconómica: el caso de México, 1982-1999. Santiago de Chile: Cepal, 2000. Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/DesarrolloEconomico/4/lc11374/lc11374e.pdf>
- CLERC, Denis. *A inflação: o que é, como enfrenta-la, como conviver com ela*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- COLE, David C. & PARK, Yung C. *Financial Development in Korea, 1945-1978*. Cambridge: Harvard U. P., 1983.
- COONEY, Paul. The Mexican Crisis and the Maquiladora Boom. A Paradox of Development or the Logic of Neoliberalism? *Latin American Perspectives*, v. 28, n. 3, p. 55-83, may 2001.
- COOPER, Malcom. The Legacy of Ataturk: Turkish Political Structures and Policy-Making. *International Affairs*, v. 78, n. 1, p. 115-128, 2002.
- COOPER, Richard N. Korea's Balance of International Payments. In: VVAA. *Macroeconomic Policy and Adjustment in Korea, 1970-1990*. Cambridge: Harvard U. P., 1994.
- CORBO, Vittorio & NAM, Sang-Woo. Recent Experience in Controlling Inflation. In: CORBO, Vittorio & SUH, Sang-Mok. *Structural Adjustment in a Newly Industrialized Country: The Korean Experience*. Baltimore: Johns Hopkins U. P., 1992.
- CORRALES, Javier. ¿Contribuyen las crisis económicas a la implementación de reformas de mercado? La Argentina y Venezuela en los '90. *Desarrollo Económico*, v. 39, n. 153, p. 3-29, abr./jun. 1999.
- _____. Coalitions and Corporate Choices in Argentina, 1976-1994: The Recent Private Sector Support of Privatization. *Studies in Comparative International Development*, v. 32, n. 4, p. 24-51, Winter 1998.
- _____. Why Argentines Followed Cavallo: A Technopol Between Democracy and Economic Reform. In: Jorge I. Domínguez (Ed.). *Technopols: Freeing Politics and Markets in Latin America in the 1990s*, University Park, The Pennsylvania State University Press, 1997.

- COSTA, Fernando N. *Economia monetária e financeira: uma abordagem pluralista*. São Paulo: Makron, 1999.
- CROUCH, Colin. Inflation and the Political Organization of Economic Interests. In: HIRSCH, Fred & GOLDTHORPE, John H. (eds.). *The Political Economy of Inflation*. Cambridge: Harvard U. P., 1978.
- CROWE, Christopher. *Inflation, Inequality and Social Conflict*. Nov. 2004a. (CEP Discussion Paper n° 657). Disponível em: <http://cep.lse.ac.uk/pubs/download/dp0657.pdf>
- _____. *Inflation, Inequality and Social Conflict*. Versão ago. 2004b. Disponível em: <http://repec.org/mmfc04/69.pdf>
- CRUZ, Sebastião C. Velasco e. Trajetórias. Reestruturação mundial e reformas nos países da periferia. In: _____. (coord.). *Reestruturação econômica mundial e reformas liberalizantes nos países em desenvolvimento*. São Paulo: Cedec; Fapesp; Campinas: Unicamp, 2007. (Relatório final do Projeto Temático Fapesp n° 03/05008-8).
- _____. *Reformas econômicas em perspectiva comparada: o caso indiano*. São Paulo: Cedec, 2005. (Cadernos CEDEC, 78).
- _____. Brasil: aspectos políticos da crise econômica. *Lua Nova*, n. 49, p. 5-21, 2000.
- _____. Alguns argumentos sobre reformas para o mercado. *Lua Nova*, n. 45, p. 5-27, 1998.
- _____. *Estado e economia em tempo de crise: política industrial e transição política no Brasil dos anos 80*. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.
- _____. *Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Fapesp, 1995.
- _____. Empresários, economistas e perspectivas da democratização no Brasil. In: REIS, Fábio W. & O'DONNELL, Guillermo. *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.
- _____. *Instabilidade política: o caso argentino, 1955-1970*, Rio de Janeiro, 1976. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – IUPERJ.
- CYPHER, James M. Developing Disarticulation Within the Mexican Economy. *Latin American Perspectives*, v. 28, n. 3, p. 11-37, may 2001.
- DALAL, Meenakshi N. & SCHACHTER, Gustav. Transmission of International Inflation to Índia: A Structural Analysis. *The Journal of Developing Areas*, v. 23, n. 1, p. 85-104, oct. 1988.
- DAVIDSON, Paul. The Future of the International Financial System. 2003. Disponível em: <http://econ.bus.utk.edu/davidson/cambridgepaper.pdf>
- _____. *Financial Markets, Money and the Real World*. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.
- _____. *Money and the Real World*. 2ª ed. London: Macmillan, 1978.

- DE LA GARZA TOLEDO, Enrique. Sindicatos, Estado en México. In: *El Sindicalismo ante los procesos de cambio económico y social en América Latina*. Buenos Aires: Konrad Adenauer, 1998. Disponível em: <http://docencia.izt.uam.mx/egt/publicaciones/capituloslibros/sindietaeconmex.pdf>
- DEGNBOL-MARTINUSSEN, John. External Constraints on Policy-Making and Industrial Development in India. *The European Journal of Development Research*, v, 14, n. 1, p. 47-76, jun. 2002.
- DELFIN NETTO, Antonio. *O mercado e a urna: textos de economia e política*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.
- _____. As “âncoras” do Real. *Revista da Fundação Milton Campos*, n. 8, p. 9-15, mar./abr. 1998.
- _____. O Plano Real e a armadilha do crescimento econômico. In: MERCADANTE, Aloizio (org.). *O Brasil pós-real: a política econômica em debate*. Campinas: Instituto de Economia, 1997.
- _____. Entrevista. In: BIDERMAN, Ciro Biderman et al. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo, Editora 34, 1996.
- _____. *Só o político pode salvar o economista*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1986.
- DELFIN NETTO, Antonio et al. *Alguns aspectos da inflação brasileira*. São Paulo, Anpes, 1965. (Estudos Anpes, 1).
- DENOON, David. B. H. Cycles in Indian Economic Liberalization, 1966-1996. *Comparative Politics*, v. 31, n. 1, p. 43-60? oct. 1998.
- DESAI, Raj et al. Democracy, Inequality, and Inflation. *American Political Science Review*, v. 97, n. 3, p. 391-406, aug. 2003.
- DEVINE, Pat. Inflation and Marxist Theory. *Marxism Today*, mar. 1974.
- DIBOGLU, Sel & KIBRITÇIOGLU, Aykut. Inflation, Output Growth, and Stabilization in Turkey, 1980-2002. *Journal of Economics and Business*, v. 56, n. 1, p. 43-61, jan./feb. 2004.
- DIBOGLU, Sel. Inflationary Expectations and the Costs of Disinflation: A Case for Costless Disinflation in Turkey? In: KIBRITÇIOGLU, Aykut et al. *Inflation and Disinflation Turkey*. Aldershot: Ashgate, 2002.
- DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato. *Empresários, interesses e mercados: dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.
- DODD, Nigel. *A sociologia do dinheiro*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- DONAIRE, Ricardo & LASCANO, Verónica. Movimiento obrero e hiperinflación. *Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina 2002*. Ano VI, n. 6, p. 77-112? 2003. (Documento de Trabajo n° 36).
- DORNBUSCH, Rudiger & FISCHER, Stanley. *Moderate Inflation*. Cambridge: NBER, 1991. (NBER Working Papers Series, 3896). Disponível em: <http://papers.nber.org/papers/w3896.v5.pdf>

- DORNBUSCH, Rudiger et al. Extreme Inflation: Dynamics and Stabilization. *Brookings Papers on Economic Activity*, v. 1990, n. 2, p. 1-84, 1990.
- DRESSER, Denise. Embellishment, Empowerment, or Euthanasia of the PRI? Neoliberalism and Party Reform in Mexico. In: COOK, Maria L et al (eds.). *The Politics of Economic Restructuring: State-Society Relations and Regime Change in Mexico*. San Diego: Center for US-Mexican Studies, 1994.
- DURKHEIM, Émile. Georg Simmel: Filosofia do dinheiro. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 1, n. 2, p. 273-277, ago. 2002. Disponível em: <http://paginas.terra.com.br/educacao/RBSE/V1.n.2%20agosto%202002/fildinheiro.html>
- DUTT, Amitava K. & RAO, J. Mohan. *Globalization and its Social Discontents: The Case of India*. 2000. Disponível em: <http://www.newschool.edu/cepa/publications/workingpapers/archive/cepa0116.pdf>
- DUTT, Amitava K. Conflict inflation, distribution, cyclical accumulation and crises. *European Journal of Political Economy*, v. 8, n. 4, p. 579-597, dec. 1992.
- EARP, Fabio Sá. Modernização, conflito e inflação: notas sobre o caso brasileiro. In: VIEIRA, José Ribas et al (orgs.). *Na corda bamba: doze estudos sobre a cultura da inflação*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- ECKERT, Carter J. The South Korea Bourgeoisie: A Class in Search of Hegemony. In: KOO, Hagen (ed.). *State and Society in Contemporary Korea*. Ithaca: Cornell U. P., 1993.
- EICHENGREEN, Barry & CHUNG, Duck-Koo. Introduction. In: _____. (eds.). *The Korean Economy Beyond the Crisis*. Cheltenham: Edward Elgar, 2004.
- ERCAN, Metin & ONIS, Ziya. *Politics within the State: Institutions and Dilemmas of Turkish Privatization in Comparative Perspective*. 2000. Disponível em: <http://home.ku.edu.tr/~zonis/privatization.PDF>
- ERNST, Christoph. Trade liberalization, export orientation and employment in Argentina, Brazil and México. International Labour Organization, 2005. (Employment Strategy Papers, 15). Disponível em: <http://www.ilo.org/public/english/employment/strat/download/esp2005-15.pdf>
- ERTUGRUL, Ahmet & SELÇUK, Faruk. *A Brief Account of the Turkish Economy, 1980-2000*. 2001. Disponível em: <http://www.econturk.org/fselcuk.pdf>
- ETCHEMENDY, Sebastian. Construir coaliciones reformistas: la política de las compensaciones en el cambio argentino hacia la liberalización económica. *Desarrollo Económico*, v. 40, n. 160, p. 675-706? ene./mar. 2001.
- FANELLI, José Maria et al. Crecimiento y reforma estructural en América Latina, La situación actual, In: VVAA, *¿Aonde va América Latina? Balance de las reformas económicas*. Santiago de Chile: Cieplan, 1992.
- FANELLI, José Maria et al. Growth and Structural Reform in Latin América: Where We Stand. In: SMITH, William C. et al (eds.). *Theoretical and Comparative Perspectives for the 1990s*. Miami: North-South Center Press, 1994.

- FAUCHER, Philippe. Restaurando a governabilidade: o Brasil (afinal) se acertou? *Dados*, v. 41, n. 1, p. 5-50? 1998.
- FELDMAN, Gerald D. *The Great Disorder: Politics, Economics, and Society in the German Inflation, 1914-1924*: New York, Oxford U. P., 1997.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub & LIMONGI, Fernando. Presidential Power, Legislative Organization, and Party Behavior in Brazil. *Comparative Politics*, v. 32, n. 2, 151-170? jan. 2000.
- FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- FIORI, José L. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997a.
- _____. O Brasil e a Índia no cenário político internacional dos próximos anos. In: GUIMARÃES, Samuel P. (org.). *Estratégias: Índia e Brasil*. Brasília: IPRI: Fundação Alexandre de Gusmão, 1997b.
- _____. *O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1995.
- FISCHER, Stanley. *Indexing, Inflation and Economic Policy*. Cambridge: MIT Press, 1986.
- FISCHER, Stanley et al. *Modern Hyper and High Inflations*. Cambridge: NBER, 2002. (NBER Working Papers Series, 8930). Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w8930>
- FIUZA, Guilherme. *3.000 dias no bunker: um plano na cabeça e um país na mão*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- FLAMANT, Maurice. *L'inflation*. 8^a ed., Paris: PUF, 1991. (Coleção Que Sais-Je?).
- FRAGA, Armínio. A Fork in the Road. *Finance and Development*, v. 42, n. 4, dec. 2005. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2005/12/fraga.htm>
- FRANCO, Gustavo. *O desafio brasileiro: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- _____. *O Plano Real e outros ensaios*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- _____. Os casos clássicos de hiperinflação. In: VVAA. *Hiperinflação: táticas defensivas*. São Paulo: Dinheiro Vivo, 1989?.
- _____. *Hyperinflations. The Experience of the 1920s reconsidered*. 2001. Tese (Doutorado em Economia – versão revista) – Harvard, Cambridge.
- FREITAS, Maria C. P. de & PRATES, Daniela M. Abertura financeira na América Latina: as experiências da Argentina, Brasil e México. *Economia e Sociedade*, n. 11, p. 173-198, dez. 1998.
- FRENKEL, Roberto. Hiperinflação – o inferno tão temido. In: REGO, José M. (org.). *Inflação e hiperinflação: interpretações e retórica*. São Paulo: Bial, 1990.
- _____. El régimen de alta inflación. In: ARELLANO, José Pablo (comp.). *Inflación Rebelde en América Latina*. Santiago de Chile: Cieplan; Hachette, 1990b.

- FRIEDMAN, Irving S. *Inflation: A World-Wide Disaster*. 2^a ed. New York: Anchor, 1975.
- FURTADO, Celso. Entrevista. In: BIDERMAN, Ciro Biderman et al. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo, Editora 34, 1996.
- _____. *A fantasia organizada*. 5^a ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. *A economia brasileira: contribuição à análise do seu desenvolvimento*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.
- GALVÃO, Andréia. A CUT na encruzilhada: impactos do neoliberalismo sobre o movimento sindical combativo. *Idéias*, ano 9, n. 1, p. 105-154, 2002.
- GAMBLE, Andrew & WALTON, Paul. *Capitalism in Crisis: Inflation and the State*. London: Macmillan, 1976.
- GARRIDO, Luis J. *El Partido de ma Revolución Institucionalizada (medio siglo del poder político en México). La formación del nuevo Estado en México (1928-1945)* 3^a ed. México D.F.: Siglo XXI, 1985.
- GERCHUNOFF, Pablo et al. *Comienzos diversos, distintas trayectorias y final abierto: más de una década de privatizaciones en Argentina, 1990-2002*. Santiago de Chile: CEPAL; Ilpes, 2003. (Série Gestión Pública, 34).
- GERCHUNOFF, Pablo & TORRE, Juan Carlos. La política de liberalización económica en la administración de Menem. *Desarrollo Económico*, v. 36, n. 143, p. 733-768, oct./dic. 1996.
- GIAMBIAGI, Fabio & ALMEIDA, Paulo R. *Morte do Consenso de Washington? Os rumores a esse respeito parecem muito exagerados*. Rio de Janeiro: BNDES, 2003. (Textos para Discussão, 103). Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/td/td-103.pdf>
- GIBSON, Edward L. & Calvo, Ernesto. Federalism and Low-Maintenance Constituencies: Territorial Dimensions of Economic Reform in Argentina. *Studies in Comparative International Development*, v. 35, n. 3, p. 32-55, Fall 2000.
- GILBER, Emily & HELLEINER, Eric. (eds.). *Nation-States and Money: The Past, Present and Future of National Currencies*. London: Routledge, 1999.
- GOERTZEL, Ted G. *Fernando Henrique Cardoso e a reconstrução da democracia no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- GOLDTHORPE, John H. The Current Inflation: Towards a Sociological Account. In: HIRSCH, Fred & _____. (eds.). *The Political Economy of Inflation*. Cambridge: Harvard U. P., 1978.
- GÓMEZ, Eduardo J. Small Institutions in Big Systems: Financial Ministries, Consensus Building and Reform in Brazil's Fragmented System. In: XXI INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 1998. Chicago.
- GOUGH, Ian. State Expenditure in Advanced Capitalism. *New Left Review*, p. 53-92, jul./aug. 1975.

- GOUREVITCH, Peter. *Politics in Hard Times. Comparative Responses to International Economic Crises*. ITHACA: Cornell U. P., 1986.
- GUDIN, Eugênio. *Inflação. Imporação e exportação, café, crédito, desenvolvimento, industrialização*. 2^a ed. rev. Rio de Janeiro: Agir, 1959.
- GUIMARÃES, Alberto P. A inflação (brasileira) segundo Marx. *Revista de Economia Política*, v. 4, n. 4, p. 26-52, out./dez. 1984.
- HAGGARD, Stephan. Macroeconomic Policy through the First Oil Shock, 1970-75. In: VVAA. *Macroeconomic Policy and Adjustment in Korea, 1970-1990*. Cambridge: Harvard U. P., 1994a.
- _____. Macroeconomic From the Heavy Industry Plan to Stabilization: Macroeconomic Policy, 1976-1980. In: VVAA. *Macroeconomic Policy and Adjustment in Korea, 1970-1990*. Cambridge: Harvard U. P., 1994b.
- _____. *Pathways from the Periphery. The Politics of Growth in the Newly Industrializing Countries*. Ithaca: Cornell U. P., 1990.
- HAGGARD, Stephan & COLLINS, Susan. The Political Economy of Adjustment in the 1980s. In: VVAA. *Macroeconomic Policy and Adjustment in Korea, 1970-1990*. Cambridge: Harvard U. P., 1994.
- HAGGARD, Stephan & MOON, Chung-in. The State, Politics, and Economic Development in Postwar South Korea. In: KOO, Hagen (ed.). *State and Society in Contemporary Korea*. Ithaca: Cornell U. P., 1993.
- HART-LANDSBERG, Martin & BURKETT, Paul. Economic Crisis and Restructuring in South Korea: Beyond the Free Market-Statist Debate. *Critical Asian Studies*, v. 33, n. 3, p. 403-430, 2001.
- HARVEY, James. Theories of Inflation. *Marxism Today*, p. 24-29, jan. 1977.
- HEITZMAN, James & WORDEN, Robert L. *India: A Country Study*. Washington: Library of Congress, 1995. Disponível em: <http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/intoc.html>
- HELLEINER, Eric. *States and the Reemergence of Global Finance: From Bretton Woods to the 1990s*. Ithaca: Cornell U. P. 1994.
- _____. Dollarization Diplomacy: US Policy towards Latin America Coming Full Circle. *Review of International Political Economy*, v. 10, n. 3, p. 406-429, aug. 2003.
- HENRIQUES, Ricardo & EARP, Fábio Sá. Para uma abordagem sócio-econômica da inflação brasileira: uma leitura a partir da obra de Georg Simmel. *Ensaio FEE*, v. 15, n. 2, p. 547-570, 1994.
- HERMANN, Jenifer. Sistematização do debate sobre “desenvolvimento e estabilidade”. In: CASTRO, Ana C. (org.). *Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro I*. Rio de Janeiro: Mauad: BNDES, 2002.
- HEYMANN, Daniel & NAVAJAS, Fernando. Conflicto distributivo y déficit fiscal. Notas sobre la experiencia argentina, 1970-1987. *Desarrollo Económico*, v. 29, n. 115, p. 309-329, oct./dic. 1989.

- HEYMANN, Daniel et al. Conflicto distributivo y déficit fiscal. Algunos juegos inflacionarios. *El Trimestre Económico*, v. 58, n. 1, p. 101-137, ene./mar. 1991.
- HIRSCH, Fred & GOLDTHORPE, John H. (eds.). *The Political Economy of Inflation*. Cambridge: Harvard U. P., 1978.
- HIRSCH, Fred. The Ideological Underlay of Inflation. In: HIRSCH, Fred & GOLDTHORPE, John H. (eds.). *The Political Economy of Inflation*. Cambridge: Harvard U. P., 1978.
- HIRSCHMAN, Albert O. *Auto-subversão. Teorias consagradas em xeque*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- _____. The Social and Political Matrix of Inflation: Elaborations on the Latin American Experience. In: *Essays in Trespassing: Economics to Politics and Beyond*, Cambridge: Cambridge U. P., 1981.
- HISCOX, Michael J. Commerce, Coalitions and Factor Mobility: Evidence from Congressional Votes on Trade Legislation. *American Political Science Review*. v. 96, n. 3, p. 593-608, sep. 2002.
- _____. Class Versus Industry Cleavages: Inter-Industry Factor Mobility and the Politics of Trade. *International Organization*, v. 55, n. 1, p. 1-46? Winter 2001.
- JACKSON, Dudley et al. *Do Trade Unions Cause Inflation?* 2^a ed. Cambridge: Cambridge U. P., 1975.
- JACOBI, Otto et al. Problems in Marxist Theories of Inflation. *Kapitalistate*, n. 3, 107-125, Spring 1975.
- JALORETTO, Cláudio. Senhoriagem e Financiamento do Setor Público no Brasil. Brasília: ESAF, 2006. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/conteudo_catalogos.html
- JEE, Joohee. Class Structure and Class Consciousness in South Korea. *Journal of Contemporary Asia*, v. 27, n. 2, p. 135-155, 1997.
- JENKINS, Rob. *Labor Policy and the Second Generation of Economic Reform in India*. 2004. Disponível em: http://www.bbk.ac.uk/polsoc/download/rob_jenkins/LabourPolicy-IndiaReview-2004.doc
- JOSHI, Vijay. India and the Impossible Trinity. *The World Economy*, v. 26, n. 4, p. 555-583, apr. 2003.
- _____. Capital Controls and the National Advantage: India in the 1990s and Beyond. *Oxford Development Studies*, v. 29, n. 3, p. 305-320, 2001.
- KALECKI, Michal. Os aspectos políticos do pleno emprego. In: *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: Hucitec, 1977.
- KANDIR, Antonio. *Brasil Real: a construção da cidadania, da moeda e do desenvolvimento*. São Paulo: Klick, 1994
- _____. *A dinâmica da inflação*. São Paulo: Nobel, 1989.

- KAUFMAN, Robert R. Stabilization and Adjustment in Argentina, Brasil and Mexico. In: NELSON, Joan M. (ed.). *Economic Crises and Policy Choice: The Politics of Adjustment in the Third World*. Princeton: Princeton U. P., 1990.
- KEARNEY, Christine. The Poverty of Neoliberalism in Brazil: Economic Culture and Policy Choice. XXIII INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 2001. Washington. Disponível em <http://lasa.international.pitt.edu/lasa2001.htm>.
- KELSEY, Jane. The Denationalization of Money: Embedde Neol-Liberalism and the Risks of Implosion. *Social & Legal Studies*, v. 2, n. 2, p. 155-176, 2003.
- KEOHANE, Robert O. The International Politics of Inflation. In: LINDBERG, Leon N. & MAIER, Charles S. *The Politics of Inflation and Economic Stagnation: Theoretical Approaches and International Case Studies*. Washington: The Brookings Institution, 1985.
- KESSLER, Gabriel & SIGAL, Sylvia. Comportements et représentations face à la dislocation des régulations sociales: L'hyperinflation en Argentine. *Cultures & Conflits*, n. 24-25, p. 33-77, 1997. Disponível em: <http://www.conflits.org/document507.html>
- KESSLER, Luiz C. A. *Análise da relação entre grupos de interesse e inflação no Brasil: uma aplicação do teste de Olson*. 2005. Dissertação (Mestrado em Economia) – Unesp, Araraquara.
- KEYNES, John M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983a.
- _____. *Inflação e deflação*. São Paulo: Abril Cultural, 1983b.
- _____. Social, Political and Literary Writings. In: MOGGRIDGE, Donald (ed.). *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. XXVIII. London: Macmillan, 1982.
- _____. A Treatise on Money. In: MOGGRIDGE, Donald (ed.). *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. V. London: Macmillan, 1979.
- _____. A Tract on Monetary Reform. In: MOGGRIDGE, Donald (ed.). *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. IV. London: Macmillan, 1971.
- KIBRITÇIOĞLU, Aykut. *A Short Review of the Long History of Turkish High Inflation*. 2004. Disponível em: <http://www.econwpa.wustl.edu:8089/eps/mac/papers/0404/0404003.pdf>
- _____. *Causes of Inflation in Turkey: A Literature Survey with Special Reference to Theories of Inflation*. 2002. Disponível em: <http://www.econwpa.wustl.edu:80/eps/mac/papers/0107/0107002.pdf>
- KIM, Dae Il & Lee, Ju-Ho. Labor Reforms in Korea. In: CHO, Lee-Jay et al (eds.). *Restructuring the National Economy*. Seoul: KDI, 2001.
- KIM, Soyuong et al. Macroeconomic Effects of Capital Account Liberalization: The Case of Korea. Seoul: KIEP, 2002. Disponível em: [http://www.kiep.go.kr/inc/download_pub.asp?fnm=\(2959884E\)%20Wp02-01%20.pdf](http://www.kiep.go.kr/inc/download_pub.asp?fnm=(2959884E)%20Wp02-01%20.pdf)

- KINDLEBERGER, Charles P. *Manias, pânico e crashes: um histórico das crises financeiras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- _____. *The Great Disorder: A Review of the Book of that Title* by Gerald D. Feldman. *Journal of Economic Literature*, v. 32, p. 1216-1225, sep. 1994.
- _____. A Structural View of the German Inflation. In: _____. *Keynesianism vs. Monetarism and Other Essays in Financial History*. London: George Allen & Unwin, 1985.
- KINGSTONE, Peter R. *Crafting Coalitions for Reform: Business Preferences, Political Institutions, and Neoliberal Reform in Brazil*. University Park: Pennsylvania State U. P., 1999.
- KINZO, Maria D'Alva G. & SILVA, Simone R. da. Politics in Brazil: Cardoso's Government and the 1998 Re-election. *Government and Opposition*, v. 34, n. 2, p. 243-262, Spring 1999.
- KIRKPATRICK, Colin & ONIS, Ziya. Industrialisation as a Structural Determinant of Inflation Performance in IMF Stabilisation Programmes in Less Developed Countries. *The Journal of Development Studies*, v. 21, n. 3, p. 347-361, apr. 1985.
- KIRSHNER, Jonathan. Money is Politics. *Review of International Political Economy*, v. 10, n. 4, p. 645-660, nov. 2003.
- KOMOROWSKA, Ewa & KUSTRA, Andrzej. Money in Slavdom. *American Behavioral Scientist*, v. 45, n. 2, p. 272-281, oct. 2001.
- KOO, Hagen. The State, *Minjung*, and the Working Class in South Korea. In: ____ (ed.). *State and Society in Contemporary Korea*. Ithaca: Cornell U. P., 1993.
- KORPI, Walter. The Great Trough in Unemployment: A Long-Term View of Unemployment, Inflation, Strikes, and Profit/Wage Ratio. *Politics & Society*, v. 30, n. 3, p. 365-426, sep. 2002.
- KRUEGER, Anne & CHINOY, Sajjid. The Indian Economy in Global Context. In: KRUEGER, Anne. *Economic Policy Reforms and the Indian Economy*. Chicago: UCP, 2002.
- KUGELMAS, Eduardo & SOLA, Lourdes. Recentralização/Descentralização: dinâmica do regime federativo no Brasil dos anos 90. *Tempo Social*, v. 11, n. 2, p. 63-81, out. 1999.
- KURTH, James R. Economic Sectors and Inflationary Policies: The Politics of Inflation in Historical Perspective. In: MEDLEY, Richard (ed.). *The Politics of Inflation: A Comparative Analysis*. New York: Pergamon, 1982.
- KWON, Huck-ju. Advocacy Coalitions and the Politics of Welfare in Korea After the Economic Crisis. *Policy & Society*, v. 31, n. 1, p. 69-83, 2003.
- LARA RESENDE, André. Entrevista. In: BIDERMAN, Ciro Biderman et al. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo, Editora 34, 1996.
- _____. O conselho da moeda: um órgão emissor independente. *Revista de Economia Política*, v. 12, n. 4, p. 113-20, out./dez. 1992.

- _____. A moeda indexada: uma proposta para eliminar a inflação inercial. In: REGO, José Márcio (org.). *Inflação inercial, teorias sobre inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- LEE, Chung H. The Government, Financial System, and Large Private Enterprises in the Economic Development of South Korea. *World Development*, v. 20, n. 2, p. 187-197, 1992.
- LEE, Chung H. et al. *Chaebols*, Financial Liberalization and Economic Crisis: Transformation of Quasi-Internal Organization in Korea. *Asian Economic Journal*, v. 16, n. 1, p. 17-35, p. 2002.
- LEE, Won-Duck & LEE, Byoung-Hoon. Industrial Relations and Labor Standards in Korea. In: KWON, O. Yul et al (eds.). *Korea's New Economic Strategy in the Globalization Era*. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.
- LEONI, Brigitte H. *Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LIM, Hyun-Chin & HAN, Joon. Social Realignment, Coalition Change and Political Transformation. In: EICHENGREEN, Barry & CHUNG, Duck-Koo (eds.). *The Korean Economy Beyond the Crisis*. Cheltenham: Edward Elgar, 2004.
- LINDBERG, Leon N. Models of the Inflation-Disinflation Process. In: _____. & MAIER, Charles S. *The Politics of Inflation and Economic Stagnation: Theoretical Approaches and International Case Studies*. Washington: The Brookings Institution, 1985.
- _____. Inflation, Recession, and the Political Process: Challenges to the Theory and Practice. In: MEDLEY, Richard (ed.). *The Politics of Inflation: A Comparative Analysis*. New York: Pergamon, 1982.
- LIZÁRRAGA, Jaime E. The Political Causes of Inflation and Hyperinflation in Argentina. *LBJ Journal*, v. 2, n. 1, p. 6-16, Spring 1990.
- LLACH, Juan J. La naturaleza institucional e internacional de las hiperestabilizaciones: el caso de Alemania desde 1923 y algunas lecciones para la Argentina de 1985. *Desarrollo Económico*, v. 26, n. 104, p. 527-560, ene./mar. 1987;
- LLANOS, Mariana. Understanding Presidential Power in Argentina: a Study of the Policy of Privatisation in the 1990s. *Journal of Latin American Studies*, v. 33, n. 1, p. 67-99, feb. 2001.
- LOPES, Francisco. O choque heterodoxo: combate à inflação e reforma monetária. Rio de Janeiro: Campus, 1986.
- _____. Teoria e política da inflação: uma revisão crítica da literatura. In: SAYAD, João. *Resenhas de economia brasileira*. São Paulo: Saraiva, 1979.
- LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- LOUREIRO, Maria Rita & ABRÚCIO, Fernando Luiz. Política e burocracia no presidencialismo brasileiro: o papel do Ministério da Fazenda no primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, p. 69-89, out. 1999.

- LUQUE, Carlos A. “Não se julga a economia só pela inflação”. *O Estado de S. Paulo*, 23 maio 1993.
- LUQUE, Carlos A. & LOPES, Luiz M. Conflito distributivo, déficit público e inflação. In: ANPEC. *XVII Encontro Nacional de Economia*. Anais, v. 2, [s/l]: Anpec, 1989.
- LUSTIG, Nora C. & ROS, Jaime. Las reformas económicas, las políticas de estabilización y el síndrome mexicano. *Desarrollo Económico*, v. 37, n. 148, p. 503-532, ene./mar., 1998.
- MACIEL, Marco C. N. P.. *Metamorfoses do Estado brasileiro: do II PND ao governo FHC*. 1999. (Doutorado em Economia). Unicamp – Campinas.
- MAGALHÃES, João Paulo A. *Inflação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: GRD, 1964.
- MAIER, Charles S. *Recasting Burgeois Europe: Stabilization in France, Germany, and Italy in the Decade After World War II*. 4^a ed. Princeton: Princeton U. P., 1981.
- _____. The Politics of Inflation in the Twentieth Century. In: HIRSCH, Fred & GOLDTHORPE, John H. (eds.). *The Political Economy of Inflation*. Cambridge: Harvard U. P., 1978.
- MAINGUY, Yves. L’influence du comportement des groupes sociaux sur le développement d’une inflation. II – Une illustration: l’inflation continue en Grande-Bretagne. *Économie Appliquée*, p. 301-321, 1950.
- MAINWARING, Scott. Multipartyism, Robust Federalism, and Presidentialism in Brazil. In: MAINWARING, Scott & SHUGART, Matthew S. (eds.). Cambridge: Cambridge U. P., 1997.
- MANZETTI, Luigi. The Politics of Socioeconomic Change in Argentina (Review Essay). *Latin American Research Review*, v. 34, n. 3, p. 166-178, 1999.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- MARQUES-PEREIRA, Jaime. Cycle économique, politique monétaire et répartition. *Problèmes Économiques*, n. 2.871, p. 15-21, mar. 2005.
- _____. L’aléa moral de la souveraineté monétaire en Amérique Latine ou le voile du conflit distributif. *Cadernos Prolam/USP*, v. 2, n. 4, 2003. Disponível em: http://www.usp.br/prolam/downloads/cadernos04_2003-imp.pdf
- MARX, Karl. *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*. v. 1. 15^a ed. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 1987.
- _____. *As lutas de classes em França*. 2^a ed. Lisboa: Avante; Moscou: Progresso, 1984a.
- _____. *O 18 de brumário de Louis Bonaparte*. 2^a ed. Lisboa: Avante; Moscou: Progresso, 1984b.
- _____. *O Capital*. v. 1, t. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. England’s 17th Century Revolution. A Review of François Guizot’s 1850 pamphlet *Pourquoi la révolution d’Angleterre a-t-elle réussi?* Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1850/02/english-revolution.htm>

- MAXFIELD, Sylvia. *Governing Capital: International Finance and Mexican Politics*. Ithaca: Cornell U. P., 1990.
- MAY, Ann M. & GRANT, Randy R. Class Conflict, Corporate Power, and Macroeconomic Policy: The Impact of Inflation in the Postwar Period. *Journal of Economic Issues*, v. XXV, n. 2, p. 373-381, jun. 1991.
- McGUIRE, James W. Strikes in Argentina: Data Sources and Recent Trends. *Latin American Research Review*, v. 31, n. 3, p. 127-150, 1996.
- McNAMARA, Kathleen R. *The Currency of Ideas: Monetary Politics in the European Union*. Ithaca: Cornell U. P., 1998.
- MELLO, Fernando H. O crescimento agrícola brasileiro dos anos 80 e as perspectivas para os anos 90. *Revista de Economia Política*, v. 10, n. 3, p. 22-30, jul./set. 1990.
- MENDONÇA DE BARROS, Luiz C. Os desafios da macroeconomia brasileira. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo & MUSSI, Carlos. *Política para retomada do crescimento – reflexões de economistas brasileiros*. Brasília: IPEA : CEPAL, 2002.
- _____. A moeda indexada. *Economia e sociedade*, n. 2, p.3-24, ago. 1993.
- MERCADANTE, Aloizio. *Brasil: primeiro tempo, análise comparativa do governo Lula*. São Paulo: Planeta, 2006
- _____. Desafios da política econômica. In: OLIVA, Pedro M. (coord.). *Economia brasileira: perspectivas do desenvolvimento*. São Paulo: Centro Acadêmico Visconde de Cairu, 2005.
- _____. Entrevista. In: MANTEGA, Guido & REGO, José M (orgs). *Conversas com economistas brasileiros II*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- METIN, Kivilcim. An Integrated Analysis of Turkish Inflation. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*. v. 57, n. 4, p. 513-29, 1995.
- METZ, Helen C. *Turkey: A Country Study*. Washington: Library of Congress, 1995. Disponível em: <http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/trtoc.html>
- MINELLA, Ary C. Elites financeira, sistema financeiro e o governo FHC. In: RAMPINELLI, Waldir J. & _____. *No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã, 1997.
- MINUSHKIN, Susan. *Banqueros and Bolseros: Structural Change and Financial Market Liberalisation in Mexico*. *Journal of Latin American Studies*, v. 34, p. 915-944, 2002.
- MOLLO, Maria L. R. & SAAD FILHO, Alfredo. Reconhecimento social da moeda: observações sobre a inflação e a estabilização de preços no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 21, n. 2, p. 24-42, abr./jun. 2001.
- MOLLO, Maria L. R. & SILVA, Maria L. F. Inflação e conflito distributivo: um jogo de cartas marcadas. *Humanidades*, 14, p. 73-76, ago./out. 1987.
- MONDINO, Guillermo et al. Recurrente High Inflation and Stabilization: A Dynamic Game. *International Economic Review*, v. 37, n. 4, p. 981-996, nov. 1996.

- MONTEIRO, Jorge V. Economia & Política: instituições de estabilização econômica no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- MORAIS, Reginaldo. *Pacto Social: da negociação ao pacote*. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- NAKANO, Yoshiaki. Entrevista. In: MANTEGA, Guido & REGO, José M. . *Conversas com economistas brasileiros II*. São Paulo, Editora 34, 1999.
- NAKANO, Yoshiaki & TOKESHI, Hélcio. Hiperinflação na Argentina. In: REGO, José Márcio (org.). *Inflação e Hiperinflação: interpretações e retórica*. São Paulo: Bial, 1990.
- NAS, Tevfik F. & PERRY, Mark J. Inflation, Inflation Uncertainty, and Monetary Policy in Turkey: 1960-1998. *Contemporary Economic Policy*, v, 18, n. 2, p. 170-178, apr. 2000.
- NASSIF, André. a economia indiana no período 1950-2004 – da estagnação ao crescimento acelerado: lições para o Brasil? Rio de Janeiro: BNDES, 2006. (Texto para Discussão, 107). Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/td/td-107.pdf>
- NEIBURG, Frederico. Economistas e culturas econômicas no Brasil e na Argentina: notas para uma comparação a propósito das heterodoxias. *Tempo Social*, v. 16, n. 2, p. 177-202, nov. 2004.
- NICOLAU, Jairo. Disciplina partidária e base parlamentar na Câmara dos Deputados no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). *Dados*, v. 43 n.4, p. 709-735, 2000.
- NOBRE, Marcos & FREIRE, Vinícius T. Política difícil, estabilização imperfeita: os anos FHC. *Novos Estudos Cebrap*, n. 51, p. 123-147, jul. 1998.
- NOGUEIRA BATISTA JR, Paulo. O Brasil depois do Plano Real. *Economia aplicada*, v. 3, n. Especial, p. 95-107, mar. 1999.
- _____. O Plano Real à luz da experiência mexicana e argentina. *Estudos Avançados*, 28, p. 129-197, 1996a.
- _____. Entrevista. In: BIDERMAN, Ciro Biderman et al. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo, Editora 34, 1996b.
- _____. Hiperinflação, ajuste fiscal e regressão monetária. *Novos Estudos Cebrap*, n. 36, p. 147-160, jun. 1993.
- _____. Keynes e a estabilização do marco alemão nos anos 20. In: NOGUEIRA BATISTA JR, Paulo & BELLUZZO, Luiz G. (orgs.). *A luta pela sobrevivência da moeda nacional: ensaios em homenagem a Dilson Funaro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- NOVELLI, José Marcos N. *Instituições, política e idéias econômicas: o caso do Banco Central do Brasil (1965-1998)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.
- NOVELLI, José Marcos N. & GALVÃO, Andréia. The Political Economy of Neoliberalism in Brazil in the 1990s. *International Journal of Political Economy*, v. 31, n. 4, p. 3-52, Winter 2001-2.
- NOYOLA VÁSQUEZ, Juan F. Inflação e desenvolvimento econômico no Chile e no México. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record; São Paulo: Cofecon, 2000.

- O'CONNOR, James. *USA: a crise do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- OATLEY, Thomas. Why is Stabilization Sometimes Delayed? Reevaluating the Regime-Type Hypothesis. *Comparative Political Studies*, v. 37, n. 3, p. 286-312, apr. 2003.
- ONIS, Ziya. *The Political Economy of Turkey's Justice and Development Party*. 2004. Disponível em: http://home.ku.edu.tr/~zonis/ONIS_JDP_Rev.pdf
- _____. *Turgut Ozal and His Economic Legacy: Turkish Neo-Liberalism in Critical Perspective*. 2003?. Disponível em: <http://home.ku.edu.tr/~zonis/Onis-OzalPaper-FinalDraft.pdf>
- _____. *Argentine Crisis, IMF and the Limits of Neo-Liberal Globalization: A Comparative View from Turkey*. 2002b. Disponível em: <http://home.ku.edu.tr/~zonis/THELIMITSOFNEO.PDF>
- _____. *Post-War Development Performance of the Turkish Economy: A Political Economy Perspective*. 2002a. Disponível em: <http://home.ku.edu.tr/~zonis/fall2002/postwar.pdf>
- _____. *Business, Globalization and Democracy: A Comparative Analysis of Four Turkish Business Associations*. 2001. Disponível em: <http://home.ku.edu.tr/~zonis/association.PDF>
- _____. *Neoliberal Globalization and the Democracy Paradox: Interpreting the Turkish General Election of 1999*. 2000. Disponível em: <http://home.ku.edu.tr/~zonis/globalization.PDF>
- _____. The Evolution of Privatization in Turkey: The Institutional Context of Public-Enterprise Reform. *International Journal of Middle East Studies*. v. 23, n. 2, p. 163-176, may 1991a.
- _____. Privatization and the Logic of Coalition Building: A Comparative Analysis of State Divestiture in Turkey and the United Kingdom. *Comparative Political Studies*. v. 24, n. 2, p. 231-253, jul. 1991b.
- ONIS, Ziya & AYSAN, Ahmed F. *Neoliberal Globalisation, the Nation State and Financial Crises in the Semi-periphery: A Comparative Analysis*. 1999? Disponível em: <http://home.ku.edu.tr/~zonis/onis&aysan&makale.PDF>
- ONIS, Ziya & TUREM, Umut. *Entrepreneurs, Democracy and Citizenship in Turkey*. 2001. Disponível em: <http://home.ku.edu.tr/~zonis/EntDemCit.pdf>
- ÓNODY, Olivier. *A inflação brasileira (1820-1958)*. Rio de Janeiro: s/e., 1960.
- ORTEGA, Alberto Octavio Espejo. *O Plano de estabilização heterodoxo: a experiência comparada de Argentina, Brasil e Peru*. Rio de Janeiro: BNDES, 1989.
- OURIQUES, Nildo. A sedução revolucionária e o Plano Real. In: RAMPINELLI, Waldir J. & _____. *No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã, 1997.
- OZATAY, Fatih & SAK, Guven. *The 2000-2001 Financial Crisis in Turkey*. 2002. Disponível em: http://www.brookings.edu/dybdocroot/es/commentary/journals/trade/papers/200205_ozatay.pdf

- PAARLBERG, Don. *Na Analysis and History of Inflation*. Westport: Praeger, 1993.
- PALAT, Ravi A. 'Eyes Wide Shut': Reconceptualizing the Asian Crisis. *Review of International Political Economy*, v. 10, n. 2, p. 169-195, may 2003.
- PALDAM, Martin. Inflation and Political Instability in Eight Latin American Countries, 1946-83. *Public Choice*, v. 52, n. 2, p. 143-168, jan. 1987.
- PALERMO, Vicente. Melhorar para piorar? A dinâmica política das reformas estruturais e as raízes do colapso da convertibilidade. In: SALLUM Jr., Brasília (org.). *Brasil e Argentina hoje: política e economia*. Bauru: Edusc, 2004.
- _____. Mares agitados: interpretações sobre os processos políticos latino-americanos. Brasil e Argentina em perspectiva comparada. *Revista de Ciências Humanas*, n. 27, p. 83-101, abr. 2000.
- _____. Interpretações sobre os processos políticos latino-americanos. Brasil e Argentina em perspectiva comparada. *Revista de Ciências Humanas*, n. 26, p. 149-177, out. 1999.
- PANIC, M. The Origin of Increasing Inflationary Tendencies in Contemporary Society. In: HIRSCH, Fred & GOLDTHORPE, John H. (eds.). *The Political Economy of Inflation*. Cambridge: Harvard U. P., 1978.
- PARIKH, Kirit S. A Índia e o Brasil num mundo em vias de globalização: vários interesses comuns. In: GUIMARÃES, Samuel P. (org.). *Estratégias: Índia e Brasil*. Brasília: IPRI: Fundação Alexandre de Gusmão, 1997.
- PASTOR, Manuel. Mexican Trade Liberalization and Nafta. Review Essay. *Latin American Research Review*, v. 29, n. 3, p. 153-173, 1994.
- PASTOR, Manuel & WISE, Carol. State Policy, Distribution and Neoliberal Reform in Mexico. *Journal of Latin American Studies*, v. 29, 329-366, 1997.
- PASTOR JR. Manuel & WISE, Carol. Stabilization and its Discontents: Argentina's Economic Restructuring in the 1990s. *World Development*, v. 27, n. 3, p. 477-503, 1999.
- PASTORE, Affonso C. Inflação e experiências de estabilização no Brasil. In: VELLOSO, João P. R. *Combate à inflação e reforma fiscal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- PAULANI, Leda. Teoria da inflação inercial: um episódio singular na história da ciência econômica no Brasil. In: LOUREIRO, Maria R. (org.). *50 anos de ciência econômica no Brasil: pensamento, instituições e depoimentos*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. A questão da estabilização nos anos 80: um enfoque institucional. *Revista de Economia Política*, v. 14, n. 1, p. 18-27, jan./mar. 1994.
- _____. *Do conceito de dinheiro e do dinheiro como conceito*. 1991. Tese (Doutorado em Economia) – USP, São Paulo.
- PEDERSEN Jorgen. Explaining Economic Liberalization in India: State and Society Perspectives. *World Development*, v. 28, n. 2, p. 265-282, 2000.
- PEDERSEN, Jorgen. Salário e inflação. In: HAGUE, D. C. (org.). *Inflação*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1965.

- PEREZ, Reginaldo T. *O pensamento político de Roberto Campos*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- PETRECOLLA, Diego. Una medida alternativa de la pobreza en el Grand Buenos Aires: 1989-1994. *Desarrollo Económico*, v. 36, n. 141, p. 475-486, abr./jun. 1996.
- PIO, Carlos, *A construção política da economia de mercado no Brasil: estabilização e abertura comercial (1985-1995)*. 2001. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IUPERJ, Rio de Janeiro.
- POTHIER, John T. The Political Causes and Effects of Argentine Inflation. In: MEDLEY, Richard (ed.). *The Politics of Inflation: A Comparative Analysis*. New York: Pergamon Press, 1982.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- PRADO, Maria Clara R. M. *A real história do real: uma radiografia da moeda que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- PRADO, Sérgio R. R. *Intervenção estatal, privatização e fiscalidade: um estudo sobre a Constituição e a crise do setor produtivo estatal no Brasil e os processos de produção a nível mundial*. 1994. (Doutorado em Economia) – Unicamp, Campinas.
- PRATES, Daniela Magalhães. Investimentos de portfólio no mercado financeiro doméstico. In: *Abertura do sistema financeiro no Brasil nos anos 90*. São Paulo: Fundap; Fapesp; Brasília: IPEA, 1999.
- PREBISCH, Raúl. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968.
- RACINE, Jean-Luc. A Índia no cenário político internacional emergente: percepções, preocupações e expectativas. In: GUIMARÃES, Samuel P. (org.). *Estratégias: Índia e Brasil*. Brasília: IPRI: Fundação Alexandre de Gusmão, 1997.
- RAKSHIT, Mihir. *Some Macroeconomics of India's Reforms Experience. An Outline*. Disponível em: <http://www.arts.cornell.edu/econ/indiaconf/Rakshit%20outline.pdf>
- RANGEL, Ignácio. *A Inflação brasileira*. 5ª ed., São Paulo: Bial, 1986.
- REIS, Bruno P. W. Conflito distributivo em sociedades pretorianas: uma interpretação teórica da inflação brasileira. *Nova Economia*, v. 4, n. 1, p. 107-129, nov. 1994.
- RESENDE-SANTOS, João. Fernando Henrique Cardoso: Social and Institutional Rebuilding in Brazil. In: DOMÍNGUEZ, Jorge I. (ed.). *Technopols: Freeing Politics and Markets in Latin America in the 1990s*. University Park: The Pennsylvania State U. P., 1997.
- REZENDE, Gervásio C. Agricultura e ajuste externo: novas considerações. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 19, n. 3, p. 553-578, dez. 1989.
- RICHARDS, Donald. Inflation, Unemployment and Distributional Conflict in Argentina, 1984-90. *The Journal of Development Studies*, v. 34, n. 2, p. 156-172, dec. 1997.
- RIVLIN, Paul. Two Middle Eastern Inflations: Israel and Turkey, 1980-2001. *British Journal of Middle Eastern Studies*. v. 30, n. 2, p. 211-35, nov. 2003.

- RIZEK, Cibele. A greve dos petroleiros. *Praga*, n. 6, p. 97-105, 1998.
- RO, Sung-Tae. Korean Monetary Policy. In: VVAA. *Macroeconomic Policy and Adjustment in Korea, 1970-1990*. Cambridge: Harvard U. P., 1994.
- RODRIGUES, Alberto Tosi. *Brasil de Fernando a Fernando: neoliberalismo, corrupção e protesto na política brasileira de 1989 a 1994*. Ijuí: Editora Unijuí, 2000.
- RODRIK, Dani. Globalisation, Social Conflict and Economic Growth. *The World Economy*, v. 21, n. 2, p. 143-158, mar. 1998.
- _____. *Premature Liberalization, Incomplete Stabilization: The Ozal Decade in Turkey*. Cambridge: NBER, 1990. (NBER Working Papers Series, 3300). Disponível em: <http://papers.nber.org/papers/w3300.v5.pdf>
- ROGOFF, Kenneth S. Disinflation: An Unsung Benefit of Globalization? *Finance & Development*, p. 54-55, dec. 2003.
- ROGOWSKI, Ronald. *Commerce and Coalitions. How trade affects domestic political alignments*. Princeton: Princeton U. P., 1989.
- ROS, Jaime. Inflação e estabilização da economia mexicana. In: VVAA. *O Plano Real e outras experiências internacionais de estabilização*. Brasília: IPEA: Cepal, 1997.
- ROSENBERG, Sam & WEISSKOPF, Thomas E. A Conflict Theory Approach to Inflation in the Postwar U. S. Economy. *American Economic Review*, v. 71, n. 2, p. 42-47, may 1981.
- ROWTHORN, Bob. *Capitalismo, conflito e inflação: ensaios de Economia Política*, Zahar: Rio de Janeiro, 1982.
- RUDOLPH, Lloyd I. & RUDOLPH, Susanne H. Liberalização de grandes economias: comparando o Brasil com a Índia. In: GUIMARÃES, Samuel P. (org.). *Estratégias: Índia e Brasil*. Brasília: IPRI: Fundação Alexandre de Gusmão, 1997.
- RUEFF, Jacques. *L'âge de l'inflation*. Paris: Payot, 1963.
- SÁ, William Ricardo de. *Jogos inflacionários e jogos de estabilização: uma economia política do combate à inflação alta e crônica*. Rio de Janeiro: Revan; Iuperj, 1998.
- SAAD FILHO, Alfredo. The Political Economy of Neoliberalism in Latin America. In: SAAD FILHO, Alfredo & JOHNSTON, Deborah (eds.) *Neoliberalism. A Critical Reader*. London: Pluto Press, 2005.
- _____. Teorias radicais da inflação: uma análise crítica. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 5, p. 61-85, dez. 1999.
- SACHS, Jeffrey D. *Social Conflict and Populist Policies in Latin América*. Cambridge: NBER, 1989. (NBER Working Papers Series, 2897). Disponível em: <http://papers.nber.org/papers/w2897.v5.pdf>
- SADER, Emir. Poder, Estado e hegemonia. In: VVAA. *O Brasil do real*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- SALAMA, Pierre & VALIER, Jacques. *A economia em decomposição: ensaios sobre a hiperinflação*. São Paulo: Nobel, 1992.

- SALANT, Walter S. Comentários sobre os trabalhos. In: MEISELMAN, David I. & LAFFER, Arthur B. (orgs.). *O fenômeno da inflação mundial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- SALLUM Jr., Brasília. Crise, democratização e liberalização no Brasil. In: _____. (org.). *Brasil e Argentina hoje: política e economia*. Bauru: Edusc, 2004.
- _____. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo, *Tempo Social*, v. 11, n. 2, p. 23-47, out. 1999.
- _____. *Labirintos. Dos gerais à Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SAPAT, Alka. Privatization Strategies Adopted for Public Sector Reform in India: Determinants and Constraints. In: LIOU, Kuotsai T. (ed.). *Administrative Reform and National Economic Development*. Aldershot: Ashgate Publishing Ltd, 2000.
- SARDENBERG, Carlos Alberto. *Aventura e agonia: nos bastidores do Cruzado*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- SAVADA, Andrea M. SHAW, William. *South Korea: A Country Study*. Washington: Library of Congress, 1990. Disponível em: <http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/krtoc.html>
- SAYAD, João. Entrevista. In: MANTEGA, Guido & REGO, José M. (orgs.). *Conversas com economistas brasileiros II*. São Paulo: Editora 34, 1999a.
- _____. A política cambial do Plano Real. v. 3, n. Especial, p. 47-59, mar. 1999b.
- SCHELKLE, Waltraud. *Constitution and Erosion of a Monetary Economy: Problems of India's Development since Independence*. Ilford: Frank Cass, 1994.
- SERRA, José. Entrevista. In: MANTEGA, Guido & REGO, José M. . *Conversas com economistas brasileiros II*. São Paulo, Editora 34, 1999.
- _____. O Plano e o déficit. In: DE FARO, Clóvis (org.). *Plano Collor: avaliações e perspectivas*. Rio de Janeiro: LTC, 1990.
- SERRA, José & FRANCO, Gustavo. Análise econômica do novo plano de estabilização. In: DE FARO, Clóvis (org.). *A economia pós-Plano Collor II*. Rio de Janeiro: LTC, 1991.
- SHIHAI, Sun. Estratégia de desenvolvimento e desempenho econômico na Índia. In: GUIMARÃES, Samuel P. (org.). *Estratégias: Índia e Brasil*. Brasília: IPRI: Fundação Alexandre de Gusmão, 1997.
- SHIN, Gi-Wook & HYTREK, Gary. Social Conflict and Regime Formation. A Comparative Study of South Korea and Costa Rica. *International Sociology*, v. 17, n. 4, p. 459-480, dec. 2002.
- SIMONSEN, Mário H. *30 anos de indexação*. Rio de Janeiro: FGV, 1995.
- _____. A inflação e o pensamento econômico brasileiro. In: VELLOSO, João P. R. *Brasil: agenda para sair da crise – inflação e déficit público*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.
- _____. *Novos aspectos da inflação brasileira*. São Paulo: ANPES, 1970a. (Estudos Anpes, 19).

- _____. *Inflação: gradualismo x tratamento de choque*. Rio de Janeiro: APEC, 1970b.
- _____. *A experiência inflacionária no Brasil*. Rio de Janeiro, IPES, 1964.
- SINGER, Paul. A raiz do desmonte social: a política econômica de FHC, In: LESBAUPIN, Ivo (org.). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. O Plano Real: continuidade e ruptura. In: MERCADENTE, Aloizio (org.). *Brasil pós-Real: a política econômica em debate*. Campinas: UNICAMP/IE, 1997.
- _____. Crise inflacionária em países com inflação crônica. In: VELLOSO, João P. R. *Brasil: agenda para sair da crise – inflação e déficit público*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.
- _____. *O dia da lagarta: democratização e conflito distributivo no Brasil do cruzado*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SKOTT, Peter. Conflict, inflation and the distribution of income. *European Journal of Political Economy*, v. 8, n. 4, p. 521-525, dec. 1992.
- _____. Effective Demand, Class Struggle and Cyclical Growth. *International Economic Review*, v. 30. n. 1, p. 231-247, feb. 1989.
- SMITH, Michael R. *Power, Norms, and Inflation. A Skeptical Treatment*. New York: Aldine de Gruyter, 1992.
- SMITH, William C. Estado, mercado e neoliberalismo na Argentina pós-transição: a experiência Menem. In: SOLA, Lourdes (org.). *Estado, mercado e democracia: política e economia comparadas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- SOARES, Gláucio A. D. Programas de estabilización y presidencialismo imperial: Argentina, Brasil y Perú. *Estudios Sociológicos*, v. XVIII, n. 1, p. 3-23, ene./abr. 2000.
- SOLA, Lourdes. Estado, regime fiscal e ordem monetária: qual Estado?. In: SOLA, Lourdes & PAULANI, Leda M. (orgs.). *Lições da década de 80*. São Paulo: Edusp; Genebra: UNRISD, 1995.
- _____. Estado, transformação econômica e democratização no Brasil. In: _____. (org.). *Estado, mercado e democracia: política e economia comparadas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- SOLA, Lourdes et al. Central banking, democratic governance and political authority: the case of Brazil in a regional perspective. *Revista de Economia Política*, v. 18, n. 2, p. 106-131, abr./jun. 1998.
- SOLA, Lourdes & KUGELMAS, Eduardo. Statecraft, instabilidade econômica e incerteza política: o Brasil em perspectiva comparada. In: DINIZ, Eli (org.). *O desafio da democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1996.
- SOLNIK, Alex. *Os pais do Cruzado contam por que não deu certo*. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- SORJ, Bernarndo. Fernando Henrique Cardoso, o sociólogo e o político. In: _____. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo. Da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

- SOUZA, Amaury. Cardoso and the Struggle for Reform in Brazil. *Journal of Democracy*, v. 10, n. 3, p. 49-63, jul. 1999.
- SOUZA, Jessé. Introdução: A crítica do mundo moderno em Georg Simmel. In: SOUZA, Jessé & ÖELZE, Berthold (orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora da UnB, 1998.
- STALLINGS, Barbara. International Influence on Economic Policy: Debt, Stabilization and Structural Reform. In: HAGGARD, Stephen & KAUFMAN, Robert (eds.). *The Politics of Economic Adjustment*. Princeton: Princeton U. P., 1992.
- STALLINGS, Bárbara & PERES, Wilson. *Crescimento, emprego e equidade: o impacto das reformas econômicas na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- STARR, Pamela K. Government Coalitions and the Viability of Currency Boards: Argentina under the Cavallo Plan. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 39, n. 2, p. 83-133, Summer 1997.
- STEIN, Herbert. A política da inflação. In: MEISELMAN, David I. & LAFFER, Arthur B. (orgs.). *O fenômeno da inflação mundial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- SUH, Sang-Mok. The Economy in Historical Perspective. In: CORBO, Vittorio & SUH, Sang-Mok (ed.). *Structural Adjustment in a Newly Industrialized Country: The Korean Experience*. Baltimore: Johns Hopkins U. P., 1992.
- SUNKEL, Osvaldo, La inflación chillena: um enfoque heterodoxo. In: VVAA. *Inflación y estructura económica*. Buenos Aires: Paidós, 1973.
- TAVARES, Maria da C.. A economia política do real. In: MERCADENTE, Aloizio (org.). *Brasil pós-Real: a política econômica em debate*. Campinas: UNICAMP/IE, 1998a.
- _____. Queremos ser uma nação democrática e multirracial. In: MINEIRO, Adhemar dos Santos et al (orgs.). *Visões da crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998b.
- _____. A retomada da hegemonia norte-americana In: _____. & FIORI, José Luís (org). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. Entrevista. In: BIDERMAN, Ciro Biderman et al. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo, Editora 34, 1996.
- TAVARES, Maria da C. & BELLUZZO, Luiz G. . Desenvolvimento no Brasil – relembrando um velho tema. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo & MUSSI, Ricardo. *Políticas para a retomada do crescimento – reflexões de economistas brasileiros*. Brasília: IPEA : CEPAL, 2002.
- _____. Uma reflexão sobre a natureza da inflação contemporânea. In: REGO, José Márcio (org.). *Inflação inercial, teorias sobre inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- THACKER, Strom C. NAFTA Coalitions and the Political Viability of Neoliberalism in Mexico. *Journal of Interamerican Studies*, v. 41, n. 2, p. 57-89, Summer 1999.
- THE ANNALS. Social Effects of Inflation. *American Academy of Political and Social Science*. v. 456, p. 1-152, jul. 1981.

- THELEN, Kathleen. Historical Institutionalism in Comparative Politics. *Annual Review of Political Science*, n. 2, p. 369-404, 1999.
- THÉRET, Bruno. Hyperinflation de producteurs et hyperinflation de rentiers : le cas du Brésil. *Tiers Monde*, t. XXXIV, n. 133, p. 37-67, jan./mar. 1993.
- TOBIN, James. Diagnosing Inflation: A Taxonomy. In: FLANDERS, M. J. & RAZIN, Assaf (ed.). *Development in an Inflationary World*. New York: Academic Press, 1981.
- _____. Inflation and Unemployment. *The American Economic Review*, v. 62, n. 1/2, p. 1-18, p. 1972.
- TOLIPAN, Ricardo & TINELLI, Arthur C. *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- TREISMAN, Daniel. Cardoso, Menem and Machiavelli: Political Tactics and Privatization in Latin America. *Studies in Comparative International Development*, v. 38, n. 3, p. 93-109, Fall 2003.
- _____. Stabilization Tactics in Latin America: Menem, Cardoso, and the Politics of Low Inflation. April 2002. Disponível em: <http://www.polisci.ucla.edu/faculty/treisman/pages/mainpage.html>
- _____. Fighting Inflation in a Transitional Regime: Russia's Anomalous Stabilization. *World Politics*, v. 50, n. 2, p. 235-265, jan. 1998.
- TRÓPIA, Patrícia V. A adesão da Força Sindical ao neoliberalismo. *Idéias*, ano 9, v. 1, p. 155-202, 2002.
- VELLOSO, João P. R. *Hiperinflação, crescimento e reformas: as opções do novo governo*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- VVAA. *FMI X Brasil: a armadilha da recessão*. São Paulo: Gazeta Mercantil, 1983.
- VVAA. *Problemas econômicos brasileiros (inflação)*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1980.
- VVAA. *Inflação brasileira*. Brasília: Senado Federal, 1977.
- VVAA. *Inflação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, [19?].
- WHITEHEAD, Laurence. The Political Causes of Inflation. *Political Studies*, v. 27, n. 4, p. 564-577, oct. 1979.
- WHITEHEAD, Laurence & THORP, Rosemary. Una perspectiva comparativa. In: _____. *Inflación y estabilización en América Latina*. México D.F.: Fondo, 1984.
- WILLIANSO, John (ed.). *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?* Washington: Institute for International Economics, 1990.
- WOODRUFF, Christopher. Inflation Stabilization and the Vanishing Size-Wage Effect. *Industrial and Labor Review*, v. 53, n. 1, p. 103-122, oct. 1999.
- YELDAN, Erinc. *IMF Strangulation, Tightening Debt Trap, and Lopsided Recovery*. 2004. Disponível em: http://www.bilknet.edu.tr/~yeldane/Turkey_June2004.pdf

- _____. *On the IMF-Directed Disinflation Program in Turkey: A Program for Stabilization and Austerity or a Recipe for Impoverishment and Financial Chaos?*. 2001. Disponível em: <http://www.econturk.org/Turkisheconomy/TurkCrisis.pdf>
- _____. Surplus Creation and Extraction Under Structural Adjustment: Turkey, 1980-1992. *Review of Radical Political Economics*. v. 27, n. 2, p. 38-72, jun. 1995.
- _____. Conflicting Interests and Structural Inflation: Turkey, 1980-90. *The Pakistan Development Review*, v. 32, n. 3, p. 303-327, 1993.
- YENTURK, Nurhan. Short-Term Capital Inflows and Their Impact on Macroeconomic Structure: Turkey in the 1990s. *The Developing Economies*, v. XXXVII, n. 1, p. 89-113, mar. 1999.
- YILMAZ, Kamil. *Political Elites and the Delay in Stabilization*. 2001. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=280891
- YOO, Seong M. Evolution of Government-Business Interface in Korea: Progress to Date and Reform Agenda Ahead. In: CHO, Lee-Jay et al (eds.). *Restructuring the National Economy*. Seoul: KDI, 2001.
- YOON, Bong J. Labor Militancy in South Korea. *Asian Economic Journal*, v. 19, n. 2, p. 205-230, 2005.
- YOU, Jong-Il & LEE, Ju-Ho. *Economic and Social Consequences of Globalization: The Case of South Korea*. 2000. Disponível em: <http://www.newschool.edu/cepa/publications/workingpapers/archive/cepa0117.pdf>

Documentos oficiais, publicações de instituições e artigos publicados da grande imprensa

- A FORÇA de um plano negociado. *Gazeta Mercantil*, 26 fev. 1994 (Editorial).
- A INFLAÇÃO NO ANO QUE PASSOU. *Gazeta Mercantil*, 30 dez. 1997 (Editorial).
- A INFLAÇÃO PERDE IMPULSO. *O Estado de S. Paulo*, 19 mar. 1999 (Editorial).
- A INFLAÇÃO QUE NOS HUMILHA. *Gazeta Mercantil*, 13 jan. 1993 (Editorial).
- A MEGERA domada. *Correio Braziliense*, 8 jan. 1998.
- A MELHOR HERANÇA. *Jornal do Brasil*, 1º jul. 1999.
- A SURPRESA do segundo melhor Natal do Real. Vendas e faturamento superam 97 entre 5% e 20%. *Gazeta Mercantil*, 23 dez. 1998.
- A VELHA SENHORA. *Jornal do Brasil*, 5 fev. 1999 (Editorial).
- ABBOTT, Maria L. Fischer dispara elogios ao Brasil. FMI prevê maior expansão da atividade e índices de inflação sob controle. *Valor Econômico*, 25 set. 2000.

- ABBOTT, Maria L. & PASSOS, José M. Camdessus admite possibilidade de ajuste na política cambial adotada pelo Brasil. FMI cogita acelerar desvalorização. Governo descarta mudança. *O Globo*, 5 out. 1998.
- ABRANCHES, Sérgio. O real na verdade. *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais!, 3 de julho de 1994b.
- ABREU, José Carlos. M. “Inflação se vence com vontade política”. *O Estado de S. Paulo*, 27 jun. 1993.
- ABRUCIO JR., Milton. PT sobe o tom das críticas ao Real. Economistas do partido prevêm problemas em 95. *Jornal do Brasil*, 2 jul. 1994.
- ‘ACORDO FORTALECE OS EUA’, afirma Clinton. Presidente diz que país age para proteger a prosperidade e o emprego dos americanos. *Folha de S. Paulo*, 14 nov. 1998.
- ACORDO RESULTARÁ em cortes na produção industrial. Empresários prevêm que 1999 será “um ano duríssimo” para a economia nacional, porém é “uma oportunidade única de consertar o País”. Principais preocupações são aumento do custo do dinheiro, elevação da carga tributária e o desemprego *Gazeta Mercantil*, 9 out. 1998.
- ADVERTÊNCIA da vitória. *Gazeta Mercantil*, 29 set. 1994 (Editorial).
- AFRONTANDO a lei. *Folha de S. Paulo*, 16 maio 1995.
- AGORA, o ajuste fiscal é para valer. *Gazeta Mercantil*, 29 out. 1998 (Editorial).
- AGUIAR, Isabel. de. Moreira Ferreira promete guerra contra o Estado. Presidente da Fiesp acha que importações colocam em risco indústrias de vários setores. *O Estado de S. Paulo*, 7 out. 1995.
- _____. Para empresários, mudança não afeta plano. Ciro Gomes é visto como um político competente, sério e sensível às questões sociais. *O Estado de S. Paulo*, 6 set. 1994.
- AGUIAR, Isabel. de & NEUMANN, Denise. Fiesp mantém apoio ao plano. Apesar das declarações do ministro Ciro Gomes sobre possível complô do meio empresarial paulista contra o real. *Jornal da Tarde*, 1º nov. 1994.
- AITH, Márcio. Inflação atenua dívida de FHC, diz Mussa. Ex-diretor do FMI aponta irresponsabilidade fiscal no primeiro mandato de FHC e isenta candidatos de culpa pela crise. *Folha de S. Paulo*, 18 ago. 2002.
- ALABY, Michel A. O Plano Real e a política de comércio exterior. *O Estado de S. Paulo*, 26 set. 1994.
- ALBERTO JR., Carlos. Maior lucro com cartões de crédito. *Gazeta Mercantil*, 10 out. 1994.
- ALMEIDA, Cássia. Inflação engole ganhos do Real. Renda dos trabalhadores chegará ao fim deste ano no pior nível desde 1994. *O Globo*, 17 nov. 2002.
- ALTA de juros para conter inflação. É a proposta de técnicos do Ministério da Fazenda. Mas Eliseu não acredita na aceleração dos índices. *Jornal da Tarde*, 18 maio 1993.
- ALVES, Cristina. Real provoca euforia nos estrangeiros. Mercado financeiro deverá receber em julho US\$ 100 milhões diários. *Jornal do Brasil*, 26 jun. 1994.

- APPY, Robert. Camdessus acha que Brasil tem futuro brilhante. Diretor-gerente do FMI diz que País precisa agora consolidar ganhos que obteve com Real. *O Estado de S. Paulo*, 7 out. 1994.
- APROVAÇÃO de FHC despenca para 30%. Real é considerado bom para o país por 69%. *Folha de S. Paulo*, 30 jun. 1996.
- ARARIPE, Flaminio. D. Aloísio diz que Real não é eleitoreiro. Cardeal de Fortaleza assegura que plano foi feito “para resolver a situação do país”. *Jornal do Brasil*, 8 set. 1994.
- AS CÂMARAS setoriais e o pacto social. *Gazeta Mercantil*, 30 abr. 1993.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DO MERCADO ABERTO (ANDIMA). *Inflação*. Rio de Janeiro: São Paulo, [199-?].
- ATAQUE à inflação começa logo. Fernando Henrique chega dos EUA e promete deflagrar medidas, doa a quem doer. *Jornal do Brasil*, 3 out. 1993.
- ATÉ o FMI editorial da *Folha de S. Paulo*, 11 fev. 1993 (Editorial).
- BACHA: “IPC-r foi grande erro”. Assessor diz que a adoção desse índice foi o preço que se pagou pela democracia. *Jornal da Tarde*, 3 set. 1994.
- BALTAZAR, Ana et al. FMI: erros do Brasil levaram à crise. *O Globo*, 20 mar. 1999.
- BALTHAZAR, Ricardo et al. Lula e Serra apóiam o acordo, Ciro e Garotinho criticam. Candidato petista diz que vai trabalhar para reduzir exigência de superávit primário se for eleito. *Valor Econômico*, 9 ago. 2002.
- BARCELLOS, Marta. Ganho obtido pela classe média com o Plano Real já começa a desaparecer. Quem tem renda mensal acima de R\$ 1.600 acumulou até março perda de 6%. *O Globo*, 9 jun. 1996.
- BARELLI quer ministro da ‘contra-inflação’. *Folha de S. Paulo*, 8 maio 1993.
- BARROS, Guilherme. Fábrica de lucros. Despesas financeiras subiram de 3,5% para 35% do faturamento das companhias durante o governo FHC. Bancos engolem a receita de empresas do setor produtivo. *Folha de S. Paulo*, 30 mar. 2003.
- _____. Malan só pensa em arrecadar, diz a Fiesp. *Folha de S. Paulo*, 29 out. 2000.
- BELLUZZO, Luiz G. Repercussão. *Folha de S. Paulo*, 8 ago. 2002.
- BETING, Joelmir. A volta da moeda. *O Estado de S. Paulo*, 1º jul. 1994.
- BITTENCOURT, Ângela. Banqueiros esperam coesão da nova equipe na condução da economia. *Gazeta Mercantil*, 21 maio 1993.
- BITTENCOURT, Getúlio. Analistas financeiros apóiam a nova política cambial do Brasil. *Gazeta Mercantil*, 7 mar. 1995.
- _____. Cautela e boa vontade nos EUA. *Gazeta Mercantil*, 15 jun. 1993.
- _____. Haddad descarta mais uma vez os planos heterodoxos. *Gazeta Mercantil*, 9 fev. 1993.
- _____. Negociação informal já teve início; Haddad mostra resumo do plano para FMI. *Gazeta Mercantil*, 11 fev. 1993.

- _____. Otimismo prevalece em análises sobre Brasil. *Gazeta Mercantil*, 25 fev. 1994.
- _____. Primeiros sinais de reabertura do crédito externo. Grande banco convida Bradesco a fazer emissão. *Gazeta Mercantil*, 10 nov. 1998.
- BORTOT, Ivanir J. FHC admite o estudo de medidas contra a inflação. Ministro diz que providências serão “pontuais” e volta a negar choque. *Folha de S. Paulo*, 5 ago. 1993.
- _____. “O ajuste fiscal é insuficiente”. Diretor do FMI afirma que o governo precisa reduzir seus gastos e diminuir os impostos. *Gazeta Mercantil*, 3 set. 1996.
- _____. Plano Real exige ajuste fiscal, diz FMI. Ainda em 96, o fundo apontou a necessidade de um superávit primário superior a 2,5% do PIB para segurar o crescimento da dívida líquida. *Gazeta Mercantil*, 19 mar. 1997.
- BRAGA, Israel. CNI propõe mexer em câmbio se ajuste falhar. Documento entregue a FHC pede que haja mudança na política cambial se País não crescer. *O Estado de S. Paulo*, 16 dez. 1998.
- BRANDÃO, Lázaro. O Plano Real e o sistema financeiro. *O Estado de S. Paulo*, 2 jul. 1998.
- BRANDÃO JR., Nilson. Desemprego diminui os conflitos trabalhistas. *Gazeta Mercantil*, 22 jul. 1996.
- BRASIL. Exposição de motivos interministerial 205, de 30 de junho de 1994.
- BRASIL. Exposição de motivos n° 395, de 7 de dezembro de 1993.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. *Balanço do Real: vinte e quatro meses*. Brasília, 1996.
- _____. *Balanço do Real: doze meses*. Brasília, 1995a.
- _____. Esclarecimento sobre medidas recentes do governo na área econômica, 1995b (Reproduzido na *Gazeta Mercantil*, 7 mar. 1995).
- BRASIL não executa programas e FMI pode ser duro com o País. *Gazeta Mercantil*, 26 abr. 1993.
- CAIR na real. *Folha de S. Paulo*, 1° jul. 1994 (Editorial).
- CALDAS, Suely. Lula, Ciro e o FMI. Candidatos não podem deixar o Brasil virar uma Argentina esperando um acordo que não vem. *O Estado de S. Paulo*, 28 jul. 2002.
- CAMARGO, Roberto. Grupo da Fiesp critica membros da equipe econômica. Para empresários, “insensibilidade acadêmica” causa danos à economia. *O Estado de S. Paulo*, 24 nov. 1994.
- CAMBA, Daniele. Moratória de Minas Gerais causa queda dos “bradies”. C-Bond caiu até 58 centavos por dólar e as vendas aumentaram. *Gazeta Mercantil*, 8 jan. 1999.
- CAMDESSUS elogia o Plano Real. *Gazeta Mercantil*, 19 jul. 1994.
- CAMPOS, Roberto. Esgotamento de modelos. 13 dez. 1998. Disponível em: http://pensadoresbrasileiros.home.comcast.net/RobertoCampos/esgotamento_de_modelos.htm

- CANZIAN, Fernando. Pai do 'Consenso' endossa real. O economista John Williamson, que chega hoje ao Brasil, diz que o Plano e FHC são 'consistentes'. *Folha de S. Paulo*, 7 ago. 1994.
- CARDOSO AVISA Congresso que não tem pressa. *Correio Braziliense*, 2 mar. 1994.
- CARDOSO, Fátima. Agricultura vira uma das âncoras do plano. *O Estado de S. Paulo*, 30 jun. 1995.
- CARDOSO, Fernando H. Apresentação. In: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *Brasil 1994-2002: a era do Real*. Brasília: 2002.
- _____. Apresentação. In: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *5 anos do Real: estabilidade e desenvolvimento*. Brasília: 1999.
- _____. Discurso de despedida. *Anais do Senado Federal*. v. 18, n. 21, p. 9185-9195, 1994.
- _____. Discurso de posse no Ministério da Fazenda. *Gazeta Mercantil*, 22 maio 1993.
- _____. Pronunciamento. *Gazeta Mercantil*? 28 out. 1998.
- CARDOSO NÃO vê razão para juros especulativos. *Gazeta Mercantil*, 21 maio 1993.
- CASADO, José. O candidato que "demitiu" o presidente do comando da Fazenda. *Gazeta Mercantil*, 15 jun. 1993.
- CASTRO, Antônio B. de. O Plano Real e as empresas. *O Estado de S. Paulo*, 6 abr. 1996.
- _____. Plano Real caminha para o seu fim. *O Estado de S. Paulo*, 23 abr. 1995.
- CATANHEDE, Eliane. Inflação baixa custa desemprego, diz Malan. *Folha de S. Paulo*, 10 ago. 1997.
- _____. Nova moeda provocou divisão no PT. *Gazeta Mercantil*, 3 jul. 1995.
- CENTRAL BANK OF THE REPUBLIC OF TURKEY (CBRT). *The Impact of Globalization on the Turkish Economy*. Ankara: 2002. Disponível em: <http://www.tcmb.gov.tr/yeni/evds/yayin/kitaplar/global.pdf>
- CENTRAIS CRITICAM aumento de 5% em impostos. *Folha de S. Paulo*, 8 dez. 1993.
- CENTRAIS SINDICAIS se unem por conversão pelo pico. *O Globo*, 5 mar. 1994.
- CINTRA, Luiz A. Sindicalistas buscam se adaptar à era do real. Para Vicentinho, reivindicações devem incluir novos temas. *Folha de S. Paulo*, 15 jan. 1995.
- CIRO afirma que está 'pouco ligando' para apoio da Fiesp. Ministro volta a chamar de 'otário' quem paga água e de 'ladrão' quem cobra. *Folha de S. Paulo*, 3 nov. 1994.
- CNI: INFLAÇÃO NÃO INIBE INDÚSTRIA. *Jornal de Brasília*, 30 set. 1993.
- COFAP anuncia demissão de 550 funcionários. *Folha de S. Paulo*, 25 ago. 1995.
- COLLOR DE MELO, Fernando. Discurso de Posse. *Anais do Congresso Nacional*. v. 13, n. 1, p. 302-06, 15 fev. 28 mar. 1990.
- COM OS PÉS no Chão. *Jornal do Brasil*, 1º jul. 1994 (Editorial).
- COMBATE À INFLAÇÃO É PRIORIDADE CONCLUI BIRD. *Folha de S. Paulo*, 20 nov. 1993.

- COMBATE À INFLAÇÃO. EMPRESÁRIOS QUEREM CONTRIBUIR. *Jornal da Tarde*, 31 ago. 1993.
- COMBATE À INFLAÇÃO SEM SOBRESSALTOS. *Gazeta Mercantil*, 12 mar. 1993 (Editorial).
- CONCORRÊNCIA acelera corte de preços e de lucros. Avanço das importações e disputa por mercado obrigam empresas a dieta de custos. *O Estado de S. Paulo*, 1º jul. 1996.
- CONDE, Carlos. Fiesp perplexa. *Correio Braziliense*, 22 maio 1994.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *Rumo à estabilidade e ao crescimento*. Brasília: CNI, 1992.
- CONGRESSO ABRE caminho para o ajuste fiscal. Parlamento retoma votação da reforma da Previdência e derruba destaque da oposição, que impedia criação de fundos de pensão. *Gazeta Mercantil*, 5 nov. 1998.
- CONGRESSO COLABORA PARA O AJUSTE. *Gazeta Mercantil*, 21 nov. 1998.
- CONGRESSO E SINDICATOS preparam reação. *Folha de S. Paulo*, 1º mar. 1994
- BORTOT, Ivanir J. & SOUZA, Josias de. Ministro diz que plano não será negociado. *Folha de S. Paulo*, 1º mar. 1994.
- CONSOLIDAÇÃO do plano depende de reformas. Para empresários e economistas, o ajuste fiscal e a redução da dependência externa estão nas mãos do Congresso. *Gazeta Mercantil*, 30 jun. 1997.
- CORDEIRO, Andréa. Hora de recuperar as perdas salariais. Centrais Sindicais prometem fazer mais reivindicações este ano. Trabalhadores querem garantir ganho maior, negociando participação no lucro das empresas. *Correio Braziliense*, 7 dez. 2000.
- CORREA, Maurício. Malan: “Não vamos iludir o povo”. O ministro da Fazenda reafirma a prioridade do governo de manter a inflação sob controle. *Gazeta Mercantil*, 3 set. 1996.
- CORTE de verba para 94 desagrada militares. Reunião com área econômica termina em clima tenso; Ivan Serpa, da Marinha, diz que não concorda com proposta *Folha de S. Paulo*, 8 dez. 1993.
- CRESCE DESAPROVAÇÃO entre os mais pobres. *Folha de S. Paulo*, 11 jun. 1997.
- CRISE ABALA a confiança no Plano Real. *Jornal de Brasília*, 4 fev. 1998.
- CRISE CAMBIAL ainda é ameaça. *Jornal de Brasília*, 1º jul. 1995.
- CRISE ESVAZIA carrinhos de compras. Plano trouxe ao mercado 13 milhões de consumidores, que após a crise passaram a comprar só alimento e produto de limpeza. *Folha de S. Paulo*, 27 jun. 1999.
- CRISTINA, Lea. Economistas: combate à inflação foi relegado. *O Globo*, 27 abr. 1993.
- CULTURA INFLACIONÁRIA. *Folha de S. Paulo*, 16 mar. 1999 (Editorial).
- CUNHA, Luiz R. A. Inflação baixa, a aposta necessária. Estabilidade é um ativo que a sociedade precisa preservar, mesmo à custa de um crescimento menor em 1998. *O Estado de S. Paulo*, 28 dez. 1997.

- CUT DESISTE da moderação e deixa de apostar num diálogo com Governo FH. Para diretor da central, Governo não quer negociar com oposição. Encontro amistoso de FH com Força Sindical, anteontem, também irritou cutistas. *O Globo*, 15 mar. 1997.
- CUT INICIA campanha contra o Plano Real dia 29. *Jornal de Brasília*, 17 jun. 1994.
- CUT REALIZA pequenos protestos contra Plano Real. *Folha de S. Paulo*, 30 jun. 1994.
- CUT VAI lutar contra proposta no Congresso. *O Estado de S. Paulo*, 8 dez. 1993.
- DAMASCO, Maria A. Real preocupa empresários. Há impaciência com a lentidão das reformas e temor de alta da inflação. *Gazeta Mercantil*, 26 abr. 1995.
- D'AMORIM, Sheila et al. Discursos de palanque na comemoração do Real. FHC reclama do Judiciário e do Congresso e garante que vai ganhar novamente a eleição. Malan diz que até o PT já elogia o plano. *Gazeta Mercantil*, 13 jul. 2001.
- DANTAS, Fernando. Mercado internacional monitora petista. *O Estado de S. Paulo*, 28 jul. 2001.
- DE CHIARA, Márcia. Duas décadas após o Cruzado, crescer sem inflação ainda é sonho. Mesmo fracassado, plano deixou lições que foram aproveitadas com sucesso na criação do real. *O Estado de S. Paulo*, 26 fev. 2006.
- DECLARAÇÃO conjunta do Ministério da Fazenda e da Missão do FMI. 4 fev. 1999. Reproduzido na *Gazeta Mercantil*, 5 fev. 1999.
- DEL CARO, Luciana. Moratória mineira derruba Bovaspa. Mercado cai 5,13%; investidores estão preocupados com a votação do ajuste fiscal. *Gazeta Mercantil*, 8 jan. 1999.
- DEL CARO, Luciana et al. Derrota do governo atinge mercados. Bolsa e bradies caem e juros e dólar sobem com mudança de perspectiva sobre ajuste fiscal. *Gazeta Mercantil*, 4 dez. 1998.
- _____. Investidor estrangeiro volta à bolsa. Saldo positivo no câmbio; preço cai. Volta dos investidores puxa alta de 14,8% na bolsa. *Gazeta Mercantil*, 6 nov. 1998.
- DELFIM NETTO, Antonio. Consenso de Washington. *Folha de S. Paulo*, 27 fev. 2002.
- _____. Descolando... . *Folha de S. Paulo*, 7 abr. 2004.
- _____. Finzinho triste. *Valor Econômico*, 28 ago. 2001.
- _____. O real. *Folha de S. Paulo*, 13 jul. 1994.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (DIEESE). Dez anos do real. *Estudos e Pesquisas*, ano 1, n. 1, jun. 2004. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/real10anos.pdf>
- _____. *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Dieese, 2001.
- DESEMPREGO é o preço, diz CNI. *Folha de S. Paulo*, 25 ago. 1995.
- DESINDEXAR é preciso. *Jornal da Tarde*, 11 nov. 1994 (Editorial).
- DESPERTAR de Uma Nação. *Jornal do Brasil*, 2 jul. 1998 (Editorial).

- DIAS, José A. Centrais acenam com ‘teto’ para inflação. Representantes rejeitam gatilho, mas falam em reposição de perdas salariais. *Folha de S. Paulo*, 12 dez. 2002.
- DIMENSTEIN, Gilberto. O desabafo do ministro. *Folha de S. Paulo*, 23 jul. 1993.
- DIMENSTEIN, Gilberto & CRUZ, Valdo. FHC diz que seu governo ‘acaba’ se ceder a pressão. Presidente teme ficar refém das estatais pelo restante de seu mandato. *Folha de S. Paulo*, 23 maio 1995.
- DO DESESPERO à esperança. *Jornal da Tarde*, 17 ago. 1994.
- DOM Evaristo elogia Cardoso e acredita que plano terá sucesso. Cardeal confia que o Brasil voltará a produzir brevemente. *Jornal do Brasil*, 24 dez. 1993.
- DORNBUSCH, Rudiger. “Estabilizar é muito simples”. *O Globo*, 19 abr. 1994.
- DUARTE, Patrícia. Fiesp defende antecipação do 13º salário para repor perdas causadas pela inflação. Entidade quer compensações do Governo mas descarta reindexação salarial. *O Globo*, 17 mar. 1999.
- DURÃO, Vera. “O governo não vai cair no canto da sereia do controle dos preços”, diz Arida. *Gazeta Mercantil*, 10 mar. 1994.
- _____. Para Ipea, número de pobres caiu 30%. Estudo mostra os efeitos da derrubada da inflação no Plano Real sobre a renda de quem está na base da pirâmide. *Gazeta Mercantil*, 20 nov. 1996.
- _____. Técnicos do FMI consideram ajuste fiscal prioritário para derrubar a inflação. *Gazeta Mercantil*, 10 mar. 1993.
- DURÃO, Vera et al. Política de reajuste de tarifas pressiona a inflação. Em 12 meses até julho, preços administrados pelo governo subiram 16,98%, enquanto no setor de vestuário foi de 1,97%. *Gazeta Mercantil*, 19 ago. 1999.
- ELES torcem contra o Brasil. *Jornal da Tarde*, 21 jun. 1994 (Editorial).
- ELISEU promete que inflação vai cair. *Jornal do Brasil*, 11 mar 1993.
- EM BRASÍLIA, dúvidas e exigência de ajuste fiscal. *Gazeta Mercantil*, 9 mar. 1994.
- EMPRESÁRIOS APOSTAM no sucesso do real. *Correio Braziliense*, 20 jun. 1994.
- EMPRESÁRIOS DECIDEM pressionar Congresso. *Correio Braziliense*, 5 fev. 1994.
- EMPRESÁRIOS DESCARTAM controle da inflação. *Folha de S. Paulo*, 17 fev. 1993.
- EMPRESÁRIOS MANTÊM preços baixos para ajudar o Real. *Correio Braziliense*, 9 set. 1994.
- EMPRESÁRIOS TEMEM CHOQUE. *Folha de S. Paulo*, 31 ago. 1993.
- EMPRESÁRIOS TEMEM CHOQUE CONTRA INFLAÇÃO. *O Globo*, 31 ago. 1993.
- ENCONTRO e convergência. *Folha de S. Paulo*, 28 set. 1995 (Editorial).
- ENGAVETAMENTO. *Folha de S. Paulo*, 28 abr. 1995 (Editorial).
- ENTIDADE vê “momento delicado”. *Folha de S. Paulo*, 2 jul. 1995.
- ENTRE o céu e a terra. *Folha de S. Paulo*, 1º ago. 1994 (Editorial).

- EQUIPE pede 'trégua' à Justiça do Trabalho. Temor é que concessão de reajuste afete plano; TST diz que tendência é derrubar reposição fora da data-base. *Folha de S. Paulo*, 22 jun. 1994.
- ESTABILIDADE DESAJUSTADA. *Folha de S. Paulo*, 18 jun. 1997 (Editorial).
- ESTRANGEIRO SÓ SUBSTITUIU O NACIONAL, DIZ IEDI. *Folha de S. Paulo*, 10 fev. 2002.
- EXPECTATIVA é por reformas estruturais. *O Estado de S. Paulo*, 2 out. 1994
- EXPLOÇÃO de consumo com Plano Real não se sustenta. *Folha de S. Paulo*, 25 out. 2002, p. 10-1 (Eleições 2002).
- FADUL, Sérgio & OSWALD, Vivian. 'Não há margem para rupturas'. Pedro Malan comemora acordo com FMI e exige compromisso real dos candidatos. *O Globo*, 11 ago. 2002.
- FANTIN, Elvira & ALVES, Ubirajara. FH vincula futuro do País à reeleição. "Imagem do Brasil vai depender de como será esta vitória", disse o presidente em Curitiba; *Gazeta Mercantil*, 1º out. 1998.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP). *Livre para crescer*. São Paulo: Fiesp, 1990.
- FERNANDES, Fátima. Fábricas demitem, mas produção cresce. Entre altos e baixos, indústria cresceu em 4 anos. *Folha de S. Paulo*, 1º jul. 1998.
- _____. Múltis crescem 146% na década liberal. Capital externo aumentou eficiência do país, mas não expandiu a capacidade produtiva ou exportadora. *Folha de S. Paulo*, 10 fev. 2002.
- FERRARI, Lívia. Para empresários, tática de importar é limitada. *Gazeta Mercantil*, 10 mar. 1994.
- _____. Pradini critica "atraso" no anúncio. *Gazeta Mercantil*, 7 mar. 1995.
- FERREIRA, Carlos E. M. A grande chance. *Folha de S. Paulo*, 12 ago. 1994.
- _____. Por que não serei candidato. *Folha de S. Paulo*, 22 abr. 2002.
- _____. "Sem revisão constitucional País é ingovernável". *Jornal de Brasília*, 17 abr. 1994.
- _____. Uma estratégia para o real. *Folha de S. Paulo*, 3 jul. 1994.
- FERREIRA, Joaquim & CINTRA, Luiz A. Ato contra recessão reúne 10 mil em Osasco. Empresas dispensam funcionários para participar de manifestação; presidente da entidade defende greve geral. *Folha de S. Paulo*, 1º set. 1995.
- FERREIRA, Wanise. Cardoso condena resistência a inflação menor. Na Fiesp, ministro da Fazenda diz que combate à inflação não une toda a sociedade porque instituições organizadas dela se beneficiam. *O Estado de S. Paulo*, 24 jul. 1993.
- FHC. BRASIL caminha para o ajuste social. *Gazeta Mercantil*, 30 set. 1993.
- FHC CULPA Paim pela inflação. Ministro diz que pressões por reajuste salarial aumentam a inflação e crítica sociedade por querer um choque. *Jornal da Tarde*, 11 ago. 1993.

- FHC PROMETE combater inflação “doa a quem doer”. *Jornal de Brasília*, 3 out. 1993.
- FHC QUER proposta de pacto da sociedade. Ministro diz que o governo teme o desgaste de tomar a iniciativa, mas que está pronto para a negociação. *Folha de S. Paulo*, 6 jul. 1993.
- FIESP afasta diretor que criticou plano. Ricupero diz que recebeu telefonema do presidente da entidade para pedir desculpa por críticas publicadas na Folha. *Folha de S. Paulo*, 29 jul. 1994.
- FILHOS do Real reduzem consumo. Parcela incorporada ao mercado com o plano volta a reduzir despesa devido à percepção de queda na renda e alta de preços. *Folha de S. Paulo*, 27 jun. 1999.
- FIORI, José L. Os moedeiros falsos. *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais!, 3 de julho de 1994.
- FISCHER, Stanley. ‘Com reformas, país cresce 6%’. Vice-diretor-gerente do FMI teme que estão política comprometa crescimento. *O Globo*, 30 ago. 1999.
- FLORENCE, Ana. Empresários: otimismo e cautela em relação ao Real. Defasagem cambial é apontada como maior problema do plano. *Gazeta Mercantil*, 5 jul. 1995.
- _____. Sindicalistas apóiam indexação diária. *Gazeta Mercantil*, 26 fev. 1994.
- FMI AVALIZA FHC. *Folha de S. Paulo*, 17 mar. 1994 (Editorial).
- FMI: ITAMAR é o maior obstáculo. *Jornal da Tarde*, 1º set. 1993.
- FORÇA para o Real. *O Globo*, 19 dez. 1996 (Editorial).
- FREIRE, Gustavo. “Câmaras serão instrumento contra altas nos preços”. *Gazeta Mercantil*, 3 mar. 1994.
- GALAZI, Jô. Empresariado do Rio faz duro ataque à Fiesp. Presidente da Firjan diz que paulistas repetem juro baixo ‘como papagaios’, sem pensar nas conseqüências. *O Estado de S. Paulo*, 18 dez. 1998.
- GOLDENSTEIN, Lídia & MENDONÇA DE BARROS, José R. O Plano Real, dois anos depois. *Gazeta Mercantil*, 17 jun. 1996.
- GOMES, Wagner. Força Sindical: inflação de 10% exigirá indexação. Central poderá, inclusive, promover greves, se não houver reposição salarial. Dirigentes da CUT divergem sobre a questão. *O Globo*, 6 mar. 1999.
- GOMIDE, Sandra. Crediário volta ao comércio varejista. *Gazeta Mercantil*, 10 out. 1994.
- GOVERNO CONSTATA explosão de preços. *Folha de S. Paulo*, 3 mar. 1994.
- GOVERNO NÃO é responsável, diz FHC. *Folha de S. Paulo*, 25 ago. 1995.
- GOVERNO REATIVA câmaras para conter inflação. *O Estado de S. Paulo*, 2 abr. 1993.
- GRAJEW, Oded. Uma oportunidade de ouro. *Folha de S. Paulo*, 4 jun. 1993.
- GRAMACHO, Wladimir. Greve dos petroleiros é abusiva. TST desconsidera acordo que dava reajuste salariais entre 12 e 18%. *Gazeta Mercantil*, 10 maio 1995.

- HÁFEZ, Andréa. Preços de serviços continuam abaixo da inflação. Alguns segmentos, como escolas, começam a pressionar por aumentos, mas concorrência em outros setores garantem (sic) estabilidade. *Gazeta Mercantil*, 3 dez. 1999.
- HOLLANDA, Eduardo. O Congresso nega apoio a reforma. Falta de quórum impede votação de medidas provisórias do plano econômico. *Gazeta Mercantil*, 28 jan. 1994.
- HORA certa para acordo com o FMI. *Gazeta Mercantil*, 9 out. 1998 (Editorial).
- HORITA, Nilton. Fiesp sabatina ministro. Empresário oferece almoço hoje para tirar dúvidas sobre futuro econômico. *Jornal do Brasil*, 23 jul. 1993.
- IMPORTAÇÃO pode ser ampliada. Empresários querem negociações por setor. Se não houver oferta interna, recorre-se ao exterior. *Jornal da Tarde*, 19 maio 1994.
- INDÚSTRIA de SP tem o pior ano do Real. Fiesp apura queda de 1,9% na atividade em 98. *Folha de S. Paulo*, 4 fev. 1999.
- INFLAÇÃO, A CONQUISTA MAIS COMEMORÁVEL. *Gazeta Mercantil*, 29 dez. 1995 (Editorial).
- INFLAÇÃO ANGUSTIA ITAMAR, diz Resende. *O Estado de S. Paulo*, 26 mar. 1993.
- INFLAÇÃO E DEMAGOGIA. *Folha de S. Paulo*, 4 jun. 1998 (Editorial).
- INFLAÇÃO E INTERESSES. *Folha de S. Paulo*, 14 nov. 1999 (Editorial).
- INFLAÇÃO EM ALTA PREOCUPA EMPRESÁRIOS. *Jornal do Brasil*, 31 ago. 1993.
- INFLAÇÃO: FHC PROPÕE ACORDO. *Jornal da Tarde*, 7 jul. 1993.
- INFLAÇÃO: GOVERNO TEME IMPACTO DA POLÍTICA SALARIAL. *O Globo*, 2 jul. 1993.
- INFLAÇÃO JÁ É PÁGINA VIRADA, afirma FHC. Presidente assina lei que isenta exportação do ICMS, elogia Congresso e promete crescimento sustentado. *Folha de S. Paulo*, 14 set. 1996.
- INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). *Lições Cambiais – A Liberalização Cambial à Chinesa e à Indiana*. 2005 (Carta IEDI n. 175). Disponível em: <http://www.iedi.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1552&sid=20>
- _____. O investimento estrangeiro no Brasil e seu impacto sobre o setor externo. *Carta IEDI*, n. 42, 24 fev. 2003. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=280&l=47&sid=20>
- _____. A indústria que o novo Presidente encontrará. *Carta IEDI*, n. 19, 16 set. 2002. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?l=43&sid=20&infoid=173>
- ÍNTEGRA DO COMUNICADO. *Correio Braziliense*, 9 out. 1998
- INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). How Has Globalization Affected Inflation? In: *Globalization and Inflation*, april 2006a. (The World Economic Outlook).

- ____. The World Economic Outlook (WEO) Database, apr. 2006b Disponível em: <http://www.imf.org/Pubs/FT/weo/2006/01/pdf/statappx.pdf>
- ____. The World Economic Outlook (WEO) Database, sep. 2005. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2005/02/data/dbcoutm.cfm?SD=2000&ED=2006&R1=1&R2=1&CS=3&SS=2&OS=C&DD=0&OUT=1&C=542&S=PCPIPCH-PCPI&CMP=0&x=89&y=13>
- ____. *The World Economic Outlook* (WEO) Database, apr. 2003. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2003/01/data/index.htm>.
- ____. The Decline of Inflation in Emerging Markets: Can It Be Maintained? In: *Fiscal Policy and Macroeconomic Stability*, may 2001. (The World Economic Outlook).
- ____. The Rise and Fall of Inflation – Lessons from the Postwar Experience. Oct. 1996 (The World Economic Outlook).
- INVESTIDORES e governo dos EUA apóiam o plano. *Jornal do Brasília*, 25 maio 1994.
- INVESTIMENTO cresceu menos com FHC. *Folha de S. Paulo*, 10 dez. 1993.
- ITAMAR ADMITE MEDIDA CONTRA INFLAÇÃO. Presidente diz que empresários são gananciosos e que o governo baterá forte contra a alta, mas nega o controle dos preços. *Jornal do Brasil*, 3 fev. 1993.
- ITAMAR: INFLAÇÃO É INSUPORTÁVEL. *O Globo*, 6 fev. 1993.
- JEHA, Roberto N. A indústria e o Real. *Folha de S. Paulo*, 29 dez. 1995.
- JUSTO protesto contra os juros altos. *Gazeta Mercantil*, 23 dez. 1998 (Editorial).
- KANDIR, Antonio. Inflação: Parreira ou Telê? *Folha de S. Paulo*, 25 jul. 1993.
- KAPAZ, Emerson. Vida longa ao real. *Folha de S. Paulo*, 26 jul. 1994.
- LEAL, Luciana N. Presidente descarta ida ao FMI. FH garante que o câmbio não muda e que os juros caem após aprovação das reformas pelo Congresso. *Jornal do Brasil*, 25 nov. 1997.
- LÉO, Sérgio. FMI aprova política cambial brasileira. Camdessus diz que País faz ‘manejo inteligente’ do câmbio e não corre risco de crise como a tailandesa. *O Estado de S. Paulo*, 26 set. 1997.
- ____. FMI ataca argumentos do Brasil. Diretor do Fundo afirma que os países precisam mesmo é controlar os gastos e não elevar juros para atrair capital externo. *Correio Braziliense*, 25 set. 1997.
- ____. FMI está otimista com o Brasil, diz Fischer. Para vice-presidente geral do Fundo, demora em reduzir déficit público é compreensível e a opinião pública brasileira deve ser paciente; País é exemplo de eficiência no combate à turbulência externa. *O Estado de S. Paulo*, 16 abr. 1998.
- LEOBET, Deise. Para FHC, queda de juro requer reforma da Previdência. *Gazeta Mercantil*, 27 nov. 1998.
- LEONEL, Luís. FIESP elogia plano e mantém crítica ao IPMF. *Gazeta Mercantil*, 15 jun. 1993.

- LEOPOLDO, Ricardo. Fiesp cobra do governo mais empenho para votar reformas. Empresários temem que o déficit nas contas públicas afugente investidores estrangeiros e prejudique o Plano Real. *Correio Braziliense*, 25 dez. 1996.
- _____. Força Sindical quer gatilho salarial. Trabalhadores começam a definir estratégias e ameaçam até fazer greve para evitar perdas com a inflação. CUT se reúne nesta semana. *Correio Braziliense*, 9 mar. 1999.
- LESSA, Ricardo et al. Desvalorização terá efeito pequeno sobre a inflação. Capacidade reduzida do consumidor de absorver alta de preços deve forçar empresas a abrir mão de repasse do aumento dos custos. *Gazeta Mercantil*, 14 jan. 1999.
- LÍDERES cobram queda imediata da inflação. *Jornal de Brasília*, 20 ago. 1993.
- LÍRIO, Sérgio. Indústria bate recorde de vendas do Real. Crescimento foi de 69,2% em relação a maio de 94, quando o plano foi lançado; exportação puxa resultado. *Folha de S. Paulo*, 30 jun. 2000.
- LOPES, Eugênia. Contenção da base monetária justifica previsão de baixa de Eliseu Resende. *Gazeta Mercantil*, 18 maio 1993.
- LUA-DE-MEL. *Folha de S. Paulo*, 13 ago. 1994 (Editorial).
- LUCENA e Inocêncio dão voto favorável. *Folha de S. Paulo*, 8 dez. 1993.
- LUCCHESI, Cristiane P. CUT rejeita e Força Sindical apóia MP. Duas centrais têm críticas comuns. *Folha de S. Paulo*, 1º jul. 1995.
- _____. Para sindicalistas, Real segura inflação. Mas os salários continuam baixos. *Folha de S. Paulo*, 2 jul. 1995.
- MAGALHÃES, Ana L. Anúncio é bem visto pelo mercado. *Gazeta Mercantil*, 7 mar. 1995.
- MAGALHÃES, Evaldo. Ministra diz que governo não vai conter importações. *O Estado de S. Paulo*, 3 jun. 1995.
- MAGALHÃES, Marcos. A comissão da Câmara muda ajuste. *Gazeta Mercantil*, 21 jan. 1994.
- _____. “Quem obstruiu a votação não defende o interesse do povo”, diz Fernando Henrique. *Gazeta Mercantil*, 28 jan. 1994.
- MAGELLA, Geraldo. Pacto une Fiesp ao PT e à CUT. Ato em SP reúne empresários e parlamentares para pedir mudanças na política econômica. Empresários e sindicalistas garantem que não querem volta do protecionismo. *O Globo*, 22 dez. 1998.
- MAIORES partidos rejeitam Fundo Social. PMDB, PFL e PPR atacam transferência de recursos para União e aumento de impostos federais. *Folha de S. Paulo*, 8 dez. 1993.
- MAIORIA CULPA FHC POR CRISE ECONÔMICA. *Folha de S. Paulo*, 27 jun. 1999.
- MALAN, Pedro. ‘Nós vamos virar o jogo da balança comercial’. *O Globo*, 1º jul. 1995.
- _____. Pulso firme com o real. *Folha de S. Paulo*, 12 mar. 1995.

- MALTA, Chrstiane B. Cardoso prestigia programa da Força Sindical. Sindicalistas pedem ao presidente empenho para apressar a votação do projeto de flexibilização dos contratos de trabalho. *Gazeta Mercantil*, 14 mar. 1997.
- MANDIM, Ana M. FMI exige controle da inflação. Acordo da dívida depende de aprovação do programa econômico pelo Congresso. *Jornal do Brasil*, 10 fev. 1994.
- MANTEGA, Guido. As fantasias do real. *Folha de S. Paulo*, 12 jul. 1994.
- MATTOS, Adriana. Lucros e dividendos tiram US\$ 1 tri da AL. *Folha de S. Paulo*, 10 fev. 2003.
- MEDEIROS, Alexandre. “Conservador, recessivo, um horror”. Conceição faz crítica feroz ao plano econômico. *Jornal do Brasil*, 25 jun. 1994.
- MEDEIROS, Luiz A. Com 30% não dá para segurar. *Folha de S. Paulo*, 5 ago. 1993.
- _____. Repercussão. *O Estado de S. Paulo*, 8 dez. 1993.
- MEMÓRIA CURTA. *Jornal do Brasil*, 14 jun. 1998 (Editorial).
- MERCADANTE teme efeito retardado. *Jornal de Brasília*, 17 jun. 1994.
- MERCADENTE, Aloizio & MANTEGA, Guido. De Haddad a Eliseu. *Folha de S. Paulo*, 5 maio 1993.
- MINISTRO pede mesmo apoio dado a Collor. *Jornal de Brasília*, 15 dez. 1993.
- MIYA, Fideo. Juro é arma contra a corrida ao dólar. *Folha de S. Paulo*, 12 mar. 1995.
- MOFFETT, Matt. Ciro Gomes enfrentará primeiras ameaças ao controle da inflação. *Financial Times*, 16? out. 1994 (Reproduzido na *Gazeta Mercantil*, 17 out. 1994).
- MONTEIRO, Nilson. “Essa é mais uma medida oportuna do governo”. *Gazeta Mercantil*, 7 mar. 1995.
- MORAES, Antonio E. de. Nocaute técnico. *Folha de S. Paulo*, 2 jul. 1995.
- MOTA, Humberto. Os riscos institucionais da inflação. *O Estado de S. Paulo*, 11 ago. 1993.
- MUZZI, Inácio. Governo tentará evitar a votação da MP. Tática pressupõe reedições da medida provisória até implantação da nova moeda, para não haver alterações. *Folha de S. Paulo*, 2 mar. 1994.
- NÃO parece que foi ontem. *Folha de S. Paulo*, 30 jun. 1996 (Editorial) .
- NASCIMENTO, Sandra. Congresso aprova MP das filantrópicas. *Gazeta Mercantil*, 10 dez. 1998.
- “NEL MEZZO del camin...”. *Folha de S. Paulo*, 4 set. 1994.
- NEUMANN, Denise. CUT vai desafiar o Plano Real. A Central não reconhece a regra de conversão dos salários e não aceita o IPC-R como índice de inflação. *Jornal da Tarde*, 3 ago. 1994.
- _____. Empresários farão proposta de ajuste no Real. Grupo de 18 empresários iniciou processo de negociação permanente com o ministro da Fazenda, que já admite rever

- regras de importação se indústria nacional sair prejudicada. *O Estado de S. Paulo*, 20 set. 1994.
- _____. Investidores e governo americano apóiam o Plano Real. *O Estado de S. Paulo*, 25 maio 1994.
- NEUMANN, Denise & TAVARES, Rita. Para FMI, real pode sofrer ataque especulativo. Fischer, vice-diretor gerente do Fundo, vê possibilidade de novo recrudescimento da crise asiática. *O Estado de S. Paulo*, 20 jun. 1998.
- NEVES, Antonio et al. Nova política cambial, nem pensar. Para Mendonça de Barros, aposta é muito arriscada. *Gazeta Mercantil*, 30 jun. 1997.
- NEVES, Jones S. FHC e FHC-2. *Jornal de Brasília*, 28 jan. 1994.
- NICOLETTA, Costábile. Real mantém prestígio e tem 68% de aprovação. Juros altos e desemprego não abalaram a confiança da população no plano econômico. *O Estado de S. Paulo*, 28 jun. 1998.
- NOVO, Aguinaldo. Fiesp fará ato contra política econômica. *O Globo*, 16 dez. 1998.
- O CONGRESSO trabalha para o ajuste. *Gazeta Mercantil*, 15 jan. 1999.
- O FIM da irresponsabilidade grevista. *O Estado de S. Paulo*, 10 maio 1995 (Editorial).
- O MAIS difícil está à frente. *Gazeta Mercantil*, 1º jul. 1997 (Editorial).
- O PLANO Real não é indolor, diz Pedro Malan. Em debate na ESG, ministro enfrenta um auditório típico de classe média. *Jornal do Brasil*, 15 jul. 1995.
- O POVO não pode ser mantido como refém. *Gazeta Mercantil*, 24 maio 1995 (Editorial).
- O QUE FALTA para completar o Plano Real. *O Estado de S. Paulo*, 3 jan. 1999 (Editorial).
- O REAL em pânico. *Folha de S. Paulo*, 22 jan. 1999.
- O RECADO DO FMI. *O Estado de S. Paulo*, 20 jun. 2002 (Editorial).
- OLIVEIRA, Ribamar. FHC comemora acordo externo. Os bancos credores do Brasil propõe (sic) dispensa do acordo com o FMI para reestruturar a dívida externa. *Jornal da Tarde*, 19 mar. 1994.
- OLIVEIRA, Ribamar & ABREU, Beatriz. Salário terá livre negociação, diz Malan. *O Estado de S. Paulo*, 1º jun. 1995.
- OLIVEIRA, Ribamar & SOTERO, Paulo. FMI adia fechamento de acordo com País. *O Estado de S. Paulo*, 17 mar. 1994.
- OPORTUNIDADE Única. *Jornal do Brasil*, 10 jun. 1993 (Editorial).
- ORGANISATION DE COOPÉRATION ET DE DÉVELOPPEMENT ÉCONOMIQUES (OCDE). Rapport du Secrétaire General. *Inflation. Le problème actuel*. Paris: 1970.
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). *Empleo y salarios*. Santiago: Prealc, 1983.
- OS CORTES ou a híper, diz FHC. *Folha de S. Paulo*, 22 dez. 1993.
- OS FRUTOS da estabilidade. *O Estado de S. Paulo*, 30 jun. 1998 (Editorial).

- OS INIMIGOS da estabilidade. *Jornal da Tarde*, 28 jul. 1994 (Editorial).
- OTTA, Lu A. “Precisamos de um choque de oferta”. *Gazeta Mercantil*, 13 jul. 1994.
- _____. Redução de imposto de importação deverá ser anunciada ainda hoje. *Gazeta Mercantil*, 10 mar. 1994.
- QUEM ganhou. *O Estado de S. Paulo*, 1º jul. 1996.
- PAÍS PODE VIRAR ‘um Paraguai’, diz Ermínio. *Folha de S. Paulo*, 8 dez. 1993.
- PAÍS SÓ CRESCE SE CONTROLAR INFLAÇÃO, diz Pêrsio Arida. Bresser critica crescimento a qualquer custo. *Folha de S. Paulo*, 19 maio 1993.
- PANCHERI, Fernanda. Tarifas sobem o dobro no Plano Real. *Valor Econômico*, 5 jul. 2002.
- PARA ACM, aumento de impostos é ‘inaceitável’. Corte no Fundo de Participação é ‘crime’ afirma. *Folha de S. Paulo*, 8 dez. 1993.
- PASSOS, José. Camdessus diz que o FMI foi pragmático ao apoiar acordo. *O Globo*, 22 abr. 1994.
- _____. Crise transforma Brasil em modelo e tigres em vilões. FMI e Governo americano querem uma ampla reforma do sistema financeiro internacional para evitar novas turbulências. *O Globo*, 15 abr. 1998.
- PEDRAS NO CAMINHO. *Folha de S. Paulo*, 1º jul. 1998 (Editorial).
- PELA primeira vez, uma possibilidade real de pôr fim à inflação alta. *Financial Times*, 9º mar. 1994 (Reproduzido na *Gazeta Mercantil*, 10 fev. 1994).
- PERDIDO FOI O TEMPO DA INFLAÇÃO. *O Estado de S. Paulo*, 13 dez 1997 (Editorial).
- PEREIRA, Pablo. Senado aprova a elevação da CPMF. *Gazeta Mercantil*, 7 jan. 1999.
- PERES, Leandra. FMI quer que o governo fixe em lei um piso para superávit fiscal. Relatório da equipe do Fundo sugere procedimento por três anos, a partir de 2003. *O Estado de S. Paulo*, 6 fev. 2001.
- PICILLO, Giovanna. ‘Só negociar não reduz inflação’. Segundo economistas, acordo pode evitar descontrole mas previsão é de índices chegarem a 30% em maio. *Jornal da Tarde*, 10 maio 1993.
- _____. Temor: aceleração da inflação. Além de fatores sazonais, há novas pressões sobre os preços. Nova política salarial dificulta o ajuste. *Jornal da Tarde*, 12 jul. 1993.
- PINHEIRO, Liliana. Centrais trocam aumento por empregos. CUT negociará aumento de vagas e Força flexibilização do contrato de trabalho. *O Estado de S. Paulo*, 4 out. 1995.
- _____. CUT quer reposição mensal da inflação. Central inicia campanha unificada com bancários e petroleiros. *O Estado de S. Paulo*, 20 jul. 1994.
- _____. Debate sobre indexação salarial divide a CUT. Líder da Central considera discussão prematura, mas muitos de seus colegas já defendem repasse da inflação. *O Estado de S. Paulo*, 1º fev. 1999.

- ____. Marinho quer sindicatos no combate à inflação. Líder do ABC desafia tabus e defende ação sindical contra alta de preços e por política industrial. *O Estado de S. Paulo*, 14 fev. 1999.
- ____. Vicentinho promete resistir a FHC. O sindicalista diz que a CUT não ficará passiva diante de medidas que prejudiquem o trabalhador. *Jornal da Tarde*, 12 dez. 1994.
- PINTO, Celso. Brasil desmoraliza até a hiperinflação. *Gazeta Mercantil*, 23 mar. 1994.
- ____. Brasil é teste para o FMI. *Folha de S. Paulo*, 4 out. 1998.
- ____. Capital externo sem restrições imediatas. *Gazeta Mercantil*, 26 fev. 1994.
- ____. Dificuldades no acordo com o FMI. *Gazeta Mercantil*, 2 mar. 1994.
- ____. Dilema: mais inflação ou mais reservas. *Gazeta Mercantil*, 3 jul. 1995.
- ____. “Falta muito esforço no Plano Real”. *Gazeta Mercantil*, 2 out. 1994.
- ____. Gomes acena com medidas de contenção. *Gazeta Mercantil*, 17 out. 1994.
- ____. Iglesias diz que País ampliou as chances de fechar acordos com o FMI. *Gazeta Mercantil*, 24 maio 1993.
- ____. O desafio é crescer, não conter preços. *Gazeta Mercantil*, 2 set. 1994.
- ____. O fim da lua-de-mel. *Folha de S. Paulo*, 4 jul. 1997.
- ____. Os elogios do Fundo. *Folha de S. Paulo*, 17 abr. 1998.
- ____. Reunião muito tensa no Palácio do Planalto. *Gazeta Mercantil*, 1º mar. 1994.
- ____. “Rodada de ajuste” do Plano Real. *Gazeta Mercantil*, 25 abr. 1995.
- ____. Tesouro dos EUA otimista com Cardoso. *Gazeta Esportiva*, 5 out. 1994.
- PLANO É inflacionário e recessivo, diz Fiesp. Moreira Ferreira, presidente da entidade, afirma que o aumento dos impostos, ‘penaliza o setor produtivo’. *Folha de S. Paulo*, 8 dez. 1993.
- PLANO ESTÁ fazendo água, diz Conceição. *Correio Braziliense*, 26 mar. 1994.
- PLANO FHC deixa economia nervosa. Inflação em alta e desconfiança sobre os passos do governo trazem turbulência ao mercado. *Folha de S. Paulo*, 12 dez. 1993.
- PLANO ITAMAR. *Folha de S. Paulo*, 29 jan. 1994 (Editorial).
- PLANO TEM vida curta, diz Delfim. Deputado diz que real tem “oportunismo óbvio”. *Jornal de Brasília*, 22 set. 1994.
- PODEMOS reformar o Estado. Se quisermos. *Gazeta Mercantil*, 15 jun. 1993 (Editorial).
- POLÍTICOS pedem ação enérgica contra inflação. *Jornal do Brasil*, 4 ago. 1993.
- “POPULISMO empresarial”. *Estado de S. Paulo*, 17 dez. 1998 (Editorial).
- PRADO, Maria Clara R. M. do. Acordo com FMI pode ir até final de 2002. Governo tem pressa em definir os termos do novo ajuste, cujo valor potencial chega a US\$ 20 bilhões. *Gazeta Mercantil*, 26 jul. 2001.

- _____. Mesmo “não sendo um bicho diferente” é difícil fazer prognóstico sobre o Brasil. *Gazeta Mercantil*, 1º abr. 1993.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *7 anos do Real: estabilidade, crescimento e desenvolvimento social*. Brasília, 2001.
- _____. *6 anos do Real: crescimento e desenvolvimento social*. Brasília, 2000.
- _____. *Real: quatro anos que mudaram o Brasil*. Brasília, 1998.
- _____. *Três anos do Real: construindo um País melhor*. Brasília, 1997.
- PRESSÃO não muda política econômica. Apesar de os empresários cobrarem uma correção de rumo no Plano Real, o governo não dá sinais de qualquer alteração. *Correio Braziliense*, 24 maio 1996.
- PRESSÕES políticas forçam choque na inflação. *Folha de S. Paulo*, 4 ago. 1993.
- PROGRAMA de Governo/Plano Econômico. *Jornal do Brasil*, 26 jun. 1994.
- PROJETO do real vai para sanção. Congresso aprovou no começo da madrugada de ontem a medida provisória 482, que cria a URV e a nova moeda. *Jornal da Tarde*, 20 maio 1994.
- PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE É ELOGIADO. Mas empresários acham que o governo tem que fazer os cortes prometidos. *Gazeta Mercantil*, 28 out. 1998.
- PROTESTO no ABCD reúne mais de 40 mil. Segundo o sindicato, manifestação contou com 70 mil pessoas, diversos partidos, empresários e centrais sindicais. *Folha de S. Paulo*, 25 ago. 1995.
- PSDB está dividido em relação a plano. *Folha de S. Paulo*, 30 dez. 1993.
- RAPOSO, Márcio. Credibilidade do “tucano” tranquiliza empresários. *Gazeta Mercantil*, 21 maio 1993.
- RAPOSO, Márcia. APELO do ministro ao Congresso recebe apoio de empresários paulistas. *Gazeta Mercantil*, 8 fev. 1994.
- _____. Eventual candidatura do ministro à Presidência não afetaria os negócios. *Gazeta Mercantil*, 9 mar. 1994.
- REAL CARO E JUROS MATAM COMPETITIVIDADE. *Folha de S. Paulo*, 10 fev. 2002.
- REAL, MODELO INACABADO. *Folha de S. Paulo*, 25 maio 1997 (Editorial).
- REAL PRESERVADO. *Correio Braziliense*, 7 set. 1994.
- REAL SE DESCOLA DE FHC. Datafolha mostra que a avaliação do plano é melhor que a do presidente, embora registre mais de 10 milhões de desempregados. *Folha de S. Paulo*, 27 jun. 1999.
- REALI Jr., Elpídio. Cardoso diz que 40 % é limite da inflação. O ministro da Fazenda descarta a possibilidade de ocorrer a hiperinflação e garante que tomará as medidas necessárias no momento oportuno para evitar que isso ocorra. *O Estado de S. Paulo*, 17 out. 1993.

- ____. Plano FHC2 agrada a empresários europeus. Franceses consideram a criação da URV e as medidas complementares um programa mais sofisticado e menos vulnerável que o argentino, que apenas privilegiou o setor financeiro. *O Estado de S. Paulo*, 2 mar. 1994.
- REBOUÇAS, Lúcia. FHC prevê alta de até 35% em agosto e Fritsch diz que continuará subindo. *Gazeta Mercantil*, 17 ago. 1993.
- RECENA, Luís. Defensor do Cruzado diz que Real acabou. *Correio Braziliense*, 26 mar. 1995.
- REED: “NADA de negativo pesa contra o Plano”. *Correio Braziliense*, 6 ago. 1994.
- REED: PLANO Real trará mais capital externo. *O Globo*, 6 ago. 1994.
- RIBEIRO, Alex. Governo cumpre meta do FMI com folga de R\$ 7,53 bi. União, Estados, municípios e estatais economizam R\$ 23,7 bi no 1º semestre. *Folha de S. Paulo*, 30 ago. 2000.
- RISCO do Brasil é atrasar reformas, afirma FMI. ‘Impopularidade de FHC não é problema’. *Folha de S. Paulo*, 24 set. 1999.
- RODRIGUES, Sérgio L. Empresários prometem apoio ao ministro para aprovação do programa. *Gazeta Mercantil*, 7 fev. 1994.
- ROMERO, Cristiano & ABBOTT, Maria L. Os empresários vão à luta. Presidente da CNI, Fernando Bezerra, diz que crise social está piorando e reclama da lentidão do governo para fazer reformas. *Jornal do Brasil*, 16 maio 1996.
- ROSSETTI, José. A desaceleração dos ganhos sociais. Efeito do Plano Real na redistribuição de renda pode estar se esgotando. *O Estado de S. Paulo*, 31 maio 1997.
- ROSSI, Clóvis. Governo quer controle da cesta básica. Empresários da alimentação serão os primeiros convocados a dar explicações sobre explosão de aumentos”. *Folha de S. Paulo*, 1º mar. 1994.
- ____. Governo tenta negociar pacto sem ter proposta para salário. Falta de alternativas ao reajuste de 100% põe em risco as conversações. Fiesp prevê fracasso amanhã. *Folha de S. Paulo*, 27 jul. 1993.
- ____. Inflação é ameaça para a sucessão, diz Fiesp. *Folha de S. Paulo*, 14 jul. 1993.
- RUIM com o FMI, pior sem ele. *O Estado de S. Paulo*, 10 dez. 1998.
- SAFATLE, Claudia. A reindexação [salarial] pode ameaçar o Plano Real. *Gazeta Mercantil*, 15 set. 1994.
- ____. As dúvidas no combate à inflação. *Gazeta Mercantil*, 19 maio 1993.
- ____. Brasil pede a cooperação do FMI. *Gazeta Mercantil*, 8 jan. 1995.
- ____. Fernando Henrique luta sozinho pela aprovação do plano econômico. *Gazeta Mercantil*, 17 dez. 1993.
- ____. Importar com tarifa zero. *Gazeta Mercantil*, 1º mar. 1994.

- ____. Mussa sugere desvalorizar o real. Economista-chefe do Fundo Monetário Internacional diz que a medida seria muito bem recebida. “Mas não nos cabe exigir”, disse. *Jornal do Brasil*, 3 out. 1998.
- ____. “Nossa praga se chama inflação”. *Gazeta Mercantil*, 22 maio 1993.
- ____. O momento para tentar a estabilização. *Gazeta Mercantil*, 12 jan. 1994.
- ____. Satisfação no Ministério da Fazenda. *Gazeta Mercantil*, 16 mar. 1994.
- ____. “Uma tentativa de volta aos preços históricos”. *Gazeta Mercantil*, 12 mar. 1994.
- SALOMON, Marta. Salário é o principal alvo da MP da desindexação. Governo proíbe que reajustes sejam vinculados a índices de preço. *Folha de S. Paulo*, 1º jul. 1995.
- SANTOS, Chico. Fatia da renda no PIB é a menor desde 90. Rendimento do trabalho atingiu 36,14% da riqueza do país, menor percentual desde o início do cálculo. *Folha de S. Paulo*, 10 dez. 2003.
- SARDENBERG, Carlos A. Aprovação ao Real sobe para 75%. Levantamento mostra que os pequenos municípios fazem a melhor avaliação; a pior aparece nas capitais. *Folha de S. Paulo*, 12 ago. 1994.
- ____. Arida descarta erro do BC e denúncia especulação. Governo descredencia bancos por suspeita de irregularidade no câmbio. *Folha de S. Paulo*, 12 mar. 1995.
- ____. Nenhum país cresce com inflação. Políticas inflacionárias levam a crises que terminam com recessão e desemprego. *O Estado de S. Paulo*, 8 jun. 1998.
- SAUDOSISMO DA INFLAÇÃO. *O Estado de S. Paulo*, 4 jun. 1998 (Editorial).
- SAYAD, João. Dez anos de Plano Real. *Folha de S. Paulo*, 5 jul. 2004.
- ____. O homem e sua hora. *Folha de S. Paulo*, 29 maio 1993 (Tendências/Debates).
- SCARPA, Paulo S. Krause diz que Itamar nunca pediu choque. *Folha de S. Paulo*, 6 fev. 1993.
- SCHUFFNER, Claudia. Pequenos empresários acreditam no real. Pesquisa do Sebrae constata que a oferta de novos empregos vai aumentar caso o plano econômico seja um sucesso. *Jornal do Brasil*, 3 jul. 1994.
- SCHULMAN, Maurício. Romper o círculo vicioso. *Folha de S. Paulo*, 14 maio 1995.
- SEIDL, Antonio. Elevar preços é suicídio, afirma Ricupero. Ministro diz que “vai se dar mal” o empresário que reajustar produtos, pois o consumidor não aceitará aumento em real. *Folha de S. Paulo*, 25 maio 1994.
- ____. Fiesp afirma que plano não se sustenta. Para entidade, programa econômico é recessivo se não vier acompanhado de reformas constitucionais. *Folha de S. Paulo*, 22 mar. 1994.
- ____. Indústria exige mudanças na economia. 2.500 industriais vão a Brasília pedir queda nos juros, fim do desemprego e reformas. Fiesp e CNI lideram ação. *Folha de S. Paulo*, 21 maio 1996.
- ____. Itamar não responde propostas da Fiesp. *Folha de S. Paulo*, 3 fev. 1993.

- _____. Plano econômico é eleitoreiro, diz Fiesp. Diretor da entidade atribui férias coletivas na indústria ao juro elevado e diz que prática tem vida curta. *Folha de S. Paulo*, 28 jul 1994.
- _____. Real depende de reforma já, diz Dornbusch. *Folha de S. Paulo*, 24 abr. 1995.
- _____. Sucesso do plano depende de reformas, diz Camdessus. *Folha de S. Paulo*, 30 set. 1994.
- SEKLES, Flavia. FMI pede novas medidas para o Plano Real. *Jornal do Brasil*, 24 abr. 1995.
- _____. Nova política cambial recebe elogio nos EUA. Banco Mundial afirma que regras mais flexíveis são muito boas para o Brasil. *Jornal do Brasil*, 7 mar. 1995.
- SENADORES também cobram medidas. *Jornal de Brasília*, 21 ago. 1993.
- SERRA, José. A coragem da paciência. *Folha de S. Paulo*, 24 ago. 1993.
- SETÚBAL FILHO, Laerte. Brasil, noiva cobiçada. *O Estado de S. Paulo*, 2 out. 1994.
- SILVA, Altair. Dólar e juro sobem com a moratória em Minas. *Gazeta Mercantil*, 8 jan. 1999.
- SILVA, Carlos E. L. da. Para FMI, problema do Brasil é Itamar. *Folha de S. Paulo*, 3 set. 1993.
- SILVA, Cleide. Sindicatos trocam benefícios por reajuste. Negociação entre na ‘era da barganha’, comprometendo direitos sociais conquistados nos últimos anos. *O Estado de S. Paulo*, 30 nov. 1998.
- SILVA, Paulo, presidente interino da FS. Contraponto: a Cut e o plano. *Jornal da Tarde*, 21 jul. 1994.
- SILVA, Vicente Paulo de. Parece pesadelo, mas é real. *Folha de S. Paulo*, 1º jul. 1994.
- SILVEIRA, Sandro. Novo presidente da CNI prega união por reformas. *Correio Braziliense*, 14 out. 1995.
- SOARES, Aldo. Blitze aliada no Congresso. Aprovado o minipacote tributário. *Gazeta Mercantil*, 14 jan. 1999.
- SOTERO, Paulo. Brasil pede apoio do FMI ao Plano FHC2. *O Estado de S. Paulo*, 6 mar. 1994.
- _____. Camdessus endossa plano de estabilização. *O Estado de S. Paulo*, 19 jul. 1994.
- _____. Camdessus renova elogios à atuação do Brasil na crise. Diretor-gerente do FMI não crê que Cardoso abandone programa de estabilização [por razões eleitorais]. *O Estado de S. Paulo*, 3 abr. 1998.
- SOUZA, Josias de. FHC fez um bom governo medíocre. *Folha de S. Paulo*, 18 ago. 2002.
- SOUZA, Leonardo & AITH, Márcio. FMI libera US\$ 30 bi de socorro recorde. Maior empréstimo do Fundo havia sido de US\$ 18 bi; acordo dura 15 meses. US\$ 24 bi ficam para o novo governo; Fundo não pede mais arrocho fiscal. *Folha de S. Paulo*, 8 ago. 2002.

- STABILE, Marília. Oligopólios sustentam a inflação. *Gazeta Mercantil*, 12 jan. 1993.
- STANLEY Fischer diz que déficit em conta corrente do Brasil não é preocupante. Segundo homem do FMI afirma que o país está recebendo investimentos diretos. *O Globo*, 24 set. 1997.
- STENZEL, Raquel. “As taxas de juro vão cair porque a inflação na margem está quase zero”. *Gazeta Mercantil*, 13 jul. 1994.
- _____. Equipe econômica estuda novas medidas para conter inflação e descarta choque. *Gazeta Mercantil*, 5 ago. 1993.
- STUDART, Rogério. Inflação e barganha. *O Globo*, 14 fev. 1994.
- SUCESSO DE PÚBLICO. *Folha de S. Paulo*, 2 jul. 1994 (Editorial).
- SUCESSO DO PLANO Real depende de reformas estruturais, diz Rhodes. *Gazeta Mercantil*, 6 out. 1994.
- SUZUKI Jr., Matinas. Crise política é aliada de FHC neste momento. *Folha de S. Paulo*, 8 dez. 1993
- HOLZMAN, Flora & MARTINS, Franklin. Congresso vive dilema para negociar plano. Políticos temem que aprovação ajude candidatura de Fernando Henrique, mas não querem ser culpados pela inflação em alta. *Jornal do Brasil*, 12 dez. 1993.
- SZAJMAN, Abram. O Plano Real fez gols, mas também levou. *Folha de S. Paulo*, 6 jul. 1998.
- _____. Repercussão. *Folha de S. Paulo*, 1º jul. 1995.
- TACHINARDI, Maria H. Pacote do FMI garante ano tranquilo. Para investidor americano, problema do País é a despreocupação do Congresso com reformas. *Gazeta Mercantil*, 26 nov. 1998.
- TARIFAÇÃO DOBROU INFLAÇÃO DE 1999. Metade dos índices deste ano, entre 7% e 9%, foi resultado de aumentos de preços controlados pelo governo federal. *Correio Braziliense*, 26 dez. 1999.
- TARIFAÇÃO RELANÇA INFLAÇÃO AOS DOIS DÍGITOS. IGP-DI, que reflete mais o atacado, atinge 1,59% em julho e 10,83% em 12 meses; previsão para 1999 é que índice feche em 13%. *Folha de S. Paulo*, 11 ago. 1999.
- TAVARES, Maria da C. Tristes memórias do pacto inflacionário. Quando Bulhões introduziu a correção monetária e cambial, não previu a ciranda financeira, contra a qual lutou depois. *Folha de S. Paulo*, 25 jul. 1993.
- THE BANK OF KOREA (BOK). *Monetary Policy in Korea*. 2003. Disponível em: <http://bok.or.kr/content/old/attach/00000888/200301161403380.pdf>
- _____. *Financial System in Korea*. 2002. Disponível em: http://bok.or.kr/content/old/attach/00000712/040348Financial_Korea.pdf
- TORREÃO, Nelson. ‘Congelamento traz desconfiança’, [diz Pérsio Arida]. *O Globo*, 3 jul. 1994.

- TREVISANI JR., Paulo. Para FIESP, impacto na inflação será reduzido. *Gazeta Mercantil*, 7 mar. 1995.
- VASCONCELOS, Adriana. Reação favorável no Congresso. *Gazeta Mercantil*, 21 maio 1993.
- VAZ, Lucio & FARIA, Tales. Partidos pretendem negociar alterações. PMDB e esquerda querem garantir ganhos para o mínimo e reposição de perdas; Congresso apóia controle de preços. *Folha de S. Paulo*, 1º mar. 1994.
- VERDINI, Liana & COSTA, Florência. Inflação medida pelo IGP-M sobe mais. Fiesp já fala em reindexação. Com pressão do dólar, índice foi de 1,70% no mês e já acumula 15,2% no ano. *O Globo*, 29 out. 1999.
- VERGONHOSA politicagem por omissão. *Gazeta Mercantil*, 29 jan. 1994 (Editorial).
- VIEIRA, Cândida. Sindicatos tentam criar um novo modelo. Centrais buscam pauta unificada de reivindicações e ensaiam parcerias com outros setores da sociedade. *Gazeta Mercantil*, 22 jul. 1996.
- VIEIRA, Eduardo E. G. Para completar a travessia. *O Globo*, 6 jul. 1996.
- VIEIRA, Enio. Congresso derruba R\$ 2,5 bilhões do ajuste fiscal. Governo é derrotado ao tentar aprovar MP que aumentava a contribuição dos servidores e taxava inativos; nova proposta segue em 99. *Gazeta Mercantil*, 3 dez. 1998.
- VILADRAGA, Vicente. Montadoras cortam 13 mil funcionários em 1998. Novas fábricas geram cerca de 1,5 mil empregos, mas não compensam a diminuição dos postos de trabalho na economia. *Gazeta Mercantil*, 22 dez. 1998.
- VIRANDO A PÁGINA. *Jornal do Brasil*, 30 dez. 1997 (Editorial).
- YANAKIEW, Monica. “Desvalorização do real é desnecessária e prejudicial”. *Gazeta Mercantil*, 27 ago. 1997.
- YEDA quer pacto para derrubar a inflação. *Correio Braziliense*, 12 mar. 1993.
- ZINI JR., Álvaro A. O real vai bem, apesar dos juros. *Folha de S. Paulo*, 4 jun. 1995.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.